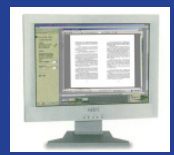
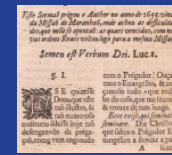


Dezembro de 2007

Revista de Letras

6

Revista de Letras



6

Série II
Dezembro
de 2007



Departamento de Letras
Centro de Estudos em Letras
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
Apartado 1013
5001-801 Vila Real — Portugal

DEPARTAMENTO DE LETRAS
CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS
UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
DEPARTAMENTO DE LETRAS
CENTRO DE ESTUDOS EM LETRAS

Revista de Letras

Série II
N.º 6

Dezembro de 2007
Vila Real

REVISTA DE LETRAS

DIRECÇÃO

Carlos Assunção e José Esteves Rei

CONSELHO DE REDACÇÃO

Carlos Assunção, José Esteves Rei, Maria da Assunção Monteiro, Henriqueta Gonçalves, José Manuel Cardoso Belo, Olinda Santana, Rui Guimarães, Armindo Mesquita, Fernando Moreira, Laura Bulger, Luísa Soares, Isabel Alves, José Barbosa Machado, Gonçalo Fernandes, Anabela Branco de Oliveira, Maria da Felicidade Morais, Helena Santos, Orquídea Ribeiro, Milton Azevedo, Maria do Céu Fonseca.

CONSELHO CIENTÍFICO

Amadeu Torres, *Universidade Católica Portuguesa e Universidade do Minho*
António Fidalgo, *Universidade da Beira Interior*
Aurora Marco, *Universidad de Santiago de Compostela*
Bernardo Díaz Nosty, *Universidad de Málaga*
Carlos Assunção, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Daniel-Henri Pageaux, *Sorbonne Nouvelle Paris III*
Fátima Sequeira, *Universidade do Minho*
Fernando Moreira, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Gonçalo Fernandes, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Henriqueta Gonçalves, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Jorge Morais Barbosa, *Universidade de Coimbra*
José Cardoso Belo, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
José Esteves Rei, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Mário Vilela, *Universidade do Porto*
Maria da Assunção Monteiro, *Universidade de Trás-os Montes e Alto Douro*
Maria do Céu Fonseca, *Universidade de Évora*
Milton Azevedo, *University of California, Berkeley*
Nair Soares, *Universidade de Coimbra*
Norberto Cunha, *Universidade do Minho*

CAPA

José Barbosa Machado

COMPOSIÇÃO E REVISÃO

Anabela Branco de Oliveira e Maria da Felicidade Morais

TIRAGEM

200 exemplares

EDITOR

Sector Editorial dos SDE

IMPRESSÃO

Publidisa

Publicaciones Digitales S.A.

REVISTA DE LETRAS

Revista de Letras / ed. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, Departamento de Letras; Centro de Estudos em Letras; dir. Carlos Assunção e José Esteves Rei; org. Olinda Santana; Comp. Anabela Branco de Oliveira e Maria da Felicidade Morais – Série II, nº 6 (Dezembro de 2007) - - Vila Real: UTAD, 2009 - - Continuação de: Anais da UTAD.- Contém referências bibliográficas. – Anual.

ISSN: 0874-7962 Depósito Legal: 199202/03

I. Assunção, Carlos, dir / II. Rei, José Esteves, dir / III. Santana, Olinda, org. / IV. Oliveira, Anabela Branco de, org. / V. Morais, Maria da Felicidade, org. / VI. Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Departamento de Letras. Centro de Estudos em Letras, ed. Lit./

1. Linguística - - [Periódicos] / 2. Literatura Portuguesa - - estudos críticos - - [Periódicos] / 3. Didáctica - - [Periódicos] / 4. Cultura Portuguesa - - [Periódicos] / Comunicação (Literária) - - Didáctica.

CDU: 81 (05) / 821.134.3.09 (05) / 37.02 (05) / 008 (469)(05) / 808.56 (05) / 37.02 (05)

ÍNDICE

Nota Introdutória	
<i>Carlos Assunção e José Esteves Rei</i>	5-6

LINGUÍSTICA

Para <i>além-mar</i> e para além da ortografia: PB e PE – comportamentos diferenciados	
<i>Jacqueline Sousa Borges de Assis</i>	9-16
Point of view in Pérez-Reverte's <i>Alatriste</i> stories	
<i>Milton M. Azevedo</i>	17-28
Le jugement de valeur – 2	
<i>André Camlong</i>	29-35
Recreação filológico-linguística com a geração de Cenáculo	
<i>Maria Filomena Gonçalves</i>	37-51
Património, Língua e Cultura: contributos da Biblioteca Pública de Évora para a “memória (meta)linguística”	
<i>Maria Filomena Gonçalves & Ana Paula Banza</i>	53-71
Perspectivas da variação linguística do português e a variação global e local	
<i>Rui Dias Guimarães</i>	73-82
Nova visão do ideário linguístico de Ferdinand de Saussure	
<i>Marlene Vasques Loureiro</i>	83-95
Signo e significação no primeiro livro impresso em língua portuguesa	
<i>José Barbosa Machado</i>	97-107
Some Factors Affecting the Effectiveness of Teaching EFL to Young Learners	
<i>László Magocsa</i>	109-114
<i>Vocabulário Portuguez & Latino</i> de Raphael Bluteau e o Japão nos sécs. XVII e XVIII depois da expulsão dos portugueses e dos espanhóis	
<i>Hiroyuki Mito</i>	115-128
From the Bible to <i>Cosmopolitan</i> : The socialization of women through the WOMAN AS CHICKEN metaphor	
<i>Irene López Rodríguez</i>	129-153
Tombo e Demarcação do concelho de Fontes de Penaguião: edição e estudo	
<i>Maria Olinda Rodrigues Santana & Maria de La-Salette Ferreira de Castro</i>	155-173
Algumas notas sobre o uso dos demonstrativos compostos <i>estoutro</i> , <i>esoutro</i> e <i>aqueloutro</i> no âmbito galego-português	
<i>Xosé Manuel Sánchez Rei</i>	175-194

LITERATURA

Two Perspectives of Euthanasia in English Literature: Thomas More's <i>Utopia</i> and Aldous Huxley's <i>Brave New World</i> <i>Stella Guedes Nascimento Aguirre</i>	197-214
Para além do "Sermão de St.º António aos Peixes": um Vieira desconhecido <i>Ana Paula Banza</i>	215-222
Formulação histórico-crítica de uma estética não-aristotélica segundo Álvaro de Campos <i>João Ferreira</i>	223-230
Especificidades da criação literária africana: o caso da Costa do Marfim <i>Benvida Lavrador</i>	231-235
Práticas Comunitárias Transmontanas no <i>Diário</i> Torguiano: as Malhadas <i>Maria da Assunção Anes Morais</i>	237-246
Albano Martins and Poetry as Translation <i>Karen C. Sherwood Sotelino</i>	247-255

CULTURA

Teatro Popular Mirandês: Notícia dos textos existentes no Espólio de António Maria Mourinho <i>António Bárbolo Alves</i>	259-275
Interculturalidade e tradução <i>Anne-Marie Lemos</i>	277-284
A investigação da escrita no Archivo de la Escritura Popular del Bajo Duero <i>José Ignacio Monteagudo & Miguel Montalvo</i>	285-296
Racial complexities in the work of Zora Neale Hurston <i>Orquídea Moreira Ribeiro</i>	297-304
Da memória ao acesso à informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico <i>Armando Malheiro da Silva & Maria Fernanda Silva Gonçalves</i>	305-317
O vinho do porto e a sua importância na diplomacia portuguesa (segunda metade do século XVIII) <i>Francisco Ribeiro da Silva</i>	319-342

COMUNICAÇÃO

Comunicação e Cultura <i>Fernando Alberto Torres Moreira</i>	345-350
---	---------

VARIA

Recensões	353-362
Teses de Doutoramento e dissertações de Mestrado	363-367

NOTA INTRODUTÓRIA

Carlos Assunção
cassunca@utad.pt

José Esteves Rei
jrei@utad.pt

A *Revista de Letras*, ancorada no Departamento de Letras da UTAD, adquiriu, nos últimos anos, uma ligação nova e profunda com o Centro de Estudos em Letras (CEL). Essa ligação revela-se enriquecedora para ela e para o CEL, avaliado positivamente e financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (F.C.T), compreendendo agora investigadores da Universidade de Évora e do Instituto Superior da Maia (ISMAI). Celebrando este ano o seu décimo primeiro aniversário, com duas séries, sempre viveu do produto da investigação de universitários, nacionais e estrangeiros, organizados, nos últimos anos em centro de investigação.

A *Revista de Letras*, enriquecida pelas valências referidas, recolhe parte do que se produz nas várias áreas científicas do CEL, para além de outras contribuições vindas de investigadores exteriores ao mesmo.

Com efeito, essas áreas científicas divulgam parte do seu produto de investigação em sessões públicas, organizadas em *Encontros Internacionais de Reflexão e Investigação*, que têm vindo a ter lugar na UTAD, geralmente, no final do ano lectivo.

Assim, este número é constituído por vinte e seis artigos, pertencendo nove deles a investigadores ligados ao CEL. A distribuição temática desses artigos cobre as áreas científicas seguintes: Linguística, Literatura, Cultura e Comunicação.

Este número divulga, ainda, contributos de colegas investigadores oriundos de Espanha, França, Brasil, Estados Unidos, Japão e Costa do Marfim, surgindo assim, como línguas de comunicação, para além do Português, o Espanhol, o Inglês e o Francês.

Quanto às temáticas abordadas na área da Linguística, elas vão da Filologia à Linguística Geral saussureana, da Linguística Descritiva à Língua, como património cultural, e à Pragmática Linguística, surgindo ainda questões relativas à linguística histórica no âmbito do Português e do Latim, no Japão.

As temáticas literárias abordam os Sermões do Pe. António Vieira, os clássicos ingleses, Thomas More e Aldous Huxley, o Diário de Miguel Torga, abordagens específicas quer da obra de Albano Martins quer da de Álvaro de Campos e especificidades da criação literária africana.

A área científica da Cultura desenvolve temáticas como a interculturalidade, a tradução, o património de vários autores e instituições, como António Maria Mourinho, particularmente, o seu espólio, no que diz respeito ao teatro mirandês; a Casa de Mateus, e o acesso à sua informação; e o “Douro”, quer pela consideração da Asociación Etnográfica Bajo Duero, no que respeita à investigação da escrita do Archivo de la Escritura Popular del Bajo Duero, quer pelo estudo que ao seu produto comercial mais antigo diz respeito, o vinho do Porto, e o seu reflexo na diplomacia portuguesa da segunda metade do século XVIII.

Por último, na área científica da Comunicação, aparece a análise das relações entre a Comunicação e a Cultura, nas últimas décadas e num tempo de globalização.

LINGÜÍSTICA

Para além-mar e para além da ortografia: PB E PE – comportamentos diferenciados

Jacqueline Sousa Borges de Assis

Revisora de Textos do Portal Uniaraxá e CEFET-MG/ Campus IV

Resumo

Este estudo parte da polémica em torno do acordo ortográfico entre os países de Língua Portuguesa, visando mostrar que as diferenças entre as variedades brasileira (PB) e europeia (PE) da Língua ultrapassam as fronteiras da ortografia, com a sugestão de que com o acordo ou não, muito dificilmente as duas variedades, ou línguas, como propõem alguns linguistas, viriam a se convergir novamente, dadas as mudanças que já se processaram no PB sob influência de fatores histórico-sociais e até geográficos.

Buscou-se, assim, à luz de evidências de diferenças de estrutura sintática, mostrar a divergência entre o PB e o PE, as quais se acentuam com o emprego no PB da perífrase inovadora de gerúndio *v.aux.+estar+-ndo*. O estudo aponta, ainda, que, diferentemente do que se supõe, a perífrase com gerúndio *estar+-ndo*, usada para marcar o presente progressivo em PB, não se trata de uma inovação em relação a Portugal, mas antes de um caso de conservação do Português Clássico no Brasil.

Palavras-chave: variação e mudança sintática, perífrases com gerúndio e infinitivo.

Abstract

This study starts on the polemic involving the orthographic accord among the Portuguese language countries, with the aim to show that the differences between the Brazilian (PB) and Europe (PE) language varieties exceed the orthographic frontiers, under the suggestion that with the accord or not, with difficulty the two varieties, or languages, as suggested by some linguists, would converge again, due to the changes that has happened in PB influenced by social-historic and geographic factors.

The paper searched, even, based on differences of syntactic structure, shows the divergence between PB and PE, which amplifies with the use in PB of the innovator gerund periphrases *v.aux. + estar +-ndo*. It even shows that, differently that it is supposed, the periphrases with gerund *estar+-ndo*, used to mark the progressive present in PB, don't is an innovation in relation to Portugal, but a case of conservation of Classic Portuguese in Brazil.

Key-words: variety and syntactic change, infinitive and gerund periphrases.

I – Introdução

A polêmica em torno da questão da unificação da grafia entre os oito países de Língua Portuguesa continua, após o adiamento da aprovação do Protocolo Modificativo do Acordo Ortográfico por parte do governo português, noticiada em Dezembro de 2007.

Além da discussão em torno dos prós e contras da uniformização, o novo acordo tanto apresenta pontos positivos, como o desaparecimento do *c* e do *p* mudos em Portugal, quanto negativos, como a supressão do trema, por exemplo, que dificulta a pronúncia de palavras pouco usuais. A queda do acento diferencial também é problema, uma vez que frases como “Uma pistola para Jeca”, do filme Mazaroppi, pode ser interpretada como “Uma pistola é oferecida a Jeca” ou “Uma pistola detém Jeca”.

De qualquer forma, é certo que, embora as diferenças entre as duas ortografias não sejam substanciais, dificulta a difusão internacional do Português, na medida em que os documentos dos organismos internacionais que o adotam como língua oficial precisam ser duplicados.

Entretanto, se em Portugal vários setores insurgem contra o “abrasileiramento” do idioma, para, entre outros fatores, se evitar as muitas adaptações e alterações em livros, e no Brasil muitos especialistas são contrários por considerarem a reforma imperfeita, ou tímida, que não mexe adequadamente no essencial, posiciono-me contrária por considerá-la, sobretudo, parcial. E é exatamente sobre esse aspecto que versa o presente artigo.

Mesmo se aprovado, o acordo estaria longe de unificar as variedades da Língua Portuguesa, visto que as diferenças que as separam não se restringem à pronúncia e à ortografia, mas afetam o léxico e a gramática propriamente. Os exemplos (1) e (2) a seguir são elucidativos dessas divergências:

(1) “Sentei-me cá com ele e ficámos a conversar” (Portugal)

(2) “Me sentei aqui com ele e ficamos conversando” (Brasil)

Este artigo se propõe a apontar algumas dessas diferenças gramaticais entre as variedades brasileira (PB) e europeia (PE) da língua, além de dois pontos de vista diferentes: um que aponta para um afastamento da realidade lingüística brasileira da europeia, e outro que defende um ponto de vista contrário. O estudo de Tarallo, que está entre os lingüistas que já defendiam a emergência de uma língua brasileira distanciada da lusitana, é tomado como parâmetro.

Um dos aspectos gramaticais em que se pode evidenciar divergência estrutural entre as duas variedades da Língua Portuguesa é quanto ao emprego do gerúndio, cujo uso contemporâneo em perífrases de *v. aux.+estar+-ndo*

(infinitivo perifrástico), vem acalorar ainda mais a discussão em torno da formação de uma língua brasileira, ou variedade. Portanto, a variação entre o infinitivo perifrástico e o infinitivo no Brasil se apresenta hoje como uma das marcas mais evidentes do contraste da variante brasileira da Língua Portuguesa face à europeia.

Mattoso Câmara (1972), ao tecer considerações sobre o Português do Brasil, já assumia que:

A língua está de tal modo ligada à sociedade e à cultura, que a diferenciação cultural e social entre a população europeia e a congênere americana, desde a época em que uma representava a metrópole e a outra a colônia, determinou uma dicotomia lingüística (Mattoso Câmara, 1972: 81).

Essa discussão é aprofundada por Tarallo (1993a), em artigo em que contrapõe opiniões de lingüistas e filólogos a respeito da emergência de uma língua brasileira em oposição à tradicional portuguesa. Segundo Mattoso Câmara (1976), um dos lingüistas apontados por Tarallo como de posição moderada, as diferenças na língua padrão entre Brasil e Portugal refletem a existência de dois sistemas lingüísticos distintos e geograficamente distantes. Mattoso Câmara aponta ainda que a dimensão geográfica brasileira por si só teria provocado formação e diferenciação dialetal.

II - Diferenças sintáticas entre PB e PE

Tarallo (1993a) mostra neste seu artigo quatro mudanças sintáticas ocorridas no final do século XIX que evidenciam claras diferenças estruturais da gramática brasileira em relação à portuguesa, suficientes, segundo o autor, para possibilitar uma descrição de seu sistema no sentido de uma gramática brasileira.

A primeira diferença mostrada por Tarallo diz respeito à diminuição no PB de retenção pronominal nos objetos diretos e sintagmas preposicionais, e ao aumento de retenção pronominal nos sujeitos. Em consequência de os sujeitos terem se tornado lexicalmente mais freqüentes, o sistema abriu espaço para uma interpretação indeterminada da categoria vazia. Por outro lado, em PE, conforme nos apontam os estudos de Galvés (1991), os acusativos ainda são bastante freqüentes e o apagamento do sujeito no PE não o isenta de referência inerente.

Em consequência disso, enquanto uma frase como (3):

(3) “Não usa mais saia”

tem no PB uma interpretação indeterminada, *Não se usa mais saia*, no PE é interpretada como tendo um pronome referencial pleno: *Alguém* não usa mais saia.

Tarallo lembra que essa mudança no sistema pronominal está relacionada com uma diferença geral nas duas variantes: o Português Europeu é fortemente marcado por regras de movimento enquanto na modalidade brasileira as regras são geralmente derivadas via apagamento.

A segunda mudança atestada por Tarallo refere-se a estratégias de relativização, quais sejam, estratégia do pronome lembrete e relativa cortadora, que entram na língua em substituição à estratégia *piedpiping*, exemplificadas respectivamente por (4), (5) e (6):

(4) “E um deles foi esse fulano aí, que *eu* nunca tive aula *com ele*.”

(5) “E uma pessoa que essas besteiras que a gente fica se preocupando (*com*) ela não fica esquentando a cabeça.”

(6) “E um deles foi esse fulano aí, *com quem* eu nunca tive aula.”

Um estudo diacrônico realizado por Tarallo (1985) aponta que a estratégia com pronome lembrete e a relativa cortadora entram no sistema em substituição à estratégia *piedpiping* por volta de 1880. Tarallo demonstra que estas duas estratégias de relativização são derivadas por apagamento do sistema QU-, o que evidencia o comportamento diferenciado no PB em relação ao PE, uma vez que o PE é fortemente marcado por regras de movimento.

As duas mudanças apontadas estão claramente encaixadas: a substituição da anáfora zero gerou um novo tipo de relativa, a cortadora.

Uma terceira mudança associada às duas primeiras indica uma mudança da modalidade brasileira como um sistema “*pro-drop*” para “*não pro-drop*”, isto é, uma mudança paramétrica. Como reflexo da reversão sofrida pelo PB em suas estratégias de pronominalização, com sujeitos lexicais e objetos nulos, Tarallo aponta uma maior rigidez no padrão canônico de ordem das palavras em direção a SV, com uma proporção decrescente para sujeitos invertidos.

A quarta mudança, sintaticamente encaixada nas precedentes é no padrão da ordem das palavras em perguntas diretas. Segundo Tarallo, é de se esperar que uma língua que sofre um enrijecimento nas declarativas nivele todos os tipos de estruturas. Tarallo apresenta o estudo de Duarte (1992) que atestou um decréscimo da ordem VS nas perguntas diretas a partir de 1937 na modalidade brasileira.

Tarallo assinala como desencadeador desses novos traços gramaticais circunstâncias sociais especiais ocorridas no Brasil no fim do século XIX que

levaram à emergência da noção de cidadania, estabelecendo, como conseqüência, uma nova gramática radicalmente diferente da modalidade lusitana. Esse estudo constitui uma comprovação do quão importante é o exame dos estados lingüísticos à luz de evidências sociais.

III - Divergência x convergência entre as duas variedades da língua

Relativamente a esse posicionamento de Tarallo de que a realidade lingüística brasileira caracteriza-se por um afastamento da variedade europeia, o estudo de Lucchesi (2001) defende uma proposta contrária. Trata-se da hipótese do processo de descrioulização do PB, como decorrência da influência do modelo culto sobre a fala popular, que aponta para o desaparecimento de marcas dos processos de crioulização e de transmissão lingüística irregular, e conseqüentemente, para uma convergência do PB e do PE. O autor defende a existência de origens crioulas no Português brasileiro, por influência do contato lingüístico, circunscrita às variedades populares, como responsável por mudanças na formação do Português popular no Brasil.

Entretanto, os fatos de mudanças lingüísticas observadas até então estão circunscritos aos processos de simplificação do sistema morfológico da flexão nominal e verbal. Para os que advogam que o Português popular evoluiu pelo processo normal da deriva lingüística interna, a simplificação morfológica está presente na deriva histórica do Português desde suas origens, com destaque para a perda da flexão causal dos nomes. Naro e Sherre (1993), por exemplo, demonstram que as mudanças que afetaram a concordância no Brasil teriam suas origens em mudanças fonéticas que se teriam iniciado em Portugal, sob a ação das forças de uma deriva românica. De acordo com Mattoso Câmara (1972), a influência das línguas africanas na constituição do PB se resumiria à aceleração de tendências prefiguradas no sistema lingüístico Português.

Tendo em vista que ainda não foram apresentados exemplos de reestruturação original da gramática, Lucchesi admite que tais processos teriam ocorrido de forma marginal e normalmente não lograram uma estabilização na gramática da língua. Portanto, o autor prefere falar em termos de sistemas com características crioulizantes ou semi-croulas.

Não avançaremos na discussão da hipótese crioula do PB, mas entendemos com Tarallo (1993b) que ela não é mais crucial, ou seja, a crioulização pode ser colocada entre os processos de contato lingüístico que ocorreram no Brasil colonial.

A questão que nos interessa aqui diz respeito aos dois diferentes posicionamentos que apontam para divergência de um lado e convergência de outro, entre as duas variantes do Português.

Percebemos que os estudos de Lucchesi que assinalam um processo de descrioulização do PB em direção ao PE dizem respeito a uma aproximação da fala popular em relação à norma culta do PB. Por outro lado, os estudos de Tarallo evidenciam um afastamento do PB do padrão normativo de matiz europeu, ou seja, PE. A nosso ver, os dois autores adotam parâmetros distintos de comparação.

Além disso, ainda que notáveis os resultados das pesquisas que Lucchesi vem realizando, que evidenciam mudanças em direção aos moldes da norma culta, deve-se ter em conta que as mesmas foram realizadas em comunidades isoladas – sendo que uma de suas análises encontra-se ainda em curso em função da amostra ser restrita – o que não constitui a realidade sócio-lingüística do Brasil.

Assim, por concordar com a proposta de Tarallo (1993a) diante dos estudos apresentados por ele que evidenciam a emergência no Brasil de uma gramática diferente da modalidade lusitana, é que entendemos que um acordo ortográfico não seria suficiente para fazer com que as duas variedades convergissem novamente.

IV - A implementação do infinitivo gerundivo na Língua Portuguesa

Ao se abordar a variação entre o infinitivo perifrástico *estar + -ndo* e o gerundivo *a + infinitivo* que, como mencionado, se apresenta hoje como uma das marcas mais evidentes do contraste da variante européia da Língua Portuguesa face à brasileira, torna-se relevante a identificação de como se processou o encaixamento da variante infinitivo gerundivo na língua.

Em uma abordagem sincrônica, o estudo de Barbosa (1999), que objetivou identificar como se deu esse processo, investiga o Português Clássico no Brasil dos finais do século XVIII, e parte do pressuposto de que a configuração de normas nacionais se estabeleceu – entre outros fatores – na conservação e na inovação de aspectos do Português Clássico, transplantado da Europa para além-mar, ao longo do período colonial.

O trabalho de Barbosa apresenta uma avaliação do estado em que se encontrava a variação entre as estruturas com gerúndio e a forma *a+infinitivo*, objetivando, ao mesmo tempo, contribuir tanto com a discussão dos casos de conservação, quanto de implementação do infinitivo gerundivo na Língua Portuguesa.

O ponto de chegada dessa variação, de acordo com o estudo, foi a mudança em favor do infinitivo gerundivo, em Portugal, e a conservação, no Brasil, da forma com o gerúndio. O estudo mostra ainda que, embora o predomínio do gerúndio sobre o infinitivo precedido da preposição *a* seja tradicionalmente indicado como um exemplo de conservação quinhentista no Português do Brasil,

há controvérsias sobre o tema. Castilho (1992), por exemplo, enumera as características do Português do Brasil e enquadra *estar + -ndo* não dentre os casos de conservação do Português quinhentista, mas dentre os fatos gramaticais que apontariam para um inovadorismo.

Barbosa aponta que, ao que parece, algum fato histórico-social ligado ao fim do vínculo colonial com o Brasil definiu uma aceleração de tendências de mudança latentes ao fim do século XVIII. O autor afirma, com base em fatos histórico-sociais, que a estrutura de gerúndio constitui um caso de conservação no Brasil.

A relevância desse estudo para nós está na identificação da fase inicial de generalização do infinitivo gerundivo, que marca um dos contrastes atuais das variedades europeia e brasileira da Língua Portuguesa, e na constatação de que a perífrase com gerúndio é um caso de conservação e não de inovação do Português do Brasil.

A origem da perífrase “*estar a +infinitivo*” - infinitivo gerundivo - é também abordada por Lipsky (s.d.) em artigo sobre a origem e o desenvolvimento do sistema verbal das línguas crioulas de base portuguesa, que confirma que, nos séculos XVI-XVII, o auxiliar *estar* ainda combinava-se com o gerúndio em perífrases progressivas. O texto mostra que a combinação “moderna” do infinitivo gerundivo *estar a + infinitivo* aparece pela primeira vez nos textos literários do século XIX.

O mesmo ponto de vista é assumido por Mattoso Câmara (1976). Ao tratar das conjugações perifrásticas com gerúndio, o autor observa que este modelo data do latim vulgar, e enquanto no Brasil esta construção conservou-se em toda sua eficiência, o dialeto de Lisboa substituiu-a por uma perífrase com infinitivo.

Assim, consideramos que, conforme proposto em ASSIS (2004), se o infinitivo gerundivo, ao marcar uma ‘inovação’ no PE no final do século XVIII estabelece um dos contrastes mais evidentes entre o PE e o PB, a inovação no PB do infinitivo perifrástico (*v.aux. + estar + -ndo*), como em ‘*Vou estar analisando a sua proposta*’, vem acentuar este contraste dois séculos mais tarde. Esta sugestão, se correta, vai ao encontro da hipótese de Tarallo (1993a) de que as duas variantes do Português seguem por caminhos divergentes e de que seria muito improvável e nada natural que o PE e o PB viessem a se encontrar de novo sintaticamente.

Referências Bibliográficas

- Assis, Jacqueline Sousa Borges de. (2004): *Infinitivo Perifrástico em PB e PE: um caso de variação sintática*. Uberlândia: UFU. Dissertação de Mestrado em Linguística.
- Barbosa, Afrânio Gonçalves (1999): *Para uma história do Português Colonial: aspectos lingüísticos em cartas de comércio*. Rio de Janeiro: UFRJ. mimeo. Tese de Doutorado em Língua Portuguesa.
- Castilho, Ataliba Teixeira de (1992): “O Português do Brasil”. In: *Lingüística românica*. São Paulo: Ática.
- Duarte, M.E.L.(1992): *A perda da ordem V S em interrogativas QU – no Português do Brasil*. Delta.
- Lipsky, John M. *Sobre a origem e o desenvolvimento do sistema verbal das línguas crioulas de base portuguesa*. Universidade Estadual de Pensylvania (EU). s/d. www.personal.psu.edu/faculty/ta-sa-pdf+infinitivo+gerundivo.
- Lucchesi, D. (2001): *As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil (1500-2000)*. Delta.
- Mattoso Câmara, J. Jr. (1972): “Línguas Europeias de Ultramar: o português do Brasil” In *Dispensos*. Seleção e introdução por Carlos Eduardo Falcão Uchoa. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas (apud BARBOSA, 1999).
- Mattoso Câmara, J. Jr. (1976): *História e Estrutura da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, Ministério da Educação e Cultura.
- Naro e Sherre (1993): *Sobre as origens do português popular do Brasil*. Delta.
- Tarallo, F.L. (1985): *The filling of gap: pro-drop rules in Brazilian Portuguese*. Amsterdam/ Philadelphia. John Benjamin's Publishing Co.
- Tarallo, F. L. (1993^a): “Diagnosticando uma gramática brasileira: o português d'aquém e d'além-mar ao final do século XIX.” In Roberts, I. e Kato, M. *Português Brasileiro – uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp: Campinas.
- Tarallo, F. L. (1993^a): “Sobre a alegada origem crioula do Português Brasileiro.” In Roberts, I. e Kato, M. *Português Brasileiro – uma viagem diacrônica*. Editora da Unicamp: Campinas, 1993a.

Point of view in Pérez-Reverte's *Alatriste* stories

Milton M. Azevedo
University of California, Berkeley
mmazeved@berkeley.edu

Resumo

Neste artigo analisa-se o emprego da voz narradora e do ponto de vista espacial, temporal e ideológico nos romances da série *El Capitán Alatriste*, do escritor espanhol Arturo Pérez-Reverte, procurando demonstrar como a combinação desses recursos estilísticos contribui a uma narrativa variada e polifacética.

Palavras-chave: ponto de vista, Pérez-Reverte, *Alatriste*.

Abstract

This article analyzes the use of narratorial voice and spacial, temporal, and ideological point of view in Spanish author Arturo Pérez-Reverte's series *El Capitán Alatriste*, trying to show how those stylistic devices contribute to a varied and multifaceted narrative.

Key words: point of view, Pérez-Reverte, *Alatriste*.

The *Capitán Alatriste* novels, set in the first half of the 17th century, constitute a major portion of Spanish author Arturo Pérez-Reverte's production to date.¹ The series is presented as the memoirs of Íñigo Balboa, an aged retired soldier originally from the province of Guipúzcoa, who, upon turning thirteen in 1623, was entrusted by his widowed mother to the soldier of fortune and swordsman Diego Alatriste, nicknamed Captain Alatriste, an army companion of his late father's. Íñigo serves Alatriste, first as a page and later as a *mochilero*, or a soldier's pack-carrier and all-purpose errand boy, until enlisting as a soldier at age seventeen. As the narrative unfolds, Alatriste and Íñigo go through a succession of cloak-and-dagger exploits bearing a strong family resemblance to swashbuckling classics such as Alexandre Dumas' *The Three Musketeers* and its sequel, *Twenty Years Later*, which cover about the same period. This article analyzes the use of narratorial voice and spatial, temporal, and ideological point of view (Fowler 1996, Simpson 2004) in the six volumes² published since 1996.

¹ This article is based on the paper "Viewpoint in Pérez-Reverte's *Alatriste* stories" read at the 2006 congress of the Modern Language Association of America.

² The novels, identified in the citations by the initials in parenthesis, were originally published by Alfaguara, Madrid: Pérez-Reverte, Arturo & Carlota Pérez-Reverte. *El capitán Alatriste*, 1996 (CA). Pérez-Reverte, Arturo. *Limpeza de sangre*, 1997 (LS); *El*

Critics have been quick to notice that under the deceptive straightforwardness of adventure stories, the Alatríste saga is far more complex than it might appear at first sight (Siles, 436). The stories make up a carefully researched historical novel in installments, in which both the protagonist and the narrator are close friends to no lesser a Golden Age personality than Francisco de Quevedo, who plays a very active part in *Limpieza de sangre* and makes more than a cameo appearance in other novels. The focus on Íñigo Balboa's own story shapes the series as a *Bildungsroman* (Siles, 444) in which we follow his development from a naive provincial boy to a reflective adult and capable soldier. There is a clear analogy to other first-person adventure narratives, such as Robert Louis Stevenson's *Treasure Island* and *Kidnapped!*, in which an inexperienced young man is thrown into the company of adults who either befriend and serve him as role models, or threaten him, forcing him to resort to his wits to defend himself and ultimately become self-reliant. A component of social criticism, in the form of pervasive commentary on Spanish social and political mores, adds yet another dimension to the text. While these observations are explicitly anchored in the seventeenth century, readers familiar with Pérez-Reverte's journalistic work, commented on below, will undoubtedly recognize an implicit projection onto our times.

Spanish literature's tradition of first-person narrative stretches back to its very beginnings, with picaresque novels such as the anonymous *Vida de Lazarillo de Tormes* (1554) and Mateo Alemán's *Guzmán de Alfarache* (1599-1604), in which a homodiegetic narrator engages the reader's trust by affirming to have witnessed and participated in the events related. Strict application of this technique usually restricts the narrative to the narrator's own perception of events. Thus Íñigo Balboa, as a homodiegetic narrator, comes across as a likeable, intellectually gifted commoner who has succeeded in educating himself and offers readers information perceived through his personal perspective. This limitation, however, is offset by regular shifts to a heterodiegetic narrator that provides a many-sided perspective of the events described, adding details and whole scenes which, though plausible, could not possibly have been witnessed by Íñigo Balboa. While the homodiegetic mode maintains an intimate, nearly face-to-face approach, the heterodiegetic mode causes the narrative to zoom out into a panoramic vista. This technique interposes between the readers and what is now an omniscient third-person narrator a distance that is compensated by abundant information on situations, characters, physical setting, and historical background. By switching between modes, the narrator acts like a traditional

sol de Breda, 1998 (SB); *El oro del rey*, 2000 (OR); *El caballero del jubón amarillo*, 2003 (CJA); *Corsarios de Levante*, 2006 (CL).

raconteur, free to tell his tale from various perspectives, either addressing readers directly, or adopting an apparently dispassionate stance toward the unfolding drama. A clear instance of heterodiegetic narratorial voice is the final scene in *Limpieza de sangre*, in which Alatriste pays a visit to his nemesis, the professional assassin Gualterio Malatesta, who is bedridden on account of his wounds. The introduction is typical of a third-person narration in omniscient style, complete with value judgments:

Anocheecía, pero aún quedaba suficiente claridad para que no fuese preciso encender ninguna luz. La posada del Lansquenete estaba en una calle sucia, llena de malos olores y **mal llamada** de la Primavera, cercana a la fuente de Lavapiés, donde abrían **las más bajas** tabernas y bodegones de Madrid, así como las mancebías **de peor calaña**. (*LS*, 242; emphasis added)

Although there were no witnesses to the encounter, the dialogue between the two men is told verbatim, and the narrator expounds freely on Alatriste's thoughts and inner reaction to the unexpected arrival of a woman, assumedly Malatesta's mistress:

... una mujer apareció en el umbral... Quedó la mujer incapaz de moverse ni decir palabra, con angustia en los ojos. Y Diego Alatriste supo... que el miedo no era por ella misma, sino por la suerte del hombre malherido en la cama. Después de todo, **ironizó para sus adentros**, hasta las serpientes buscan compañía. (*LS*, 250; emphasis added)

Nevertheless, in the final paragraph, which is set off graphically from the preceding text as a coda, in the middle of a dramatic description of Alatriste laughing as he walks away into the night, the homodiegetic narrator reappears briefly, as if to reassure the reader of his continuing presence:

Empezó a reír cuando estuvo en la galería, y siguió haciéndolo mientras bajaba por las escaleras hasta la calle, abrochándose el fiador de la capa. Reía lo mismo que el propio Malatesta había reído una vez junto al Alcázar real, bajo la lluvia cuando vino a despedirse de **mí** tras la aventura de los dos ingleses. Y su risa, igual que aquella, siguió sonando tras él mucho después de que se hubiera ido. (*LS*, 251, emphasis added)

Spatial point of view provides a perspective that has been compared by Simpson (2004, 27-30) to an imaginary camera angle, through which readers watch the events as the story develops. As a narrator, Íñigo Balboa varies his spatial point of view considerably, combining it with shifts in narratorial voice. Most of the time we have the point of view of Íñigo Balboa-character,

compatible with an autobiographic mode and effective for situating readers in the middle of scenes perceived through the young man's eyes. An example is a scene set at an inn called "Taberna del Turco," in Madrid, where Íñigo and Alatríste find Francisco de Quevedo about to challenge two strangers to a duel over a literary misunderstanding. A matter-of-fact opening focuses on the table at which Quevedo is sitting, and through the end of the scene we perceive the setting, the participants, and their actions and conversations as a reflection of what Íñigo saw and heard:

la mesa estaba llena de botellas vacías.... [Quevedo] se había puesto en pie... y con la mano en el pomo de la espada lanzaba rayos con la mirada a los ocupantes de una mesa vecina.... (CA 21)

On other occasions, a potentially dangerous situation reaches the reader through Íñigo's own perception:

... entonces oí el silbido a mi espalda. Un silbido que habría sido capaz de reconocer hasta en el infierno. Sonaba exactamente *tirurí-ta-ta*. Y al volver el rostro me encontré con un fantasma. (OR, 57)

Close-ups are frequent, as in a scene witnessed by Íñigo Balboa at the lodgings he shares with Alatríste: "Me sentí peor al día siguiente.... Mi amo ocupaba un taburete junto a una mesa guarnecida por una jarra de vino, un plato con longaniza frita y un libro..." (CJA, 131-133). At the end of this spatial description, Alatríste's old army buddy, the *teniente de alguaciles* Martín Saldaña walks into the tavern and invites the Captain for a chat. Alatríste agrees and the two men walk along the Calle de Toledo toward the Plaza Mayor, engaging in a tense dialogue which Íñigo could not possibly have witnessed, since he stayed back at the tavern. The narrative voice then switches to that of a heterodiegetic narrator and gives a detailed account of what transpired between the two friends. Other events, like Alatríste's mysterious interview with some masked men who hire him to ambush two Englishmen (CA, 34-49), or a great deal of the action in *Limpieza de sangre*, which takes place while Íñigo is out of sight in an Inquisition dungeon, are likewise told by a heterodiegetic narrator. Such variation makes it possible to maintain the illusion of direct communication between the reader and Íñigo Balboa character-and-narrator, while leaving scope for the ampler panorama afforded by the heterodiegetic mode. This arrangement leaves plenty of room for value judgments on things, scenes, or events, as well as comments on characters' thoughts and feelings. Throughout the series, the narrative alternates between homodiegesis as a primary mode and heterodiegesis as an alternative one. Continuity is ensured by

Íñigo Balboa's role as a *narrador testigo omnisciente*, in the felicitous characterization of critic Montaner Frutos (309), who points out that the use of a mixed narrative point of view has a precedent in novels like Joseph Conrad's *Lord Jim*. Such carefully crafted shifts are very effective in constructing a multifaceted view of the story.

Temporal point of view regards the organization of events along a timeline. Overall, the *Alatriste* series is cast in the retrospective autobiographic view of a narrator who courteously addresses his readers as *vuestras mercedes* (CA 12 *et passim*), as if engaging them in polite conversation. There is, however, a rhetorical disingenuousness about the narrator's claims to feeling a bit confused regarding chronology: "ha pasado muchísimo tiempo y me embrollo un poco con las fechas" (CA, 15); "no recuerdo bien el año —era el veintidós o el veintitrés del siglo" (CA, 17). Internal evidence makes it possible to identify specific points on the timeline, such as the year 1623 in *El capitán Alatriste*, or 1625 in *El sol de Breda*, or 1626 in *Corsarios de Levante*, and readers familiar with European history will realize their relevance to the diachronic perspective.

A complementary synchronic perspective is maintained as events, such as the swordfights and battle scenes that constitute a major component of the stories, unfold chronologically. The narrative is kept anchored on the narrator's own time, referred to as "ahora," while narrative past is identified as "aquellos tiempos" (CA, 11). Furthermore, analeptic perspective enables the recalling of events that took place prior to a given point in the narrative, as when the narrator refers to aspects of Diego Alatriste's life prior to meeting Íñigo, such as the skirmish during the wars in Flanders in which his gallantry earned him his nickname (CA, 12-13). A proleptic perspective, in turn, allows the narrator to mention events that are still in the future in relation to a given point in the narrative, such as the reference to the battle of Rocroi—which would only take place in 1643—inserted in the story of *Corsarios de Levante*, set in 1626 (CL, 128). Dexterously exploited, this technique fulfills "el doble objetivo de captar el interés del lector a través del suspense en la primera entrega, a la vez de despertar en él la necesidad de continuar leyendo las entregas posteriores" (Agostinho de la Torre, 38). The combination of analepsis and prolepsis is effective in relating past episodes to future events, as when Íñigo describes his father's death at the battle of Jülich in 1621 and refers to the taking of Breda, which took place on July 2, 1625, and to Diego Velázquez's painting, "The Surrender of Breda" or "The Lances,"³ painted before April 1635⁴ (CA, 13). Further, a proleptic perspective justifies statements that might seem

³ See <<http://www.artchive.com/artchive/V/velazquez/breda.jpg.html>>.

⁴ Moffitt 1982: 75, Note 1.

anachronistic, as when, after relating having accompanied Alatríste and Góngora on a visit to Lope de Vega's home, Íñigo indulges in a comparison between Lope and Shakespeare, clarifying that

Por mi parte, con el tiempo viajé a Inglaterra y llegué a conocer la parla inglesa, leí, e incluso vi representado el teatro de Guillermo Shakespeare. (*CJA*, 57)

Spatial point of view correlates with “viewing position in the visual arts” (Fowley 1986: 127), and it involves manipulation of locative phrases and expressions. Pérez-Reverte exploits spatial point of view to project a detailed recreation of the ambiance of streets and other public places in Madrid and other settings such as Seville, the Escorial Palace, Malta, Naples, and sites of military events, such as the environs of the city of Breda in the Netherlands and the town of Oran in North Africa. Alatríste's habitual stomping ground is located with precision, and Oran is described in detail:

La [taberna] del Turco era en realidad un bodegón de los llamados de comer, beber y arder, situado en la esquina de las calles de Toledo y del Arcabuz [today calle Bruno], a quinientos pasos de la Plaza Mayor. *CA*, 52

Copons nos guió a través de las calles encaladas y estrechas, de casas amontonadas, que excepto por tener terrazas en vez de tejados recordaban un poco las de Toledo, con buenos cantones de piedra y pocas ventanas, siendo éstas bajas y protegidas por esteras y celosías. (*CL*, 65)

The diachronic illusion created by careful description of ancient locales is reinforced by archaic features in the narrator's diction that bring about language defamiliarization, strengthening the perception of a long-past physical and social milieu. Linguistic elements include technical and semi-technical terms referring to period objects, customs, and military terms:

... tras lavarse la cara y las manos en una **jofaina**, y mientras yo le remendaba unas **calzas** viejas a la luz de un **velón de sebo**, Diego Alatríste se preparó para salir.... En la parte posterior del cinto se colgó la **daga vizcaína**; y vi que también introducía en la caña de su bota derecha la corta **cuchilla de matarife**.... Después **se herró el cinto con la espada**... y se puso **la capa**... en aquel Madrid peligroso, de calles mal iluminadas y estrechas, esa prenda era muy práctica a la hora de **reñir al arma blanca**. (*CA*, 32-33, emphasis added)

Such accumulation of antiquated vocabulary invites us to visualize a scene that contrasts strikingly with our own time, when hardly anyone washes his hands in a *jofaina*, houses are not lit with *velones de sebo*, and men neither wear

calzas nor go about carrying *dagas*, *espadas*, or *cuchillas de matarife*. Likewise, in the following passage outdated military terminology effectively evokes past times, since nowadays troops are not summoned to battle stations by *cajas* and *pífanos*, the automatic rifle has long replaced the *arcabuz*, center-fire cartridges obviate the need to carry a *provisión de ólvora y balas*, and only the papal Swiss Guards use *picas*, *morriones*, and *coseletes*:

“De modo que en plena noche nos despertaron **redobles de cajas**, y **pífanos**, y **gritos de tomar el arma**.... Y brillo de acero, y relucir de **picas**, **morriones y coseletes**.... Yo caminaba con los demás mochileros entre la compañía de Diego Alatriste, llevando su **arcabuz** y... **provisión de pólvora y balas** y parte de sus pertrechos.” (SB, 116 emphasis added)

Another archaizing device is the use of address forms long disappeared from unmonitored language, such as informal *vos*⁵ or deferential *vuestra merced* and *vuestra excelencia*.⁶ The following dialogue shows the nonreciprocal (Brown and Gilman) use of *excelencia/vos* between Alatriste and his former commanding general, and in the next line Íñigo addresses his readers:

[General Ambrosio Spinoza:] – De cualquier modo, celebro veros de nuevo... ¿Puedo hacer algo por vos? [Alatriste:] – No creo, Excelencia. (SB, 99)

“Ya he dicho a vuestras mercedes que eran años duros.” (CA, 11-12)

Elsewhere, Alatriste's intentional use of *vos* as a putdown provides the occasion for a sociolinguistic comment:

– Un hombre de hígados como vos... – repitió [Alatriste], fijos sus ojos en los de otro.

Al oírse tratarse de vos por segunda vez, y además con tan fría guasa, el valenciano resopló furioso... y movió la espada de derecha a izquierda. Cuando no se aplicaba entre familiares, amigos o personas de muy diferente condición, el *vos* en lugar de *usted* o *vuestra merced* era fórmula poco cortés, que entre los siempre suspicaces españoles se tomaba muchas veces como insulto. (SB, 110)

Diachronic distance is reinforced by syntactic constructions no longer current in spontaneous speech or informal writing, such as enclisis of unstressed pronouns after an inflected verb form:

⁵ Changed to intimate treatment, *voseo* is used in Argentina and elsewhere in Spanish America. See Zamora Vicente 1970 and Carricaburo 1997.

⁶ *Vuestra excelencia* is used in ceremonial language, and vestiges of *vuestra merced* survive dialectally (Carricaburo 1997: 21, Lipski 1994: 214).

Sentóse [mod. se sentó] con nosotros Calderón (*CJA*, 49)
 ... los últimos doce meses **habíalos** [mod. *los había*] pasado junto a mi
 amo, el capitán Alatraste (*SB*, 13)
 ... la milicia **teníase** [mod. *se tenía*] aquí por cosa hidalga (*OR*, 19;
 emphasis added)

Lest we find it odd that an old war horse like Íñigo Balboa should comment so freely on Lope de Vega and Shakespeare, or go into a more than casual comparison between Quevedo and Góngora (*CJA*, 50-51), the narrator reminds us that Calderón, Lope, and Cervantes were all soldiers with combat experience. Conversely, Alatraste has more than a casual interest in literature, and books offer him a respite from his struggling life:

... de su juventud... el capitán conservaba cierta afición a la lectura... y no era infrecuente verlo sentado en su mesa... leyendo la impresión de la última obra estrenada por Lope... o alguna de las gacetas y hojas sueltas con versos satíricos y anónimos que corrían por la Corte. (*CA*, 52)

Y al cabo... guardé en la mochila el *Guzmán de Alfarache* —comprado por el capitán Alatraste en Amberes para disponer de lectura en el viaje (*OR*, 15)

Consistently, Alatraste also sees to it that Íñigo acquire an education and a taste for reading, in which the young man indulges regularly:

... estábame yo... sentado en un poyo... mientras leía con mucho agrado y provecho un libro que el capitán Alatraste solía dejarme para hacer prácticas de lectura. Era una fatigada primera edición... de la primera parte de *El ingenioso hidalgo don Quijote de la Mancha*... libro maravilloso del buen don Miguel de Cervantes... (*SB*, 68-69)

... seguía aplicándome a la costumbre de la lectura, que el capitán Alatraste me había inculcado con tanto esmero y de la que él daba frecuente ejemplo... con algún libro de los dos o tres que, como siempre, cargaba en su mochila... Uno... era un grueso volumen con las *Novelas ejemplares* de don Miguel de Cervantes... (*CL*, 134)

The constant flow of social commentary running through the series naturally leads us to consider ideological point of view, which despite doubts raised by some critics (Simpson 2004:78), is useful for the analysis of works in which religious, military, or political themes play a substantial role. It bears mentioning that in this context the term “ideological” is used not to “mean the derogatory sense of the word (‘false consciousness’ or ‘delusion’) but simply the system of beliefs, values, and categories by reference to which a person or a society

comprehends the world” (Fowler, 130). Religious ideology is apparent in the way the narrator, a Roman Catholic, echoes opinions prevalent at the time by systematically associating heresy with the Dutch Lutheran rebels fighting for independence from Spain:

Total, que los herejes fueron debidamente acuchillados sin darles tiempo a decir esta boca es mía... salieron del agua los nuestros... y se quitaron el frío enviando herejes al infierno, o a donde vayan los malditos luteranos. (CA, 12-13)

Even the weather in the Netherlands, inhospitable to Spaniards accustomed to a warmer climate, is seen as tainted by heresy:

... un sol impreciso iluminaba apenas las siluetas... Era aquel sol un astro invisible, frío, calvinista y hereje, sin duda indigno de su nombre: una luz sucia, gris (SB, 11)

Fittingly for a story in which the main characters are soldiers, elements of military ideology are conspicuously present. In the opening sentence *Alatriste* is defined in terms of valor: “No era el hombre más honesto ni el más piadoso, pero era un hombre valiente (CA, 11). Although he undisguisedly makes a living as a sword-for-hire, “alquilándose por cuatro maravedís en trabajos de poco lustre” (CA, 12) and is “tan hideputa como el que más”, he is also “uno de esos hideputas que juegan según ciertas reglas” (LS, 151). Not unlike the classical Hemingway hero,⁷ *Alatriste* follows his own code of principles, and this attitude, which often sets him against both the law and the outlaws, includes considerations of personal courage, fidelity to a flag, and honor:

“Diego *Alatriste* estaba entre los últimos españoles que mantuvieron impávidos las filas en torno a la bandera que, muerto el alférez portaestandarte, muertos todos los otros oficiales, sostenía en alto el propio capitán Bragado. Y en aquel tiempo y entre aquellos hombres, esas cosas, pardiez, aún significaban algo.” (SB, 41-42)

Other qualities related to military life are also highlighted. Spanish soldiers are praised for their extreme endurance (“las tropas españolas tenían hábito de ser pacientes en las fatigas de la guerra.” SB, 65); obedience is extolled when, during a mutiny, *Alatriste* detaches himself from the mutineers and compels Íñigo to do likewise (“me dio un pescozón bien recio en el cogote, forzándome a

⁷ The Hemingway hero has been characterized as a brave and stoic individual who abides by “certain principles of honor, courage and endurance in a life of tension and pain which make a man a man.” (Young 1966: 158).

seguirlo. – Tu rey es tu rey – dijo.” *SB*, 84); and discipline, if only in combat, is exalted:

“Voluntarios todos en busca de fortuna o de gloria, gente de honra y también a menudo escoria de las Españas, chusma propensa al motín, que sólo mostraba una disciplina de hierro, impecable, cuando estaba bajo el fuego enemigo.” *SB*, 20)

Los jenízaros eran valientes en extremo.... Impresionaban sus gritos de guerra y... [n]o menos efecto producían... las cimitarras que manejaban con precisión mortal.... Pero... frente a su denuedo y desprecio a la muerte, la antigua disciplina de la infantería española seguía poniendo naipes en la mesa. (*CL*, 314-315)

The reference to *gente de honra* in the preceding passage hints at the theme of individual honor, which, appropriately for a novel set in seventeenth-century Spain, looms all-important in social relations. Alatraste and his comrades in arms are not conscripts but volunteers, some with a claim to noble status, and Alatraste himself is described as a “segundón de una familia de hidalgos labriegos” (*LS*, 20), that is the second son of a peasant gentry family.⁸ Their volunteer status entitles them to being addressed by their officers as “señores soldados,” a practice found in Golden Age literature.⁹ Having chosen to submit themselves to the rigors military life, they retain a sense of personal dignity that often causes them to duel with each other for minor breaches of etiquette or even imaginary offenses. The notion of honor in Spanish society is submitted to close scrutiny for its social implications: “Aquí todo el mundo presume de lo mismo: de cristiano viejo, hijodalgo y caballero.... Y como el trabajo es mengua de la honra, no trabaja ni Cristo.” (*CA*, 115).

Closely related to ideological point of view is the social criticism and cultural commentary pervading the series, clearly reflecting an intention to use the narrator’s remarks about seventeenth century Spain as a mouthpiece for the author’s own critique of trends in contemporary Spanish society, amply publicized in the essays published since 1993 in his weekly column in the

⁸ About the idealized concept of *hidalgo labriego* in Golden Age literature, see Teresa Ferrer Valls, “**El juego del poder: Lope de Vega y los dramas de la privanza**” *Seminario Internacional Modelos de vida en la España del Siglo de Oro. I. El noble*, 23-24 de abril de 2001, Madrid, Casa de Velázquez, 2004, pp. 15-30. <<http://72.14.253.104/search?q=cache:n1WzbVaJhJMJ:www.uv.es/entresiglos/teresa/pdfs/dramas%2520privanza.PDF+%22hidalgos+labriegos%22&hl=en&ct=clnk&cd=14&gl=us>>

⁹ Cf. the Captain in Calderón’s play *El Alcalde de Zalamea*, verse 137: “Señores soldados, albricias puedo pedir...”

magazine *El Semanal*.¹⁰ The result is a “tejido crítico de nuestras miserias y nuestra grandeza histórica” (Guerrero Ruiz, 133) in which we find sharp observations about the mistreatment of talented artists and veteran soldiers:

Cervantes... de haber nacido inglés, o gabacho, otro gallo habríale cantado a tan ilustre manco en vida, y no a modo de gloria póstuma; única que una nación hechura de Caín como la nuestra suele reservar, y eso en el mejor de los casos, a la gente de bien. (*SB*, 69)

Que España, pocas veces madre y más a menudo madrastra, mal paga siempre la sangre de quien la vierte a su servicio (*OR*, 30-31)

Corruption in government and venality in justice are likewise castigated:

Había allí [en la galera] esclavos moriscos, antiguos piratas turcos y renegados, pero también cristianos que remaban como forzados, cumpliendo condenas de una Justicia que no habían tenido oro suficiente para comprar. (*OR*, 39)

En aquel tiempo, cualquier cosa... podía ser comprada con dinero; hasta las conciencias. Tampoco es que hayamos cambiado mucho desde entonces. (*CA*, 53)

Pérez-Reverte has commented on his decision to use fiction to rescue Spain's historical memory, upon finding out that his daughter's history textbook “dedicaba veinte páginas a los últimos años de la historia de España... y liquidaba el Siglo de Oro en página y media” (López de Abiada, 183). Thus it is not surprising that the *Alatriste* series should come across as “una reinterpretación de nuestra historia y, por lo tanto, una reconstrucción de nuestra identidad” (Siles, 436). A discreet programmatic streak is noticeable, manifested in the praise of Golden Age authors, as in a longish comparison of Shakespeare and Lope de Vega (*CJA*, 56-60), as well as in a reiterated critique of the governments of “nuestra pobre España [que] no tuvo nunca ni justicia, ni buen gobierno, ni hombres públicos honestos, ni apenas reyes dignos de llevar corona” (*CJA*, 79). Shaped by an ingenious combination of points of view, the *Alatriste* stories offer a balanced mix of action, historical fiction and social criticism that can be read at different levels and so appeal to a diversified readership in the time-honored tradition of *docere et delectare*.

¹⁰ Pérez-Reverte, Arturo: “Patente de corso”, Weekly column in *El Semanal*, available at <www.xlsemanal.com> and <www.capitanalatriste.com>. A number of these essays have been republished in three volumes by Alfaguara (Madrid): *Patente de corso* (1998), *Con ánimo de ofender* (2001), *No me cogeréis vivo* (2005).

Referências bibliográficas

- Agostinho de la Torre, Mariela (2000): “Los saltos temporales en *El capitán Alatriste*: la función de la anticipación”. In: López de Abiada and López Bersasocchi, 28-38.
- Báez de Aguilar González, Francisco (2000): “Del ‘Honor’ y ‘España’ en los mundos del capitán Alatriste. Aspectos léxico-semánticos”. In López de Abiada and López Bersasocchi, 39-58.
- Brown, Roger y Albert Gilman (1960): “The pronouns of power and solidarity”. In: Sebeok T. A. (org.): *Style in Language*. Cambridge, MA: MIT Press, 253–276.
- Carricaburo, Norma (1997): *Las fórmulas de tratamiento en el español actual*. Madrid: Arco Libros.
- Fowler, Roger (1986): *Linguistic Criticism*, Oxford U Press.
- Guerrero Ruiz, Pedro (2000): “Grandeza literaria y miseria moral en la España de Alatriste (un análisis interdisciplinar e intertextual)”. In: López de Abiada and López Bersasocchi, 133-145.
- Lipski, John (1994): *Latin American Spanish*. London: Longman.
- López de Abiada, José Manuel (2000): “Contra el olvido. Primera lectura de *El capitán Alatriste*”. In: López de Abiada and López Bersasocchi, 177-186.
- López de Abiada, José Manuel & Augusta López Bersasocchi (eds.) (2000): *Territorio Reverte. Ensaïos sobre la obra de Arturo Pérez-Reverte*. Madrid: Editorial Verbum.
- Moffitt, John F. (1982): “Diego Velazquez, Andrea Alciati and the Surrender of Breda”. *Artibus et Historiae*, 3: 5, 75-90.
- Montaner Frutos, Alberto (2003): “Íñigo Balboa o la voz del narrador (con algunas consideraciones metacríticas)”. In: Belmonte Serrano, José & López de Abiada, José Manuel (eds.): *Sobre héroes y libros. La obra narrativa y periodística de Arturo Pérez-Reverte*. Murcia: Nausicaä, 287-315.
- Siles, Jaime (2000): “*El sol de Breda*: situaciones épicas y contenido moral de la novela histórica”. In: López de Abiada and López Bersasocchi, 436-446.
- Simpson, Paul (2004): *Stylistics. A resource book for students*. Routledge.
- Young, Philip (1966): “Ernest Hemingway”. In: Van O’ Connor, William (ed.): *Seven Modern American Novelists, an Introduction*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 158.
- Zamora Vicente, Alonso (1970): “Voseo”. In: *Dialectología española*. 2nd ed. Madrid: Gredos, 400-410.

Le jugement de valeur

– 2 –

André Camlong
Professeur Titulaire des Universités
andre.camlong@wanadoo.fr

Dans cet article nous allons mettre à l'épreuve les théories du jugement de valeur que nous avons exposées dans l'article précédent en analysant un conte de Miguel Torga, *O Cavaquinho*, tiré des *Contos da Montanha* (que tout le monde connaît, parce qu'ils méritent d'être connus et appréciés à leur juste valeur).

Nous allons tout d'abord nous pencher sur le discours en fonction des stratégies discursives qui sont celles du jugement de valeur, telles qu'elles se dessinent dans l'incipit. Nous allons ensuite nous attarder sur l'une des particularités d'écriture que nous retrouvons dans tous les contes de Miguel Torga, la technique de la formulation de la concession. Nous essaierons enfin de réfléchir sur la fonction de l'imparfait dans la mise en place des stratégies discursives du conte.

1. Les stratégies discursives mises en place dans l'incipit du *Cavaquinho*

Relisons attentivement cet incipit :

O cavaquinho

O Ronda era o homem mais pobre de Vilela. Mas teve uma tal alegria quando o filho, o Júlio, fez o primeiro exame com ótimo, que prometeu pela sua salvação que lhe havia de dar uma prenda no Natal. O rapaz ouviu-lhe a jura desconfiado. Apesar dos dez anos, já conhecia a vida. Uma prenda, se nem dinheiro havia para broa! Em todo o caso, pelo sim, pelo não, foi pondo de vez em quando uma acha na lembrança de pai, e em Dezembro, na véspera da feira dos 23, avivou a chama:

— Então sempre vai à Vila?

— Pois vou.

— E traz-me a prenda?

— Trago.

Fez-se silêncio.

De quoi s'agit-il ? De la dramatique bévue d'un père qui promet à son fils de lui faire un cadeau pour la Noël pour le récompenser de la réussite scolaire. Rien de plus légitime que la fierté d'un père devant la réussite de son fils. Oui, certes, mais ce qui est vrai en général ou dans l'absolu peut très bien ne pas l'être dans la pratique ou dans le particulier, comme on va le voir dans le conte

présent. En effet, ce « bon père de famille » n'a pas les moyens de tenir la promesse qu'il vient de faire, il n'a même pas l'argent nécessaire pour se payer le pain quotidien, fût-ce du « pain noir ». Et pourtant la promesse tourne à l'obsession, à l'obstination et vire au cauchemar : on le retrouve mort, poignardé, à côté de la mandoline (le *cavaquinho*) qu'il a volée. Le silence qui se fait à la fin de l'incipit sert de prélude à cette mort tragique : prélude d'une mort annoncée.

Examinons le contenu de cet incipit à la lumière des paramètres de définition du jugement de valeur.

La norme qui dicte le VRAI (pour reprendre ici l'exposé d'Aristote dans sa *Rhétorique*) voudrait que l'algorithme de définition [**intention**/ + / **action**/ ↔ /**acte**/], soit $(1 + 2) \Leftrightarrow (3)$ équivalent de $(a + b) \Leftrightarrow (c)$ fût respecté.

Or, on en est bien loin. Au contraire, d'entrée de jeu, on nous dit que Ronda est l'homme le plus pauvre de Vilela. Tout le discours tourne autour cette pauvreté accablante, qui rend impossible la promesse faite au fils Jules.

D'entrée de jeu, les dés sont jetés, la promesse devient une hantise tellement elle est impossible ou INVRAISEMBLABLE. C'est ce que la formule de définition met en évidence : $(a + b) = (1 + 0)$. À savoir : $(1 + 0) < (3)$. Le VRAISEMBLABLE n'est pas le VRAI.

L'intention ($a = 1$) est positive certes, louable même chez un père qui veut récompenser et encourager son fils à réussir dans la vie, mais cette intention est vaine, voire impossible, dès lors que ce père n'a pas les moyens de tenir sa parole : ($b = 0$) ; il n'a même pas les moyens de vivre dignement, de « payer son pain quotidien », symbole de vie par excellence.

Dans ce conte, le fils Jules (remarquer le choix stratégique des noms propres) joue un rôle prépondérant : d'un côté il veut son cadeau, mais de l'autre il attire l'attention du père (et du lecteur) sur la misère de la famille. Comment acheter un cadeau quand on n'a même pas les moyens de s'acheter le pain quotidien, fût-ce du pain noir (*a broa*) ? À ce poste, il fonctionne comme un élément fédérateur de la véridiction et de la vérification. De ce point de vue il occupe une position stratégique pour le lecteur.

Le problème est posé *ex abrupto*, en toute lucidité. Comment Ronda va-t-il faire pour acheter ce cadeau ? L'équation est insoluble aux yeux du fils et aux yeux du lecteur. Le père a fait une promesse impossible, irraisonnée, louable certes, mais irrationnelle et irréalisable.

Quelle est la solution ? Faut-il renoncer à la promesse ? Ronda reste sur ses positions : il ne remet pas sa parole en question. Alors que le fils s'interroge et que la mère se morfond et s'inquiète, car elle pressent le drame qui est en train de se jouer. Pressentiment ou prémonition ? Ronda ne revient pas de la foire de

Vilela, on l'a découvert poignardé à côté de la mandoline qu'il avait, sous-entendu, volée.

Ronda est d'abord victime de son entêtement et de son obsession, mais aussi victime d'avoir violé les lois morales, sociales et pénales. La sanction est immanente et inéluctable. C'est le drame de la misère humaine et de la pauvreté que Miguel Torga dénonce dans une douce révolte. Il dénonce les terribles injustices de cette effrayante condition humaine qui frappe les humbles habitants de « ces montagnes » au cœur même de leur pitoyable existence. Mais ce cri de révolté est un cri existentialiste imprégné d'un profond humanisme, poignant certes, mais bienveillant. Miguel Torga n'accable pas son héros, il lui garde toute sa sympathie qui force le lecteur à comprendre et à excuser son malheureux geste. Alors Ronda prend une dimension humaine qui force la sympathie face à l'insupportable réalité de la vie quotidienne, que l'homme ne parvient pas à maîtriser.

Miguel Torga fait de Ronda, perdu dans la dure réalité « des montagnes », une victime expiatoire de la triste condition humaine : il est à l'image de l'homme révolté qui vit en esclave dans un enfer et non en maître dans un paradis, jeté dans un pays qui est aux antipodes de la terre promise.

Comment, dans ces conditions, Ronda peut-il aimer son fils Jules, lui prodiguer son amour et lui dispenser sa tendresse naturelle ? Comment peut-il veiller au bien-être de sa famille et subvenir à ses besoins ? Le dilemme tourne au drame et au cauchemar. De par sa condition humaine, Ronda est un homme perdu et quotidiennement broyé dans sa « montagne », pris par la tenaille d'un enfer qui l'empêche de vivre et de respirer librement.

Mais Miguel Torga n'accable pas sa victime. Au contraire, c'est avec bienveillance et compassion qu'il met en exergue la misère et la détresse humaine de Ronda et de sa famille. La joie de Ronda, devant la réussite scolaire de son fils, est légitimée. On comprend les aspirations d'un père qui souhaite pour son fils une vie meilleure que celle qu'il connaît lui-même. Quoi de plus naturel et de plus légitime, en somme ? Or l'erreur de Ronda, car erreur il y a, est une erreur fatale, qui est à son manque de lucidité et à son obstination à vouloir, coûte que coûte, tenir une promesse impossible, qui lui fait perdre raison et lucidité.

C'est ainsi que les paramètres de définition du jugement de valeur guident le lecteur dans le labyrinthe du conte et du discours tramé par le conteur. Miguel Torga prend le lecteur par la main et lui tend d'entrée de jeu le fil d'Ariane qui doit le conduire dans les méandres et dans les subterfuges du discours, l'obligeant à faire les comptes (*contare et computare*).

2. Nature et fonction de la concession dans la mise en place des stratégies discursives

La concession ou proposition concessive occupe une place de choix dans l'incipit du conte. Elle y remplit une fonction stratégique qui se projette au cœur même de l'antésagoge, figure par excellence qui imbrique la rhétorique dans la dialectique et fait converger la logique et la morale vers le centre de gravité du conte. Cette proposition énonce et prononce la récupération de la vérité sur l'erreur et valide le jugement de valeur.

Ce faisant, cette éminente figure de dialectique et de rhétorique, qui est hélas ! trop souvent méconnue ou ignorée des critiques, valide la synthèse des stratégies discursives décryptées par les paramètres analytiques du jugement de valeur (décrits dans le précédent article précédent et présentement testés).

La concession occupe une place stratégique dans l'incipit du conte. Miguel Torga lui réserve une place de choix, qui en fait une marque prééminente et prédominante d'une écriture caractéristique.

La concession dont il s'agit ici, c'est la concession dialectique et non la concession rhétorique, celle qui englobe et articule la logique et la morale du discours tout entier, et qui valide le jugement de valeur. Et cela, d'entrée de jeu, par le biais de la conjonction d'opposition et de restriction *mas* que Miguel donne forme et vie à l'écriture de son discours. C'est un *mais* qui d'une part prend en charge la globalité de la définition du jugement de valeur et qui d'autre part oppose le VRAI et le VRAISEMBLABLE dans le seul but de récupérer la vérité sur l'erreur.

La concession consiste à opposer d'entrée de jeu l'énoncé des deux premières propositions :

O Ronda era o homem mais pobre de Vilela. MAS teve uma tal alegria quando o filho, o Júlio, fez o primeiro exame com ótimo, que prometeu pela sua salvação que lhe havia de dar uma prenda no Natal.

et ensuite à mettre en évidence les incohérences des algorithmes de définition de l'énonciation : [/intention/ + / action/ ⇔ /acte/], où (a + b) ⇔ (c) diffère de (1 + 2) ⇔ (3), puisque (1 + 0) ≠ et < (3).

En effet, les jeux sont faits dès le départ : Ronda n'a pas, quoi qu'il fasse ou quoi qu'il dise, les moyens de tenir sa promesse. Il est d'une pauvreté accablante : (b = 0). D'entrée de jeu, il est dit et posé que Ronda est dans l'impossibilité de tenir une promesse inconsidérée, irréfléchie et irraisonnée.

La concession peut alors se formuler d'un point de vue classique comme suit :

«Bien que Ronda fût l'homme le plus pauvre de Vilela, il a commis l'erreur de faire une promesse inconsidérée à son fils pour le récompenser de sa réussite scolaire ».

Ce qui se traduit par l'algorithme d'opposition du VRAI et du VRAISEMBLABLE ou plutôt de l'INVRAISEMBLABLE :

- pour le VRAI, $(a + b) \Leftrightarrow (c) \text{ égale } (1 + 2) \Leftrightarrow (3)$
- et pour le VRAISEMBLABLE $(a + b) \Leftrightarrow (c) \text{ diffère de } (1 + 2) \Leftrightarrow (3)$.

En effet, $(a + b) = (1 + 0)$. Cette formule de définition montre combien le problème est insoluble puisque $(c) = (1 + 0) \text{ est } \neq \text{ et } < (3)$.

Ronda ne peut pas régler ou résoudre son équation comme il aurait aimé, voulu ou souhaité le faire. Il est obnubilé par sa promesse. Il ne peut pas résoudre son problème. La raison aurait dû lui dicter de renoncer et d'écouter son fils, et sans doute aussi son épouse, plutôt que de s'entêter. C'est en toute logique que l'erreur lui est fatale. La morale est sauve : c'est au prix de sa vie qu'il paie les conséquences de ses erreurs.

Telle est la leçon du conte.

C'est cette leçon que le conte a « en-tête », dans l'incipit où la concession occupe une place de choix au cœur d'une stratégie prédéfinie et préétablie où la logique et la morale, la dialectique et la rhétorique, ou encore l'énoncé et l'énonciation convergent vers un seul et même objectif, qui est de valider la leçon (ou l'*exemplum*) du conte.

3. Les valeurs de l'imparfait dans les instances d'énoncé et d'énonciation

L'imparfait est un temps du présent, un temps de l'énonciation, qui a une valeur allocentrique, allotropique et alloréférentielle qui règle dès l'incipit l'écriture et la stratégie discursive du conte.

Par allocentrique, il faut entendre la mise en concurrence de deux centres d'intérêts qui ont une fonction capitale dans l'incipit et dans l'énonciation.

Par allotropique, il faut entendre que les deux centres d'intérêts en question sont mis en confrontation de telle sorte que l'on va passer de l'un à l'autre pour mieux les éclairer.

Par alloréférentiel, il faut entendre que les deux centres d'intérêts gravitent autour de pôles qui s'opposent et se complètent.

Dans tous les cas, la bipolarité est du plus grand intérêt stratégique pour la mise en place des instances d'énoncé et d'énonciation.

Si la première phrase, et donc la première proposition, est à l'imparfait, c'est pour obliger le lecteur à considérer les faits énoncés sous toutes les facettes

par rapport aux faits énoncés dans la deuxième phrase, et donc dans la deuxième proposition, qui est au prétérit.

Quelle en est la valeur et quelle en est la signification ?

Pour en mesurer toute la portée, il faut reconsidérer ces deux énoncés dans la stratégie discursive de la concession :

- le premier énoncé porte sur un fait constaté qu'il ne faut point perdre de vue : la pauvreté de Ronda est indéniable. Elle se résume ainsi : « *Bien que Ronda fût l'homme le plus pauvre de Vilela* », c'est un superlatif relatif réduit au minimum. Elle est en elle-même incomplète. Elle appelle le deuxième membre de l'énoncé.
- Le deuxième membre de l'énoncé, qui n'a de valeur que par rapport au premier, constitue la proposition principale ou conclusion, celle qui retient toute l'attention du lecteur sur l'erreur de Ronda : « *Bien que..., Ronda a fait une promesse imprudente* ». D'entrée de jeu, le problème est déclaré insoluble. Ronda court à sa perte. Il faut laisser le drame se dérouler à son rythme, suivant les principes préétablis.

C'est ainsi que le lecteur est pris en charge : le conteur le fait entrer de plain-pied dans la partie qui va se jouer sous ses yeux. D'entrée de jeu, il lui donne la clef du problème. À lui d'en suivre le déroulement.

En effet, la problématique du conte tourne autour de la promesse impossible de Ronda étant donné son manque de moyens pour tenir sa parole. L'un ne va pas sans l'autre. L'un ne peut pas se définir sans l'autre. L'un n'a de sens qu'à travers l'autre. L'un ne s'explique que par l'autre.

Plus que jamais il convient de rappeler la définition de la définition prônée par Aristote :

une définition a toujours l'aspect d'une formule. (...) en matière de définitions, la discussion tourne la plupart du temps sur une question d'identité ou de différence. (Voir Aristote, *Les Topiques*, I, 6).

On voit combien tout est question d'identité et de différence :

- Si Ronda avait eu les moyens de tenir sa promesse, il n'y aurait aucune remarque à faire : tout serait normal. Il n'y aurait pas de conte ou de comptes à faire.
- Si Ronda avait tenu compte de sa pauvreté et n'avait pas fait de promesse, il n'y aurait pas non plus de remarque à faire : tout serait encore normal. Il n'y aurait toujours pas de conte ni de comptes à faire.

En revanche, comme Ronda n'a pas tenu compte de la réalité des faits inhérents à sa pauvreté légendaire, il s'est fourvoyé et il est tombé dans le panneau de la fatalité. C'était son destin.

Mais dans tous les cas, les deux pôles de la formule de définition vont de pair : l'un ne marche pas sans l'autre. On ne peut pas considérer l'un sans considérer l'autre, ni même les examiner sous toutes les coutures.

Voilà les trois points fondamentaux que nous voulions retenir pour analyser ce conte à la lumière des comptes faits à travers les paramètres de définition du jugement de valeur formulé dans le *Cavaquinho* de Miguel Torga.

Toulouse, le 13/12/2006

Recreação filológico-linguística com a geração de Cenáculo

Maria Filomena Gonçalves
Universidade de Évora
mfg@uevora.pt

Resumo

Esta comunicação centra-se no contributo de Frei Manuel do Cenáculo e da sua ‘geração’ para os estudos filológicos e linguísticos, visando demonstrar em que medida a produção metalinguística destes eruditos constitui uma fonte relevante não só para o conhecimento da língua culta setecentista como também para a história das ideias linguísticas em Portugal.

Inscrito no âmbito do projecto *Os Livros e as Bibliotecas no espólio bibliográfico de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)*, POCTI/HEC/56279/2004, ademais de apontar os principais *tópoi* da actividade metalinguística daquela ‘geração ilustrada’, este trabalho aduz exemplos do valor da correspondência de/para Cenáculo e do seu Diário.

Abstract

This paper focuses on the contributions of Friar Manuel do Cenáculo and his ‘generation’ to linguistic and philological studies, aiming at demonstrating the extent to which the metalinguistic production by these scholars constitutes a relevant source not only to the knowledge of the refined language of the 18th century as well as to the history of linguistic ideas in Portugal. A component of the project *The Books and the Libraries in the bibliographical estate of Friar Manuel do Cenáculo (1724-1814)*, POCTI/HEH/56279/2004, besides identifying the main *topoi* of the metalinguistic activity by that ‘erudite generation’, this paper presents examples of the value of correspondance to/from Cenáculo an his Diaries.

1. Com um título que evoca uma das obras emblemáticas do espírito setecentista – a *Recreação Filosófica* (1757), do Pe. Teodoro de Almeida –, este trabalho visa demonstrar o contributo de Frei Manuel do Cenáculo e da sua ‘geração’ para os estudos filológicos e linguísticos e inscreve-se no projecto *Os Livros e as Bibliotecas no espólio bibliográfico de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)*, POCTI/HEC/56279/2004.

Da biografia de Cenáculo (Marcadé 1978), que viveu entre 1724 e 1814, sobressaem três linhas de actuação: a pedagógica, a política e a pastoral. A primeira não deixou de percorrer as outras duas, já que Cenáculo, na qualidade de Superior Provincial da Ordem Terceira de S. Francisco, foi responsável pela reforma dos estudos dessa congregação religiosa. Como Bispo de Beja, entre 1770 e 1802, e, depois, como Arcebispo de Évora também se desdobrou numa

intensa actividade pastoral à qual imprimiu igualmente um cunho pedagógico, consoante espelham as suas *Instruções Pastorais*. Foi Presidente da Real Mesa Censória, criada em 1768, e membro da Junta de Instrução Literária, cargos políticos não isentos de intervenção pedagógica. Coleccionador de livros e ‘construtor de bibliotecas’ (Vaz 2006), envolveu-se directamente na fundação da Real Biblioteca, hoje Biblioteca Nacional, a Biblioteca Pública de Beja, a Biblioteca da Real Academia das Ciências e, em particular, da Biblioteca Pública de Évora, para a qual contribuiu com um fundo bibliográfico em torno dos 100.000 volumes. Concebida a biblioteca como a “casa do saber”¹, vale dizer, como verdadeiro espaço público consagrado à cultura, em sentido lato, não surpreende que, a par das colecções de livros igualmente pretendesse Cenáculo reunir acervos museológicos que contivessem elementos naturais, obras de arte ou peças arqueológicas.

2. De definição complexa e não isenta de problemas, o conceito de ‘geração’ determinar-se-á menos pela rigorosa contemporaneidade dos autores do que pela sintonia ou afinidade ideológica entre intelectuais que partilharam preocupações ou se interessaram por certos assuntos ou problemas, fosse no plano das reformas dos estudos, fosse no da reflexão/produção metalinguística. Na verdade, a própria intervenção social dos intelectuais desta ‘geração ilustrada’ põe de manifesto uma série de ‘traços identitários’ configuradores de uma ‘geração’, sem que tal signifique absoluta comunhão ideológica – veja-se o regalismo de alguns (Vaz 1992) – ou total sintonia quanto ao ideário metalinguístico. Por ‘geração’ entende-se aqui uma plêiade de homens cultos que, tendo nascido até duas décadas depois de Cenáculo (1724-1814), a dado passo do seu percurso vital partilharam e cruzaram saberes que iam do humanístico ao científico. Graças à correspondência de/para Cenáculo (Gusmão 1944-1956), é hoje bem conhecida a relação intelectual existente entre o Arcebispo de Évora e os seus contemporâneos. Muitos destes, tal como Cenáculo, eram homens de Igreja e estiveram na órbita do poder. Sob o signo ideológico do Iluminismo, tocou-lhes viver um tempo de mudanças epistemológicas que se repercutiram, não menos que as sociais, políticas, económicas e pedagógicas (Calafate 2001; Araújo 2002), quer na própria língua, quer na produção metalinguística. Quanto a esta, Setecentos foi um período particularmente fértil, situação a que não seria alheio o espírito reformador, manifestado logo em 1746 no *Verdadeiro Método de Estudar*. Mas é graças à legislação pombalina que a língua passa a ocupar uma posição relevante na chamada ‘agenda política’. Com efeito, sob a égide do Marquês de Pombal, o

¹ A Livraria eborense tem precisamente como divisa *Sedes sapientia*.

ensino da língua, o da gramática em especial, seria colocado ao serviço do poder, passando a estar no cerne da reforma pedagógica. Isso explicará que a geração de Cenáculo tenha sido tão pródiga não só em textos metalinguísticos canónicos – gramáticas, ortografias e dicionários –, verdadeiros instrumentos normalizadoras e codificadores, como também em textos de configuração e escopo distintos, a saber, discursos, memórias académicas, diálogos, etc. Embora a Cenáculo não se lhe conheça propriamente produção de natureza metalinguística, a verdade é que, no âmbito das reformas que propôs, não deixam de comparecer matérias que caberiam na Filologia oitocentista.

Pondo de remissa as diferenças, os intelectuais da geração de Cenáculo partilham dos seguintes traços: reformismo pedagógico, produção de materiais escolares em conformidade com as novas coordenadas do gramaticalismo e do pensamento linguístico em geral, intenção normalizadora/codificadora da língua e compilação da memória linguístico-literária. De facto, para lá dos desfasamentos cronológicos, das distintas formações e dos diversos interesses filológico-linguísticos, a atitude anti-escolástica, reformista e ‘ilustrada’ de D. Frei Manuel Cenáculo Villas Boas, não diverge, ao menos no âmbito pedagógico, da que pautava nomes bem conhecidos na Historiografia da Língua Portuguesa (Fávero 1996; Diogo 1996; Gonçalves 2003): Francisco José Freire, também conhecido como Cândido Lusitano (1719-1773), António das Neves Pereira (17?-1818), Pe. Teodoro de Almeida (1722-1804), António Pereira de Figueiredo (1725-1797), Frei João de Sousa (1735-1812), Jerónimo Soares Barbosa (1737-1816), Francisco Dias Gomes (1737-1816), Bento José de Sousa Farinha (1740-1820), António Ribeiro dos Santos (1745-1818), Joaquim de Fóios (1733-1811), Pedro José da Fonseca (1737-1816), Pedro José de Figueiredo (1762-1826), Morais Silva (1755-1824) e Frei Francisco de S. Luís, o Cardeal Saraiva (1766-1845). Salvo Cândido Lusitano, todos assistiram à mudança de século; o mais distante de Cenáculo é o Cardeal Saraiva, nascido na década de sessenta do século XVIII, conquanto o seu ideário linguístico seja inequivocamente setecentista.

Como referido antes, muitos destes intelectuais eram homens de Igreja. Entre os oratorianos sobressaem Teodoro de Almeida e Pereira de Figueiredo: o primeiro é o já mencionado autor da *Recreação Filozofica* (10 vols.), ambicioso projecto enciclopédico e pedagógico que contemplava a fonetização da ortografia portuguesa (Gonçalves 2003), a tom com a simplificação proposta para o ensino; o segundo notabilizou-se pela produção de manuais destinados ao ensino da língua latina e pela intervenção na polémica setecentista da gramática

latina² (Gonçalves 2006). A estes junta-se o também oratoriano Francisco José Freire, famoso pelas inúmeras traduções, assim como pela sua *Arte Poética* (1748), na qual traça uma teoria sobre o “bom gosto”. Mas a atitude ideológica e a produção metalinguística dos congregados apenas se poderá compreender no quadro da disputa pedagógica com os Jesuítas, porque mesmo antes do encerramento dos colégios inacianos, os Nérís já haviam adquirido o beneplácito do poder, vindo depois a ter um papel preponderante na chamada ‘política linguística’ do pombalismo, vale dizer, nas várias reformas dos estudos. É bem conhecida a participação dos oratorianos na polémica em torno do ensino da gramática latina (Andrade 1982), entre eles o próprio Pereira de Figueiredo, para quem, a exemplo de Cenáculo, a pedagogia e a política eram instrumentos ao serviço da reforma das mentalidades.

Irmanados nos objectivos do chamado Iluminismo pedagógico e linguístico de Setecentos, que se estendeu até à centúria seguinte, aos nomes atrás referidos ficou associada parte significativa da produção relativa à língua portuguesa, que vai do pombalismo até ao período liberal. Para se aquilatar a abrangência das linhas de força da agenda (meta)linguística deste período, bastará o rol de alguns dos títulos vindos a lume entre os meados do século XVIII e a década de 30 da centúria seguinte:

- Teodoro de Almeida (1751-1800): *Recreação Filozófica ou Diálogo sobre a Filozofia Natural para a instrução de pessoas curiosas que não frequentarão as aulas.*
- António José dos Reis Lobato (1770): *Arte da Grammatica da Língua Portuguesa.*
- Fr. Bernardo de Lima e Melo Bacelar (1783): *Grammatica Philosophica da Língua Portuguesa.*
- Bento José de Sousa Farinha (1788/1794): “Vayas feitas á Barbaridade de Alguns Portuguezes” (*Jornal Encyclopedico*); “Diálogo sobre a Lingoa da Lingoa Portuguesa em que são interlocutores Joaõ, Avô, e Júlio Neto” (Vaz 1992).
- Frei João de Sousa ([1789]²1830/1790): *Vestigios da Lingoa Árábica em Portugal ou Lexikon Etymologico das palavras, e nomes portuguezes; Documentos Arábicos para a Historia Portuguesa copiados dos originaes da Torre do Tombo [...].*
- António das Neves Pereira (1792/1793): “Ensaio Critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servem os nossos bons escriptores dos séculos XV e XVI e deixaram esquecer os que se seguiram até ao presente”.

² Veja-se o opúsculo intitulado *Defensa do Novo Methodo de Grammatica Latina contra o Anti-Prologo critico [...]*, Lisboa, Na Officina de Miguel Rodrigues, publicado em 1754 sob o pseudónimo de Francisco Sanches.

- In: *Memorias de Litteratura* IV, 339-446; “Continuação do Ensaio Critico sobre qual seja o uso prudente das palavras de que se servirão os nosso bons Escritores do Seculo XV e XVI; e deixaráo esquecer os que a seguirão até ao presente”, *Memorias de Litteratura*, V, 152-252; “Ensaio sobre a Philologia Portuguesa por meio do Exame e Comparação da Locução e Estylo dos nossos insignes poetas que floreceram no seculo XVI” (*Memorias de Litteratura*, V, 1-151).
- António Pereira de Figueiredo (1792-1793) *Espirito da Lingua Portugueza*. Extrahido das Décadas do insigne Escritor João de Barros (*Memorias*, t. III, 111-226); João de Barros. Exemplar da mais solida Eloquencia Portugueza (*Memorias*, t. IV, 1-25).
 - Francisco Dias Gomes (1792): “Analyse e combinações filosóficas sobre a elocução, e estylo de Sá de Miranda, Ferreira, Bernardes, Caminha, e Camões [...]” (*Memorias de Litteratura*, IV); “Ensaio sobre a filologia Portugueza por meio do Exame e comparação da Latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos Lusitanos”, *Memorias de Litteratura*, XII, Parte I, 1- 43).
 - Joaquim de Fóios (1792): “Memoria sobre a Poezia bucolica dos Poetas Portuguezes” (*Memorias de Litteratura*, I).
 - Pedro José da Fonseca (1799): *Rudimentos da Grammatica Portugueza*.
 - Pedro José de Figueiredo (1799): *Arte da Grammatica Portugueza*.
 - António de Morais Silva³ (1789/1806): *Diccionario da Língua Portugueza; Epitome da Grammatica Portugueza*.
 - António Ribeiro dos Santos (1814): “Das origens, e progressos da Poesia Portugueza”, *Memorias de Litteratura*, VIII, 1814, pp. 234-251.)
 - Jerónimo Soares Barbosa (1822): *Grammatica Philosophica da Língua Portugueza ou Princípios da Grammatica Geral Aplicados á nossa Linguagem*.
 - Fr. Francisco de S. Luís, Cardeal Saraiva (³1828-1838): “Ensayo sobre alguns synonymos da lingua portugueza”, *Memorias*; “Glossario das Palavras e Frases da Lingua Franceza, que por descuido, ignorancia, ou necessidade se tem introduzido na Locução Portugueza moderna; com juizo critico das que são adoptaveis nella”, *Memorias*, IV, Parte II, 1-146;
 - S. Luís, Fr. Francisco de (1837): “Memoria em que pretende mostrar, que a Lingua Portugueza não he filha da Latina, nem esta foi em tempo algum a lingua vulgar dos Lusitanos”, *Memorias de Litteratura Portugueza*

³ Natural do Rio de Janeiro, a formação do primeiro lexicógrafo da língua portuguesa faz-se em Coimbra. Além disso, a sua obra lexicográfica e gramatical alinha pelos mesmos princípios que norteiam a produção metalinguística do mesmo período (Murakawa 2006).

publicadas pela Academia Real das Sciencias de Lisboa, t. XII, Parte I. Lisboa: Officina da Academia, 1- 43.

Pequeníssima amostra da produção metalinguística em Setecentos, os títulos acima remetem para a maioria dos *topoi* do pensamento linguístico do século XVIII. As gramáticas de Melo Bacelar (1783), de Morais Silva (1806) e de Soares Barbosa (1822), esta última publicada seis anos após a morte do seu autor, são fruto do mesmo “filosofismo gramatical” (Torres 1998: 125) de que já se reclamara Lobato (1770), ainda que este não rompesse propriamente com o cânon da descrição das declinações latinas. Com efeito, à gramática setecentista está subjacente, *mutatis mutandis*, o mesmo ideal racionalista que em Freire (1773/1842), Neves Pereira (Barros 1997; Gonçalves 2002; 2005), Francisco Dias Gomes, António Pereira de Figueiredo (1793) suscitou a indagação do genuíno vocabulário português, levando-os a joeirar a memória quinhentista e seiscentista em demanda do português legítimo, entretanto abastardado devido à entrada de elementos exógenos (i.e. galicismos) e à revitalização abusiva de elementos endógenos ‘desfuncionalizados’ (i.e. arcaísmos). Contra a “francezia” (i.e. o galicismo) já se perfilara Cândido Lusitano, reconhecido purista, seguido por Neves Pereira (Gonçalves 2005), que ao assunto dedicada parte de uma Memória académica, e, mais tarde, por João Pedro Ribeiro (1758-1839), influenciado pelo Cardeal Saraiva, cujo *Glossario das Palavras e Frases da Lingua Franceza* traduz bem a extensão vocabular, sintáctica e semântica do problema do francesismo a finais do século XVIII (Vilela 1981; Gonçalves 2005). O intuito de restituição da língua a um estado de pureza traduzir-se-ia, por outro lado, na procura das origens linguísticas e literárias, consoante indicam os estudos de Joaquim de Fóios, Dias Gomes ou António Ribeiro dos Santos. Interessado nos problemas relativos ao parentesco linguístico, este último seria, sob o influxo do já referido Cardeal Saraiva, um arauto da filiação do português na língua celta – a chamada “celtomania”⁴ (Gonçalves 2001) –, teoria que, importada de França, não deixou de causar polémica em Portugal (Schäfer-Priess 2004). Por outro lado, da indagação da memória linguística e literária resultaria uma série de repertórios lexicais, tanto gerais como específicos, conforme mostram as obras lexicográficas de Melo Bacelar (1783), Morais Silva (1789), a Academia (Letra A, 1793) e Fr. João de Sousa (1830).

Pautado pelo racionalismo, o gramaticalismo de Setecentos visava não só a universalidade como a economia dos princípios e das regras, ideias consonantes com a fonetização da ortografia, que assim se pretendia devolver à primitiva correspondência fono-grafémica. Bom exemplo da simplificação ortográfica é a

⁴ A este capítulo da historiografia da língua portuguesa já se referia José Leite de Vasconcelos (1929).

já referida *Recreação Filozófica*, do Pe. Teodoro de Almeida, o qual, na esteira do sistema verneiano, divergia da ‘etimologização’ de um Madureira Feijó ou de um Monte Carmelo (Gonçalves 2003).

Os títulos acima arrolados representam, pois, trilhos metalinguísticos que se estendem da ortografia à gramática, do léxico à sintaxe, da apologia da defesa do vernáculo ao problema da diversidade linguística, da variação à normalização, da origem latina à importação vocabular, dos repertórios lexicais aos *corpora* textuais.

3. Afora a similitude de interesses filológico-linguísticos, os autores da geração de Cenáculo não raro estavam ligados por uma troca epistolar que permite traçar a evolução do pensamento destes homens, além de dar a conhecer as relações pessoais entre estes homens. A correspondência recebida/enviada por Cenáculo de/para vários eruditos da *intelligentsia* nacional é um exemplo cabal da relação intelectual e humana entre ilustrados portugueses e não só (Piwnick 1987)⁵. Constituído pelas cartas de/para Cenáculo e pelo Diário do Arcebispo de Évora, boa parte desse espólio continua inédito até hoje, com exceção da correspondência editada por Marie-Hélène Piwnick (1999). De indubitável interesse para a história da cultura e das mentalidades, pouco se tem atentado, no entanto, no valor filológico-linguístico deste epistolário à guarda da BPE, tarefa integrada no projecto *Os Livros e as Bibliotecas no espólio bibliográfico de D. Frei Manuel do Cenáculo (1724-1814)*, POCTI/HEC/56279/2004. Trazem-se aqui alguns exemplos dos materiais que têm estado a ser tratados com o objectivo de demonstrar o valor historiográfico e linguístico do espólio de Cenáculo. Tais materiais têm-se revelado de uma riqueza extraordinária, seja no que tange ao papel do livro na circulação das novidades ideológicas, inclusive das linguísticas, seja no que toca ao conhecimento da língua setecentista (Pinto 1998), da qual se desconhece quase tudo devido à inexistência de *corpora* textuais representativos (Castro 1996: 136-137), sobretudo da língua não literária.

Entre as cartas dirigidas a Cenáculo vale a pena realçar as de António Pereira de Figueiredo, cuja correspondência está reunida no COD. CXI/2-11, da BPE. Junto com as cartas, ali se encontra um “plano para os estudos elementares”, aspecto relevante se tivermos em consideração que Cenáculo elaborara o plano de estudos para a congregação dos Religiosos da Ordem Terceira de S. Francisco (1769). Se a correspondência com Cenáculo mostra o fervor reformista de António Pereira, nome por que ao tempo era mais

⁵ Sobre a troca epistolar entre Cenáculo y Mayans y Siscar, vide Piwnick (1987; 1999) e Santos (2003).

conhecido, não deixa de corroborar a intensa actividade do oratoriano, além de expor a estreita relação entre duas figuras de proa do Iluminismo português. Verdadeiro polígrafo, António Pereira de Figueiredo deixou 52 obras manuscritas e 90 obras impressas, algumas das quais registaram extraordinário trânsito editorial como aconteceu com o *Novo Metodo da Grammatica Latina*, com inúmeras reimpressões até 1868. Contudo, o denominador comum ao extenso rol de títulos do oratoriano é o reformismo, a cujo serviço pôs uma vasta erudição, norteadas pelas “luzes da razão”. Ofuscada pela sua intervenção na polémica da gramática latina, no que respeita ao vernáculo a produção de Pereira de Figueiredo inscreve-se na linha que já perpassa nas *Reflexões sobre a Lingua Portuguesa* (1773), de Cândido Lusitano (Gonçalves 2003) e nas obras de Francisco Dias Gomes ou do Pe. Fóios, para só mencionar alguns dos que discutiram os problemas do uso e da norma. Mas a preocupação com o estado da língua pátria a finais do século XVIII decorria, também em Pereira de Figueiredo, da condenação dos padrões linguísticos, e literários ligados ao formalismo e ao conceptismo seiscentistas, tidos como responsáveis pelo desvirtuamento da língua pátria, situação agravada, desde inícios de Setecentos, pela imitação do ‘estilo francês’. Atente-se nas palavras do Oratoriano:

“Hum estylo finalmente, cuja epoca se deve deduzir daquelle tempo, em que preterida a lição dos Escretores Estrangeiros á dos Patrios, começou, a dar-se por hum Portuguez rasteiro e insulso, todo o que não tivesse muitos, e mui sensiveis resabios do Dialecto francez” (Figueiredo 1793: 5).

4. Os manuscritos de António Pereira de Figueiredo encontram-se no Cod. CXI – 2-11, da BPE. O Prof. Banha de Andrade (1982: 561) já chamara a atenção para a peça nº 8 deste códice, que contém umas *Reflexões sobre como se deve ensinar a Grammatica Latina*, seguidas das *Reflexões sobre o modo com que se deve ensinar a Retorica* e das *Reflexões sobre o modo de ensinar as Primeiras Letras*. A respeito da datação destes Planos de Estudos já se tratou em outro lugar (Gonçalves 2006), motivo por que se põe de remissa esse aspecto, bem como a descrição material e conteudística dos manuscritos, aduzindo-se tão só uns excertos relevantes para a compreensão do pensamento reformista de António Pereira e da sua relação com Cenáculo.

Como referido antes, a personalidade reformadora de Pereira de Figueiredo transparece de modo fulgurante na correspondência dirigida a Cenáculo. Apesar das convenções próprias do género epistolar – fórmulas reverenciais de saudação e de despedida, por exemplo – e do código estilístico-retórico da época, a escrita do oratoriano não é isenta de algum humor e de muitas notas pessoais, para lá de abundantes referências aos livros e aos circuitos de aquisição.

Em carta dirigida a Cenáculo em 3 de Março de 1775, além de aludir à circulação dos livros franceses em Portugal, Pereira não disfarça o seu espírito anti-jesuítico:

Taõbem appresentei ao mesmo Senhor [ao Marquês de Pombal] hum Exemplar da Memoria que se quis offerecer a Clemente XIV sobre o modo de levar ao fim o grande Negocio da Extincção não só do Instituto, mas taõbem do Espirito Jesuitico. He a mesma, que V. Ex^a me fez o favor de me mandar ao Estoril em Francez.

Na mesma carta, são de realçar as referências a Arnault (filósofo e gramático) e as referências aos agentes da circulação do livro francês em Portugal – impressor e livreiro –, mostrando que os intelectuais portugueses, ao acompanharem as novidades editoriais, também estavam a par das novas ideias, inclusive das linguísticas:

Com isto estou na posse de repartir com V^a Ex^a dos bons & uteis Papeis, que este sabio Francez (Antoine Belle-Garde), continuamente me remette; e dezejo sinceramente contribuir [...] ao adiantamento e progresso do novo Collegio de Jesus; tomo a confiança de apresentar a V^a Ex^a para a Livraria do mesmo Collegio das obras seguintes: dous tomos em 4^o das obras do grande Arnault em que contem as suas Cartas. **He Edição que agora se trabalha em Lausane da Helvecia de todas as Obras daquele grande Homem;** e o Impressor promette dar cada trez mezes dous Volumes. & como Belle Garde significa **o grande empenho que tem, de que as Obras de Arnault se espalhem em Portugal;** e hum dos nossos Livreiros (que creio seria Bebeux) lhe disse que, de boa mente traria 30 ou 40 jogos, se estivesse seguro lhos deixariaõ passar. Eu que sei a estimaçaõ que, **o S. Marquez e V^a Ex^a** fizeram sempre das Obras de toda a Escola de Port-Royal; creio que V^a Ex^a naõ terá dúvida, de que eu assegure a Belle-Garde da facil admissaõ dellas neste Reino.

Na carta em apreço, Pereira de Figueiredo retoma a crítica aos Jesuítas e alude à Reforma dos Estudos. Leiam-se as palavras do oratoriano:

[...] quando **julguei os Planos de V^a Ex^a dignos de se traduzirem em hua Lingua universal;** foi porque depois de traduzidos e espalhados os Estatutos de Coimbra, julguei que cresceria e subiria muito de ponto entre as Nações estranhas em conceito e admiraçaõ dos nossos adiantamentos // [...] a noticia de dos Planos de Estatutos saõ os Elementos de toda a Historia Litteraria. **E he preciso que com Reforma dos Estudos deixemos á posteridade huma Prova authentica, de que com a extincção dos Jesuítas tudo convalesceo e melhorou.**

Para encerrar esta sumária exemplificação do interesse historiográfico deste género de fontes, mostra-se o ex-libris do “Diário” de Cenáculo, um fólio do seu diário e uma carta de Pereira de Figueiredo a Cenáculo (Cf. Anexos).

5. Uma breve nota final, sem pretensão de ser conclusiva. Os exemplos aduzidos na primeira parte deste trabalho provam que, ao tempo de Cenáculo, os problemas relativos à língua vernácula tinham pleno cabimento na ‘agenda reformista’, espelhando esta a quase totalidade do ideário linguístico dessa época. Por último, os exemplos extraídos do epistolário associado ao nome de Cenáculo mostrou que este género de fontes – tão pouco estudado entre nós – poderá render bons frutos, quer à história da cultura portuguesa, quer à História e à Historiografia da Língua Portuguesa.

Referências Bibliográficas

- Andrade, António Alberto Banha de (1982): *Contributos para a história da mentalidade pedagógica portuguesa*. Lisboa: INCM.
- Barros, Anabela Leal (1997): “António das Neves Pereira, fonte de Tavares de Macedo”. In: *Actas do XII Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística* (Braga-Guimarães, 30 de Setembro a 2 de Outubro de 1996), ed. Ivo Castro, vol. II, Lisboa: Associação Portuguesa de Linguística, 393-402.
- Castro, Ivo (1996): “Para uma História do Português Clássico”. In: *Congresso Internacional sobre o Português* (Actas), vol. II. Lisboa: APL, 135-150.
- Diogo, Américo António Lindeza & Silvestre, Osvaldo Manuel (1996): *Rumo ao português legítimo. Língua e Literatura (1750-1850)*. Braga: Angelus Novus.
- Fávero, Leonor Lopes (1996): *As concepções linguísticas no século XVIII. A gramática portuguesa*. Campinas: Editora da UNICAMP.
- Gonçalves, Maria Filomena (2001): “A celtomania: um tópico da linguística romântica”, In: *Diana – Revista do Departamento de Linguística e Literaturas*, 1-2, 41-58.
- (2002): “La doctrina de António das Neves Pereira: purismo, vernaculidad y perfección en el siglo XVIII. In: *SEHL 2001. Estudios de Historiografía Lingüística* (Actas del III Congreso Internacional de la Sociedad española de Historiografía Lingüística, Vigo, 7-10 febrero de 2001), ed. M. Á. Esparza Torres, B. Fernández Salgado e Hans-Joseph Niederehe, 2. Hamburg: Helmut Buske Verlag, 549-558.
- (2003): *As ideias ortográficas em Portugal: De Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / FCT – Ministério da Ciência e Ensino Superior.

- (2003): “As «Reflexões sobre a Língua Portuguesa» (1773/1842) no contexto das ideias linguísticas do século XVIII. In: *Actas del XXIII Congreso Internacional de Lingüística y Filología Románicas* (Salamanca, 24-20 de septiembre del 2001), ed. F. Sánchez Miret, 5. Tübingen: Max Niemeyer Verlag, 181-189.
- (2005): “Da 'francezia' ou o problema das palavras afrancesadas no século XVIII: as ideias de António das Neves Pereira”. In: *Estudios Portugueses. Revista de Filologia Portuguesa*, 5, 45-62.
- (2006): “As ideias pedagógicas e linguísticas de António Pereira de Figueiredo: os manuscritos autógrafos da Biblioteca Pública de Évora”. In: *Século das Luzes. Portugal e Espanha, o Brasil e a Região da Prata*, Biblioteca Luso-Brasileira, 24. Ibero-Americanisches Institut Preussischer Kulturbesitz, ed. W. Thielemann. Frankfurt am Main: TFM: 134-152.
- Gusmão, Armando Nobre (1944-1956): *Catálogo da Correspondência dirigida a Frei Manuel do Cenáculo Vilas-Boas*. Évora: Biblioteca Pública de Évora e Arquivo Distrital de Évora.
- Marcadé, Jacques (1978): *Dom Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas. Évêque de Beja, Archevêque d'Evora (1770-1814)*. Paris: Fundação Calouste Gulbenkian – Centro Cultural Português.
- Murakawa, Clotilde de A. A. (2006): *António de Morais Silva: Lexicógrafo da Língua Portuguesa*. Araraquara: FCL / Laboratório Editorial da UNESP / Cultura Académica Editora.
- Pinto, Rolando Morel (1988): *História da Língua Portuguesa. IV. Século XVIII. Série Fundamentos*. São Paulo: Editora Ática.
- Piwnick, Marie-Hélène (1987): *Echanges érudits dans la Péninsule Ibérique (1750-1767)*. Paris: Fondation Calouste Gulbenkian / Centre Culturel Portugais.
- (1999): “Mayans y la Ilustración portuguesa”. In: *Actas del Congreso Internacional sobre Gregório Mayns* (Valencia-Oliva, 6 al 8 de mayo de 1999), coord. António Mestre Sanchis. Valencia: Publicaciones del Ayuntamiento de Oliva, 295-308.
- Santos, Zulmira C. (2003): “Cartas, elogios e silêncios: termas da amizade ilustrada de Gregorio Mayans y Siscar (1699-1781) e Frei Manuel do Cenáculo, T.O.R. (1724-1814)”. In: *Península. Revista de Estudos Ibéricos*, nº 0, pp. 369-380.
- Schäfer-Priess, Barbara (2004): “Zur „Keltomanie“ in Portugal”. In: *Sprachkontakte in der Romania. Zum 75. Geburtstag von Gustav Ineichen*. Herausgegeben von Volker Noll und Sylvia Thiele. Tübingen: Max Niemeyer Verlag: 259-257.

- Torres, Amadeu (1998): *Gramática e Linguística. Ensaio e outros estudos*. Universidade Católica Portuguesa: Faculdade de Filosofia / Instituto de Letras e Ciências Humanas / Centro de Estudos Linguísticos.
- Vaz, Francisco Lourenço (1992): *As ideias pedagógicas em Portugal nos fins do século XVIII – Bento José de Sousa Farinha*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa [dissertação de Mestrado].
- Vaz, Francisco Lourenço & Calixto, José António (2006): *Frei Manuel do Cenáculo – construtor de Bibliotecas*. Casal de Cambra: Caleidoscópio.
- Vilela, Mário (1981): “A «norma» purista no século XVIII (com base num exemplo)”. In: *Revista de História*, IV, 49-61.

Anexos

Anexo 1 - *Ex-libris de Cenáculo*



Anexo 3 – Carta de António Pereira de Figueiredo a Cenáculo
(28 de Abril de 1777)

Ex^{mo} e R^{mo} Sr^o



De propósito deixei p^a este segundo Correo esta diligencia, que a minha obrigação faria indispensavel, esperando que agora cubria eu a V^{ra} Ex^{ta} mais descansado. Estimarei saber que V^{ra} Ex^{ta} chegou a Beja livre de molestia, de que a to cominhos. Porque do honrifica recebimento que a V^{ra} Ex^{ta} Prelado faria o Clero e othorera das Villas, não tenho eu duvida alguma. Permitta a Memoria dos antigos Bispos Paletenses. E folgarei de ter outras muitas occasiões de dar gosto a sua emdita curiosidade, que agora é que tem lugar de averiguar e extrahir no Permittorio da Beja o que de monumentos de monumentos se não tem até agora notado e publicado. Res. g^{ta} av^{ta} Ex^{ta} sr^o n^o.
Silva, 28 de Abril de 1777.

De V^{ra} Ex^{ta} a
Obediente vassalho e m^{to} obrigado
Antonio Per^o de Figue

**Património, Língua e Cultura:
contributos da Biblioteca Pública de Évora
para a “memória (meta)linguística”**

Maria Filomena Gonçalves
Ana Paula Banza
Universidade de Évora
mfg@uevora.pt; anabanza@uevora.pt

Resumo

A presente comunicação apresenta o projecto *Memória (meta)linguística da Biblioteca Pública de Évora: edição e estudo de fontes para a História / Historiografia da Língua Portuguesa*, do Centro de Investigação em Linguística e Literaturas da Universidade de Évora, dando conta do seu enquadramento, objectivos e tarefas, já desenvolvidas ou em curso e a desenvolver.

Abstract

The present paper presents the project *(Meta)linguistic Memory of the Public Library of Évora: Editon and study of sources for History / Historiography of Portuguese Language*, from the *Centro de Investigação em Linguística e Literaturas* of the University of Évora, giving testimony of its justification, goals and tasks, already developed or scheduled for development.

O projecto *Memória (meta)linguística da Biblioteca Pública de Évora: edição e estudo de fontes para a História / Historiografia da Língua Portuguesa* assume um forte enraizamento regional e local, na medida em que pretende resgatar e estudar uma parte importante do património textual depositado na bicentenária Biblioteca Pública de Évora (BPE), cuja riqueza, em especial no que tange a edições quinhentistas e seiscentistas, é por demais conhecida; motivo por que cada vez mais suscita esta instituição o interesse dos investigadores, no âmbito de projectos de diferentes áreas científicas, em particular da História.

A BPE foi fundada em 1805 por D. Frei Manuel do Cenáculo Villas Boas (1724-1814), Bispo de Évora (cf. anexo 1) e relevante erudito da “ilustração” portuguesa, cuja acção enquanto “construtor de bibliotecas” (Vaz 2006: 5), bibliófilo e coleccionador de obras artísticas e de peças arqueológicas contribuiu também para a criação de outras bibliotecas, tanto públicas como privadas, como a Biblioteca do Convento de Jesus, a Biblioteca Pública de Beja, a Biblioteca Nacional de Lisboa e a Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa.

Estima-se que à data da sua morte o bispo de Évora tivesse coleccionado cerca de 100.000 livros, ainda hoje integrados nos antigos fundos da BPE.

Após várias vicissitudes, em 1838, com a nomeação de Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (1809-1879), que foi o primeiro bibliotecário civil da BPE, a instituição eborense conheceria uma nova fase. Bacharel em Medicina e Professor de Filosofia no Liceu de Évora, Cunha Rivara exerceu, entre 1838 e 1855, uma acção notável de inventariação, catalogação, investigação e divulgação do valioso espólio arquivístico e bibliográfico da BPE, bem como do património monumental da cidade, a ele se devendo a organização e publicação do *Catálogo dos Manuscritos da Biblioteca Pública Eborense*, que é referência obrigatória por ser o único disponível até hoje. No entanto, dos quatro volumes que constituem o *Catálogo*, apenas o primeiro (1850), relativo às *Cousas da América e África*, foi inteiramente preparado por Cunha Rivara (cf. anexo 2), sendo os restantes três (1868-1871) organizados pelo bibliófilo Joaquim António de Sousa Teles de Matos, baseado embora em anotações de Rivara. A este se ficou a dever, por outro lado, o início da integração dos impressos (cerca de 5000 volumes oriundos das Livrarias dos conventos extintos) na Biblioteca, existindo notícias de que muitos outros, por falta de estantes, terão ficado dispersos por várias instituições e livrarias (Vaz 2006: 79).

Entre as preciosidades existentes nos acervos da BPE (Ruas 2005), contam-se 664 incunábulo (Cid 1988) e 6.445 livros impressos do século XVI (Monte 1968; Anselmo 1997, 2002; Curto 2003), para além de vários núcleos de manuscritos e de 20.000 títulos de publicações periódicas. Pelas relações com a Universidade de Évora, é de realçar o

espólio herdado da produção universitária dos séculos XVI-XVIII, rica em livros impressos, em obras manuscritas, em lições de todas as matérias [...] em apontamentos tomados pelos alunos, em ensaios científicos, em criações literárias, em registos históricos, em planos de obras e em relatórios de despesas. (Espírito Santo 2006: 7).

Dadas as óbvias razões de proximidade e de serviço à comunidade, cabe aos investigadores da Universidade de Évora promover e valorizar o património documental à guarda da BPE, trabalho que, nos últimos anos, tem dado frutos não despidiendos, como a edição das *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora* (Lisboa 2002, 2005) ou o Catálogo da exposição *Librorum Monumenta. Imagens da cultura eborense (séculos XVI-XVIII)* (Espírito Santo 2006).

Na senda do regaste e da valorização do património textual da BPE, iniciado por especialistas em outras áreas, um grupo de investigadores pertencentes a dois centros de investigação da Universidade de Évora: o CIEL (Centro de

Investigação em Linguística e Literaturas) e o CITI (Centro de Investigação em Tecnologias de Informação), decidiu tomar a seu cargo esta tarefa. O grupo é constituído por Maria Filomena Gonçalves (coordenadora), Ana Paula Banza, Cláudia Teixeira, Armando Senra Martins, Luís Arriaga e Paulo Quaresma e conta com a assessoria dos Professores Arnaldo Espírito Santo, Clotilde Murakawa e José Calixto.

De entre os acervos da BPE, merecem destaque obras de inestimável valor para a chamada “memória linguística”, algumas das quais foram arroladas no 2º tomo do *Catalogo de Manuscriptos da Biblioteca Eborense*, no qual Rivara reuniu os papéis relativos à Literatura (cf. anexo 3), nela compreendendo alguns de conteúdo metalinguístico, sobretudo gramáticas, ortografias, vocabulários, discursos, etc., em língua portuguesa, em latim ou em outras línguas (cf. anexos 4, 5, 6 e 7).

A riqueza e a raridade das obras metalinguísticas (impressas e manuscritas) existentes na BPE estão no cerne da construção deste projecto, cuja equipa se propõe, por um lado, fazer um levantamento sistemático de fontes relevantes (manuscritas e impressas, em Português e em Latim) para o estudo da História e Historiografia da Língua Portuguesa, e, por outro, realizar a edição e estudo de alguns desses materiais, a seleccionar, muitos deles inéditos.

Pautado pela necessidade de disponibilizar fontes que contribuam para o conhecimento da língua portuguesa e da sua historiografia entre os séculos XVI e XIX, o primeiro objectivo do projecto determina uma prévia selecção dos documentos em função das suas características e do interesse histórico e (meta)linguístico do conteúdo. Porque o texto antigo, sobretudo o manuscrito, mas também o impresso, é a fonte privilegiada para a História da Língua, a primeira e crucial tarefa a realizar é o inventário dos textos com interesse (meta)linguístico, uma vez que a inexistência de catálogos actualizados é a primeira razão do esquecimento a que se encontram votados. Feito o inventário e a selecção desses materiais, proceder-se-á à edição de um Catálogo informativo, contendo a identificação e a descrição bibliográfica dos manuscritos e impressos, portugueses e latinos, considerados relevantes. Daquela selecção resultará igualmente a edição de outros materiais em CDrom, bem como a constituição de uma base textual *on-line*.

Inventariados os textos e produzido o Catálogo, o terceiro objectivo, de escopo filológico-linguístico, traduzir-se-á na realização de edições críticas de textos de natureza (meta)linguística, inéditos ou com edições antigas e/ou filologicamente duvidosas, que se revelem interessantes do ponto de vista da crítica textual (Spina 1977; Spaggiari 2004; Cambraia 2005; Castro 2007), estando ainda prevista a realização de estudos de aspectos selectos dos textos editados.

No que diz respeito ao trabalho de edição de fontes (meta)linguísticas, destacam-se, a título de exemplo, as *Reflexões sobre a Língua Portuguesa* (cf. anexo 8). Obras como as *Reflexões*, no entanto, são numerosas no espólio da BPE, acrescendo a tal facto o de se encontrarem, muitas vezes, acompanhadas de materiais riquíssimos para a elaboração de edições críticas. Com efeito, na biblioteca eborense são muitas as obras únicas ou raras, quase todas inéditas ou com edições muito antigas, desde há muito esgotadas, e elaboradas de acordo com critérios, regra geral oitocentistas, de edição que necessitam de revisão à luz da crítica textual moderna.

As *Reflexões*, manuscrito setecentista da autoria de Francisco José Freire (1719-1773), mais conhecido pelo pseudónimo arcádico de Cândido Lusitano, são, de facto, um dos melhores exemplos do riquíssimo património de fontes textuais da BPE, bem como da relevância da conservação, disponibilização, estudo e divulgação desse património, que integra a nossa herança textual.

As *Reflexões* têm apenas uma edição conhecida, que devemos à iniciativa de Heliodoro da Cunha Rivara, que foi, como acima referimos, o seu mais ilustre bibliotecário. As *Reflexões* vieram, pois, a lume, por iniciativa de Rivara, em 1842, em Lisboa, na “Collecção de inéditos publicados pela Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis”¹ (cf. anexo 9). Esta edição, no entanto, como em geral todas as edições oitocentistas, encontra-se hoje, além de esgotada, desactualizada, porquanto os seus pressupostos não são actualmente aceitáveis à luz dos princípios teóricos e metodológicos da crítica textual.

Com efeito, a edição de 1842, claramente interpretativa, não só altera substancialmente o texto do Autor (cf. anexo 10), como não dá a conhecer ao leitor o teor e o alcance das intervenções editoriais, uma vez que não existem critérios de transcrição expressos, o que torna a edição inutilizável para estudos linguísticos.

Em nota à “Prefação da Presente Edição”, é dito que “o Sr. Rivara [...] teve a bondade de vigiar pela exacção da copia do Ms.” (1842: p. XXIV), nota que ilustra bem o *modus faciendi* das edições oitocentistas, cuja transcrição ficava a cargo de qualquer obscuro funcionário de biblioteca, não identificado, cabendo ao “editor” não mais do que a revisão da transcrição e a redacção do prefácio e notas. Não espanta, por isso, que, apesar da erudição dos editores, como é o caso, a análise destas edições revele banalizações e outros erros de transcrição,

¹ Além de promover a edição de várias obras inéditas, esta Sociedade fundou *O Panorama* (1837-1844), um dos mais importantes periódicos da primeira metade do século XIX, em que foram colaboradores, entre outros escritores, Alexandre Herculano, Garrett, Castilho e Camilo. Neste periódico foram divulgadas muitas novidades literárias, científicas e também linguísticas.

bem como uma enorme inconsistência ao nível dos critérios utilizados; além da modernização e uniformização indiscriminada de grafias, que, regra geral, oculta importantes factos linguísticos.

Urge, pois, visitar o manuscrito de Francisco José Freire e fornecer ao leitor actual uma edição fidedigna das *Reflexões*. Uma tal edição terá de definir de forma clara, em função do tipo e cronologia do texto e do público alvo da edição, critérios e normas de transcrição, que, atendendo à inexistência de outras edições, terão de ser razoavelmente conservadores. Só este procedimento permitirá a conservação, disponibilização, estudo e divulgação desta importantíssima obra, que, como acima fica dito, é apenas uma das muitas, de idêntico valor e interesse, que constituem o espólio da BPE e que é objectivo do presente projecto resgatar da poeira dos arquivos e devolver ao público.

Vejam-se alguns exemplos ilustrativos do que acima fica dito sobre a edição de Rivara² (cf. anexos 11, 12, 13):

	MANUSCRITO	EDIÇÃO
Pontuação:	Muito ha, que para ...	Muito há que para
	...da Lição de todos os Authores, que geralmente são tidos por Classicos...	...da lição de todos os Auctores que geralmente são tidos por Clássicos...
	...mudámos de opinião, persuadindo-nos, de que este Livro...	...mudámos de opinião, persuadindo-nos de que este livro...
	...com a correcção, e energia, que lhe he devida...	...com a correcção, e energia que lhe he devida...
	A ordem que seguiremos, será dividir...	A ordem, que seguiremos, será dividir...
	...satisfazendo assim a huns reparos que nos fizeram...	...satisfazendo assim a uns reparos, que nos fizeram...
	...passaremos a mostrar, que esta não he...	...passaremos a mostrar que esta não é...

² Esta edição encontra-se disponível *on-line*, na Biblioteca Nacional Digital (Memórias - Língua), no seguinte endereço: <http://purl.pt/135>.

	MANUSCRITO	EDIÇÃO
Modernização / regularização de grafias:	uzo prezentes uzarem	uso presentes usarem
	Introdução	Introdução
	Reflexoens	Reflexões
	Authores authoridade	Auctores auctoridade
	Algũas hũa	Algumas uma
	atequi	até aqui
	hum huns he	um uns é
	teoricamente	theoricamente
	Escritores Escritor	Escri pt ores Escri pt or
	estabellecermos	estabelecermos
Uso de maiúsculas:	Livro	livro
	Tratado	tratado
	Linguagem	linguagem
	Partes Parte	partes parte
Desenvolvimento de abreviaturas:	1 ^a 2 ^a 3 ^a	primeira segunda terceira
Erros:	à	á
Outras intervenções:	Acrescentos na margem e na entrelinha	Introdução de todos os acrescentos no corpo do texto sem qualquer indicação.

Os exemplos reunidos nesta tabela são uma amostra do trabalho de edição de fontes que pretendemos começar a desenvolver a partir de Maio de 2008, no âmbito da tarefa 3 do projecto. Entretanto, já se deu início à tarefa 1 - *Levantamento sistemático e exaustivo de manuscritos e impressos de natureza (meta)linguística* -, que se prolongará até finais de Outubro de 2007, tendo em vista a elaboração do Catálogo.

Com uma duração inicial prevista de três anos, dada a morosidade e complexidade das tarefas de digitalização das fontes seleccionadas para disponibilização *on-line* e em CDrom, assim como dos trabalhos inerentes à edição, prevê-se que o projecto possa ser alargado para uma duração máxima de cinco anos.

Para lá do evidente compromisso com a comunidade local e da valorização patrimonial que está subjacente a este projecto, como acima brevemente exemplificámos, não será menos significativo o seu contributo para a constituição da memória (meta)linguística do Português. Assim, o presente projecto assume-se também, para além do seu escopo regional, como um projecto de âmbito nacional, na medida em que em muito poderá contribuir, é nossa convicção, para a História e Historiografia da Língua Portuguesa entre os séculos XVI e XIX.

Referências Bibliográficas

- Anselmo, Artur (1997): *Estudos de história do livro*. Lisboa: Guimarães Editores.
- (2002): *Livros e mentalidades*. Porto: Guimarães Editores.
- Banza, Ana Paula Figueira (no prelo): *Edição Crítica (acompanhada de uma introdução, tradução dos passos em latim, notas explicativas e índices de personalidades históricas e bíblicas e de autores citados por Vieira) da Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as Proposições de que se trata, do P. António Vieira*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda.
- Bouza-Alvarez, Fernando (2001): *Corre manuscrito: una historia cultural del Siglo de Oro*. Madrid: Marcial Pons.
- (2001-2002): “Cultura escrita e história do livro: a circulação manuscrita nos séculos XVI e XVII”. In: *Leituras – Revista da Biblioteca Nacional*, nº 9-10: pp. 63-95.
- Cambraia, César Nardelli (2005): *Introdução à Crítica Textual*. São Paulo: Martins Fontes.
- Cardoso, Simão compil. e org. (1994): *Historiografia gramatical (1500-1920). Língua Portuguesa – Autores Portugueses*. Porto: Faculdade de Letras do Porto.
- Castro, Ivo (2007): “Lampadário de palavras”. In: *Edição de Texto. II Congresso Virtual do Departamento de Literaturas Românicas / Textual editing. Second Virtual Congress of the Romance Literature Department*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Cid, Isabel (1988): *Incunábulo da Biblioteca Pública e Arquivo Distrital de Évora*. Évora.
- Colóquio sobre o Livro Antigo* (1992): *Actas*, Lisboa, 23-25 de Maio de 1988, org. e real. da Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário do Livro Impresso em Portugal (1487-1987). Lisboa: Biblioteca Nacional.

- Critique Textuelle Portugaise* (1986): *Actes du Colloque* (Paris, 20-24 Octobre 1981). Paris: Fondation Calouste Gulbenkian/Centre Culturel Portugais.
- Cunha, Alfredo (1941): *Elementos para a história da imprensa periódica portuguesa (1641-1821)*. Lisboa: ACL.
- Curto, Diogo Ramada coord. (2003): *Bibliografia de história do livro em Portugal, Séculos XV a XIX*. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Deslandes, Venâncio (1988^[1888]): *Documentos para a história da tipografia portuguesa nos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Dias, João José Alves (1994): *Iniciação à bibliofilia*. Lisboa: Pro-Associação Portuguesa de Alfarrabistas.
- Espírito Santo, Arnaldo *et al.* (2006): *Librorum Monumenta. Imagens da cultura eborense (séculos XVI -XVIII) – Catálogo da Exposição Bibliográfica* (29 de Julho – 30 de Setembro de 2005). Évora: Biblioteca Pública de Évora.
- Freire, Francisco José (1842): *Reflexões sobre a língua portuguesa*. Lisboa: Typ. Soc. Propagadora dos Conhecimentos Uteis.
- Furtado, José Afonso (1995): *O que é o livro*. Lisboa: Difusão Cultural.
- Gonçalves, Maria Filomena (2003): *As ideias ortográficas em Portugal: de Madureira Feijó a Gonçalves Viana (1734-1911)*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia.
- Lisboa, João Luís *et al.* (2002): *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora*, vol. 1. (1729-1731). Évora: Colibri/ CCHC-UNL/CIDEHUS-UE.
- (2005): *Gazetas manuscritas da Biblioteca Pública de Évora (1732-1734)*, transcrição do texto de Gonçalo Lopes, Fernanda Olival e Tiago Miranda vol. 2. Lisboa, Colibri/CIDEHUS-EU/CHC-UNL.
- Livros impressos no século XVI existentes na Biblioteca Pública de Évora e Arquivo distrital de Évora – I. Tipografia Portuguesa (1952-53)*, Separata de “A cidade de Évora”.
- Monte, Gil do (1968): *Subsídios para a História da Tipografia em Évora nos Séculos XVI a XVIII*, nº 96, 102, 277, 272, 384, 395 e 402. Évora.
- Rivara, Heliodoro da Cunha (1850): *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborense ordenado com a descrições pelo bibliotecário [...]*, tomo I. Lisboa: Imprensa Nacional.
- (1869-1871): *Catálogo dos manuscritos da Biblioteca Pública Eborense ordenado com a descrições pelo bibliotecário [...] e com outras próprias por Joaquim António de Sousa Telles de Matos*, tomos, II, III, IV. Lisboa: Imprensa Nacional.
- Ruas, João coord. (2005): *Tesouros da Biblioteca Pública de Évora: Bicentenário 1805-2005*. Lisboa: INAPA.
- Silva, Innocencio Francisco da (1858-1923): *Diccionario Bibliographico Portuguez*, 23 vols.. Lisboa: Imprensa Nacional.

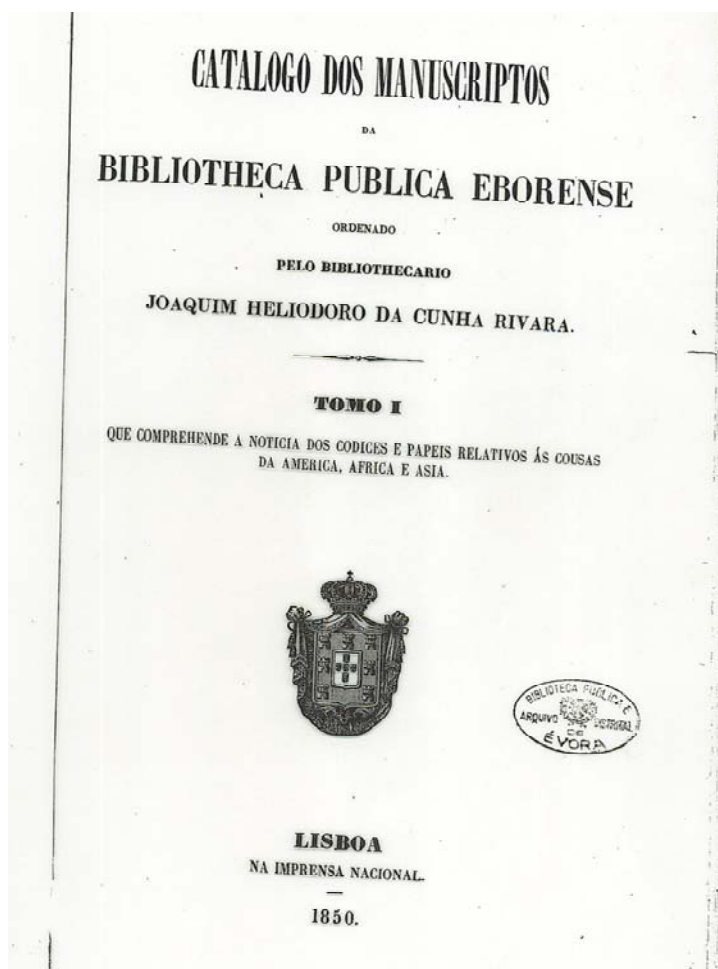
Spaggiari, Barbara e Perugi, Maurizio (2004): *Fundamentos da Crítica Textual (História. Metodologia. Exercícios.)*. Rio de Janeiro: Editora Lucerna.
Spina, Segismundo (1977): *Introdução à Edótica*. São Paulo: Editora Cultrix.

Anexos

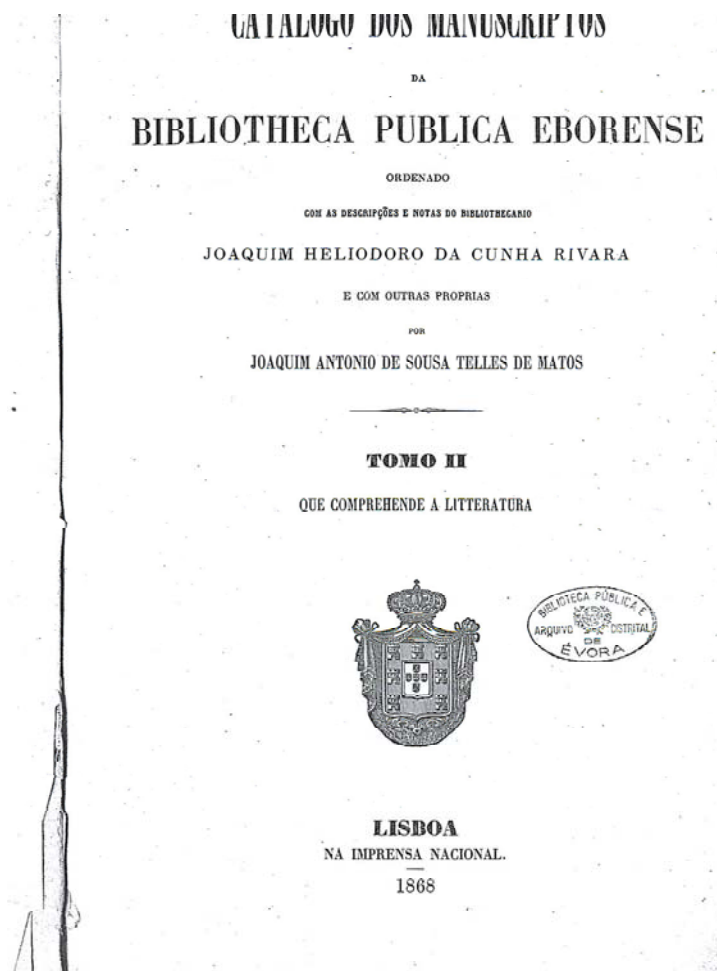
Anexo 1



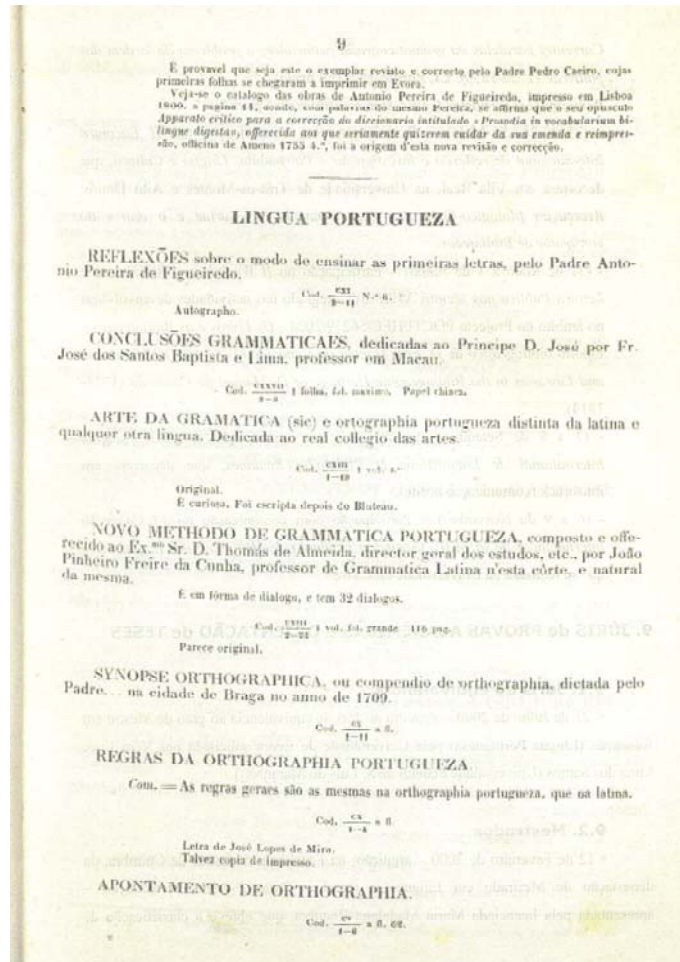
Anexo 2



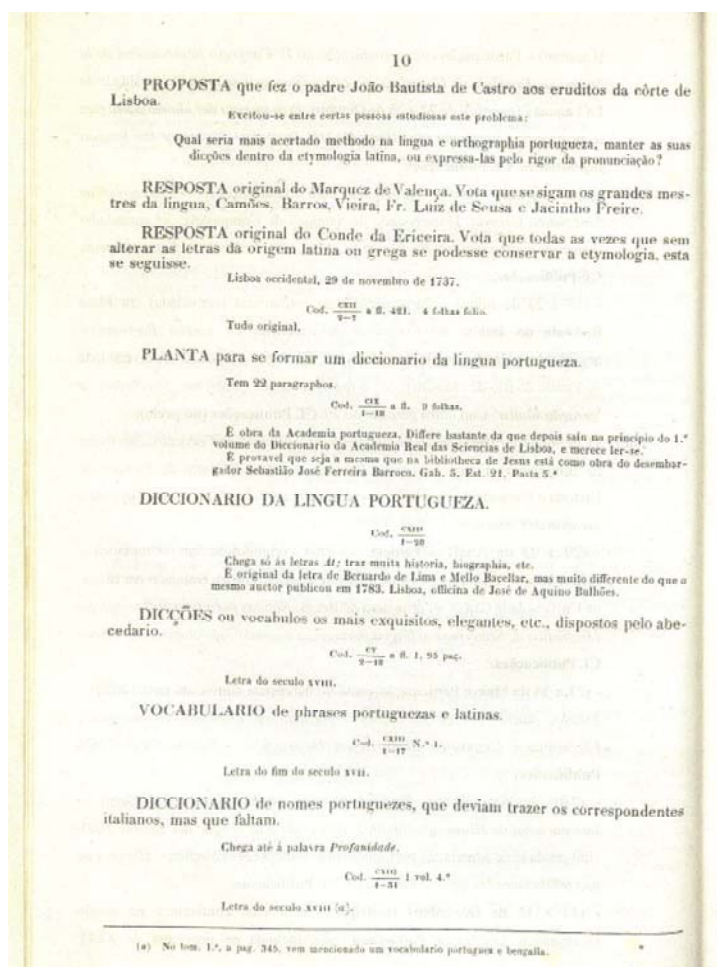
Anexo 3



Anexo 4



Anexo 5



Anexo 6



Anexo 7

PARECER q Fr. José da Assumpção deu ao Ex.^{mo} (Marquez de Pombal) sobre a grammatica de Manuel Coelho de Sousa, e arte do Padre Manuel Alvares.

Cod. $\frac{CXIV}{2-9}$ a n. 311. 2 folhas, fol.

CENSURA que o Dr. Philippe Maciel escreveu por ordem do Desembargo do Paço na carta do Sr. Patriarcha ao Cardeal Pereira, sobre sua jurisdicção.

Cod. $\frac{CV}{1-7}$ a n. ar. 1 folha, 4.^o

RESPOSTA apologetica do Reverendo Padre Mestre Dr. jubilado Fr. Fernando Cevallos, monge de S. Jeronymo, do reino de Hespanha, á censura feita ao seu MS. entregue ás licenças pelo censor regio João Guilherme Christiano Muller, 1801.

Cod. $\frac{CXIII}{1-34}$ 1 vol., 4.^o de 277 paginas.

Tem 64 paragraphs; é em fórma de representação a S. A. o Príncipe Regente; e o livro de Cevallos, é «El viajero de Lemnos, y su relacion del juicio final de la vida y escriptos de Voltaire.»

REFUTAÇÕES de D. Francisca de Montes Claros (pseudonymo), aos erros que se acham na *Dissertação historica, juridica e apologetica* do collegio de S. Pedro de Coimbra, por D. Diogo Fernandes de Almeida.

Cod. $\frac{CXV}{1-9}$ a n. 47 folhas.

Traz uma dedicatória datada de 8 de abril de 1732.

REFLEXÕES sobre a lingua portugueza, escriptas por Francisco José Freire, 1768.

Cod. $\frac{CXIII}{2-1}$ 1 vol., fol. grande. 137 folhas.

Autographo. Esta obra saú impressa em 1842, com muitas notas do Sr. Rivara.

ANALYSE das obras de Tertuliano, por João Nepomuceno Perdigão da Fonseca.

Cod. $\frac{CXIII}{1-5}$ N.^o 6.

Autographo.

ANALYSES das vidas e apologias de Quadrato, Propheta e Bispo de Athenas, e de Aristides, Philosopho christão, por João Nepomuceno Perdigão da Fonseca.

Ibid., N.^o 7.

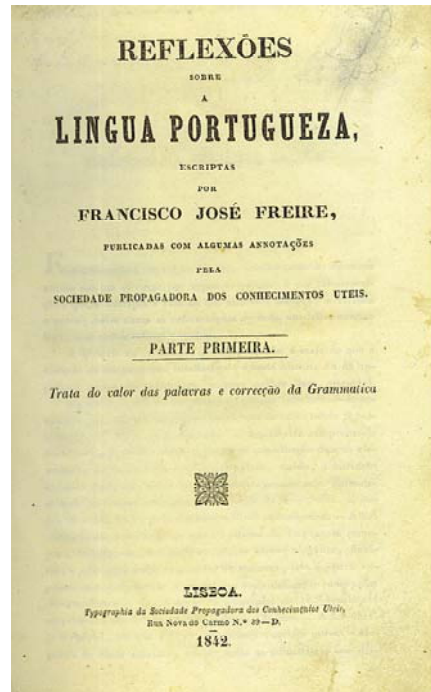
Autographo.

NOTAS criticas de José Anastasio da Costa e Sá á celebre carta contra o Marquez de Pombal, escripta de Lisboa por hum fidalgo allemão, e se diz traduzida do francez.

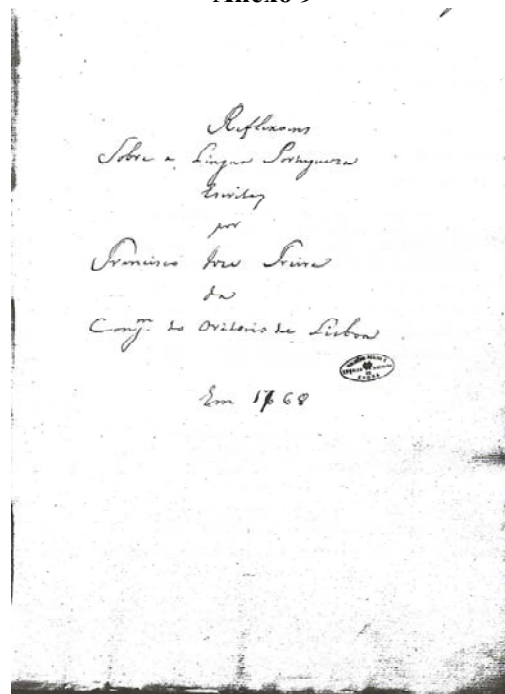
Cod. $\frac{CXVIII}{1-4}$ a n.

Incompletas.

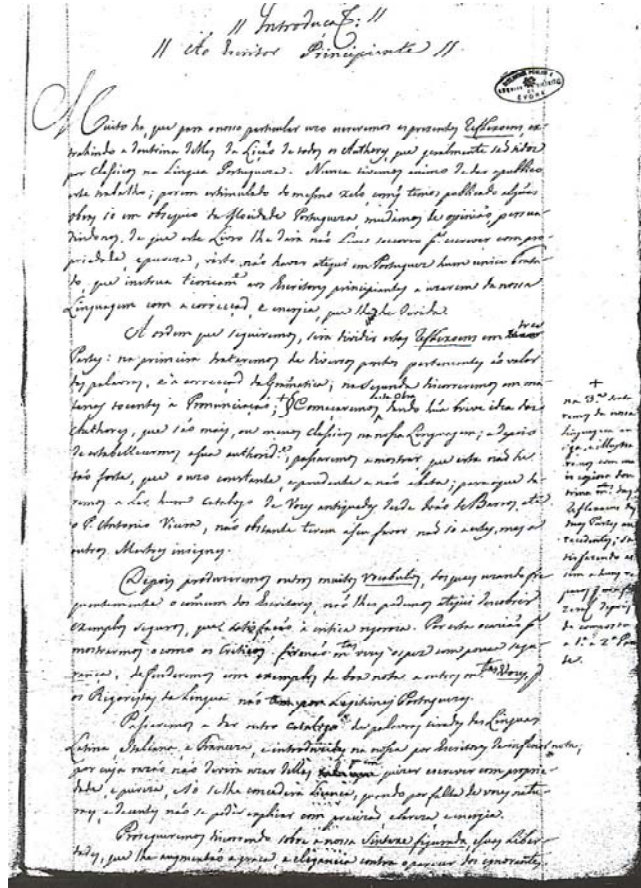
Anexo 8



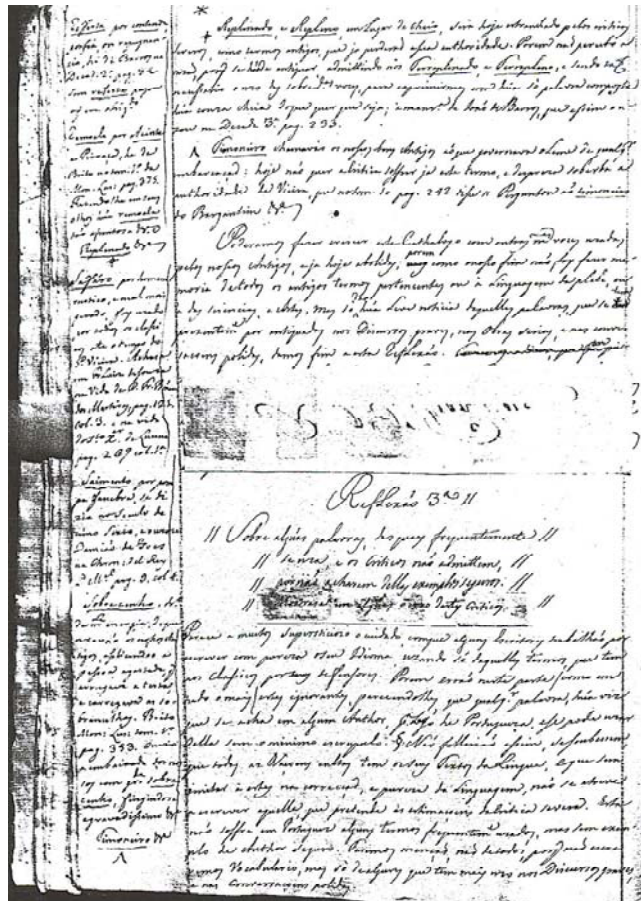
Anexo 9



Anexo 10



Anexo 13



Perspectivas da variação linguística do português e a variação global e local

Rui Dias Guimarães

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
rguima@utad.pt

Resumo

Em plena globalização fortemente acelerada por diversos grupos civilizacionais, no grupo civilizacional ibérico, e da sua parte portuguesa expandida para a lusofonia, debate-se a questão da unidade e da variedade, do global e do local, e a necessidade da fixação de uma norma abstracta abrangente da globalidade tricontinental que respeite as variedades.

É aceitável o conceito de variação linguística de Eugeniu Coseriu (1973,1866), articulado com a perspectiva de diversos investigadores, perspectiva essa que assenta no *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* (1992) e, em relação ao português europeu, no *Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza*, de Lindley Cintra e Fernandez Rei (1992). O estudo da dialectologia da área galego-portuguesa (Ferreira: 1992) permite localizar uma origem arquetípica no galego-português ou no português antigo medievais, como ponto de partida para outros estudos não derivados da norma padrão.

Dada a complexidade da temática variacional, surgiram diversos projectos, como o do Centro de Dialectologia da Universidade de Lisboa (1988) dinamizado por Delgado Martins ou o *Projecto de um Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (1957) que envolvia investigadores como Paiva Boléo e Herculano de Carvalho (Universidade de Coimbra) e Lindley Cintra (Universidade de Lisboa). Paiva Boléo e Lindley Cintra divergiam quanto a perspectivas variacionais.

Contudo, o pioneirismo em estudos de variação linguística, sobretudo diatópica, atribui-se a José Leite de Vasconcelos (1890, 1893, 1901, 1902, 1929), perspectiva da Universidade de Lisboa continuada posteriormente por Lindley Cintra e Manuela Barros Ferreira.

Para além da dialéctica unidade/variedade da língua portuguesa a nível da lusofonia, uma outra pertinente e muito actual se coloca, a do global/local, em plena globalização, que impõe um acordo ortográfico tricontinental da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (2004) que facilite a aprendizagem e o ensino da língua nas escolas (Casteleiro e Correia: 2007). A norma ou normas são criações abstractas e um acordo uma convenção que confere a unidade e a orientação de uma língua. O papel da variação linguística está sempre presente como a essência de uma língua viva.

Palavras-chave: Variação linguística; dialectologia; geolinguística; unidade/variedade; global/local; acordo ortográfico.

1. Introdução

Questionar a importância das linhas basilares e estruturais da língua e cultura portuguesas, tendo em atenção a defesa desse património essencial de Portugal e de um acordo geral da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP (2004), é uma tarefa prioritária e continuada em relação à identidade nacional que nos caracteriza e diferencia e daquilo que partilhamos em comum com outros povos com quem nos relacionamos historicamente; bem como alicerçar outros desenvolvimentos em outros sectores de comprovada importância no mundo contemporâneo, tendo em vista o desenvolvimento humano na sua globalidade, é onde assenta a natureza essencial do problema que vamos tratar no presente artigo.

A política linguística e a defesa da língua portuguesa como património e base de globalização com identidade, também cultural, abrangem o pólo da unidade e da variedade e a unidade nos aspectos luso-africanos e luso-brasileiros para agilizar a aprendizagem e o ensino nas escolas, nessa dimensão lusófona (Casteleiro e Correia, 2007:5).

Perspectivas da variação linguística do português nem sempre coincidiram, assim como actualmente não são coincidentes as diferentes teorias linguísticas, característica própria das ciências humanas.

Se hoje se aceita o que consta no *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* (1992) e diversos investigadores desenvolvem estudos a partir dessa base, ganha relevo, para a variação linguística do português europeu, o *Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza* de Lindley Cintra e Fernandez Rei (1992) em que se podem inscrever diversos estudos de dialectologia, geografia linguística ou etnolinguística.

Também diversos foram os projectos de atlas linguísticos, por vezes objecto de investigadores da Universidade de Lisboa ou da Universidade de Coimbra.

Destaca-se o pioneirismo de José Leite de Vasconcelos, Paiva Boléo, Herculano de Carvalho e Lindley Cintra, do lado do português europeu, cujas perspectivas nem sempre foram coincidentes quanto a propostas de classificação de dialectos ou variedades.

É nosso propósito demonstrar que a política linguística em relação à língua portuguesa deve ultrapassar a dimensão de grupos de diferentes sensibilidades e assentar na retoma da tradição linguística dos investigadores precedentes, sem esquecer a inovação, dado a actualidade ser fortemente marcada pela globalização que envolve diferentes grupos civilizacionais, o que implica a dialéctica do global e do local dentro de cuja relação existe a unidade e variedade.

O presente artigo pretende contribuir para a localização de diferentes normas numa dimensão global e intercontinental, Europa, África e Brasil, dando

cumprimento ao acordo ortográfico, dado uma norma ser sempre abstracta e criada para conferir a unidade, e um acordo uma convenção, sem esquecer a importância da variação ou a dimensão local, já que tudo se evidencia e muitas vezes nos ultrapassa pela acelerada comunicação linguística dos media a nível global e lusófono com o enriquecimento do conhecimento linguístico e cultural.

1. Perspectivas de variação linguística do português.

Hoje só se concebe uma língua na dialéctica da unidade e da variedade. Por um lado, a importância da norma ou normas, segundo a amplitude da língua, que lhe confere a unidade necessária à sua afirmação global no universo que construiu e a que pertence, no caso da língua portuguesa o universo da lusofonia, por outro lado, o pólo que a dinamiza com a criatividade de língua viva. Ambos estes pólos opostos e complementares, aparentemente incompatíveis, são vitais para uma língua.

A língua portuguesa já não está dentro da dimensão geográfica do país onde nasceu, e do originário galego-português, e não necessita de uma norma padrão exclusivamente marcada pelo dialecto padrão do eixo Coimbra-Lisboa. Hoje, acelerados os contactos linguísticos pela vertiginosa comunicação da actual globalização, podemos afirmar que existem diversas normas da língua portuguesa, uma marcadamente do português europeu, outra do português do Brasil e ainda uma outra do português falado em África.

No contexto da actual globalização, esbate-se a importância clássica e demasiado académica do português falado no eixo Coimbra-Lisboa. Ganha cada vez mais importância a dimensão global e a necessidade de estabelecer um acordo ortográfico global capaz de abranger as diferentes normas, conferindo unidade à língua portuguesa e libertando a sua extraordinária criatividade.

Estes esforços de trabalho conjunto estão já bem patentes na clássica *Nova Gramática do Português Contemporâneo*, Celso Cunha e Lindley Cintra (1984) um linguista brasileiro e outro português. Este tipo de investigação científica, no âmbito da linguística, conheceu grandes desenvolvimentos recentes só concebível na dimensão lusófona da Comunidade de Países de Língua Portuguesa - CPLP no sentido de dotar a língua portuguesa intercontinental de um novo acordo ortográfico global e mais eficaz, o *Acordo Ortográfico* como resulta da reunião da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (2004).

Deste modo, fica definitivamente esclarecida a grande importância e validade da diversidade dialectal, ainda que teimem perspectivas redutoras que, por pequenos pormenores de estilística de uma das normas, pretendem reduzir as restantes normas a essa.

A norma, de facto, é algo que não existe de concreto. É algo abstracto, e recordando o pioneiro Saussure (1916), a propósito da teoria do signo linguístico, convencional e arbitrário.

Eduardo Lourenço (1992: 12-13) no ensaio «Chama Plural» que apresenta o *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo – ALPHM* (1992) simbolicamente coloca-lhe esse título para salientar que é precisamente na pluralidade da língua portuguesa que reside a sua força ou chama civilizacional. O ALPHM é hoje tomado como uma grande obra de referência para os estudiosos da variação da língua portuguesa na dimensão global e lusófona.

Considerando a intrínseca relação entre língua e cultura. Inclui diversos estudos importantes como a «formação da cultura portuguesa» de José Mattoso (1999:14). A profunda relação entre língua e cultura mantém-se e evoluiu para o conceito de língua e variantes em relação intercultural. Só a dimensão ampla da variação linguística e de amplitude intercultural responde aos desafios actuais da globalização e da inserção da língua portuguesa como língua oficial da União Europeia e língua de diplomacia. A língua portuguesa, como língua oficial da União Europeia, tem o seu registo no *Atlas Linguarum Europae* (1983, 1986, 1988, 1990).

2. Perspectiva de variação linguística global e local

Alguns estudos publicados no ALPHM, e considerando a importância da variação dentro do português europeu, na dupla relação, agora de grande pertinência, do global e do local e da unidade e variedade, assumem grande relevo para os estudiosos da variação linguística. Merece especial destaque o estudo «Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza» de Lindley Cintra e Fernandez Rei (1992: 32,33), o primeiro em relação a Portugal continental e o segundo em relação à Galiza, hoje já tornado clássico, e o estudo «Dialectologia da área galego-portuguesa» de Manuela Barros Ferreira (1992:30).

A perspectiva de Lindley Cintra, inicialmente sediada na Universidade de Lisboa, transpôs o âmbito nacional e alargou-se a nível ibérico, com particular incidência na Galiza.

A difusão da língua portuguesa e, de certo modo, de alguns aspectos da sua própria formação, estão focados no Atlas linguístico no artigo «Constituição e Elaboração da Língua Portuguesa» de Rita Marquilhas (1999: 24) que confere a grande amplitude do português a nível lusófono e global, a par de outros estudos sobre o português falado em África, «A língua Portuguesa à Procura do Sul» de António Luís Ferronha (1999: 40-70) e no Brasil, «A Via Láctea da Lusofonia» de António Luís Ferronha e Mariana Bettencourt (1992:72) e na própria Ásia, «Expansão Portuguesa e Línguas Asiáticas» de Rui M. Loureiro (1992:92) e os

próprios crioulos de origem portuguesa, «Crioulos de Base Portuguesa» de Dulce Ferreira (1992:120).

3. Variação linguística do Português europeu

Também se devem salientar projectos e estudos de grande alcance capazes de abranger as variedades regionais, como o *Projecto de Atlas de Dialectos e Variedades Regionais – PADVR* – objecto de estudo do Centro de Dialectologia da Universidade de Lisboa, segundo Maria Raquel Delgado Martins (1988) no âmbito da geografia linguística e da geografia dialectal ou o *Projecto de um Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (1957) que envolveu linguistas como Paiva Boléo, José Herculano de Carvalho e Lindley Cintra, o que ilustra a importância de estudos do género e da variação. No seu conjunto, trabalhos científicos de grande esforço para obter um conhecimento mais aprofundado da língua portuguesa e estabelecer uma unidade abstracta e consensual entre todas as variedades, respeitando todos os mosaicos linguísticos e culturais criativos.

Contudo, é pacífica a proposta de Cintra e Rei (1992) que considera as variedades linguísticas de Portugal continental e da Galiza, compreendendo: dialectos galegos (galego ocidental, galego central, galego oriental), dialectos portugueses setentrionais (dialectos transmontanos e alto-minhotos, dialectos baixo-minhotos-durienses-beirões), dialectos portugueses centro-meridionais (dialectos do centro litoral, do centro interior e do sul) e os limites de região subdialectal com características peculiares (parte do Porto, Braga, Viana do Castelo, Portalegre e Castelo Branco), os dialectos leoneses em território português (riodonorês, quadramilês, mirandês e sendinês).

O registo do estudo de Lindley Cintra sobre os dialectos ou variedades correspondentes a Portugal continental publicado no ALPHM radica no «Mapa dos Dialectos Galego-Portugueses» inserido na *Nova Gramática do Português Contemporâneo* de Cunha e Cintra (1984).

Contudo, uma origem mais remota deste estudo e do mesmo autor poderemos encontrá-la em «Nova proposta de classificação de dialectos galego-portugueses» (Cintra: 1974^a) publicada já no Boletim de Filologia XXI.

A retoma da tradição da investigação da variação da língua portuguesa é uma constante dos estudos do género. Os trabalhos do próprio autor remontam a 1953, na recolha de materiais para o *Atlas Linguístico da Península Ibérica* (1962) – ALPI, no que se refere à zona galaico-portuguesa.

Foi organizado em Espanha por T. Navarro Tomás, tendo do lado espanhol o investigador Aníbal Otero e do lado português Lindley Cintra. O primeiro volume do ALPI, dedicado à fonética, contém 75 mapas.

É, sem dúvida, um grande trabalho de investigação sobre a variação linguística, sobre o português e o espanhol, seja para Espanha seja para Portugal e serviu de ponto de partida para outras investigações posteriores.

Quanto ao estudo da variação linguística na Galiza, nota-se uma diferença entre a perspectiva inicial de Lindley Cintra e a de Fernandez Rei. A primeira perspectiva, a de Cintra, concebe os dialectos galegos dentro de dois grupos: o galego ocidental e o galego oriental. A perspectiva de Fernandez Rei propõe a divisão dos dialectos galegos em galego ocidental, galego central e galego oriental. Esta perspectiva final de conjunto entre Lindley Cintra e Fernandes Rei foi a que se fixou no ALPHM e que hoje serve de base para muitos estudos de variação linguística do português europeu. Contudo, na Galiza, alguns linguistas, filólogos ou investigadores das ciências da linguagem aplicam recentemente mais o termo variantes galegas e menos o termo dialectos galegos.

Deste modo, evidencia-se que os estudos sobre a variação linguística se alongam no tempo como tarefas inacabadas e em contínuo aperfeiçoamento, como foi o caso de Lindley Cintra durante meio século.

De facto, uma língua não é uma estrutura ou um sistema mas uma arquitectura e diassistema, ou sistema de sistemas, como demonstrou Coseriu (1981:306, 287). Um falante ultrapassa os conhecimentos linguísticos da área dialectal onde nasceu e adquire conhecimentos de outros dialectos e do padrão ou normas, a língua funcional.

4. Estudos pioneiros de variação linguística da língua portuguesa

Outras abordagens importantes se distinguiram com a publicação dos respectivos mapas geolinguísticos, como o *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental* (MDFPC) de Paiva Boléo e Maria H. Santos Silva (1958) que corresponde à perspectiva de investigação na época sedada na Universidade de Coimbra.

Este mapa de variação linguística do português europeu vem na sequência da aplicação do *Inquérito Linguístico* proposto por Paiva Boléo (1958), conhecido por *Inquérito Linguístico Boléo* (ILB). É uma teoria diferente da de Lindley Cintra e mesmo da anterior do pioneiro José Leite de Vasconcelos.

Apresenta como dialectos do português o guadramilês, o rionorês, o mirandês e o barranquenho. Exclui o sendinês. As variedades que propõe para Portugal não são dialectos mas falares: o falar minhoto, o falar transmontano, o falar beirão, o falar do baixo Vouga e Mondego, o falar de Castelo Branco e Portalegre e o falar meridional

Paiva Boléo propõe a distinção entre dialectos e falares segundo o grau de afastamento em relação ao português padrão. Esta perspectiva conheceu e conhece posteriores desenvolvimentos.

Pode considerar-se que o pioneirismo do estudo da variação linguística portuguesa radica em José Leite de Vasconcelos (1890, 1893, 1901, 1902, 1929) como apresentada na *Carta Dialectológica do Continente Português* (CDCP) que corresponde à primeira edição do *Mapa Dialectológico do Continente Português* com uma proposta de classificação de variedades diatópicas do português europeu.

José Leite de Vasconcelos (1901) formula uma história geral dos dialectos portugueses e apresenta uma divisão que compreende dialectos continentais, ultramarinos, o português dos judeus e co-dialectos portugueses.

Nos dialectos continentais, Leite de Vasconcelos inclui os dialectos: interamnense (entre Douro e Minho) transmuntano, beirão e meridional. Propõe a divisão dos dialectos em subdialectos. No dialecto interamnense, distingue o alto-minhoto, baixo-minhoto e baixo-duriense. No dialecto transmuntano, distingue como subdialectos o raiano, alto-duriense, ocidental e central. No dialecto beirão, o alto-beirão, baixo-beirão, ocidental (Coimbra e Aveiro). No dialecto meridional, os subdialectos estremenho, alentejano (com as variedades de Olivença e Barrancos). Esta perspectiva não é praticamente aplicada actualmente e conheceu posteriores desenvolvimentos sobretudo em Lindley Cintra.

Segundo a perspectiva de Leite de Vasconcelos, os co-dialectos portugueses são o galego, o riodonorês, o quadramilês, mirandês e sendinês que, para Lindley Cintra, correspondem os dialectos galegos e dialectos leoneses em território português.

Conclusão

Na dialéctica da unidade e variedade da língua portuguesa, assume grande importância a variação linguística, considerando os aspectos diatópicos, diastráticos e diafásicos.

Quanto à variação diatópica, dentro da perspectiva actual da globalização, e incluindo a língua portuguesa numa estratégia civilizacional, de mãos dadas com o castelhano e a mais lata amplitude ibero-afro-americana, das línguas ibéricas e das suas culturas expandidas pelo globo, uma outra dialéctica está a emergir, em oposição complementar, a variação global e local e a sua compatibilização aparentemente incompatível, com grande importância para o tipo de acordos que lhe confirmam maior unidade e afirmação global lusófona, como o recente acordo ortográfico.

Cabe especial relevo, na ampla dimensão lusófona, ao *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo* e, nele inserido, aos estudos dialectais de Lindley Cintra (Portugal) e Fernandez Rei (Galiza).

A notável investigação de Lindley Cintra remonta já a 1953 aquando da recolha de materiais para o *Atlas Lingüístico da Península Ibérica* – ALPI - organizado por T. Navarro Tomás, tendo do lado espanhol Aníbal Otero e do lado português Lindley Cintra que incluiu a investigação linguística da Galiza.

Outros projectos ganharam grande relevo, como o *Projecto do Atlas de Dialectos e Variedades Regionais* – PADVR – do Centro de Dialectologia da Universidade de Lisboa, com destaque para Maria Raquel Delgado Martins.

Na tradição dos estudos de variação linguística portuguesa, são pioneiros os trabalhos de José Leite de Vasconcelos (1901, 1928, 1929) por muitos considerado as primeiras bases da variação linguística e dialectologia, perspectiva ligada à Universidade de Lisboa.

Por outro lado, Paiva Boléo, da escola linguística da Universidade de Coimbra, elaborou, em conjunto com Maria H. Santos Silva, o *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal Continental* (1958).

Paiva Boléo e José Leite de Vasconcelos divergiam quanto aos conceitos linguísticos de dialecto e falar.

Posteriormente, Lindley Cintra, retomando a escola da Universidade de Lisboa de José Leite de Vasconcelos, opta pelo conceito dialecto.

Na realidade, parece ser mais ajustada esta opção, dado o conceito dialecto ser mais geral e poder abranger dentro de si o conceito de falar ou qualquer estudo etnolinguístico.

Hoje, a investigação da variação linguística do português europeu assenta sobretudo no *Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza*, de Lindley Cintra e Fernandez Rei (1992).

Contudo, pensamos que para se encontrar um ponto de partida no estudo da variação linguística do português e da sua evolução e desenvolvimento, não se deve assentar na norma padrão do dialecto do eixo Coimbra-Lisboa, dado uma norma ou normas de línguas civilizacionais serem abstractas, transcendentas aos dialectos e variedades e não terem uma realidade concreta e objectiva, seja na Europa, África ou Brasil.

Na realidade, o ponto de partida da língua portuguesa não é o português padrão do eixo Coimbra-Lisboa mas, em nosso entender, o português antigo do séc. XIV e o galego-português dos séc. XII-XIII, mas com uma incidência particular no português antigo já que se trata de língua portuguesa.

Foi a partir desta datação histórica que a língua portuguesa se expandiu e enriqueceu, viajou e se desenvolveu em outros continentes, com especial relevo para o Brasil e África. É esta datação histórica que explica ainda a existência das africadas dorsopalatais surda e sonora no Brasil, pois eram assim pronunciadas com marcas do português antigo pelos primeiros portugueses que lá chegaram.

Talvez seja mais interessante, considerando a variação da língua portuguesa na lusofonia e a globalização que a envolve, considerar as normas abstractas e intercontinentais, e uma fixação ortográfica mais próxima do aspecto fonético, e estabelecer pontos de desenvolvimento a partir do português antigo, observar as diferentes matizes que alcançou fruto de interculturais e assimilações de características de outras línguas e considerá-lo como um embrião do desenvolvimento da língua portuguesa a partir de um arquétipo que se poderá considerar o galego-português medieval.

Contudo, a variação linguística do português, nas clássicas dimensões diatópica, diastrática e diafásica é algo que transcende a competência linguística dos falantes e por isso lhe garante o futuro, ao passo que o acordo ortográfico de aproximação fonética e a fixação de normas a nível lusófono lhe confere a unidade e a afirmam no mundo em globalização, pois como diria Pessoa, a nossa pátria é a língua portuguesa, pátria multicultural, multi-étnica e intercontinental.

Bibliografia

- AAVV (1994): *Variação Linguística no espaço, no tempo e na sociedade*. Actas do encontro regional da Associação Portuguesa de Linguística. Lisboa: Ed. Colibri.
- Atlas Linguarum Europae* (1983, 1986, 1988, 1990). Assen Maastricht: VanGorcum.
- Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (Lisboa) Lisboa: Instituto de Linguística.
- Atlas Linguístico da Península Ibérica* (1962) Madrid («Fonética», 15 pp, introdução + 75 mapas).
- Boléo, M. P. e Silva, M. H. S (1961, 1962): *Mapa dos Dialectos e Falares de Portugal continental*. Sep. Das Actas do IX Congresso Internacional de Linguística românica, vol. III, 1962 (Boletim de Filologia tomo XX, 1961).
- Boléo, M. P., org. (1942): *Inquérito Linguístico*. Coimbra: Universidade.
- Casteleiro, J. M. e Correia, P. D. (2007): *Atual. O novo acordo ortográfico. O que vai mudar na grafia do português*. Lisboa: Texto editores.
- Coseriu, E. (1973): *Lezioni de Linguistica Generale*. Torino: Ed. Borincheri (Trad. Esp. Lecciones de Linguística General. Madrid: Gredos, 1981)
- (1977): *El Hombre y su Lenguage*. Madrid: Gredos, 1985.
- (1986): *Introduction a la linguística*. Madrid: Gredos (2ª ed. Revista).
- (1988): *Competência Linguística – Elementos de la Teoria del Hablar*, 1992 (1ª ed. Tübingen, 1988).

- Cunha, C. E. Cintra, L. (1984): *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. Lisboa: Sá da Costa.
- Cintra, L. F. L. (1974^a): «Nova proposta de classificação dos dialectos galego-portugueses». In: *Boletim de Filologia* nº XXI. Lisboa.
- Cintra, L. F. L. e Rey, F. (1992): «Mapa dos Dialectos de Portugal Continental e da Galiza» In: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: INCM.
- Ferreira, D. (1992): «Crioulos de base portuguesa». In: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: INCM.
- Ferreira, M. B. (1992): «Dialectologia da área galego-portuguesa». In: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: INCM.
- Ferronha, A. L. e Bettencourt, M. (1992): «A via láctea da lusofonia». In: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: INCM.
- Loureiro, R. (1992): «Expansão portuguesa e línguas asiáticas». In: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: INCM.
- Lourenço, E. (1992): «Chama Plural» In: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: INCM.
- Marquilhas, R. (1992): «Constituição e elaboração da língua portuguesa». In: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: INCM/CNCDP/União Latina.
- Martins, M. R. D., org. (1988): *Projecto do Atlas de Dialectos e Variedades Regionais*. Lisboa: Centro de Dialectologia da Universidade de Lisboa.
- Mattoso, J. (1992): «Formação da Cultura Portuguesa» In: *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: INCM.
- Projecto do Atlas de Dialectos e Variedades da Língua Portuguesa*. Lisboa: Centro de Dialectologia da Universidade de Lisboa.
- Projecto de um Atlas Linguístico-Etnográfico de Portugal e da Galiza* (1957). Lisboa: Actas do Colóquio Internacional Luso-Brasileiro.
- Saussure, F. (1916): *Cours de Linguistique Générale*. Paris: Éditions Payot (Ed. Port. Lisboa: D. Quixote, 1978).
- Trudgill, P. e Chambers, J. K. (1994): *La Dialectologia*. Madrid: Visor Libros.
- Vasconcelos, J. L. de (1928): *Dialectologia* (Publicado em *Opúsculos*, Vol. VI. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1985).
- (1929): *Mapa Dialectológico Português*.
- (1901): *Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Paris: Sorbonne (*Esquisse d'une Dialectologie Portugaise*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1987).

Nova visão do ideário linguístico de Ferdinand de Saussure¹

Marlene Vasques Loureiro
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro
mloureiro@utad.pt

Resumo

A contribuição de Saussure para a Linguística é inegável, sendo o *Cours de linguistique générale* (1916) um marco incontornável nos estudos linguísticos. Esta obra, redigida e publicada pelos seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye, foi a principal forma que tivemos, até agora, de aceder e divulgar as teorias saussurianas.

No entanto, recentemente foi descoberta uma série de textos, manuscritos por Saussure, que nos permitirão conhecer o seu verdadeiro pensamento. Assim, no presente trabalho, faremos uma análise comparativa das obras *Cours de linguistique générale* (1916) e *Écrits de linguistique générale* (2002). A partir daí, apresentaremos os princípios comuns a ambas as obras e sublinharemos todos os aspectos do ideário saussuriano que surgem nos escritos entretanto encontrados e que Charles Bally e Albert Sechehaye não registaram ou registaram de forma incompleta e/ou parcial ou totalmente errónea.

Abstract

Saussure's contribution to the Linguistics is undeniable and its *Course in General Linguistics* (1916) is fundamental to Linguistics' studies. This book was written and published by his lectures Charles Bally e Albert Sechehaye and it has been till now the main way to accede to and to divulge Saussurian theories.

Meanwhile, some texts handwritten by Saussure were discovered and they will allow us to get knowledge about the real Saussure's thoughts. So, at the present work we will do a comparative analysis of the two books: *Course in General Linguistics* (1916) and *Écrits de linguistique générale* (2002). After that we will show the common ideas and we will emphasize all the aspects of Saussurian idearium which appear in his handwritten found but that C. Bally and A. Sechehaye didn't write in their book or, perhaps, they wrote it in an incomplete or partial way or even in a totally contradictory way.

¹ O presente artigo resulta da investigação feita para a realização da dissertação de Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas.

On peut donc affirmer que si le nom de Saussure et les thèmes principaux de son oeuvre sont très connus, cette connaissance reste en général superficielle. Cet état de choses est habituellement expliqué par les insuffisances et les maladroites de la rédaction et de la composition du Cours de linguistique générale lui-même. (Bronckart 1995: 85)

O presente artigo procura aprofundar o nosso conhecimento sobre o pensamento linguístico de Ferdinand de Saussure (n. 1857 – m. 1913). Nesse sentido, partiremos da exploração de uma obra editada em 2002 – *Écrits de linguistique générale*- que engloba uma série de manuscritos de Ferdinand de Saussure até há pouco desconhecidos.

As teorias saussureanas são, genericamente, conhecidas através da obra *Cours de linguistique générale*, editada e publicada pelos seus discípulos, Charles Bally e Albert Sechehaye, em 1916, após a morte do mestre. Embora não tenha sido Saussure quem escreveu esta obra, a ele lhe é atribuída estando, hoje em dia, conhecida e divulgada pelos cinco continentes. No entanto a nossa questão é: - uma vez que não foi Saussure quem escreveu a referida obra, será que os seus discípulos, Charles Bally e Albert Sechehaye, conseguiram apreender e abranger todo o seu ideário linguístico? Por outro lado, será que Saussure expunha todas as suas reflexões sobre a língua e sobre linguística? É partindo destes presumíveis que se interpretam e analisam os manuscritos presentes na obra *Écrits de linguistique générale*. Esta análise terá sempre presente e em comparação o *Cours de linguistique générale*.

Ferdinand de Saussure – breve bio-bibliografia

Ferdinand de Saussure nasceu em Genebra, em 26 de Novembro de 1857, e morreu cinquenta e seis anos mais tarde. Nasceu no seio de uma família de tradições científicas, na qual figuravam naturalistas, físicos, geógrafos, etc.. Foi neste ambiente rodeado pela ciência que Saussure foi educado. Seguiu Estudos Clássicos em Genebra até aos dezassete anos (1875). Entre 1875 – 1876, Saussure seguiu a tradição e o gosto familiar pelas ciências exactas e naturais e começou os seus estudos universitários em Física e Química. Esta experiência durou somente um ano e, em 1876, partiu para Leipzig, na Alemanha, que, a par de Berlim, era a capital mundial de filologia nessa época. Na Alemanha, o genebrino estudou, durante quatro anos, o Sânscrito e outras línguas, como o Iraniano antigo, o velho Eslavo, o velho Irlandês e o Lituano, tendo também acompanhado as tendências e os debates sobre gramática comparada dos *Junggrammatiker* («Novos Gramáticos» ou neogramáticos), como Osthoff,

Brugman e Leskien. A sua estância em Leipzig só foi interrompida por um semestre de estudos de sânscrito na Universidade de Berlim (1878 -1879).

Em 1879, Saussure apresentou o livro *Mémoire sur le système primitif des voyelles dans le langues indoeuropéennes*, que lhe trouxe, desde logo, notoriedade. Logo no ano seguinte, com vinte e dois anos, apresentou em Leipzig a sua tese de doutoramento – *De l'emploi du génitif absolu en sanskrit*.

Continuando a dedicar-se ao estudo das línguas antigas, entre Março e Dezembro de 1880, Saussure fez uma viagem de estudo à Lituânia. Logo depois, partiu para Paris, talvez devido à frieza com que o seu trabalho e esforço eram recebidos pelos alemães (Mounin 1971: 13). Permaneceu em Paris durante onze anos, onde teve uma actividade linguística intensa. Porém, em 1891, Saussure abandonou Paris porque a sua nacionalidade suíça bloqueava-lhe o acesso à cátedra de titular em França. Teria que, para alcançar tal, adquirir a nacionalidade francesa, o que Ferdinand de Saussure recusou. Saussure regressou então à Universidade de Genebra, onde lhe foi oferecida uma cátedra de professor extraordinário de História e Comparação de Línguas Indo-europeias. Em Genebra, foi professor de Sânscrito e de Gramática Comparada. Em 1896, conseguiu o cargo de professor catedrático.

A partir de 1907 até ao final da sua vida, leccionou cursos de Linguística Geral, de cujos apontamentos dos alunos e algumas notas do professor, surgiu a obra *Cours de linguistique générale*, publicada em 1916 pelos seus discípulos Charles Bally e Albert Sechehaye. Esta obra permaneceu a partir de então como um marco incontornável no desenvolvimento da linguística.

O *Cours de linguistique générale*

Contrariamente ao que esperavam, Charles Bally e Albert Sechehaye, quando se propuseram redigir uma obra que encerrasse o pensamento do mestre genebrino, não descobriram qualquer registo escrito de Saussure. Tal como explicam na introdução do *Cours*, sentiram grandes dificuldades para preparar o texto, pois não conseguiram encontrar qualquer nota que o professor genebrino tivesse redigido para preparar as aulas que leccionava. Inicialmente, ficaram desiludidos e, por isso, tiveram que recorrer aos apontamentos dos alunos. Por outro lado, como Bally e Sechehaye não frequentaram todas as aulas de Saussure, a compreensão dos apontamentos pode ser posta em causa. Não obstante, acrescentaram que estes apontamentos de quatro estudantes foram uma excelente fonte de informação, pois estavam admiravelmente completos. No entanto, a tarefa enquanto editores permaneceria difícil uma vez que a informação era repetitiva, mas concomitantemente inovadora. Todavia, não desistiram, procurando deixar registado o pensamento do professor.

Portanto, é baseado no facto de não ter sido Saussure o autor do *Cours* e de este ter sido redigido após tantas dificuldades levantadas aos seus editores, que se levantam tantas questões sobre a fidelidade da obra ao pensamento saussureano.

O *Cours* inicia-se com a demanda da definição do objecto de estudo da linguística, uma vez que só tendo um objecto de estudo definido, a linguística se poderia tornar uma ciência. Não obstante, para além desta preocupação que o *Cours* soluciona e arremata com a frase final (cf. “la linguistique a pour unique et véritable objet la langue envisagée en elle-même et pour elle-même”, p. 317), esta obra aborda ainda a teoria do signo, da sua arbitrariedade, mutabilidade e imutabilidade, a noção de valor linguístico, a teoria da língua enquanto sistema de signos, a importância da semiologia e ainda as dicotomias: “langue – parole, synchronie – diachronie, syntagme – paradigme, forme – matière, etc.” (Bronckart 1995: 85).

Entretanto, estes temas têm sido alvos de más interpretações, não só dos leitores do *Curso*, mas também dos próprios editores e, por isso, se sentiu a necessidade de recorrer às fontes. Assim o fez Tullio De Mauro e Rudolf Engler, através das suas edições críticas do *Cours*, bem como Robert Godel, com a publicação da obra *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure*, em 1957, que constituiu uma etapa decisiva na descoberta do verdadeiro pensamento de Saussure. Recentemente, a publicação, em 2002, de um conjunto de manuscritos encontrados na antiga casa de Ferdinand de Saussure, reunidos na obra *Écrits de linguistique générale* aparece como mais uma fonte de investigação e enriquecimento do pensamento linguístico de Ferdinand de Saussure.

Os *Écrits de linguistique générale*

Estes manuscritos foram descobertos, em 1996, numa divisão, apelidada *Orangerie*, da antiga casa de Saussure em Genebra, sob o título de «livre sur la linguistique générale». Poder-se-ão considerar como aquele livro sobre a linguagem e linguística geral que Saussure se havia proposto escrever, tal como prova a afirmação dos *Écrits*: “Car si ce livre est vrai, il montre avant tout qu’il est profondément faux de s’imaginer qu’on puisse faire une synthèse radieuse de la langue (...).”, p. 95).

Juntamente com estes manuscritos, é também publicado, em 2002, um outro conjunto de escritos saussureanos sobre linguística geral guardados na Biblioteca Pública e Universitária de Genebra. Perante estes textos, devemos rever o pensamento linguístico saussureano fixado pelo *Cours de linguistique générale* em e a partir de 1916.

Tal como consideram Bouquet e Engler (2002: 9), nos *Écrits*, o linguista genebrino aparece essencialmente como um epistemólogo e um filósofo da linguagem. Deste modo, a reflexão saussureana enforma em dois estratos: primeiro, uma epistemologia da gramática comparada baseada na epistemologia do século XIX; e, segundo, um filosofia da linguagem a partir da epistemologia do século XVIII. Tendo por base estes dois estratos, se reorganizaria uma ciência da linguagem que deveria tratar, em sincronia, do lado semântico da linguagem, e a gramática comparada, diacronicamente, abordar o lado fonológico. De acordo com esta perspectiva, a linguística seria muito mais abrangente, devendo abordar a morfologia, a lexicologia, a sintaxe, a retórica e a estilística. Por outro lado, unificaria todas estas abordagens através de uma semiologia, isto é, uma *gramática geral* que teria como princípio base o da *opositividade intra-sistémica*.

Análise dos *Écrits*

No *Cours*, tal como postula a frase derradeira, a linguagem é o objecto de estudo da linguística enquanto ciência (cf. “la linguistique a pour unique et véritable objet la langue envisagée en elle-même et pour elle-même”, p. 317); o mesmo não acontece nos *Écrits*. De facto, a exploração saussureana dos *Écrits* apresenta-nos a linguagem como algo obscuro, misterioso e enigmático para quem se proponha estudá-la.

Celui qui se place devant l’objet complexe qu’est le langage pour en faire son étude abordera nécessairement cet objet par tel ou tel côté (...). (p. 22)

Rappelons-nous en effet que l’objet en linguistique n’existe pas pour commencer, n’est pas déterminé en lui-même. (p. 23)

Il n’existe pas d’objet tout à fait comparable à la langue qui est un être très complexe, et c’est ce fait que toutes les comparaisons et toutes les images dont nous nous servons habituellement aboutissent régulièrement à nous en donner une idée fautive par quelque point. (p. 152).

Compte des causes qui font du langage un objet situé hors de toute comparaison et *non classé* ni dans l’esprit des linguistes ni dans l’esprit des philosophes. (p. 257)

Na obra de 2002, o estudo da linguagem encerra o estudo das línguas (cf. “c’est qu’en effet l’étude du langage comme fait humain est tout entier ou presque tout entier contenu dans l’étude des *langues* (...)”, p. 146), pois considera que a língua e a linguagem são a mesma coisa, só que uma é a manifestação da outra (cf. “Langue et langage ne sont qu’une même chose; l’un est la généralisation de l’autre.”, p. 146). Por isso, estudar a linguagem sem estudar as suas diferentes manifestações (línguas) é para, o linguista genebrino, absolutamente infrutífero (cf. “Vouloir étudier le langage sans se donner la peine

d'en étudier les diverses manifestations qui évidemment sont les *langues* est une entreprise absolument vaine, et chimérique;”, p. 146).

Tal como no *Cours*, a linguagem surge nesta obra definida como um fenómeno, o exercício de uma faculdade inerente ao homem (cf. “Le langage est un phénomène; il est l'exercice d'une faculté qui est dans l'homme.”, p. 129). A língua, por seu turno, faz parte da linguagem mas é tida como um conjunto de formas partilhadas numa colectividade e numa época determinada (cf. “La langue est l'ensemble des formes concordantes que prend ce phénomène chez une collectivité d'individus et à une époque déterminée.”, p. 129). Com efeito, a linguagem será uma espécie de generalização da língua ou línguas (p. 306).

Também os *Écrits* fazem a distinção entre a língua /*langue* e a fala /*parole*. Enquanto a língua está consagrada socialmente e não depende do indivíduo; a *parole* pertence à esfera individual e é a partir dela que existe *Fonação* (cf. “La langue est consacrée socialement et ne dépend pas de l'individu. Est de l'Individu, ou de la Parole: a) Tout ce qui est Phonation.”, p. 299). Saussure, ao longo dos seus estudos e das suas obras, sempre valorizou e explorou a *Fonação* / *Fonologia*. Entretanto, nos *Écrits* sublinha-se o papel fundamental da fala para que se desenvolva o estudo da fonologia.

Nesta sequência, ligado à *parole*, o discurso assume um papel de relevo, pois a língua só existe na medida em que cria o discurso (cf. “La langue n'est créée qu'en vue du discours (...)”, p. 277). Saussure questiona então a diferença entre o discurso e a língua. A resposta define o discurso como o laço que se estabelece entre dois conceitos que se apresentam revestidos de forma linguística; a língua só realiza conceitos isolados, que estão à espera de ser relacionados entre si [através do discurso] para que haja significação de pensamento.

(...) le discours consiste, fût-ce rudimentairement, et par des voies que nous ignorons, à affirmer un lien entre deux des concepts qui se présentent revêtus de la forme linguistique, pendant que la langue ne fait préalablement que réaliser des concepts isolés, qui attendent d'être mis en rapport entre eux pour qu'il y ait signification de pensée. (p. 277)

Na *parole*, Saussure estabelece ainda a distinção entre *parole* efectiva e *parole* potencial. Embora apelando às relações sintagmáticas e associativas referidas no *Cours*, esta distinção é diversa pela sua definição e pela valorização dada à *parole*. Assim, por *parole* efectiva, o linguista entende o que designa por sintagma, ou seja, a combinação dos elementos contidos num segmento de fala real ou ainda o regime no qual os elementos se encontram unidos entre eles pelo que lhes segue e pelo que lhes precede. Por seu turno, a *parole* potencial,

também apelidada *paralelia*², seria o conjunto de elementos concebidos e associados pela mente ou o regime no qual um elemento leva uma existência abstracta entre outros elementos possíveis (cf. p. 61)

Desta forma, todo o elemento vocal e também morfológico existe sobre dois regimes: um no qual se define em relação com o que o segue ou precede, e outro no qual é definido em relação a todos os elementos possíveis. Este último regime diz respeito à *paralelia*, que só existe e é determinada em função da presença de outras (cf. “Mais chaque parallélie ne peut être déterminé que par la présence d’autres;”, p. 62).

Na sua demanda no estudo da língua, o genebrino encontra e postula com quatro termos constantes e três relações também constantes e que formam entre eles um todo na mente: (um signo / sua significação) = (um signo / e outro signo) e mais ainda (uma significação / outra significação) (cf. p. 39).

No que diz respeito ao signo, este surge nos *Écrits* designado de vários modos: signo, sema, termo e palavra. No entanto, todas estas palavras têm o mesmo valor. Considerado de forma metafísica, o signo só existe pela relação que existe entre o significado e o significante, sendo de realçar que ambos só existem ao nível da consciência/do espírito do indivíduo. Assim, para estudar o signo, Saussure considera um primeiro domínio – interior / psíquico – no qual existe o signo como significação, sendo que o primeiro é indissociável da segunda; e um segundo domínio – exterior – no qual não existe mais que o signo, sendo que nesse momento o signo não passará de uma mera sucessão de ondas sonoras, que somente recebe o nome de figura vocal.

Il y a un premier domaine, intérieur, psychique, où existe le signe autant que la signification, l’un indissolublement lié à l’autre; il y en a un second, extérieur, où n’existe plus que le «signe», mais à cet instant le signe réduit à une succession d’ondes sonores ne mérite pour nous que le nom de figure vocale. (p. 21)

Por sua vez, o falante, quando fala, isto é, quando utiliza a língua, não distingue o que é forma e o que é a ideia no signo. Ele utiliza o signo porque é esse que representa a realidade extra-linguística. Nesta medida, tal como está implícito no *Cours*, a noção de referente está aqui mais a florada já que Saussure refere que determinado termo representa determinado objecto.

(...) par exemple un terme compliqué *akarma*, etc., mais qui représente pour la première fois un objet connaissable (...). (p. 33)

(...) il n’y a pas un seul objet matériel, nous l’avons vu, auquel s’applique exactement et exclusivement un mot (...). (p. 37)

² *Parallélie* em francês.

Si ce mot au contraire se rapporte à un objet matériel, on pourrait dire que l'essence même de l'objet est de nature à donner au mot une signification positive. Ici ce n'est pas au linguiste de venir enseigner que nous ne connaissons jamais un objet que par l'idée que nous nous en faisons (...). (p. 75)

Porém, destaca que a realidade extralinguística não se insere nos estudos que o linguista faz da língua porque são de outra ordem que não linguística (cf. “Ainsi l'existence des faits matériels est, aussi bien que l'existence des faits d'une autre ordre, indifférente à la langue.”, p. 76).

Com efeito, um signo [enquanto significante] só existe em função da sua significação e uma significação só existe em função do signo. Por isso, signos e significações só existem em virtude da diferença existente entre os signos [enquanto totalidade]. Por conseguinte, a língua baseia-se em oposições e diferenças. Caracteriza-se, por isso, pela sua negatividade e diferença, uma vez que cada um dos elementos da língua se distingue pela diferença relativamente aos outros. A língua, mais que um sistema de signos, é assim um sistema de oposições e diferenças. Assim sendo, para Saussure não existe nenhum facto na língua por si mesmo, somente em função da oposição que estabelece com todos os factos.

Nous nions au contraire qu'aucun fait de langue, (...) n'existe un seul instant pour lui-même hors de son opposition avec d'autres, et qu'il soit autre chose qu'une manière plus ou moins heureuse de résumer un ensemble de différences en jeu (...). (p. 66)

Desta forma, a língua não é um conjunto de valores positivos e absolutos, mas negativos e relativos, uma vez que não existem senão pela oposição (cf. “(...) a langue ne consiste pas en un ensemble de valeurs positives et absolues mais dans un ensemble de valeurs négatives ou de valeurs relatives n'ayant d'existence que par le fait de leur opposition.”, p. 77).

Também no sistema linguístico, a noção de valor implica que os termos daquele se relacionem e se oponham para determinar o seu valor no sistema. Assim, tal como o signo, o valor tem dois lados/vertentes (cf. “Toute valeur a deux côtés comme le signe linguistique.”, p. 333): o valor vale por si, mas só vale por si na medida em que se opõe a outros. É através dele que distinguimos num sistema termos muito semelhantes e é também por ele que não existe sinonímia absoluta, pois cada termo tem valor no sistema pela oposição que estabelece com os outros.

Por outro lado, Saussure considera que a língua pode ser abordada essencialmente segundo quatro pontos de vista:

- O ponto de vista do *estado da língua em si mesmo*, que se caracteriza por ser um ponto de vista instantâneo, semiológico (que encara o signo associado à ideia), anti-histórico, morfológico ou gramatical, que analisa os elementos combinados. Estamos, portanto, no domínio do ponto de vista sincrónico, no qual as *identidades linguísticas* são fixadas pela relação que se estabelece entre a significação e o signo, ou as relações que os signos estabelecem entre si (cf. “Les *identités* dans ce domaine sont fixées par le rapport de la signification et du signe, ou par le rapport des signes entre eux, ce qui est non différent.”, p. 21)

- Ponto de vista das *identidades transversais*, que se identifica com o ponto de vista diacrónico, caracterizando-se por ser essencialmente fonético, analisando elementos isolados. De acordo com este ponto de vista, as *identidades linguísticas* são dados que têm que se relacionar e analisar tendo em conta as precedentes.

- O anacrónico, que sendo basicamente artificial e didáctico, é a projecção de uma morfologia ou de um estado de língua antigo sobre uma morfologia ou estado de língua posterior. O modo com o qual ele opera esta projecção tem em consideração as identidades transversais combinando-as com a morfologia (cf. “Le moyen à l’aide duquel peut s’opérer cette projection est la considération des *identités transversales*, II, combinée avec la considération morphologique du premier état selon I.”, p. 22). No fundo, este ponto de vista vai ao encontro do anacrónico retrospectivo e do etimológico.

- O histórico, que estabelece dois estados de língua sucessivos, tomados primeiramente cada um em si mesmo e sem subordinação um ao outro, depois segue-se a explicação.

À semelhança do que transparece no *Cours*, que considera que tudo o que é língua resulta da sua transmissão no tempo, Saussure não considera pertinente que se substitua o estudo dessa transmissão (diacronia) pelo estudo da própria língua (cf. “En réalité tout ce qui est dans la langue vient souvent des accidents de sa TRANSMISSION, mais cela ne signifie pas qu’on puisse substituer l’étude de cette transmission à l’étude de la langue;”, p. 55). Deste modo, embora não descure o ponto de vista diacrónico, Saussure valorizará bastante o que até então nunca havia sido utilizado – o sincrónico. Realçamos que estes são os dois pontos de vista primordiais do *Cours*.

Assim, embora admita a transformação, Saussure argumenta que uma outra característica da língua é a sua continuidade no tempo. Por isso, afirma que não há línguas filhas, nem línguas mães (cf. “Il n’y a pas de langues filles ni de langues mères, il n’y en a nulle part, il n’y en a jamais eu.”, p. 153) e justifica-se apresentando um exemplo: o francês vem do latim, como no caso em que *chanter* vem do verbo latino *cantare*. Para Saussure, tal não é aceitável,

afirmando que *chanter* não vem do latim, mas é latim, o francês não deriva do latim, mas é latim.

Le français ne *vient* pas du latin, mais il *est* le latin, le latin qui se trouve être parlé à telle date déterminée et dans telles et telles limites géographiques déterminées. *Chanter* ne *vient* pas du latin *cantare*, mais il *est* le latin *cantare*. (p. 153)

Por conseguinte, uma língua nunca morre, somente se o povo que a falar for exterminado, o que é uma causa exterior à língua e à sua continuidade (cf. “Mais ce ne sont pas là des causes *linguistiques*. Il n’arrive jamais qu’une langue meure d’épuisement intérieur, après avoir achevé sa carrière qui lui était donnée.”, p. 154). A língua não é então um organismo, como até então muitos linguistas histórico-comparativistas haviam defendido.

No atinente à transformação da língua através do tempo, embora pareça paradoxal, Saussure considera que esta característica não entra em contradição com a continuidade. A transformação da língua acontece não só devido às modificações fonéticas e à analogia, mas também ao espaço. Saussure fala mesmo em descontinuidade geográfica e admite a existência de dialectos que prefere designar características dialectais (cf. “(...) tout idiome que l’on peut citer n’est généralement qu’une *des multiples formes géographiques* sous lesquelles se présente le même parler dans une région un peu étendue. Partout nous constatons le fractionnement dialectal.”, p. 167). Por seu turno, a língua escrita é considerada uma forma de coarctar a transformação da língua (v. p. 158).

Tendo como escopo delimitar a Linguística enquanto ciência, o professor genebrino recorda as discussões contemporâneas sobre em qual dos grupos se inseria a Linguística, se no das ciências naturais, se no das ciências históricas ou sociais. Para ele, não pertencia a nenhuma dos dois. Para ele, melhor se inseriria num *compartimento* próprio que a existir deveria designar-se *semiologia*. Esta seria a ciência dos signos, ou seja, o estudo do que se produz quando o homem procura expressar / significar o seu pensamento por meio de uma convenção necessária.

On a discuté pour savoir si la linguistique appartenait à l’ordre des sciences naturelles ou des sciences historiques. Elle n’appartient à aucun des deux, mais à un compartiment des sciences qui, s’il n’existe pas, devrait exister sous le nom de *sémiologie*, c’est-à-dire science des signes ou étude de ce qui se produit lorsque l’homme essaie de signifier sa pensée au moyen d’une convention nécessaire. (p. 262)

Mais uma vez, se postula aqui a importância que Saussure atribuía à semiologia, enquanto ciência que urgia criar e desenvolver.

Por último, a grande novidade saussureana foi a inserção da estilística no domínio da linguística. Para o genebrino, a estilística não tem como objecto de estudo o estilo. A estilística é uma ciência de pura observação dos factos que classifica. Porém, não dita regras, nem pretende ser normativa. Como não diz respeito ao individual, ao estilo individual, mas ao que está ratificado pelo uso social (ou seja, o que reúne as condições para que uma coisa seja linguística); não diz respeito ao que se escreve, mas preferencialmente ao que se fala; não tem como finalidade ser normativa ou postular regras de boa expressão, mas generalizar as suas observações e chegar a uma teoria aplicável a todas as línguas. Esta teoria sobre a estilística vai ao encontro do que o seu discípulo, Charles Bally, escreveu sobre o tema. Ou será que foi Bally que foi ao encontro das teorias saussureanas? – fica a questão...

Do exposto, podemos afirmar que a reflexão saussureana revela-se uma verdadeira filosofia da linguagem, que pretende ser uma epistemologia da linguagem baseada numa metafísica e numa matematização das teorias linguísticas. Por outro lado, a sua linguística deverá abordar as diversas áreas como a fonologia, a morfologia, a lexicologia, a sintaxe, a retórica e a estilística, não esquecendo nunca que a língua existe em função da colectividade que a fala. Por isso, os *Écrits* revelam-se um contributo para o conhecimento do pensamento linguístico do mestre genebrino.

Referências bibliográficas

Bibliografia activa

- Saussure, Ferdinand de (2002): *Écrits de linguistique générale*. Paris: Gallimard.
— (2005⁵): *Cours de linguistique générale* (publié par Charles Bally et Albert Séchéhaye avec la collaboration de Albert Riedlinger). Paris: Payot.

Bibliografia passiva

- Amacker, René (1975): *Linguistique Saussurienne*. Genève – Paris: Librairie Droz.
Bally, Charles (1965): *Le Langage et la Vie*. Genève: Droz.
Bouquet, Simon (1990): «L'écriture et la langue dans le 'Cours de linguistique générale' de Ferdinand de Saussure». In: *History and Historiography of Linguistics*, 51, Vol.II. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 795-805.
— (1997): *Introduction à la lecture de Saussure*. Paris: Payot.

- Bronckart, J. P. (1995⁴): *Théories du langage: une introduction critique*. Liège: Mardaga.
- Calvet, Louis-Jean (1975): *Pour et contre Saussure*. Paris: Payot.
- Câmara, João Bettencourt da (1995): *Saussure, chess and time – the role of an analogy in a scientific revolution*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa.
- Černý, Jiří (1998): *Historia de la Lingüística*. Cáceres: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Extremadura.
- Culler, Jonathan (1979): *As idéias de Saussure*. São Paulo: Cultrix.
- Engler, Rudolf (1968): *Lexique de la terminologie saussurienne*. Utrecht – Anvers: Spectrum Editeurs.
- (1980): «Linguistique 1908: Un débat-clef de linguistique géographique et une question de sources saussuriennes». In: *Amsterdam Studies in the Theory and History of Linguistic Science III – Studies in the History of Linguistics*, Vol. XX. Amsterdam: John Benjamins, pp. 257-270.
- Gadet, Françoise (1987): *Saussure: une science de la langue*. Paris: Presses Universitaires de France.
- Godel, Robert (1969): *Les sources manuscrites du Cours de linguistique générale de F. de Saussure*. Genève: Droz.
- Harris, Roy e Taylor, Talbot J. (1997²): *The Western Tradition from Socrates to Saussure*. London – New York.
- Harris, Roy (1999): «Integrational linguistics and the structuralist legacy». In: *Language & Communication*, Vol. XIX. Oxford, pp. 45-68.
- (2003²): *Saussure and his Interpreters*. Edinburgh: Edinburgh University Press.
- Hewson, John (1990): «Un système où tout se tient: origin and evolution of the idea». In: *History and Historiography of Linguistics*, 51, Vol.II. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, pp. 787-794.
- Holdcroft, David (1991): *Saussure: Signs, System, and Arbitrariness*. Cambridge: Cambridge University.
- Koerner, E. F. K. (1972): *Contribution au débat post-saussurien sur le signe linguistique*. Paris: Mouton.
- (1975): «European Structuralism: early beginnings». In: *Current Trends in Linguistics*. Paris: Mouton.
- (1982): *Ferdinand de Saussure: genesis y evolución de su pensamiento en el marco de la lingüística occidental: contribución a la historia y a la teoría de la lingüística*. Madrid: Editorial Ctedos.
- (2004): *Essays in the History of Linguistics*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Company.

- Koerner, E. F. K. e Asher, R. E. (Ed.) (1995): *Concise History of the Language Sciences: From the Sumerians to the Cognitivists*. Cambridge: Pergamon.
- Lepschy, G. C. (1976): *La Linguistique Structurale*. Paris: Payot.
- Leroy, Maurice (1967): *As Grandes Correntes da Lingüística Moderna*. São Paulo: Cultrix.
- Malmberg, Bertil (1983): *Analyse du langage au XX^e siècle: théories et méthodes*. Paris: Puf.
- Martinet, André (1996⁴): *Éléments de linguistique générale*. Paris: Armand Colin / Masson.
- Mounin, Georges (1967): *Histoire de la Linguistique*. Paris: Puf.
- (1969): *Saussure ou le Structuralism sans le savoir*. France: Éditions Seghers.
- (1971): *Saussure: Presentación y textos*. Barcelona: Editorial Anagrama.
- (1972): *La Linguistique du XX^e siècle*. Paris: Puf.
- Oliveros, Luis Casteleiro (2000): *La revolución en Lingüística: Ferdinand de Saussure*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela.
- Robins, R. H. (1979²): *A Short History of Linguistics*. London: Longman.
- Sanders, Carol (1979): *Cours de linguistique générale de Saussure*. Paris: Hachette.
- Saussure, Ferdinand de (1968): *Cours de linguistique générale*; édition critique par Rudolf Engler. Otto Harrassowitz – Wiesbaden.
- (1879): *Recueil des Publications Scientifiques*. Lausanne: Payot.
- Sazbón, José (1985): *Saussure y los fundamentos de la lingüística: Estudio preliminar, selección de textos y traducción*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina.
- Thibault, Paul J. (1997): *Re-reading Saussure: the dynamics of signs in social life*. London – New York: Routledge.
- Vilkou-Poustovaïa, Irina (2003): «À propos de Ferdinand de Saussure, *Écrits de linguistique générale*». In: *La Linguistique*, Vol. 39. Paris: Presses Universitaires de France, pp. 151-156.
- Whitney, W. D. (1980³): *La Vie du Langage*. Paris: Librairie Germer Baillière et C.^{ie}.

Signo e significação no primeiro livro impresso em língua portuguesa

José Barbosa Machado

Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
jleon@iol.pt

Resumo

O primeiro livro impresso em língua portuguesa é o *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial. Foi publicado na cidade de Chaves em 1488, tendo mais três edições, uma pouco depois, mas ainda no século XV (desconhece-se o local e a data), outra em Lisboa em 1500 e uma quarta em Braga em 1539. Antes da primeira impressão, há notícia de que a obra corria manuscrita no ano de 1474. Redigido entre 1420 e 1423 em língua castelhana, o *Sacramental*, depois dos livros destinados ao ofício religioso, foi o livro mais impresso na Península Ibérica, desde a introdução da imprensa até meados do século XVI. Conhecem-se treze edições em castelhano, uma em catalão e as quatro em português já referidas.

A obra, como o próprio título indica, é um tratado sobre os sacramentos. Para explicar o significado dos rituais que a Igreja fixou para a sua administração, o autor utiliza amiúde as expressões *a dar a entender que*, *a significar*, *significa que*, *que significa*, *à significação de*, *à rememoração de*, etc., que remetem para o âmbito da Semiótica. Para o autor do *Sacramental*, cada acto de Cristo, cada palavra do Evangelho, cada gesto ritual religioso público ou privado, tem uma simbologia própria.

Palavras-chave: *Semiótica, Signo, Sacramentos, Idade Média, Santo Agostinho, Pedro Lombardo, Entender, Significar, Representar.*

1. Introdução

O *Sacramental* de Clemente Sánchez de Vercial foi redigido em castelhano entre 1420 e 1423. Correu manuscrito até à década de setenta do século XV, tornando-se, com a introdução da imprensa na Península Ibérica, num dos livros de pastoral mais divulgados e utilizados até meados do século XVI, altura em que entra no Index dos livros proibidos. No Inventário de Santa Maria da Ínsua, Caminha, há notícia de um exemplar manuscrito em língua portuguesa com a data de 1474. Foi publicado na cidade de Chaves em 1488, tendo mais três edições, uma pouco depois, mas ainda no século XV (desconhece-se o local e a data), outra em Lisboa em 1500 e uma quarta em Braga em 1539.

A obra está organizada em três partes. Na primeira, apresenta-se um conjunto de explicações minuciosas sobre a fé, o credo, o pai-nosso, a avé-maria, os dez mandamentos, os sete pecados mortais, as virtudes cardeais e as

sete obras de misericórdia. Na segunda parte, define-se o que é o sacramento e apresentam-se com pormenor os sacramentos do Baptismo, da Confirmação e do Corpo de Deus ou Eucaristia. Na terceira parte, a mais extensa, são apresentados os sacramentos da Penitência, da Extrema-unção, da Ordem e do Matrimónio.

A administração dos sacramentos implica um sem número de rituais que são descritos exhaustivamente. O autor explicita por um lado quais as palavras a serem pronunciadas, os gestos a executar e os objectos a utilizar na administração de cada sacramento, e por outro o que cada um deles representa ou significa. Para isso, o autor serve-se amiúde de expressões como *a dar a entender*, *a significar*, *significa que*, *que significa*, *à significação de*, *à lembrança de*, etc., que remetem para o âmbito da Semiótica. Cada acto de Cristo, cada palavra do Evangelho tem uma simbologia própria que, ao ser relembrada nos rituais dos sacramentos, se actualiza ciclicamente.

2. Verbos e substantivos de ligação entre dois termos

O autor utiliza essencialmente três verbos para introduzir explicações do âmbito semiótico: *entender*, *significar* e *representar*. Essas explicações são constituídas por dois termos ligados por uma expressão verbal que, somados, constituem um signo. Podemos resumir essa construção do seguinte modo: símbolo ritual (ou significante) + verbo ou expressão verbal + evento sagrado (ou significado). O símbolo ritual ora é constituído apenas por palavras, ora por gestos, ora por objectos, ora pela conjugação de uns e outros.

Com o verbo *entender* e o verbo auxiliar *dar* são construídas as expressões *dá a entender* (1)¹, *dá a entender que* (2), *dá-se a entender que* (1); *deu a entender que* (1); *dando-lhes a entender que* (1); *desse a entender que* (1); *pera dar a entender que* (1); e *a dar a entender que* (36). As duas últimas expressões inserem-se em contextos de explicitação da simbologia de alguns dos rituais da missa, de que passamos a transcrever alguns exemplos.

A dar a entender que: «outra vez os saudou e disse: Pax vobis, *a dar a entender que* non soamente deuemos fazer paz na boca, mais na vontade» (p. 189); «Estôçes ofereçe o pouoo, *a dar a entender que* despois que ouermos compridos os mãdamêtos, deuemos ofereçer a nos mesmos» (p. 163); «estabeleço que fose augua mesturada con ho vinho, *a dar a entender que* a saude do pouoo non pode ser sen seer derramado o sangue de Jhesu Christo e por que de seu costado sayo o sangue e augua» (p. 164); «quãdo o saçerdote vem ãte o altar, incrynase, *a dar a entender que* nosso señor Jhesu Christo se ãcrinou e abaixou desçêdendo dos çeeos a terra e tomãdo fforma de seruo sendo senhor»

¹ O número entre parêntesis representa a frequência da expressão na obra.

(p. 154); «E leesse a destra parte do altar, *a dar a êtêder que* Jhesu Christo primeiramête veeo aos judeus» (p. 160).

Pera dar a entender que: «Ou se algũa cousa estouer eçima, que se alimpe mais *pera dar a êtemder que* o sangue e a augue que sayo do costado de Jhesu Christo correo taa terra» (p. 164).

Com o verbo *significar* são construídas as expressões *a significar* (7), *a significar que* (26) e *significa que* (54).

Da primeira e segunda, ou seja, *a significar* e *a significar que*, transcrevemos contextos retirados também da explicitação da simbologia de alguns dos rituais da missa: *A significar* – «E alguũas vezes dizem hũa colecta *a significar* a unidade da ffe ou o sacramêto da vuidade» (p. 159); «E dizese primeyro que ho Evangelho, *a significar* ho ofiçio que Sam Johã teue antes do evinmêto de Jhesu Christo» (p. 160); «E dizesse tres vezes sanctus, *a significar* a trindade» (p. 168); «E quando diz sanguis, faz outra sobre o calez, *a significar* a beêçom e a compra que foy feyta de nosso senhor e saluador Jhesu Christo» (p. 174). *A significar que* – «E polla mayor parte na hostia põee a fegura e ho nome do nosso saluador Jhesu Christo, *a sinificar que* por ymagem somos rretornados e rreconçiliados a Deus e pello sseu nome somos escriptos no liuro da vida» (p. 174); «Dizendo te ygitur, incrinase, *a signifificar que* Sam Pedro sse ynclinou quamdo acatou em no induymento; «E ho diachono beyja ho hõbro destro ao saçerdote, *a signifificar que* Jhesu Christo leuou ha cruz no hombro» (p. 169); «E ho saçerdote põee a patena de baixo dos corporaees ou a aparta da ara, *a significar que* ha vontade crara que os apostollos tinhã fugio e se escondeo delles quamdo foy presso Jhesu Cristo» (p. 166); «os acholitos asçenden çyrios e teenos ardendo, *a significar que* o corpo de Jhesu Christo he luz verdadeira que alomea has vôtades dos homens» (p. 177).

Da terceira expressão, *significa que*, trasncrevemos alguns contextos retirados da explicitação da simbologia de alguns dos rituais do baptismo e da missa: «E ha cruz que faz *significa que*, asi como elle sse offeresçeo aa cruz, asi este sacrificio que se faz ã sua rrenêbrãça deue seer feyto cõ sinal de cruz» (p. 165); «e a cruz que fazem nos pectos *significa que* he dom do spiritu santo quita ho error e a ygnorançia do coraçõ» (p. 127); «E quando faz a cruz na augua, *significa que* seja santificada pello spiritu santo» (p. 127); «Ha cãdea que lhe põee na mão *significa que* deue estar aparelhado com candea e lume de vertudes e de boas obras» (p. 129); «Ho saçerdote, dicta a confissõ, sobese ao altar e beija em meo dele e *significa que* ho nosso señor e saluador Jhesu Christo, quãdo veeo a nos, desçêdeo dos çeeos a terra e ajütou a elle ha madre sancta ygreja» (p. 154).

Num contexto em que se fala do sacramento do Matrimónio, surgem seguidas as expressões *a significar* e *dar a entender*: «E en a ley de Jhesu

Christo foy estabelecido este sacramento *a significar e dar a entender o hajuntamêto de Jhesu Christo e da ygreja*» (p. 364).

Em inúmeros contextos, os verbos *significar* e *representar* podem surgir sozinhos no presente do indicativo ligando os dois termos. Assim, com *significa / significam*, temos, por exemplo: «E logo huũ pouco alça a voz e diz: orate ffratres por me. O qual *signiffyca* o que Jhesu Christo disse a sseus diçipolos» (p. 166); «E ho anel que da o esposo aa esposa e ho que da a esposa ao esposo *signiffycam* que huũ ao outro sse deuẽ amar» (p. 369); «A primeyra parte da hostia da mão dereyta *significa* os que estam no parayssso» (p. 188); «Ha parte que ajuntou com ha da mão direita *significa* os que estã em porgatorio» (p. 188); «E a outra parte que mesturou com ho ssangue *signyfyca* os que viuem em este mundo» (p. 188). Com *representa* temos: «o diachono ou saçerdote diz alta voz: Ite missa est. E *rrepresenta* o que foy dyto haos apóstolos quamdo Jhesu Christo subyo aos çeeos» (p. 191); «E dizeo quãdo dyz ho Evãgelho, por que tem ofiçyo de preegar, e quando benze ho çyrio, por que *rrepresenta* a rresurexçom» (p. 158); «alça huũ pouco ho calez e *rrepresenta* o que Jhesu Christo dise» (p. 179); «alça as mãos e estendeas como permeyramête fezera e *rrepresenta* que emsina o pouoo que faça oraçom con feruor de coraçõ e amor» (pp. 186-187). Há um caso em que surgem o verbo *significar* e o verbo *representar* no mesmo contexto: «ha hostia redõda *significa* que Deus nem ha começo nen fin e *rrepresenta* o seu corpo» (p. 164).

Os substantivos *significação* e *relembança* servem também para construir expressões que introduzem explicações de âmbito semiótico.

O substantivo *significação* serve para construir as expressões *à significação de* (9) e *pola significação de* (1). Trancrevemos os seguintes exemplos: «a augua non se mestura con o vinho de neçesidade do ssacramento (...), mais mesturase aa *significaçõ do* ajuntamêto do pouoo cõ Jhesu Christo» (p. 195); «E quando dizen sanctus, tangem as campaynhas en algũas ygrejas e he *a significaçom de* quãdo Daudid fazia ssacrefiçio que tâgia estromemto» (p. 168); «alguũs beijam noue vezes en no altar, *ha significaçom dos* noue coros dos angeos que ssejam em ssua ajuda» (p. 173); «diz rratam sobre ha hostia e sobre o calez, *aa significaçom dos* trinta dinheiros por que Jhesu Christo foy vendido» (p. 174); «Outras vezes dizen tres *a significaçom do* misterio da trindade» (p. 159); «Seguese adiãte que o deue meter na augua e deue meter tres vezes, *a ssygnificaçõ da* santa trindade» (p. 129); «Ha missa se deue çelebrar en a primeira ora do dia *polla significaçõ da* rresurexçom de Jhesu Christo» (p. 146).

O substantivo *relembança* serve para construir as expressões *à relembança de* (1) e *em relembança de* (2). Em toda a obra surgem apenas três casos: «Outras vezes dizem çinco *a rrelembança das* çinco chagas de Jhesu Christo» (p. 159); «beyja no altar *em rrelembança da* payxam de Jhesu

Christo» (p. 169); «E estas tres cruces sse fazem *em rrenêbrãça da sancta trindade*» (p. 170).

3. Signos sacramentais

O autor do *Sacramental*, demora-se, como já referimos, a explanar os sete sacramentos: Baptismo, Confirmação, Corpo de Deus, Penitência, Extrema-unção, Ordem Clerical e Matrimónio. O facto de serem sete, e não seis ou oito, pode-se explicar, segundo o autor, de cinco maneiras.

Na primeira, os sacramentos são sete, «segũdo sete maneiras de homens que som en ella. A primeira he dos que viuem en sua ffe e para estes he bautismo. A segũda he dos que pelegã e para estes he a cõfirmaçõ. A terçeira he dos flacos que se vam esforçãdo e para estes he o corpo de Deus. A quarta he dos que sse aleuãtam e para estes he a penitência. A quinta he dos que moren e para estes he a extrema vnçõ. A sexta dos que administrã e para estes he a ordem clerycal. A septima dos que trazem caualeiros nouos a ffe e para estes he o matrymonio» (p. 115). Na segunda, «por que foron significados por sete sellos con que estaua sellada a ley velha que vyo Sam Johã, os quaees declarou o cordeiro que tijna a chauce de Daudid que çerra e outro nehuũ nom abre e outro nehuũ nõ çerra» (*Ibidem*). Na terceira, «por que os saclamêtos forõ sygnificados pellas sete tronpas cõ que os angeos ssoauam» (*Ibidem*). Na quarta, os sete sacramentos «foron sygnificados pellas sete estrelas que tijna en sua destra o que era semelhauel ao filho do homẽ, aos sete pãees de que noso señor fartou a multidõem da gente e aas sete cãdeas que estauam postas sobre o cãdeeyro» (*Ibidem*). Finalmente na quinta, os sacramentos são sete, «por que desponee e ordenam ao homẽ para auer as sete vertudes. Ca ho bautismo he sacramento da ffe, a confirmaçon da esperanza, ho corpo de Deus da caridade, ha penitência da justiça, ha extrema vnçon da perseuerança que he conplimento de forteleza, ha horden da prudência, ho mandamento da tenperança» (pp. 115-116).

O autor explica depois tudo o que diz respeito a cada um dos sacramentos, referindo os gestos que devem ser feitos, as palavras que devem ser ditas, os objectos utilizados e a sua significação.

Assim, no Baptismo, depois de descrever pormenorizadamente todos os momentos da cerimónia, o autor apresenta, passo a passo, a explicação do seu significado. Por ser demasiado extenso apresentar todas as explicações de todos os passos, transcrevemos apenas algumas:

Bafejar três vezes: «Depois bafeja o saçerdote tres vezes, na qual signyfica que o poderio do diabo seja espelido. E por este santo misterio o spiritu maligno da lugar ao spiritu santo e aqui começa ho exorçismo» (p. 127).

Sal: «Ho sal beento que põee na boca ssignifica os primeiros êssynamêtos da ffê e por yso diz na oraçõ que he: ad yrrudimêta fidey uocare dignatus est. E do sal dito he nos sete dôees do bautismo» (*Ibidem*).

Cruzes no peito: «Has cruzes do oleo que fazê nos pectos e antre as espadoas e a cruz que fazem nos pectos significa que he dom do spiritu santo quita ho error e a ygnorância do coraçõ. E a cruz dantre as espadoas sinifica que pella graça do sperito santo tira e lança toda a negligêçia e preguiça e usa de boas obras» (*Ibidem*).

Bênção da água: «Seguese a bençõ da augua. E quando faz a cruz na augua, significa que seja santificada pello spiritu santo e que o spiritu maligno seja lançado e expellido» (*Ibidem*).

Vestidura branca: «Ha vestidura branca que lhe põee na cabeça depois da crisma² significa a ygnocêçia e linpeza da piedade, a qual deue gardar depois das mazelas que antes tinha lauadas per o bautismo e com ela apresentarse ante Jhesu Christo o dia do juizo. Ca Jhesu Christo aquela uestidura brãca posta na cabeça era sinal de coroa do rregno de Deus, do qual he feito nêbro. E aynda esta vestidura significa a rresurreyçõ da ygreja, a qual he que os corpos que ham de rresuçar con as almas o dia do juizo. E aynda singnifyca a rresurreiçõ dos que estam em pecado que se leuâtam per penitêçia. E segũdo diz o rraçional, este pano e o que põee na cõfirmaçõ deue omê trazer sete dias» (p. 129).

Na Confirmação, ou Crisma, um dos sacramentos mais resumidamente tratados pelo autor, destaca-se a explicação que é apresentada do óleo utilizado, da palmada que o bispo dá ao candidato e do pano que lhe é posto na cabeça.

Óleo: «E ho olio significa a cõtinençia e castidade que deuen aver os que rreçeben este sacramento e o balssamo a boa fama que deue aver. E asy a materya deste ssacramêto he a crisma» (p. 138).

Palmada: «Ha palmada que da o bispo em este sacramento se faz por quoaatro rrezõees. A premeira por que melhor sse acorde do sacramento. A segũda por que este sacramento he dado pera forteleza da ffê e que assy este forte nella que nom aja vergõça de a confesar e preegar ante todo omen. Ha terçeira por que ssignifica que os apóstolos punham a mão ssobre a cabeça. A quarta por espãtar o diabo, como fez Sam Bento, que liurou huũ monje do spiritu maligno com hũa palmada que lhe deu ssegundo se lee no dialogo de ssam Gregory» (p. 141).

Pano: «E o pano branco que lhe põee ençima da cabeça significa a coroa que lhe sera dada na gloria sse vençer os enmijgos ssuso ditos. E põese por que a crisma de que foy ungido non caya e quite» (*Ibidem*).

² Aqui refere-se ao óleo que se usa no Baptismo e não ao sacramento da Confirmação.

O Corpo de Deus, ou Eucaristia, que faz parte da cerimónia da missa, é, pela sua importância na vida eclesial, um dos sacramentos onde o autor mais se demora em descrições e explicações. São apresentadas explicações sobre a primeira parte da missa, desde a entrada do sacerdote e o beijar do altar, passando pelas orações iniciais, o glória, a colecta, a epístola, o aleluia e o evangelho, até ao credo. Entra-se depois na Eucaristia propriamente dita, onde a complexidade signica é evidente pela quantidade de pormenores descritos e explicados.

Segundo o autor, são quatro os símbolos principais sem os quais é impossível realizar-se o sacramento da Eucaristia ou do Corpo de Deus: o sacerdote, a hóstia, o vinho e a água. O sacerdote «representa a Jhesu Christo e ha hostia rredõda significa que Deus nem ha começo nen fin e rrepresenta o seu corpo, ho vinho seu sangue, a augua ho pouoo dos fiees christãaos» (p. 164).

Ao longo do ofertório e do prefácio até ao *sanctus*, o sacerdote, ou oficiante, serve-se de um conjunto de alfaias litúrgicas, diz as orações pré-estabelecidas e faz um conjunto de gestos rituais que representam com grande precisão determinada palavra ou gesto de Cristo. Porque é impossível sermos exaustivos, apresentamos apenas alguns exemplos daquilo que o autor se espraia em esmiuçar:

Corporais: «Os corporaes que estêde ençima do altar sobre que põee ho callez significa aquella vestadura de linho en que foy ãvolto ho corpo de Jhesu Christo. E os corporaes que estan pregados e quadrados que põee sobre ho callez significa ho sodayro con que foy cuberta a cabeça de nosso senhor Jhesu Christo» (p. 164).

Hóstia: «E a hostia que poeem eçima dos corporaes sinifica que nosso saluador elle mesmo estabeleço este sacramento e ho deu aa ygreja que ho fezesse e guardasse. E ha cruz que faz significa que, asi como elle sse offeresço aa cruz, asi este sacrificio que se faz ã sua rrenêbrãça deue seer feyto cõ sinal de cruz. E a hostia que poeem ençima da cruz do altar comsagrado ou da ara sinifica que Jhesu Christo pose a sua carne na cruz» (p. 165).

Cálice com vinho e água: «E despois poeẽ ho calez cõ ho vinho e a augua emçima dos corporaes dizendo: Offerimus tibi calicem, etc., fazendo o signal da cruz e asentao ã maneyra que a hostia este ãtre o saçerdote e o calez. E signifyca que nosso saluador he medaneyro de Deus e dos homẽs. E segũdo esto, o saçerdote significa aho padre e a hostia ha Jhesu Christo, ha augua que esta posta no calez ao pouoo, que sen ser Jhesu Christo medaneyro nom pudemos vijnr aho prazer da rresurrexço, como quer que segũdo a regra da ygreja de rroma poeẽ ho calez aa destra parte da hostia» (*Ibidem*).

Altar, ara e patena: «E do altar sobre que estende os corporaes significa a messa en que Jhesu Christo çeu cõ seus diçipollos. E ha ara a cruz ou ho sepulcro. E ha patena ha vontade crara que deue aver o que faz este sacrafição. E ho saçerdote põee a patena de baixo dos corporaes ou a aparta da ara, a significar que ha vontade crara que os apóstollos tinhã fugio e se escondeo delles quamdo foy presso Jhesu Cristo» (*Ibidem*).

Beijar da mão: «E o beyjar da mão significa a rreformaçon da paz que he antre o homẽ e Deus, pero comũmente quando quer que algũa cousa dam ao que çelebra ou lhe dan algũa coussa, senpre lhe beyjan a mão, a demostrar que todo seruiço e toda rreuerença que he dada a Deus em cujo lugar elle esta deue ser por feruor de caridade, ha qual fee contem pello beyjar da mão» (pp. 164-165).

Lavar as mãos: «Despois que ho saçerdote ha rreçebida ha oferta e ten aparelhada ha hostia e ho callez cõ o uinho segundo he dicto, lauasse as mãaos, como quer que ante que se desuestisse as vesteduras pera çelebrar se deue lauar, por que mais limpamẽte possa ofereçer ho sacryfição a Deus. E significa que o que ha de fazer este sacrafição deue lauarse e alimparsse sua cõçiência per lagrimas de pãdença. E deuisse lauar outra vez e quãdo se laua, deue estar aa destra parte do altar. E aa destra parte signyfica prosperidade e benaueturãça deste mũdo e a signistra ou contrairo» (p. 165).

O sacramento da Penitência, embora seja largamente tratado na obra, com cerca de cem páginas a ele dedicado, é o que contém menos explicações de âmbito semiótico, devido ao facto de ser, na sua administração, menos exigente do ponto de vista ritual.

Podemos encontrar uma explicação de âmbito semiótico na enumeração das várias partes da Penitência: A contrição, a confissão pela boca e a satisfação por obra. Segundo o autor, «estas tres partes son as tres jornadas que se leẽ na ley velha: faremos camynho de tres dias. Estas leuan o homen a gloria do parayso perdurauel e signyfica os tres mortos que Jhesu Christo rresuçitou» (p. 220). O primeiro morto «foy a filha do primçipe da signagoga que rresuçitou dẽtro na cassa e significa ho pensamẽto que homẽ ha dentro na vontade com ha qual he a contriçon» (*Ibidem*). O segundo morto «foy ho filho da viuua que rresuçitou aa porta da casa e significa ho pecado que homẽ faz pela boca que he a porta contra a qual he a confison» (*Ibidem*). O terceiro «foy San Lazaro que estaua no sepulcro e daua ja fedor e significa ha maa obra contra a qual he a satisfaçom» (*Ibidem*).

O sacramento da Extrema-Unção é, como diz Clemente Sánchez, «ungueto material de oleo beẽto com coraçom de palauras polla qual ha emfermidade spiritual se esforça pera rresestir aos pecados, e a emfermidade corporal se

esforça por uirtudes» (p. 331). Segundo o autor, este sacramento requiere três coisas substâncias: «a primeira he ministro que faça ùgimento, a ssegũda entẽcom, a terceira materia, a quarta forma, a quinta logares çertos que deuem ser ùgidos» (p. 332). Os lugares que devem ser ungidos são partes do corpo que dizem respeito aos cinco sentidos: os olhos, as orelhas, os narizes, a boca e as mãos. São ungidos estes lugares «por que som freestas da morte e rrayzes do pecado» (*Ibidem*). Do ponto de vista simbólico pouco mais é dito.

O sacramento da Ordem Clerical é definido como «huñ sinal no qual he dado poderyo spiritual e ofiço ao hordenado». Como os sacramentos e as virtudes, são sete as ordens eclesiásticas, quatro não sacras (hostiário, leitor, exorcista e acólito) e três sacras (subdiácono, diácono e sacerdote). É ao sábado que se deve celebrar o sacramento da Ordem, porque este dia significa «folgança, por representar que se ordena de orden sacra e sse quita dos trabalhos temporaees e passa aa folgança dos spirituaees».

Nas cerimónias da imposição das ordens de acólito, diácono e sacerdote, surgem alguns contextos com explicações de âmbito semiótico, de que destacamos os seguintes.

Ordem de acólito: «E o que rreçebe esta ordem despoys que he enformado pello bispo como se deue auer em seu ofiço e o que deue fazer ho arçediago delhe huñ candieyro cõ huñ çiryro, a dar a entẽder que he deputado pera eçender os çiryros quãdo sse lee o Euãgelho e consagra o corpo de Deus. Outrosi lhe da a anbola ou o uaso em que esta o uynho, a dar a eẽder que a de seruir e admynistrar o uinho pera a cõsagraçom do corpo de Jhesu Christo» (p. 340).

Ordem de diácono: «aos diachonos põe a estola sobre o honbro esquerdo e a rretorçẽ e teen de juso do braço dereyto, a dar a eẽder que os trabalhos que pasan nesta vyda presente que os sofrẽ na parte sinistra que he em este mũdo. E aa parte destra significa a uida perdurauel donde aueram folgança.»; «E este diachono ha por uestidura a de almatica que he çerquada, a dar a entẽder que deue aprẽder pera buscar a rezom escondida da palavra de Deus» (p. 341).

Tonsura: «E a rasura que faz ençima da cabeça significa a limpeza que deue ser nas vontades dos que reçebem a horden e que pella comparaçom dos beẽs tẽporaees non se enbargue a contẽplaçom dos beẽs çellestiaees, ou os cabelos que sse cortan de suso daredor que nom enbarguẽ a uista nẽ ho ouuir signyfica que deue ser cortados e tirados os pecados da vontade e da carne por que nom enbarguẽ as vertudes do mynistro de Deus» (p. 337).

Corte da barba: «E nom somente os clerigos rapan as coroas, mas deuem rrapar as barbas por duas rrezões: a premeira por que assy como os cabelos das barbas naçem pella superfluydade dos honores do estamago, assy dos clerigos deuem tirar e rrapar as maldades que som en elles superfluas. A segũda que por

humildade e ygnocemçia pareçã aos meninos que nom teem barbas e ssejam yigualados aos amjos que sempre pareçem em ydade de moços» (p. 338).

O último sacramento tratado é o do Matrimónio. Neste destacamos dois objectos fundamentais para a consecução do sacramento: o anel que os noivos trocam entre si e o véu que a noiva leva sobre a cabeça.

Anel: «dyzem que huñ sabedor que chamauã Protheus fez primeyramente huñ anel de ferro en sinal de amor e pos nele hũa pedra que chamã diamãte e di estabaleçeo a dar anel en arras aas esposas, porque asi como o ferro doma totalas coussas e he mais forte, asi ho amor vence totalas coussas, e asi como ho adiamãte he pedra que nõ se pode quebrãtar, asi ho amor verdadeiro non se pode partir. E despois por tempo foy estabeleçido que en loguar destes anees de ferro fosen anees de ouro e que teuessen pedras preçiossas, por que asi como ho ouro he melhor que os outros metaees, asi o amor he melhor que os outros beës, e asi como ho ouro he mais fermoso pollas pedras preçiossas, asi ho amor do casamento he mais fermoso con as outras verdades» (p. 369).

Véu: «Ho veeo que poë aas esposadas ençima da cabeça he a dar a êtemder que deuen seer sempre subjectas a seus maridos e aa semelhança de rrabeca, que quando vyo a Isac seu esposo cubryose a cabeça. E o veeo mesmo que poen ha ella ençima da cabeça poen ha elle ençima dos ombros, a significar que o ajütamêto todo deue seer huñ e nõ deue corromper a ffe do casamemto. A parte branca deste pano que asi lhes poem significa a lympeza da vyda e a parte colorada significa ha geraçom que deles ha de desçemder» (p. 370).

4. Conclusão

No Livro II da obra *De Doctrina Christiana*, Santo Agostinho define signo como «uma coisa que, para além da impressão que produz nos sentidos, faz vir, em consequência, qualquer outra coisa ao pensamento»³, estando numa relação de substituição com a coisa significada. Esta definição, depois da sua inclusão no livro IV das *Sentenças* de Pedro Lombardo, torna-se, diz John Delly, «o centro do que é, com efeito, "a alta semiótica" da era latina, isto é, a teologia sacramental como esta se desenvolveu depois de Agostinho de forma contínua até à actualidade» (1995: 24). Segundo o mesmo autor, Santo Agostinho começa «com distinções que estabelecem o ponto de vista semiótico e atravessa rapidamente o horizonte dos fenómenos semióticos pré-linguísticos, linguísticos e pós-linguísticos, mas apenas com a finalidade de limitadamente identificar o

³ Signum est enim res, quod praeter speciem quam ingerit sensibus, aliud aliquid ex se faciens incogitationem venire» (*De Doctrina Christiana*, Livro II, cap. 1, par. 1).

caso específico dos signos convencionais instituídos por Deus, nomeadamente, as palavras da Escritura e dos Sacramentos da Igreja» (*Ibidem*).

O autor da obra *De Doctrina Christiana* divide os signos em naturais e convencionais. Os naturais são os que involuntariamente significam e os convencionais são os que foram instituídos pelo homem com o fim de representar algo que não eles próprios. Por sua vez, os signos convencionais subdividem-se em próprios ou metafóricos. São próprios quando designam as coisas para que foram instituídos e metafóricos quando aquilo que se denomina com o seu nome serve para significar uma outra coisa (cfr. Fidalgo, 1999: 28). Os signos de carácter simbólico que o autor do *Sacramental* refere e explica na ritualização dos sete sacramentos poderão, nesta medida, ser classificados como signos convencionais metafóricos.

Clemente Sánchez de Vercial redigiu a sua obra no início do século XV, estando por isso dentro das concepções semióticas medievais que se enraízam no pensamento de Santo Agostinho e na sistematização posterior de Pedro Lombardo. Não é por acaso que o autor cita 14 vezes o Mestre das Sentenças e 57 o autor da obra *De Doctrina Christiana*.

Considera António Fidalgo que há dois aspectos que se destacam «na densa floresta de signos que o homem medieval habita» (1999: 29). Por um lado, «a pansemiotização é “selvagem” no sentido em que tudo é fala, e os significados são atribuídos de forma arbitrária recorrendo ao saber antigo e ao conhecimento enciclopédico das coisas – a regra que opera aqui é que as coisas visíveis, por semelhança, revelam as invisíveis» (*Ibidem*). Por outro, «tanto as atribuições de significado como as exegeses têm um fundamento teológico: o mundo é um conjunto de signos sabiamente dispostos pela mão de Deus e o homem seu intérprete» (*Ibidem*).

Bibliografia

- Agostinho de Hipona (1969): *De Doctrina Christiana*. Biblioteca de Autores Cristianos, Madrid: La Editorial Catolica.
- Carvalho, José Adriano de Freitas (1995): *Nobres Leteras... Fermosos Volumes...: Inventários de Bibliotecas dos Franciscanos Observantes em Portugal no Século XV*. Porto: Faculdade de Letras.
- Deely, John (1995): *Introdução à Semiótica*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Fidalgo, António (1999): *Semiótica Geral*. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Vercial, Clemente Sánchez de (2005): *Sacramental*. s.l.: Publicações Pena Perfeita. Edição de José Barbosa Machado.

Some Factors Affecting the Effectiveness of Teaching EFL to Young Learners

László Magocsa
Eötvös József College, Baja, Hungary

Teaching English to young learners (TEYL) requires specific attention paid to different phenomena which are present in the process of EFL teaching. As in this age group there is no writing or reading (considering kindergarten English acquisition) the *interaction* initiated by the educator has its own importance. The question is: how can we achieve that the children really listen to what we tell them, and how can they be involved into the interaction. There are different psychological factors affecting the effectiveness of EFL acquisition. Knowing that no one listens intently from one minute to the next we can say that it also is the case while dealing with TEYL. The children may look as they are listening but we do not know for sure when they are taking information, storing or analyzing the speech and summing up what they hear. The individual differences play a significant role in the process of acquisition. If we, facilitators neglect e.g. the different psychological types (introversal, extroversal, sensitive, imaginative or argumentative types) it can happen that there is no acquisition of the language at all as states Nagyházi (2006: 44).

The second language acquisition at the very young age leads to bilingualism (Navrasics J. (2000), if there are created *relevant* learning activities and the children are *challenged* appropriately while taking part in the communication. The question is: how can all these be created. I would like to point out some important aspects in this respect.

I have been working together with my private pupil for years. We began work on EFL acquisition when she was four years old. For empirical data collection my experience got in China in 2006 was also invaluable while I was working with grade three learners for a month seven days a week and six or sometimes seven lessons a day plus the evening activities which took place on every second day. Consequently I feel that the statements based on empirical studies and participant observation which I try to share now can be of interest for those dealing in a way or another with second language acquisition in general and at the very early age in particular.

First of all it is necessary to speak about listening skills and the ways they can be developed because the so called 'perceptive' domains in general precede the 'productive' ones. The so called 'selective' listening, according to which

both the learners and the educator sometimes hear what they intend to hear is a dominant phenomenon in the kindergarten and in the case of the very young learners in general. According to my experience in the Asian setting the group dynamics play a significant role in this respect. Particularly the individual differences of the young learners can be considered as an important factor contributing a good deal to the more effective acquisition of the language. In their small but very dynamic classroom 'community' there are always some learners whose attention is concentrated well enough on particular aspects of the activity going on in the classroom and of course initiated by the educator. When these learners see that their peers' attention is concentrated on other, not significant or relevant phenomenon, they themselves create the situation in which it is becoming inconvenient for the others not to share the 'common' attention towards the activity initiated by the educator. The role of the educator him/herself has a very specific character in the Chinese classroom 'community' (Vigotszky, L.S. 1966). Having a closer look at this specific role, probably the European colleagues can get a different understanding of the group dynamics and the processes going on in the classrooms in general. The hierarchy in an Asian classroom is mainly built on the capacity of the children to concentrate on the processes going on around them. Those of higher capability to concentrate longer will generate the atmosphere in the classroom, according to which those whose attention is not so concentrated will simply feel inconvenience and consequently, after the peers' warnings they will try to do their best in order to pay attention to the activities which are paid by the more capable ones. In this way they will again feel that they are also parts of the 'community' in which they spend most of their time not only on weekdays but usually at the weekends too. It is necessary to mention that in the Chinese children's lives the kindergarten and the school occupy a very dominant place, we can say, the most dominant one. There is no alternative grouping or 'community' where they could spend their out of school time because school or kindergarten and education are in the focus of their time and lives as well. The educator has a certain and very significant role in this very organized structure. He/she is accepted as the main facilitator of their 'community', the person whose will and decisions will affect the dynamics of the group and the feelings and emotions of the individuals participating in the group. It is necessary to mention, that their emotions are very sensitive and sophisticated. Particularly this characteristic feature distinguishes them from the children of other countries. According to all these, at the hierarchy of this structure stands the educator, and below him/her are the mentioned 'more capable' to concentrate children. Of course this layer is not a 'given for ever' one because even during one lesson there are learners who can pay special attention to certain phenomenon, and others, who will probably

pay their attention to the other happenings at the lesson. In this way it can happen, that a child or a group of children will warn the others to be more attentive, while in other parts of the activities they will be warned to be more concentrated. Shortly, their listening skills will be developed according to being able to concentrate to the language phenomena presented by the educator and practice them accordingly.

Listening skill, like any other language skills needs a lot of practice and can be developed. The main part in this process is played by the educator who is the facilitator and organizer of the activities aimed to develop the children's communicative capacity. Of course he/she has to pay special attention to motivation because it is not enough even in the Chinese setting to be supported by the mentioned group dynamics. Although it is a significant (and quite unique , mainly occurring in the mentioned Chinese educational institutions) phenomenon, the educator needs to do much more than telling the children to listen hard and participate in the activities or try to pick out all of the important language related points the games incorporate. Motivation is necessary and should be encouraged concerning every single aspects of the activities in the second language related kindergarten 'classroom' but it is not enough. Children need to feel that all of the happenings are for their pleasure and are to satisfy their own interest and desire. As we know listening is in close connection with the capacity or desire to pay attention to certain things that can be heard. In the case of very young children it is emphasized that no one listens intently from one minute to the next. Children may look as if they are listening, but while they may be hearing all of the time, only some of the time are they listening. That is why it is always facilitating to organize the activities in the way, that they are exciting, and the children feel that there is no other option for them to feel excited and being in the middle of the happenings where they can share their thoughts and emotions with the peers. In this way the time when they really listen to the words and phrases uttered in English and used as the means of their communication can be much more than we even could expect. They will take information, store (Ellis, R. 2000) it and even analyze or evaluate and summ it up because of the game and activity itself will require all of these and because of the desire of the children to participate in the game and happenings and get as much pleasure from them as possible.

We have to bear in mind that the attentive period when the children in the kindergartens can really listen vary depending upon their tiredness, being involved, boredom, interest and the way you provide the actual information and stimulation. There is another factor which is to be considered particularly at the age being discussed: it is the extraneous noise that makes it sometimes very difficult to concentrate. All these components are related to each other and it

needs a very careful organization of the activities from the educator to be really successful while attempting to provide relevant activities in order to develop the children's language knowledge. According to my experience children like being challenged and being involved in the activities which require emotional and mental participation as well. If we organize the activities in the way that there is involved a good deal of thinking and figuring out what to say and do in certain situations we will probably achieve, that the children will eagerly participate in the activities aimed to develop their language capability. *Thinking* in this respect will be based on the *Universal Grammar* (Chomsky, N. (1968) of the child. Under proper stimulation (usually the desire to communicate with the peers in the second language [L2]) the activity itself requires willingness to construct his/her utterances in the target language i.e., to think about what to say. Constructing the ideas to express in this way the utterances would comprise the subvocal use of the language (English) which is the mediator for them in the activities in question and will be based on the common *Universal Grammar*, which is at the same time the base of thinking in the mother tongue.

In this case, when satisfying the children's genuine need to think about the situations being involved in by giving incentives to the utterances and activities in English we consciously appeal to the *Universal Grammar* inhabited in their mind. In this case the mind does not distinguish between the utterances made using the mother tongue or the L2. Consequently, the new information about the language and the other names or codes of the objects necessary to the activities in question can be stored in that particular *Universal Grammar* inventory, where the mother tongue storage is. All of these mean, that the knowledge acquired in this way, will not perish easily, as the items learned in the mother tongue do not do it either. The main point is that the acquisition is going on in a subconscious way according to the above described process. It means, that the children are not aware of being taught, on the contrary they are participating in an interesting and exciting chat and activity with someone, (the educator and the peers) who have provided the circumstances in which the interaction can have its logical and natural place. The question is: how can we, teachers of the language facilitate this unconscious acquisition? Is there a domain, which cannot be neglected? Well, this particular domain does exist, and it is called personal differences, or to put it another way individual psychological types of the learners. They are different and we can say that there are no two children who could be 'treated' in the same way while working on their second language acquisition (SLA). In the kindergarten setting this situation has its own emphasized importance because the children of this age are not able to control their cognitive and receptive processes in the way as those of attending primary schools, e.g. We, the educators are supposed to lead them in this way of acquisition properly while we

can clearly distinguish among the *multiple intelligences* (H. Gardner. 1993a) of our children. According to Gardner, there are many different forms of intelligence and they are possessed by the individuals in different degrees. They are the following according to Gardner: linguistic, musical, logical-mathematical, spatial, body-kinesthetic, intrapersonal (oriented inside, metacognition) and interpersonal (oriented to the community). Our concern in this situation is the following: how can we, teachers of the language incorporate all of the different approaches appropriately to the mentioned different psychological types into the activities, or should we really consider all of them? Perhaps the domains closer to the language acquisition will need more attention? The answer to these questions is that all of these individual differences (Marks-Tarlow, T. 1995) are to be paid necessary attention while dealing with the children of the age in question. In other way we would simply neglect those particular characteristic features of our pupils, which play a significant role in their successful SLA. The activities should be organized in the way that while interaction is in the focus, the children of different psychological types could find those particular kinds of activities which give pleasure to them and are challenging. While acting according to the carefully selected and personally tailored 'games' and happenings their interaction takes place as natural communication, as the necessary element of the activity.

As a conclusion I want to point out that the way multiple intelligence is handled in our case, should be applied to the syllabus of the bilingual kindergartens. Providing in this way an institutional basis for the multidimensional and really distinguishing approach to the acquisition. The question is: will the educators be in the kindergartens able to really professionally handle this task? The answer is quite straightforward: yes, they are supposed to do this if they want to be successful in their work as bilingual educators. Of course it cannot be expected from them considering the present situation. As the bilingual kindergarten education has just begun in our country, it means that the preparation of the bilingual kindergarten educators is mainly in the process of formulation. At present in the mentioned institutions the requirement towards the educators is: to have the necessary educator degree (kindergarten educator) and preferably a certificate about passing intermediate language examination. In this situation the teacher training institutions play a significant role. In some of them now the working out of programs for preparation of bilingual kindergarten educators is in progress. They, just like me at my institutuion, try to include into their 120 lesson training syllabus such disciplines as: Civilization, Children's literature, Grammar, Communication, Bilingualism, Psycho linguistics, Bilingual teaching methods. The accreditation of these programs take quite a while, and at a result the educators who will be

able to really professionally do their work in the bilingual kindergartens will be graduated years later. As the demand concerning bilingual education in the kindergartens from the side of the families is growing day-by-day, more and more kindergartens offer their children the possibility to acquire a second language (or at least the bases of it). The ‘under qualified’ staff is in trouble in this respect because the parents need to be shown results. In this free market situation those institutions can survive where the educators are aware of their shortcomings and the way they are to be eliminated. Of course they are supposed to seek professional advice for their everyday work. The question is: where can they go for consultation? The answer is: they are supposed to go to the mentioned teacher training institutions where they can seek and get advice and proposals to solving their professional problems from the experts dealing with bilingualism. At present this method is in the process of completion. The result of the efforts will probably be that the mentioned institutions will function in the future beyond their main profiles as educational consultation centers. Of course all these have some legislation consequences.

References

- Chomsky, N. (1968): *Language and mind*. Harcourt Brace and World: New York.
- Ellis, R. (2000): *Second language acquisition*. Oxford: Oxford University Press.
- Gardner, H. (1993): *Multiple intelligences. The theory in practice*. NY: Basic Books.
- Marks-Tarlow, T. (1995): *Creativity inside out: Learning through multiple intelligence*. Reading, MA: Addison-Wesley.
- Nagyházi, B. (2006): *A nyelvi tabuktól a temporális referensekig*. Nyelvészeti Doktorandusz Füzetek 4. Szerk. Kassai Ilona, Pécs.
- Navrasics, J. (2000): *A kétnyelvű gyermek*. Corvina: Budapest.
- Vigotsky, L. S. (1966): *Development of higher mental functions. Psychological Research in the USSR*. Progress Press, Moscow.

Vocabulário Portuguez & Latino de Raphael Bluteau e o Japão nos séculos XVII e XVIII depois da expulsão dos portugueses e dos espanhóis

Hiroyuki Mito
Universidade de Nagoya, Japão

Raphael Bluteau (1638-1734)¹ é o autor do famoso dicionário *Vocabulário Portuguez & Latino* (1712-1728, Coimbra e Lisboa).² O objetivo deste artigo é esclarecer qual era a visão dos portugueses sobre o Japão da segunda metade do século XVII até o início do século XVIII, procurando informações dessa época no dicionário editado pelo teatino. Antes de observar os detalhes nos artigos do dicionário, porém, seria importante revisar a situação social, cultural e diplomática dessa época tanto na Europa quanto na Ásia, sobretudo no Japão.

A época em que o *Vocabulário* foi editado chama atenção sob alguns pontos de vista. Por exemplo, na história do pensamento europeu é apresentada uma geração anterior à escola de enciclopedistas francesa que apareceu nos meados do século XVII. O autor, em sua adolescência, estudou nos colégios de la Flèche e de Clermont que eram dos melhores institutos de humanidades, dispondo de um longo tempo, quase um século, para editar a sua obra, que contém mais de sete mil páginas. Precisou de trinta anos para formular essa obra, que não tem como teor apenas palavras, mas também, estudos relacionados às ciências universais. A capa indica os campos a tratar.

O Portugal de então, que já gozava da prosperidade no reinado de Dom João V, começou a explorar as minas de ouro no Brasil, alterando assim o seu foco de interesse econômico, o que mais adiante será tratado em detalhe. Na Ásia, Portugal via reduzida a sua hegemonia e influência até à Índia perante as invasões dos holandeses. Na política interior portuguesa, a censura de publicação era muito rígida e complicada a fim de vigiar e fiscalizar a tendência liberal, como indicam os documentos de autorização presentes em cada volume do dicionário.

¹ As fontes da Biografia de Raphael Bluteau: *Biographie Universelle (Michaud) ancienne et moderne*, Paris, 1854, t.4, 474; *Nouvelle Bibliographie Universelle*, Paris, 1880, t.6, 278; *Dictionnaire de Biographie Française*, Paris, 1954, t.6, 732; *LOGOS Enciclopédia Luso-Brasileira de Filosofia*, Lisboa / São Paulo, 1989, t.1, 697-699.

² Raphael Bluteau, *Vocabulário Português e Latino*. 8 vols., Coimbra, 1712. 2 suplementos, Lisboa, 1727-28? Rep. Georg Olms Verlag AG, Hildesheim 2002, ISBN 3-487-11616-2, 3. Faltam as páginas 518-542 no volume.

Na história japonesa, passara-se quase um século depois do estabelecimento do governo shogunato Tokugawa (1603-1868), que perseguiu os cristãos e expulsou os portugueses (1639), ao mesmo tempo proibindo os japoneses de viajar para o exterior. Finalmente, durante esse período, a maior parte do regime se limitou às relações comerciais com os holandeses, os chineses e os coreanos, aos quais apenas fora permitida a entrada no território japonês sob um controle muito rígido.

Enfocando-nos na descrição do artigo “IAPAM”, os principais assuntos a tratar, com vista a aferir da exatidão e transformação dos dados neles contidos, são os seguintes:

1. O Japão na visão geográfica mundial de Bluteau
2. A denominação e os topónimos do Japão no *Vocabulário*.
3. As descrições dos portugueses e da cristandade no Japão.

1. O Japão na visão da geografia mundial de Bluteau

Para examinar os artigos que diretamente tratam dos temas japoneses, seria melhor confirmar que tipo de visão se encontra na obra. Bluteau, ainda que se baseasse na autoridade de Ptolomeu e na área das ciências naturais, conservava algumas noções medievais.³ Apesar de tudo, pode-se dizer que a informação geográfica fundamental do mundo, segundo o artigo “Continente”, era praticamente moderna e igual à de hoje. Ainda que o autor não possuísse conhecimentos suficientes, ele explica que a terra Austral era incógnita e o Pólo Ártico era considerado como “Continente Septentrional”, um ponto esse a que se deve prestar atenção, já que o continente antigo na visão geográfica de então constava de três partes, a saber, Europa, Ásia e África.

Ao ler os artigos relacionados com as regiões da Ásia, novamente deve-se lembrar que o autor era teatino. A congregação dos teatinos enviou muitos missionários para a Índia e inaugurou um seminário para os clérigos nativos.⁴ Sendo assim, Bluteau pôde obter abundantes informações sobre a Índia e a Ásia meridional. Logo, parece que Bluteau tinha um interesse especial pela Ásia inteira, pois seus colegas lá atuavam.

No artigo “Ásia”, aparece o “Japão”, e Bluteau começa o artigo afirmando “*Ásia. A mais Oriental, mais temperada, & mais rica das três partes do nosso continente*”.

A imagem geral da Ásia até à primeira metade do século XVIII era totalmente diferente da atualidade que, às vezes, destaca a miséria, a pobreza e

³ Um exemplo impressionante na zoologia é “Balea Peixe do mar, de extraordinária grandeza,...”.

⁴ Cf. *New Catholica Encyclopedia*, vol. XVI, 1967, p. 5r “Theatines”.

os desastres naturais. É um continente muito extenso, e se divide em 6 Regiões, segundo o autor:

Dividese a Asia em seis grandes Regioens, a saber, a Turquia em Asia, Arabia, a Persia, a India na terra firme, ou o imperio do Mogol, com a Peninsula da India além do Ganges, & a Tartaria.

Esta divisão também é muito interessante, pois verifica-se nela a presença do Mogol (Mongólia), duas Índias e a Tartária. O seu conceito sobre a Tartária parece amplo e algo confuso, pois se considerava que a parte oriental era a China, incluindo Manchu [a Manchúria?].⁵

Depois segue-se uma descrição muito impressionística, ou melhor dizendo, passível de causar surpresa aos japoneses de hoje: “*Os principaes, & mais conhecidos Estados da Asia, saõ 40. (sic 4?) a saber, quatro Impérios inteiros, a Persia, o Mogol, a China, & o Japão*”.

Nenhum japonês, em qualquer época, acreditaria que o Japão do século XVII se considerasse tão grande que se igualasse aos três outros impérios. Saliente-se, no entanto, que pelo menos Bluteau sabia que o Japão era um país ou reino independente e diferente da China, o que também não é fácil à maioria dos europeus de hoje de perceber.

Sobre o ambiente geográfico do Japão também se encontram algumas descrições nos artigos intitulados “Oriental” e “Monção”, os quais foram escritos sob o ponto de vista da geografia física. Verificar-se-á, dentro desses artigos, essa imagem do Japão no Século XVII.

Oriental. Situado ao Oriente. A Syria v.g. a Palestina, &c. respectivamente a nós, saõ terras orientaes. O Japaõ he mais oriental, que a China, porque está mais para a banda do Oriente o mar oriental.

Além disso, é surpreendente que a Palestina e o Japão apareçam juntos como extremos da região asiática, o que indica novamente a enorme extensão da “Ásia”, assim como antes. Parece que o conceito básico é exato: o Japão é mais distante do que a China, mas a última parte da citação “o mar oriental” não é clara. A que mar se refere? Há duas possibilidades: “O mar da China Oriental (East China Sea)”, que cobre o sul do arquipélago japonês, ou “O mar do Japão”? A etimologia ou o nome original destes dois mares possui dois ideogramas chineses, sendo que cada um, respectivamente, significa “leste” e “mar”. O segundo caso, “O mar do Japão”, tem sua origem da leitura coreana

⁵ Vid. “Catayo (Catay)”, “Tartaria” e “Tártaros”.

“Tonghae”, escrito também com os mesmos ideogramas chineses acima, ainda que não se ache no vocabulário uma referência direta à Coreia.

Passemos ao artigo “Monção”:

Monção. He termo proprio da costa da India, & hoje naturalizado em Portugal, & por elle se entende o vento geral, com que em certos tempos se navega a certas partes, & não a outras, como he de Goa para Comorim depois de entrado Setembro; de Malaca para Goa depois dos dez de Fevereiro, até o fim de Abril; do Japão para a India no mês de Outubro, & do Japão para a China no mes de Março; de Cochim para o Japão no fim de Abril; de Ormuz para Goa aos 15. de Abril, ou aos 25. de Dezembro, &c.&c.

Atualmente, considera-se que a origem da palavra “monção” é do árabe “mausim (estação)”. O autor, contudo, considera que veio da costa da Índia, quando se baseia nas descrições dos períodos dos ventos que são tão concretos, podendo identificar os dias de inícios e términos. Os dados se basearam na navegação dos barcos comerciais que lá navegavam. Por outro lado, o ângulo de direção dos ventos do Japão com a Índia e com o Cochim, entretanto, provocam algumas dúvidas: Qual é a fonte dessa informação? De que parte do Japão, por exemplo, partiam os navios, de “Lequio (Okinawa)”⁶ ou Cochim? Ou seria da Cochinchina?⁶ Contudo, a partir destas descrições podemos imaginar que o autor considerava o Japão como um dos pontos cardeais na sua visão geográfica mundial.

Nesse artigo inclui-se também uma descrição pela qual se pode enxergar a visão geopolítica de então:

Tambem na Asia há tres Dominações, estabelecidas pelos Europeos, a primeira das Portuguezes em Goa, & em outras costas da India; a segunda dos Castelhanos, nas Ilhas Philippinas; & a terceira das Provincias unidas, ou dos Holandezes, em Betavia, na Ilha da Java, & em outras muitas costas da India.

Bluteau mesmo reconhecia que os três países – Portugal, Espanha e Holanda – tinham rivalidades na Ásia. Haviam sido travadas algumas batalhas entre

⁶ Os artigos do vocabulário: “Lequios, ou Lequeios. He o nome que os Portugezes dão ahuma Ilha do Oceano Oriental, a que os Castelhanos chamão *Formosa*. João de Barros na 1. Década fol.172.& na 3. Dec. Fol. 50. faz menção desta Ilha. *Vid.* Fermoso, Ilha Fesmosa”, o que parece que confunde Okinawa e Taiwan; “COCHIM. Cochim. Cidade principal do Reyno do mesmo nome, na costa do Malabar na Península dáquem do Ganges, para a parte Meridional de Calecut. ...” ; “COCHINCHINA. Cochinchina. Reyno da India alem do Ganges, ao Ponente da China, fobre hum golfo do mesmo nome. He parte do antigo Reyno de An-Nam, que comprehendia o Tunquim, & o que hoje chamamos *Cochinchina*”.

Portugal e Holanda, e Portugal viu parcialmente reduzido o seu domínio na região ao oriente da Índia.⁷ Fora das três potências, contudo, não aparecem outros impérios, por exemplo, a Inglaterra. Como se sabe, do Japão, depois de ser proibido o catolicismo (1612), foram expulsos os missionários portugueses e espanhóis. Foi, no entanto, mantida uma relação comercial com os ingleses até o ano 1623, quando o terceiro Shogun Japonês Tokugawa Iemitsu (1604-1651) assumiu o poder e reforçou a política anti-estrangeira. Os holandeses, porém, conseguiram uma autorização do Shogunato, argumentando o pretexto de que não eram católicos e não tinham nenhuma intenção de difundir a sua própria religião. Foram eles os únicos europeus que mantiveram uma relação com o Japão. E a bibliografia em holandês, sobretudo na área das ciências naturais, era a única fonte de informação da cultura ocidental autorizada pela censura rigorosa dos japoneses até meados do século XIX. Neste período de dois séculos e meio, por outra parte, o conhecimento da língua portuguesa praticamente desapareceu no Japão, exceto algumas palavras cujas origens vieram dos nomes de alimentos e mercadorias, por exemplo, *pão*, *confeito*, *capa*, *carta*, *jarro*, etc.

2. A denominação dos topónimos do Japão no *Vocabulário*

Como os nomes do Japão, incluindo o gentílico, encontram-se os 4 artigos seguintes: “IAPAM” (t.4), “Iaponéz” (t.4), “Japaõ” (supl.1); “NIPHON” (t.5), “Nipon” (no artigo “IAPAM” do t. 4). Também nos deparamos com as formas latinas no fim do artigo “IAPAM”.⁸

Ainda hoje existem no Japão muitos nomes que o denominam, sendo duas as formas mais comuns: *Nippon* e *Nihon*, que se usam quase indistintamente na língua japonesa, isto é, Japão equivale a Nippon ou Nihon, que não se diferenciam.

O artigo “IAPAM” começa pela etimologia do Japão:

IAPAM. Ilhas da Ásia, assim chamadas de Gipou, que he o nome que lhe daõ os Chins, & de quem (segundo a opiniaõ do P. Joaõ Lucena) os Portuguezes o ouviraõ, & aprenderaõ primeiro.

⁷ Por exemplo, “Bantam Cidade principal Ilha Jaou, huma das Ilhas da Sunda ... No ano 1680 se apoderão os Olandezes desta cidade, quando derão socorro ao filho del-rey de Bantão”. “A Ilha formosa. ... A pricipal Cidade desta Ilha he *Tayoaõ*, aonde está o Forte *Zelanda*, feito pelos Olandezes, que no anno de 1635. lançaõ fora desta Ilha a os Portuguezes, cuja memoria ainda se conserva, nas Fortalezas de *Fabrou*, *Quilaõ*, & *Tamfug*, edificadas por elles quando se apoderaraõ da dita Ilha”.

⁸ “Japonia, ae. Fem. Natural de Japaõ. Japo, onis. Masc.ou Japonius, ij.Masc. Cousa do Japaõ. Japonicus, a, um”.

A forma *Gipou* viria da pronúncia do dialeto do sul da China, cuja palavra é formada de dois ideogramas chineses que, atualmente, nos dão Nippon ou Nihon. Parece que a explicação do Pe. João Lucena, autor da biografia de São Francisco Xavier, possui certa razão.⁹

A seguir, nesse mesmo artigo, explica-se o ambiente geográfico do Japão. Se o dado for certo, é muito interessante como a geopolítica mundial de Portugal no século XVI o reflete: “*Este notável ajuntamento de Ilhas fica oriental à China, entre trinta & hum, & quarenta grãos de latitude, & entre o 171. & 188. grao(sic) de longitude*”.

Quanto à latitude parece que é exata como, por exemplo, 31°, no extremo sul, indicaria a Ilha de Tanegashima, por onde os primeiros portugueses entraram pela primeira vez com espingardas, as quais foram nomeadas pelos japoneses, desde então, de “Tanegashima”. Também 40° no norte indica a cidade de Morioka atual, a qual já se encontrava sob o domínio do Shogunato. Os números de longitude, 171° e 188°, também ser revestem de muito interesse. Parece que o grau Zero de longitude ficava na linha de demarcação determinada no Tratado de Tordesilhas em 1494, o qual equivaleria a 45° de longitude oeste. Se for calculado no sistema atual, a zona entre 126° e 143° de longitude leste cobrirá desde as ilhas de Okinawa até o centro de Hokkaido, na qual o território do Japão de então cabe praticamente em sua totalidade. É muito impressionante como o Tratado de Tordesillas manteve essa visão geográfica por mais de dois séculos. Além disso, o que significa “188°” de longitude? Atualmente, a longitude não deveria teoricamente exceder 180°. Como se sabe, na Ásia, especialmente nas ilhas Molucas, entre os séculos XV e XVI, Portugal e Espanha eram rivais, antes de vir a Holanda e conseguir a hegemonia territorial. O Tratado de Tordesilhas foi um resultado da proposta conciliadora da Santa Sé. Por outro lado, a região para além de 180°, atualmente 135° de longitude leste, era o centro do Japão, centro esse que continha as grandes cidades Sakai (Osaka) e Kyoto, a qual deveria pertencer ao domínio espanhol, segundo esse tratado.¹⁰ Isso significaria que os portugueses ainda acreditavam que o Japão inteiro deveria pertencer ao seu domínio, mesmo tendo-o perdido no século anterior.

Depois é abordada a descrição das regiões, cuja exatidão resulta bastante limitada. A transformação fonética dos topónimos é particularmente notável, sendo por vezes impossível identificá-los:

⁹ No “Catalogo dos autores portuguezes” no t.1: “O P. Joam de Lucena, *Da comanhia*. Historia do P. Francisco de Xavier, & do que fizeram na Índia os mais Religiosos da Companhia de Jesus. Lisboa Anno 1600. *in fol*”.

¹⁰ Hoje sobre 135 graus de longitude leste corre a linha meridiana japonesa.

De todas estas ilhas, as principaes, a que as mais se encostaõ, são três, a saber, Niphon, na qual dizem, que antigamente havia cincoenta & três Reinos, ou Principados: Xicocô, a que outros chamaõ, Tonca, ou Tenca, & Ximo, que fica mais para o Sul, rodeado do Gotto, Duco, Firando, Meaxuma, Seuxima, Nangaixumã, & Amacuçá, Conzurã, & outras.

Para começar, para os japoneses de hoje é muito curioso que “Niphon” se explicasse como uma das três ilhas principais. Como já foi referido com respeito à denominação do Japão, “Niphon” deveria ser o sinônimo do Japão. Do ponto de vista etimológico, se o Pe. João Lucena tivesse razão, Japão e Niphon poderiam aludir à mesma palavra dos mesmos ideogramas chineses já citados. Apesar de tudo, pelo menos podemos identificar as três ilhas com os topônimos atuais: Niphon como Honshu; Xicocô como Shikoku; e Ximo como Kyushu.¹¹ Os outros nomes pertencentes a Xicocô, Tonca e Tenca, antes de procurar sua veracidade, são incompreensíveis como topônimos. Se Tonca for originária da escrita de “Toça”, poderá ser uma região da ilha Shikoku que se chama Tosa.. A palavra Tenca, por outro lado, se a pronúncia for certa, pode significar “mundo”, “o país inteiro”, “shogun”, “imperador”, etc.¹² Por sua vez, a palavra “Ximo”, que aparentemente não tem relação com Kyushu, pode significar “abaixo” e da qual também se derivam os seguintes sentidos: “região remota de Kyoto”, e “sul”.¹³ Fora destas três, pode-se identificar com certeza, de entre as ilhas que rodeiam Kyushu, apenas de Gotto como Gotou rettou (cadeia de ilhas); Firando como Hirato; Amacuçá como Amakusa; e Seuxima como Tsushima. Meaxuma poderia identificar-se com Miyashima; Nangaixuma com Nagashima, nomes estes que ainda hoje são correntes. Não se pode, porém, aclarar qual era a ilha do mesmo nome. De Duco e Conzurã, já não se acha nenhuma ligação, excetuando as últimas partes de cada nome: “-co”. Se a sílaba original era larga, seria “porto” ou “rio grande”; “-urã” significaria “baía” ou “enseada”. Amacuçá tem um artigo independente no t.1 e é tida como um lugar muito famoso (um centro missionário, onde os jesuítas publicavam livros para os japoneses no fim do século XVI com uma impressora européia para os japoneses no fim do século XVI). A palavra é, porém, acrescida de uma forma latina: “*Amacusa. Iha, Provincia, & Cidade do Japaõ. Amacusa, ae. Fem*”.

Como Bluteau descreve “Niphon” em um artigo independente, interrompa-se a análise do artigo “IAPAM” e concentremo-nos na descrição de “Niphon”:

¹¹ A transcrição romanizada dos topônimos atuais segue o “Hepburn system of Romanization”, que usam em geral os dicionários japonês-inglês.

¹² Shikoku é a tradução literal de “quatro países”.

¹³ Kyushu: “nove regiões”.

NIPHON. A mayor Ilha do Japão. Fica na parte Oriental ao nosso continente. Antigamente foi Meaco cabeça desta Ilha, hoje he Jedo. Tem algûas sessenta legoas de circuito; neste pequeno âmbito contavão-se hum dia cincoenta & tres Reynos. Niphon na língua da terra, quer dizer Fonte da Luz.

Ao desconsiderar a confusão com Honshu, o autor percebeu a mudança da capital de fato, o que indica que os portugueses também continuavam prestando atenção ao Japão e reunindo informações apesar da política hostil do Shogunato Tokugawa. Quanto aos dados estatísticos, não corresponde à realidade de Honshu. Contudo, poderíamos retomar a fonte original. Talvez se estes dados se referissem a “Tôkaidô”, poderia ser o caminho principal, com 53 “shukuba (estações)” que ligava Kyoto a Edo (Tokyo). Não se sabe de onde o autor conseguiu o dado “algûas sessenta legoas de circuito”: se uma légua equivaler a 5,6 km, serão 336 km, e se “de circuito” for de verdade e a distância se transformar num quadrado, a área será calculada como elevando-se a 84 km, e será igual a 7.056 quilômetros quadrados. Qual seria a região correspondente? A distância verdadeira do Caminho Tôkaidô tinha 126 “ri”, a antiga unidade de distância japonesa (igual a 3,9 km), a saber, uns 495 km. Parece que o “Reyno” queria dizer “han” (domínio feudal), mas existiam quase 300 reinos, do início ao fim da época de Tokugawa. Apesar de tudo, a interpretação do nome “Fonte da Luz” está correta.

Regressando ao artigo “IAPAM”, deparamo-nos com um inglês como fonte de informação.

Tem todas estas Ilhas juntas hum vastissimo circuito; porque, segundo a Relaçã de Guilherme Adaõ, Inglez, que andou muitos annos por ellas, o ambito da Ilha de Nipon sô contem algumas seis centas legoas. Dividem alguns modernos o Japaõ em sette partes; das quaes a Ilha de Niphon comprehende cinco, a saber, Jamaisoit, Jetsengo, Jetsengen, Quanto, & Ochio. Antigamente Meaco foi a Cidade principal, hoje he Jedo.

É surpreendente que se ache o nome Guilherme Adão (William Adams) (1564-1620), cujo nome japonês é Miura Anjin.¹⁴ Considerado como o primeiro inglês que chegou ao Japão, ganhou a confiança do Shogun Ieyasu Tokugawa (1542-1616) e trabalhou para promover a relação comercial do governo de Tokugawa com a Holanda e com a Inglaterra, o que significa que ele era uma pessoa contra os interesses de Portugal que tentava monopolizar o mercado japonês, dos quais os jesuítas também se encarregavam. Os países católicos, Portugal e Espanha, e os protestantes, Holanda e Inglaterra, eram não apenas

¹⁴ Sobre a biografia de William Adams, veja-se o artigo na Wikipedia (04/12/2006) http://en.wikipedia.org/wiki/William_Adams.

rivais no comércio com o Japão, mas também na área religiosa. Ainda que William Adams, sendo protestante, fosse uma pessoa inconveniente para os missionários católicos, pelo menos para os que estavam no Japão de então, Bluteau coletou, de forma neutral, os dados desse inglês.

Passando aos detalhes dos dados fornecidos: Quanto ao âmbito de Honshu, 600 léguas (3.360 km), dez vezes maior do que o dado anterior, parece mais ou menos razoável, porque ainda hoje se diz que é necessário percorrer 4.000 km de via terrestre para viajar de carro ou de trem por Honshuu inteiro. Mas a exatidão dos outros dados é bastante duvidosa, baseando-se embora em fontes verdadeiras. Bluteau explica 7 partes das quais o Japão era composto como o dado novo. Talvez as 7 partes se referissem aos “Shichi dô (7 caminhos)”, os quais significam tanto os 7 caminhos principais quanto às regiões ou divisões administrativas, cujas origens remontam à época de Nara (710-784), sendo um deles Tôkaidô. Das 5 partes da Ilha de Nippon (Honshu), parece que estão confundidos dois tipos de informação: a divisão regional grande “go ki (5 países ao redor de Miaco, que mais ou menos cobre Osaka, Kyoto, Nara atualmente) e os nomes próprios dos países e de outras regiões, juntando por vezes estas duas categorias para se referir ao Japão inteiro (exceto Hokkaidô e Okinawa) como “Go ki Shichi dô”.¹⁵

Nessa perspectiva, pode-se identificar os 5 topônimos: Jamaisoit (Yamashiro: atualmente a parte sul da Prefeitura de Kyoto); Jetsengo (provavelmente, Echigo: Prefeitura Niigata); Jetsengen (provavelmente, Echizen: Parte leste da Prefeitura Fukui); Quanto (Kantô: Tokyo e 6 prefeituras); Ochio (Ôshû: a maior parte da região Tôhoku [nordeste]). Seria interessante analisar qual a causa da transformação dos nomes dos lugares, independentemente da dificuldade em identificá-los. Comparando-os com o “Vocabulário da Lingoa de Iapam com a declaração em Português, 1603-4”, ter-se-ia uma fonte preciosa para uma pesquisa sobre a história da fonética japonesa.

Como Meaco (Miaco) e Jedo (Yendo) também possuem seus artigos próprios, poder-se-ia analisá-los minuciosamente como uma leitura complementar do artigo “IAPAM”.

Meaco também tem a forma “Miaco” no suplemento I. Com base nessa transcrição, Miaco seria a forma mais próxima à palavra original “Miyako”:

MEACO. Cidade do Japão no Reyno de Jamaciro, longe do mar, em terreno aspero, & esteril, & toda cercada de montes altissimos. Na lingua da terra Meaco, quer dizer Cousa para ver, não lhe quadra este nome por amena, & deliciosa, mas pela sua magnificencia, quando era Corte. Dizem

¹⁵ Sobre “Go ki Shichi dô”, veja-se a Wikipedia (04/12/2006): <http://ja.wikipedia.org/wiki/%E4%BA%94%E7%95%BF%E4%B8%83%E9%81%93>.

q' então tinha seis legoas de comprido, & três de largo, & dentro deste circuito trezentas mil casas, mas cada huma dellas (segundo o estilo do Japão) he huma Ilha separada, & distincta das outras, cercada de muros à roda, & assim não vem a ser senão hum agregado de quintas com suas casa no meyo; por esta razão occupão algumas Cidades do Oriente tão dilatados espaços. Se as Cidades da Europa fossem fabricadas por esta traça, algûas dellas seriam mayores, principalmente se fossem sem sobrado, ou de hum sobrado, como as daquellas partes. Nas guerras civis do Japão, muito padeceo Meaco; ainda hoje he muito mercantil. Meacum, i. Neut". ("Miaco, Cidade do Japão". Vid. Meaco, no 5. tomo do Vocabulário.)

Parece que as descrições geográficas abordadas no início possuem certa veracidade, pois o Reino de "Jamaciro", uma forma mais exata do que "Jamaisoit", é Yamashiro koku, parte sul da atual prefeitura de Kyoto. Contudo, a explicação do nome Meaco não é correta, provavelmente porque surgiu da etimologia popular, cuja origem é desconhecida, ora porque dizem que "Miyako" significa "Eis o palácio", ora poderia estar misturado com o ditado popular sobre a magnitude do santuário da família Tokugawa "Nikkô Tôshoôgû": "Vedi Napoli, e poi muori".¹⁶ Quanto ao tamanho da cidade, 33,6 km de comprimento por 16,8 km de largura, seria tão grande como a extensão do Reino de Yamashiro. Depois, analisando as descrições da habitação japonesa, isso nos dá certa base para justificar o grande tamanho da cidade. Parece que "o estilo" das casas japonesas é uma imagem criada, a partir dessa mistura de informações de distintas fontes, mesmo que cada uma delas sejam reais: por um lado, ao se referir ao palácio real de Kyoto (Kyoto gosho); por outro lado, as expressões "agregado de quintas com suas casa no meyo" e "sem sobrado, ou de hum sobrado" poderiam refletir algumas características das casas campestres. Outro ponto que chama atenção é que não se encontram muitas referências sobre as casas japonesas neste artigo, por exemplo: a casa japonesa é feita de madeira e de papel, o que poderia aparecer em diários de viagem dos europeus de então, como se constata no artigo "Jedo". Também lendo a explicação sobre a ampla extensão das "Cidades de Oriente", os japoneses de hoje refletiriam novamente sobre o conceito de "Oriente", o que não deveria ser uma simples generalização do autor. Porém, o número de 300.000 casas não será simples exagero, pois a população de Kyoto no século XVII já superava 500.000 habitantes.

Um outro tema de interessesse é a razão pela qual a transcrição latina tomou a forma "Meacum" em género neutro, mesmo sendo "urbs (cidade)" de género feminino.

¹⁶ A versão original é "Nikkô wo mizushite Kekkô to iuna (Sem ver Nikkô não diga magnífico)".

Passamos aos artigos de “Edo”, antigo Tokyo. É um fato curioso que nos deparemos com dois artigos relacionados à mesma cidade, cujas fontes de informação poderiam ser diferentes do ponto de vista cronológico. Primeiro, vejamos “IENDO”, porque também se refere à antiga capital Meaco (Kyoto):

IENDO, ou jedo, ou Yendo. Cidade capital, & Corte do Japaõ, na Ilha de Niphon. Algum dia não era mais, que hum castello real, mas depois do incendio de Meaco, o Emperador do Japaõ a escolheo por seu domicilio. He fermosa, & ampla cidade, & o palácio real he muyto magnifico. Vid. “Jedo.” (YENDO. Cidade do Japaõ Vid. Jedo.)

A origem da cidade de Edo baseia-se na existência de um castelo construído em meados do século XV. Ainda que o autor percebesse a mudança da capital verdadeira, confundiu Shogun com Imperador. A família real vivia em Kyoto e o Shogun, sendo o poderoso, era general e vassalo do imperador, o que seria um tipo de separação de autoridade e poder. Quanto ao incêndio de “Meaco”, a que guerra se referiria? De qualquer maneira, a família real nunca se mudou para Edo (Tokyo) antes de 1868, início da época Meiji.

No que toca ao artigo “Jedo”, também se confundem Imperador com Shogun e Niphon com Honshu. À parte essa visão, as descrições da cidade e do Castelo Edo (Edo jô) são em parte exatas:

IEDO. Cidade principal do Japaõ, & Corte dos Emperadores na Ilha de Niphon, sobre o Rio TonKao, ou TouKon. As casas são de barro, mas forradas de madeira, para defensivo da humidade. Os palacios são muytos & tem portaes magníficos. Ao pé do bairro mais alto da Cidade está hum Templo sumptuoso, & taõ venerado, que nelle só o Emperador, & os do seu sangue, & o Pontífice dos Bonzos podem entrar. As ruas são espaçosas, & muyto compridas; huma dellas tem quasi quatro legoas de comprimento. No cabo de cada rua há portas, com guardas de noite, paraque os Ladorens, ou outros criminosos não possaõ fugir de huma rua para outra.

Quanto ao nome do Rio *TonKao*, ou *TouKon* não é possível verificar sua relação com a forma original, ainda que se possa imaginar “TonKao” por “Tonegawa (Rio Tone)”. A observação das matérias das casas de barro e madeira em relação com a humidade é correta. O templo seria “Kan-ei ji”, o qual não era da família real, mas da família Tokugawa. A rua de 4 léguas seria uma das 5 estradas principais que começaram do centro de Edo e as portas que se fechavam à noite poderiam ser “Sekisho” (posto de fiscalização). Ou poderia se referir ao sistema para prevenção de crimes, pois cada bairro da cidade fechava as suas portas para não se comunicar com outros bairros. Contudo, não se conseguiu identificar quais seriam.

Seguem-se as descrições do Castelo Edo. Parece que estas foram baseadas na informação dos meados do século XVII, devido à referência ao torreão (Tenshu kaku) de nove andares (deveria ser 5 estratos ou 6 andares), o qual foi destruído no grande incêndio ocorrido no período Meireki (1657) e até hoje nunca foi restaurado. Os dois delfins dourados são, na verdade, orcas:

O palacio do Emperador he cercado de tres muros, cada hum delles com seu fosso. Tem este Real edificio grandes quartos, o primeiro delles de dous sobrados, distintos hum do outro cõ hum cordaõ de maçanetas de ouro. Entre o primeiro quarto; & o primeiro muro há guarda de tres mil homens, que todos os dias se revezaõ. A fachada do quarto do Emperador he hum Forte grande, flanqueado de outros tres, cada hum de nove andares, que acabaõ em Pyramides, em cima das quaes se vem dous grandes Delphins, cubertos de chapas de ouro.

Nas últimas linhas do artigo IEDO, o autor se refere aos templos budistas do Japão:

O mais soberbo dos Templos da Cidade he o de Amyda, falso Deos dos Japoens. Adoraõ neste Templo hum Idolo monstruoso, collocado sobre hũ altar cuberto de huma chapa de prata. Sobre este altar há taças de ouro, diante, & detraz de estatua, montada num cavallo, que tem sette cabeças, cada huma das quaes denota mil seculos. A estátua tem corpo da feição de homem, & cabeça de caõ. Na dianteira do Altar há huns caracteres, que declaraõ o que significa todo o apparato deste Idolo.

Parece que as descrições são abordadas de modo geral, ocasionando dúvidas sobre a razão pela qual este tema é tratado no artigo de Edo, não no de Miaco (Kyoto). Por outro lado, não se acha o artigo intitulado “Amyda”, nem referência ao budismo japonês no artigo “Idolatria”. Da explicação iconográfica, parece que a estátua era do budismo esotérico, mas não é fácil de identificar a que imagem de deidade se referia, porque são muito raras as figuras: montada num cavalo e com cabeça de cão. Ainda que existam diversos tipos de estátuas com muitas cabeças, cada uma delas simboliza sentimentos humanos. Partindo-se desse ponto de vista, se a cabeça de cão fosse de raposa, seria “Inari (mensageira do deus das colheitas)” .

3. As descrições dos portugueses e da cristandade no Japão.

Agora retomamos o artigo “IAPAM”. Na última parte do artigo o autor se refere à chegada dos portugueses e à evangelização no Japão como constituindo façanhas históricas:

Foraõ os Portuguezes os primeiros navegantes da Europa, que descobriraõ o Japaõ, aonde os lançou huma grande borrasca, anno de 1542. o seu primeiro assento foi Sarunga, Cidade, pouco distante do mar, depois disto povoaraõ hum Ilheo deserto, chamada Kisma.

Nesta parte os topónimos também não estão claros, ainda que, segundo a opinião aceita, a ilha aonde os portugueses chegaram fosse chamada “Tanegashima”, a qual se chama “ilha de Tanixuma” na *Peregrinação* de Fernão Mendes Pinto. Dois nomes de lugar, “Sarunga” e “Kisma”, aparecem, mas não se consegue identificá-los. Apenas se pode dizer que “-sma” seria “-sima”, o que significa “ilha”.

Outro ponto que chama atenção é o ano da chegada que foi 1542. Hoje, o ano aceito como ano da chegada dos portugueses é 1543, mesmo que algumas autoridades japonesas reconheçam o ano de 1542. Por outro lado, isso não se refere à propagação de espingardas, com as quais a união sociopolítica fora estabelecida, propagação esta que não foi abordada por Bluteau, o europeu, mas sim como um dos acontecimentos históricos mais importantes, aceito hoje pelos japoneses.

O artigo termina com descrições da história da evangelização no Japão:

Sette annos depois da primeira chegada dos Portuguezes ao Japaõ, a saber, anno de 1549. entrou nelle S. Francisco Xavier, & pregou o Evangelho com taõ felice successo, que com os auxílios dos Missionários Apostolicos da Companhia, & de outras Religioens, no anno de 1629. se contavaõ no Japaõ mais de quatrocentos mil Christaõs, mas ou por ciumes dos príncipes nacionaes, receosos da multidaõ dos convertidos; ou por malignos aleives de mercadores Europeos, envejosos da ganância dos Portuguezes, ou por outros infernaes stratagemas; & diabólicos artificios, se levantou huma taõ cruel perseguiçaõ, que no numero dos martyres, & na barbara invençaõ dos tormentos, exceddeo todas as perseguiçoens dos Emperadores Romanos, & em breve tẽpo se extinguiu com nunca assaz chorado infortúnio toda aquella nova, & florentissima Christandade.

Em primeiro lugar, as descrições nos dão a impressão de tratar de assuntos de uma época remota, já que explica o esplendor e a queda da evangelização apenas em poucas linhas. Podemos destacar duas coisas, entre outras: o número de cristãos no ano 1629 e uma das causas da perseguição. Como foi indicado antes, o Shogunato Tokugawa já tinha começado a proibição do cristianismo em 1612, e no ano seguinte a perseguição foi propagada no Japão inteiro. Quase 15 anos depois, apesar das severas perseguições, ainda existiam 400.000 cristãos. Consta que, no início do século XVII, o número tinha alcançado 700.000. Como se sabe, ainda que alguns descendentes dos perseguidos mantivessem essa religião, ela sofreu transformações até à época moderna. O cristianismo

praticamente desapareceu no Japão. Outro fator interessante é que o autor, passados quase 70 anos após esse evento, afirmou que o conflito comercial sobre o lucro no mercado japonês com outros países europeus tinha sido uma causa da queda dessa religião. Caso os dados sejam exatos, como se pode interpretá-los? O que significaria essa perda do Japão pelos portugueses como um dano tão grande no século anterior?

O artigo termina indicando algumas formas latinas do nome Japão: “*Japonia, ae. Fem. Natural de Japaõ. Japo, onis. Masc.ou Japonius, ij. Masc. Cousa do Japaõ. Japonicus, a, um*”.

O gentílico do Japão forma um breve artigo independente: “IAPONEZ. Iaponéz. Cousa do Japaõ., *Vid. Japaõ. He palavra Japoneza. Lucena Vida de Xaver (sic), 482. col.2*”.

Analisaram-se as descrições de Bluteau sobre o Japão, enfocando no artigo “IAPAM” devido ao seu caráter geopolítico. Contudo, ainda se acham alguns artigos no *Vocabulário* que tratam de temas religiosos e culturais do Japão. Por exemplo, o autor escreveu um outro artigo sobre o Japão no suplemento I, que trata da mitologia ou lenda da criação da terra e do povo japoneses, porém bem transformada. Para analisá-lo, precisar-se-ia pesquisar diversos autores e fontes em que se baseou Bluteau. Assunto esse que terá de ficar para outra ocasião.

(Agradece-se a colaboração da Senhorita Vanessa Velásquez.)

From the Bible to *Cosmopolitan*: The socialization of women through the WOMAN AS CHICKEN metaphor

Irene López Rodríguez
Universidad de Extremadura
irelopezrodriguez@hotmail.com

The chicken metaphor tells the whole story of a woman's life. In her youth she is a *chick*. Then she marries and begins *feathering her nest*. Soon she begins feeling *cooped up*, so she goes to *hen parties* where she *cackles* with her friends. Then she has her *brood*, begins to *henpeck* her husband, and finally turns into an *old biddy*. (Nilsen 1994: 374)

I. - A diachronic approach to the WOMAN AS CHICKEN metaphor

From the gospel of Saint Matthew to the latest pop sensation of the *Dixie Chicks* through Aesop's fables, Chaucer's *The Canterbury Tales*, Shakespeare's comedies, the essays from *The Spectator* and *The Tatler*, D. H. Lawrence's *Assorted Articles*, myths, legends, proverbs, riddles, nursery rhymes, children's stories and Disney movies, the chicken metaphor has a long tradition in Western culture.

Long ago in the ancient Greek world, the hen was a powerful totem, sacred to human beings. Hens were regarded as exotic animals and were consecrated to several female deities. In the second century A.D. Aelian wrote about the existence of two Greek temples separated by a stream. One was consecrated to Hercules; the other to his wife Hebe. Roosters were kept in the temple of the god and hens in that of the goddess. Once a year, the roosters would cross the stream to mate, returning with any male offspring and leaving the females for the hens to raise (Sax 2001).

The hen became part of the feminine symbol in the classical world. During the Roman Empire, the nurturing role as well as protective attitude held by hens towards their offspring made the hen a paragon of motherhood. Several treatises of the time devoted to the education of children such as Plutarch's *De amore parentis* often resorted to the figure of the hen as the archetype of motherly love (Smith & Daniel 1975). Furthermore, the emergence of the beast fable seemed to reinforce the associations of hens with the female sex. Women were often portrayed in the guise of this type of fowl and women's nature tended to be explained in the light of the hen's behavior, as in Aesop's fable "Venus and the hen".

As the image of the hen gradually became entrenched in the Ancient World, so did the associations between man and rooster start to be forged. Roosters were extolled for their sexual vigor, aggressiveness, vigilance and courage, representing therefore the desirable virile qualities held within the Greco-Roman society. Besides being the embodiment of manliness, the rooster also turned into a solar emblem. His cry on announcing the dawn was interpreted as a greeting to the sun and soon took on a religious dimension. In fact, the rooster epitomized the victory over the night and in classical mythology one of the most common representations of the gods of light Zeus and Apollo was a rooster (Sax 2001). Interestingly, this religious significance will continue with Christianity where the rooster's crow marking the end of darkness allegorically represents the triumph of good over evil and, ultimately, Christ (Cirlot 2002).

Within the Hebrew tradition in which the Bible is inscribed, the hen remained as a symbol of parental love. In the gospel of St. Matthew (23:37) the rejection of the Israelites to take part in the messianic banquet culminates with Jesus' lament over Jerusalem, in which he invokes the symbol of the hen to express the relationship he desires to have with the Hebrew people: "O Jerusalem, Jerusalem, the one who kills the prophets and stones those who are sent to her! How often I wanted to gather your children together, as a hen gathers her chicks under her wings, but you were not willing!" (Cooper 1992).

By the Middle Ages, the predominant view of animals was symbolic and allegorical. Bestiaries and fables used animals as vehicles for religious allegory and moral instruction (Flores 2000, Yamamoto 2000). Based on the observation of the gregarious behavior of hens when establishing a pecking order for access to food as well as on their stubbornness about always lying in the same location, the archetype of motherly love linked to the hen gave way to the image of a domineering and obstinate animal. Chaucer's "The Nun's Priest Tale" provides "an example of human marital relationships" (Ashton 1998:113) by means of the rooster Chauntecleer and Pertelote the hen. The symbolic associations of the name Pertelote, meaning "one who confuses somebody's lot or fate", already reveal the allegorical dimension of the tale, which seems to echo the biblical story of the fall of man, with Chauntecleer as Adam misled by Eve cast in the role of Pertelote (Spearing 2000, Wallace 2002). The tale tells of Chauntecleer's fright at a dream in which he sees that a fox kills him. Asking Pertelote for advice, the hen mocks him for his cowardice telling him that he is just sick and in need of some laxative. Following the hen's counsel, Chauntecleer ignores his dream and eventually is almost devoured by a fox, although his wit enables him to escape. Pertelote, then, reflects this dual image of the hen as a symbol, on the one hand, of domestic virtues and, on the other hand, of bossiness and intransigence. Hence, the positive import originally attached to the hen started to

undergo a process of pejoration. In fact, the proverbial lore of this period echoes the relationship between women's verbosity and hens, presumably because of the almost continuous twittering of the animal (Sommer & Weiss 1996, Cabanillas & Tejedor 2006).

As far as the rooster is concerned, its religious associations with Christ strengthened at this time. Its crowing made it an emblem of the Christian's attitude of watchfulness and readiness for the sudden return of Christ, the resurrection of the dead, and the final judgment of humankind. Roosters, then, came to symbolize resurrection and vigilance, appearing in weather vanes (i.e. weathercocks) on church steeples and later on in houses (Sax 2001).

During the Renaissance the connections of the hen with the household strengthened. The feudal attitude whereby women were regarded as men's chattel made domestic animals a common vehicle for the conceptualization of women (Hughes 1991). The hen depicted maternal care and protection, comprising the ideals of motherhood set at the ideological center of Renaissance society. Hens were nurturers, breeders, carers of their offspring, and displayed unquestioning obedience towards their rooster. In fact, this animal couple became an example of ideal marital relation, as witnessed by the wide repertoire of old sayings marking the division of the male and female domains "If you be a cock, crow; if a hen, lay eggs", for instance, suggests that the main role of the female sex was procreation. Curiously, reversing these roles was channeled by shifting the animal imagery, as seen in Ball's description of a husband dominated by his wife in terms of "She is the Cock and I am the Hen" or in the proverbial lore "A sad barnyard where the hen crows louder than the cock" (Skeat 1910, Wilson 1970, Wilkinson 2002).

In the 17th century a strong sexual symbolism is attached to the figure of the hen. In addition to the amorous disposition of the animal, phonetic considerations might have played a major role for crediting fowl names with obscene connotations, since the term *fowl* is homophonous with *foul*, meaning *filthy* (Leach 1964). This idea of dirt resonates in the plays of the time where the names of fowl became a common vehicle to refer to prostitutes (*cf* Partridge 1993, Chamizo & Sánchez 2000).

The early years of the 18th century saw the rise of journalism and the actual vogue of the periodical essay began with the publication of *The Tatler* and *The Spectator*. With these two periodicals Addison and Steele held a mirror of London society. Their sketches of characters through their use of language show that at that time the metaphor of the hen was so entrenched in the English language that it had branched off, since in the number 216 of *The Spectator* Steele writes, "Madam, I have nothing to say to this Matter, but you ought to consider you are now past a Chicken; this Humour, which was well enough in a

Girl, is insufferable in one of your Motherly Character”, where the offspring of the hen, that is, the chicken, corresponds to a girl or a young woman.

In the late 18th and early 19th centuries, the Romantic spirit against the constraints of civilization led to a celebration of animals. The Victorians ascribed the hen and the rooster with the attributes of domestic happiness. The relationship between both animals reflected the ideal relation between husband and wife (Ritvo 1987, Dekkers 2000). The courtly, defender rooster and the dutiful and motherly hen became the paragons of the Victorian marriage, as observed in D. H. Lawrence’s article on “Cocksure women and hensure men” (Inniss 1971). At the same time, the increasing industrialization in agriculture and farming brought a dramatic change in the breeding of hens. From the barnyard ambience to the mass production of factories, the hen left the domestic sphere to gradually become industrial food. Hand in hand with this process of industrialization came the notion of deprivation of individuality due to the living conditions of the animal, usually squashed in a tiny space, just fed for future consumption and deprived of movement to speed the process of gaining weight. Obviously, such living conditions made this animal practically undistinguishable, which might account for the figurative uses of both *chicken* and *hen* as synonymous with girls and women respectively (Smith & Daniel 1975).

This industrial image continues during the 20th century as the production of chickens is greatly aided by new technologies. Advertisements of stationery with the logo of *Groovy Chick* and *hen parties* to celebrate the last moments of a single woman become popular (Hines 1999, Eckert 2003). In the last decades of the 20th and beginnings of the 21st centuries, the figure of the hen as a feminine symbol reveals a binary opposition in terms of praise and abuse. On the one hand, the hen takes on its original role of domestic virtue, becoming the paragon of procreation, maternal care, protection and obedience to the male, as gleaned in the opening lines of the nursery rhyme “The clever hen”: “I had a little hen, the prettiest ever seen,/ She washed me the dishes and kept the house clean;/ She went to the mill to fetch me some flour, /She brought it home in less than an hour” or in the cartoons of Clara Cuck, the Hopping Hen from the popular t.v. series *Between the Lions* or Ginger from the movie *Chicken Run*. On the other hand, the mass production of chickens and hens for food evokes the 19th-century idea of deprivation of individuality, as shown by the following lines “You can’t go off with these random chicks who just walk up and give you their number” or “Be his sexy spring chicken” from the widely read magazines *Rolling Stone* (No. 964/965 Dec. /Jan. 30/13, 2004/05: 90) and *Cosmopolitan* (March 2003: 237) respectively.

After this brief sojourn throughout history, this paper aims to offer a preliminary exploration of the socialization of women through the study of the WOMAN AS CHICKEN metaphor in widely read teenage and women's magazines such as *Cosmopolitan*, *Vanity Fair*, *Nineteen* or *CosmoGirl*. For this purpose, the "GREAT CHAIN OF BEING" metaphor (Lakoff & Turner 1989) along with ethnobiological (Wierbizcka 1996, Martsa 1999, 2003), anthropological (Leach 1979) and cultural classifications of animals (Harris 1985) will be used as a framework for the study of the metaphorical uses of *chick* and *hen* in these sort of publications. This will be followed by an analysis of a corpus of linguistic metaphors extracted from teenage and women's magazines, which are then discussed in relation to language and socialization.

II. - From the Bible to *Cosmopolitan*

Before dealing with the metaphor under discussion, a preliminary note about the title of the article needs to be made. As the reader may have noticed, "From the Bible to *Cosmopolitan*" reflects the wide span of time in which the WOMAN AS CHICKEN metaphor has evolved in Western culture. Yet, at the same time, it also tries to be a humorous remark about the influence of this women's magazine in our society, especially from a feminine perspective. In fact, having been defined as "the Bible for women" (Gauntlett 2002, Gough-Yates 2003, Machin 2005), the magazine *Cosmopolitan* erected as the advocate of women's rights at the time when women, having achieved suffrage, were leaving the traditional domestic sphere and roles of mother and wife to enter the work market, gaining, therefore, personal as well as financial independence (Gauntlett 2002). In the struggle for self-definition, the so-called "women's magazines" started to proliferate to cater for the needs of what was labeled as "the new woman" (Nicholas & Price 1998, Gough-Yates 2003). *Woman's Own*, *Vogue*, *Vanity Fair*, *Marie Claire* and *Cosmopolitan*, among many others, helped women make sense of their collective experiences by providing models for women to follow. The pages of these publications covered a wide selection of topics ranging from trivial issues such as make-up tricks to more serious concerns affecting women's health through fashion articles, sexual relations, cooking, dieting, travelling, parenting or job-seeking.

The circulation of these publications gradually increased and women's magazines started to expand their readership by targeting a new audience: teenagers. In fact, adolescents, who began to enjoy quite a lot of money and leisure time, provided a rich market for the media. Modeled upon the versions of the more mature women's magazines, spin-off publications such as *CosmoGirl*, *You* or *Nineteen* started to proliferate with a very similar goal, namely, to provide models for teenagers to follow.

In the last decades, the increasing number of financially independent women and wealthier teenagers has provided a rich market that the media are ready to exploit. New magazines addressed to the female community appear almost on a yearly basis. Despite their continuous attempts to be innovative, the magazines targeted to women and teenagers are characterized by an almost identical format, content and style (Smith 1993, Talbot 1995, Currie 1999, Eckert 2003). As a matter of fact, flicking through the pages of these publications, one soon realizes that teenage and women's magazines display a very peculiar language rife with metaphors presenting women in the guise of *chicks* and *hens*. Obviously, judging from their selling numbers, the influence of these publications among females is rather significant. Products, techniques, tricks, places, clothes or hair styles dealt with in women's magazines quickly catch on among the female community, which might account for the widespread usage and acceptance of the WOMAN AS CHICKEN metaphor among the reading community of these publications.

III. - The PEOPLE ARE ANIMALS metaphor

Almost from the dawn of times, human beings have been drawing instructive metaphors from the animal kingdom. *A whistling woman and a crowing hen are neither good for God nor men, Women and hens by too much gadding are lost* or *When the hen crows the house goes to ruin* are just a few examples of the way in which we understand women from just one species (Palmatier 1995). In fact, people have often resorted to animals as a way of explaining human behavior, human feelings and human relations (Kövecses 1998, 2000, 2002).

Animal metaphors originated from people's first-hand experience a long time ago. In earlier times, societies were mainly based on agriculture and, therefore, the subsistence of whole communities depended on their knowledge of the animal world. Being able to recognize which species could destroy the crops, had healing properties, were poisonous or suitable for work must certainly have been of vital use. The flight of a seagull near the port, the migration of the storks, the shearing of the sheep or the presence of deer was a sign of impending change. Seasons were also marked by the arrival of certain species and even the daily work was announced by the singing of the rooster (O'Sullivan 1991, Cirlot 2002). Hence, as animals became associated with particular beliefs so did animal names, and attitudes and beliefs towards certain animal species were captured in language. Today, however, few speakers would associate the pilots' *cockpit* with a hole where cocks fight or the relation between dogs and bad luck in *not have a dog's chance*, but the connections with the animal kingdom can still be gleaned

from many metaphoric expressions¹. The industrious donkey, widely used as a beast of burden, has generated the idiom *to do the donkey work*, meaning *to do the work nobody wants to do*; the diligent bee constantly flying from flower to flower sucking nectar and making honey has given way to *be a busy bee* to refer to an active person who moves quickly from task to task and terms for vermin, so noxious for the harvest, are applied to people with low morals or who use despicable means to make their way up in the world. So *worm* alludes to someone dishonest, *to rabbit on* conjures the image of talking continuously about unimportant things and *weasel words* are statements that are deliberately not clear or frank (Deignan 1995, Kirkpatrick 1996, Dunkling 1998).

As a matter of fact, animal metaphors not only have a cognitive basis, but are also culturally motivated, that is, they reflect the attitudes and beliefs held by a particular community towards certain animal species, and, therefore, may vary from culture to culture, in time and space (Deignan 2003, Echevarría 2003, MacArthur 2005). Despite the fact that in our modern industrial societies there is a clear estrangement from animals, every animal is part of a tradition which reflects “an intimate relationship with human beings that has been built up over millennia” (Sax 2001:10) and, therefore, alludes “to knowledge that is still shared as part of our cultural repository, but no longer directly experienced” (Deignan 2003:270). Indeed, the experience of humans with animals piled up throughout history has endowed animal names with a symbolic charge which shows, according to Kövecses (2002:124), “our fears, aspirations and desires, and our physical, emotional and spiritual connections with the animal world.”

From ancient times human beings have used their knowledge of the natural world in constructing a meaningful social existence and the animal field has provided one of the richest metaphorical sources in English and other languages (Cooper 1992, Cirlot 2002, Echevarría 2003, Talebinejad & Dastjerdi 2005). In fact, much human behavior seems to be understood in terms of animal behavior and people themselves are commonly described as animals of some sort (Kövecses 2002, Talebinejad & Dastjerdi 2005). From the pet domain we have drawn *cat* and *bitch* to refer to malicious or promiscuous women; the farmyard ambience has generated *mule* and *pig*, denoting a stubborn person and someone who is dirty or greedy, and from the wilderness stem *fox* and *lion* applied figuratively to a person who is cunning and brave respectively (Palmatier 1995).

¹ The origin of this expression can be traced back to the Roman world. The Romans were fond of gambling with dice. Each side of a dice was commonly decorated with paintings or carvings of different animals. The image of a little dog (Latin *canicula*) corresponded with the lowest throw. The expression *canicula* was translated into English as the “dog throw” or “dog chance”, meaning slim chance of winning. (Dunkling 1998)

As can be inferred from these examples, more often than not, the equation man-animal tends to be accompanied by undesirable associations. This negative import attached to most animal terms seems to respond to the folk conception of the Great Chain of Being (Lakoff & Turner 1989:170-80) whose main purpose is to assign a place for every existing thing in the universe in a strict hierarchical order which is pictured as a chain vertically extended, where the place of beings and things depends on their properties and behavior. That is, the more complex the being, the higher it stands. Hence, at the bottom stand natural physical things such as the four elements defined by their structural and functional properties and behavior. Higher up are complex objects characterized by their structural and functional properties and behavior. Then come plants, with their biological functions and attributes. Then, animals, which are defined by their instinctual characteristics and behavior and, finally, human beings, who possess higher order attributes and behavior. Within each level there are sub-levels defined by different degrees of complexity and power in relation to each other (e.g. within the animal realm the fox is above the hen, which, in turn, is above the worm). This ranked structure, thus, presupposes that the natural order of the cosmos is that higher forms of existence dominate lower forms of existence, an idea which is already found in the Bible when God tells man to have dominion over all the animal species that dwell in the sea, earth and air (Genesis 1:26).

Obviously, taking into account the cultural framework of the Great Chain of Being, when humans are equated with animals, they are being descended in the hierarchy and, thus, the animal-related metaphor is likely to become a vehicle to convey undesirable human characteristics (Talebinejad & Dastjerdi 2005). In fact, within this organization, the link separating man from animal is reason. Therefore, as opposed to the instinctual beast, man is endowed with the rational capacity that enables him to control his behavior. It is ultimately this notion of control, or rather, lack of control, that constitutes the bedrock for the metaphorical identifications of people with animals.

The PEOPLE ARE ANIMALS metaphor, then, presupposes that there is an instinctual or animal side inside each person and civilized people are expected to restrain their animal impulses, letting their rational side rule over them. The metaphors OBJECTIONABLE HUMAN BEHAVIOR IS ANIMAL BEHAVIOR (Kövecses 2002), ANGER IS ANIMAL BEHAVIOR (Nayak & Gibbs 1990), PASSIONS ARE BEASTS INSIDE US (Kövecses 1988), OBJECTIONABLE PEOPLE ARE ANIMALS (Kövecses 2002), A LUSTFUL PERSON IS AN ANIMAL (Lakoff 1987) or CONTROL OF AN UNPREDICTABLE/UNDESIRABLE FORCE IS A RIDER'S CONTROL OF A HORSE (MacArthur 2005) conceptualize extreme behavior and, therefore, lack of control, by resorting to a common scenario: the animal kingdom. Seen in

this light, failure to restrain one's instincts results in the degradation of human beings to the animal realm. So, for example, the inability to control appetite, sexual urge or verbosity, for instance, is linguistically channeled through the figurative senses of *pig*, *bitch* and *parrot* respectively.

Nevertheless, although, being a lower form of life, the names of animals are likely to become vehicles for the transmission of undesirable characteristics and behavior, a closer look at metaphorical animal identifications can show that this is not always the case, for certain animal terms do capture the positive features of people. Conspicuous examples of animal metaphors charged with favorable overtones include *lion* (a brave person), *owl* (someone wise), *lamb* (a beloved person) or *dove* (a gentle woman or child), among many others (*cf* Nesi 1995, Nilsen 1996).

Despite the fact that cultural views attached to animal species may be responsible for their figurative senses, there appears to be a clear imbalance in the metaphorical uses of animal terms depending on their application to males or females (*cf* Nilsen 1996, Fernández & Jiménez 2003). Suffice it to consider, for instance, the animal pairs *fox/vixen*, *dog/bitch*, *stud/mare* and *rooster/hen*. Whereas *fox* denotes a clever, crafty person or even a good-looking individual, its female counterpart *vixen* refers to a shrewish ill-tempered woman. *Dog* is used as practically synonymous with fellow or chap, as opposed to the infamous *bitch*, meaning spiteful or promiscuous woman. Likewise, *stud* is applied to a young virile man, in contrast with *mare*, meaning ugly female. Similar considerations are seen at work with *rooster* (a leader, a person of spirit and often of a certain swagger or arrogance) as compared to *hen* (a middle-aged woman, especially a fussy one).

This dichotomy that associates the male sex with positive associations while the female one carries negative ones might corroborate the general tendency in language showing a clear bias against women (*cf* Fasold 1990, R. Lakoff 2003)². Yet, because most animal metaphors seem to highlight the notion of control, it might be argued that lack of restraint in human beings is more objectionable when the agent is a woman.

² There are, in fact, examples galore in language reflecting this dichotomy that associates the male gender with positive connotations while the female one carries negative ones. Fasold (1990:113) and R. Lakoff (2003:162) provide a wide repertoire of terms illustrating this imbalance in the field of power with pairs such as governor/governess, master/mistress or sir/madam. Fernández and Jiménez (2003:771-97) concentrate on the animal field with *fox/vixen* and their Spanish equivalents, Hughes (1991) studies synonymous terms for *man* and *woman* to conclude that practically every synonym for woman can mean *prostitute* and Nilsen (1994, 1996) compares names of animals, flowers, and foods applied to males and females to show how they corroborate stereotypical views about womanhood.

IV. - Analysis of data extracted from women's magazines

Metaphorical expressions that use chickens and hens as their source domain applicable to women abound in the press. Flicking through the pages of women's magazines, one comes across a host of metaphors presenting females in the guise of these two animals. In the encoding of such metaphorical identifications, the so-called "thematic parts" of animals (*cf* Martsa 2003), that is, habitat, size, appearance, behavior and relation to people seem to play a pivotal role for unveiling the assumptions which might prompt their figurative usages.

Chickens and hens can be classified as belonging to the family of *gallus domesticus*, a type of domesticated bird which is often raised as a type of poultry. Being one of the most common types of birds in the world, they provide two sources of food frequently consumed by humans: their meat and eggs. Hence, within the generic taxonomy of animals which groups them into three different classes, namely, pets, livestock and wild, chickens and hens will fall into the second category.

According to the *O.E.D.* *hen* denotes figuratively a wife or a woman, especially a middle-aged or old one whereas *chicken* is applied to a girl or a young female, as seen in the following excerpts in which teenagers are identified as *chickens* whereas the more mature animal is reserved for women who are older.

- (1) A fun-loving **chick** like you sees summer as the chance to go loco. (*CosmoGirl*, August 2003: 141)
- (2) Happy **chicks** know when to hang and when to hibernate (*Cosmopolitan*, April 2005: 188)
- (3) Brazilian bikini lines – a tiny strip or triangle of pubic hair – used to be the gutsiest below-the-belt style a girl could choose. But lately, increasing numbers of **chicks** are opting for an even more daring look: going completely bald down there. (*Cosmopolitan*, May 2006: 232)
- (4) Travel Miss Adventures – **Hen** weekends with a difference (*Cosmopolitan*, June 2002: 4)
- (5) Leave your children and husband at home and plan a **hen** weekend with your friends (*Woman*, March 2000: 19)

Such a correspondence between the mature animal and her offspring with a middle-aged and young woman respectively is likely to be motivated on physical grounds. In fact, judging these animals on the basis of appearance, one soon discovers that hens and chickens alike are characterized by their small size,

which might adjust to the wide repertoire of small animals metaphorically used in the conceptualization of women (e.g.: *cat*, *bunny*, *butterfly*, etc.). The stature of these animals, then, seems to respond to the physical appearance of women, who, when compared to men, tend to be of a small size.

Interestingly, small size and weakness in an animal appear to be favorable traits for crediting the animal name with a positive evaluation, as opposed to animals of a considerable size and strength, which tend to comprise a less condescending attitude (e.g. cow, mare, whale). In fact, the DESIRED WOMAN AS SMALL ANIMAL metaphor (*cf* Hines 1999a, 1999b) presents attractive females in the form of small and weak animals, such as *bunny*, *bird*, *kitten* and also *chicken*. Yet, although also presenting a small size, *hens* do not hold any hint of physical beauty, but, on the contrary, tend to designate middle-aged females with no positive stance regarding their appearance. Such a reversal might be explained in terms of age. Obviously, one of the characteristics which differentiate chickens from hens has to do with the youth of the animal. Whereas chickens are baby animals, the name *hen* is applied to female chickens once they have surpassed one year. Therefore, youth in an animal usually prompts positive connotations, which might account for the favorable overtones generally attached to the metaphorical names of offspring (Hines 1999, Halupka-Rešetar 2003). Getting older, on the other hand, is stigmatized when the affected is the woman (Nilsen 1994). In fact, there are examples galore of animal pairs reflecting this dichotomy that associates youth with positive connotations whereas more mature animals are tinged with pejorative ones. Consider, for example, *cat* as opposed to *kitten*, *nag* in relation to *filly*, *old crow* or *old bat* as contrasted with *bird* and, of course, the animal pair under discussion *chicken* as compared to *hen*.

Another thematic part presumably reinforcing the juxtaposition between chickens and hens pertains to their relation with people. Animals are bred for many different purposes such as utility, research, pleasure or sport, and hens and chickens, no doubt, fall into the first category. In fact, unlike pets, whose main function is to entertain and provide company, or wild animals, which can be hunted for pleasure or sport, livestock animals are raised to be exploited and eaten. Both chickens and hens are mainly reared to make use of their flesh and eggs (Baker 1981, Cabanillas & Tejedor 2006). Hence, being a common source of nourishment, edibility appears to be a significant factor in the encoding of these animal metaphors (*cf* Leach 1964, Adams 1990, Chamizo & Sánchez 2000).

In addition, there seems to exist a correlation between people's understanding of sexual desire with their embodied experiences of feeling hunger motivating the conceptual metaphors LUST IS HUNGER and THE

OBJECT OF LUST IS FOOD (*cf* Lakoff 1987), by means of which sexual desire is understood in terms of food and, consequently, the object of desire is represented as food. In fact, linguistic research on different languages has shown that eating and food are commonly used to express sexual satisfaction, sexual desire or to evaluate the sexual desirability of a person (*cf* Emanatian 1995, Kövecses 2002, Gibbs et al. 2004). Therefore, in so far as they are consumed as food, the metaphorical senses of *chick* and *hen* might hide sexual appetite. In fact, as seen below, the conflation of food with sexual desire is certainly at work in most figurative usages of *chick*

- (6) What a difference a year makes! Trashy street kids TLC have dumped the baggy togs and developed into **sexy chicks**. (*Nineteen*, February 1995: 57)
- (7) Be his **sexy spring chicken** (*Cosmopolitan*, March 2005: 237)
- (8) Studly Rob Sutter vowed to keep his hands off the **sexy new chick** in town, Kate Hamilton, but when he finds her working late one night, the two wind up burning the bawdy midnight oil. (*Cosmopolitan*, March 2005: 254)

but does not hold true for the metaphorical senses of *hen*:

- (9) Face it, you have become a middle-aged **hen** and can't go out without these make-up tricks! (*In Touch*, June 2002)

Obviously, it is true that both a chicken and a hen are consumed as food, but whereas the former constitutes a main course and is highly esteemed by its tenderness, the latter tends to be reserved for dishes of lower consistency such as broth or soup. Age, then, also appears to correlate with the link between food and sexual desire. Certainly, from a nutritional standpoint, the younger the animal, the tender its flesh or, in other words, the younger the woman, the more sexually desirable.

In addition to disclosing the negative connotations attached to getting older, the pair *chicken* and *hen* also tails with society's views on marriage. As mentioned in the introduction, there exists a long tradition in Western culture equating husbands and wives with roosters and hens respectively probably because of their well-separated domestic roles in the barnyard, since the hen lies eggs and takes care of her chickens whereas the rooster is in charge of providing them with food and care, which seems to conform with the traditional roles attributed to men and women within marriage. Thus, the fact that, unlike chickens, hens have a mate might justify their metaphorical usage when applied to married women, which reminds one that the traditional party held to celebrate one's last moments as a single woman is called in British English *hen party*.

- (10) **Hens** behaving badly: embracing your **hens' party**

(http://search.ivillage.com/search/ivillage?sk=ivi&partner_tag=ivillage_hearst_us_web-search&q=hen+weekends&restrict=Cosmopolitan&filter=p 3/15/2007)

- (11) For a girl's pre-nuptial gathering, check out these **hen parties** (*Cosmopolitan*, April 2005: 182).

It appears, at times, that the concept of marriage goes hand in hand with sexual availability. Marriage puts upon women the signal that they are not sexually available and, thus, in the transition from being single to married a woman moves from *chicken* to *hen*:

- (12) When to marry is a huge decision in most women's lives, these days, many sexy **single Cosmo chicks** are putting off getting hitched until their mid to late 20s and even 30s" (*Cosmopolitan*, April 2005: 183)

- (13) Enjoy your last moments as a **single chick** with a wild **hen party** (*In Touch*, May 2002)

As far as their habitat is concerned, chickens and hens are domestic fowl traditionally reared in farms. As opposed to wild beasts, which dwell in the wilderness, the whole lives of domestic animals spin around the house. In fact, being domestic, pets as well as livestock co-exist with man. Yet, whereas the former tend to share the same roof as their owners and enjoy certain freedom of movement, in the case of the latter their existence is restricted to the farm ambience. This image of domestic confinement, which might suggest the patriarchal ideal that a woman's place should fall within the confines of the house, is conveyed in certain metaphorical uses of *chicken* and *hen*:

- (14) Not long ago, most women's Sunday-night addiction was watching four stylish single gals in the city. But now, damn near everyone is tuning in to catch the backstabbing antics and salacious sex-capades of sizzling married suburbanites on the huge hit *Desperate Housewives*. Which got us wondering: Do **stay-at-home chicks** actually ever feel *that* desperate? (*Cosmopolitan*, February 2005: 167)

- (15) Don't be a **stay-at-home hen** (*Cosmopolitan*, February 2005: 167)

In modern times, however, with the increasingly industrialized agriculture, the presence of chickens and hens in the farmyard has almost disappeared, having been replaced by their mass-production in factories, where incubators and artificial breeding quickly produce low-cost meat and eggs. This stark contrast from the domestic ambience to the industrial image might have infiltrated in the figurative senses of *chickens* and *hens*. Certainly, if one thinks

of the conditions under which chickens and hens are kept today, the image of a tiny space packed with a crowd of animals squashed together, just being fed for future consumption and deprived of movement to speed the process of gaining weight will certainly spring to mind. These living conditions make these animals practically undistinguishable and it is this trait of lack of individuality that seems to underlie the metaphoric usages in the excerpts below.

- (16) Women maintain draining relationships with former co-workers, one-time neighbors, sisters of ex-boyfriends, etc., out of some twisted sense of obligation. Todd, 25, has a **chick** like this. (*Cosmopolitan*, March 2005: 88)
- (17) He's a chronic flirt. A steady guy who is always charming other **chicks** is showing disrespect for you...not to mention a compulsive need for female attention. (*Cosmopolitan*, March 2005: 129)
- (18) Despite their penchant for body-crushing sports and blood-and-guts action flicks, guys tend to shy away from confrontations with **chicks**. (*Cosmopolitan*, May 2006: 156)
- (19) 4 ways to wow her in bed. When it comes to sex, some women like surprises (look, we're on video!) more than others. But no **chick** will be able to resist these carnal curveballs. (*Cosmopolitan*, May 2006: 84)
- (20) One Naughty Night Won't Ruin Your Rep Even the most discerning **chick** might wake up thinking, *I can't believe I made out with our office intern*. Don't stress that you've sullied your good name...you can rebound... (*Cosmopolitan*, April 2005: 136)

Hence, by equating females with chickens and hens, women are being robbed of their individuality. In other words, one chicken is very much like another chicken, just like one woman is very much like any other. The choice of *chick* as a generic term for woman, especially in articles dealing with relationships, appears to summon the idea of a flock of poultry.

Finally, in terms of behavior, chickens and hens are gregarious animals that live together as a flock. They have a communal approach towards the incubation of eggs, raising of young and food access, in which the rooster is in charge of establishing order and control. This dependency on the male is so great that removing the rooster from a flock causes disruption among chickens and hens. This notion of being dependent and unable to do anything without the aid of a male is conveyed in the following metaphorical usages of *chick*:

- (21) Even the toughest **chick** needs a guy (*Top of the Pop*, February 2000)
- (22) Naturally, you'd be with a hot, confident, **chick** magnet of a boyfriend (http://magazines.ivillage.com/cosmopolitan/men/menu/articles/0_426365_533694.00.html 4/ 29/ 05)

In addition to lack of independence, hens can also be very stubborn about always lying in the same location, and so are chickens when it comes to accessing food. In fact, it is not uncommon for both animals to die from starvation or suffocation because of their narrow-mindedness when following their pecking order. Actually, chickens and hens do not stand out for their intelligent behavior, which might prompt its figurative sense when applied to females who act or behave in a non-sensical way, as shown in (23) and (24).

(23) The STD You Don't Know. Safeguard yourself from fertility-robbing PID. Women who consistently used condoms during intercourse were half as likely to develop pelvic inflammatory disease (PID) as were **chicks** who relied on rubbers only occasionally or not at all, according to a study in the *American Journal of Public Health*. (*Cosmopolitan*, April 2005: 236)

(24) Young **chicks** should never forget condoms! (*Nineteen*, 1995)

Talkativeness is another characteristic typically associated with the conduct of hens and, to a lesser extent, chickens. The fact that these types of birds are almost constantly twittering and chattering has historically been associated with the sound produced by women talking (Sommer & Weiss 1996). Several articles in women's magazines establish this relationship between women's verbosity with chickens and hens, as seen below:

(25) Some guys can't stand their **chicks** gossiping about them (*CosmoGirl*, 2001)

(26) Indulge yourself in a **hen** night to talk with your friends (*Cosmopolitan*, May 2002)

The success of THE WOMAN AS CHICKEN metaphor not only in women's magazines but in more serious types of publications is well attested in their widespread usage and acceptance as well as in the metaphorical networks created by such a metaphor (see figure 1). Hence, the domestic *chick* not only has become interchangeable with *girl*, but it has generated a whole network of spin-offs. So, a film produced for girls is no longer a girl movie, but a *chick flick*, an actress performing in a girl movie becomes a *chick flick chick*, material to produce a film for women turns into *chick flick fodder*, the lyrics of songs dealing with women's concerns are *chick antics*, parties for women turn into *chick fetes*, literature devoted to women is labeled as *chick lit* and men who date several women become *chick magnets*.

(27) **Chick-flick** alert: This month, Goodwin stars in *Mona Lisa Smile*-think *Dead Poets Society* with short pleated skirts- (*Vanity Fair*, January 2004: 75)

- (28) In this sassy look at 2004's biggest— and busiest—celebs, experts name Lindsay Lohan as Hollywood Hottie, Renée Zellweger as **Chick Flick Chick** and Jude Law the reigning Role Hog (six flicks in all!). (*Us*, December 20, 2004: 106)
- (29) Her as-yet-unfinished debut, *P.S. I Love You*, follows Holly, a woman whose boyfriend dies of a brain tumor but leaves her one letter for each month of the year after his death. Sounds like **chick-flick fodder**—and Ahern's agent told Reuters she expects a movie deal to be done this month. (*Time*, January 20, 2003: 60)
- (30) Courtney Love, America's Sweetheart. She's known for her **rock-chick antics**, but it's time to check out her melodic rock. (*Cosmopolitan*, March 2004: 50)
- (31) Lots of dishing at this **chick fete** ...hang with the girls more. (*Cosmopolitan*, February 2005: 186)
- (32) There's a secret about **chick lit**, that diary-style fiction genre (spawned by *Bridget Jones's Diary*) featuring quirky, feisty protagonists on a mission to land their dream life, or at least shoe.
(http://love.ivillage.com/snd/0..doyenne_rvq3.00.html, 4/11/05)
- (33) Dating a **chick magnet** ? Find out how to deal (www.cosmopolitan.com 4/7/2007)

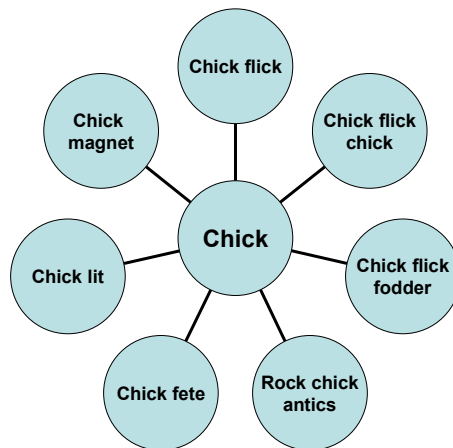


Figure 1. The metaphorical network of Chick

In like manner, the identification of middle-aged women with the more mature hen has branched off. Thus, bachelorette parties are called *hen parties*,

trips and outings with friends turn into *hen weekends* and *hen nights*, whereas literature targeted to middle-aged women is labeled as *hen lit* (see figure 2).

(34) **Hen parties**

([http://search.ivillage.com/search/ivillage?sk=ivi&partner_tag=ivillage_hearst_us_websearch&q=hen+weekends&restrict=Cosmopolitan&filter=p 3/15/2007](http://search.ivillage.com/search/ivillage?sk=ivi&partner_tag=ivillage_hearst_us_websearch&q=hen+weekends&restrict=Cosmopolitan&filter=p%203/15/2007))

(35) Here's a one-word open letter to all those women who, on their **hen's nights**, don't want to get all drunk and leery, don't want to get kitted out in embarrassing, tacky gear, who just want to have a bit of pampering, a quiet vino and a good old gas with their girlfriends (<http://www.stuff.co.nz/sundaystartimes/3985002a19516.html>)

(36) **Hen night and hen weekend** shows in Newcastle.

([http://search.ivillage.com/search/ivillage?sk=ivi&partner_tag=ivillage_hearst_us_websearch&q=hen+weekends&restrict=Cosmopolitan&filter=p 3/15/2007](http://search.ivillage.com/search/ivillage?sk=ivi&partner_tag=ivillage_hearst_us_websearch&q=hen+weekends&restrict=Cosmopolitan&filter=p%203/15/2007))

(37) Women's Lit, **Chick Lit, Hen's Lit** —All Great (<http://www.amazon.com/Womens-Lit-Chick-Hens-Great/lm/1KG3NBWIMH4AT>)

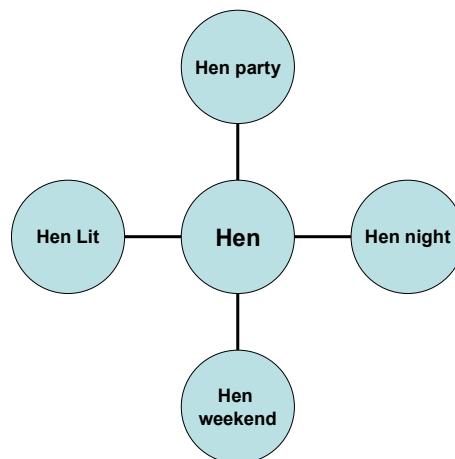


Figure 2. The metaphorical network of Hen

V.-Socialization through language

Nowadays, teenage and women's magazines are a popular subject of study because of the increasing attention to the influence of the media in the construction of social identities (Pierce 1990, Curri 1999, Gauntlett 2002, Gough-Yates 2003). Being consumed by millions of females around the world, these publications provide a valuable insight into the forging of "trendy

contemporary women's identities" (Machin 2005). The pages of *Cosmopolitan*, *CosmoGirl* or *Vanity Fair* sell a glamorous world for women to engage in. By providing advice, tricks and techniques in very different fields ranging from cosmetics to professional promotion through dating, dieting or health issues, which supposedly lead to the attainment of a state of sheer happiness, female magazines have become a common form of self-help literature (Alabarta 2005).

Judging from their breathtaking sales figures, these publications seem to have a tremendous repercussion on the female community (Gumperz 1982, Sutton 1999, Kim et al. 2004). In fact, everything that comes up in *CosmoGirl*, *Nineteen* or *Cosmopolitan* becomes fashionable. The clothes are fashionable, the people are fashionable and even the language used becomes fashionable. Obviously, if something is fashionable, be it people, clothes or language, it is in, cool and followed. Adherence to a particular fashion will imply acceptance and recognition by the social group, whereas any type of deviation from it will result in ostracism.

Interestingly, as this paper has tried to show, much of the "fashion of speaking" (Goyvaerts 1975:123) of teenage and women's magazines is characterized by the use of particular metaphors that present women in the guise of *chickens* and *hens*. The pervasiveness of these metaphors poses a problem not only in their identification, but also in unveiling the assumptions motivating their use. Due to the opacity of metaphor in conceptualizing one domain of experience in terms of a completely different one, the entailments motivating the coinage of such linguistic products may be only partially understood, therefore, becoming covert means of transmitting and perpetuating stereotypical views about the role of women (Mills 1995). Hence, although at first sight, the figurative usages of *chicken* and *hen* may be regarded as fashionable etiquettes to refer to the female sex, an analysis of the underlying motivation of such metaphors has shown that such identifications establish a conceptual bridge between women with chickens and hens which seem to convey patriarchal attitudes towards the role of women.

Indeed, as their usage in several articles has shown, the fact that chickens and hens are small weak domestic fowl, constantly producing twittering sounds, standing out for their stubborn behavior and lack of intellect, confined to a barnyard ruled by a rooster and simply reared for man's consumption seems to echo the patriarchal attitude whereby woman, being weak, gossipier, obstinate, and lacking the judgment of the male, should be confined to the domestic sphere in order to take care of children and men.

In addition to the apparently mismatch between the surface meaning and the deep meaning of metaphor (Moon 1998), the fact that contact with such metaphorical representations of females in the form of *chickens* and *hens* takes

place during adolescence, a transitional stage of life in which a tremendous amount of identity work is done, for adolescents are moving away from identities based in the family to identities based in a newly heterosocial peer social order, might contribute to the widespread usage and acceptance of these linguistic forms.

Adolescence is perhaps the most crucial stage in the development of the individual, where the construction of social identity inevitably goes hand in hand with the construction of language. One of the most basic drives at work in teenagers is the drive to belong and fit it (Romaine 1984, Vallejo-Nájera 1997); an acceptance which usually takes the form of physical adaptation, but also of speech accommodation (McConnell-Ginet 2003). In fact, the privileged role played by language in marking group allegiance and exclusion is responsible for the acquisition and use of particular patterns of speech. There is indeed a direct correlation between strength of group membership and conformity in linguistic habits, for, as sociolinguists like Labov (1963) and Milroy (1987) have showed, the closer the allegiance to a particular community, the more similar the speech forms.

Language can become a badge of social identity and people often need to accommodate their linguistic behavior in order to gain group membership. In fact, the identity maintenance strategies used by teenagers frequently involve language. Each group has its particular canons of behavior as well as penalties for violation, and it is in the midst of interaction with their peers that teenagers acquire particular linguistic habits and norms while sanctioning those who violate such group norms (Romaine 1984).

An important part of the group ethos of teenagers involves verbal dueling. Teasing, nicknaming and social labeling are part and parcel of teenager's life. Insulting is used not only to humiliate but also as a means of gaining or demonstrating higher status within the group (Goffman 1972) and adolescents may boast of their language skills to reinforce cohesiveness within the group or, on the contrary, to degrade those who are regarded as outsiders. Similarly, labeling³ is a common practice and teenagers engage in competitions as to come up with the best nickname for their teacher or for any other mate. Teenagers who do not adjust to the norm are soon given a label. A child who is a hard-worker and gets good grades is soon labeled as *nerd*, a boy who does not match up to the male norm is referred to as a *fag*, *gay*, *queer* or *sissy* and a girl who does not

³ In her article "What's in a Name? Social Labeling and Gender Practices" (2003), McConnell-Ginet explores the relationship between social labelling practices and group allegiance. Although she does not concentrate on teenagers, McConnell does touch upon the issue of labelling practices as a mechanism to shape social identities.

follow the dictates of the group may be called a *slut*.⁴ These social labeling practices offer a window on the construction of social identities as well as paving the way for gendered discourse⁵. Indeed, as Vygotsky (1978) stated, our sense of identity is forged from our interaction with others and it is in this exchange of labels or social etiquettes that individuals receive their social categories from which they will fashion their identities.

Furthermore, these verbal practices characteristic among teenagers not only determine group allegiance, but are, to a large extent, responsible for social success. In fact, knowing how and when to use the right insult or the appropriate social label is a way of demonstrating power. By adhering to social etiquettes teenagers align themselves with those who have shared values and interests at the time that discriminate those who do not conform to them.

Interestingly, however, many of the social labels used by adolescents are generated not by adolescents themselves, but rather by the media they are exposed to (Chanda 1991, Eckert 2003). In fact, a quick glimpse at magazines aimed at teenage girls has shown that *chick* and *hen* are frequently used as labels to refer to the female sex. Because at this stage teenagers are susceptible to the authority of their peer groups, they do not question the truth posited in such identifications, but, on the contrary, come to accept these labels as appropriate and even fashionable to refer to them. Hence, by incorporating such labels into their daily discourse, teenage girls try to conform to the dominant norms of femininity imposed by these magazines. So begins a process of internalization in which teenage girls may accept at face value what these metaphors transmit, believing as commonsense what is no more than the views a particular sector of society holds about them. Therefore, from this early stage, these metaphors are accepted and incorporated into the language of teenagers; a process which later on will be reinforced in women's magazines.

The internalization of these metaphors may certainly have a toll on females and, above all, on teenagers for, however indirectly, "they may cause women to view themselves in a negative stereotyped way. It may thus have an effect on the expectations women and men have of what women can do" (Mills 1995:95). By embedding metaphorical identifications of females as *chickens* and *hens* in articles dealing with sexual matters, beauty, dieting and social relations, not only are women being deprived of their uniqueness, but they are also led to believe that sexual expertise, youth and the cultivation of physical appearance are the

⁴ According to Eckert (2003: 386), "the meaning of *slut* in early adolescence [...] is closer to the meaning of *hussy*— a female who oversteps general bounds of propriety, whether a girl who dates too many boys, or who is loud, or who does what she pleases."

⁵ For a study about how labelling practices shape gender discourse see McConnell-Ginet (2003: 69-98).

main goals to be attained if they want to be fully accepted as members of the female group.

WORKS CITED

- Adams, C. (1990): *The Sexual Politics of Meat: A Feminist-Vegetarian Critical Theory*. New York: Continuum.
- Addison, J. and R. Steele (1804): *Selections from the Spectator, Tatler, Guardian, and Freeholder: With a Preliminary Essay*. Compiled by A. L. Barbauld. 3 vols. London: Taylor.
- Alabarta, P. (2005): Euphemisms and ambiguity in women's magazines: The example of *Cosmopolitan*. In J. Santaemilia (ed.). *The Language of Sex: Saying and Not Saying* (88-100). Valencia: Universitat de Valencia.
- Ashton, Gail (1998): *Analysing Texts. Chaucer: The Canterbury Tales*. London: MacMillan.
- Baker, R. (1981): Pricks and Chicks: A plea for persons. In R. Baker and F. Elliston (eds.), *Philosophy and Sex* (45-54). New York: Prometheus Books.
- Berstein, B. (1977): *Class, Codes and Control*. Vols. 1-3. London: Routledge & Kegan Paul.
- Chanda, P. S. (1991): Birthing terrible beauties: Feminism and "women's magazines". *Economic and Political Weekly*, 67-70.
- Cirlot, J. E. (2002): *A Dictionary of Symbols*. Trans. J. Sage. Mineola (NY): Courier Dover Publications.
- Cooper, J. C. (1992): *Symbolic and Mythological Animals*. London: Aquarian/Thorsons.
- Curri, D. H. (1999): *Girl Talk: Adolescent Magazines and Their Readers*. Toronto: University of Toronto Press.
- de la Cruz Cabanillas, I. and C. Tejedor Martínez. (2006): Chicken or hen? Domestic fowl metaphors denoting human beings. *Studia Anglica Posnaniensia* 42, 337-354.
- Deignan, A. (1995): *Collins COBUILD English Guides 7: Metaphor*. London: Harper Collins.
- Deignan, A. (2003): Metaphorical expressions and culture: An indirect link. *Metaphor and Symbol*, 18, 255-271.
- Dekkers, M. (2000): *Dearest Pet: On Bestiality*. London/New York: Verso.
- Dunkling, Leslie. (1998): *Dictionary of Curious Phrases*. Glasgow: Harper Collins Publishers.

- Echevarría, I. (2003): Acerca del vocabulario español de la animalización humana. *Círculo de Lingüística Aplicada a la Comunicación* 15. On-line article. Url: [<http://www.ucm.es/info/circulo/no15/echavarri.html>]. Date of access: 14th February 2007.
- Eckert, P. (2003): Language and Gender in Adolescence. In J. Holmet and M. Meyerhoff (eds.). *The Handbook of Language and Gender* (381-400). Oxford: Blackwell.
- Emanatian, M. (1995): Metaphor and the expression of emotion: The value of cross-cultural perspectives. *Metaphor and Symbolic Activity*, 10, 163-82.
- Fasold, R. (1990): *Sociolinguistics of Language*. Cambridge (Massachusetts)/Oxford: Blackwell.
- Fernández Fontecha, A. and R.M. Jiménez Catalán. (2003): Semantic derogation in animal metaphor: a contrastive-cognitive analysis of two male/female examples in English and Spanish. *Journal of Pragmatics*, 35.5, 771-97.
- Flores, N. (ed.). (2000): *Animals in the Middle Ages*. London: Routledge.
- Gauntlett, D. (2002): *Media, Gender and Identity*. London: Routledge.
- Genesis 1:26. The Bible. King James Version.
- Gibbs, R. et al. (2004). Metaphor is grounded in embodied experience. *Journal of Pragmatics*, 36, 1189-1210.
- Goffman, E. (1972): On Face-Work: An analysis of Ritual Elements in Social Interaction. In J. Laver and S. Hutcheson (eds.). *Communication in Face to Face Interaction*. (319-46). Harmondsworth: Penguin.
- Gough-Yates, A. (2003): *Understanding Women's Magazines: publishing, markets and readerships*. London: Routledge, 2003.
- Goyvaerts, D. L. The Acquisition of Social Roles. In S. Rogers (ed.). *Children and Language: Readings in Early Language and Socialization*. (113-24). Oxford: OUP.
- Gumperz, J. (1982): *Language and Social Identity*. Cambridge: CUP.
- Halupka-Resetar, S. (2003): Animal names used in addressing people in Serbian. *Journal of Pragmatics*, 35, 1891-1902.
- Harris, M. (1985): *Good to Eat: Riddles of Food and Culture*. New York: Touchstone/Simon & Schuster.
- Hines, C. (1999): Foxy chicks and Playboy bunnies: A case study in metaphorical lexicalization. In K. Hiraga et al. (eds.). *Cultural, Typological and Psychological Perspectives on Cognitive Linguistics*. (9-23). Amsterdam: Benjamins.
- Hughes, G. (1991): *Swearing. A Social History of Foul Language, Oaths and Profanity in English*. Oxford (UK)/Cambridge (USA): Blackwell.
- Innis, K. 1971. *D. H. Lawrence's Bestiary*. Mouton: The Hague.

- Kim, J. A. et al. (2004): Pleasure Reading: Associations Between Young Women's Sexual Attitudes and Their Reading of Contemporary Women's Magazines. *Psychology of Women Quarterly*, 28.1, 48-58.
- Kirkpatrick, Betty. (1996): *Clichés. Over 1,500 familiar phrases explored and explained*. London: Bloomsbury.
- Kövecses, Z. (2000.): *Metaphor and Emotion: Language, Culture and Body in Human Feeling*. New York: CUP.
- Kövecses, Z. (1988): *The Language of Love: The Semantics of Passion in Conversational English*. Cranbury (NJ): Associated University Presses.
- Kövecses, Z. (2002): *Metaphor: A Practical Introduction*. Oxford: OUP.
- Labov, W. (1963): The social motivation of sound change. *Word* 19, 273-309.
- Lakoff, G. (1987): *Women, Fire, and Dangerous Things*. Chicago/London: The University of Chicago Press.
- Lakoff, G. and Turner, M. (1989): *More than Cool Reason: A Field Guide to Poetic Metaphor*. Chicago: University of Chicago Press.
- Lakoff, R. (1975): *Language and Woman's Place*. New York: Harper and Row.
- Leach, E. (1964): Anthropological aspects of language: Animal categories and verbal abuse. In E. H. Lenneberg (ed.) *New Directions in the Study of Language* (23-63).
- MacArthur, F. (2005): The competent horseman in a horseless world: Observations on a conventional metaphor in Spanish and English. *Metaphor and Symbol* 20.1, 71-94.
- Machin, D. (2005): Language style and lifestyle: the case of a global magazine. *Media, Culture & Society*, 27.4, 577-600.
- Martsa, S. (1999): On exploring conceptual structure of folk knowledge: The case of animal terms. *Linguistica e Filologia*, 9, 73-88. Bergamo (Italy). University Degli Sstudi Di Bergamo.
- Martsa, S. (2003): *Conceptual mappings in the ethnobiological categorization of animals*. Massachusetts: MIT Press.
- Matthew 23:37. The Bible. King James Version.
- McConnell-Ginet, S. (2003): What's in a name? Social labeling and gender practices. In J. Holmet and M. Meyerhoff (eds.). *The Handbook of Language and Gender*. (69-97). Oxford: Blackwell.
- Mills, S. (1995): *Feminist Stylistics*. London: Routledge.
- Milroy, L. (1987): *Language and Social Networks*. 2nd edition. Oxford: Basil Blackwell.
- Moon, R. (1998): *Fixed Expressions and Idioms in English: A Corpus-Based Approach*. Oxford: Clarendon Press.
- Nayak, N. & R. W. Gibbs. (1990): Conceptual Knowledge in the interpretation of idioms. *Journal of Experimental Psychology* 119, 315-330.

- Nesi, H. (1995): A modern bestiary: A contrastive study of the figurative meanings of animal terms. *English Language Teaching Journal* 49, 272-278.
- Nicholas, J. and J. Price. (1998): *Advanced Studies in Media*. London: Nelson.
- Nilsen, A. P. 1994. Sexism in English: A 1990s Update. 2nd edition. New York: St Martin's Press.
- Nilsen, A. P. (1996): Of ladybugs and billygoats: What animal species tell about human perceptions of gender. *Metaphor and Symbolic Activity*, 11, 257-271.
- O'Sullivan, P. (1991): *Irish Superstitions and Legends of Animals and Birds*. Dublin: Mercier Press.
- Palmatier, R. A. (1995): *Speaking of Animals: A Dictionary of Animal Metaphors*. Westport (CT) /London: Greenwood Press.
- Partridge, E. (1993): *Shakespeare's Bawdy*. 2nd edition. London: Routledge.
- Pierce, K. (1990): Socialization of teenage girls through teen-magazine fiction: The making of a new woman or an old lady? *Sex Roles*, 29, 59-68.
- Ritvo, H. (1987): *The Animal State. The English and Other Creatures in the Victorian Age*. Harvard: CUP.
- Romaine, S. (1996): *El lenguaje en la sociedad*. Trans. J. Borrega Nieto. Barcelona: Ariel.
- Sax, B. (2001): *The Mythical Zoo: An Encyclopedia of Animals in World Myth, Legend and Literature*. Santa Barbara and Oxford: ABC-Clio.
- Skeat, W. (1910): *Early English Proverbs*. Michigan: The Clarendon Press.
- Smith, D. E. (1993): *Texts, Facts and Fertility. Exploring the Relations of Ruling*. London: Routledge.
- Smith, Page and Charles Daniel. (1975): *The Chicken Book: Being an Inquiry into the Rise and Fall, Use and Abuse, Triumph and Tragedy of Gallus Domesticus*. Boston: Little Brown.
- Sommer, E. and D. Weiss. (1996): *Metaphors dictionary*. Washington: Visible Ink Press.
- Spearing, A. C. (2000): The Canterbury Tales IV: Exemplum and Fable. In Piero Boitani and Jill Mann (eds.). *The Cambridge Companion to Chaucer*. 159-178. Cambridge: CUP.
- Sutton, L. A. (1999): All Media Are Created Equal. Do-It-Yourself Identity in Alternative Publishing. In M. Bucholtz, A. C. Liang and L. A. Sutton (eds.). *Reinventing Identities. The Gendered Self in Discourse*. (145-162). New York/Oxford: OUP.
- Talbot, M. (1995): A synthetic sisterhood: False friends in a teenage magazine. In K. Hall and M. Bucholtz (eds.). *Gender Articulated: Language and the Socially Constructed Self* (143-65). New York: Routledge.

- Talebinejad, M. and H. Dastjerdi. (2005): A cross-cultural study of animal metaphors: When owls are not wise! *Metaphor and Symbol*, 20, 133-150.
- The Oxford English Dictionary*. (1989): 2nd edition. OUP. CD-ROM edition.
- Vallejo-Nájera, A. (1997): *La edad del pavo*. Madrid: Ediciones Temas de Hoy.
- Vygostky, L. 1978. *Mind in Society: The Development of Higher Psychological Processes*. Cambridge: Harvard UP.
- Wallace, D. (1999): *The Cambridge History of Medieval English Literature*. Cambridge: CUP.
- Wierzbicka, A. (1996): *Semantics: Primes and primitives*. New York: Oxford University.
- Wilkinson, P. R. (2002): *Thesaurus of Traditional English Metaphors*. 2nd edition. London/ New York: Routledge, 2002.
- Wilson, F. P. (1970): *The Oxford Dictionary of English Proverbs*. London: Clarendon Press.
- Yamamoto, D. *The Boundaries of the Human in Medieval English Literature*. Oxford: OUP.

Tombo e Demarcação do concelho de Fontes de Penaguião: edição e estudo

Maria Olinda Rodrigues Santana
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
osantana@utad.pt

Maria de La-Salette Ferreira de Castro
EB 2,3 Diogo Cão

Resumo

O presente artigo pretende divulgar os resultados alcançados por um projecto de investigação levado a cabo, no âmbito de um curso de mestrado em Cultura Portuguesa, efectuado no Departamento de Letras da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Desse projecto redundou uma dissertação de mestrado intitulada: *Tombo e Demarcação do concelho de Fontes* (Castro 2005).

Os objectivos desse trabalho foram a execução de uma edição conservadora (paleográfica) de uma fonte inédita, exarada entre 1574 e 1576 e provido em 1583, outorgada por D. Filipe I de Portugal a “quarenta courelas reguengas” do concelho de Fontes de Penaguião, assim como um estudo temático da mesma fonte.

Para a realização da edição, seguiu-se o programa editorial proposto por António Emiliano (Emiliano 2002). A escolha da edição recaiu sobre a *Edição Tipo 3 – paleográfica com transcrição larga em tipo normal*. Optou-se por uma edição conservadora, por se tratar, por um lado, da primeira edição de uma fonte do século XVI, por outro, por se destinar a um público restrito de especialistas.

No estudo temático do Tombo Filipino de Fontes, considerou-se, num primeiro momento, a demarcação das courelas de Fontes e Tabuadelo, fez-se o levantamento das principais culturas granjeadas (cereais, vinha, árvores frutíferas, linho), nessas paragens, no período em causa, isto é, nos finais do século XVI.

Introdução

O projecto de investigação - que ocasionou a dissertação de mestrado intitulada: *Tombo e Demarcação do concelho de Fontes* (Castro 2005) - teve como objectivo primordial a realização de uma edição paleográfica de uma fonte inédita de um período histórico do português ainda pouco considerado pela historiografia e pela filologia portuguesas. Os tombos filipinos exarados, no final do século XVI inícios do século XVII, estão muitos deles ainda inéditos, a maior parte nem tão-pouco estão microfilmados no IAN/TT, e, contudo, são fontes

preciosas que merecem ser editadas e estudadas em várias perspectivas: linguística, histórica, económica, social, cultural entre outras.

A realização de edições paleográficas e interpretativas rigorosas e respeitadoras dos originais, bem como estudos históricos e filológicos dos vários tombos filipinos concedidos pelos Filipes a inúmeros concelhos do reino serão, se forem publicados, um precioso contributo, sobretudo, para a filologia e a história portuguesas.

1. Breve contextualização da fonte

O documento NA 261 do IAN/TT é um exemplar do *Tombo e demarcação do concelho de Fontes de Penaguião*, courelas reguengas de Fontes e Tabuadelo. Foi elaborado entre 1574-1576 e provido em 1583, já no reinado de Filipe II de Espanha, rei de Portugal (1580-1598). Como assevera Francisco Ribeiro da Silva “Nenhuma parcela dos seus domínios passou ao lado da sua atenção burocrática” (Silva 2000: 9).

Como dissemos noutro lugar,

(...) no decurso da governação filipina, a tradição vinda dos reinados anteriores continuou, tendo sido exarados vários tombos respeitantes à administração, justiça e demarcação dos concelhos. Para termos uma ideia da aplicação da política de articulação do poder central e local levada a cabo pelos Filipes, citaremos, a título ilustrativo, alguns dos inúmeros tombos realizados durante os seus governos: Ázere, escrito entre 1592 e 1595 (NA 299); Cabeceiras de Basto, concelho e seus limites, 1^a e 2^a partes, exarado em 1598-1599 e provido entre 1612 e 1616 (NA 265 e 266), Celorico de Basto, reguengos e foros da vila e seus limites, elaborado entre 1571 e 1576 (NA 247); Lanhoso e seu termo, escrito entre 1592 e 1597 (NA 281); Pena, concelho, executado em 1575 e provido em 1583 (NA 267) Pena, concelho e seus limites, redigido entre 1598-1599 e provido entre 1612 e 1619 (NA 268, 269); Penaguião, Fontes de Penaguião, courelas reguengas de Fontes e Tabuadelo, elaborado entre 1574-1576 e provido em 1583 (NA 261); Santa Marta de Penaguião, concelho, redigido em 1574 e provido em 1583 (NA 283); Sabugal, vila e termo, e Alfaiates, elaborado em 1591 (NA 278); Santa Cruz de Riba Tâmega, escrito em 1591, (NA 280); Serém e Soutelo, Macieira, e Quinta de Casainho de Baixo, Águeda, executado entre 1634 e 1635 (NA 282); Sinde, vila e concelho, redigido entre 1592 e 1595 (NA 300); Cinfães, vila e concelho, escrito entre 1593 e 1595 (NA 279) (Santana 2001: 18-19).

Como verificámos, os tombos filipinos executados em finais do séc. XVI e inícios do XVII, foram a continuação do que já tinha sido feito por D. João III com a execução de tombos e demarcações das comarcas.

Na verdade, “no domínio da história local, pode afirmar-se que a legislação dos Filipes contém o maior interesse, haja em vista o número de Regimentos com que se pretendeu regular a administração pública” (Serrão 1994: 64-68).

A legislação dos Filipes contribuiu também para o desenvolvimento e surto regional do país, pelo menos até 1624 – 1625 e prova disso são, por exemplo, as *Ordenações Filipinas* (1603) que mergulharam no espírito das *Ordenações Manuelinas*. A este propósito, na opinião do citado estudioso:

(...) o exame da legislação filipina mostra que essas promessas e outras que não é possível referir, de marcado interesse regional, tiveram cumprimento durante os dois primeiros reinados. Para o período do Cardeal-Arquiduque Alberto, já se pôs em relevo o cuidado que teve na governação para as cidades, vilas e lugares do Reino. E ainda que muitas disposições - nomeadamente os Regimentos e Leis - mergulhem no espírito das Ordenações Manuelinas e não contenham doutrina nova para o Direito português, impõe-se reconhecer que a maior parte das medidas legislativas foi inspirada na ânsia de bom governo de Filipe II e de seu filho, sendo corrente os documentos referirem os agravos e opressões de que sofriam os povos e a necessidade de atalhar esses males (Serrão 1994: 64-68).

Houve preocupação por parte dos monarcas espanhóis em articular o poder central com o poder local, e disso são exemplo os inúmeros tombos filipinos concedidos a várias localidades do reino.

2.Tombo Filipino de Fontes de Penaguião

Os tombos filipinos são fontes primárias que devem ser, a nosso ver, estudadas em várias perspectivas: histórica, filológica, jurídica, entre outras. Uma vez que apresentam demarcações e inventariações de todos os bens de uma determinada entidade senhorial (régia, laica, eclesiástica) com todos os seus direitos e seus deveres, relativas a um espaço bem definido (concelho, vila, reguengos, etc.) num lapso temporal preciso.

Estas fontes documentais têm sido muito pouco consideradas quer por historiadores do período filipino¹ quer por filólogos².

¹ Joaquim Veríssimo Serrão, na obra (1994): *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668): estudos históricos*, apresenta uma tábua cronológica sobre “um conjunto de provisões, leis, cartas régias e alvarás” que “comprovam a actividade legisladora de Filipe II e III de Espanha no que respeita às ‘áreas regionais’ de Portugal”, e não faz qualquer referência aos inúmeros tombos de demarcação consignados durante a governação filipina.

² Não conhecemos, até ao momento, nenhum trabalho filológico de edição aplicado a estas fontes, exceptuando o nosso trabalho (Santana 2001) e mais recentemente (Castro 2005).

Aliás, foram as lacunas enunciadas, a nível histórico e editorial, os principais motivos que levaram às opções de se editar e proceder a um estudo temático do *Tombo e Demarcação do concelho de Fontes de Penaguião* (Castro 2005).

O referido *Tombo* está custodiado no IAN/TT, integra o Núcleo Antigo e está catalogado com o número 261. Foi exarado, como assinalámos, entre 1574 e 1576 e outorgado por D. Filipe II de Espanha, I de Portugal a “quarenta courelas reguengas” do concelho de Fontes de Penaguião. Esta fonte esteve inédita até 2004, pois nem sequer se encontrava microfilmada, quando foi pesquisada no IAN/TT.

Lembre-se, a propósito, que se trata de uma fonte filipina concedida a localidades durienses (*Fontes e Tabuadelo*), no século XVI. Apresenta como primordiais finalidades a inventariação dos bens da coroa, o registo dos direitos e deveres das citadas comunidades rurais perante a entidade senhorial. Os objectivos destes cadastros eram, sobretudo, os de delimitar, confrontar e medir as propriedades régias, senhoriais e concelhias, reconstruindo o traçado dos limites, dos termos dos lugares, dos concelhos, na época moderna.

De acordo com Margarida Sobral Neto, os tombos filipinos obedecem uma estrutura definida:

1. Documentos iniciais: petição para a realização do tombo, provisão régia nomeação do Juiz do tombo, citações, procurações, registos de documentos referentes ao lugar a demarcar (doações régias ou de particulares, forais, sentenças).
2. Demarcação dos “limites” do espaço de domínio senhorial feito por louvados na presença das partes interessadas ou dos seus procuradores (senhorio, enfiteutas, senhorios confinantes). Demarcação das terras soltas, casas, quintas ou casais pertencentes a um senhorio.
3. Encabeçamentos e reconhecimentos: escolha do cabeça de casal, pessoa que se encarregava da cobrança dos foros em cada casal; reconhecimento feito pelos diversos enfiteutas das terras que possuíam, dos direitos que estavam obrigados por contrato.
4. Sentenças de destrinças: documentos que registam as terras pertencentes a cada casal, os direitos devidos por cada foreiro, as principais cláusulas contratuais que obrigavam senhorio e enfiteutas. Estes documentos, assinados pelo Juiz do tombo, escrivão e foreiros, eram utilizados pelo cabeça de casal para efectuar a cobrança de foros.
5. Sentença final assinada pelo Juiz do tombo com reconhecimento de todos os direitos pertencentes a um senhorio num determinado espaço (Neto 2000: 46).

Constituem, pois, uma das principais vias de acesso ao conhecimento da actividade agrícola das comunidades rurais, (como é o caso de Fontes de Penaguião), pois fazem uma inventariação das terras e de outros bens, a

identificação dos foreiros, registam as propriedades granjeadas, por vezes uma casa ou uma só parcela, outras vezes unidades de exploração mais vastas (courelas, quintas, campos). As parcelas são delimitadas com as respectivas confrontações e medições, na época realizadas com uma vara. Evocava-se, também, as respectivas prestações a pagar.

A descrição e a demarcação das casas permitem conhecer os tipos de habitação (“casas telhadas”, “sobradadas”, “terreas”, “colmaças”, com hortas ou quintais, com quintas, etc.). As confrontações das terras permitem também traçar a rede de ribeiros e fontes “com o ribeiro de Banduja (f. 17v L4); “ribeiro abaixo da fonte da pereira” (f. 64r L20); “ribeiro de Val Verde” (f. 64r L23); “a fonte de Crestelo tem um lameiro” (f. 140v L1); caminhos e estradas do concelho: “a estrada que vai pera a Senhora do Viso” (f. 53r L6); “estrada que vay pera São Martinho” (f. 69r L10); “extrada que vai de Crestelo para Santa Marta” (f. 73r L9).

Por tudo isto, tendo como centro de interesse o tomo NA 261, mostraremos em que medida um estudo temático baseado no mesmo pode apresentar resultados credíveis e contribuir, assim, para uma melhor apreensão da realidade histórica, económica e social da região duriense do século XVI.

3. A edição do Tombo

Fisicamente, o documento original contém 272 fólios (frente e verso) apresentando na margem esquerda algumas anotações e está encadernado com capas de couro castanho.

Tornou-se essencial escolher o tipo de edição mais adequada aos nossos objectivos.

As edições de texto medievais e modernos devem obedecer a um conjunto de regras editoriais que pressupõem interpretações dos dados textuais de quem os transcreve, levando ao afastamento do texto do seu modo original.

Com efeito, a edição de um texto é um processo de mediação que afasta sempre o texto do seu modo original de representação, de acordo com a perspectiva interpretativa do editor, assim sendo, não há edições definitivas ou absolutamente objectivas (Emiliano 2002: 2).

É indiscutível o valor do NA 261 para a História Moderna, porque, por um lado, através dele podemos resolver problemas dos dias de hoje, relacionados com os limites e destrinças, por exemplo, dos baldios de determinados lugares de um concelho. Por outro lado, é uma fonte de estudo para especialistas de várias disciplinas: História Regional e Local, Cultura, Filologia, Direito, etc. Se fornecermos uma edição rigorosa dessa fonte, facultamos um suporte fidedigno para posteriores trabalhos. Além disso, como se tratava de uma fonte inédita,

considerámos, num primeiro momento, que era absolutamente necessário fazer uma edição paleográfica (conservadora) para um público restrito. Num segundo momento, será realizada uma edição interpretativa para um público mais vasto.

Escolhemos realizar uma edição paleográfica de Tipo 3 com transcrição larga em tipo normal (Emiliano 2002: 52-53). Note-se que o programa editorial apresentado pelo referido investigador concerne a transcrição e transliteração de textos medievais, e nós realizámos uma edição de um texto do português moderno (1583).

No relatório de 2002, António Emiliano defendeu a necessidade de se proceder a quatro tipos de edição para cada documento “diferenciados pelo grau de conservadorismo, e pelos fins e públicos diversos a que se podem destinar”³ (Emiliano 2002: 9).

Em trabalhos mais recentes (Emiliano 2003: 1-12) e (Emiliano 2004: 33-63), o investigador considera que, para historiadores e linguistas interessados apenas no estudo do léxico e na construção de índices de palavras ou glossários, a edição interpretativa é suficiente se for antecedida de uma edição de tipo conservador.

Como os nossos trabalhos se incluem nas referidas áreas de investigação, consideramos absolutamente necessário proceder a dois tipos de edição de fontes não-literárias: uma edição paleográfica de tipo conservador, que deve ser sempre a primeira edição, e uma segunda em formato interpretativo.

António Emiliano reiterou, ultimamente, esta opção já apresentada num artigo de 2003 (Emiliano 2003: 1-12): “De facto, o **campo bibliográfico** de um texto medieval”, acrescentamos moderno “não se pode considerar esgotado ou preenchido com a publicação de um único tipo de edição, por mais fiável e rigorosa que a edição seja; daí a imensa vantagem de que se reveste a edição dupla, paralelamente em tipo conservador e em formato interpretativo” (Emiliano 2004: 38).

Para a realização da primeira edição do Tombo, escolheu-se a “Edição de Tipo 3 – paleográfica com transcrição larga em tipo normal” (Emiliano 2002: 52-53), pelo facto de substituir os caracteres medievais pelos caracteres actuais de tipo normal, o que facilita a leitura a um público mais alargado e menos erudito. Apesar disso, mantém ainda um grau de conservadorismo elevado em relação ao documento original. Conservámos, sempre que possível, a mancha gráfica do texto original. Mantivemos o mais possível a fidelidade ao texto, tornando-o compreensível e acessível sem nada lhe alterar, suprimir ou acrescentar sem que o leitor seja para isso advertido.

³ Tipo 1 – paleográfica com transcrição estreita em tipo medieval; Tipo 2 - edição paleográfica com transcrição larga em tipo medieval; Tipo 3 – edição paleográfica com transcrição larga em tipo normal; Tipo 4 – interpretativa (modernizada).

Uma actualização ortográfica coloca sempre problemas delicados e, neste caso, as particularidades das ortografias dos diversos escrivães são reveladoras dos vários níveis de instrução. Cada um escrevia segundo normas que, individualmente, tinha por hábito utilizar. Respeitámos a pontuação, o uso de maiúsculas, as abreviaturas, a paragrafação e a paginação original.

A edição paleográfica foi precedida de um estudo temático.

4. Estudo temático

O NA 261 confere informações pormenorizadas sobre a delimitação e demarcação das quarenta courelas reguengas do concelho de Fontes de Penaguião, no domínio filipino.

Com base no registo das terras tombadas foram elaborados, 40 quadros, onde foram arrolados: a localização, por exemplo, “*Courela de Cabo de Vila*” (courela n.º 1); os possuidores, por exemplo, “*Pedro Afonso*”, “*Custódio Rodrigues*”, “*a mulher de Pedro Gonçalves*”, “*Helena Alvarez de Paredes*”, “*os filhos de André Afonso*”, etc. (courela n.º 1); os tipos de habitação, por exemplo “*quatro casas térreas colmeadas*” (courela n.º 1); as unidades de exploração, por exemplo, “*Campo debaixo das casas*”, “*Chão de Cabo de Vila junto às casas*”, “*Souto de Cabo de Vila*”, “*Campo do Picoto*”, etc. (courela n.º 1); a medição em varas em alguns casos (comprimento e largura) ou em “*centeio de sementeira*”, em “*castanheiros / castanha por alqueire*”, em “*homens de cavadura por m²*”, em “*almudes de vinho*” (courela n.º 1); a confrontação e a sua área aproximada em metros quadrados.

As quarenta courelas descritas pelo tomo atingem, no seu conjunto, um total de 137.865 ha⁴ dedicado à cultura cerealífera e uma extensão de vinha de 874.5 homens de cava, que correspondem aproximadamente a 26.235 ha. Em anexo, facultamos alguns quadros exemplificativos que tornam estes dados mais compreensíveis.

4.1 A demarcação das courelas

As courelas começam a ser delimitadas e demarcadas a partir do fólio 5r, as vinte e seis courelas existentes no lugar de Fontes a saber: courela de Cabo de Vila; uma segunda courela de Cabo de Vila; a do Souto; a de Luís Nunes; a do Outeiro; a da Picota; a do Outeiro de Gonçalo Camelo; a das Ramadas dos Quartos; a da Barota; a de Crestelo; a da Figueira; a de Cabo de Vila que foi de Diogo Afonso; a de João de Fonseca; a da Ferraria; a das Ramadas; a da Figueira; a do Vale; a de Gonçalo Afonso dos Pardieiros; a da Trapa; a de Bartolomeu Martins do Salgueiro; a da Silveira das Pedras; a do Outeiro; a da

⁴ Inclui 2.592 ha de área de terras que só se semeiam de dez em dez anos.

Moreira; a da Avelreira; a do Souto que foi de João Afonso e Afonso Eanes e a outra courela do Souto.

Segue-se a delimitação e demarcação a partir do fôlio 97r das outras catorze courelas do lugar de Tabuadelo, que são as seguintes: courela do Vimieiro; a do Gil Pinto; de Jorge Enes que se chama da Irmandade; a de João Pinto do Outeiro; a de Pedro Eanes Baião; a de Manuel Rabelo; a que foi de Álvaro Pires da Póvoa; a de Polónia Garcez; a do Escudeiro; a do Vimieiro; a que foi de Gonçalo Dias e Gonçalo Gonçalves; a que foi de Pedro Mendes (chamada da Irmandade); a de António Dias e a de Pero Mendes.

Para além da demarcação das courelas, o tombo garante-nos também todas as propriedades ou unidades de exploração (*campos, leiras, vinhas, bouças*, etc.), pertencentes a cada uma delas, as casas existentes em cada courela “esta courella tem oyto quasas a saber duas telhadas (...) e sobradadas e as mais terreas collmaças sitas todas no Outeiro partem com quasas da courella da Ffigueira e tem mais dous pardyeyros” (f. 27r L11 a 17); os seus possuidores: “Gonçalo Camelo, os filhos de Gonçalo Vaz, Anderesa Monteiro, Diogo Afonso de Soutelo, a mulher de Diogo Afonso da Piquota” (f. 27r L1 a 8). As demarcações e confrontações desta mesma courela começam, a seguir à indicação dos proprietários, “O campo do Reborall parte do nacente com as quasas e do poente com o caminho que dece da quãocella pera bayxo levará quatro alqueires de centejo de sementeira” (f. 27v L1 a 5). Por último, são fornecidos os produtos granjeados.

4.2 As culturas

Sobre as culturas praticadas no concelho de Fontes, na época filipina, o texto do tombo descreve as subunidades agrárias (Sampaio s.d. Vol. I: 71)⁵ (*casais, quintãs, leiras, bacelos, bouças, campos, matos, várzeas, vinhas*, entre outras) e suas principais produções (*centeio, castanha, vinho*), referentes à paisagem agrícola do concelho de Fontes nos finais do século XVI.

Praticava-se um regime de cultura parcelar em que o solo estava repartido por subunidades entregues a rendeiros e foreiros. As unidades agrárias e fiscais mais frequentes no discurso⁶ do tombo são: a courela (Santana 1998 Vol. III:

⁵ Alberto Sampaio afirma o seguinte: “O sistema parcelar em parte das vilas, adoptado em geral na Itália e na Gália, introduziu-se aqui também logo na fundação das nossas. (...) nos diplomas encontram-se as subunidades com as designações principalmente de CASALES, QUINTANAS ou QUINTAS e VILARES”.

⁶ Entendemos *discurso* no sentido dado por André Camlong (1984: 115-147), ou seja, o discurso é “tudo aquilo que é dito e a forma como é dito”.

1149)⁷, o chão (Santana 2001: 270)⁸, a leira (Durand 1982: 192-193)⁹, as quintas (Marques 1968: 108)¹⁰, o casal (Marques 1987: 8-15)¹¹, entre outras.

4.2.1 Cereais

Das diversas culturas praticadas, verifica-se um predomínio do cultivo dos *cereais*, uma vez que os mesmos constituíam a base da alimentação de grande parte da população¹².

Repare-se que estamos a falar de terras que integraram dois séculos mais tarde a Região Demarcada do Douro (10 de Setembro de 1756), e, apesar disso, o principal granjeio, no período em estudo (finais do século XVI), ainda é o cereal e não a vinha, como seria de esperar.

O cultivo dos cereais, nesta área geográfica, remonta à época pré-romana e romana, como o comprovam diversos achados arqueológicos de mós manuais no Castro de Fontes. Há referências textuais aos mesmos, nos forais antigo (Sancho I, 1202) e manuelino (1519), e no Tombo filipino (1574 e 1576) onde se referencia o pão quartado¹³, como produção conjunta e equivalente, de trigo, milho (miúdo), centeio e cevada. Este equilíbrio cerealífero verifica-se também na famosa *Descrição do Terreno em roda da cidade de Lamego* de Rui Fernandes que data da primeira metade do século XVI¹⁴.

⁷ *Courela* “é a unidade agrária equivalente à quantidade do terreno entregue ou na posse de uma família”.

⁸ *Chão* “pequena propriedade de terra”.

⁹ *Leira* - pequena parcela de terreno de formato normalmente rectangular mas pouco alongada, embora às vezes pudessem, porventura, apresentar outras configurações. A propósito desta unidade de exploração, veja-se Robert Durand (1982): 192 – 193.

¹⁰ *Quintas* “eram parcelas que abrangiam “por contiguidade as diferentes glebas, terras de pão, vinhas, soutos, pomar e horta”.

¹¹ *Casal* – era uma unidade económica e familiar e em alguns deles podiam viver duas ou mais famílias. Para além da casa de habitação, onde vivia o caseiro e a sua família compreendia também anexos para o gado (currais) e outras dependências destinadas à actividade agrícola (celeiro, lagar, adega). Cada casal possuía também diversas parcelas de terras destinadas às culturas. A superfície e a fertilidade destas terras eram muito variáveis, condicionando assim o tipo de culturas e o seu rendimento. Por isso, para que os caseiros pudessem usufruir de uma maior variedade de produtos necessários à sua subsistência, cada casal possuía parcelas de terra em diversos lugares do concelho, fornecendo assim várias culturas – centeio, trigo, vinha, castanha, matos etc.

¹² Oliveira Marques diz-nos que a carne era o elemento predominante da alimentação das classes privilegiadas enquanto os cereais, juntamente com o vinho, constituíam a base alimentar do povo miúdo.

¹³ Este pão era feito com trigo, cevada, centeio e milho, como é indicado no próprio documento “treze alqueres de pão coartado, trigo, cebada, centeio, milho” (IAN/TT NA 261, fol. 3 L. 12-13).

¹⁴ *Descrição do Terreno em roda da Cidade de Lamego, duas léguas...In Collecção de inéditos de História Portuguesa*. Lisboa: Academia Real das Ciências de Lisboa, 1824, Tomo V: 552ss.; citado por: Marques, A. H. de Oliveira - *Ob. cit.*: 69.

O centeio era um cereal de cultivo frequente, porque se adaptava bem a terrenos pobres e com altitude, por isso era semeado em toda a região. Mesmo em pleno século XVIII “o pão quotidiano era, por conseguinte, nas terras transmontanas, o centeio” (Monteiro 1995: 20).

Por isso mesmo não é de estranhar que o centeio assome como a cultura preponderante, nos lugares (Fontes e Tabuadelo), e, na época em análise, seguida da cultura da vinha e da castanha.

4.2.2 Vinha

O segundo cultivo mais presente nas terras de Fontes e seu termo, nos finais do século XVI, era o da *vinha*. O concelho de Santa Marta de Penaguião é constituído, como é sabido, por duas áreas confinadas bem distintas: a zona serrana e a zona duriense. Grande parte da freguesia de Fontes situa-se na zona do concelho identificada com a “serra”, uma outra parte na zona duriense. Deste modo, praticam-se, na área serrana, as culturas, sobretudo, do milho e castanha e verifica-se a existência de extensas áreas de floresta, e, na área duriense, a produção de vinho. Raras eram as terras que compunham as várias unidades de exploração que não tivessem uma ou mais vinhas, cuja antiguidade, no nosso país, é longínqua¹⁵.

O vinho era um produto que aparecia com muita frequência no pagamento dos foros, devido à grande implantação da vinha nas terras reguengas. A viticultura acompanhava o estabelecimento humano em toda a parte quer fosse no vale quer na planície ou na encosta dos montes. No discurso do tombo em estudo, são inúmeras as referências ao vinho e / ou a vinhas: “a terra do Crasto que está de vinha llevara oito omes de quava dara vinte diguo trinta almudes de vinho” (fol. 16v L 12). Ou ainda:

a vinha dos puejros llevara seis omes de quava dara vinte almudes de vinho parte do nacente com tera da courela da Moreira que esta de vinha e do poente com a vinha de pueiros de moura morta (Fol. 17v L 18 e seguintes).

A documentação em estudo adverte também sobre a existência de “uveiras”¹⁶ e “uveirinhas”. Refira-se, a propósito, a distinção entre vinhas e uveiras, correspondendo as primeiras a um conjunto de cepas baixas e as segundas às vides trepadeiras em redor das árvores, neste caso designada de enforcado.

¹⁵ Veja-se Sampaio, Alberto (s.d.): *ob. cit.*: 92.

¹⁶ Veja-se Castro, Armando (s.d.): *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*. Vol. III. Apêndices: 418.

O escasso número de referências relativamente a este tipo de vide, leva-nos a concluir que a sua cultura se encontrava pouco vulgarizada nas terras reguengas de Fontes e seu termo, prevalecendo assim as vinhas baixas.

Reparem-se nos exemplos: “ho quampo do vjmyeiro (...) tẽ huvejras que darão dous allmudes de vinho” (fol. 111r L 19, 22, 23); “ho vall da quall com as huveirinhas” (fol. 111v L 1).

A partir da segunda metade do século XIV, verificou-se no país um movimento geral de expansão da vinha. Em Fontes, nos finais do século XVI, constata-se também este fenómeno e a prová-lo temos no texto do tomo várias indicações da plantação de vinhas novas: “bacelos”, permitindo a introdução de novas castas e a selecção das melhores. Reparem-se em alguns exemplos elucidativos: “Item outro bacello do Crasto” (f. 7v L 20); “tres pedacos de bacello” (f. 39r L 22); “bacello da Fontainha” (f. 62r L 11); “ytem outro bacello” (f. 73r L 10).

A reprodução das vides era feita por mergulhia, sendo enterrados alguns sarmentos, que lançavam novas raízes, que depois eram desligadas da planta-mãe e se plantavam novamente. Este era o método utilizado que tinha a vantagem de fazer uma renovação constante e pouco dispendiosa das videiras.

A vinha, quer como produção individualizada quer associada a outras culturas, foi sempre uma cultura muito sensível e muito sujeita às variações climáticas. Muito mais que a cultura dos cereais tradicionais, a vinha exigia do foreiro ou assalariado constantes trabalhos, repartidos praticamente por todos os meses do ano e que iam desde a plantação do bacelo, até à poda, cava, enxertia, adubação e, por fim, a vindima, fainas que ainda hoje se praticam.

Depois das vindimas era então fabricado o vinho, que era guardado nas adegas apetrechadas com aquilo a que era chamado “loiça”, isto é, as vasilhas para vinho, destinadas, por certo a recolher a parte da produção vinícola destinada ao pagamento do foro.

O vinho, logo a seguir aos cereais, era uma das mais importantes e significativas fontes de receita em géneros da coroa, provenientes do pagamento dos cânones.

Através da documentação em análise, constata-se grande preocupação por parte da coroa, no armazenamento e na conservação do vinho. É evidente a preocupação na conservação das vasilhas destinadas ao vinho, na sua renovação e substituição, como por exemplo, pipas e tonéis novos.

Repare-se a este propósito, no que é dito no discurso do tomo:

(...) no llogar de fontes na quasa da tulha e celleiro omde se arequidão e recolhem os fforos e rendas que pertence a coroa (...)se ffizerão vinte e dous toneis de cinquenta allmudes pera cima os quais ffiquarão na adega das ditas quasas pera recolherem do fforo do vinho e os rendeiros

discontarem da copea dos aremdamentos os alluges d' envazilhos por os ter na dita adega em abastança pera os ditos fforos e ora por não achar toda a dita llouca na dita adega somente nove novos toneis e nove pipas queoras e velhas que não eram das que se mãodarão ffazer das quais seram duas de vinte e cinco e os mais de trinta por se dizer que hos rendeiros que fforão os anos pasados ou algumas outras pesoas troquarem os ditos envazilhos com houtros mais pequenos e de menor preço (...) (F. 144r – v).

O cuidado demonstrado no armazenamento e na conservação do vinho mostra o interesse que a produção vinícola já tinha naquela época.

Nos quadros abaixo apresentados, indicámos as percentagens de vinhas por área, em hectares, no conjunto de **142** vinhas; sendo que **114** são pertença das courelas de Fontes e **28** das courelas de Tabuadelo.

Quadro A: FONTES: 114 vinhas

N. Propriedades	82	27	1	4	Total : 114
Áreas / ha	0 ha a 0.2 ha	0. 2 ha a 0.4 ha	0. 4 ha a 0.5 ha	> 0.5 ha	
Áreas / percent.	71 93 %	23 .68 %	0. 88 %	3. 51 %	100 %

Quadro B: TABUADELO: 28 vinhas

N. Propriedades	94	40	4	4	Total : 142
Áreas / ha	0 ha a 0.2 ha	0. 2 ha a 0.4 ha	0. 4 ha a 0.5 ha	> 0.5 ha	
Áreas / percent.	66 20 %	28 .17 %	2. 82 %	2. 82 %	100 %

Quadro C: FONTES E TABUADELO: 142 vinhas

N. Propriedades	12	13	3	0	Total : 28
Áreas / ha	0 ha a 0.2 ha	0. 2 ha a 0.4 ha	0. 4 ha a 0.5 ha	> 0.5 ha	
Áreas / percent.	42 86 %	46 .43 %	10 71 %	0 %	100 %

Nos nossos dias, as vides dominam quase toda a paisagem duriense, mas em finais do século XVI, em virtude das necessidades de subsistência da população de um escalão social mais baixo, nesta zona geográfica, produziam-se variadas culturas (vinha, cereais, castanhas, árvores de fruto, linhaça), no fundo, praticava-se a policultura.

4.2.3 Árvores frutíferas

Para além do cultivo dos cereais e da vinha, supra referidos, assomam ainda outras culturas entre elas a fruticultura.

Dentre as várias espécies de árvores de fruto mencionadas no texto do Tombo destaca-se o *castanheiro* pela importância que teve na economia local.

Ao longo de todo o discurso do tombo, há inúmeras referências ao castanheiro e ao seu fruto: a *castanha*, produto muito abundante e muito importante para os lavradores, uma vez que este fruto constituía o alimento principal¹⁷ das populações da época, quando a falta de cereais se fazia sentir. Quando previam maus anos agrícolas, guardavam uma quantidade de castanhas para fazer pão “e este he muito fartum e muito doce, que chamam falachas”¹⁸.

Refira-se também o papel que a mesma desempenhou, na engorda dos porcos, cuja carne se tornava mais saborosa. Além disso, dava ainda para conservar, sendo seca nos caniços¹⁹ pendurados sobre a lareira para ser consumida mais tarde, na altura das ceifas²⁰.

Conforme sugere esta fonte, os castanheiros, na altura, cobriam uma grande área, situando-se em manchas mais ou menos compactas, ocorrendo, com alguma frequência, na própria toponímia local: *Souto de Rei*, *Souto* e *Soutelo*.

Além dos castanheiros, o texto do tombo alude a outros tipos de fruteiras localizadas em terras reguengas: *figueira*, *oliveira* e *pereira* “ten ffigueiras e olliveiras e perejras (...)” (f. 9v L 21). Faz referência ainda à existência de nogueiras e cerdeiras: “has tapadjnhas dos noguejredos com duas noguejras” (f. 126r L 9-10); “tem quatro castinheiros e tres nogueiras e outras arvores” (f. 140r L 11); “ho quampo da porta com as serdejras” (f. 111r L 15).

A fruta cultivava-se em pomares “o pumar do junto com as quasas” (f. 43v L 15-16), mas com uma produção não muito representativa, desempenhada por algumas árvores apenas, situadas em quintais, ou propriedades, associadas a outras culturas: “(...) parte do nacente com ho ribeiro que vai das macjeiras”(f. 58r L 7-8); “ho quampo da porta com as serdejras” (f. 111r L 15).

O linho é uma outra cultura que merece uma breve referência.

4.2.4 Linho

A referência ao cultivo do linho já ocorria, no texto latino-português do foral concedido por D. Sancho I em 1202, bem como no do registo do foral manuelino²¹ de 1519. Aparece, igualmente, no discurso do tombo filipino quer

¹⁷ Alberto Sampaio afirmou que ela era quase o pão diário dos lavradores durante quatro a cinco meses do ano. *Ob. cit.* I Vol: 90.

¹⁸ Serrão, Joaquim Veríssimo (1978): “Vida Agrícola”. *História de Portugal (1495-1580): o Século de Ouro*. Lisboa: Editora Verbo: 303.

¹⁹ Uma das formas de secagem usadas, era o da colocação no caniço (espécie de espigueiro): “... et de castaneis quod posuerunt in canizo et fuerint siccas dant quartam partem” (PMH, Inq. I, p. 58).

²⁰ Sobre este assunto, veja-se Sampaio, Alberto (s.d.): *ob. cit.*, I Vol.: 92.

²¹ Santana, Maria Olinda Rodrigues (1998): *ob. cit.* Vol I: 382.

referido à semente do linho (a linhaça) (Ferreira 1980: 1035), que era pesada em alqueires como qualquer outro cereal, quer como linho já devidamente tratado e, nesse caso, era medido em estrigas²², estibas²³ e afusais²⁴.

Atente-se em alguns exemplos do discurso do tombo:

treze allqueires de pão, quartado e treze allmudes e vinte quanadas de vinho e hum corazil de carne de porquo e vinte e hua estrigua de linho e hua gallinha e três houos e meio e três reis em dinheiro (...) (fol. 4 L.5-10).
O campo da fonte da Balouta leva dous allqueires e meio de lenhasa (f. 82v L7-8); houtro lameiro (...) levara hum allqueire de linhasa de semente (f. 107r L10-11).

Ao longo de todo o discurso do tombo filipino, é possível confirmar que a principal actividade produtiva do concelho de Fontes de Penaguião, nos finais do século XVI, era, na verdade, a agricultura.

Uma actividade subsidiária e complementar da agrícola era, sem dúvida, a pecuária. Nesta actividade destacamos a criação de gado ovino, caprino, bovino e porcino, e ainda a criação de animais de capoeira, nomeadamente, galinhas, os quais aparecem referenciados no pagamento dos tributos: “hũ corazil de carne de porquo” (fol. 3r L 16), “huã gallinha e três houos e meio” (fol. 3r L 18, 19).

A criação de gado além de fornecer carne, leite e derivados, lã e couro, servia também para o amanho da terra e sua fertilização. Esta actividade é mencionada no discurso do documento estudado.

Conclusão

Os tombos filipinos exarados, no final do século XVI inícios do século XVII, aproximadamente um século depois da reforma manuelina dos forais, abordaram aspectos económicos e fiscais (levantamento de impostos), versaram matérias de justiça e de administração (indicação de cargos administrativos e jurídicos), tal como os forais manuelinos, mas introduziram um assunto novo: o cadastro da propriedade régia, senhorial e concelhia. Com efeito, os tombos filipinos outorgados a inúmeros concelhos do reino são uma espécie de continuação da reforma manuelina, porque se tornaram numa actualização dos direitos reais, mas são, sobretudo, uma inovação no domínio da demarcação do espaço geográfico concelhio. Ao estabelecer o cadastro da propriedade régia e

²² *Estriga* – o mesmo que estiva.

²³ *Estiva* (estiba) – medida de linho, equivalente ao espaço entre o polegar e o indicador. Veja-se Santana, Olinda (2001): 273.

²⁴ *Afusal* – medida ou peso de linho equivalente a dois arráteis e que compreendia doze estrigas. Viterbo define também a variante gráfica de afusal de linho, efusal de linho: “afusal”, que tem de peso “dous arráteis e constava de doze estrigas, e era a quarta parte de uma pedra, que são oito arráteis (...)”. Viterbo (1993): Vol. II: 206.

senhorial de determinados concelhos, os citados tombos procederam igualmente a um roteiro da propriedade local. A descrição das aldeias, das courelas dos vários concelhos demarcados, é, como é dito no próprio discurso, feita “em redondo”, isto é, em círculo, começa num determinado ponto e acaba no mesmo ponto.

Este tipo de documentação em grande parte inédita merece, a nosso ver, mais atenção por parte dos estudiosos das áreas da filologia e da história.

Referências Bibliográficas

- Camlong, André (1984): “Essai d’analyse sémiotique du sonnet VIII de Cláudio Manuel da Costa”. *Arquivos do Centro Cultural Português*. Lisboa, Paris: Fundação Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português. XX: 115-147.
- Castro, Armando (s.d.): *A evolução económica de Portugal dos séculos XII a XV*. Lisboa: Portugália Editora. Vol. II, III e IV.
- Castro, Maria de La-Salette Ferreira de (2005): *Tombo e demarcação do concelho de Fontes*. Vila Real: UTAD. Dissertação de Mestrado em Cultura Portuguesa.
- Durand, Robert (1982): *Les campagnes portugaises entre Douro et Tage aux XII et XIII siècles*. Paris: Fund. Calouste Gulbenkian, Centro Cultural Português.
- Emiliano, António (2002): *Critérios e Normas para Transcrição e Transliteração de Textos Medievais V.1.0*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade Nova de Lisboa.
- (2003): “Tarefas da Filologia Portuguesa face à documentação antiga de Portugal”. Actas do XIX Encontro Nacional da Associação Portuguesa de Linguística (Lisboa 1-3 de Outubro de 2003): 1-12. Disponível em: http://www.fcsh.unl.pt/clunl/Linha4_Ficheiros/Emiliano2004_APLmesa.pdf
- (2004): “A edição e interpretação da documentação antiga de Portugal: problemas e perspectivas da Filologia Portuguesa face ao estudo das origens da escrita em português”. In *AEMILIANENSE: Revista Internacional sobre la génesis y los orígenes históricos de las lenguas romances*. Logroño: 2004. Volumen I: 33-63.
- Ferreira, Aurélio Buarque de Holanda (1980): *Dicionário da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- Marques, A. H. de Oliveira (1968): *Introdução à História da Agricultura em Portugal*. 2.^a edição. Lisboa: Edições Cosmos.

- (1987): *A Sociedade Medieval Portuguesa: aspectos da vida quotidiana*. 5.^a edição. Lisboa: Sá da Costa.
- Mendonça, Manuela (1995): *O Tombo da Igreja do Salvador de Santarém: estudos de História Regional Portuguesa*. Lisboa: Edições Colibri. Vol. II.
- Monteiro, José Rodrigues (1995): Recursos agrícolas (e agricultura) no Trás-os-Montes do século XVIII. *Brigantia – Revista de Cultura*. Bragança: Arquivo Distrital. Vol. XV, nº1: 15-37.
- Neto, Margarida Sobral (2000): “Reconstituição da vida material de comunidades rurais em contexto senhorial: problemas, fontes e métodos”. *A Cidade e o Campo. Colectânea de estudos*. Coimbra: CHSC: 41-54.
- Sampaio, Alberto (s.d): *Estudos Históricos e Económicos: As Vilas do Norte de Portugal*. Lisboa: Veja. Vol. I.
- Santana, Maria Olinda Rodrigues (1998): *Liuro dos Forais Nouos Comarqua de Trallos Montes*. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. 4 Vols.
- (2001): *O Tombo da vila e termo de Vila Pouca de Aguiar*. Vila Pouca de Aguiar: Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1994): *O Tempo dos Filipes em Portugal e no Brasil (1580-1668): estudos históricos*. Lisboa: Edições Colibri.
- Silva, Francisco Ribeiro da (2000): *Filipe II de Espanha, rei de Portugal: colectânea de documentos filipinos guardados em Arquivos Portugueses*. Zamora: Fundación Rei Afonso Henriques. Tomo I.
- Viterbo, Frei Joaquim de Santa Rosa de (1965-1966), (1993): *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antigamente se usaram e que hoje regularmente se ignoram*. 2.^a reimp. Porto: Livraria Civilização. 2 vols. Edição crítica por Mário Fiúza.

Anexo

Neste anexo, apresentamos três quadros de três courelas de Fontes para ilustrar o estudo temático realizado.

Quadro 1 (NA 261, f. 5r-8v)

Fontes Courela Nº 1

Courela de CABO DE VILA

Possuidores das terras	Pedro Afonso filho de Pedro Gonçalves
	Custódio Rodrigues
	A mulher de Pedro Gonçalves
	Helena Alvarez de Paredes
	Os Filhos de André Afonso
	Por compra
	Diogo Afonso de Fornelos
	Gonçalo Gonçalves das Ramadas, trás seu filho Vasco Gonçalves
	Diogo Alvarez (manteiro de Medrões)
	Francisco Fernandes da Trapa
	Frutuoso Afonso do Souto

Tipo de habitação : quatro casas térreas colmeadas

Unidades de Exploração	Medida em varas	Centeio de sementeira	Castanheiros/alqueires	Homens de cavadura/m2***	Vinho em almudes
Campo de baixo das casas	75-C*:16,5-L**	2 alq.	5 castanheiros		
Chão de Cabo de Vila junto das casas	54-C: 45-L	2,5 alq.	4 alq.		
Souto de cabo de Vila	20-C: 67-L		24 cast/44 alq.		
Campo do Picoto	90-C: 86-L	4 alq.			
Campo da banduja			20 alq.		
Campo de Chão Gião ou Copichel		4 alq.			
Quadrinha		1alq.e1/4	4 castanheiros		
Campo de Herágua		2 alq.			
Campo de S. Pedro		7 alq.			
Vinha do Castro				3 hom./900	20 alm.
Vinha de Covas				8 hom./2400	
Bacelo do Castro				2 hom./600	
Vinha nas Barrocas				5 hom./1500	
A seara da Pera		2 alq.			
Campo do Barreiro		3 alq.			
Bouça da Fontainha		3 alq.			
Lameiro Longo		1 alq.			
Campo das Regadas		1 alq.			
Bouça dos Poços do Viso		4 alq.			
Os Cavalos		4 alq.			
TOTAL		40,75 alq.	68alq./33cast.	18hom./5400	20

Quadro 2 (NA 261, f. 9r-11v)**Fontes**

Courela Nº 2

Courela de

Segunda Courela de Cabo de Vila

Possuidores das terras	A mulher de Delogarde Afonso
	Os filhos de Gonçalves Antonea
	Pedro Afonso o Velho
	Beatriz da Costa
	Duarte Teixeira o herdeiro
	A mulher de Baltazar Pires
	Gaspar Pereira

Tipo de habitação : seis casas sendo uma sobradada e telhada e duas colmeadas

Unidades de Exploração	Medida em varas	Centeio de sementeira	Castanheiros /alqueires	Homens de cavadura/m2	Vinho em almudes
Chão de Cabo de Vila	64-C: 12-L	2 alq.			4 alm.
O Coralo da Silveira de baixo do caminho *	27-C: 21-L	1quarto alq.			
Campo da Silveira	42-C: 22-L	1 alq.	1 castanheiro		
Chão de Baixo	20-C: 10-L	1/2 quarto			
Carado da Ribeira	42-C: 22-L	1/2 alq.			
Horta nos Regados		1 quarto			
Campo Cego		1 alq.			
O souto dos Regados			20 alq.		
O Campo da Silveira dos Regados		2 alq.			
A Seara de Cabo de Vila		3 alq.			
O Souto no Cabo da Aldeia de Cabo de Vila			30 alq.		
Campo de Diogo Afonso de Fornelos			4 castanheiros		
O Lameiro dos Orais		1 alq.			
Souto em Cabo de Vila de Diogo Afonso de Fornelos			20 alq.		
O Campo Atelhado		3 alq.			
Vinha dos Poeiros (de Pedro Rodrigues)				20 hom./6000	
TOTAL		14,125 alq.	70 alq./5 cast.	20 hom./6000	4 alm.

Quadro 3 (NA 261, f., 12r-15v)**Fontes** Courela Nº 3**Courela de** SOUTO

Possuidores das terras	Afonso Gonçalves
	Pedro Afonso
	Gonçalo Francisco
	Domingos Martins
	Domingos Guimarães da Póvoa

Tipo de habitação : possui seis casas, duas telhadas uma taboada e as demais colmeadas

Unidades de Exploração	Medida em varas	Centeio de sementeira	Castanheiros/alqueires	Homens de cavadura/m2	Vinho em almudes
Souto do Tacão			15 alq.		
O Bacelo do Tacão				4 hom./1200	10 alm.
O Souto do Picoto			10 alq.		
O Campo da Seara		4 alq.			
O Campo da Courela		5 alq.			
O Campo de Riba da Courela		4 alq.			
A Courela de Souto Rei			30 alq.		
A Vinha da Serra de água do Lobo				4 hom./1200	
A Vinha da terra dos Poeiros				2 hom./600	10 alm.
A Vinha do Lombo				8 hom./2400	30 alm.
Outra Vinha no Lobo				2 hom./600	8 alm..
Vinha na Serra de Chão de Frade				2 hom./600	6 alm.
Souto das Bajanquas			8 alq.		
O Souto de vale derradeiro			10 alq.		
O Souto de S. Domingos			20 alq.		
Souto de Vale de Égua			8 alq.		
Ribeira da Banduja *		5 alq. *			
A Bouça Velha		5 alq.			
O Souto da Fedegosa			10 alq.		
A Bouça de Carvalha		4 alq.			
A Seara de Chão Grande		2 alq.			
O Campo de Abelheira		3 alq.			
Campo em São Domingos		3 alq.			
Campo no Fojo		5 alq.			
Campo do Penedo		3 alq.			
Campo do Barreiro		3 alq.			
Nas lhavias dos Montes de Nª Senhora do Viso		20 alq.			
O Chão do Vale		1/2 alq.			
A Seara da Figueira		1 alq.			
O Campo de Souto Pereira		1 alq e 1quar			
Seara da Fonte da Pereira		1/2 alq.			
TOTAL		64,25 alq.	111 alq.	22 hom./6600	64 alm.

Nota: * Trigo

Algunhas notas sobre o uso dos demostrativos compostos *estoutro, esoutro e aqueloutro* no ámbito galego-portugués

Xosé Manuel Sánchez Rei
Universidade da Coruña, Galiza
sanrei@udc.es

Resumo

Os demostrativos compostos tardomedievais *estoutro, esoutro e aqueloutro* continuaron a ser usados até á época contemporánea no sistema lingüístico galego-portugués. No entanto, ao paso que nos territorios galegos son pronomes que exprimen funcionalmente a idea de contraposición, no portugués moderno adoitan ser percibidos como dialectalismos ou popularismos. Así pois, partindo do elemental principio de que todo canto fenómeno lingüístico houber no galego vai ter a súa correspondencia no portugués, e viceversa, o noso obxectivo é reflectirmos nos usos desas unidades pronominais, comúns a ambas as ribeiras miñotas, mais diferentes canto á posición que ocupan nos respectivos estándares.

Abstract

The late-medieval compound demonstratives *estoutro, esoutro* and *aqueloutro* continue to be used in the Galician-Portuguese linguistic system nowadays. Nevertheless, while these demonstratives are still pronouns expressing the idea of contrast in the Galician territories, they are usually perceived as dialecticisms or populisms in present-day Portuguese. Therefore, taking into account the basic principle that any linguistic phenomenon in Galician has a correspondent in Portuguese and vice versa, it is our aim to reflect in the uses of those pronouns, common to both sides of the Miño but different regarding their status in both standards.

1. Introducción

Os demostrativos compostos *estoutro, esoutro e aqueloutro* (en adiante DC) comezan a documentarse no sistema lingüístico galego-portugués en finais da Idade Media e continuaron a ser normalmente usados até á actualidade, cando menos nos territorios galegos. Porén, ao paso que na Galiza son pronomes empregues a exprimiren adoito a idea de contraposición, como se recolle en varias gramáticas¹, no portugués moderno, mesmo figurando nalgunhas descrições gramaticais, costumaban ser interpretados como rexionalismos,

¹ As obras Álvarez e Xove (2002: 467-469) e Freixeiro Mato (2006: 198-209), por exemplo, inclúen nas súas descrições as formas do DC na lingua actual.

arcaísmos ou popularismos. Neste sentido, pretendemos facer unha reflexión sobre os usos que as formas do DC teñen no galego actual e verificarmos como, aínda sendo pronomes coñecidos no portugués contemporáneo, o seu rango como elementos normais dentro do funcionamento da lingua non decorre exactamente paralelo aos usos mantidos na Galiza. Para as nosas finalidades, baseámonos, aínda que non unicamente, en textos literarios, tanto contemporáneos como medievais.

2. Os demostrativos no galego-portugués medieval: o caso e aparecemento de pronomes

2.1. A consideración dos tres graos deícticos

Embora con importantes remodelacións, que afectaron nomeadamente o habilitamento de certas formas pronominais e a marxinalización doutras, podemos convir en que o percurso da clase pronominal dos demostrativos, no paso do latín á época medieval, foi capaz na Iberorromania de manter un sistema trimembre², contrariamente ao que aconteceu noutras latitudes románicas, onde só se conservan dúas series de pronomes demostrativos (francés, italiano estándar, romeno etc.). No caso en particular que nos ocupa, obviando, no plano das formas invariábeis, as diferenzas xeográficas e cronolóxicas entre os resultados máis modernos (*aquisto, isto* etc.) e aqueles máis conservadores (*aquesto, esto* etc.), os exemplos de elementos pronominais atestados durante a época medieval son esencialmente os seguintes:

Tabela 1. *Paradigma de T1*³ (< *ISTE, ISTA, ISTU*; **ACCU + ISTE, ISTA, ISTU*)

	Masculino	Feminino	Forma invariábel
Singular	<i>este, aqeste</i>	<i>esta, aqesta</i>	<i>esto, aqesto,</i>
Plural	<i>estes, aqestes</i>	<i>estas, aqestas</i>	<i>isto, aquisto</i>

Tabela 2. *Paradigma de T2* (< *IPSE, IPSA, IPSU* (e **ACCU + IPSE, IPSA, IPSU*))

	Masculino	Feminino	Forma invariábel
Singular	<i>esse (e aquesse)</i>	<i>essa (e aquessa)</i>	<i>esso (e aquesso)</i>
Plural	<i>esses (e aquesses)</i>	<i>essas (e aquessas)</i>	<i>isso (e aquisso)</i>

² Cfr. a este respecto Ferreiro (1999: 260), que sinala desde o “complexo sistema” do latín se chega “en galego a un esquema ternario ou tripartido, en que se reorganizan as formas e se redistribúen as funcións”. Repárese no parecer de Badía Margarit (1952: 4) cando afirma que a conservación do sistema trimembre “se acostumbra a explicar por arcaísmo, por el cual pervivieron en el latín vulgar hispánico determinadas características de la lengua clásica que desconocen los demás romances”. Con todo, a continuidade dun sistema trimembre é cuestionada, entre outros estudiosos, por Díaz y Díaz (1960: 241-242).

³ Usaremos, en adiante, as abreviaturas T1, T2 e T3 para nos referirmos, respectivamente, á primeira serie ou termo da esfera deíctica, ao segundo termo e ao terceiro termo, partindo sempre do punto de vista do emisor.

Tabela 3. *Paradigma deT3 (<*ACCU + ILLE, ILLA, ILLU)*

	Masculino	Feminino	Forma invariábel
Singular	<i>aquel(e)</i>	<i>aquela</i>	<i>aquelo,</i>
Plural	<i>aqueles</i>	<i>aquelas</i>	<i>aquilo</i>

No entanto, é de xustiza facermos notar que nas obras conservadas do período medieval é observábel unha certa vacilación no tocante ás formas e ás súas correspondentes funcións. Como afirmamos noutro lugar (Sánchez Rei 2002b: 49-50), aínda non están fixados totalmente os usos de *este*, *esse* e *aquel*, pois frecuentemente poden atestarse uns empregados no lugar dos outros. Este fenómeno, na nosa opinión, debe ser relacionado coa historia de ipse, pronome inicialmente identificador no latín clásico á marxe do inicial esquema dos demostrativos, despois empregado con frecuencia como anafórico no latín tardío e, posteriormente, incorporado ao sistema demostrativo. Nalgunha obra redixida por volta do século XIV, como os *Diálogos de S. Gregório*, os casos de ocorrencias de T1 e T3 elévanse, respectivamente, ás cifras de 1.052 e 1.359, en claro contraste cos exemplos de T2, de que só se atestan 61 mostras (Teyssier 1981: 9), feito que dá idea do caprichoso que era un sistema de pronomes demostrativos aínda en vías de se consolidar e, por tanto, sen unha fixación máis ou menos coherente. No entanto, seguindo con Paul Teyssier, nas obras de Gil Vicente, autor pertencente xa ao século XVI, obsérvanse maiores cifras de T2 a respecto de T1 e T3 (respectivamente, 583 para T2, 1.257 para T1 e 202 para T3) e, en xeral, as correspondentes formas “fonctionent très régulièrement comme démonstratifs de la première perssone (*este*), de la deuxième personne (*esse*) et de la troisième personne (*aquela*)”⁴.

Como é lóxico, tamén na lírica se aprecian oscilacións canto ás formas demostrativas e á súa funcionalidade; así, por exemplo, detéctanse casos no cancionero mariano (cfr. Mettman 1988) en que se manifesta esta vacilación, comunmente na secuencia *dessa vez*; nesta construción en particular nótanse valores mais propios do ipse latino do que da forma demostrativa románica, isto é, connotando antes matices de identificación do que estritamente mostrativos: *E en tal guisa o acorreu / que o touro log'en terra caeu / e todo-los quatro pees tendeu, / assi como se quisesse morrer [...]. // E o touro s'ergeu e dessa vez / nunca depois a null'ome mal fez* (in Mettman 1988, II: 124); etc. E, igualmente,

⁴ Nunha certa harmonía coas fluctuacións de formas e funcións nos primeiros textos galego-portugueses, Mattos e Silva (1989: 165) vai alén dos casos medievais e chega a insinuar que existen analoxías entre a perda de oposición para T1 e T2 e esta mesma neutralización que se dá nalgunhas falas do portugués brasileiro. Cfr. Câmara (1997: 124).

áchanse esas fluctuacións na prosa notarial⁵, como ilustran os casos seguintes: *abbade do moesteyro de Oya et o conuêto desse lugar* (in Maia 1997: 188); *Conoçuda cousa seia a quãtos esta carta virẽ como eu Jhoã de San Jhoane, morador de Fafiaes, ensinbra cõ mia moler Maria Fernandez, essa presente et outorgãte* (in Maia 1997: 204); etc.

2.2. Os reforzados *aqueste, aquesse*

Outro asunto a que cómpre facermos referencia radica na dualidade morfolóxica que se percibe para T1 e T2, ou sexa, nas formas *este/aqueste* e *esse/aquesse*. Nótese, antes de máis, que os pronomes de T3 non entraron nesta dupla posibilidade por ser preciso o reforzo *accu, pois, de se este non aglutinar ao pronome, confluíría co pronome persoal de P3. Ora, á medida que transcorría o tempo, as formas reforzadas ían tendo unha menor frecuencia de aparecemento, as cales xa posuían unha utilización menor a respecto das simples durante todo o período medieval. Na prosa literaria e notarial da Baixa Idade Media, poñamos por caso, vai mingando a súa atestación, como indican os editores modernos (cfr. Martínez-López 1963: XLV; Lorenzo 1985; Maia 1997: 688; Ferreira 1987, I: 395-403; etc.).

Paralelamente ás obras en prosa, contamos cos exemplos provenientes da lírica, en que tamén se achan testemuños dos pronomes reforzados que convén matizarmos. É certo que tanto no cancionero profano (cfr. Brea 1996) como nas *Cantigas de Santa Maria* (cfr. Mettman 1988) se poden atestar mostras dos demostrativos a que fixemos referencia, e, aliás, é tamén comprobábel que, no seu conxunto, a lírica proporciona un número de casos máis abondoso que a prosa. Mais isto pode ser debido non tanto ao estado da oralidade medieval como antes á vontade expresiva. Nesta liña, debemos ter en conta o feito de as composicións do *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*, texto que sae do prelo en 1516⁶, posuíren un número relativamente grande de exemplos de pronomes reforzados, sempre, como é lóxico, a partillaren a súa utilización coas formas simples: *Aquestes que vous deixaram* (in Dias 1993, III: 339), *Naquesta pena mui alta* (in Dias 1993, IV: 114) etc. Por súa vez, da comparación entre as *Cantigas de Santa Maria* e o cancionero profano é notábel a maior frecuencia

⁵ Apunta Maia (1997: 683) a respecto dos documentos tabeliónicos que se verifica, “porém, que, nalguns casos, não se encontra ainda totalmente fixado o emprego distinto das formas de cada um dos três grupos”.

⁶ Convén, aínda así, non nos esquecermos de que o *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* é unha compilación de textos anteriores e non unha obra de autoría individual. O problema de os textos seren compilados ou editados posteriormente semella ser a causa do menor testemuño de *aqueste* etc., pois resulta interesante notarmos “que na versão quatrocentista dos *Diálogos [de S. Gregório]* (1416) a predominância de *este* sobre *aqueste* é aínda maior” (Mattos e Silva 1989: 157, n. 13).

con que se rexistran os pronomes reforzados nas *Cantigas*, situación que, máis nunha ocasión, coidamos que está relacionada coa recursividade expresiva antes do que con diferenzas de índole lingüístico-cronolóxica; doutro lado, non se ten de perder de vista que no texto do cancionero relixioso son utilizados frecuentemente versos máis longos que nos editados por Brea (1996), circunstancia que pode estar detrás do uso de *aqueste*, trisilábico en confronto co bisilábico *este*, nesta tipoloxía de composicións.

Non obstante, aínda no *Livro da Vertuosa Benfeytoria*, redixido no século XV, *aqueste*, *aquesta* e *aquesto* aparecen cunha relativa frecuencia (*aqueste mundável curso*, in Calado 1994: 19; *daquesta douctrina*, in Calado 1994: 19; *E aquesto começou de fazer*, in Calado 1994: 19; etc.), tamén se documentando, embora esporadicamente, na versión portuguesa do *Sacramental* de Sánchez de Vercial, escrita en finais dese mesmo século (cfr. Machado 2005). Canto á obra de Gil Vicente, esta fornece en ocasións algunhas mostras, aínda que, na liña do *Sacramental*, moito puntualmente: segundo Teyssier (1981: 26), o dramaturgo utiliza 22 casos entre T1 e T2 de formas reforzadas en confronto cos 1.792 de T1 e T2 de demostrativos simples. Por súa vez, as anteditas formas trisilábicas non son escasas nas composicións galego-castelás de 1350-1450 (*daquesta rossa novela / [...] andarei sirvendo aquesta / rosa de gentil floresta*, in Polín 1997: 143; *aqueste trebello digo*, in Polín 1997: 268; etc.). No caso concreto da literatura portuguesa, a súa presenza diminúe considerabelmente durante a época seguinte, mesmo na lírica, en que a súa utilización podía estar explicada por necesidades de medida, da vontade enfática ou de precisión na simetría rímica; deste modo, nunha antoloxía actual da lírica camoniana (cfr. Ferreiro *et al.* 1994) verificase o uso unánime das formas simples, ao paso que, tamén, nunha escolma recente de sonetos escritos en Portugal entre os séculos XVI-XVIII (cfr. Martínez Pereiro 1999), se corrobora a documentación de unicamente *este* e *esse*.

Problema á parte é o testemuño documental das formas reforzadas para T2, para as cales “muito poucos exemplos têm sido notados” (Williams 1975: 162). Con efecto, desta situación, que aínda vén complicar máis o ocaso das correspondentes ao T1, podería deducirse que o seu desaparecemento foi anterior aos demostrativos de T1. Unha opinión sería pensarmos que nunca existiron, como indica Said Ali (1965: 99), mais esta hipótese é discutíbel por se conservaren residualmente nos nosos días no espazo lingüístico galego-portugués (identificadas como formas dialectais, arcaicas ou populares), tal como expuxemos en Sánchez Rei (2002b: 120-121), e por se teren dado noutras áreas románicas do noso contorno máis inmediato. Na verdade, moito embora con pouquísimas mostras na lingua medieval, Vasconcellos (1966: 53) cita dous casos tirados do *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende* para o feminino

singular: *fuja daquessa molher* (in Dias 1993, III: 179); *tende m̃ao naquessa besta!* (in Dias 1993, III: 317)⁷. Igualmente, a esta circunstancia teriamos de adicionar, aínda, un outro exemplo, máis serodio en relación ao do *Cancioneiro*, tirado do vicentino *Auto dos Físicos*, como é o caso de *aquessa vossa doença* (in Buescu 1983, II: 592)⁸.

As escasas mostras para as formas reforzadas de T2 non se poden desvincular, do noso punto de vista, da recorrencia dos pronomes simples nesta mesma serie. Vimos antes que tales pronomes non teñen unha documentación comparábel a T1 e T3 nin posúen aínda unha distribución de funcionalidades fixada, de aí que, en xeral, parece lóxico presupormos que os demostrativos reforzados, minoritarios en relación aos simples, se sentisen afectados por esta dupla situación: *este* predomina en toda a Idade Media en relación a *aqueste* e *esse*, á súa vez, non se documenta coa mesma frecuencia do que as formas equivalentes de T1 e T3, de onde é congruente que *aquesse* estea tan pouco representado dado que se trata dunha variante minoritaria dunha forma que xa non é abundante.

Ao noso ver, a explicación do ocaso de *aqueste* e do raro *aquesse* debe buscarse na pertinencia funcional canto ás funcións deícticas básicas, pois a existencia das dúas formas non estivo condicionada por motivos fonético-sintácticos, como está hoxe en día a distribución das formas do clítico de acusativo (*o/lo/no*), nin aínda por explicacións de tipo dialectal. Se, como afirmaba Nunes (1989: 248), nos primeiros tempos existía unha diferenciación de natureza enfática entre *este* e *aqueste*, *esse* e *aquesse*, desde o momento en que tal distinción entra en conflito só podían aparecer dúas solucións: a primeira tórnaas sinónimas e simplifica o paradigma, cuxa consecuencia directa se traduce no resultado maioritario, que é esquecer unha das dúas formas (a dos demostrativos reforzados). A segunda aprofunda ou incide nesa diferenza enfática inicial, converténdoa, se non pertinente deícticamente, polo menos oportuna do punto de vista expresivo, situación de certo minoritaria no territorio lingüístico galego-portugués. Esta parece ter sido a escolla que callou nalgúns falares dialectais, como Monsanto, na Beira Baixa, en que, segundo nos informa Buescu (1984: 107), existen diferenzas de valor entre *este* e *aqueste*, *esse* e *aquesse*; neste sentido, tamén se ten constancia de que nunha obra contemporánea da literatura galega, os *Ensayos poéticos* de Antonio Fernández Morales, publicados en 1861, en que son utilizadas as formas simples e as do

⁷ Leite de Vasconcellos tamén incorpora datos provenientes da linguaxe dialectal e popular que verifican, mesmo nos primeiros anos do século XX, a conservación deste tipo de pronomes (1966: 52-53, n. 4 e 1).

⁸ Exemplo tamén citado por Teyssier (1981: 27).

DC, a deíxe parece ser máis acusada con estas últimas (cfr. Álvarez 1996: 164; Sánchez Rei 2002b: 118).

2.3. O aparecemento de *estoutro*, *essoutro* e *aqueloutro*

Para alén dos pronomes medievais reforzados con *accu, debemos facer mención ás formas do DC, desenvolvidas a partir das variábeis simples con aglutinación do pronome identificador *outro*, isto é, *estoutro* (← *este* + *outro*), *essoutro* (← *esse* + *outro*) e *aqueloutro* (← *aquel* + *outro*). A respecto de tales formacións, xorden, no entanto, algunhas cuestións de relevo que non podemos pasar por alto. A primeira delas ten que ver co seu escaso testemuño nos textos galego-portugueses, pois, nas composicións trobadorescas, por exemplo, só se rexistran en dúas ocasións, sempre se encontrando en autores que desenvolveron a súa actividade poética nos fins do século XIII (Johan Baveca no primeiro caso e Men Rodríguez de Briteiros no segundo): *e est'é sandeo e estoutro non* (in Brea 1996, I: 421); *Un sangrador de Leirea / me sangrou estoutro dia* (in Brea 1996, II: 664). Outros textos medievais seguen a liña da pouca ou nula representatividade destes pronomes compostos (cfr. Martínez-López 1963: XLV; Ferreira 1987, I: 395-403; Ferreira 1987, II: 128-129; Maia 1997: 683-690; etc.).

O segundo dos aspectos salientábeis é a documentación incompleta do paradigma, pois nin *aqueloutro* nin *essoutro* figuran nesa mesma obra compilatoria (cfr. Brea 1996). Para o caso concreto de *essoutro*, segundo se poderá deducir, non se torna demasiado difícil acharmos unha explicación convincente tendo en conta que *esse* posúe unha frecuencia de aparecemento moito menor do que as formas de T1 e T3, a cal repercutía, como vimos anteriormente, nos testemuños de *aqueisse*. No que se refire a *aqueloutro*, e tamén en relación a *essoutro*, non debemos obviar que na época en que se datan estes dous testemuños, ou sexa, na segunda metade do século XIII, aínda o paradigma dos demostrativos canto ás súas funcións se achaba en proceso de se fixar, circunstancia que, unida ao carácter de innovación que tales formas representan, debeu de influír nas súas inexistentes atestacións.

En terceiro lugar, por último, convén resaltarmos o feito de en textos posteriores ás cantigas, dentro aínda do período medieval, seren detectados algúns exemplos, o que parece corroborar, máis unha vez, a súa cronoloxía serodia na Idade Media. Así as cousas, as rubricas explicativas do cancionero profano, paratextos redixidos nos restantes séculos do Medioevo, presentan, dun total de 74 composicións, a singular cifra de cinco casos⁹, o que é salientabel a

⁹ Tamén se documenta o estadio morfolóxico anterior de tales demostrativos, isto é, ambos os pronomes separados graficamente: *Esta outra cantiga fez a Afons'Eanes do*

nos lembrarmos de dous únicos exemplos dun total de case 1.680 cantigas trobadorescas. A súa constatación debe ser ponderada, pois, para alén da cantidade, os deícticos son elementos de primeira orde no xénero epigráfico, xa que son os sinais que indican a que poema ou grupo de poemas se refire a información: *Ar fez estoutro cantar a ñu cavaleiro* (in Lagares 2001: 147); *Estoutro cantar fez a ña casada* (in Lagares 2001: 156); *Estoutro cantar fez* (in Lagares 2001: 157); *Estoutra cantiga fez Pero d'Ambrõa a Pedro d'Armea, por estoutra de cima* (in Lagares 2001: 173).

É tamén de relevo o feito de que a sorte dos compostos tipo *estoutro* en relación aos reforzados como *aqueste* foi absolutamente diverxente, pois, en canto os primeiros, após se documentaren esporadicamente na lingua medieval, como se acaba de tratar, lograron triunfar no sistema lingüístico, e son aínda hoxe comúns, os segundos, rexistrados cunha relativa frecuencia nos textos do Medioevo, foron desaparecendo gradualmente e atéstanse aínda na actualidade, embora dunha maneira totalmente residual.

3. A situación contemporánea

3.1. Os demostrativos no marco deíctico

Os demostrativos en galego son pronomes referenciais precisos (Freixeiro Mato 2006: 118) con características morfosintácticas e semánticas que sinalan unha determinada entidade no espazo ou no tempo, e que desenvolven, subsecuentemente, funcións sintácticas, pragmáticas e semánticas (Diessel 1999: 2)¹⁰. Para isto, na liña do exposto máis arriba, vólense dun sistema tripartido que indica a proximidade ou o afastamento a respecto da persoa que fala. Esta tripla esfera organizativa garda un certo paralelismo cun sistema de adverbios deícticos básico, de cuxa comparación se chega á seguinte correlación, que vén sendo adoptada tradicionalmente, mais que, como veremos máis adiante, presenta algunha incoherencia relativamente á delimitación das coordenadas deícticas da persoa falante:

Coton (in Lagares 2001: 158); *Esta outra cantiga fez a un cavaleiro* (in Lagares 2001: 159); etc.

¹⁰ Acrecenta Diessel (1999: 2) que hai “three criteria that are relevant for the notion of demonstrative [...]. First, demonstratives are deictic expressions serving specific syntactic functions [...]. Second, demonstratives generally serve specific pragmatic functions [...]. Finally, demonstratives are characterized by specific semantics features”. Nos dominios da deixis textual ou anafórica, véxanse os traballos compilados en Fox (1996) ou en López Palma (2004). Cfr. tamén Fonseca (1992, 1996) e Kleiber (1994).

Tabela 4. *Correlacións entre pronomes e adverbios deícticos (a)*

Ámbito deíctico	Pronome	Adverbio	Paráfrase
T1	<i>este</i>	<i>aquí</i>	proximidade da persoa que fala
T2	<i>ese</i>	<i>aí</i>	proximidade da persoa ouvinte
T3	<i>aquel</i>	<i>alí</i>	afastamento tanto da persoa falante como da ouvinte

En certa consonancia con Comrie (1989: 51), adóitase notar unha estreita relación entre os pronomes persoais e os sistemas deícticos, de aí que costume ser bastante habitual na literatura lingüística facer corresponder os demostrativos, tomando como base o binomio proximidade/afastamento, cos pronomes persoais a partir das tres persoais gramaticais, P1, P2 e P3, de forma que *este* ficaría na órbita deíctica de P1 (*eu*), *ese* establecería tal relación a respecto de P2 (*ti*) e *aquel*, por seu turno, estaría no impreciso ámbito de P3 (*el*, *ela*). Así se pode percibir, por exemplo, en Álvarez Martínez (1989: 106) ou tamén en Vilela (1999: 217), este último ao manifestar que os “pronomes demostrativos têm proximidades com os pronomes pessoais, com os advérbios (sobretudo com os advérbios de lugar)”.

Mais estas apreciacións, especialmente as que establecen puntos de contacto entre os adverbios *aquí*, *aí* e *alí* e os demostrativos, como tamén a simple univocidade entre as tres persoas gramaticais e as formas pronominais deícticas, non cobren toda a caracterización que presentan tales pronomes e elementos adverbiais. Se, por exemplo, repararmos na correlación entre os pronomes demostrativos e os adverbios absolutos de lugar, é evidente que parece lóxica, en principio, a listaxe de correspondencias entre *este*, *ese* e *aquel* con *aquí*, *aí* e *alí*. O problema xorde cando se detecta unha notoria asimetría entre a serie pronominal e outras formas adverbiais, como *aquén*, *acá*, *acó*, as cales, ao lles procurarmos un correlativo pronome, terían de se asociar a *este*; por súa vez, *alén*, *alá*, *aló* e *acólá* semellan preferir o ámbito de *aquel*, en canto que para o caso de *ese*, aínda que algúns destes locativos poidan ser empregues nos seus dominios deícticos, non existe horizontalmente ningunha forma respectiva. Convén observarmos que pouco importa para elaborarmos tal correlación o feito de certos adverbios desta serie seren nomeadamente literarios ou propios da lingua formal (*aquén* ou *alén*) ou aínda a circunstancia de a distribución entre *acá/acó* ou *alá/aló* ficar subordinada sobre todo a condicionantes dialectais ou de carácter modal¹¹, xa que en ningún destes dous marcos, o da lingua cuidada e

¹¹ Para a distribución xeográfica de *acá/acó* e *alá/aló*, véxase ILG (1995: 338-341), en que se aprecia que as formas en *-á* predominan con moito nas actuais provincias de Pontevedra e Ourense, ao paso que os adverbios en *-ó* son característicos de Lugo e da

o da dialectoloxía, existen formas análogas de pronomes demostrativos para todas as formas adverbiais. Evidénciase, pois, que o campo deíctico de T2 presenta unha considerábel ausencia de correlatos adverbiais locativos se confrontado con T1 e T2:

Tabela 5. *Correlacións entre pronomes e adverbios deícticos (b)*

Ámbito deíctico	Pronome	Adverbio
T1	<i>este</i>	<i>aquí, acá, acó, aquíén</i>
T2	<i>ese</i>	<i>aí</i>
T3	<i>aquel</i>	<i>alí, alá, aló, alén, acolá</i>

Por outro lado, sinalabamos máis arriba que as coordenadas deícticas que toman como esfera a persoa falante e a ouvinte manifestan unha certa incongruencia a respecto de quen emitir o texto. Con efecto, é preciso reflectirmos se en expresións como “proximidade da persoa que fala”, “proximidade da ouvinte” ou “afastamento da falante e da ouvinte” se indican relacións asumíbeis para mostraren con clareza os tres campos deícticos. Os demostrativos, xunto cos posesivos, agrúpanse baixo a común denominación de referenciais precisos, mais a referencia é establecida de maneira concreta entre a P3 coas tres persoas gramaticais polos posesivos (*meu, teu, seu*) ou ben coa primeira polos demostrativos. Esta circunstancia ten xerado que os pronomes que se aquí tratan fosen considerados en ocasións “egocéntricos” (Melo 1986: 379; Russel 2004) por estruturaren o mundo sensíbel coas súas subsecuentes funcións semánticas e sintácticas, a tomaren como base P1 e o ámbito da súa percepción. Na nosa óptica, xulgamos que se evidencia unha inadecuación teórica entre considerarmos tales pronomes como egocéntricos e afirmar, logo, que fan referencia á persoa falante, ouvinte ou a aquilo que fica fóra destes dous parámetros deícticos; non se pode defender que o punto de partida do sinalamento de *este, ese* e *aquel* se basea en quen emitir o texto para, a seguir, indicar que T2 indica algo próximo da persoa ouvinte (P2) e que T3 sitúa o que estiver perto do que ou de quen se falar (P3).

Mais a relación entre P3 e os demostrativos é notoria: en todo o acto lingüístico existe un *eu* e un *ti*, ao paso que as formas *el/ela* fican fóra desta programación locutiva; os pronomes *este, ese* e *aquel* non son senón especificacións de P3, en tanto que contribúen para a súa determinación, sempre mostrando o punto de afastamento/proximidade en relación á persoa falante. Unha cláusula do tipo *El cantou*, na opinión de Alarcos Llorach (1976), presenta unha forma pronominal, *el*, que axe como arquilexema das tres series de

demostrativos e na cal opera a neutralización de sinalamento que estas exprimen. Deste modo, no tocante a esa incoherencia antes comentada e aos apuntamentos de Alarcos Llorach, semella ser máis conveniente reformularmos a definición dos demostrativos cando efectivamente asumiren funcións de indicación baseándonos en P3, que fica semanticamente afastada de P1 (e tamén de P2), e a combinármola coa súa ausencia real no acto comunicativo. Fica entón o esquema que segue, que non invalida a visión tradicional, mais que nos parece dunha maior concreción ao contemplar unha outra distinción, cal é ‘ausente’/‘non ausente’, tomando como referencia o punto de vista de quen falar, conforme xa sinalamos noutra ocasión (Sánchez Rei 2002a):

Cadro 1.

Obxecto referenciado	Afastado	Ausente (T3): <i>aquel</i>
	Non afastado (T1): <i>este</i>	Non ausente (T2): <i>ese</i>

É posíbel que con tal estruturación se poida dudar se o esquema organizativo dos demostrativos galego-portugueses non é realidade bimembre, presentando un grao de especialización no índice ‘afastado’, xa que unicamente se considera a noción de arredamento a respecto de quen falar. Aínda así, parécenos discutíbel esa hipótese porque ‘non afastado’ tamén implica, tacitamente, ‘non ausente’, e porque unha das perspectivas tradicionais situaba *este* e *ese* dentro da órbita falante-ouvinte e *aquel* á marxe de tal esfera, sen por iso formular dúbidas acerca da pertinencia funcional dos tres graos¹². Existen contextos, porén, en que a persoa falante engloba a ouvinte no ámbito de T1, atribuíndo a T2 e T3 dominios deícticos que fican á marxe do binomio falante-ouvinte. Segundo Alarcos Llorach (1976: 62), esta situación permite estruturarmos o uso dos demostrativos mediante dúas ordenacións, unha correspondente ao esquema exposto máis arriba e outra do seguinte modo, en que a diferenciación ‘afastado’ e ‘non ausente’ de T2 e ‘afastado’ e ‘ausente’ de T3 se esluce; repárese en que este investigador sitúa a correlación cos pronomes persoais suxeito:

¹² Cfr. Álvarez Martínez (1989: 106): “Puede también decirse [...] que *este* y *ese* se refieren al campo cercano al hablante y su interlocutor (esto es, la proximidad), mientras que *aquel* hace alusión a lo que está lejos de las dos primeras personas (la lejanía)”.

Tabela 6.

'non afastado' [eu + ti]	'afastado' ('ausente' e/ou 'non ausente')	
	[el]	
<i>este</i>	<i>ese</i>	<i>aquel</i>

3.2. As formas do DC na esfera deíctica

Noutra orde de cousas, é preciso agora situarmos os demostrativos *estoutro*, *esoutro* e *aqueloutro* no marco do sinalamento inicial expresado mediante *este*, *ese* e *aquel*. A simple vista, parece que se cumpren as marcas 'afastado'/'non afastado' e 'ausente'/'non ausente' que indicamos antes, de modo que, nun primeiro achegamento, sería igualmente válido o cadro proposto con anterioridade. Mais o valor de identificación que implica un dos elementos de que se compoñen, o pronome *outro*, repercute en que a súa utilización non se poida reducir ao esquema inicial cando se empregan correlativamente, ora cos demostrativos simples, ora sen estes. A pesar de seren posíbeis usos correlativos entre *este/estoutro*, *aquell/aqueloutro*, *ese/esoutro* etc., o feito de utilizarmos as formas compostas indica unha contraposición en que o carácter identificador destas, como se torna obvio, dá nunha distinción entre dous obxectos que están situados nos mesmos dominios mostrativos (T1, T2 e T3), mais que non deben de se confundir. Resulta así o seguinte esquema, en que se os valores iniciais se non alteran e ao cal se acrecenta a idea de contraste que proporciona *outro*:

Cadro 2

Obxecto referenciado	Afastado	Ausente (T3)	Contraposto: <i>aqueloutro</i>
		Non ausente (T2)	Non contraposto: <i>aquel</i>
			Contraposto: <i>esoutro</i>
	Non afastado (T1)	Contraposto: <i>estoutro</i>	Non contraposto: <i>ese</i>
			Non contraposto: <i>este</i>

Non está de máis observarmos que a existencia dunha serie de demostrativos simples face aos DC non cuestiona a característica organizativa

tripartida do sistema de deícticos. As formas identificativas, tamén coñecidas como contrapostas ou de alteridade, agrúpanse sen problemas xunto ás non contrapostas a través dos parámetros ‘non afastado’/‘afastado’ e, dentro deste, entre ‘non ausente’/‘ausente’. O ocaso do sistema dos pronomes reforzados medievais debeuse á perda de distinción (se é que foi operativa na época arcaica da lingua) entre *este/aqueste*, por un lado, e *esse/aquese*, por outro, o que non acontece con *este* e *estoutro*, por exemplo, que exprimen valores diferentes.

Do punto de vista da morfoloxía, por último, as formas *estoutro*, *esoutro* e *aqueloutro*, como resulta obvio, englobanse dentro das palabras compostas ao seren formadas por dous elementos¹³. Ora, dentro do mecanismo xeral de composición de palabras, que distingue entre compostos lexemáticos, gramaticais e frásicos, os pronomes comentados nas liñas precedentes fican delimitados por pertenceren á segunda tipoloxía, que presenta como característica o feito de, polo menos, un dos protagonistas do procedemento xerador de novas unidades ser palabra gramatical, recoñecíbel por se agrupar en paradigmas fechados. É o mesmo proceso, pois, que se observa en *dezanove* (*dez* + *nove*), *dezasete* (*dez* + *sete*) etc.

3.3. O emprego das formas do DC: usos en correlación e usos non correlativos

Aceptando, pois, o carácter de contraposición do DC, pode darse o caso de que apareza empregado a carón do demostrativo simple ou que, polo contrario, veña usado só. Por iso pensamos que a súa utilización obedece a tres comportamentos principais: (i) utilizacións correlativas co mesmo termo, (ii) usos con diferente termo e (iii) empregos non correlativos. Dos tres, son os dous primeiros os máis habituais, aínda que a terceira modalidade é tamén posíbel.

3.3.1. Usos correlativos co mesmo termo

A primeira estruturación a que cómpre facermos referencia é aquela en que, usándose unha soa esfera deíctica (T1 ou T2 ou T3), e, consecuentemente, expresando as mesmas coordenadas (ausente/non ausente e afastado/non afastado), se verifica esa contraposición. Dado que tal contraste opera exclusivamente só nun termo, o confronto que se manifesta non é demasiado acusado: *Séntate n-esta pedriña / qu’eu me sentarei n-estoutra* (in Pérez Ballesteros 1979, I: 209); *Ben è que estes homes, / calados è quedos, / teñan seu lezere / de falare presto. // E pois que en Madril / estoutros dous nenos / se acharon testigos, / que falen primeiro* (in Mariño Paz 1995: 187); etc.

¹³ No galego moderno é tamén posíbel, con todo, detectarmos os dous pronomes sen se aglutinaren en “zonas dialectais restrinxidas” (Álvarez e Xove 2002: 468), isto é, *este outro*, *ese outro* etc., aínda que o máis común sexa o uso do DC.

Frecuentemente, habendo máis de dous obxectos ou persoas que se sinalan co mesmo termo deíctico, un deles, adoito o derradeiro, vai indicado mediante o DC, o que se pode converter nun positivo trazo de estilo. É notorio, a este respecto, o seguinte exemplo de Curros Enríquez: *–¿Coneces iste¹⁴? –É un avaro: / Prestóume us cartos ó trinta. / –Se pagaches... non foi caro. // –¿E iste?... – Tamén. É un libreiro: / Pedíume un tomo, escribin-llo... / Quedóuseme c’o diñeiro. // –¿Y-estoutro?... –Por unha leira / Vendéu sua filla a un indiano* (in Alonso Montero 1994: 101). Sobre a mesma esfera da deíxe é construído, tamén, o seguinte excerto de Blanco-Amor, en que se aprecia idéntica estruturación canto ao uso dos pronomes simples e dos DC: o terceiro elemento da correlación é o composto, co que se consegue o mesmo matiz estilístico do que no exemplo anterior: *Iste é o tomo da lóxica pura, iste o da lóxica práctica, e istoutro o da lóxica intermedia* (Blanco-Amor 1992, II: 266).

3.3.2. Usos correlativos con distinto termo

Mais pode ser tamén posíbel que contraponían elementos de dous dos termos da deíxe, isto é, pronome de T1 con outro de T2, unha unidade de T2 con T3 ou até unha forma de T1 con T3. O tipo de contraste preséntase aquí máis acentuado, xa que se combinan dúas esferas mostrativas diferentes das cales unha leva necesariamente aglutinado o identificador: *Séntate nesa pedriña, / eu sentareime n’stoutra* (in Blanco 1992, I: 260). Obviamente, subliñase a intensidade dese confronto se os termos contrapostos foren T1 e T3. No seguinte exemplo, obsérvase un contraste entre as dúas unidades simples e, secundariamente, unha contraposición entre a forma non marcada de T3 e a súa equivalente composta: *E il dí: eu amo a este, / non aquel ou aquel outro* (Viqueira 1974: 240).

3.3.3. Usos non correlativos

Quen falar, igualmente, é quen de identificar nas súas capacidades intelectuais unha outra idea de sinalamento, mais pode non a tornar explícita mediante o pronome. Emprégase así o pronome composto porque tanto a persoa falante como a eventual interlocutora partillan esa referencialidade mostrativa que non precisa de ningún índice gramatical para se tornar pertinente. En

¹⁴ Aínda que as formas estándares no galego moderno corresponden a un paradigma en que se sinala o pronome invariábel (*este, esta, isto*; etc.), dialectalmente tamén se atestan outras variantes, como é o caso das masculinas *iste, ise e aquil*, habituais na maior parte da actual provincia de Ourense e nas rexións meridionais da de Lugo. Cfr. Sánchez Rei (2002b: 112-114, 129-134). É lóxico, pois, que as escritoras e os escritores que desenvolveron a súa obra antes do proceso de normativización das décadas de 70 e 80 do pasado século deixen penetrar nos seus textos as formas normais das súas zonas de procedencia.

ocasiões, o resultado evidencia unha localización determinada, de acordo cos parámetros da deíxe: *Fogueiras de lume por aquí, fogueiras de lume por alí, fogueiras de lume por acolá, demos con [...] corno na testa moi grandes; nestoutra banda vén outro demo* (adaptado de Fernández Rei e Hermida Gulías 1996: 53). Mais tamén o DC, deixando transparecer matices de contraposición a respecto doutro termo, é capaz de esluír as súas capacidades indicativas e pasar a se comportar case como un pronome de sentido impreciso, sen que haxa posibilidade de determinación locacional ou temporal. Con estes valores, o máis común é habilitar a unidade de T2, que se sitúa a medio camiño, no tocante á mostración, entre T1 e T3: *Botei unha, botei dúas, / foron dar desoutro lado* (in Blanco 1992, II: 191); *Hoxe aquí, mañán alí, / esoutro día na feira* (in Pérez Ballesteros 1979, I: 168); etc.

3.4. O progresivo esquecemento do DC no portugués

Se, para o caso dos territorios galegos, os pronomes do DC continúan a ser funcionais dentro do funcionamento gramatical, a indicaren habitualmente unha entidade contraposta en relación aos simples, no caso da xeografía lusitana, contrastivamente, a situación non é exactamente igual, de tal xeito que se pode afirmar que son formas non consideradas, en xeral, na variedade padrón. Camiñarmos, aínda que sexa apresadamente, por algunhas das máis representativas gramáticas portuguesas, clásicas e modernas, vai permitir comprobarmos como foron gradualmente desbotados do que se consideraba máis ou menos estándar. Así, o autor que inaugura a tradición filolóxica lusitana, Fernão de Oliveira, aínda que non fai referencia ao DC explicitamente, utilízao nalguna ocasión na súa obra de 1536 (*nome não mui diferente destoutro Grecia*, in Torres e Assunção 2000: 137).

Dous séculos máis tarde, no traballo asinado por António José dos Reis Lobato, que chegou a ter máis dunha vintena de edicións, dedícanse ao DC as seguintes palabras, que parecen verificar a súa normal existencia na altura: “Do mesmo modo se ajunta o adjectivo *Outro, Outra* aos pronomes *Este, Esse, Aquelle*, pois dizemos *Estoutro, Essoutro, Aquelloutro*, pronunciando ambas as palabras, como se fossem huma só, por se absorber na pronunciação o *e* final dos ditos pronomes” (in Assunção 2000: 180-181, n. a).

Con todo, vai ser ao longo do século XIX cando parecen entrar nunha certa crise. Soares Barbosa, por exemplo, que é o responsábel dunha gramática editada en dúas ocasións (1822 e 1831), non hesita en os incluír no seu cadro consagrado ao paradigma de tales pronomes (in Torres 2005: 219). Leite (1882: 22), por seu turno, dedica unhas interesantes palabras a tales formas, moito na liña do valor de contraposición atestado aínda hoxe para o galego: “Para distinguir diferentes individuos no mesmo espaço, pospõe-se nos

demonstrativos o partitivo *outro*, d'esta maneira: *–est'outro*, *ess'outro*, *aquell'outro*".

Mais Nunes (1989: 250, n. 1), no primeiro cuartel do pasado século, exprésase xa dun modo diferente a Soares Barbosa e a Leite, pois incide no carácter popular de *essoutro* ou mesmo de *sôtro*: "O povo, que muitas veces na sua rudeza e insciência fala melhor do que muitos escritores, ainda mantém vestígios deste uso [do DC] na forma *sôtro*, que entra na locução *sôtro dia* e está por *essoutro*, tendo caído o e inicial por próclise; no plural diz *sôtros*". E en 1928, Vasconcellos tamén faría referencia aos pronomes do DC, máis nunha ocasión a insistir no carácter popular e no certo sabor arcaico que representan. Ao seu ver, o pronome "*ôitro* reforça-se com *este* em: *nest'ôitro dia*. Em português antigo os pronomes *este*, *esse*, *aquele* fundem-se com *outro*, pois o plural é *est'outros*, *ess'outros*, *aquel'outros*. O povo diz em algumas regiões: *aquelôtro* [...], *sôtro* [...], *sôtro* [...]" (Vasconcellos 1928: 222). Igualmente, Sequeira (1958: 113), na segunda metade do século, rexistra na rexión miñota restos do DC, ao ponderar a locución *s'outro dia* como unha "redução proclítica da expressão *esse-outro-dia*".

Por outra parte, a deixarmos de lado os contributos de carácter dialectal anteriores e consultando algúns dos máis coñecidos traballos pensados para o portugués actual, constátase o xeral desaparecemento do DC nas gramáticas: nin en Bechara (2002: 167-168, 187-192) se consideran, nin en Vilela (1999: 216-221) aparece calquera referencia a eles nin aínda en Mateus *et al.* (2003: 111-112, 222) se inclúen tales formas pronominais. Porén, contamos co testemuño de Cuesta e Luz (1989: 399), obra que defende a existencia de *estoutro*, *essoutro* e *aqueloutro*, ou aínda coa obra de Cunha e Cintra (1992: 328-342), en que aparecen descritos secundariamente como "reforço dos demonstrativos", embora coa explícita matización de seren formas "evitadas, em geral, no português contemporâneo".

4. Conclusións

A situación que se hoxe observa para os demostrativos no sistema lingüístico galego-portugués responde a un percurso evolutivo secular. En tal decorrer, a pesar de se manteren os tres graos mostrativos latinos, diversos aconteceres teñen de ser apuntados, como, por exemplo, o nacemento e posterior desaparición das formas reforzadas *aqueste*, *aquesse*, que hoxe son absolutamente laterais na lingua, ou aínda o aparecemento dos DC *estoutro*, *essoutro* e *aqueloutro*, cuxos primeiros testemuños se retrotraen ao outono medieval para, nos séculos posteriores, iren configurando máis un outro paradigma demostrativo; a variedade lusitana, que tamén foi partícipe destas novas formacións gramaticais, preferiu desbotalas da norma estándar, de modo

que modernamente só parece sobreviviren dialectal e popularmente nalgunhas rexións conservadoras.

Se as gramáticas galegas modernas inclúen normalmente os DC nas súas descrições, as equivalentes portuguesas evidencian un situación certamente diferente: unhas non as consideran e outras prefiren telas en conta, sen faltaren exemplos de traballos gramaticais que secundarizan a súa utilización na lingua normal. Na variedade portuguesa, pois, son percibidas como rexionalismos, arcaísmos ou popularismos, mais na galega, en confronto, distínguense adoito tres tipos de contextos en que se utilizan: (i) usos correlativos co mesmo termo deíctico, (ii) usos correlativos con distinto termo deíctico e (iii) usos non correlativos. Verifícase, pois, a existencia do DC nas dúas marxes miñotas, incidindo, finalmente, na elemental unidade lingüística galego-portuguesa; mais o que se constata é o rango distinto nos dous países de tales pronomes, paralelo a outros fenómenos gramaticais ou lexicais: nun, na Galiza, son normalmente empregados e fan parte da lingua padrón, e noutro, en Portugal, son usados en ámbitos moito marcados, comunmente das indicacións da variedade estándar.

Referencias bibliográficas

- Alarcos Llorach, E. (1976): “Los demostrativos en español”. In: *Verba* 3: 53-63.
- Álvarez Martínez, M. A. (1989): *El pronombre. I. Personales, Artículo, Demonstrativos, Posesivos*. Madrid: Arco.
- Álvarez, R. & X. Xove (2002): *Gramática da lingua galega*. Vigo: Galaxia.
- Álvarez, R. (1996): “Na estrema do galego: a lingua do Bierzo Baixo transmitida por Fernández y Morales”. In: *Homenaxe á profesora Pilar Vázquez Cuesta*. Santiago: Universidade: 157-202.
- Assunção, C. (ed.) (2000): *A ‘Arte da Grammatica da Lingua Portuguesa’ de António José dos Reis Lobato, Estudo, Edição Crítica, Manuscritos e Textos Subsidiários*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Badía Margarit, A. (1952): “Los demostrativos y los verbos de movimiento en iberorrománico”. In: *Estudios dedicados a D. Ramón Menéndez Pidal. III*. Madrid: CSIC: 3-21.
- Bechara, E. (2002): *Moderna Gramática Portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna.
- Câmara Jr., J. Mattoso (1997) [1970]: *Estrutura da Língua Portuguesa*. Petrópolis: Vozes.
- Comrie, B. (1989): *Universales del lenguaje y tipología lingüística. Sintaxis y morfología*. Madrid: Gredos.
- Díaz y Díaz, M. (1960): “El latín de la Península Ibérica. 3. Dialectalismos”. In: *Enciclopedia Lingüística Hispánica. I*. Madrid: CSIC: 237-250.

- Diessel, H. (1999): *Demonstratives. Form, Function, and Grammaticalization*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- Ferreiro, M. (1999) [1995]. *Gramática histórica galega. I. Fonética e Morfosintaxe*. Santiago: Laiovento.
- Fonseca, F. I. (1992): *Deixis, Tempo e Narração*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- Fonseca, F. I. (1996): “Deixis e pragmática linguística”. In: *Introdução à Linguística Geral e Portuguesa*. Lisboa: Caminho: 429-445.
- Fox, B (ed.): *Studies in Anaphora*. Amsterdam / Philadelphia: John Benjamins.
- Freixeiro Mato, X. R. (2006) [2000]: *Gramática da língua galega. II. Morfosintaxe*. Vigo: A Nosa Terra.
- ILG [Instituto da Língua Galega] (1995): *Atlas Lingüístico Galego. II. Morfoloxía non verbal*. A Coruña: Fundación Barrié.
- Kleiber, G. (1994): *Anaphores et Pronoms*. Glemboux: Duculot.
- Leite, F. J. Monteiro (1882): *Nova Grammatica Portugueza*. Porto: Livraria Portuense de Clavel.
- López Palma, H. (ed.): *La deixis. Lecturas sobre los demostrativos y los indiciales*. Lugo: Axac.
- Mateus, M. H. Mira *et al.* (2003) [1983]: *Gramática da Língua Portuguesa*. Lisboa: Caminho.
- Mattos e Silva, R. V. (1989): *Estruturas Trecentistas. Elementos para uma Gramática do Português Arcaico*. Lisboa: IN-CM.
- Melo, G. Chaves de (1986): “Deícticos e anafóricos na língua portuguesa”, *Agália* 8: 375-384.
- Nunes, J. J. (1989) [1919]: *Compêndio de Gramática Histórica Portuguesa*. Lisboa: Clássica.
- Russel, B. (2004): “Los particulares egocéntricos”. In: *La deixis. Lecturas sobre los demostrativos y los indiciales*. Lugo: Axac: 39-45.
- Sánchez Rei, X. M. (2002a): “Sobre a deíxe e os pronomes demostrativos”. In: *Revista Galega de Filoloxía* 3: 167-198.
- Sánchez Rei, X. M. (2002b): *Os pronomes demostrativos: do latín ao galego contemporáneo*. A Coruña: Área de Filoloxías Galega e Portuguesa da UDC.
- Sequeira, F. J. Martins (1958): *Apontamentos acerca do Falar do Baixo-Minho*. Lisboa: Edição da Revista de Portugal.
- Teyssier, P. (1981): “Le système de déictiques spatiaux en portugais au XVe, XXe et XVIe siècles”. In: *Cahiers de Linguistique Hispanique Médiévale* 6: 5-39.

- Torres, A. & C. Assunção (eds.) (2000): *Gramática da Linguagem Portuguesa (1536) de Fernão de Oliveira. Edição Crítica, Semidiplomática e Anastásica*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa.
- Torres, A. (ed.) (2005): *Gramática Filosófica da Língua Portuguesa (1822) de Jerónimo Soares Barbosa. Anastásica, Comentário e Notas Críticas*. Braga: Universidade Católica Portuguesa.
- Vasconcellos, J. Leite de (1966) [1911]: *Lições de Filologia Portuguesa*. Rio de Janeiro: Livros de Portugal.
- Vasconcellos, J. Leite de (1928): *Opúsculos. II. Dialectologia*. Coimbra: Universidade.
- Vilela, M. (1999) [1995]: *Gramática da Língua Portuguesa*. Coimbra: Almedina.
- Williams, E. B. (1975) [1961]: *Do Latim ao Português*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.

Fontes e obras literárias citadas

- Alonso Montero, X. (ed.) (1994): *O divino sainete de Manuel Curros Enríquez*. Sada: Do Castro.
- Blanco, D. (ed.) (1992): *A poesía popular en Galicia (1745-1885)*. Vigo: Xerais.
- Blanco-Amor, E. (1992): *Obra en galego completa. II*. Vigo: Galaxia.
- Brea, M. (coord.) (1996): *Lírica profana galego-portuguesa. Corpus completo das cantigas medievais con estudio biográfico, análise retórica e bibliografía específica*. Santiago: Centro “Ramón Piñeiro”.
- Buescu, M. L. Carvalhão (ed.) (1983): *Copilaçam de Todalas Obras de Gil Vicente*. Lisboa: IN-CM.
- Calado, A. de Almeida (ed.) (1994): *Livro da Vertuosa Benfeytoria*. Coimbra: Universidade.
- Dias, A. F. (ed.) (1993): *Cancioneiro Geral de Garcia de Resende*. Lisboa: IN-CM.
- Fernández Rei, F. & C. Hermida Gulías (eds.) (1996): *A nosa fala. Bloques e áreas lingüísticas do galego*. Vigo: CCG.
- Ferreira, J. de Azevedo (ed.) (1987): *Foro Real de Afonso X*. Lisboa: INIC.
- Ferreiro, M. (ed.) *et al.* (1994): *Doce Canto em Terra Alheia? (Antologia da Lírica Camoniana)*. Santiago: Laiovento.
- Lagares, X. C. (ed.) (2001): *E por esto fez este cantar. Sobre as rubricas explicativas nos cancioneiros profanos galego-portugueses*. Santiago: Laiovento.
- Lorenzo, R. (ed.) (1985): *Crónica Troiana*. A Coruña: Fundación Barrié.

- Machado, J. Barbosa (ed.) (2005): *Sacramental [Chaves 1488]*. s.l.: Pena Perfeita.
- Maia, C. de Azevedo (ed.) (1997) [1986]: *História do Galego-Português. Estado Lingüístico da Galiza e do Noroeste de Portugal desde o Século XIII ao Século XVI (Com Referência à Situação do Galego Moderno)*. Lisboa: Fundação Gulbenkian / Junta Nacional de Investigação Científica e Tecnológica.
- Mariño Paz, R. (ed.) (1995): *Coloquio de vinte e catro galegos rústicos de Fr. Martín Sarmiento*. Santiago: CCG.
- Martínez Pereiro, C. P. (ed.) (1999): *Razões de Fogo, Versos Fabricados (Sonetos Portugueses dos Séculos XVI, XVII e XVIII)*. A Coruña: Espiral Maior.
- Martínez-López, R. (ed.) (1963): *General Estoria*. Oviedo: Universidade.
- Mettman, W. (1988): *Cantigas de Santa María de Alfonso X, el Sabio*. Madrid: Castalia.
- Pérez Ballesteros, J. (ed.) (1979) [facsimilar da edición de 1885-1886]: *Cancionero popular gallego*. Madrid: Akal.
- Polín, R. (ed.) (1997): *Cancioneiro galego-castelán (1350-1450)*. Sada: Do Castro.
- Viqueira, X. V. (1974): *Ensaio e poesías*. Vigo: Galaxia.

LITERATURA

Two Perspectives of Euthanasia in English Literature: Thomas More's *Utopia* and Aldous Huxley's *Brave New World*

Stella Guedes Nascimento Aguirre
UTAD, Vila Real
saguirre@utad.pt

Resumo

Eutanásia – uma questão ética tradicional – é presentemente muito contestada, e, para entender o seu lugar na literatura, seria necessário entender o seu lugar na história, filosofia, religião, cultura e lei, entre muitos outros ramos de estudo. Este ensaio é uma tentativa de levantar o véu, mesmo que apenas ligeiramente, sobre como tem sido retratada a questão da eutanásia na literatura inglesa. Mais especificamente, tem tentado perceber até que ponto tem tido poder sobre a imaginação criativa de dois pensadores ingleses: Thomas More e Aldous Huxley. Curiosamente, apesar de encaixarem em dois géneros literários diferentes, e apesar da distância temporal em que More escreveu sua obra *Utopia* e Huxley a sua obra *Brave New World*, estas obras primas da literatura inglesa continuam a desafiar verdades fundamentais na sociedade e a promoverem debate a vários níveis. Tal é o tecido caleidoscópico da condição humana em que séculos inteiros são inter-lassados com a linha do debate.

Abstract

Euthanasia – a traditional ethical issue – is at present hotly contested, and in order to understand its placement in literature it would be necessary to understand its placement in history, philosophy, religion, culture and law, amongst many other fields of study. However, this study has been an endeavour to lift the veil, even if ever so slightly, on how the question of euthanasia has been dealt with in English literature. More specifically, it has attempted to grasp the extent that such power has had over the creative imagination of two English thinkers Thomas More and Aldous Huxley. Interestingly, despite falling under quite different literary genres, and despite the time span between More's writing of *Utopia* and Huxley's *Brave New World*, these masterpieces of English literature continue to challenge fundamental truths in society and promote discussion on many levels. Such is the kaleidoscopic fabric of the human condition that whole centuries are interwoven with the thread of debate.

The literary canons of utopian fiction include Plato's *Republic* and More's *Utopia*, which were responsible for both the generic name and genre creation. They fathered many literary offspring from utopian to dystopian fiction: Bacon's *New Atlantis*, Swift's *Gulliver's Travels*, H. G. Well's *In the Days of the Comet*, Huxley's *Brave New World* and Orwell's *Big Brother*, to mention but a handful.

In these texts, society is generally maintained in equilibrium through the denial of individuality. Essentially, they present humanity's desires and fears, building on that universal human longing for perfection and ultimately happiness.

Manifestly, one of man's greatest acclaimed desires must surely be to live a long and happy life, with the added bonus of doing so in a youthful and healthy body. Wishful images of fighting back illness and hunger have contributed to building such ideals, thus: "[even] fairytales of an ideal state, in which there are no longer any other deprivations, cannot avoid considering disease and the role of the doctor" (Bloch 1959: 457).

Carey writes that: "Their imaginative excitement comes from the recognition that everything inside our heads, and much outside, are human constructs and can be changed" (Carey 1999: xi). These writers also focus, to a greater or lesser extent, on such controversial issues like euthanasia, suicide and eugenics, which ultimately exposes intractable and awkward divisions within them – and within the reader. However, it is how and what to change that is endlessly controversial and I am greatly inclined to agree with Carey when he states that: "it generates divisiveness" (Carey 1999: xii).

Did More and Huxley possess any of these intractable and awkward divisions? Indeed, what were the underlying motives behind their discussion of euthanasia? Particularly striking are the contradictions between More's own ardent religious beliefs and the principles upheld on the island of Utopia. Scintillating discussion, indeed.¹

The ideal Utopian order is founded on the principle of reason, and Utopians see it as irrational not to value things only according to their usefulness, holding, for instance, that: "the same style of clothing ... does not hamper bodily movement, and serves for warmth as well as cold weather" (More 1992: 36-27). Ostentatious clothing is therefore deemed unnecessary and in direct conflict with their natural, ethical and integral way of life, as is the case for silver and gold: "their chamber pots and stools ... all their humblest vessels ... are made of gold and silver ... thus they hold gold and silver up to scorn in every conceivable way" (More 1992: 47). On his imaginary island of Utopia, More has uprooted the vice of luxury ("abolished not only money but also greed" [More 1992: 83]), leaving only concern for the happiness and spiritual well-being of the Utopians.

¹ It remains curious that in England and throughout most of Europe, at a time when self-inflicted death was still very much taboo and the possibility of any consensus on euthanasia was as inflammable as wet ashes, suddenly and seemingly out of nowhere, the issue makes its appearance in one of the least likely places: from the hand of a man who, despite facing the hangman's noose, would turn down the quicker and arguably milder exit of self-inflicted death because of his religious convictions. Could he have written *Utopia* in the brashness of youth?

In stark contrast are the citizens of the World State who are encouraged (or should I say conditioned) to consume manufactured goods in large quantities as may be discerned in the words of the Director of Hatcheries and Conditioning: "Imagine the folly of allowing people ...[to] do nothing whatever to increase consumption" (Huxley 1994: 26). While still bottled, new citizens of the World State are being conditioned, by means of hypnopaedia or sleep-teaching: "Ending is better than mending. The more stitches, the less riches..." (Huxley 1994: 44). In order for economic prosperity and scientific advancement to be viable in this society, it is necessary for its citizens to consume en masse, thereby serving a social utility; ensuring that the giant wheel of *soma*-happiness continues to turn.

Essentially, what I am hoping to bring to the fore with this discussion is that the predicaments which envelope the euthanasia debate have a lot to do with society's moral fibre, with the fundamental ethical values which society holds above all else. For many pro-life activists, the kernel of the dilemma lies precisely here, because the apparent lack of scruples and absence of intrinsic morals in some people invites eventual abuse.

On the island of Utopia, counsel is given by priests whose main concern is to end needless suffering in view of the fact that that suffering serves no end either to the individual or to society. There is no greedy member of the family hanging about in the side wings waiting to pounce on a wholesome inheritance. The lure of material accumulation and avarice has been removed as a possible motivation for terminating someone's life. It is equally important to bear in mind that those who are sick are cared for: "nothing is neglected in the way of medicine or diet which might cure them" (More 1992: 60). Should someone who is suffering from an incurable disease decide against euthanasia then: "everything is done to mitigate the pain ... visitors do their best to console them by sitting and talking with them" (more 1992: 60). In other words, although the counsel of priests has been sought, the final word ultimately rests with the terminally ill person lying upon his deathbed.

In the World State, concern with terminating life is not a question of morality or loose scruples of a physician or greedy kin, but rather it has to do with sound economic sense. As the mending and repairing of goods is not encouraged and the mere contemplation of hand-me-downs is repugnant, the motive of getting richer at another's demise would not be the motivation behind bringing life to an end. Rather, predestination surrogate defines death. It is

simply a question of logistics, economic stability and social utility, for even corpses are exploited as a handy source of phosphorous (Huxley 1994: 65)²:

‘... P₂O₅ used to go right out of circulation every time they cremated someone. Now they recover over ninety-eight per cent of it. More than a kilo and a half per adult corpse. Which makes the best part of four hundred tons of phosphorus every year from England alone.’ Henry spoke with a happy pride, rejoicing wholeheartedly in the achievement, as though it had been his own.

‘Fine to think we can go on being socially useful even after we’re dead. Making plants grow.’

By no means am I suggesting that all those who advocate euthanasia in our present-day society are hungry blood sucking leeches interested only in a generous inheritance or any petty change that they may pounce on upon the death of a family member, or that all physicians are crazed versions of Dr. Doom, who, void of scruples, hover about eagerly awaiting the chance to pull the plug on some poor defenceless and unsuspecting patient.

What I am hoping to do with this line of thought is to offer an explanation as to why so many people disagree over the ethical question of euthanasia. Essentially, it lies in the belief that morality is not like science, which is concerned with facts, but on the contrary, it is a matter of values, about which we can only have personal opinions. “While science is objective,” states Graham, “morality is essentially subjective” (Graham 2004: 60). Furthermore, it is an issue that also involves one of the main concerns in the two literary works under study, namely that of the spiritual and the physical well-being. Indeed, covetousness, which is one of the seven deadly sins – usually given as pride, envy, anger, sloth, covetousness, gluttony and lust – is frequently personified in medieval literature, and it has remained a matter of concern for both religious and secular thinkers throughout the times, particularly with the advent of machinery and mass production.

Many campaigners for the legalisation of euthanasia have quoted freely from *Utopia* as evidence of More’s true opinion and have even expressed surprise that, in view of such evidence, Catholics remain opposed to euthanasia and its eventual legalisation. However, this would in all likelihood be a crass mistake. It supposes that More was expressing his own ideal as a Catholic, and this is simply missing the whole point of *Utopia*. His own family very often was unable to tell whether he was merely joking or in earnest, and he left this

² According to my calculations that makes it close on two hundred and seventy thousand adult corpses that had to be cremated every year, and not to forget that this is from England alone. Phosphorus is used extensively in chemical fertilizers, especially for making plants grow faster.

dichotomous mark on *Utopia* too. His main concern in writing this delicate satire was to describe just how preferable the heathen Utopian society was to many Renaissance societies of his own day. By no means did More condone all of the Utopians' practices, as he himself affirms at the end of Book Two: "I cannot agree with everything he said. Yet I confess there are many things in the Commonwealth of Utopia that I wish our own country would imitate" (More 1992: 85). It remains enigmatic how he never states outright what he does not agree with and which 'things' he wishes his country would imitate.

Indeed, the contradictions between More's own deep religious convictions and the principles upheld in *Utopia* are divisive (see Carey 1999: xii) and at the very least puzzling for many readers and academics alike. For, More led a life of religious devotion, and yet, on the island of Utopia, euthanasia is allowed under certain circumstances as for instance: "[when] life is simply torture and the world a mere prison cell ... he [a man suffering from an incurable disease] should not hesitate to free himself, or to let others free him" (More 1992: 60). This is clearly an infringement of the basic teachings of the Catholic Church, which had not claimed the power to allow any type of suicide. Under these circumstances, if the person contemplating suicide waited for authorisation, no suicide would be possible in More's time, but rather he could expect condemnation and possibly prosecution. The reader is left further baffled when More, who appears as a character in the discussion, expresses his disagreement with the arguments his own book presents: "it seemed to me that not a few of the customs and laws he had described as existing among the Utopians were quite absurd" (More 1992: 84). Yet again, what then were More's motives for writing something apparently in contradiction to his beliefs?

The answer to such a question appears to be manifold but such popular misunderstanding of More's own views and beliefs might be attributed to the fact that *Utopia* was written in the form of a dialogue. Indeed, More's work is not a manifesto, but rather a labyrinth of detailed and at times almost cryptic meditation concerning the best state of the ideal commonwealth. Seated in the most delightful of settings, which serves as a stimulant to pleasant conversation, the traveller Raphael Hythloday, who becomes the principal speaker in the Utopian dialogue, embarks on the intoxicatingly enthralling tale of the island of Utopia to two other characters, Peter Giles and Thomas More himself. And naturally, as is the case in most conversations, there are moments when More's own beliefs are not in conformity with Hythloday's and he voices them quite readily under his own name: "'But I don't see it that way,' I replied. 'It seems to me that men cannot possibly live well where all things are in common ... I for one cannot conceive of authority existing among men who are equal to one another in every aspect'" (More 1992: 29).

In order to be completely impartial therefore to More's true beliefs, should only those words that More himself utters be considered? And, why exactly does he make such convincing arguments come from the mouth of a man whose name means 'speaker of nonsense' and who describes an island, whose own name reveals its geographical position – nowhere? Campbell speculates that: "in order the more thoroughly to expose the weakness of your opponent's case, you should first of all state it even more strongly than he has been able to do. Now surely this is what More has done in his *Utopia*?" (Campbell 1948: 28). Indeed, this argument seems to make perfect sense, for what better way to know your opponent than to stand in his shoes. After all, More was a lawyer by profession, and a successful one at that, so he was accustomed to laying out the cards to weigh up a situation prudently and rationally. This of course leads me to the next question – Who exactly is the opponent in this story?

Perhaps, the answer does not lie wholly within *Utopia* itself, but it may also reside in the fact that at this time Henry VIII was doing his utmost to win More over into political and court life. Doubtless that More must have wrestled at length with the pros and cons of such a compelling, yet complex and precarious position, for after all it was an invitation from Henry VIII, and, although still a young prince at the time, he was known to be wilful and impetuous. More's son-in-law William Roper recalls More's advice to Thomas Cromwell when he first took office under Henry VIII:

... you are now entered into the service of a most noble, wise, and liberal king. If you will follow my poor advice, you shall, in your counsel-giving unto his grace, ever tell him what he ought to do but never what he is able to do. So shall you show yourself a true faithful servant and a right worthy counsellor. For if a lion knew his own strength, hard were it for any man to rule him. (Roper 1978: 228)

Perhaps then it should be unsurprising that much of the dialogue in *Utopia* seems to be More weighing up the different approaches to the many doubts he had in regards this royal request. It seems that what concerned him most – whether a philosopher could be of any service to a king – was well founded, for More was to die "the King's good servant, but God's first" (Chambers 1981: 349). Indeed, More toiled throughout his lifetime to maintain the right relationship between the spiritual and temporal powers. Toil that which would nevertheless not only allow the temporal powers to be victorious, but which ironically would also ensure the consecration of his martyrdom and eventual sainthood. Campbell affirms: "Sir Thomas More is one of the central figures in this world-drama of the moral against the material order ... one of the most potent symbols in European history for the transmission of the ideal of spiritual

freedom” (Campbell 1948: 35). Indeed, More’s last words on the scaffold – “the King’s good servant, but God’s first” – serve as a benchmark for his steadfastness to the Catholic faith.

Therefore, if More’s use of dialogue was to voice his “opponent’s case” so convincingly that ultimately he might refute it, then, in the wake of this idea, I could argue that by having Hythloday say that the Utopians favour euthanasia, More could be gathering material to build up a stronger case against his opponent. It is a common outstanding strategy in debating – to know your opponent’s viewpoints even better than your own so as to hold the upper-hand in the rebuttal. Furthermore, and as would be expected, in any attack that has been well prepared, the various elements relevant to the case must not be seen in isolation.

One such important element is the fact that More’s knowledge of Greek classical thought was remarkable and he was familiar with the doctrines of the various schools of philosophy, Aristotelian, Neoplatonic, Epicurean and Stoic, among others, as well as their views on suicide and euthanasia.

A further important element is that More was well acquainted with the writings of Seneca and Cicero, who are known to have regarded suicide as an honourable end to a life that was thought to be unbearable. The writings of St Augustine and Aquinas, which had their fair share of ancient classical philosophical influence, vehemently condemned self-inflicted death. And, while the issue of euthanasia might have been no stone in More’s shoe, perhaps the odd few lines served merely and temporarily to lighten the burden on his shoulders – of whether he could serve his king and remain consistent to his beliefs, or perhaps it served as one of the oldest tricks in the book: when facing an opponent, try to catch him off guard. Decidedly, More’s employment of dialogue certainly seems to have served as a catalyst to achieve his objective.

Dialogue is a literary technique that writers frequently resort to for the widest variety of reasons. On the one hand, it often allows them the window at which to stand and voice their own opinions transparently and passionately, and on the other it serves as the perfect disguise for whatever the reason: political, personal, social or simply to allow the reader room for intellectual exercise and so ‘read between the lines’.

Much of the dialogue in *Brave New World* is jarring. Perhaps, it is so for the simple reason that at times it is chillingly realistic. It is riddled with innuendos and, at first sight, seemingly loose bits of information, but then as the story unfolds the reader is able to identify most of it and then gradually fits it all quite neatly into the greater puzzle, although arguably there may be some pieces that remain missing at the end. Huxley has made it that whenever citizens of the World State interact in dialogue their speech patterns seem almost mechanised,

repetitive and void, not only of emotion but also of independent thought. Huxley's *Brave New World* is a satirical account of the dehumanising effect that science and industrialisation are likely to have on society, although it is admittedly more than just this.

Participating in a quasi-collective monologue, these speakers have been so psychologically conditioned that they are bound by the limits that have been defined by years upon years of exhaustive sleep-teaching, *soma*³ and the indoctrination of an industrial philosophy. They are literally being born off conveyor belts, like goods produced in mass quantities, so how could they possibly and rationally ever question death and who has control over it:

‘Just returned ... from the Slough Crematorium. Death conditioning begins at eighteen months. Every tot spends two mornings a week in a Hospital for the Dying. All the best toys are kept there, and they get chocolate cream on death days. They learn to take dying as a matter of course.’ ‘Like any other physiological process,’ put in the Head Mistress professionally. (Huxley 1994: 147-148)

Although the word ‘euthanasia’ is not used in *Brave New World*, it is not unexpected, because in the year A.F. 632 terms have already been modified to suit their status quo. This is a society in which industrial philosophy dominates every aspect of life, and consequently literature, history, even the very act of *thinking* have been eradicated: “not a moment to sit down and think ... if ever by some unlucky chance such a crevice of time should yawn in the solid substance of their distractions, there is always *soma*” (Huxley 1994: 49). Such are the images that personify the citizens of the World State – emotionally futile, mechanical, foolish, hollow, soulless.

When the reader eventually realises that a World State citizen is disposed of and replaced like a minor cog in the social wheel, somehow the aftershock does not seem as violent. Honestly? It is almost expected. For, if the emotions that most people feel during lovemaking, conception, child labour and parenthood have been eliminated, then the emotions that are felt in illness and at the moment death are equally insignificant. One of the reasons for this is that there is no value placed on morality: “Moral education which ought never, in any circumstances, to be rational” (Huxley 1994: 23). In a society which controls the very ‘manufacturing’ of life, surely it will more readily control death. A citizen that is non-functional in a consumerism driven society is an outsider and ostracised. Those, who are not physically up to par with the rest, those who are

³ ‘*Soma*’ is a state-rationed-pleasure-inducing designer drug taken by the citizens of the New World state. This mild hallucinogenic drug leaves them feeling happy and at the same time intellectually uninteresting and emotionally stunted.

ill, those who are old, essentially those who have outlived their utility, have one remaining service they can render society – provide phosphorous. Society sees the individual as recyclable material.

Chapter III ends on a ‘mechanical note’ of the ruby-red flashing of the switches that glow in the darkness, another symbol of mechanisation and superior technological advancement. “Slowly, majestically, with a faint humming of machinery, the Conveyors moved forward, thirty-three centimetres an hour. In the red darkness glinted innumerable rubies” (Huxley 1994: 50). Machines, switches, levers and robot-like workers oversee the mass production of millions of identical twins. It is through dialogue that the reader is able to grapple satisfactorily with the full effects that the conditioning and manipulation, which these citizens have been subjected to since birth, have had. Contrary to the Utopians, they have no counsel offered them by men of philosophy, men of the cloth who are familiar with Good and Bad, and who will counsel, rationally and serenely, a man on his deathbed with only his interests at heart. Rather, citizens in this Brave New World accept things as they are without questioning why life has to terminate at sixty. They do not need to concern themselves with the moral dilemmas, which normally chaperone intolerable pain, terminal illness, disabilities or old age, because “no pains have been spared to make ... lives emotionally easy – to preserve ... so far as that is possible, from having emotions at all” (Huxley 1994: 39). There is no concept of family or friends.

In *Utopia*, the reader is allowed glimpses of More’s household in that the motivation which lies behind Utopian education is similar to that which he encouraged for his own family; in other words, to consider virtue, to search for the good of the soul and the body, and to bring to light that in which true happiness consists. It was a search that involved sacrifice, penitence and unconditional dedication to God, regardless of circumstance.

Yet, for Utopians, who also seek the good of the soul and the body through virtue, there is no need to continue bearing out excruciating and continuous pain if the disease is incurable. If pain removes pleasure, then it is irrational to endure such suffering. Self-inflicted death in this case is considered honourable as the invalid would be abiding by the priests’ counsel and as they are bearers of God’s will, it would be a holy act. This is quite contrary to the Christian doctrine of priests in More’s era, because to them, suffering is part of God’s greater plan for His children. For, how could God-fearing Christians go to heaven in such comfort when Jesus Himself suffered “great pain and ... many tribulations?” (Roper 1978: 211). It was beyond question unthinkable.

There is a further episode in More’s life that was registered by Roper and that I consider of particular relevance to this discussion. The sweating sickness plagued More’s own daughter Margaret leaving him quite distraught.

Fortunately, she managed to tear herself away from death's clutches and was restored to perfect health. It would be worthwhile to reflect upon what Roper has to say once the scare is over. Firstly, that her recovery is hinted at falling nothing short of a miracle; a miracle, which has been worked much due to More's devoutness to God. And, secondly, "if it had pleased God at that time to have taken [Margaret] to His mercy, her father said he would never have meddled with worldly matters after" (Roper 1978: 213). Does this sound like a man who would earnestly advocate euthanasia?

While some rights can be waived or set aside, others may be thought too important ever to be relinquished even by a willing right-holder. Such fundamental rights would be those to life and liberty. It would usually be agreed that this principle invalidates a willingness to be sold into slavery despite the insistence of the Stoic philosopher Epictetus that his *will* was not enslaved. However, whether it would invalidate the rational decision of a terminally ill person to request euthanasia is more problematic.

In the rigid and conventional society that More has constructed in *Utopia*, the reader lacks the point of view of a citizen and is left to wonder just how much individual free will, and not psychological conditioning, there might actually be. Utopia is a complex organisation, in which the individual must work for the greater good and benefit of society. Therefore, it is interesting to note the arguments used by the priests and public officials when recommending euthanasia:

... they remind him that he is now unfit for any of life's duties, a burden to himself and to others; he has really outlived his own death ... he should not hesitate to free himself, or to let others free him, from the rack of living.
(More 1992: 60)

Not forgetting that Utopia runs as a finely oiled machine and every individual is a crucial cog for it to run smoothly, and realising that he is unable to fulfil his full potential as a citizen and an individual, he is 'free' to make his choice. Is he? Surely these words emanate irony and satire.

Let's examine these words more scrupulously: "everything is done to mitigate the pain of those who are suffering ... visitors do their best to console them" (More 1992: 60). The first impression that is left after reading this is that unquestionably it must be horrific to suffer so intensely; certainly, life must not appear worthy of the effort, but it is fortunate, nonetheless, to have such caring and good-hearted people nearby. It seems only reasonable that death should be sought, after all, pleasure and happiness have been removed from the equation and Utopians are known to make their decisions based on reason. It is rational to bring physical life to an end. Utopians are also known to regard humanity as:

“the virtue most proper to human beings,” and “to relieve the misery of others, assuage their griefs ... removing all sadness from their life ... is pleasure” (More 1992: 51). Therefore, I am led to speculate that a Utopian offering words of comfort (even if they include the recommendation of self-inflicted death) to a fellow Utopian, who is on his deathbed, would inevitably be living up to the ideal of Utopian virtuosity – “helping a fellow-creature’s comfort and welfare” (More 1992: 51).⁴ This may sound unduly cynical, but where exactly are those other human, equally natural emotions most people experience? For instance, pride, ambition and vanity, among others? Could it not be one of those ‘sinful’ emotions that prompts the Utopian do-gooder to go and offer words of comfort? Indeed, Hythloday confirms that: “It is especially praiseworthy, they tell us, when we provide for our fellow-creature’s comfort and welfare” (More 1992: 51).⁵ But, of course, to hanker after praise and then gloat over it would not be reasonable: Utopians seem to have been cut from a different cloth to that of the English back in More’s England. And, to Huxley’s.

The Utopian, who is on death row, hears the sage priest’s words, someone who understands him, someone who is respected above all others. The priest tells him that he is “unfit” for “duties” and that he is a “burden to others” – quite disconcerting and quite frankly defeatist. Better yet, he should “let others free him” (More 1992: 60). To top it all, if he decides to “free” himself, he will be “obeying the advice of the priests.” Something seems amiss. On the one hand, they seem to be genuinely interested in the dying *man’s* well-being and in bringing his torturous agony to an end. Yet, on the other, they seem to be promoting the *state’s* well-being. Granted, they promise to care for him should he decide not to end his life. However, the argument in favour of staying alive and allowing nature to take its course does not do much to help tip the scale in its favour. In order for the State to function regularly, it needs healthy able-bodied citizens to carry out the varied tasks – to keep the social machine running smoothly. The physical, mental and spiritual elements form a triumvirate. The Utopians clearly place much value on the importance of physical health, as can be understood from the substantial amount of attention that is dedicated to it in *Utopia*.

⁴ It seems More is really just toying with the reader. When he wrote this, he did so for the pleasure of his erudite friends and not for the public in general. Besides, no matter how hard readers might try, few must actually be able to tear themselves away from the time capsule in which they are enclosed.

⁵ It is disclosed to the reader that the Utopians are also sinners, and in order to sin, other sentiments besides the ‘good’ ones have been at work. At this particular moment adultery comes to mind, and I think that the sentiments that drive people to commit such a sin ought to qualify.

Is this not, even if inadvertently, conditioning too? Utopians are encouraged, I say conditioned, to care for their physical and mental well-being, not only because it gives them pleasure, but because it is also advantageous to the State.

In truth, is there not always a degree of conditioning exerted by society upon an individual? Are values and ideals not imposed upon the individual? On Utopia, the elders are respected for their knowledge and wisdom. It would then naturally follow that any sage counsel to end a life that was considered emptied of pleasure (not fully definable as life in its real sense) would not be that readily challenged. Granted that the individual is given a choice, but just how much is it truly free? Does upbringing have any influence on an individual's decision-making process?⁶

An instance in which upbringing may have had a part in this semi-conditioning of values and behaviour lies in the indifference and scorn that Utopians have towards gold and silver, as well as other precious goods: "These and the like attitudes the utopians have picked up partly from their upbringing, since the institutions of their society are completely opposed to such folly" (More 1992: 49). A further particularity is that children do not stay permanently with their parents, which could eventually account for differences in values and behaviour, but rather they are all raised communally. It avoids contamination of thought (and sounding very much like the New World state), it avoids contamination of excessive emotional ties. Utopian religious philosophy for life is that no pleasure should be sought if it brings pain. Consequently, Utopian rationality would then lead an individual suffering excruciating pain to reason that: if life's pleasures are interrupted by pain, then he must move himself to the following level – death.

In *Brave New World*, Huxley's ideal society has the resourcefulness of advanced biological and psychological engineering to rectify the work of nature and upgrade the species. Thus, the moulding of character in this dystopian society takes on different contours to that of the Utopians': "a remorseless creation of the various psychological types desired by those in control ... education is thought to pass over into "conditioning" and thereby become something altogether different" (Kateb 1972: 142). Certainly, it will be inculcated from the moment of artificial conception. There is no question of 'free will' or 'choice', because conditioning is congenital, inbred, and so it remains till the day they slip smilingly into a beautiful and permanent *soma-*

⁶ In more ways than one, we are brought up believing in and accepting things as they are. I am, of course, referring to simple everyday things, which are not challenged because we believe them to be good for our own sake or for the greater good of society. It is human nature to take things for granted until we are 'taught' to change acquired habits.

filled sleep. Non-writers of utopian fiction frequently express similar fears that psychological and scientific knowledge of the most polished and sophisticated sort could fall into the hands of evil and power-starved men, thereby gravely threatening an individual's dignity and freedom to think rationally and independently.

Manifestly, two of man's greatest desires stretching far back in time must be; firstly, to live a long, healthy and happy life, and secondly, to have an easy and dignified death. Every society known to us advocates some standing prohibiting the taking of life. Yet, ironically, it is one aspect over which man's control is greatly limited. Throughout time, thinkers from all walks of life have striven to find answers and solace to man's many incapacities and doubts above all through rhetorical and artistic devices.

More's *Utopia* has not done away with illness or old age, but it has made death pretty much effortless. Unlike his England, which is barely out of the Middle Ages, Utopia enjoys the privilege of spacious, comfortable and clean hospitals. Utopian understanding of medical procedures is sufficient to ensure that its citizens are knowledgeable in such practical matters as cleanliness, good diet and exercise. Furthermore, they are also well-aware of the importance of balancing intellectual and spiritual pursuits with pleasures of the body, for only in doing so can a man really be virtuous and happy.

Also lying in the realm of fantasy is Huxley's *Brave New World*, a bleaker antithesis to *Utopia*, but it also addresses those much acclaimed desires of man. For, in this brave new world, unhappiness has found a cure in *soma*, disease has all but been stamped out and old age has been amazingly pushed back by stubborn youth. The New World state has espoused a policy of advanced genetic manipulation, which includes the most sophisticated scientific techniques such as eugenics, hypnopaedia and drug inducement, to guarantee happiness and stability. Indeed, happiness is the very marrow in this society's backbone. So much so, that the prospect of death is embraced with the willing rendition of its own citizens' bodies, happy in the knowledge that they will continue to be useful to society long after they have been vaporised into phosphorous. Ultimately, "the social body persists although the component cells may change" (Huxley 1994: 87).

The human desire for a lengthy, happy and healthy life must indeed stretch out from the very first day of creation, when man caught his second reflection in the water and did not like the change, or, perhaps when he felt his first unpleasant twinge foreboding oncoming illness. Indeed, it is the fear of pain and dying that has mostly driven man to seek alternatives to his miserable lot, and in the process of his search, he has actually half-stumbled upon half-toiled towards advancements in science and technology. And, behold: antibiotics that can

defeat invisible enemies that flow in our bloodstream; machines that can breathe in our stead; fetuses still in gestation that survive out of the womb. The euthanasia debate and the possibility of its legalisation has gained ground in recent years, partly because of the new technologies for artificially prolonging life (or arguably prolonging death) and also because of the discovery of new drugs, such as various anaesthetics for the relief of pain, that could also painlessly cause death.

Indeed, the rapidity and range of modern scientific development has been awesome and deserves that we take our hats off and applaud such progress. Yet, this progress comes with small print attached to the bottom of life's contract, and by the time we actually begin to scrutinise what is written in the most miniscule of letters does it dawn upon us that so much technology has been encroaching into our very existence all the while. There is so much of it that we find ourselves unable to do without and so ironically the addiction worsens, and the doses of "*soma*" increase.⁷ Sometimes, just sometimes, from behind our "*soma*-blurred eyeballs", we catch a glimpse of famished wolf-like technology dressed in sheep's clothing.

But, progress is not innately bad. It has taken us out of the gloomy medieval infirmaries in More's England into some of the finest hospitals in the world today. Yet, we can also observe how Huxley's brave new world has already crept into them somewhat stealthily. That is chilling. For, in that brave new world there is only progress: scientific, technological and mechanical, but not emotional or spiritual. What afflicts the fictional character John the Savage in *Brave New World* is that this new civilisation has no room for nobility or integrity.

To say that More's *Utopia* is a 'realistic' utopia sounds at the very least paradoxical. After all, is his island of Utopia not simply a flight of fantasy? An imaginary island in the middle of nowhere? However, according to Eliav-Feldon:

[Utopia is not] dependent on any supernatural conditions or any divine intervention which would change the cosmos, human nature, or the course of history ... [it] remained well within the scientific and technological possibilities of the age ... [it] grappled seriously with the major and the minor problems of ... society, offering practical, feasible solutions in minutest details. (Eliav-Feldon 1982: 129)

⁷ Unlike Huxley's brave new world, our happiness supplement has other names for *soma*. Designer drugs are found in most bathroom cabinets nowadays, like for instance, psychic anaesthetising Prozac is a common household name, much like Colgate.

Indeed, it certainly seems that in writing *Utopia*, More's true intention was not to submit radical proposals for social change, but rather he hoped to lessen the everyday heavy burden that his countrymen had to bear due to the dismal of social conditions. So, although *Utopia* was a figment of imagination, More had his feet firmly set on English soil when he wrote it. Eliav-Feldon puts it most aptly in stating that such a utopia was built "on virgin soil free of all debris" (Eliav-Feldon 1982: 129). More brought back the utopian genre to English literature and it seems to have served as a gentle breeze throughout the ages, pollinating other fields of intellectualism and thereby allowing others to enjoy the fruits of so much literary labour. Overall, scholars do not regard *Utopia* as being any gloomy foreboding of things that were yet to come. As far as euthanasia is concerned, evidence seems to point in a direction contrary to that of pro-choice campaigners today. More's approval of euthanasia was as real as Huxley's approval of *soma* to control the masses. What More and Huxley have done is to present such notions in a masterly way so as to allow the reader to reach his own conclusions.

The element of persuasion takes on many varied guises, but the one this study is addressing and which might be regarded as one of the most powerful is that of the written word. Indeed, an accomplished writer uses his skills of rhetoric as a vehicle to share his convictions and hopes, and in the process to influence the opinions of others, or eventually even sway more stubborn minds. A true master of rhetoric is able to question those more thorny issues with such deftness that he gathers opposing parties at the same dinner table.

There is surely no shortage of literature on euthanasia at present. In fact, there is such a broad spectrum of presence from bedside table reading to scientific debate in conference rooms, to the more philosophically inspired outlook of the ancients. The question of the legalisation of euthanasia is as feisty and debatable as ever. Certainly, it has entered a new phase, changed its 'visual' – fashion trends tend to sway in society and so do they in intellectual circles. The era of the global village has certainly had its fair share in winning over followers to one side or another, swallowing public opinion into a vortex of ideals and arguments (the heartstrings certainly feel the tug no matter how impartial or objective we might wish to remain, or believe ourselves to be). The arguments are equally strong and convincing; and what it comes down to, I believe, is quite simply that life is our cut of the social kaleidoscopic cloth and we have a set time in which to cut and stitch accordingly. As creatures of habit, we tend to look around and see what others have already done or are doing at that moment. Sometimes we want to break free from the going tendency, others prefer that conservative 'look', but it is just that that makes it so worthwhile.

The world of literature has not been hibernating, rather, it has been diligently accompanying all the most recent moral tendencies. It is delightfully

curious that the names of More and Huxley are often quoted by advocates, opponents or simply neutral commentators of euthanasia. Indelibly, their literary works have been leaving marks on generations of people and, in all likelihood, will continue to do so for generations yet to be born. Singer persists in thinking that: “the puzzle of ethics is starting to come together, and that few, if any, pieces are missing” (Singer 1991: 545).

In bringing this study to a close, at least on paper, for many of the issues that have been addressed throughout will continue to be as ardently disputed as ever before (if not more), I would like to emphasise the Singers’ words:

Philosophers like Plato, Aristotle, David Hume, Immanuel Kant, Jeremy Bentham, and John Stuart Mill have, over a period of two and a half millennia, set out their views on these questions. Long before the rise of systematic philosophical thought, however, people have been making up stories in order to convey what they think about how we ought to live. Inevitably, in telling stories, and in writing novels, plays, short stories and poems, the authors and narrators raise moral questions and suggest possible ways of answering them. Thus ethics comes squarely within the field of literature, as well as within the field of philosophy. Each approach to ethics has its own strengths and weaknesses.
(Singer e Singer 2005: x)

Unarguably, the understanding of *eudaimonia* from the philosopher’s perspective spins a far more intricate web than the layman can ever hope to; but, put in simpler words, is this not what most people inevitably want out of life – happiness and what we have to do in order to obtain it? We just seek it in different ways and places. Yet, tragically and ironically more often than not, we stray from the path, mostly because of the choices that are made. It is said that man spends half of his life wasting his health to gain money and he spends the other half of his life wasting his money to gain health. I am more convinced than ever that what More and Huxley hoped to do, through the power of their words, was to stimulate others to find answers to what was really of value in life, and yet I suspect they might have done it to seek answers themselves.

The purpose of this study has been to define the position of euthanasia in English literature by studying the relevant attitudes surrounding the euthanasia debate within the context of cultural, philosophical, historical, legal and religious backgrounds. By tugging – to develop the analogy this exposition began with – at particular threads of the kaleidoscopic fabric of the human condition, I have hope to show that, irrespective of geographical or cultural distance, values and practices filter down through the ages and allow for cultural exchange, assimilation and moulding. So, although the suicide and euthanasia debates are basically cut from the same cloth and may share common tailors, the technique

and stitching is different. More and Huxley fashioned this cloth to their liking, and true to the art of creators dazzled, shocked and set trends. Both of these writers, who had started out as apprentices, would eventually become the masters of their own creation. The debate of ideologies and practicalities, which began in the mists of time, rages on, at least for the present. Our distant ancestors chose different paths to tread upon and their many contributions recorded in literature have enabled generations upon generations to travel that much farther. It is the written word in its labyrinth-like nature that has allowed us to contemplate different approaches to this most sticky debate that is euthanasia. Ultimately, it is the individual that has to tell his tale and make his choices whilst he stands at the crossroads of life. Perhaps, one day, he will be able to look back and say with a sigh:

Two roads diverged in a wood, and I –
I took the one less travelled by,
And that has made all the difference. (Frost 1970: 96)

References

- Bloch, Ernst (1959): *The Principle of Hope*. Trans. Neville Plaice, Stephen Plaice and Paul Knight. Oxford: Blackwell.
- Campbell, W. E. (1948): "The Utopia of Sir Thomas More." *Papers Read to the Thomas More Society of London: The King's Good Servant*. Oxford: Blackwell.
- Carey, John (ed.) (1999): *The Faber Book of Utopias*. London: Faber.
- Chambers, R. W. (1981): *Thomas More*. Sussex: Harvester P.
- Eliav-Feldon, Miriam (1982): *Realistic Utopias: The Ideal Imaginary Societies of the Renaissance 1516-1630*. Oxford: Oxford UP.
- Frost, Robert (1970): "The Road not Taken". In: Brindley, D. J.: *The Turning World*. Cape: Rustica.
- Graham, Gordon (2004): *Eight Theories of Ethics*. New York: Routledge.
- Huxley, Aldous (1932): *Brave New World*. London: Chatto.
- Kateb, George (1972): *Utopia and Its Enemies*. New York: Schocken Books.
- More, Sir Thomas (1992): *Utopia*. (1515-1516) Ed. and trans. Robert M. Adams. 2nd ed. New York: Norton.
- Roper, William (1978): *The Life of Sir Thomas More*. In: Sylvester, Richard S. et. al. (eds): *Two Early Tudor Lives: The Life and Death of Cardinal Wolsey by George Cavendish. The Life of Sir Thomas More by William Roper*. New Haven: Yale UP: 195-254.

Singer, Peter (ed.) (1991): *A Companion to Ethics*. Oxford: Blackwell.

Singer, Peter e Singer, Renata (eds.) (2005): *The Moral of the Story: An Anthology of Ethics through Literature*. Oxford: Blackwell.

Para além do “Sermão de St.º António aos Peixes”: um Vieira desconhecido

Ana Paula Banza
Universidade de Évora
anabanza@uevora.pt

Resumo

A presente comunicação aborda as causas do desconhecimento generalizado da obra do Padre António Vieira – dos sermões às obras proféticas – e algumas das soluções possíveis para reabilitar este clássico como património linguístico, histórico e cultural português. São ainda divulgadas acções recentes nesse sentido em cuja organização e promoção a autora desta comunicação tem vindo a participar.

Abstract

The present paper focuses the causes of the general lack of knowledge of Padre António Vieira’s work – from the sermons to the prophetic works – and some of the possible solutions to rehabilitate this classic as a linguistic, historical and cultural Portuguese heritage. Recent actions towards this goal are publicised, in which organisation and promotion the author has been taking part.

A presente comunicação toma como tema a indiscutível relevância da obra do Padre António Vieira enquanto património linguístico histórico e cultural e parte do seguinte paradoxo:

Reconhecido, nacional e internacionalmente, como expoente máximo da oratória barroca portuguesa, a ele se referiu Pessoa, na *Mensagem*, como “Imperador da Língua Portuguesa”¹ e dele escreveu, no *Livro do Desassossego*, que a sua prosa o fez chorar como “nada que a vida traga ou leve (...) Aquelle movimento hieratico da nossa clara lingua majestosa, aquelle exprimir das idéas nas palavras inevitáveis, correr de agua porque há declive, aquelle assombro vocalico em que os sons são cores ideaes” (Pessoa 1982: 16). Poucas vezes terá a prosa de Vieira sido descrita de forma tão emocionada e reconhecida como inestimável património linguístico e literário; ou não fosse um grande autor a falar de outro. No entanto, para a maioria dos Portugueses e Luso-falantes, a sua obra é quase totalmente desconhecida; e, pode dizer-se, duplamente desconhecida: desconhecida porque, apesar de ter escrito muito ao longo de toda a sua vida, só os *Sermões*, redigidos já na velhice, foram editados com

¹ A conhecida expressão encontra-se num poema dedicado a António Vieira.

considerável sucesso; e desconhecida, ainda, porque, mesmo os sermões, são hoje, na verdade, também eles desconhecidos da generalidade do público.

Analisemos, então, as causas deste paradoxo, começando pelas razões que levaram a que, da extensa obra escrita de Vieira, só os sermões tenham ficado conhecidos.

Vieira escreveu, de facto, muito, ao contrário do que comumente se pensa. E, se é bem verdade que a imagem de orador inspirado lhe assenta melhor que a de escritor, não o é menos que isso não o impediu de escrever, e muito, ao longo de toda a sua vida. Mesmo sem contar com os quinze volumes dos *Sermões* – concebidos para o registo oral e só muito tardiamente “reduzidos a estilo” – e sem contar também com os três volumes das *Cartas* – de carácter privado e não destinadas à divulgação; mesmo considerando apenas as obras escritas concebidas como tal, o legado de Vieira não deixa de ser impressionante; e tão impressionante como desconhecido.

Efectivamente, a par dos *Sermões* e das *Cartas*, que só acidentalmente ficaram para a posteridade como obras escritas de grande sucesso, Vieira deixou várias outras obras, de natureza completamente diferente, que, na sua maior parte, ficaram inacabadas. São essas as obras normalmente designadas, em conjunto, como “obras proféticas”, porque nelas se entrega Vieira à missão de interpretar e divulgar as profecias que preconizavam a chegada iminente do Quinto Império. Tais obras são, por ordem cronológica (além de textos relativamente curtos relacionados com estes, como a *Carta ao Bispo do Japão* ou a *Defesa do Livro intitulado Quinto Império*) as seguintes: a *História do Futuro* (e o *Livro Antepreimeiro da História do Futuro*), a *Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as proposições de que tratava*, que constituiu a sua defesa perante o Tribunal do Santo Ofício e não se destinava, por isso, a um público alargado, e a *Clavis Prophetarum*. Destas, a *História do Futuro* e a *Clavis* ficariam ambas incompletas, fragmentárias, e conhecidas apenas de um círculo muito restrito de amigos e admiradores de Vieira, enquanto a *Representação...*, dada como concluída pelo seu autor por força das circunstâncias, permaneceria também confinada ao público muito restrito a que se destinava: o dos Inquisidores.

Em relação a estas obras, temos vindo a defender a tese de que se trata, na realidade, de uma mesma obra, que Vieira terá começado a redigir por alturas do seu regresso a Portugal, na sequência da Restauração, e terá ido reformulando, em função da evolução dos acontecimentos históricos e da sua própria história pessoal, sob diferentes títulos (cf. Banza 2000: tomo I, 133-176 e 189-192 e Banza no prelo).

De qualquer forma, o que ficou da obra profética de Vieira não pode deixar de ser considerado como a obra de um grande escritor: pelo conteúdo, mas

também pela quantidade, uma vez que, apesar de, de uma maneira geral, estas obras terem ficado muito longe, quer da perfeição, quer da extensão para elas previstas pelo seu autor, apresentam, ainda assim, um estado consideravelmente avançado de elaboração e uma extensão que chega a atingir, no caso da *Clavis Prophetarum*, cerca de mil páginas manuscritas².

Por que razão, então, só os *Sermões* e, em menor grau, as *Cartas*, isto é, precisamente aquelas obras que o seu autor não destinara à leitura de um público alargado nos séculos vindouros, são hoje conhecidas?

As razões de tão caprichosa fortuna são de vária ordem: a mais evidente será o facto de os *Sermões* e as *Cartas* serem as únicas obras de Vieira efectivamente concluídas, face ao estado fragmentário e inacabado em que ficaram as obras de carácter profético. No entanto, esta não será a única razão, nem talvez mesmo a razão determinante, até porque a *Representação...*, apesar de concluída, partilha com as restantes obras proféticas, inacabadas, o insucesso ao nível da recepção. A nosso ver, é nas diferentes natureza, extensão e estilo dos escritos em causa que devemos procurar as razões mais profundas deste facto.

As obras de carácter profético, incomparavelmente mais extensas do que os sermões ou as cartas, versando sobre temas de grande complexidade e, por vezes, quase inevitavelmente obscuros (sobretudo para o leitor moderno, mas mesmo para o leitor seiscentista leigo) e escritas num estilo austero e despojado, por vezes quase árido, dificilmente poderiam exercer sobre o leitor uma atracção semelhante à exercida pelas cartas, escritos pessoais, breves, claros e fluentes, ou pelos sermões, também eles relativamente breves e de fácil leitura, de carácter marcadamente didáctico e caracterizados por uma exuberância linguística e estilística, bem ao gosto da época, a que Vieira conferia, como ninguém, o brilho da sua personalidade e do seu génio.

Finalmente, há que considerar também os diferentes graus de adequação de cada uma das obras em causa às expectativas do público. De um padre jesuíta, no séc. XVII, esperava-se o ensinamento da palavra de Deus através do sermão. Pelo contrário, a divulgação de profecias, muitas das quais não canónicas, aliada a uma exegese frequentemente heterodoxa ou vista como tal, tendia a suscitar a desconfiança, porquanto a teoria Quinto – Imperial de Vieira era, na verdade, original em muitos aspectos e, se por um lado colidia com a ortodoxia religiosa, por outro colidia com o sebastianismo mais conservador e, desde a morte de D. João IV, também com o poder político vigente.

Estas serão, pois, as razões do geral desconhecimento da obra profética, que se prendem, como vimos, com as próprias características das obras em causa e,

² Informação gentilmente cedida pelo Prof. Doutor Arnaldo do Espírito Santo (C. P.).

pelo menos em parte, com as circunstâncias da sua redacção. Isto é, as obras proféticas foram pouco conhecidas no tempo de Vieira porque nunca chegaram a ser publicadas e porque veiculavam teorias que não eram consensuais, desagradando a importantes sectores do seu público-alvo; e são pouco conhecidas hoje porque são textos difíceis, em estilo austero e, sobretudo, porque estão ancoradas num contexto temporal, social e cultural hoje desconhecido para a esmagadora maioria do público.

Mas falta explicar a razão do real desconhecimento actual dos próprios *Sermões*. Neste caso, a obra foi publicada em vida de Vieira (ainda que no final) e conheceu grande sucesso na época, ao contrário das obras proféticas, mas actualmente a generalidade dos Portugueses pouco mais conhece do que o nome de um dos cerca de trezentos sermões que Vieira escreveu: o “Sermão de Sto. António aos Peixes”.

Neste caso, as razões são, pois, de natureza bem diferente e prendem-se essencialmente, a nosso ver, por um lado, com o fosso cavado pelo tempo entre estes textos e o leitor moderno, mas sobretudo com a negligência a que o nosso ensino votou este clássico da literatura. De facto, o “Sermão de Sto. António aos Peixes” tem sido o único sermão de Vieira (alternando, em alguns casos, com o “Sermão da Sexagésima”) a fazer parte dos programas escolares; e, ainda assim, com peso bastante reduzido, prevendo-se apenas a leitura e análise de excertos, que, pelo deficiente enquadramento e excessiva focalização nos aspectos estilísticos, não motivam para a leitura do texto integral e, muito menos, da restante obra de Vieira.

Assim, acreditamos que é sobretudo ao nível do ensino que é necessário intervir para reabilitar Vieira como património linguístico, histórico e cultural. Mas, para tal, é preciso que os professores não se limitem a dissecar excertos do “Sermão de Sto. António aos Peixes” em busca de figuras de estilo e outros artificios retóricos, porque essa não é seguramente a melhor forma de cativar os alunos para o estudo de uma obra e para o conhecimento de um autor; antes pelo contrário, não é muito provável que alguém, e muito menos os jovens, se sinta cativado pela análise estilística de excertos de uma obra que não conhece na totalidade e cujo contexto, circunstâncias de redacção e autor lhe são igualmente estranhas.

Este é o panorama que temos, mas não é um panorama inevitável, porque não faltam as facetas da vida e obra de Vieira que poderiam ser mobilizadas como meio de entusiasmar os jovens estudantes. Começemos pela vida.

Quando vida e obra estão tão intimamente relacionadas como em Vieira, não há melhor forma de compreender a obra do que conhecer o homem e a sua época; e a vida de Vieira foi cheia de peripécias e aventuras que, devidamente enquadradas e ligadas à História Portuguesa da época, também ela pouco

conhecida, fariam seguramente as delícias de qualquer estudante. Como pregador, como missionário, como diplomata, como livre-pensador, como defensor dos direitos humanos, como prisioneiro às mãos da Inquisição, Vieira viveu uma vida de aventuras que, só por si, são mais do que suficientes para prender a atenção, estimular o interesse e mover à curiosidade. Neste ponto, as cartas poderiam, se bem seleccionadas, constituir um excelente material de ilustração, na medida em que todos estes aspectos da vida de Vieira se encontram nelas reflectidos.

Este primeiro momento de contextualização, relacionando os saberes adquiridos, não apenas na Literatura, mas também na História, e dando a conhecer a personalidade da grande figura que é o Padre António Vieira, é essencial para motivar para o conhecimento da obra.

Mas, também quanto a este aspecto há, como já se disse, muito a fazer, porque, não só os sermões são, em geral, pouco e mal estudados, como não há, por parte dos professores, a mais ligeira referência às obras proféticas, que, pelo que representam enquanto peculiar visão vieiriana do tema do Quinto Império, constituem um documento da maior relevância para a compreensão da cultura e do pensamento portugueses seiscentistas.

Começemos pelos sermões. Não está em causa que o “Sermão de St.º António aos Peixes” é um dos grandes sermões de Vieira, sob todos os aspectos, mas não é o único, nem talvez o que mais facilmente capte o interesse dos alunos, pelo que nunca deveria ser o único, nem o primeiro a ser estudado, embora pudesse ser o principal. Entre os cerca de trezentos sermões que compõem os quinze volumes desta obra, podem encontrar-se com facilidade excertos particularmente apelativos e ilustrativos de aspectos importantes da obra de Vieira, entre os quais destacaríamos, em primeiro lugar, a actualidade de muitos dos temas dos sermões e o extraordinário sentido de humor com que Vieira os aborda.

A crítica aos políticos e à vida do Paço, que se pode encontrar em vários sermões, quase sempre de forma mordaz mas bem humorada, é disso exemplo, na medida em que, quase quatrocentos anos depois, é clara a actualidade de muitas dessas críticas. Veja-se, entre outros, o extraordinário “Sermão da Terceira Dominga da Quaresma”, pregado na Capela Real, no ano de 1655, onde é possível encontrar passagens tão vivas como:

Os nossos ministros, ainda quando vos despacham bem, fazem-vos os mesmos três danos. O do dinheiro, porque o gastais; o do tempo, porque o perdeis; o das passadas, porque as multiplicais E estas passadas, e este tempo, e este dinheiro, quem o há-de restituir? Quem há-de restituir o dinheiro a quem gasta o dinheiro que não tem? Quem há-de restituir as passadas a quem dá as passadas que não pode? Quem há-de restituir o

tempo a quem perde o tempo que havia mister? Oh tempo tão precioso, e tão perdido! Dilata o julgador oito meses a demanda que se pudera concluir em oito dias: dilata o ministro oito anos o requerimento que se devera acabar em oito horas. E o sangue do soldado, as lágrimas do órfão, a pobreza da viúva, a aflição, a confusão, a desesperação de tantos miseráveis? Cristo disse que o que se faz a estes, se faz a Ele. E em ninguém melhor que n'Ele se podem ver os efeitos terríveis de ãa dilação. (Espírito Santo *et al.* no prelo).

Outro bom exemplo é o “Sermão do Santíssimo Sacramento”, pregado em Santa Engrácia, no ano de 1645, onde Vieira põe em cena diversos actores: “um Judeu, um Gentio, um Herege, um Filósofo, um Político, um Devoto, e o mesmo Demónio”:

Agora se seguia o Político: mas fique para o fim, e entre em seu lugar o Diabo; que talvez não seria desacertada esta troca. Tempos houve, em que os Demónios falavam, e o mundo os ouvia; mas depois que ouviu os Políticos, ainda é pior³ mundo... (Espírito Santo *et al.* no prelo).

Por outro lado, faria também todo o sentido dar a conhecer aos alunos a parte menos conhecida do legado de Vieira: as obras proféticas, que, apesar de difíceis, se objecto, por parte do professor, de uma apresentação geral, ilustrada com alguns excertos das várias obras em causa, seriam importantíssimas para o conhecimento desta faceta regra geral ignorada de Vieira, mas da maior importância, do ponto de vista histórico e cultural; e até para perceber alguns sermões. Um bom exemplo da importância das teorias expostas nas obras proféticas para a compreensão dos sermões encontra-se no “Sermão de Salvaterra”, pregado quando D. João IV se encontrava já muito doente, e no “Sermão das Exéquias”, onde Vieira expõe a teoria da ressurreição de D. João IV, que só se pode compreender no quadro da teoria Quinto – Imperial de Vieira, em que o Encoberto não era D. Sebastião, mas sim, D. João IV, que, de acordo com as profecias, estava destinado a ser o monarca temporal do Quinto Império, o Império de Cristo na terra. E, se na contextualização do autor e da obra é importante o contributo da História, o estudo da Utopia Quinto – Imperial de Vieira necessitaria, neste caso, da contribuição da Filosofia.

Este “programa integrado”, compreendendo a Literatura e a Língua Portuguesa, a História e a Filosofia é, a nosso ver, a única forma de resgatar do injusto anonimato a que têm sido votadas a vida e a obra de Vieira enquanto património, não apenas linguístico, mas também histórico e cultural, pelo que nos revelam sobre a história do Portugal de seiscentos e, em particular, sobre o

³ ‘peior’ = pior.

Portugal da época da Restauração, mas também sobre a mundividência de Vieira, produto do seu tempo, mas também, em muitos aspectos, original.

No entanto, este trabalho que tem de ser feito ao nível do ensino secundário, com os jovens estudantes, precisa, naturalmente, de suporte científico, nomeadamente de edições fidedignas das obras de Vieira e de estudos aos vários níveis referidos, cabendo aos investigadores que se interessam pelo Padre António Vieira e pela sua obra fornecer esse suporte.

Pela nossa parte, temos procurado fornecer edições fidedignas e estudos da vasta obra de Vieira, que possam ajudar a conhecê-la e a compreendê-la, levando-a a um público cada vez mais vasto. Neste momento, encontra-se pronta a sair, pela Imprensa Nacional Casa da Moeda (com edição prevista para 2006/07), a edição crítica da *Representação...*, a primeira obra de Vieira sobre a qual trabalhamos e que nos levou à descoberta das restantes obras proféticas. Neste trabalho, é feita a edição crítica do texto que constituiu a defesa do Padre António Vieira perante a Inquisição, acompanhada de notas e glossários e precedida de um estudo introdutório sobre a vida e a obra do autor.

Por outro lado, decorre a bom ritmo o projecto de edição crítica dos *Sermões* (15 vols.), cuja equipa de investigadores, além da autora desta comunicação, é constituída pelo Prof. Doutor Arnaldo do Espírito Santo, coordenador do projecto, e pela Prof^a Doutora Cristina Pimentel, sendo consultor científico o Prof. Doutor Aníbal Pinto Castro.

Neste momento, o primeiro volume encontra-se totalmente pronto, o segundo em fase de anotação e o terceiro em fase de transcrição, prevendo-se que os três possam ser lançados no dia 6 de Fevereiro de 2008, quando passam exactamente 400 anos sobre o nascimento de Vieira.

Nesse dia, e porque além de estudar é preciso divulgar, inicia-se o “Ano Vieirino”, a cuja comissão organizadora temos a honra de pertencer, que decorrerá de 6 de Fevereiro de 2008 a 6 de Fevereiro de 2009. Neste período, realizar-se-ão diversas actividades, das quais se destaca o congresso intitulado “Padre António Vieira: 1608-2008 – Ver, Ouvir, Falar: o grande teatro do mundo”, que se realizará em Lisboa, entre 18 e 22 de Novembro de 2008, na Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa e na Universidade Católica Portuguesa em Lisboa.

Concluimos, pois, com um convite: à participação nas actividades do “Ano Vieirino” (<http://www.anovieirino.com>), em geral, e no Congresso, em particular, na certeza de que um Vieira mais bem conhecido será um Vieira mais bem compreendido e, em última análise, mais admirado, pois só se pode admirar verdadeiramente o que se conhece e compreende.

Referências Bibliográficas

- Azevedo, J. Lúcio de (1970-71): *Cartas do Padre António Vieira (1925-28)*, coordenadas e anotadas por J. Lúcio de Azevedo, 2.^a ed. Lisboa: IN-CM.
- Banza, Ana Paula (2000): *A Representação de Vieira: nos bastidores da obra profética*, 2 tomos. Dissertação de Doutoramento policopiada. Évora.
- (no prelo): *A Representação dos motivos que tive para me parecerem prováveis as proposições de que tratava*. Lisboa: IN-CM.
- Besselaar, José Van Den (1976): *História do Futuro (Livro Antepimeiro)*, Edição Crítica Prefaciada e comentada por José Van Den Besselaar. MunsterWestfalen: Aschendorffsche Verlagsbuchhandlung.
- Espírito Santo, Arnaldo (2000): *Clavis Prophetarum Chave dos Profetas*, Livro III, edição crítica, fixação do texto, tradução, notas e glossário de Arnaldo do Espírito Santo, segundo projecto iniciado com Margarida Vieira Mendes. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Espírito Santo, Arnaldo, Pimentel, Cristina, e Banza, Ana Paula (eds.) (no prelo): *Sermões, de Padre António Vieira*, vol. I. Lisboa: IN-CM.
- Pessoa, Fernando [1982]: *Livro do Desassossego*, por Bernardo Soares, recolha e transcrição dos textos de Maria Aliete Galhoz e Teresa Sobral Cunha. Prefácio e organização de Jacinto do Prado Coelho. Lisboa: Ática.
- (1988): *Mensagem*, 15.^a ed. Lisboa: Ática.
- Vieira, P. António (1679-1748): *Sermoens do P. António Vieira da Companhia de Iesu*, (Editio Princeps). Lisboa.

Formulação histórico-crítica de uma estética não-aristotélica segundo Álvaro de Campos

João Ferreira

Professor Titular Aposentado da Universidade de Brasília

O conteúdo das expressões “estética aristotélica” e “estética não-aristotélica” deve ser entendido dentro de um sentido metonímico, ou seja, como uma transferência de denominação. Ao falar de estética aristotélica e não-aristotélica, Álvaro de Campos/Fernando Pessoa não estão fazendo, rigorosamente, uma exegese de textos aristotélicos e sim, metonimicamente, estabelecendo uma relação de sentido entre a tendência histórica de teor intelectualista representada por Aristóteles e seguidores até Baumgarten, Schiller, Hegel e todos os epígonos racionalistas e idealistas que o antecederam, e a tendência, dele contemporânea, que se afirmava com Nietzsche, Dilthey, Walt Whitman, Marinetti e com o grupo sensacionista de Orpheu, de teor vitalista não-intelectualista. Corresponderia essa terminologia a uma divisão teórica da estética em apolínea (intelectualista e racionalista) e dionisíaca (estética vitalista e/ou não-intelectualista), para usarmos os termos de Nietzsche em *A Origem da Tragédia*.

Essa condição intelectualista da concepção da arte, não é uma formulação diretamente aristotélica. Mas podemos dizer que ela tem seu ponto de partida nos conceitos lógicos e nos princípios metafísicos que Aristóteles deixou. De outra parte, a análise crítica também não deve esquecer que a obra de Aristóteles, em rigor, pode ser usada tanto para fins intelectualistas quanto para fins vitalistas. A primeira hipótese é comprovada por seus seguidores que deixaram pesada herança racionalista até ao século XVIII e XIX. Simultaneamente, sua própria metafísica faz alarde de um dos principais baluartes da vida: o movimento, presente nas teorias da matéria e da forma e do ato e da potência. Segundo a teoria aristotélica, a forma dos seres se apresenta como atualidade ativa (*enérgeia* ou *actus*) e a matéria como possibilidade e como poder (*dynamis* ou *potentia*). Interpretada em todas as suas consequências, a teoria hilemórfica pode oferecer-nos um ponto de partida direto para a vida e para a energia que dentro dela palpita, tornando-se assim uma teoria vitalista.

Nos textos de Fernando Pessoa, entretanto, o que se pretende visar quando se fala de estética aristotélica é a “linha de racionalização e intelectualização” configurada na história da arte. Aristóteles só tem a ver indiretamente com isso, por ter sido o inspirador do carácter racionalista da filosofia clássica que serviu

de suporte à concepção intelectualista moderna, a partir de Descartes, Leibniz, Boileau, Ronsard e Racine.

O termo “*estética*” teria sido cunhado por Alexander Baumgarten em 1750 para designar a teoria do belo. Etimologicamente derivado do grego *aisthesis*, estética teria o sentido de percepção sensorial, apontando seu núcleo semântico para a percepção própria dos sentidos por oposição à percepção pertinente às faculdades intelectuais. Emmanuel Kant (+1804) aceitou o termo e desenvolveu na “Crítica da Razão Pura” (*Kritik der reinen Vernunft*) uma teoria sobre a estética transcendental como “ciência de todos os princípios da sensibilidade a priori”. *Estética* é tomada aqui em seu sentido etimológico original como “doutrina sobre a percepção sensível”. Para Schiller, estética é a “ciência do belo, cujo núcleo é constituído pela doutrina filosófica sobre o sublime”. Hegel interpreta a estética ainda dentro dos princípios de Baumgarten como a “filosofia da arte” ou como a “filosofia do belo”, mas já admite que a arte não pode reduzir-se a um processo de cientificização.

Em pleno século XIX, Leão Tolstói mais artista do que teórico da arte, afirma que “na arte o prazer é um elemento acessório”, estabelecendo uma diferença entre o belo e o artístico.

Após o predomínio racionalista pró-aristotélico, pujantemente defendido pela Escolástica medieval e continuado por Descartes e escolas racionalistas pós-cartesianas representadas por Leibniz, Spinoza, Wolff, Kant, Fichte, Schelling e Hegel, a teorização filosófica volta-se, no final do século XIX, para outras fontes do conhecimento, visando a exploração abrangente da psiquê humana, de que fazem parte não apenas o intelecto racionalizante, como vinham fazendo os filósofos da linha de Aristóteles, de S. Tomás de Aquino e dos pós-cartesianos racionalistas, mas também a vontade, na linha de João Duns Escoto e de outros voluntaristas, e também o subconsciente e o inconsciente, declaradamente assumidos por Segismundo Freud e escola. Para esta reviravolta, muitos factores contribuíram. Entre eles, não podemos esquecer o romantismo como corrente estética, o realismo artístico e a ação devastadora de Schopenhauer com sua teoria de interpretação do mundo como vontade e representação e sobretudo Frederico Nietzsche onde domina a defesa da vida e a teoria da “vontade de poder” (*Wille zur Macht*), a qual não se reduz a um simples apetite de domínio como poder físico e brutal, mas aponta mais em direção a uma vontade de poder de direito, de inocência e de acesso a valores e a verdades ideais, contra todo o tipo de moral e respectivos moralistas. No final de século, por isso, as correntes filosóficas descobrem a vida como centro inspirador. Em destaque, verificamos que Henri Bergson (1859-1941) pesquisa o “ser como vida”, o impulso vital (“*élan vital*”) e os dados imediatos da consciência. Para Bergson, todo o ser é consciência, mas não necessariamente à maneira kantiana,

como ideia intelectualizada e sim como consciência enquanto vida, enquanto vivência, impulso, duração, liberdade. A base de tudo o que sentimos em nós é o “élan vital”. A intuição filosófica é o meio de contarmos com este élan vital.

Contemporâneo de Bergson, Maurice Blondel (1851-1949), numa direção igualmente anti-intelectualista, desenvolve sua famosa teoria da “ação” em 1893 em *L'action. Essai d'une critique de la vie et d'une science de la pratique*, ampliando o espaço do conhecimento humano, mostrando que este não é exclusivamente representação ou luz, como quer o racionalismo tradicional, mas um impulso vital, uma força e um fator ativo dentro do dinamismo da vida psíquica. Ação, segundo Blondel, é toda a vida do espírito em sua fonte e toda a amplitude de seu processo de manifestação. A primeira tarefa da filosofia seria a de esclarecer o fundo originário do homem na ordem do espírito e dos valores da natureza. Wilhelm Dilthey (1833-1911) torna-se no contexto das filosofias anti-racionalistas uma figura importante. Destacado representante da filosofia vitalista, Dilthey propõe-se entender a filosofia a partir da vida”. Além de autor de “Os Tipos de concepção de mundo” (*Die Typen der Weltanschauung*, 1911), Dilthey (1833-1911) deixou-nos um livro sobre “O nascimento da hermenêutica” (*Die Entstehung der Hermeneutik*, 1900) e também um ensaio sobre “A vivência e a poesia” (*Das Erlebnis und die Dichtung*, 1905). A figura de Oswald Spengler (1880-1936), autor do famoso livro “A Decadência do Ocidente” (*Der Untergang des Abendlandes*, 1918-1922) ajuda a alargar este quadro. Da mesma forma, Edmundo Husserl (1859-1938), inaugura o método fenomenológico com sua obra principal “Investigações Lógicas” (*Logische Untersuchungen*, 1900-1901), continuado por Max Scheler (1874-1928) que alarga seu método intuitivo e descritivo à ética.

As informações sobre o clima teórico do fim-de-século ajudam a mostrar que na altura em que Fernando Pessoa nasce (1888), há uma dinâmica doutrinária pluralisticamente voltada para discursos vários que vão desde o neo-hegelianismo, o positivismo de Comte e Littré, o Neokantismo em Marburg e em Heidelberg, as ciências do espírito, o materialismo dialético, até à psicopatologia, à psicanálise e à filosofia da vida. Entre as teorias em destaque está a do inglês Ruskin (1819-1900) que defende uma estética baseada no naturismo. Segundo ele, a “faculdade de julgar baseia-se no amor e na simpatia profunda pelas coisas. Esta, por sua vez, funda-se numa faculdade especial de apreensão do belo, a faculdade teórica”. Segundo a interpretação que R. Bayer faz de Ruskin, “essa faculdade é a famosa doutrina em relação com uma citação de Aristóteles, a enérgica “theoria”, a contemplação cheia de força e de vida, a atenção apaixonada pelo espectáculo. É necessário banir a imaginação ou tentar reduzi-la em proveito do pensamento. É a esta faculdade teórica ou contemplativa que é atribuída a função de conhecer o belo” (Pessoa 1974:433).

A constatação que fazemos é que no final do século XIX várias teorias se manifestam no sentido de empreenderem uma campanha anti-intelectualista, campanha que chega aos arraiais da estética. Essas teorias passam pelas propostas de Schopenhauer, Fourier, Nietzsche, Blondel, Bergson, Dilthey e Ruskin, entre outros. Quando Marinetti em seu manifesto sobre o Futurismo (1909) e Álvaro de Campos aparecem, no início do século, falando de estética apoiada na energia e na força, é lógico relacionarmos esse discurso com a tradição que enraíza na *dynamis* e na *enérgeia* de Aristóteles não prestigiada pelo racionalismo intelectualista medieval e pelo idealismo do século XIX. Tal discurso penetra na modernidade como expressão de uma estética vitalista, habilidosamente observada por Fernando Pessoa que a veicula em nível expositivo através do heterônimo Álvaro de Campos como *estética não-aristotélica*. O conhecimento do texto de Álvaro Campos leva-nos a pensar que este tipo de estética deve ser analisada e relacionada com os fundamentos teóricos explanados por Fernando Pessoa quando se ocupa dos fundamentos da teoria sensacionista. O sensacionismo é em arte “a expressão harmônica da consciência das sensações”. A modernidade não poderia nunca apresentar-se completa se não for completada por esta relação vitalista e sensacionista (Pessoa 1974: 433).

II – A gênese de uma estética pessoana não-aristotélica

“*Apontamentos para uma estética não-aristotélica*” é o texto que fundamenta toda a teoria pessoana de que tratamos. Segundo o testemunho crítico de António Quadros (Quadros 1986: 1096), esse texto foi publicado nos números 3 e 4 de *Atena*, respectivamente em dezembro de 1924 e janeiro de 1925, sendo, ainda hoje, uma peça importante e fundamental para pesquisadores e críticos literários que pretendem identificar ou questionar a possível originalidade neste tipo de teorização estética.

De acordo com alguns dados analisados, na passagem do século XIX para o XX, havia conspirações explícitas contra o predomínio intelectualista. Em termos de originalidade, portanto, o questionamento é reduzido. No plano porém da consonância da mentalidade progressista que tentava romper com a dominação racionalista, constatamos que no texto de Álvaro de Campos há uma coincidência não apenas com o pensamento e teorias vitalistas, mas também com o programa estético de Marinetti expresso no *Manifesto do Futurismo* publicado no jornal francês *Le Figaro* em 1909. Pela leitura do manifesto, verificamos que Marinetti exalta a “coragem, a audácia, a revolta”(art. n. 2) e também “o movimento, a insônia febril, o “passo ginástico”, o salto perigoso, a bofetada”(ar. n. 3), “a beleza da velocidade”(art. n.4), “o calor, o brilho e a prodigalidade “(art. n. 6) e o próprio carácter agressivo da poesia”(“não há mais

beleza senão na luta”, art. n.7). Este tom, antes de tudo, faz uma proclamação direta da juventude, da força e da vida. A linha futurista do manifesto está no reconhecimento da nova civilização da lâmpada elétrica, da modernidade do automóvel e da proclamação de que “a grande vassoura da loucura nos arrancou e nos empurrou (Marinetti 1987: 67). Se havia antecedentes fortes de anti-intelectualismo no século XIX e uma tendência teórica vitalista na filosofia e na estética, é interessante observar que em Fernando Pessoa o exercício da produção poética de caráter estético não-aristotélico antecede a formulação teórica da estética não-aristotélica. Na verdade os “Apontamentos” de Álvaro de Campos só foram publicados em 1924 e 1925, enquanto que “O Guardador de rebanhos” de Alberto Caeiro é uma composição de 1911-1912. Por sua vez, “*Os Poemas inconjuntos*” são em sua maioria de 1915 a 1919. A “*Ode Marítima*” é publicada na revista “*Orpheu*” em 1915. E a “*Ode Triunfal*” publicada no primeiro número de *Orpheu*, também em 1915, data de 1914 e foi redigida em Londres. No quadro apresentado, conclui-se que a produção poética surgiu primeiro e sobre ela veio depois a reflexão teórica contida em “Apontamentos [...]” sobre o tipo de estética que representava e que era, efetivamente, a estética sensacionista ou, segundo terminologia consagrada em “Apontamentos”, a estética não-aristotélica.

A preocupação central de Álvaro de Campos, nesse texto, é a de demonstrar, “a pari”, que assim como existe uma geometria não-euclidiana, existe também uma estética não-aristotélica: “Ora assim como se podem formar, se formaram, e foi útil que se formassem, geometrias não-euclidianas, não sei que razão se poderá invocar para que não possam formar-se, não se formem, e não seja útil que se formem, estéticas não-aristotélicas” (Campos 1986: 1088). Por estética aristotélica, Álvaro e Campos entende aquela “em que o fim da arte é beleza”. Esse tipo de concepção estética encontra-se em todas as formas de classicismo e nas estéticas dele derivadas (romântica, decadente e outras afins). Frente a essa estética, Álvaro de Campos julga-se em condições de formular uma estética baseada não na ideia de beleza, mas na de força: “Creio poder formular uma estética baseada não na ideia de beleza, mas na de força – tomando, é claro, a palavra força, no seu sentido abstracto e científico; porque se fosse no vulgar, tratar-se-ia, de certa maneira, apenas de uma forma disfarçada de beleza. Esta nova estética, ao mesmo tempo que admite como boas grande número de obras clássicas [...], estabelece uma possibilidade de construir novas espécies de obras de arte que quem sustente a teoria aristotélica não poderia prever ou aceitar” (Campos). “A arte – prossegue o heterônimo – para mim, é, como toda a actividade, um indício de força ou de energia; mas como a arte é produzida por entes vivos, sendo pois um produto da vida, as formas da força que se manifestam na arte são as formas da força que se manifestam na vida” (Campos

1986: 1089). Na progressão da teorização, Fernando Pessoa, por Álvaro de Campos, tenta passar para o leitor a fundamental distinção entre estética aristotélica e estética não aristotélica: “Ao contrário da estética aristotélica que exige que o indivíduo generalize ou humanize a sua sensibilidade, necessariamente particular e pessoal, nesta teoria, o percurso indicado é o inverso: é o geral que deve ser particularizado, o humano que se deve pessoalizar, o “exterior” que se deve tornar “interior”. Creio esta teoria mais lógica – se é que há lógica – que a aristotélica; e creio-o pela simples razão de que, nela, a arte fica o contrário da ciência, o que na aristotélica não acontece. Na estética aristotélica, como na ciência, parte-se, em arte, do particular para o geral; nesta teoria parte-se, em arte, do geral para o particular, ao contrário de na ciência em que, com efeito e sem dúvida, é do particular para o geral que se parte. E como ciência e arte são, como é intuitivo e axiomático, atividades opostas, opostos devem ser seus modos de manifestação e mais provavelmente certa a teoria que dê esses modos como realmente opostos que aquela que os dê como convergentes ou semelhantes”(Campos 1986: 1091). Desenvolvendo seu raciocínio, Álvaro de Campos mostra que em todas as atividades sociais superiores há dois processos: de dominar ou vencer e de captar ou subjugar. Segundo Campos há também “uma arte que domina captando, outra que domina subjugando. A primeira é a arte segundo Aristóteles; a segunda, a arte como a entendo e defendo. A primeira baseia-se naturalmente na ideia de beleza, porque se baseia no que agrada; baseia-se na inteligência porque se baseia no que, por ser geral, é compreensível e por isso agradável; baseia-se na unidade artificial, construída e inorgânica e portanto visível, como a de uma máquina e por isso apreciável e agradável. A segunda baseia-se, naturalmente na ideia de força, porque se baseia no que subjuga; baseia-se na sensibilidade que é particular e pessoal, e é com o que é particular e pessoal em nós que dominamos, porque se não fosse assim, dominar seria perder a personalidade, ou, em outras palavras, ser dominado; e baseia-se na unidade espontânea e orgânica, natural, que pode ser sentida ou não sentida, mas que nunca pode ser vista ou visível, porque não está ali para se ver”(Campos 1986: 1093). E completa: [...] “Ao passo que o artista aristotélico subordina a sua sensibilidade à sua inteligência, para poder tornar essa inteligência humana e universal ou seja para a poder tornar acessível e agradável e assim poder captar os outros, o artista não-aristotélico subordina tudo à sua sensibilidade, converte tudo em substância de sensibilidade, para assim, tornando a sua sensibilidade abstracta como a inteligência (sem deixar de ser sensibilidade), emissora como a vontade (sem que seja por isso vontade), se tornar um foco emissor abstracto sensível que force os outros, queiram eles ou não, a sentir o que ele sentiu, que os domine pela força inexplicável, como o atleta mais forte domina o mais fraco, como o ditador espontâneo subjuga o

povo todo (porque é ele todo sintetizado e por isso mais forte que ele todo somado), como o fundador de religiões converte dogmática e absurdamente as almas alheias na substância de uma doutrina que no fundo não é senão ele próprio”(Campos 1986: 1093-1094).

A essência do discurso teórico dos “*Apontamentos*” está em mostrar que a essência da teoria estética não-aristotélica se baseia na força, ao contrário da aristotélica que “assenta”na ideia de beleza: “Ora a ideia de beleza pode ser uma força – diz Álvaro de Campos. Quando a ideia de beleza seja uma “ideia”da sensibilidade, uma emoção e não uma ideia, uma disposição sensível do temperamento, essa ideia de beleza é uma força. Só quando é uma simples ideia “intelectual”de beleza é que não é uma força”(Campos 1986: 1094).

III – Textualidade poética de base estética não-aristotélica

Na linha desta exposição, ao mostrarmos algumas manifestações anti-racionalistas e intelectualistas e o aparecimento de linhas voluntaristas e vitalistas que preparam o terreno para poetas como Walt Whitman, Fernando Pessoa , tivemos o cuidado de apresentar as linhas básicas do conceito da estética não-aristotélica em contraste com o conceito de sua contrária, a estética aristotélica. Nessa exposição ficou claro que o termo “aristotélico” corresponde sumariamente a “intelectual e/ou racional e o termo “ não-aristotélico” tem vínculo direto com estética ligada à vida, à energia e à força. Para as coisas ficarem mais claras ainda seria importante mostrar um pequeno corpus de textualidade produzida por Fernando Pessoa, através de seus heterônimos, que quadra com a formulação da teoria estética de fundo não-aristotélico. Para isso achamos essencial buscar a aproximação dos princípios da arte não-aristotélica com os princípios da arte sensacionista, que é representada pelos textos poéticos mais avançados e originais produzidos por Fernando Pessoa.

O interesse da presente inquirição é o de relacionar os princípios da teoria estética sensacionista e relacioná-los com a produção poética mais avançada de Fernando Pessoa e de seus heterônimos. Para todos os efeitos, é oportuno lembrar que o Poeta advertiu no escrito “Do “Orpheu”e do sensacionismo”que o futuro da arte europeia está no movimento sensacionista. Para avaliar esta relação, portanto, é conveniente repetir que o primeiro princípio do sensacionismo estabelece que “a única realidade da vida é a sensação e a única realidade em arte é a consciência da sensação”(Campos 1974: 431) [...] Em “O sensacionismo, uma nova cosmovisão” afirma que “em arte há apenas sensações e nossa consciência delas”(Campos 1974. 431) [...] “Nossas sensações devem ser expressas de tal modo que criem um objeto que será uma sensação para outros”(Campos 1974: 432).

Importa assinalar que os principais protótipos artístico-poéticos produzidos por Fernando Pessoa são regidos pelos princípios da estética não-aristotélica, que no fundo nada mais é do que a arte sensacionista. São, entre outros, importantes protótipos textuais, de perfil estético não-aristotélico, explicitamente rememorados por Álvaro de Campos em “Apontamentos[...]”:

- 3.1. Poemas de Mestre Caetano: “*O Guardador de rebanhos*”(1911-1912), constituído de 49 estâncias ou sub-conjuntos; “*O Pastor amoroso*”(1914-1930); “*Poemas Inconjuntos*” (1913-1915).
- 3.2. “*Ode Triunfal*” e “*Ode Marítima*”, de Álvaro de Campos.
- 3.3. Fora do âmbito pessoano, Álvaro de Campos lembra que a primeira manifestação de uma “doutrina não aristotélica da arte” está nos “assombrosos poemas de Walt Whitman”(Campos 1974: 1096)¹.

Em nosso entendimento, o texto “Apontamentos para uma estética não-aristotélica” é, juntamente com as exposições referentes ao sensacionismo, um dos indispensáveis esteios críticos para repensar o nível teórico da estética pessoana.

Referências bibliográficas

- Bayer, Raymond (1961): *Histoire de l'Esthétique*. Paris: Colin: 300.
- Campos, Álvaro de (1974): “O Sensacionismo, uma nova cosmovisão”. In: Pessoa, *Fernando Pessoa – Obras em Prosa*. Rio de Janeiro, Aguilar: 431.
- Campos, Álvaro de (1986): “Apontamentos para uma estética não-aristotélica”. In: *Fernando Pessoa: Obra Poética e em Prosa*, vol. II, Porto, Lello e Irmão: 1088.
- Hirschberger, Johannes (1965): *Historia de la Filosofia II*. Barcelona: Editorial Herder : 144.
- Marinetti, Tommaso (1987): “Manifesto do Futurismo”. In: TELLES, Gilberto Mendonça – *Modernismo e vanguarda europeia*, Petrópolis: 67.
- Pessoa, Fernando (1974): “O Sensacionismo, forma de arte moderna”. In: *Obras em Prosa*, Rio de Janeiro, Aguilar: 433.
- Quadros, António (1986): *Fernando Pessoa: Obra Poética e em Prosa*, vol. II, Porto, Lello e Irmão, 1988: 1096.

¹ Em Fernando Pessoa (1974: 131-133), encontramos um texto crítico sobre Walt Whitman e Alberto Caetano, focalizando semelhanças e diferenças entre os dois poetas sensacionistas.

Especificidades da criação literária africana: o caso da Costa do Marfim

Benvinda Lavrador
Universidade de Cocody, Abidjan
lavrador@aviso.ci

Resumo

No âmbito dos estudos literários africanos, o artigo apresenta uma reflexão sobre algumas particularidades temáticas da criação romanesca da Costa do Marfim nomeadamente no que diz respeito à crise existencial vivida pelos heróis, protótipos das colectividades africanas despojadas da sua identidade ancestral na voragem de outras culturas.

Palavras-chave: África, Costa do Marfim, identidade, literatura, romance.

Résumé

Dans le cadre des études littéraires africaines, l'essai constitue une réflexion sur quelques aspects thématiques de la littérature romanesque de la Côte d'Ivoire surtout en ce qui concerne la crise existentielle des personnages vus comme des prototypes des collectivités africaines à la recherche d'une identité bafouée.

Mots-clés: Afrique, Côte d'Ivoire, identité, littérature, roman.

A literatura romanesca da Costa do Marfim, país francófono da África ocidental¹, ainda pouco divulgada em Portugal, evidencia desde cedo² a necessidade que o escritor africano tem de fazer ouvir ao mundo a voz da sua identidade silenciada durante séculos de dominação colonial. De facto, são inúmeras as obras reveladoras do drama do homem negro que, confrontado a situações de aculturação, acaba por perder as suas referências linguísticas e sócio-culturais ancestrais. Por isso, na encruzilhada entre dois mundos (o europeu e o africano), os heróis romanescos procuram uma autenticidade perdida que urge reencontrar ou redefinir. Por conseguinte, o fio condutor da maior parte das intrigas é a tentativa dos protagonistas, protótipos das colectividades locais desmanteladas na voragem de outras culturas, de encontrarem um sentido para a vida através do conhecimento emancipador ou da realização de um projecto inovador. A busca torna-se, pois, um *leitmotif* da literatura marfinense desde os

¹ A Costa do Marfim é limitada a norte pelo Mali e pelo Burkina Faso, a oeste pela Guiné-Conakry e pela Libéria e a este pelo Gana.

² O primeiro romance da literatura marfinense, *Climbié*, da autoria de Bernard Dadié, publicado em plena época colonial (1956), retrata o percurso de um líder africano que adere ao sindicalismo como forma de luta contra a hegemonia colonial.

primórdios até à actualidade em romances como: *Climbié* (o protagonista abraça a causa anti-colonial procurando a liberdade), *Kocumbo*, *l'étudiant noir*, *Les dernières paroles de Koimé*, *Traites* e *Courses* (os heróis procuram adquirir uma formação condigna), *Le jeune homme de Bouaké* (Moussa tenta alcançar o sucesso profissional), *Vers de nouveaux horizons* (Georges Bessongo tem o projecto de modernizar a sua aldeia), *Patron de New York*, *La ville où nul ne meurt*, *Un nègre à Paris* (os protagonistas procuram conhecer o ocidente), *Violent était le vent* (Kossia torna-se revolucionário em busca da justiça e da igualdade sociais), *Les soleils des indépendances* (Fama tenta recuperar o estatuto social perdido), *Silence, on développe* (N' da Sounan procura libertar o povo da ditadura do seu irmão gémeo), *Mariama* (Mariama e o esposo Balai lutam uma vida melhor), *Le fils de-la-femme-mâle* (Awlimba tem o projecto de derrotar o chefe tirânico para dar esperança ao povo), *Allah n'est pas obligé* (Birahima, menino órfão feito soldado, procura uma explicação para a vida), *La carte d'identité* (Mélédouman tem como objectivo descobrir o seu bilhete de identidade). Portanto, estes romances têm em comum o facto de apresentarem um herói, geralmente em crise, que procura reconstruir-se interiormente adquirindo confiança em si próprio ou afirmando-se como senhor do seu destino.

Dentre as obras referidas anteriormente, a última, da autoria de Jean-Marie Adiaffi, premiada em 1981 (*Grande Prémio Literário da África Negra de Expressão Francesa*), merece particular atenção por se apresentar como um caso emblemático do tratamento ficcional da questão identitária africana. De facto, em *La carte d'identité*, como o próprio título deixa antever, a intriga gira à volta da procura de um bilhete de identidade por parte de um colonizado, mas este facto, aparentemente banal, é motivo para uma viagem simultaneamente física e metafísica em que o protagonista analisa situações de dominação e poder conducentes à aniquilação moral e cultural das populações colonizadas. Ora, tendo em conta que, na cultura africana, o indivíduo se define no quadro de referências comuns ao seu grupo étnico (povo com afinidades somáticas, culturais e linguísticas), a pertença a uma etnia afigura-se como uma referência identitária incontornável no romance. Assim, ao longo da obra a personagem reflecte constantemente sobre as consequências da colonização em termos do aniquilamento do povo *agni*³ que, impedido de executar os ritos tradicionais, de adorar os seus deuses⁴, e de falar a sua língua⁵, se vê violentamente despojado da

³ A etnia *agni* é originária do este da Costa do Marfim, numa zona denominada Indénie, cuja capital administrativa é Abengourou, e faz parte do grupo *akan*, localizado massivamente no sudeste da Costa do Marfim, que, por sua vez, engloba várias etnias.

⁴ Veja-se a seguinte passagem em que o protagonista evidencia a destruição da cultura africana levada a cabo pela colonização: «De mon temps il n'y avait pas encore cette domination des Blancs sur nous. Nous étions libres de parler nos langues, de danser nos

sua cultura. É de notar que o romance, logo na primeira linha, apresenta a simbologia que acarreta o nome do protagonista: Mélédouman significa «“*je n’ai pas de nom*”, ou exactement: “*on a falsifié mon nom*”» (p. 3), pois a personagem representa o colonizado que, tendo perdido os seus mitos e símbolos, ficou à deriva⁶, estéril e moribundo culturalmente («Nous n’avons plus rien, nous ne sommes plus rien» (p. 100), diz). O trajecto pessoal de Mélédouman, príncipe do povo *agni*, consubstancia o dilema do africano desenraizado e despersonalizado pelos processos de deportação, colonização e miscigenação a que foi sujeito desde o século XIV⁷. De facto, o cruel comandante colonial Kakatika tortura o protagonista e exige-lhe um bilhete de identidade no prazo de uma semana sob pena de o encarcerar. Além disso, humilha o príncipe reduzindo-o ao estatuto animalesco (chama-lhe «indigène, cabri, cochon malade», pp. 4-5), ridiculariza a sua habitação («cette espèce de porcherie médiévale», p. 6) e critica mesmo o seu vestuário («cette saleté de pagne puant», p. 6). O sofrimento e o desespero da personagem levam-no a um estado de alienação total: sem morada («je ne sais plus où j’habite, j’ai perdu le chemin de ma maison»), sem referências familiares («J’ai tout perdu, jusqu’à mon nom, jusqu’au nom de ma famille, de mon père, de ma mère»), nem culturais («Je suis devenu étranger chez moi»), o protagonista vê-se privado da sua condição humana («j’ai perdu mon identité»). Esta espoliação, que motiva as dúvidas existenciais da personagem («qui suis-je? Quel est mon nom? (...) Quel est mon identité?»), provoca-lhe uma grave crise espiritual e moral a ponto de perder a confiança nos outros e mesmo em si próprio («En qui ai-je foi aujourd’hui? Peut-on vivre sans foi, ni confiance? Sans foi, ni confiance en personne, et chose plus grave, en soi-même», p. 143).

No entanto, o conflito existencial vivido por Mélédouman é similar ao de heróis como Fama Doumbouya, de *Les soleils des indépendances* (*best seller* da

danses, d’adorer nos dieux (...). Personne ne brûlait nos masques. Personne n’avait le droit de profaner nos lieux sacrés (...). Aujourd’hui, tout a bien changé.» (p. 100).

⁵ Quando Mélédouman visita uma escola colonial, há uma criança que lhe explica que foi castigada porque falou na sua língua: « (...) on me reproche d’avoir parlé agni». A personagem interroga-se, em seguida, sobre a legitimidade de tal acção: « Si tu es un petit Agni, l’agni est donc ta langue maternelle. Pourquoi n’as-tu pas le droit de la parler ?» (p. 99).

⁶ «Quelle force morale, quelle solidité pour avoir un peuple qui a perdu la signification de ses propres mythes, de ses propres symboles?» (p. 39), pergunta o protagonista a certa altura.

⁷ O tráfico negreiro, oficializado em 1517, levou a que fossem vendidos entre 50 a 100 milhões de africanos nos séculos XV e XVI, conclui Ki-Zerbo, 1999, vol. I: 279, após a análise das estimativas apresentadas por diversos autores. A conferência de Berlim (1884-1985) liberalizou o comércio nas bacias do Congo e do Níger desencadeando a ocupação e consequente partilha de África pelas potências europeias (Ki-Zerbo, *op. cit.*, vol. II, p. 75).

literatura africana⁸, vencedor do *Grande Prémio Literário da África Negra de Expressão Francesa*, em 1969), ou de Abou, de *Courses* (romance de Amadou Koné galardoado com o prémio do melhor romance africano da Fundação Léopold Sédar Senghor, em 1985). No primeiro, Fama Doumbouya, descendente de família real *malinké*⁹ (Fama significa príncipe e Doumbouya é um apelido patronímico nobre), vive uma crise identitária sem precedentes ao ver-se destituído da sua posição de chefe tradicional e ridicularizado pelos próprios conterrâneos («Sous les soleils des Indépendances les Malinkés honnissaient et même giflaient leur prince (...). Fama (...) bafoué, provoqué, injurié», p.16-17). O protagonista, que lutou pela independência do seu país, não se identifica com as novas instituições vendo-se constrangido à mendicância e rejeitado pelo próprio povo. Conclui, então, com azedume, que a identidade étnica do povo *malinké* se desfez tendo-se esvaído os valores e ficado a terra ressequida: «Et l'espèce malinké, les tribus, la terre, la civilisation se meurent, percluses, sourdes et aveugles... et stériles.», p. 23. De facto, uma vez dissolvidas as instituições ancestrais e abandonadas as tradições, o africano sente-se destruído¹⁰. Portanto, quer na sociedade colonial, quer na independentista, o africano continua a sofrer as consequências trágicas da ocidentalização das culturas autóctones, já que Fama não encontra lugar neste novo mundo vindo a morrer no final da obra.

Abou, herói de *Courses*, também de etnia *malinké*, vive uma crise identitária ao ir estudar para França, pois sofrendo *in loco* a influência da cultura europeia começa a perder progressivamente os seus modelos de referência tradicionais. De regresso a África, os seus dilemas agudizam-se ao constatar a invasão generalizada da sua comunidade de origem pelos valores e hábitos ocidentais. Absorvido por um estilo de vida que gradualmente o leva a renegar as próprias raízes, o protagonista de *Courses* hesita entre a fidelidade a uma África autêntica em vias de desaparecimento ou a adesão a um modelo de mundo aliciante mas artificial: «J'ai vu un monde industrialisé, «développé», confortable. Et pourtant je n'ai pas été convaincu que l'Occident soit plus heureux qu'une autre partie du monde», p. 149. O romance dá, pois, relevo ao esvaziamento cultural que atingiu

⁸ Traduzido, entre outras línguas, em Jugoslavo, Polonês e Inglês, este romance de Ahmadou Kourouma transformou-se num *best-seller* da literatura africana fazendo parte actualmente dos *curricula* em inúmeras universidades.

⁹ Os povos da etnia *mandinga* ou *malinké* habitavam o império do Mali, conhecido desde o século XI, viviam em clãs e dedicavam-se ao comércio. Originários do Alto Níger, pertencem ao grupo linguístico *Mandé*, tal como os *Dioula* e os *Bambara*.

¹⁰ Veja-se a seguinte passagem: «Oui, tout tomberait (...), les républiques des soleils des indépendances n'avaient pas prévu d'institutions comme les fétiches ou les sorciers pour parer les malheurs. Dans toute l'Afrique d'avant (...), les malheurs d'un village se prévenaient par des sacrifices» (p. 154).

as populações africanas no seu âmago ao perderem a língua e as tradições vivendo, hoje, num estado permanente de alienação cultural como corolário da política escravagista e colonial implementada em África¹¹.

É possível, portanto, concluir que uma das especificidades da criação romanesca marfinense é, sem dúvida, o facto de dar especial relevo ao drama das colectividades africanas que, tendo perdido total ou parcialmente a sua língua, valores e cultura, se vêem confrontadas, ainda hoje, a uma grave crise identitária.

Referências Bibliográficas

- Adiaffi, Jean-Marie (1980): *La carte d'identité*. Abidjan: CEDA.
- (1992): *Silence, on développe*. Ivry-sur-Seine, Editions Nouvelles du Sud.
- Atta, Raphaël Koffi (1961): *Les dernières paroles de Koimé*. Paris: Nouvelles Éditions Debrasse.
- Bandaman, Maurice (1993): *Le fils de-la-femme-mâle*. Paris: L'Harmattan.
- Dadié, Bernard Binlin (1956): *Climbié*. Paris. Seghers.
- (1964): *Patron de New York*. Paris: Présence Africaine.
- (1968): *La ville où nul ne meurt*. Paris: Présence Africaine.
- (2000): *Un nègre à Paris*. Paris: Présence africaine.
- Dem, Tidiane (1986): *Mariama*. Abidjan: NEA.
- Ki-Zerbo, Joseph (1999): *História da África negra*, 2 vols., 3ª ed. Mem Martins: Europa-América.
- Koné, Amadou (1980): *Traites, sous le pouvoir de Blakoros*. Abidjan-Dakar-Lomé: NEA.
- (1983): *Courses, sous le pouvoir de Blakoros*. Abidjan, NEA.
- Koné, Maurice (1963): *Le jeune homme de Bouaké*. Paris: Éditions Jean Grassin.
- Kourouma, Ahmadou (1970): *Les soleils des indépendances*. Paris: Seuil.
- (2000): *Allah n'est pas obligé*. Paris: Seuil.
- Loba, Gérard Ake (1960): *Kocoumbo, l'étudiant noir*. Paris: Flammarion.
- Nokan, Charles Zégoua (1966): *Violent était le vent*. Paris: Présence Africaine.
- Oussou-Essui, Denis (1999): *Vers de nouveaux horizons*. Paris: L'Harmattan.

¹¹ São significativas as seguintes passagens : «La pagaille culturelle actuelle venait de la politique culturelle coloniale et même de la traite» (p. 136); «En vérité, l'aliénation culturelle aujourd'hui est plus préoccupante que sous la colonisation» (p. 134).

Práticas Comunitárias Transmontanas no *Diário Torguiano*: as Malhadas

Maria da Assunção Anes Morais
Escola E. B. 2,3/Secundária de Vila Pouca de Aguiar
assuncaoanes@gmail.com

Resumo

As malhas ou as malhadas são uma prática comunitária que se encontra quase extinta, principalmente nos moldes tradicionais de interajuda, de troca de trabalhos, de distribuição de tarefas, dos manjares cuidadosamente preparados e das brincadeiras e diversões estabelecidas entre os trabalhadores e os donos, entre os rapazes e as raparigas solteiras.

As aldeias mais isoladas do Norte do país necessitavam de se refugiar no convívio e na partilha de bens. Torga escreveu, em entradas do *Diário*, a referência ao lugar da eira comunitária e às práticas desta tradição, reclamando uma constante atenção ao património local, regional e nacional.

A valorização e a preservação da Língua, da Cultura e do Património, através da obra torguiana, são fundamentais como elementos de identidade e de memória cultural.

Abstract

The “malhas” also known as “malhadas” are a community practice that has almost disappeared mainly in the traditional sense of people helping one another or exchanging tasks. It was a time for tasteful meals carefully prepared and lots of entertainment between farmers and their workers as well as boys and girls.

The most isolated villages in the north of the country, needed to share fun and goods to survive isolation and feel their own life. Torga made some references to the community threshing-floor in his Diary calling attention to the importance of the local, regional and national heritage. The preservation and increased worth of the Portuguese language, culture and heritage in Torga’s writings, are fundamental as elements of identity and cultural memory.

Introdução

O título deste artigo associa-se ao tema “Património, Língua e Cultura” integrado no XI Encontro Internacional de Reflexão e de Investigação, pois prende-se com a admiração pela escrita de Miguel Torga e pelas raízes transmontanas, pelos usos e costumes. Conseguimos reunir a temática das tradições com um escritor que amou e admirou a sua terra e a sua região. Neste seguimento, consideramos as malhadas uma prática tradicional que se encontra referenciada no *Diário* torguiano, legando-nos uma parte importante da cultura transmontana.

Para uma melhor organização, vamos dividir o trabalho em duas partes: numa primeira parte pronunciar-nos-emos sobre **As Malhadas: Práticas Comunitárias Transmontanas**; e numa segunda parte sobre **As Malhadas no Diário de Miguel Torga – Documento de Cultura e Património**.

Não podemos omitir que o estudo da obra de Miguel Torga, neste momento, prende-se com o facto de este ano (2007) ser o Ano do Centenário de Nascimento de Miguel Torga. Por isso, estas iniciativas são motivos mais do que suficientes para lembrar o Escritor Transmontano.

1. As Malhadas: Práticas Comunitárias Transmontanas

As malhas ou as malhadas eram uma tarefa considerada como prática comunitária ocorrida nos meses de Verão. Estas actividades eram consideradas duras pela exigência da força humana e do grande número de pessoas que implica ou implicava. Os ditados populares, que vamos apresentar, mostram-nos que o mês mais indicado para malhar é Junho ou Julho. Ora vejamos: “Junho, a ceifar”, “Quem malha em Agosto malha com desgosto”, ou “Em Julho, ceifo o trigo e o debulho e em o vento soprando o vou limpando” (Santos 2000).

As malhadas implicavam a participação de mulheres e de homens na sua realização. José Portela realizou um trabalho de investigação com o objectivo de analisar o fenómeno do trabalho cooperativo observado nas malhadas, nas aldeias de Fragueiro e de Fontim (duas aldeias transmontanas.), no qual evidencia precisamente a cooperação e a interajuda durante as malhadas:

As «malhas» constituíam em muitas aldeias e até muito recentemente um acontecimento social de primeira grandeza e um evento do ciclo agrícola em que mais visivelmente se manifestavam relações de trabalho cooperativo nas aldeias transmontanas de Fragueiro e Fontim nos anos 1980, 1981 e 1982. (Portela 1986: 8)

Entendemos por malha a “1. Acção de malhar. 2. Acção de bater os cereais de modo a separá-los da espiga e a descascá-los” (A.A. V.V. Lisboa: 2346). E malhada é definida como: “1. Acção de bater com o malho ou instrumento semelhante; acto ou efeito de malhar. MALHA. 2. Golpe, pancada dada com o malho. 3. Local onde se batem os cereais para os debulhar ou fazer soltar o grão; local onde se malha” (A.A. V.V. Lisboa: 2346).

Antes da malha era necessário segar o cereal, atá-lo, juntá-lo em rodos para secar ao sol. Posteriormente, seguia-se a carreja ou a carrada, ou seja, o transporte realizado entre o campo e a eira ou eirados, em carros de bois e, só mais tarde, com tractores.

Segundo António Lourenço Fontes, esta tarefa também possuía certos rituais, tais como o enfeitar os carros que transportavam os molhos, a

preocupação com o gado que fazia o transporte e a interajuda entre as pessoas. De uma forma breve, transcrevemos o seu parecer:

Enfeitam as vacas junguidas, com o jugo mais lindo, mais pintado, com mais enfeites. Colocam as melhores e mais bem soantes campainhas, nas melhores jugadas de gado. Sobre as molhelhas, ou molidas de junguir, ou jungir o gado, prendem peles de cão, lobo ou de porco, que descem sobre o focinho das vacas ou bois, para fazerem sombra. (...)

Combinado o dia da carrada com os amigos e vizinhos que vão ajudar, vão duas pessoas com cada carro, uma para chegar os molhos, outra para carregar. (...) Na eira, conforme os carros vão chegando, há dois homens que estão a emedar. (Fontes 1992: 139-140)

Não podemos abordar o tema das malhadas, sem referir as eiras que eram espaços importantes localizados nas aldeias para a realização das malhas. A eira era preparada para o grande dia da malhada com alguma antecipação. Os homens e as mulheres preparavam a eira ou eirado com bosta de boi e água, formando uma espécie de pasta ou massa, mais ou menos consistente, para barrar esse espaço. A pasta estendida era secada ao sol cerca de dois a três dias, formando uma espécie de “tapete sólido” para que as pessoas pudessem circular em cima dela, sem se sujarem, nem se perder o grão e a palha (Fontes 1992: 139).

As eiras inicialmente pertenciam à aldeia e, por isso, eram apelidadas de comunitárias. Mas com o passar do tempo, estas deixaram de existir e passou a haver eiras particulares, usadas também pelos vizinhos, familiares e amigos, pois as mesmas implicavam um espaço considerável de terreno e sobretudo plano.

António Fontes menciona que as eiras se localizavam perto dos palheiros do feno e da palha, por razões de funcionalidade. Outras vezes, eram situadas “num lugar mais exposto ao vento, para melhor *erguer*, *limpar* o pão (centeio), o milho, os feijões, a linhaça. Há eiras particulares e eiras comunais” (Fontes 1992: 138).

Já quase em extinção, ainda podemos encontrar as eiras de pedra. Estas tinham vantagens, porque serviam também para o milho e para os outros cereais e tinham um rebordo de pedra utilizado para as pessoas se sentarem para comer. Além das de pedra, existiam as eiras terrenas, que são as mais frequentes.

A construção ou elaboração de uma eira não é uma tarefa fácil e, por isso, apresentamos a descrição que António Fontes faz desse trabalho, na sua *Etnografia Transmontana*:

Nas eiras terreiras, 15 dias antes das malhadas, é preciso fazê la eira. As mulheres vão às cortes de todos os vizinhos, mesmo sem autorização, pois é um direito comunal apanhar, em cestos e caldeiros, toda a bosta limpa que encontrem. Carram-na para a eira até que seja bastante que

possa tapetar todo o eirado. Quando se carrou toda a bosta, num ou dois, três ou mais, para um monte no meio da eira, caldeia-se com água que baste, para a tornar mole, como quem faz cimento. E um homem, descalço e calças arregaçadas, amassa-a muito bem e estende-a, com um rodo de madeira, por todo o espaço utilizável da eira. Ficam apenas um ou dois centímetros de bosta em toda a eira. Depois é alisada e composta com um croça velha de junco, que vai sendo arrastada sobre a bosta estendida, até a deixar mais ou menos lisa e espalhada. O sol encarrega-se de a secar, e esta massa fica dura, impedindo que o grão se suje na terra. (Fontes 1992: 139)

A meda¹ era constituída na eira e tinha uma forma circular, chegando a ter oito a dez metros de diâmetro, dependendo da quantidade de centeio que vinha do campo. Ao começar-se a meda, era costume colocar quatro molhos em cruz e depois com duas rodadas e assim sucessivamente. Chegando à altura de quatro a cinco metros começava a ter forma de cone. Era também uma faina dura e difícil de realizar. Por exemplo, as mulheres afirmavam que o mais difícil era proteger as pernas da palha seca, porque antigamente elas não usavam calças compridas. Documentamos estas informações através das palavras de António Fontes sobre o início de uma meda: “uma espécie de cruz com os quatro primeiros molhos. (...) Ao terminar a meda, em cada uma, faz-se no corucho da meda uma cruz de palha, para proteger o pão” (Fontes 1992: 140). Antes de se iniciar a meda é também necessário colocar uma pouca de lenha seca por causa da humidade da terra, para que as espigas não fiquem em contacto com aquela.

Na região do Barroso, só depois de todos terem realizado as carradas² é que se começava a marcar o dia para as malhadas, procurando não haver coincidências e, se as houvesse, as pessoas alteravam o dia para que todos pudessem participar nas malhadas uns dos outros. Nos tempos que correm, tudo é realizado com máquinas e, por isso, a marcação do dia de tal tarefa já não depende do acordo entre os vizinhos e amigos, mas da disponibilidade do homem/dono da malhadeira.

Leia-se esta passagem retirada do livro *Rudes Penedias* que descreve o desfazer das medas e o espalhar dos molhos pelo eirado:

Laje fora, uns varriam os resíduos da malhada anterior; outros «botavam a eirada», acamando o centeio com as espigas ali bem expostas ao zupar dos malhos. O Rito, qual estranho gajeiro, esse não tinha mãos a medir, atirava molhos para um lado e para o outro, que, submissos à lei da queda dos graves, desciam «desimparados» e se esbangavam em semente

¹ Podemos definir meda como “amontoado de feixes de trigo, palha, etc., arrumados uns sobre os outros, em forma proximamente cónica, e apoiados numa vara vertical encimada por uma protecção de palha que desvia a chuva” (Houaiss 2002: 2431).

² A carrada é a “carga que um carro transporta ou pode transportar de uma só vez” (Houaiss 2002: 820).

num baque surdo, de encontro ao granito. A meda ia diminuindo a olhos vistos. (Parente 2002: 112)

Quando não eram as máquinas a malhar o cereal, os homens preparavam os seus malhos que eram os utensílios constituídos por duas partes: um pau mais comprido e rijo (mangueira) e um mais pequeno (pirto), unidos por uma fivela de couro, para que o pau mais curto fique solto e maneável.

Durante o momento importante da malha ou malhada, os homens estavam colocados em roda e intercalavam as batidas no chão com uma espécie de lengalenga cantarolada, para que pudessem bater alternadamente (a voz comandava o manejo do malho). Este trabalho era exigente e implicava muita perícia porque, além de ter de ser bem feito, os homens tinham de ter cuidado para não baterem com o malho na cabeça uns dos outros.

O hábito de recorrer ao canto é revelador de riqueza cultural das populações, que associam o ritmo musical à dureza do trabalho as cantigas, cantilenas ou lengalengas.

Era uso os trabalhadores benzerem-se no início da malhada para que o trabalho fosse proveitoso, isto é, que a colheita seja boa e farta e que durante esse dia terminassem a malhada sem se magoarem com os malhos:

Também na obra de Salvador Parente, encontramos a descrição do ritmo do malhar que implicava força, destreza e arte masculinas:

Chegados finalmente a um acordo e já alinhados e prontos, os malhadores benziam-se, cuspiam nas mãos áridas, apertavam as «hastras», levantavam as mangueiras bem ao alto e esperavam a voz de comando. (Parente 2002: 115)

As malhadas possuem um interesse sociológico, pois, na região barrosã, no momento das malhadas em que se apanhava a palha, havia liberdade para várias brincadeiras. Era costume, por exemplo, procurar derrubar as raparigas sobre a palha ou um homem fingir que estava doente para obter vinho da patroa.

A propósito de brincadeiras, era uso no Barroso prender o dono da malhada aquando do último eirado e, caso este não aparecesse, prendiam a sua mulher, o filho ou a filha, para que trouxessem “o galo” para comerem. Encontramos essa descrição na seguinte passagem do livro de António Fontes:

Ao acabar o último eirado, ou ao chegar ao fundo da última meda, o chefe da casa a quem se malhou, é preso, se não aparecer imediatamente alguém com o «galo» — rabanadas de trigo. Antes era centeio, molhado em vinho com açúcar, em abundância para todos beberem. Se o dono da malhada não aparece para ser amarrado, então prendem a mulher, filho ou filha mais velha com vencilhos até vir o GALO. (Fontes 1992: 143)

Quanto às tarefas das mulheres, além de apanharem a palha e a separarem consoante a sua aplicação (aproveitada para colmar as casas, por exemplo), têm de fazer molhos apertados com *bancelhos* (espécie de atilhos feitos da própria palha) e de limpar o eirado e o cereal.

A palha era aproveitada para colmar as casas e para os animais. O grão era junto para um monte com o auxílio de um *rodo* para depois ser limpo dos resíduos de palha e de lixo, com crivos ou peneiras abanados, ou com a ajuda do vento. Finalmente, era ensacado em sacos de peso aproximado e levado para armazéns, sendo uma parte para vender e a outra parte para colocar em caixas grandes de madeira. O chamado “pão” que ficava em casa era para uso doméstico, isto é, para os gastos da casa, um para os animais (bovinos, suínos e galináceos) e outro para levar ao moinho para ser moído e se transformar em farinha para, depois de amassada e cozida, dar o pão.

Com o aparecimento das máquinas e o uso do limpador, a tarefa das malhadas tornou-se muito mais fácil. Actualmente as malhadeiras malham e limpam, realizando em pouco tempo aquilo que levava dias e implicava o uso de vários braços.

Esta actividade de grande esforço e suor era um momento único de cantilenas e de brincadeiras, onde se narravam histórias, anedotas e até se faziam rezas. Podemos dizer que esta prática era um autêntico repositório de herança tradicional.

Em primeiro lugar, era uma manifestação festiva, porque implicava a reunião das pessoas, quer da mesma aldeia, quer das aldeias vizinhas, quer de familiares e amigos, dependendo da extensão das searas, traduzindo o tão referido comunitarismo. Em segundo lugar, as pessoas podiam conviver, conversar, divertir-se, contar histórias, aventuras, cantar cantigas que iam passando de geração em geração. O autor de *Rudes Penedias* permite-nos o testemunho destes ritos nas seguintes passagens:

Mas eram as malhadas, sem dúvida, o trabalho mais difícil do ano, e talvez por isso, o mais ansiosamente esperado, a maior festa do povo, decorrendo num clima e num ambiente de rituais fixos e quase sagrados.

Cada lavrador marcava o seu dia, aí por fins de Julho, e a notícia ganhava asa. Para as malhadas maiores, até das povoações vizinhas se ofereciam. (...)

Uma semana antes, já andava tudo de «codilhos». As «bassoiras, as coanhadeiras e as forcalhas», iam-se buscar onde quer que fosse. As designadas «bassoiras» eram giestas «raposinhas», redondas e bem tosadas pela visita diária da vezeira, e serviam para varrer a laje; as «coanhadeiras» eram codessos em forma de vassoura de piaçá e utilizavam-se para limpar o grão de rabeiras e impureza, os coelhos; as forcalhas, varapaus de carvalhotos terminados em vê ou em tridente, para segurar os molhos

«bordeiros», chegar o pão ao malho e virar a palha. (Parente 2002: 107-108)

As malhadas são uma tradição de índole comunitária, tal como outras tradições como, por exemplo, o forno comunitário e a vezeira. Mais uma vez se acentua o facto de as aldeias mais isoladas do Norte do país e das montanhas necessitarem de se refugiar no convívio e na partilha de bens.

A propósito das refeições, Salvador Parente fala-nos da constituição das mesmas e do recheio desses manjares variados mais próximos a festa do que a trabalhos pesados. Como sempre, não poderia faltar o vinho, o pão centeio e as carnes de porco (enchidos, orelheira, etc.).

Após a extenuante tarefa das malhas, os homens e os moços deitavam-se cansados no chão ainda quente, procurando um pouco de descanso. Depois de tudo pronto e arrumado, já no final do dia, homens, mulheres e crianças organizavam-se em rancho e cantarolavam, organizando uma festa até à casa da patroa para se sentarem à mesa e saborearem a ceia constituída pelo caldo e batatas amassadas. Depois cada um procurava dormir, ficando acordados os mais resistentes ou os mais atrevidos para pregarem umas partidas às raparigas solteiras. Uns iam dormir a casa, mas os que vinham de aldeias vizinhas, dormiam numa espécie de dormitórios, para no dia seguinte recomeçarem o trabalho bem cedo.

Todavia tudo muda e por toda a região nortenha, fundamentalmente por Trás-os-Montes, as malhadas foram desaparecendo gradualmente com a entrada brusca das máquinas, dos contratos de trabalhadores à jeira³ (“jeireiros”), com a emigração, com a fuga para as grandes cidades, entre outros factores. Para conhecermos melhor estes factores, será de muita utilidade a leitura da obra *Rudes Penedias* de Salvador Parente, para apreciarmos o vocabulário utilizado e algumas descrições que nos conduzem a uma realidade, infelizmente, quase desaparecida:

Vieram outros tempos, o minério, as jeiras e contratos, as malhadeiras mecânicas, motores até para lavar os dentes e os ouvidos, a emigração, o brilho sedutor das cidades, do luxo e do conforto e da vida inútil, foi preciso abrir os cordões à bolsa e puxar pelas lercas, e as malhadas desapareceram pura e simplesmente. O tempora, o mores! Passos baldados, o centeio acabou definitivamente. O centeio e as perdizes e o bucolismo rural. (Parente 2002: 153-154)

³ Jeira era o pagamento atribuído pelo trabalho realizado para outrem.

2. As Malhadas no *Diário* de Miguel Torga – Documento de Cultura e Património

Miguel Torga, escritor ligado à terra e às suas tradições e costumes, procura ao longo da sua obra documentar as actividades próprias do dia-a-dia e da região natal. Principalmente em várias entradas do *Diário*, regista as actividades que observa e participa. Podemos recorrer às múltiplas actividades e distrações que absorvem Torga nos seus regressos à terra, como a ida à caça, a matança, a chega de bois, etc. O que importava não era a distância que tinha que percorrer, mas as situações que gostava de ver uma e outra vezes.

Torga, transmontano por nascimento e por temperamento, partilhava a sua eira com o seu grande amigo e companheiro de caça e de serões, Padre Avelino Silva. Deprendemos que, desde criança, o Escritor assistia às malhadas e às eiras comunitárias, pois morava “paredes-meias” com a da sua terra.

Aquando de uma visita do pároco de S. Martinho de Anta, P. Avelino Silva, a Coimbra, Torga recorda com certa nostalgia esse lugar tão privilegiado, conversando sobre a “recuperação da eira comunitária”. Vejamos essa entrada do *Diário* XVI:

Coimbra, 28 de Dezembro de 1990 — Visita do pároco de S. Martinho. Telefonou-me a dar as boas-festas, adivinhou pelo tom da minha voz o meu estado de saúde, e meteu-se a caminho. Almoçou, bebeu do melhor vinho da garrafeira, e regressou agora, rijo e fero como sempre, depois de uma longa conversa. Meu vizinho de porta, é ele que me olha pelo quintal. Contou-me do acasalamento dos melros que ritualmente fazem ninho na sebe de avelaneiras que nos estrema, da recuperação da eira arruinada de que somos consortes, das páginas que escrevi sobre a nossa escola, que tem sempre na memória, dos exames novos que acrescentou ao colmeal. Quatro horas de paz bucólica. (Torga 1995: 1602-1603)

Apesar das poucas referências encontradas na diarística torguiana comparadas com a apresentação de outras manifestações tradicionais como as chegadas de bois e a matança do porco, não poderíamos deixar de abordar uma das tradições mais típicas, mais duras de realizar em todos os seus contornos. As malhadas são um dos costumes mais solidários e que obrigava a uma união saudável e gratificante em termos de comunidade.

Numa passagem do *Diário* XI, Miguel Torga documenta uma malhada na eira junto da sua casa, feita ainda com os “manguais” e os “malhos” de que falámos anteriormente. Este registo tem ainda mais harmonia por se tratar do dia do seu aniversário (sessenta anos), mas mais ainda por recordar o momento do seu nascimento, pois sua mãe estava a malhar quando sentiu as dores que a faziam sentir o dom da maternidade:

S. Martinho de Anta, 12 de Agosto de 1968 — Malhada de centeio na eira ao lado, que pertence à família, onde há sessenta anos minha Mãe largou à pressa a coanheira, para vir de rastos, já com o saco das águas roto e crucificada de dores, parir-me debaixo de telhas. Enquanto oiço o baque surdo dos manguais a esbanger as paveias, vou filosofando sobre esse longínquo nascimento, que a data e o cenário casualmente reconstituído recordaram cruciantemente. (Torga 1995: 1044)

Nesta passagem, não podemos deixar de referir a preocupação que o diarista possui em indicar os nomes e os instrumentos associados às malhadas: “coanheira”, “manguais”, “paveias”. Aqui se observa o registo de vocábulos que se tornam testemunhos da autêntica cultura da região transmontana.

Podemos reforçar a ideia apresentada desde o início que as malhas ou malhadas são uma prática comunitária que se encontra quase extinta nos tempos actuais, principalmente, nos moldes tradicionais de interajuda, de troca de trabalhos, de distribuição de tarefas, dos manjares preparados cuidadosamente e das brincadeiras e diversões estabelecidas entre os trabalhadores e os donos, entre os rapazes e as raparigas solteiros.

Na obra *Portugal*, Torga regista com entusiasmo as qualidades e as características próprias do povo transmontano. Entre outras, destacamos, para este momento, a exaltação que o autor dá ao pão e ao vinho. O pão, das mais variadas espécies, é resultado de muito esforço e trabalho ao longo de um ano inteiro. Por isso, é que quando cai ao chão é beijado, segundo os rituais tradicionais. Transcrevemos, então, essa passagem integrada no capítulo intitulado “Um Reino Maravilhoso”:

Não se vê por que maneira este solo é capaz de dar pão e vinho. Mas dá. Pão de milho, de centeio, de cevada e de trigo. Pão integral. Por ser pão e por ser amassado com o suor do rosto. Sabe a trabalho. Mas é por isso que os naturais o beijam quando cai no chão... (Torga 1993: 31)

Sem dúvida que o pão que é servido à mesa é resultado de muito esforço, trabalho e suor desde a terra, às etapas intermédias, até ao pão cozido no forno do povo. É esse sabor a “trabalho” que valoriza o produto final e assim o esforço dos homens e das mulheres do povo.

Através da obra de Miguel Torga, temos a certeza que estes registos torguianos são um excelente contributo de averiguação, de preservação e de conversação das práticas ditas comunitárias e que vão gradualmente desaparecendo. Essas referências são importantes porque nos legam os testemunhos que a cultura transmontana continua viva através destas actividades (ainda que em fase de extinção), da transmissão de valores e do património imaterial.

Conclusão

Torga escreveu passagens, no *Diário* e na obra *Portugal*, sobre as malhadas, o lugar da eira comunitária, as medas e as práticas que envolvem esta tradição. O Escritor serve-se das suas vivências de infância, de juventude e de adulto, recordando com ternura e com admiração uma prática que muito lhe dizia, pois a sua casa era contínua a uma eira comunitária.

Desta forma, Miguel Torga reclama uma constante atenção ao património local, regional e nacional, tendo em conta, sobretudo, a sua preservação. E a melhor forma de guardar o património cultural de um povo é através dos registos e das manifestações escritas que dele se vão fazendo.

Os costumes, que se encontram em vias de desaparecimento na região transmontana, são muitos e, por isso, a valorização e a identidade da língua, da cultura e do património, através dos registos diarísticos torguianos sobre as malhadas, são fundamentais como elementos de identidade e de memória cultural.

Referências Bibliográficas

- AA.VV. (2001): *Dicionário da Língua Portuguesa Contemporânea da Academia das Ciências*, Vol. II. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa e Editorial Verbo.
- Fontes, António Lourenço (1992): *Etnografia Transmontana – O Comunitarismo de Barroso*, vol. II. Lisboa: Editorial Domingos Barreira.
- Houaiss, António e Villar, Mauro de Salles (2002): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores.
- (2002): *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*, Vol. IV. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Portela, José (1986): *Trabalho Cooperativo em Duas Aldeias de Trás-os-Montes*. Porto: Edições Afrontamento.
- Parente, Salvador (2002): *Rudes Penedias*. Vila Real: Minerva Transmontana.
- Torga, Miguel (1993): *Portugal*. Coimbra: Edição do Autor.
- (1995): *Diário IX-XVI*, edição integral em dois volumes. Coimbra: Edição do Autor.
- Santos, Maria Alice Moreira dos Santos (2000): *Dicionário de Provérbios, Adágios, Ditados, Máximas, Aforismos e Frases Feitas*. Porto: Porto Editora.

Albano Martins and Poetry as Translation¹

Karen C. Sherwood Sotelino
University of California Santa Cruz

Scholars have analyzed German philosopher Walter Benjamin's essay "The Task of the Translator" (Die Aufgabe des Übersetzers 1923) extensively. Jacques Derrida raises questions about the Benjamin essay that lead to a definition of translation: What words does Benjamin use to make his argument? What are the implications of these choices? (Derrida 1998: 213-220). Paul de Mann, Carol Jacobs, and Betsy Flèche have emphasized the instability of the Benjamin essay, claiming that the essay itself, because of its enigmatic language, proves the impossibility of translation (Flèche 1999: 100). Jorge Luis Borges, like Benjamin, believes translation gives new life to a work, but differs from Benjamin in his concept of where the variation in lexical choice arises (Kristal 2002: 153-158). Whether they believe translation is possible or impossible, all of these writers emphasize the resonance of the single word. Roman Jakobson explains that poetic functions, such as meter, rhyme, imagery and generic conventions are not *subsequent* to poetic function, they are the poetic function (Sebeok: 356-358); his idea that the poem resides within the words themselves, in contrast to their denotative and connotative meanings, also contributes toward a definition of what occurs during the process of translation. Given the obsession with words that emerges in discussing translation and poetry, what can we expect to discover in translating the poems of poet-translator Albano Martins? What happens to language that has already been translated from the sensory linguistic imaginary of a translator's mind to the sheet of paper?

Albano Martins was born in 1930 in Telhado, Portugal and is the author of 21 volumes of poetry. His translations include works by early nineteenth century poet/essayist Giacomo Leopardi (1798-1837) and by Pablo Neruda. In addition to his writing, he is professor of Classics at Universidade de Fernando Pessoa, Porto, where his fifty years of writing poetry were celebrated in 2000 with the publication of the journal *Ecos do Silêncio*.

Brazilian critic Álvaro Cardoso Gomes emphasizes two vital aspects of Albano Martins' poetry: the first is thematic, the tension between eroticism and death. To quote the poet, "O amor e a morte são, de facto, duas forças em permanente tensão na minha poesia. Mas são elas, afinal, essas duas forças, que

¹ This article is based on a talk given at the Graduate Student Conference at the University of California Berkeley, April 14, 2006.

orientam e condicionam o destino humano.” Albano Martins makes the distinction between Divine love, and what he calls “human love” – the physical, or erotic – which he reveals in his poetry as the means to fulfillment (Gomes 2005: 27). In the following poem, the “center of voluptuousness” is at once an adornment and the essence; it is still flight; it is the song that lives, and dies. In the original, the final juxtaposition of “mora” e “more,” through the quiet distinction in sounds of the single and double “r,” realizes the proximity of passion and death phonetically.

No centro da volúpia, como essencia e forma, como adorno, contorno e cerne, é que o vôo se fixa, é que a ave reside e o canto mora e morre (Gomes 2005: 105).

The second aspect of Martins poetry emphasized by critic Álvaro Gomes is formal: the poet’s preference for concise verse. This brevity may relate to the poet’s creative experience as a translator. To quote Albano Martins, his poetry is “[...] a manner of, with a minimum of words, to suggest a maximum of feeling. Or, under a microscope, to capture those particles of feeling that hide in the crevices of the real” (Gomes 2005: 22). The idea that a writer/translator would strive for the *particles of feeling that hide in the crevices* is reminiscent of Walter Benjamin’s concept that a fine translation will take the *essence* from a text, that which is *hidden between* the lines (Benjamin 1968: 82).

Albano Martins’ insistence on searching for the bare essence, which has resulted in his very concise works, may be related to concepts in language philosophy regarding poetry and translation. In his essay “The Task of the Translator,” Benjamin establishes contrasts as a means to describe what he considers occurs in the process of translation. He differentiates between the poet, who originates and the translator, who creates; Benjamin also makes a distinction between the transcription of information and the transference of content. Through contrasting concepts, Benjamin tries to explain what takes place between the lines of a text. Jakobson makes the information/content distinction differently; he says that if we analyze language from the standpoint of the information it carries, we cannot restrict the notion of information to the cognitive aspect of language (Jakobson 1960: 354). He seems to be insinuating that in poetry the connection between the words and their meaning is in the strictest of relations. Edward Stankiewicz² held the concept that in everyday language the primary purpose in communication is the transmission of information, as compared to poetic language, wherein transmission of information is secondary to the manner of presentation. Benjamin, Jakobson, and

² Edward Stankiewicz, along with Roman Jakobson, was a participant in the Conference on Style, Indiana, 1958.

others have insisted that connotative, insinuating meaning attached to words or to groups of words is the fundamental dynamic of poetry.

According to critic Efraín Kristal, Borges believed that the foremost goal of a translation is to be literary, that a translation becomes convincing through both its aesthetic qualities and the substance of its content. Here again – we have the idea that there is a crucial aspect of a literary piece that goes beyond the text itself. Benjamin referred to what is carried over in a translation as the essence of the text, Jakobson emphasized the poetic function of words. Efraín Kristal claims that Borges, in his most inspired translations, exploited possibilities in the original that the original writer did not or, perhaps, could not have envisioned. The semantic resonance present in all texts becomes available through translation, according to Borges, because the translator has (presumably) emphasized some aspects of a work and decreased the importance of others.³ When Albano Martins says his writing is concise because he is searching to describe what he calls “the particles of feeling in the crevices of reality”, he seems to be saying he is striving to use those carefully chosen words that will be self-contained, that will reify the space between the lines.

How has Albano Martin’s deep knowledge of other languages and his experience in translation influenced the brevity or concision in his poems? Brazilian critic Álvaro Cardoso Gomes’s interpretation is that it is due in part to his classical background, perhaps the influence of the epigram.⁴ But the greater, and more vital concern of the poet is to avoid a “spilling over” over of emotions. Here again, the idea that the essential, now qualified as the emotional essential, is what Albano Martins reveals (Gomes 2005: 177). One of the concise poems Gomes analyzes runs as follows:

Tu estás do outro lado – You are on the other side.
Há pêsegos, laranjas sobre a mesa. – There are peaches, oranges on the table
Presenças tangentes ao desejo. – Their presence tangent to desire.

There is enormous economy here, as Gomes points out, when he calls the effect of these juxtapositions that of a resonating box. He points out that the two relationships of the poetic “I,” the first to the “other” (tu) and the second to Nature, occur on three levels, the symbolic, the sensorial, and the intellectual.

³ See “Borges on Translation” in Kristal, Efraim. *Invisible Work: Borges and Translation*. pgs. 1-35

⁴ “As a rule, a short, witty statement in verse or prose which may be complimentary, satiric or aphoristic. Originally an inscription on a monument or statue, the epigram developed into a literary genre. Many of them are gathered in the Greek Anthology (compiled c. 925). Roman authors, especially Martial, also composed them. (The Penguin Dictionary of Literary Terms and Literary Theory J.A. Cuddon 1992, p.295)

Gomes also points to the functioning of the fruit as an erotic object, working both semantically and phonetically (Gomes 2005: 180-185). Analyzing this small poem in translation reveals that there is not a lot of play, there is not a lot of leeway in the rendering. The lexical items match each other almost word per word semantically,⁵ except for the addition, in English, of the plural possessive “their” in the last line. Could it be that Albano Martins, poet/translator indeed approaches the essence of language?

Two of the poets whom Albano Martins has said influenced his work are Mallarmé – who translated Edgar Allen Poe – and one of Fernando Pessoa’s heteronyms, Álvaro de Campos.⁶ Fernando Pessoa had intimate knowledge of English so, like Albano Martins, he had the advantage Bakhtin described as essential to gaining awareness of one’s native language – that is, to know a foreign language intimately.⁷ Mallarmé described his own poetry as drawing from the soul of man states, glowing lights, of such absolute purity that, well sung and well lighted, they become the jewels of man.⁸ Álvaro de Campos is the most emotive among Pessoa’s poets. In his “Tabacaria” he claims to not even exist beyond his dreams.

Tabacaria

Não sou nada.

Nunca serei nada.

Não posso querer ser nada.

À parte isso, tenho em mim todos os sonhos do mundo.

I'm nothing.

I'll always be nothing.

I can't want to be anything.

Apart from that, I have in me all the dreams of the world.

– Álvaro de Campos

⁵ Line 1 - subject, verb, prepositional phrase as adverb; Line 2 – Portuguese verb, direct object, prepositional phrase as adverb; English empty subject, verb, subject, prepositional phrase as adverb; Line 3 Portuguese Noun, adjective, prepositional phrase; English Subject noun phrase (omitted verb), adjective, prepositional phrase.

⁶ Álvaro Campos, an engineer, represents in the spirit of Walt Whitman the ecstasy of experience; he writes in free verse. Ricardo Reis is an epicurean doctor with a classical education; he writes in meters and stanzas that recall Horace. Alberto Caeiro, a shepherd, is against all sentimentality, and writes in colloquial free verse. <http://www.kirjasto.sci.fi/pessoa.htm>.

⁷ “Languages throw light on each other: one language can, after all, see itself only in the light of another language.” (Bakhtin 1981: 12) “After all, it is possible to objectivize one’s own particular language, its internal form, the peculiarities of its world view, its specific linguistic habitus, only in light of another language belonging to someone else, which is almost as much ‘one’s own’ as one’s native language” (Bakhtin 1981: 62).

⁸ Jules Huret: *Enquete sur l'évolution littéraire* (Paris: Fasquelle, 1913), 55-65. The interviews first appeared in *L'Echo de Paris*, March 3-July 5, 1891.

Another Pessoa poet, Ricardo Reis, in describing emotion as the driving force behind de Campos's poems says, "the idea uses emotion to become expressed in words. It surrounds and defines the emotion, and the rhythm, or rhyme or strophe are the projection of this process of surrounding, the affirmation of the idea expressed through emotion." (Pessoa 1986: 868).

For both Mallarmé and Álvaro de Campos, like Albano Martins, who has been inspired by them, emotion (the essence of feeling, Mallarmé's jewels) are the driving force of their creation. In Albano Martin's case, he has chosen to express this essential quality through a minimum of words. It is so minimal that, in analyzing his poems in translation, we find almost no leeway in carrying his poetry over to English. It is as if he had already captured in his own language the essence of his message. As if he had already started out with a translation – if we think in terms of Benjamin or Borges, who believed that a literary work's essence will be increasingly revealed through translation. The translations below are extremely similar to the originals; the arrows indicate where there are additions, alterations or omissions.

Gramática da noite e do teu corpo

A noite é uma página escrita onde há uma vírgula depois de cada letra, um ponto depois de cada palavra, uma exclamação no fim de cada frase. Ao fim de cada período está o teu corpo, aberto num parêntese longo, que explica a súbita eclosão de auroras noturnas.

No fim de tudo estão os teus olhos, redondo
Como duas afirmações, loiros e despenteados.
Antologia poética, p.115

Night and Your body, a grammar

Night is a written page **with** a comma after every letter, a period after every word, an exclamation at the end of each sentence. At the end of every period is your body, open in a long parenthesis, which explains the sudden emergence of nocturnal dawns.

After everything are your eyes, round like two avowals, blonde and tangled.

→ Night is a written page, a comma after every letter, a period after every word, an

In this translation, based on the poet's suggestion, I added the word "with." The first version in English omitted the adverb "onde" entirely: "Night is a written page, a comma after every letter, a period after every word." This poem was written in the 50s, when Albano Martins acknowledges he was influenced by surrealist poets André Breton and Paul Éluard. He says he loved Paul Éluard's verse, "La terre est bleu comme un orange." (Gomes 2005: 20).

Juxtaposition of words creating sensory images is crucial to surrealist poetry, a stylistic device that lends itself to translation.

In the poem below “Escrito a vermelho,” again, there is only a very slight alteration in the translated version, and it again involves replacing a word eliminated in the first translated version. The poet wants to be concise; at the same time –based on his suggestion that the word “que” (“that”) be replaced in the translated version, it is clear that his concision is studied.

Escrito a vermelho

Também ainda não disseste
 (e é bom que o faças
 antes que anoiteça)
 que foi ao serviço
 dum causa
 que vieste. Não lhe dirás
 o nome, nem é preciso,
 julgo eu. Basta que se saiba
 que foi com o sangue
 que sempre o escreveste. E bastará,
 por isso, que leiam
 os teus versos. Porque
 em todos eles
 está escrito a vermelho.
Escrito a vermelho, p. 93

Written in Red

Nor have you said
 (and you should
 before nightfall)
 it was in the name
 of a cause
that you came. You won't → you came. You won't
 identify it, and don't need to,
 I think. It's enough to know
 it was in blood
 that you always wrote it. And it will be enough
 then, that they read your verse. Because
 there, in all of them,
 it is written in red.

Albano Martin's comments that his use of the color red goes back to his childhood, when he lived in the country and saw pigs being slaughtered, also from his childhood is the image of the poppies dying the blonde mountains – above all, he considers red an emblem of vitality, associated metaphorically with fire and sensuality. In this poem we see the tension between death “antes que anoiteça” and the vital force of his writing (Gomes 2005: 84).

The poem “Uma cidade,” translated below, also has very few alterations. Generally speaking, these are specific to word choice. In line 13, for the original “cais” and “porto” the poet preferred the combination of the words “pier” and “harbor” to the combination “harbor” and “port.” And for the original “balão aceso” in lines 21/22, he preferred the words “paper balloon” to “paper lantern.” Walter Benjamin made an enigmatic recommendation in his essay “The Task of the Translator.” He said that “a real translation is transparent; it does not cover the original [...]” and that “This may be achieved, above all, by a literal rendering of syntax which proves words, rather than sentences to be the primary element of the translator.” (Benjamin: 79). What makes the statement enigmatic is that we usually associate literal renderings with poor translations. Yet, in using the term “literal,” Benjamin is clearly advocating the value of the words themselves; he is cautioning translators to pay close attention to the original word choice. It is as if he were imploring the translator to be a poet. Mallarmé referred to choosing words to create “incantation” – through the unusual juxtapositions of sounds in the verse, as if to imply that the musical effects themselves can induce sublimation. He admired the verse that reconstitutes out of several vocables a complete new word, foreign to the language and incantatory.⁹ T.S. Eliot emphasized the poet’s commitment to his or her language: he said the poet’s foremost task is to preserve and to extend and perfect language (Gomes 2005: 55). “Uma cidade” exemplifies Albano Martin’s exquisite care over word choice.

UMA CIDADE

Uma cidade pode ser
 apenas um rio, uma torre, uma rua
 com varandas de sal e gerânios
 de espuma. Pode
 ser um cacho
 de uvas numa garrafa, uma bandeira
 azul e branca, um cavalo
 de crinas de algodão, esporas
 de água e flancos
 de granito.
 Uma cidade
 pode ser o nome
 dum país, dum cais, um porto, um barco
 de andorinhas e gaivotas
 ancoradas
 na areia. E pode

⁹ Avant-Dire au *Traité du verbe* de René Ghil" [1886], in *Mallarmé: OEuvres complètes*, 858 n. I.

ser
 um arco-íris à janela, um manjerico
 de sol, um beijo
 de magnólias
 ao crepúsculo, um balão
 aceso
 numa noite
 de junho.

Uma cidade pode ser
 um coração,
 um punho.

Castália e Outros Poemas, Editora Campo das Letras, Porto, 2001.

A CITY

A city can be
 a mere river, a tower, a street
 with verandas of salt and geraniums
 of foam. It can
 be a bunch
 of grapes in a bottle, a flag,
 blue and white, a horse
 with a mane of cotton, spurs
 of water and flanks
 of granite.
 A city
 can be the name
 → of a country, a pier, a harbor, a boat
 → of a country, a harbor, a port, a boat
 of swallows and seagulls
 anchored
 in the sand. And it can
 be
 a rainbow at the window, basil
 made of sun, a kiss
 of magnolias
 → at dusk, a paper balloon → at dusk, a paper lantern
 lit up
 on a night
 in June.

A city can be
 a heart,
 a fist .

When asked by critic Álvaro Gomes about how to free words from their sedentary existence, Albano Martins replied, “It’s by freeing them (this is the poet’s job) from their state of residue that constant use confers on them, it is by using them as if they had just been born. For a new reality, which is the reality of

the poem, words must be virgins.” (Gomes 2005: 26). The poet has chosen words that in their singular combinations evoke a large emotional realm. The words themselves seem to be translations – as if the poet had taken the essence from an overflow of emotion and concentrated into his carefully chosen and newly used words. In Albano Martins work, there is a conflation between the poet, who originates and the translator, who creates.

References

- Azevedo, Milton (2005): *Portuguese: A Linguistic Introduction*. London: Cambridge University Press.
- Bakhtin, M.M (1981): *The Dialogic Imagination*. Michael Holquist, ed. Austin: University of Texas Press.
- Benjamin, Walter (1968): “The Task of the Translator” 1923. *Illuminations*. Ed. Hannah Arendt. New York: Schocken Books, 69-82.
- Derrida, Jacques (1998) : “Des Tours de Babel.” *Psyché Invention de l'autre*. Paris: Galilée : 203-233.
- Flèche, Betsy (1999): “The Art of Survival: The Translation of Walter Benjamin” *Substance* #89, (95-109).
- Gomes, Álvaro Cardoso (2005): *A Melodia do Silêncio*. São Paulo: Quasi Edições.
- Jakobson, Roman (1963): “Aspects Linguistiques de La Traduction” *Essais de Linguistiques Générale*, Paris: Les Éditions de Minuit : 78-86.
- (1960): “Linguistics and Poetics,” in *Style in Language*, ed. Thomas Sebeok (Cambridge: MIT Press): 350-377.
- (1960): “Closing Statement: Linguistics and Poetics.” Sebeock, Thomas A. ed., *Style in Language*. New York: Massachusetts Institute of Technology.
- Kristal, Efraim (2002): *Invisible Work: Borges and Translation*. Nashville: Vanderbilt University Press.
- Leão, Isabel Vaz Ponce de: *Ecos do Silêncio*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- Martins, Albano (1999): *Escrito a vermelho*. Porto: Campo das Letras, Editores, S.A.
- (2000): *Antologia poética*. São Paulo: Unimarco,
- (2004): *Três poemas de amor seguidos de livro quarto*. Vila Nova de Famalicão.
- Pessoa, Fernando (1986): *Obra Poética e em Prosa*. Porto: Lello & Irmão Editores.

CULTURA

**Teatro Popular Mirandês:
Notícia dos textos existentes no Espólio de António Maria
Mourinho, sua divulgação e edição, seguida de alguns
apontamentos sobre as representações, valor e vitalidade destas
manifestações culturais na Terra de Miranda**

António Bárbolo Alves
Bolseiro da Fundação para a Ciência e a Tecnologia
Centro de Estudos António Maria Mourinho
abarbolo@gmail.com

Resumo

Aquilo que se tem designado por Teatro Popular Mirandês (TPM) é um corpo heterogéneo de textos, de diferentes origens e de difícil circunscrição a uma tipologia classificatória, alguns dos quais ainda hoje representados e conservados na Terra de Miranda. É uma manifestação etnográfica de características singulares, onde confluem características do teatro ritual, mas também outras manifestações teatrais como as representações litúrgicas, os entremezes, as declamações, etc.

No Centro de Estudos António Maria Mourinho (CEAMM) conservam-se algumas dezenas de peças, pertencentes ao espólio desse investigador mirandês, que estão a ser tratadas e editadas. Neste artigo daremos conta do inventário desses textos, dos critérios seguidos para a sua edição, assim como da sua importância para o conhecimento da língua e da cultura da Terra de Miranda.

1. Definição e origens

Antes de mais impõe-se um esclarecimento preliminar sobre o título deste artigo, dirigido sobretudo àqueles que, menos familiarizados com estes textos, estranhem a sua extensão. Como se sabe, estes títulos longos, explicativos, em forma de epígrafe, são uma das características da poesia barroca. Mas também o teatro, na sua forma impressa, adoptou esta tendência editorial, como que a corroborar e a amplificar os grandes artificios cénicos e a grandiosidade das obras. Como exemplos, retenhamos apenas dois títulos de dois dos textos mais representados na Terra de Miranda: *A Tragédia de Carloto Magno* e *A Vida de Roberto do Diabo*.

A primeira, da autoria de Baltazar Dias, segundo a edição da Livraria Chardron, de Lello & Irmão, feita no Porto, em 1907 e integrando a colecção “Bibliotheca para o Povo”, número 20, leva o seguinte título: *Tragédia do Marquez de Mantua e do Imperador Carloto Magno A qual trata como o*

Marquez de Mantua, andando perdido na caçada, achou a Valdevinos ferido de morte, da justiça que por sua morte foi feita a D. Carloto, filho do Imperador, e na qual figuram as seguintes personagens: Marquez de Mantua; Valdevinos, seu sobrinho; um Pagem; dous Embaixadores, chamados Duque Amão, e e Conde D. Beltrão; o Imperador Carloto; Ganalão; a Imperatriz; a Mãe, e esposa de Valdevinos, e D. Carloto.

Da segunda, lembremos o título da edição de Burgos, de 1509, que é o seguinte: *La espantosa y Admirable Vida de Roberto el Diablo, así al principio llamado, hijo del duque de Normandía, el cual después, por su santa vida, fué llamado hombre de Dios* (Caro Baroja 1990: 384).

Mas a primeira edição portuguesa, feita em Lisboa, em 1732, traduzida por Jerônimo Moreira de Carvalho, não fica muito atrás em dimensão: *História do grande Roberto, duque de Normandia, e Emperador de Roma, em que se trata da sua conceição, nascimento, e depravada vida, por onde mereceu ser chamado Roberto do Diabo; e do seu grande arrependimento e prodigiosa penitência.*

Contudo, no Teatro Popular Mirandês (TPM), os títulos do são até bastaste breves, simples e concisos. Naturalmente que a vertente oral, associada à transmissão destes textos, contribuiu certamente para a redução (e mesmo modificação) dos títulos, de forma a que eles fossem facilmente memorizados e conhecidos. Os dois já citados são assim conhecidos como *Roberto do Diabo* e *O Imperador Carloto Magno* (este com as variantes de *o Auto de Valdevinos* ou *a Verdadeira Tragédia do Marquez de Mântua*, acentuando-se assim a traição que este faz ao seu cunhado e relegando para segundo plano a vida do imperador). Por isso, podemos dizer que as epígrafes do TPM apenas se concretizam na representação, no tablado, deixando para as versões impressas a “necessidade” destas explicações.

Aquilo que se tem designado por Teatro Popular Mirandês é um conjunto muito diverso de textos, conservados na Terra de Miranda, alguns daqui oriundos, onde são representados em manifestações de carácter teatral ou para-teatral. O TPM é uma manifestação etnográfica que possui características singulares, onde confluem características que se assemelham ao teatro ritual, mas também a outras formas teatrais como as representações litúrgicas, os entremezes, as declamações, etc. Por outro lado, os textos podem também circular, autonomamente ou em parte, sob outras formas literárias, nomeadamente nos contos, nas poesias ou nas lendas. Deste corpo heterogéneo de textos e de representações surge esta manifestação peculiar, difícil de cingir a uma tipologia classificatória, como, aliás, todos os “géneros populares”.

Nesta matéria, a tentativa de sistematização dos estudos sobre a literatura oral levou os especialistas a encontrarem quatro vias ou perspectivas de

classificação dos géneros: a via temática; a via estrutural; a via dos arquétipos e a via funcional (Ben-Amos 1974). No caso do TPM tem-se seguido uma tradição temática, dividindo os textos em “profanos” e “religiosos”, ou de “cariz profano” e “religioso”.

José Borges Pinto, no seu ensaio sobre o TPM, procura encontrar nas origens destas manifestações a forma de as enquadrar e de as classificar. Mas a primeira constatação é que elas fogem a alguns dos parâmetros normalmente associados à chamada cultura popular: o anonimato, a ausência de autor ou a impressão de que pode tratar-se de obras colectivas. Assim não ocorre, de facto, com o TPM. Para além dos autores locais, aqui encontramos também muitos nomes da chamada “escola de Gil Vicente”¹. Mas o arraigado hábito do teatro popular na Terra de Miranda não se exime a uma longa tradição histórico-cultural, parecendo reforçar a tese de um teatro anterior a Gil Vicente cujos textos, em formato escrito, não chegaram até nós. Sem chegar verdadeiramente a uma definição de conceitos, Borges Pinto conclui que o Teatro Popular Mirandês “é, indiscutivelmente, o filão mais poderoso de todo o teatro popular português e o único que subsistiu como corpus, coeso, autónomo e com especificidades próprias” (Pinto 2002).

E, na verdade, estas tradições parecem ter raízes bem profundas nas gentes mirandesas. Reportando-nos exclusivamente a alguns registos escritos (embora, em meu entender, a história da Terra de Miranda seja sobretudo oral, necessitando para a sua (re)construção, de uma epistemologia da oralidade), vamos encontrar nas Pastorais diocesanas de Miranda, nos séculos XVII e XVIII, e de Miranda-Bragança, nos séculos XVIII e XIX, inúmeras referências, sobretudo proibições, sobre a arraigada habitualidade do povo transmontano e mirandês a estas manifestações às quais que se procurava pôr cobro².

¹ Segundo creio foi Teófilo Braga o criador desta expressão, atribuindo aos seguidores de Gil Vicente o papel de terem continuado a obra do mestre que, de outra forma, ficaria incompleta: “A sua obra apesar de brilhante estava destinada a morrer com ele. Assim aconteceria se a impressão que deixou não fosse profunda. Nas terras aonde ia deixava o rasto da sua luz; ficava o gérmen para florir de futuro. (...) O teatro português começava a ter uma tradição, estava fundada uma escola” (Braga 1870: 199-200).

² Outro tipo de proibições que também afectava o teatro era o das representações femininas. Durante séculos as mulheres foram proibidas de aparecer em palcos; depois, ora proibidas ora consentidas. Por entre informações contraditórias temos notícia de que Lope de Veja, por exemplo, fazia os papéis femininos das suas peças, já passado o ano de 1600. Em Portugal, D. Maria I proibiu a participação das mulheres em representações públicas – o que demonstra que ela era permitida – mas poucos anos depois, em 1800, revoga essa determinação (ver Guerreiro [1976: xxxiv], em *Teatro popular português*, coligido por J. Leite de Vasconcelos. Segundo informa António Maria Mourinho, no *Auto da Paixão*, representando em Duas Igrejas em 1948, os papéis de Nossa Senhora, de mulher de Pilatos, de criada de Caifás e de Verónica foram representados por homens. Contudo, este deve ter sido dos últimos autos em que tal aconteceu. Por outro lado,

Numa Pastoral datada de *31 de Janeiro de 1687*, referindo-se a muitas superstições diabólicas e gentílicas, Dom Frei António de Santa Maria, bispo de Miranda, refere-se a “dois abusos prejudiciais e escandalosos, nos dias da oitava do nascimento do Natal, um modo de festa a que chamam pandorcas, fazendo danças e festejos por mortos, comendo e bebendo, descompondo muitas pessoas, e ainda o canto das missas por lavradores seculares sem clérigos, chegando-se a cantar a Epístola” (Castro 1947: 156). O mesmo bispo, noutra pastoral de 20 de Fevereiro de 1689, proíbe “que nas igrejas se recitem comédias ou outras representações, ainda que sejam de coisas espirituais” (Abade de Baçal 2000: 151).

Estas interdições são reiteradas por D. José Alves de Mariz que, em Pastoral datada de 20 de Dezembro de 1890, proíbe “as *pastoradas* ou *ramos do Natal*, os *autos da Paixão e Morte do Redentor*” (Abade de Baçal 2000: 231). Cinco anos mais tarde, com data de 16 de Dezembro de 1895, o mesmo bispo “declara interditas todas as igrejas e capelas da diocese onde se façam *pastoradas* na noite de 24 para 25 de Dezembro e os *actos da paixão, morte e ressurreição do Redentor* na semana santa e suspenso *ipso facto* o pároco que para tais representações concorrer ou mesmo as tolerar sem opor obstáculo” (Abade de Baçal 2000: 234).

Se sobre as “pandorcas” subsistem dúvidas se se trata de simples jogos, festas ou se tinham um carácter teatral³, as outras proibições não deixam qualquer dúvida. O teatro popular ficou assim debaixo da condenação de quem, para além de esgrimir razões morais contra ele, acrescenta razões estéticas, para o considerar desprezível.

Não deixa de ser curiosa que esta tentativa de acabar com estas manifestações coexista e colida com outros documentos em que se coage o povo a fazer estas representações. Efectivamente, num auto da Câmara Municipal de Miranda do Douro, datado de 25 de Fevereiro de 1795⁴, pode ler-se o seguinte:

noutros testemunhos orais que recolhemos, sobre representações anteriores a esta assim não ocorreu. Mas tal facto confirma, afinal, a referida habitualidade do povo mirandês assim como a “necessidade” de proibir e de “corrigir” o povo, de emendar certos defeitos, repondo os acontecimentos dentro “da verdade verdadeira” (ver GEFAC 2002: 22).

³ António Cabral, por exemplo, apresenta as pandorcas como um jogo, “uma festunça popular, marcada por alguns excessos, na sequência de comezainas” (Cabral 1991: 85).

⁴ Arquivo do Museu da Terra de Miranda, *Livro das Actas e Registo da Câmara Municipal de Miranda do Douro*, 1795, fol. 95/96, V.97. Este documento encontra-se transcrito no espólio do Dr. Mourinho. O documento original deve encontrar-se no Museu da Terra de Miranda.

Anno do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Christo de mil settecentos e noventa o cinco aos vinte o cinco dias do mês de Fevereiro do dito anno nesta cidade do Miranda.

Neste acordarão que logo que chegar a noticia do felis Nascimento que se espera do filho ou filha que tiver a Princesa Nossa Se.ra se mande cantar hum Te Deum laudamus e em todos os lugares principalmente na Se desta (...).

Também se mandará por hum tablado prompto no melhor sitio que parecer mais conveniente para quem quiser nelle repersentar Comedias e se mandarão avisos aos lugares se Sendim, Palaçoulo e Duas Igrejas para estarem promptos para virem representar cada hum sua Comedia com penna de seis mil reis. Os juizes dos officios serão avisados para que ponhão suas danças promptas penna de tres mil reis e ainda aqueles officio que não tem juis como molleiros, taberneiros etc.

É que os lugares alem dos ditos tres das comedias apromptarão cada lugar hua dança de palitos com seus instromentos debaixo de penna de três mil reis. (...) Também se fará fogo para se lançar na Véspera da mesma festa. Se mandara aos comediantes no fim de cada comedia que fizeram dar um refresco.

Nestas festas, realizadas por ocasião do nascimento de um dos filhos de D. João VI, decretam então a obrigatoriedade, sob penas pecuniárias, de o povo organizar as “danças de palitos” (hoje conhecidas por pauliteiros) e de “representar comédias”. Ou seja, a hierarquia religiosa multava e excomungava o povo se representasse e dançasse, o poder civil multava-o!

As comédias seriam também levadas a cabo por alturas das festas, como se pode concluir a partir de uma observação que se encontra no livro de contas da Santa Casa da Misericórdia de Miranda do Douro, de 1578 a 1594⁵: *Ano de 1579 (fólio sem número): Despesa para a comédia da festa 1200 reis.*

Também António Maria Mourinho procurou respostas para este apego do povo mirandês às representações teatrais. Na sua opinião não se pode compreender o apego à representação popular se não houver uma predisposição tradicional que as acolha, as mantenha e as propague.⁶ Azinhal Abelho, na sua introdução ao *Teatro Popular Português*, dedicada a Trás-os-Montes, escreve

⁵ Esta nota, também transcrita e dactilografada, encontra-se numa folha solta do Arquivo de António Maria Mourinho.

⁶ Apreciem-se, por exemplo, estas palavras, num artigo intitulado *Teatro popular: nem tudo se perdeu*: “Há certas usanças entre os povos que eles consideram inconscientemente autênticas instituições sociais, religiosas, litúrgicas, domésticas, de que não abdicam por algum motivo e que fazem parte da sua vida individual e colectiva – uma espécie de segunda ou terceira natureza. Razões de predisposição psicológica ou mesológica das multidões? Raízes multi-seculares persistentes e renitentes ao abafado dos séculos e das correntes ameaçadoras que sobrevivem com as épocas? Condições naturais de adaptabilidade dessas instituições para o povo as receber, abraçar e aplaudir?” (Mourinho 1991: 389).

igualmente que a alma colectiva desta gente se encontra apegada ao torrão natalício, pelo encanto dos símbolos e orgia de escárnios, ligando o fascínio hierático das lendas e o culto solene dos mortos à mofa chocalheira (Abelho 1968: 24).

Parecem, de facto, terem existido ao longo dos séculos razões geográficas (que se prendem não só com o carácter isolante da região, mas também com o facto de se encontrar numa zona de fronteira e de contacto com as vizinhas regiões espanholas), culturais, linguísticas, talvez psicológicas e também mesológicas, para que a Terra de Miranda acolhesse estas manifestações, adaptando-as, transformando-as e tornando-se num dos ricos e fecundos alfobres do Teatro Popular. A força e a coerência destas manifestações encontram-se assim amalgamadas pela coexistência e pela continuidade num espaço-tempo, homogeneizadas pela história, pela cultura, pelo hábito sociológico, pela marginalização no espaço português, pela língua, e pela consciência de uma identidade que é ela própria um produto e uma realidade em contínua mudança que também o TPM ajudou a construir.

Só a identificação desse *corpus* e a delimitação das suas especificidades permitirá chegar a um conhecimento daquilo que é o TPM, e a uma definição minimamente operatória. Por enquanto, contentemo-nos com o que temos e conhecemos, que não é já pouco: os textos e as classificações locais. Ora estas, à semelhança de uma gramática, funcionam segundo uma lógica do grupo e não obedecem, necessariamente, a classificações exteriores, mas sim à concepção que os autores, narradores e regrantés têm de cada texto.

Localmente, estas manifestações são conhecidas por *colóquios*, *quelóquios* ou *comédias*.⁷ Os textos, por seu lado, são chamados *cascos*, existindo também as designações de *loas* e *trovas*, as primeiras associadas às estrofes cantadas na Festa do Ramo, por alturas do Natal, e as segundas que se diziam na época do Entrudo. Muitas destas designações são também comuns a todo o Norte do País.⁸

⁷ No *Auto de José do Egípto*, diz o Gracioso: “Agora, agora é que *bai* chegar o melhor da comédia”.

⁸ Os nomes não são, por isso, exclusivamente mirandeses embora estes os tomem como tal. Mas não estará, também aqui, uma das peculiaridades da literatura oral? O facto de os textos e designações serem acolhidos pelas diferentes culturas que os transformam, os adaptam e os transmitem considerando-os como genuinamente seus. A. Machado Guerreiro esclarece que colóquio é o “nome dado a uma composição teatral, que pode ser drama, comédia, ou misto de drama e comédia. Um dos correspondentes de Leite de Vasconcellos, José Bernardo de Morais Calado, de Miranda do Douro, conta que no seu “tempo de rapaz era trivial levarem-se à cena muitas dessas representações, importadas de Espanha, a que chamavam Colóquios”. Em certos títulos pode encontrar-se “Auto ou Colóquio de...”, como também se encontra “Auto do Colóquio”, ou ainda “Auto do Quilóquio”. Continuava ainda o mesmo correspondente: “Já não se usam estes Colóquios espanhóis, mas é frequente levarem-se à cena, entre os povos, vidas de Santos

2. Representações

Desnecessário será dizer que as representações do TPM se tornaram cada vez mais raras. Razão que se prendem com as mudanças sociais e sociológicas, com as transformações ocorridas na sociedade mirandesa que fizeram, por exemplo, com que os textos tenham perdido actualidade, interesse, e se tenham tornado opacos e incompreensíveis. Ainda assim, de tempos a tempos, em algumas aldeias, lá se vai fazendo uma ou outra representação. E é pena que as Associações Culturais, os grupos de teatro, mirandeses ou não, não aproveitem este manancial para lhe inculcar nova vida.

Tradicionalmente, excepto com os textos de carácter mais ritual, associados ao ciclo pascal e natalício, assim como ao Entrudo, as representações tinham lugar no final do Inverno. Durante este período, aos serões, faziam-se os ensaios nos currais ou à volta das enormes fogueiras, que eram também ocasiões de encontro e de festa. Chegada a Primavera, aí pelos meses de Abril, Maio e Junho, antes das safras estivais do trigo e do centeio, armavam-se os grandes tablados para a representação. O espectáculo era montado nestes enormes estrados de madeira, elevados, para permitir boa visibilidade. O cenário de fundo é composto por colchas, representando as casas das personagens, servindo as primeiras de meio de entrada e saída em cena.

A descrição do TPM, feita pelos elementos do GEFAC, que aqui acorreram após o 25 de Abril de 1974, imbuídos pelo espírito revolucionário e cultural das Brigadas do Serviço Cívico, mantém plena actualidade:

A representação deste tipo de teatro era, pelo menos pela altura da nossa recolha, extremamente simples e ingénua dependendo por completo da maior ou menor graça, jeito ou engenho dos seus intervenientes. (...) Os espectáculos decorriam em ambiente vicinal com um público "familiar" na própria aldeia ou nas aldeias vizinhas. O ponto que sussurrava o texto aos ouvidos de algum actor que tivesse uma branca (esquecimento do texto), era perfeitamente assumido pelo "ensaiador" que dirigia a cena, junto à boca de cena, não se inibindo de corrigir em voz alta algum actor mais esquecido ou até mandar repetir alguma cena⁹.

ou representações de algum mistério (...) as representações deste género são sempre ao ar livre – um teatro de feira. Na Terra de Miranda *Colóquio* ou *Quilóquio* é representação séria, da vida de um santo, por exemplo, num teatro armado de rua". *Op. cit.*, p. XVI.

“Casco”, esclarece Machado Guerreiro, é o nome dado na Terra de Miranda, ao manuscrito da peça, independentemente do género a que possa pertencer e em todo o Norte do País (ver Guerreiro 1976: xv).

⁹ Ver http://www.uc.pt/gefac/teatro_popular/teatro_teatro.htm (consultado dia 16.05.2007)

O teatro popular mirandês move-se num universo onde as fronteiras entre fantástico e o real se desvanecem e onde não se pode falar de unidade de lugar nem de tempo. Se necessário, anos e anos sucedem-se em poucos segundos. Dois lugares longínquos convencionam-se a alguns passos. O simbolismo assume, desta forma, a primazia, num convite aberto à imaginação. Nas representações, o texto ocupa um papel preponderante dado que os actores, em muitos casos, quase que se limitam a declamar ou debitar a sua parte, parados em cena, sendo grande movimentação (excepção feita ao elemento libertino representado pelo *Tonto* ou *Gracioso*).

O que mais pode impressionar nestas representações são as grandes massas humanas, oriundas de toda a região, que normalmente acorriam, como o atestam os testemunhos fotográficos que se encontram no Arquivo de António Mourinho, assim como algumas notas que encontramos apenas em alguns textos. Em Urrós, por exemplo, aquando da representação de *A criação do mundo*, no dia 4 de Maio de 1924, estiveram presentes muitas pessoas de Vila Chã, que se encontra, hoje, a cerca de vinte quilómetros dessa localidade. Ambas as aldeias se encontravam unidas, na época, apenas pelo caminho medieval, conhecido pela estrada de Miranda, que dista cerca de 30 km dessa localidade. Segundo uma nota da autoria do “regrante” Salustiano Augusto Ovilheiro, no final da representação, houve um desaguisado entre os ditos habitantes de Vila Chã e os de Brunhosinho, no concelho de Mogadouro, só solucionado pela intervenção da Guarda Nacional Republicana de Miranda e da Infantaria de Bemposta. Acrescenta, noutra nota final, que todo aquele livro é da sua mão, “é muito exemplar” e está fundado na História Sagrada pois a ele assistiram alguns padres.

Em Duas Igrejas, o *Auto da Paixão*, representado no dia 6 de Junho de 1948, terá reunido, segundo os jornais da época e as informações de António Mourinho, cerca de 25.000 pessoas.

Apreciem-se agora algumas imagens do Arquivo Fotográfico de António Mourinho, nas quais se pode ver e documentar a forma como as pessoas se acotovellavam e se amontoavam para assistir a um *colóquio*.



Aspecto da assistência aos *Colóquios*.
Fotos do Arquivo de António Maria Mourinho

3. Os textos

O TPM conta histórias do quotidiano, cruzando no mesmo palco actores com a música de uma tocata: gaita, caixa e bombo. Aqui encontramos textos oriundos da chamada escola vicentina como Baltasar Dias, Francisco Vaz de Guimarães, António Pires Gonge, Afonso Álvares, António Cândido de Sousa Vasconcellos, entre outros. Contudo, há também textos de autores mirandeses e outros oriundos das praças e terreiros espanhóis, traduzidos de autores como Lope de Veja e Calderon de La Barca ou importados de França, como a célebre comédia de *Roberto do Diabo*, trazida pelos contrabandistas, aventureiros, curiosos ou peregrinos que, secularmente se deslocaram às vizinhas terras de Castela e Leão.

Numa folha solta, com letra de marcador vermelho e de difícil leitura, podemos perceber estas palavras de António Maria Mourinho:

A tradição e o hábito dos mirandeses vinham [...] numa tradição de representações litúrgicas de ruas e praças em Zamora, Salamanca, Valladolid, – sobretudo a 1ª – que já nos é citada no fim do século XIII – e a que os mirandeses assistiam por devoção aos mistérios celebrados – os maiores do ano – *Auto da Paixão* e *Ressurreição* – e acorriam a pé, por penitência, por mera devoção ou simples curiosidade de presenciar e ver para voltar e depois contar [...] aos que ficaram. É de tradição os mirandeses passarem na barca do Douro ou na Senhora da Luz a caminho de Zamora, às feiras e romarias e de caminho traziam roupas para vestir, ferros para [a] lavoura e alimentos...

Mas o Teatro Popular Mirandês tem também, como dissemos, os seus autores locais. Versejadores famosos foram, por exemplo, o Tiu Augusto Pataco e o Senhor João Bernardo, que reclamavam a autoria do *Auto da Pastora ou Comédia da Vida e Morte da Maria do Céu*. Em rigor, o texto pertence a ambos: o Tiu Augusto Pataco pode ter sido o primeiro autor do texto, mas o Sr. João Bernardo fez a profecia e terá feito também várias alterações cada vez que o ensaiou (Gonçalves 2000: 173).

Para além destes, há que referir os nomes de António Delgado Ramos, de Cicouro, que escreveu o auto *Amor de amargura ganhado pelos cristãos* e adaptou o *Auto de todo o mundo e ninguém*; de Basílio Rodrigues, pintor, natural de Vilar Seco, no concelho de Vimioso, autor de dois colóquios (*A pintura de São Brás* e *O capote*); e Humberto Augusto Pires, natural de Malhadas autor de *O emigrante* e que adaptou igualmente o texto de *O filho pródigo*, de autor desconhecido.

Também Valdemar Gonçalves adaptou ao teatro popular mirandês a conhecida telenovela *A escrava Isaura*, que foi representada na Póvoa em 26 de Dezembro de 1979. Refira-se igualmente o entremez intitulado *Sturiano i Marcolfa*, da autoria do Sr. Francisco Garrido Guimarães, “camponês natural de Cércio”, publicado por José Leite de Vasconcelos (1901: 283-303).

Dentro desta diversidade, podemos dizer que serão cerca de uma centena os textos que circularam pela Terra de Miranda, alguns dos quais, contudo, nunca terão chegado a ser representados, conhecendo-se unicamente os textos ou *cascos*.

3.1 Os textos do espólio de António Maria Mourinho

Como se sabe, António Maria Mourinho foi um dos maiores investigadores da Língua e da Cultura Mirandesas. O TPM não poderia, por isso, escapar ao seu olhar de investigador atento, interessado e conhecedor destas manifestações.

São cerca de trinta os textos teatrais que se encontram no seu Arquivo, de diversas origens e em diferentes estados de conservação e/ou edição. Alguns dificilmente poderão ser considerados como pertencentes ao TPM pois, não havendo notícia de alguma vez terem sido representados, não passaram pelo

mesmo processo de adaptação e de transformação que o povo e os *regradores* impuseram aos restantes textos. O estudo e a edição de cada um darão conta destas particularidades.

Porém, o seu espólio não comporta apenas os textos, ou cascos, mas também outros estudos sobre o teatro, assim como dezenas de fotografias que ilustram estas representações, a sua importância e impacto em toda a Terra de Miranda e para além dela. O próprio António Mourinho foi organizador do Auto da Paixão, a que já me referi, e que constituiu uma das maiores manifestações teatrais desta natureza, cujas marcas memoriais se prolongaram até aos nossos dias. Para outra representação, a *Comédia de D. Inês de Castro*, (assim lhe chamou o povo) representada em Picote no dia 8 de Junho de 1947, Mourinho escreveu, em verso, o texto da *Profecia*.

Para além do seu talento de investigador, da sua paixão pelas “coisas mirandesas”, o seu interesse pelo TPM foi também estimulado pelo contacto com outros etnógrafos como José Leite de Vasconcelos, o Abade de Baçal, Luís Chaves, Azinhal Abelho, o Padre Firmino Martins, assim como o etnógrafo brasileiro Luís da Câmara Cascudo. Sabemos igualmente que era um assíduo espectador destes *colóquios*, aos quais só não assistia por imperativos pessoais ou profissionais. Numa das suas cartas, datada de 18 de Abril de 1950, dirigida ao ilustre brasileiro, informa-o de que *A vida da Santa Imperatriz Porcina* subiria ao palco no mês de Maio seguinte. Um pouco mais tarde, informá-lo-ia de que, por razões profissionais, não pudera assistir a essa representação¹⁰.

Mas Mourinho sofreu uma das doenças que afectam a esmagadora maioria dos homens e mulheres que se dedicam à Ciência: a falta de tempo. Por isso, não lhe foi possível cumprir o seu desejo de publicar os textos recolhidos. Deixou, isso sim, variadíssimas notas sobre o teatro em geral e sobre o TPM em particular, reafirmando amiúde a sua vontade de publicar todos os textos que tinha em seu poder. Desconhecemos como o pretendia organizar e editar, sabendo apenas, a partir de uma nota do seu Arquivo, que seria “um volume de cerca de 600 páginas”. Sabemos igualmente, a partir de outra nota manuscrita, que era seu desejo que estes textos voltassem a ser impressos, “em folhetos de cordel, para que de novo andassem nas mãos dos boieiros e dos pastores, da gente do campo”, que assim os viesse a representar. Foi neste sentido que o

¹⁰ Estas cartas encontram-se no seu Arquivo. Todavia encontramos também notícia da primeira missiva numa obra de Câmara Cascudo (1953: 289): “No norte de Portugal representa-se a SANTA IMPERATRIZ que é Porcina. O rev. Padre António Maria Mourinho, de Duas Igrejas, Miranda do Douro, uma autoridade como estudioso e defensor dos autos e bailados tradicionais de Portugal, informava-se em carta de 18 de abril de 1950: - A vida da SANTA IMPERATRIZ, ou IMPERATRIZ PORCINA vai no próximo mês de maio ao tablado aqui na minha região, numa aldeia chamada Póvoa.”

Centro de Estudos António Maria Mourinho (CEAMM) iniciou também o estudo e edição destes textos de que damos agora notícia.

4. Edição dos textos

O CEAMM foi criado em 2003 com o objectivo de estudar e editar o espólio do Dr. António Maria Mourinho, mas também para continuidade ao seu trabalho em prol da língua e da cultura mirandesa. O estudo e edição destes textos insere-se, por isso, dentro dos seus objectivos estatutários. O primeiro texto, em formato de cordel, foi editado no ano passado transacto (Alves 2006)¹¹. Esta publicação visava não só satisfazer um dos desejos expressos, por escrito, por António Mourinho, mas também proporcionar aos grupos de teatro, Associações Culturais e outras instituições, um acesso fácil a este *corpus* de textos. Infelizmente, por falta de apoios financeiros, não foi possível dar continuidade a esse projecto, embora haja outros textos prontos para serem editados.

No presente ano lectivo, considerando as contingências acabadas de referir, mas também a necessidade de aperfeiçoar esse plano de edições, decidimos editar e disponibilizar todos os textos através de Internet. Esta edição electrónica não impedirá que, se tal for possível (e em meu entender isso é desejável), se dê continuidade às edições no referido *formato de cordel* ou que, no final, se venham a reunir todos os textos em um ou mais volumes. Mas a verdade é que as edições electrónicas oferecem também outras vantagens em relação às edições em suporte de papel. Foi neste sentido que iniciámos estas publicações, editando cada texto em dois formatos diferentes. O primeiro, numa *edição digitalizada*, destina-se sobretudo a especialistas (linguistas, etnógrafos, etc.), apresentado os textos tal com todas as características gráficas ou outras.

Numa segunda versão, em *edição interpretativa*, com a modernização de alguns aspectos gráficos e ortográficos, mas sobretudo acrescentando todas as indicações e linhas de interpretação, relacionadas com a língua mirandesa, a cultura local, o confronto com outros textos que, de outra forma, mais dificilmente seriam acessíveis.

Embora todos os textos tenham sido já digitalizados, a sua disponibilização só é feita quando as duas edições estão prontas. Para os textos que já se encontram dactilografados o processo é bastante rápido, embora exija sempre uma leitura atenta. Contudo, para aqueles que se encontram exclusivamente manuscritos, o processo é bastante mais moroso pois, para além da interpretação, é necessário reescrever todo o texto.

¹¹ Este texto foi integrado na colecção *L filo de la lhéngua*, dedicada à língua e à cultura mirandesas, na qual se editaram mais seis obras.

Os textos estão disponíveis no sítio web <http://tpmirandes.no.sapo.pt>, criado exclusivamente para este efeito. Aqui pode igualmente ser encontrada uma breve apresentação do projecto, assim como a descrição dos critérios de edição. Cada texto é igualmente precedido por uma apresentação, com a indicação sobre as versões existentes no CEAMM, a origem do texto e as representações que tiveram lugar na Terra de Miranda.

4. Conclusões e perspectivas

O estudo e edição destes textos do Teatro Popular Mirandês está praticamente no seu início. Embora todos os textos estejam identificados e digitalizados, falta agora dar continuidade ao trabalho de transcrição, estudo e edição.

Muitos são os temas do TPM que se encontram à espera de autor. Alguns estão, obviamente, para lá dos próprios textos, relacionados com as representações, os mitos, os valores culturais, as preocupações sociais, os usos, os costumes, os trajos, as tradições, os pormenores da vida e da história local. As suas raízes e a forma como se imbricam na História Universal, onde muitos textos bebem os seus temas, é mais um caminho por investigar. Diria que, segundo o ponto de vista ou a ciência de cada investigador, ele encontrará certamente aqui matéria de deleite e amplo espaço de investigação. Por isso, em forma de conclusão mas sobretudo de abertura, deixo apenas algumas perspectivas que me parecem ser da maior importância no estudo destes textos.

Em primeiro lugar está a língua. Não sabemos quais os textos que mais se representavam nos séculos XVI, XVII... pois só começamos a ter notícia dos títulos já no século XX¹². Contudo, é lícito supor que há muitos séculos estas histórias são contadas, algumas lidas, nos longos serões de Inverno. O livro impresso seria raro, mas as cópias manuscritas deviam correr facilmente, no formato dos *cascos* que chegaram até nós. Desconhecemos igualmente qual a língua predominante, mas pensamos que as línguas dos textos deveriam ser, predominantemente, o português e o castelhano¹³. Assim, embora os textos, salvo raras exceções, não estejam escritos em mirandês, neles encontramos um vastíssimo repositório de formas lexicais, morfológicas, fonéticas e de expressões idiomáticas, fruto das muitas versões e acrescentos dos *regradores*

¹² Do final do século XIX vem a informação de José Leite de Vasconcellos que recolheu e publicou um *entremês* em língua mirandesa, *Sturiano i Marcolfa*, da autoria de Sr. Francisco Garrido Brandão, de Cércio. A verdade é que o filólogo, para além deste texto, dedicou pouquíssimo espaço ao teatro popular mirandês e à literatura mirandesa que considerava “muito pobre” (ver Leite de Vasconcellos 1901: 279-308).

¹³ Lembremos que, em Portugal, estes idiomas coexistiram pelo menos muito para lá da separação política de 1640.

mirandeses, que constituem uma vasta documentação sobre a história e a estrutura da língua mirandesa. Ora, abrangendo esta um espaço geográfico de transição entre o castelhano e o português — não sendo uma língua de fronteira mas ocupando uma posição fronteiriça — também a língua portuguesa e castelhana deixaram aqui as suas marcas pois neles se conservou, talvez um pouco corrompida mas não menos importante como fonte de investigação, a linguagem de Baltazar Dias, de António Cândido de Vasconcellos, de António Pires Gonge, Afonso Álvares e muitos outros. Mas também cá estão presentes Calderon de la Barca, Lope de Vega e o próprio Miguel de Cervantes e Saavedra nas formas lexicais que talvez julgássemos exclusivas das suas comédias e entremezes ou mesmo do *Dom Quixote*.

Outra matéria que merecia um autor é a forma como alguns destes textos sobreviveram, primeiro à pena censória da Inquisição — *Roberto do Diabo*, por exemplo, aparece no Índice Expurgatório de 1581 — assim como às diversas pastorais dos bispos diocesanos e, modernamente, aos critérios estéticos que, como vimos, os consideravam desprezíveis.

Para além das razões anteriormente enunciadas sobre a profunda tradição do teatro popular na Terra de Miranda, subscrevo as palavras de Menéndez Pelayo que, numa célebre conferência sobre *Dom Quixote* afirmava que “todo o homem tem horas e horas de criança e desgraçado daquele que as não tiver” (Menéndez Pelayo 1941: 323-356), explicando desta forma a necessidade do maravilhoso, a tendência natural para a libertação das leis físicas, características desta literatura fantástica que resiste e se transforma. Tal como o lendário cavaleiro da triste figura a quem, segundo o narrador, “do pouco dormir e do muito ler, se lhe secou o cérebro de maneira que acabou de perder o juízo”, as histórias e os livros de cavalaria povoaram, durante séculos, o imaginário dos mirandeses, seduzidos pela perspectiva de um mundo ideal que estas narrativas orais e escritas acabam sempre por conformar.

Outro campo de trabalho também à espera de um autor ou autores é o das relações dialógicas, intertextuais e interculturais com outros textos da literatura oral. Trata-se de um tema muito vasto mas de importância fundamental para a compreensão do valor desta cultura enquanto espaço semiótico, no qual são concebidas e compreendidas as mensagens geradas por um texto e a forma como se reproduzem dentro de outro texto.

Por exemplo a lenda dos sete filhos, nascido do mesmo parto, que encontramos no *Auto dos Sete Infantes de Lara*, está igualmente presente na lenda de Maria Mantela, registada na região de Chaves, que terá tido sete filhos de um só parto. Como, na opinião dela, ter mais de um filho significaria mais de um pai, mandou matar seis. Salvos pelo pai, o último a morrer, enterrado junto à mãe, deixou este epitáfio:

*Aqui jaz Maria Mantela
Com sete filhos ao redor dela.*

O motivo da “mulher honesta” perseguida pelo cunhado, de procedência Oriental, possivelmente na Índia, constitui igualmente um dos temas centrais do *Auto da Imperatriz Porcina* ou *Santa Imperatriz*, mas está também presente nos contos populares mirandês como *Marie de l palo*, recolhido e publicado por Leite de Vasconcellos.

Curiosa é também a alusão a outras histórias, temas ou mesmo personagens não do *Auto* que se representa mas de outro. Por exemplo em *Roberto do Diabo* diz um dos personagens (o *Gracioso*):

*O melhor era voltar
Para trás senhor ministro
Nada bem me cheira isto
Ainda agora vi Roberto,
Parecia Ferrabraz
E se o torno a ver
Galgo a fugir para trás.*

“Ferrabraz” é o nome do bálsamo milagroso que, segundo a tradição, foi usado para o enterro de Cristo e recuperado por Carlos Magno, ou melhor, por um dos seus cavaleiros, Oliveiros, que numa fabulosa cruzada o recuperou das mãos de Ferrabrás, um sarraceno, filho de um emir, que o tinha em seu poder. Ora este personagem faz parte da *História do Imperador Carlos Magno e dos Doze Pares de França* e não da *Vida de Roberto do Diabo*.

Mas a referência a este bálsamo aparece-nos igualmente no *Dom Quixote*, de Cervantes, quando o cavaleiro andante diz que “é um bálsamo cuja recita tenho na memória, com o qual não há que temer à morte, nem que pensar morrer de ferida alguma” (cap. X). Mais à frente, no capítulo XVII, na refrega de mais uma das suas míticas batalhas contra um castelo imaginário em que Sancho Pança fica bastante maltratado, consola-o o cavaleiro dizendo-lhe: “Não te dê pena, amigo (...) que eu te farei agora o bálsamo precioso, com que sararemos num abrir e fechar de olhos.” Mas o bálsamo que, segundo o pedido de D. Quixote, deveria ser preparado com “um pouco de azeite, vinho, sal e rosmaninho” não era mais que mistela fervida, que depois de benzida com oitenta pai-nossos e outras tantas ave-marias, salvés e credos, ele bebeu provocando-lhe os mais horríveis vômitos e suores. Contudo, depois de três horas de sono, acordou aliviado e convencido de que “acertara com o bálsamo de Ferrabrás e que com aquele remédio poderia acometer doravante sem temor algum quaisquer ruínas, batalhas e pendências, por perigosas que fossem.”

Naturalmente que o TPM não é nem o “bálsamo de Ferrabrás”, nem a “pedra filosofal”, nem pertence exclusivamente à arqueologia literária (ainda que, se assim fosse, merecia igualmente o nosso respeito). Mas o seu conhecimento, através da edição e estudo dos textos, pode revelar-nos, estou certo disso, alguns dos segredos que se escondem nos dédalos dos seus versos, tantas vezes revelados nas praças, nos terreiros e nos tablados mirandeses.

Referências bibliográficas

- Abelho, Azinhal (1968): *Teatro Popular Português: Trás-os-Montes*. Vol. I: Religioso. Braga: Editora Pax.
- Abade de Baçal (2000): *Memórias arqueológico-históricas do distrito de Bragança*. Tomo II. Câmara Municipal de Bragança.
- Alves, António Bárbolo (Edição e notas) (2006): *Resumo da Sagrada Ressurreição de Nosso Senhor Jesus Cristo*. Lisboa: Apenas Livros.
- Ben-Amos, Dan (1974): “Catégories analytiques et genres populaires”. In: *Poétique* 19: 265-293..
- Braga, Teófilo (1870): *História do theatro portuguez no século XVI*. Porto: Imprensa Portuguesa Editora.
- Cabral, António (1991): *Jogos populares portugueses de jovens e de adultos*. Porto: Editorial Domingos Barreira.
- Caro Baroja, Júlio (1990): *Ensayo sobre la literatura de cordel*. Madrid: ISTMO.
- Cascudo, Câmara (1953): *Cinco livros do Povo*: Rio de Janeiro, Livraria José Olímpio
- Castro, P. José de (1947): *Bragança e Miranda*. Vol. II. Porto.
- GEFAC (2002): *Teatro Popular Mirandês – Textos de cariz profano*. Coimbra: Almedina.
- Gonçalves, Valdemar da Assunção (2000): “Teatro Popular Mirandês”. In: Meirinhos, José Francisco (Coord.): *Estudos Mirandeses: balanço e orientações*. Porto: Granito Editores.
- Guerreiro, A. Machado (1976): “Nota introdutória”. In: Vasconcelos, J. Leite de (1976): *Teatro Popular Português*. Vol. I (Religioso) e XV. Coimbra: Por ordem da Universidade.
- Leite de Vasconcellos, José (1901): *Estudos de philologia mirandesa*. Vol. II. Lisboa: Imprensa Nacional.

- Menéndez Pelayo, Marcelino (1941 [1905]) “Cultura literaria de Miguel de Cervantes y elaboración del *Quijote*”. In: *Obras Completas de Menéndez Pelayo*. VI (Estudios y discursos de crítica histórica y literaria I). Madrid: CSIC.
- Mourinho, António Maria (1991): *Terra de Miranda – Coisas e factos da nossa vida e da nossa alma popular*. Miranda do Douro: Câmara Municipal.
- Pinto, José Borges (2002): “Ensaio sobre Teatro Popular Mirandês”. In: *Teatro Popular Mirandês – Textos de cariz profano*. Coimbra: Almedina.

Interculturalidade e tradução

Anne-Marie Lemos
Université de Poitiers
am_lemos@yahoo.fr

O presente trabalho não pretende abordar problemas técnicos, mas sim partilhar uma série de reflexões nascidas da experiência concreta vivida durante a tradução de *Vésperas esquecidas*, de M. Isabel Barreno.

O livro – *As Vésperas esquecidas* – foi editado em 1999 na colecção da Editorial Caminho para comemorar o 25.º aniversário da Revolução dos Cravos. Nele acompanhamos o percurso individual e colectivo de três protagonistas: Bárbara, fio condutor do texto, com quem começa e acaba a narração, os 3 Silvestres (3 gerações), e um rapazinho das ruas de Lisboa. A voz do narrador cruza-se com a das personagens tecendo pouco a pouco um fresco que sugere, mais do que mostra, o contexto português durante a ditadura. Estas vozes, fragmentos de histórias individuais inscritas numa história colectiva, compõem a trama de uma tapeçaria que, uma vez terminada, confere ao 25 de Abril todo o seu sentido.

Por que se escolheu esta obra?

A tradução de *As Vésperas esquecidas* resulta de dois factores. O primeiro é de origem pedagógico. Com efeito, é necessário antes de tudo despertar a curiosidade dos estudantes franceses – público alvo – que descubram Portugal. O exercício de tradução de trechos escolhidos permite aliar estudo da língua e aspectos culturais. No caso de *As Vésperas esquecidas*, obra curta (53 páginas) o estudante é convidado a descobrir e a interrogar-se, para além par da língua, sobre um período da história contemporânea de Portugal.

O segundo factor que explica a escolha pertence ao domínio editorial, e responde ao pedido da editora francesa – Editons Findakly – em 2004 que escolheu esta obra de Maria Isabel Barreno para comemorar o trigésimo aniversário da *Révolution des oeillets*, acontecimento que em França deu uma visibilidade a Portugal, país até então ignorado ou apenas evocado através de estereótipos pela quase totalidade da sociedade francesa. M. Isabel Barreno no seu livro *Um imaginário europeu* diz:

(...) na imagem de Portugal que os franceses re-transmitem são também reconhecíveis os traços dessa imagem que foi delineada e exportada pela ideologia da ditadura salazarista – a ruralidade, a pobreza contentinha, a humildade, o fado, (...) (p. 14)

A Editions Findakly é uma editora que visa um público extra universitário. Foi na sua colecção – Collection Corps 16 – dirigida a pessoas com problemas de visão que *Les Veilles oubliées* foi publicada em versão bilíngue, versão francesa seguida da versão original.

Paulo Rónai no seu livro “A tradução vivida” escreve:

o trabalho do tradutor passa por um caminho ladeado de armadilhas. Até os melhores profissionais guardam a lembrança de algum tremendo contra-senso que cometeram. (Rónai 1981: 210)

A tradução de *As Vésperas esquecidas* contou com a colaboração da própria autora com a qual as tradutoras mantiveram um diálogo constante para que a versão francesa correspondesse ao máximo à intenção inicial, evitando assim o perigo do contra-senso.

As maiores dificuldades encontradas resultam da forte presença nesta obra literária da componente cultural, e mais precisamente das referências explícitas ou implícitas à sociedade portuguesa salazarista e colonialista antes – as vésperas – do 25 de Abril.

Com efeito, existem duas vertentes no texto. Por um lado acompanhamos personagens de ficção por outro; essas personagens deslocam-se e interagem num espaço real, a cidade de Lisboa, e num tempo histórico autêntico, o período salazarista e o dia 25 de Abril.

Este entrelaçar de ficção e realidade, que remete para um período colonial há-de encontrar ecos no público francês, na medida em que a França esteve confrontada a problemas similares com os conflitos coloniais em Argélia por exemplo. Da mesma maneira, as personagens podem assumir um papel de personagens tipo que o leitor francês há-de associar à sua própria história. No entanto, no contexto português a ditadura dá uma dimensão particular à guerra colonial e remete para uma vivência desconhecida pelos franceses.

A problemática que surge então é: como traduzir, ou seja, como manter-se fiel às duas dimensões, realidade e ficção, preservando a autenticidade histórica sem atraiçoar a dimensão literária.

Geralmente a tradução de uma obra de ficção, passa por fronteiras culturais e linguísticas a fim de possibilitar a co-operação intercultural. Mas para que esta co-operação se realize entre interlocutores heteroculturais é necessário que de um lado e do outro da fronteira existam conhecimentos prévios. Um dos objectivos primordiais foi fornecer ao leitor francês elementos que lhe

permitted without previous knowledge to encompass not only the fiction but also to understand the sociopolitical context in which it takes place. For this it was necessary to introduce in the French version some artifices that do not exist in the original: a note on the back cover and footnotes whose number was reduced to the strictly necessary.

In *As Vésperas esquecidas* the first difficulty to transcribe the cultural barriers that arise at the beginning, before penetrating the narrative, with the translation of the title and the iconographic representation of the cover.

Iconografia

In the version of Caminho a illustration is a simple red carnation. The symbolism of this flower in Portugal is evident and immediately reminds the Portuguese reader of the context of the Revolução dos Cravos. There is a unique reading of the image, a reading that the name of the collection, CAMINHO de Abril, makes obligatory, associating the word Abril with the image of the carnation.

Now this contextualization allows us to clarify the title “As vésperas esquecidas”, the reader immediately situates the era in which the narrative will take place.



Na versão francesa, utilizar um simples cravo não permite nenhum esclarecimento do título, daí a escolha de uma foto que tenta introduzir elementos mais sugestivos: um pedaço de ombro fardado e dois cravos no cano de uma espingarda. No entanto o leitor francês continua sem poder entender a ilustração como uma referência ao 25 de Abril. A fotografia isolada pode aliás conduzir o leitor francês a uma interpretação errada porque existe na língua francesa uma expressão “la fleur au fusil” que tem, segundo a época histórica, sentidos opostos. Com efeito, durante a primeira guerra mundial dizia-se que os soldados partiam “la fleur au fusil” porque ignorando o que os esperava iam felizes para a guerra. Mais tarde, durante a guerra da Argélia, esta expressão passou a designar a resistência antimilitarista. Os que recusavam a guerra metiam flores no cano das armas para mostrar a determinação de não combater.

Não havendo ambiguidade na versão portuguesa, foi necessário encontrar uma solução que obrigasse o leitor francês à mesma leitura que em português. Para tal introduziu-se uma nota na contracapa que desempenha o papel de prólogo dando ao leitor francês algumas chaves necessárias:

- a designação das personagens principais da ficção
- a localização espacial (real) (*Lisboa*)
- o contexto histórico (real) – *25 de Abril de 1974* – que é necessário explicar

Deste modo obriga-se o leitor francês a compreender o que o leitor português entende espontaneamente.

O título

Considerando que o título faz parte da obra, explicita-a e é por ela explicitado optou-se pela tradução à letra mas ao contrário do que sucede com a iconografia que é necessário explicar, “*Les veilles*” no título em francês, permite uma dupla leitura através de um jogo fonético:

[lévèj] *les veilles – as vésperas*
ou
l'éveil – o despertar

Neste caso a tradução, não equivale a uma rectificação, pelo contrário, mantém à obra o seu verdadeiro título proporcionando ao leitor francês um campo de interpretação simultaneamente mais amplo e mais sugestivo.

As notas de rodapé

Apesar de desaconselhadas em livros de ficção, as notas de rodapé são um recurso necessário nesta obra. Ocorrem quatro vezes: p. 14 *PIDE*, p. 16 *Marcelo*, p. 28 *Casa Pia*, p. 41 *Quinta-feira de espiga*. Opta-se pela nota de rodapé

unicamente quando a palavra, sigla ou expressão se refere ao domínio político-cultural. Sem uma intervenção directa do tradutor que, ao contrário do leitor, tem por obrigação de ter um conhecimento da situação tanto histórica como sociocultural de Portugal, o público francês, sem conhecimentos prévios, não é capaz de compreender o que no fundo justifica a publicação de *As Vésperas esquecidas*: um retrato da sociedade portuguesa antes do 25 de Abril e o porquê deste acontecimento histórico.

Com a ajuda da anotação e das notas de rodapé o leitor pode, sem risco de contra-senso, entregar-se à leitura e desfrutar o texto literário.

Desvios de língua

Outro tipo de dificuldade surge com os desvios de língua em relação, mais uma vez, com o contexto sociocultural. Por exemplo quando a narradora se refere à escolaridade de Bárbara (p.9 quinto ano de liceu). O sistema educativo português e francês estruturando-se diferentemente é preciso optar por uma transposição que não corresponde necessariamente à realidade mas tenta manter-se o mais próximo possível do que ela designa. Em Portugal, nessa época, o ensino obrigatório e gratuito limitava-se aos quatro anos de escola primária. Entrar no liceu significava aceder a um nível de ensino que para muitos, por razões financeiras, era inacessível. O ensino francês estrutura-se em três fases bem distintas tanto a nível pedagógico como administrativo: *école primaire*, *collège* e *lycée*. Para dar a entender que Bárbara tinha ultrapassado o nível básico optou-se pela tradução desta ideia, e não pela tradução à letra. Deste modo o leitor francês consegue situar a personagem relativamente ao seu nível de instrução e portanto compreender melhor a sua atitude e a sua evolução psicológica ao longo da narrativa.

As expressões idiomáticas reflectem predominantemente maneiras de ser e de actuar relativas a uma colectividade específica veiculando marcas sociológicas próprias. A tradução destas expressões que muitas vezes representam um desafio para o tradutor, não levantam dificuldades particulares na obra pois apenas uma não tem equivalente: “a quinta-feira de espiga” na p.47. Refere-se a uma tradição rural portuguesa que consiste em oferecer ramos compostos de papoilas (símbolo de vida), de espigas de trigo (símbolo de fertilidade) e de malmequeres brancos e amarelos (a prata e o ouro, símbolo de riqueza) na quinta-feira da Ascensão. Este ritual não existindo em França implica a introdução de uma nota de rodapé. Mas essa nota está simplificada pois o carácter simbólico dos elementos que compõem o ramo não foi referido. Para conferir a esta expressão um valor sociológico opta-se na versão francesa pelo uso da maiúscula na palavra “Épis” aludindo assim ao símbolo do trigo numa sociedade cristã.

O mestiçismo

A presença de personagens mestiças e em particular a de Silvestre (pai) levanta barreiras interculturais difíceis ou impossíveis de transpor.

Silvestre era mulato.

Filho do outro Silvestre, o filho de Maria trazida com o marido por um oficial do exército – ambos negros descendentes de escravos, nascidos em casas de brancos, habituados à domesticidade. (p. 26)

Dum ponto de vista cultural, esta situação pode inscrever-se na realidade dos dois países colonizadores, França e Portugal. No entanto o destino desses criados que vinham para a metrópole diverge segundo que eles cheguem a uma ou outra metrópole. Com efeito, se em França o criado conserva o estatuto que tinha na colónia mantendo-se ao serviço do colonizador, em Portugal a situação do criado pode modificar-se.

Tinham servido o oficial do exército, e a mulher e os meninos, alguns nascidos lá durante todos os anos que ele passara em Angola. Regressavam os patrões a Portugal, o que iriam eles fazer nas Áfricas? Vieram. O oficial do exército e a mulher não precisavam dos serviços deles, em Lisboa, falaram com uns primos... (p. 26)

A divergência entre os dois países acentuar-se ainda mais quando a *madrinha*, a esposa do oficial, adopta afectivamente Silvestre.

... a madrinha amou aquele bebé que lhe nascera em casa. Contava a todos o seu nascimento branco – assim nascem os bebés pretos, dizia, brancos como um branco, apenas com uma mancha nas costas, que alastra depois. Contava como o amara logo naquele minuto branco, como o acolhera nos braços e continuara a amá-lo mesmo depois do véu da negritude lhe ter caído sobre todo o corpo. (p. 28)

Diferença de recepção

Através deste exemplo observa-se que em termos de recepção, o texto português e a versão francesa não obtêm o mesmo impacto. Enquanto o leitor português pode encarar a adopção da criança negra como verossímil, como uma referência à realidade, o leitor francês só a pode interpretar como facto ficcional, fruto da imaginação do autor.

Na versão traduzida, a recepção do verossímil, do testemunho socio-cultural desaparece deixando lugar à ficção e à imaginação do leitor francês. É necessário sublinhar que não se trata, aqui, de contra-senso na tradução ou de interpretação errada mas sim de duas sociedades com marcas culturais e

referentes identitários distintos que concorrem para que a recepção seja obrigatoriamente divergente. Por mais fiel que seja a tradução ao texto inicial, os códigos e modelos culturais próprios ao público, francês no nosso caso, condicionam a sua recepção.

Apropriando-me das palavras de Walter Benjamin¹, filósofo alemão, tradutor de Balzac, Baudelaire e Proust, concluo:

La traduction ne se voit pas, comme l'œuvre littéraire, plongée pour ainsi dire dans l'intérieur du massif forestier de la langue, mais en dehors de celui-ci, face à lui, et sans y pénétrer, elle appelle l'original en cet unique lieu où, à chaque fois, l'écho dans sa propre langue peut rendre la résonnance d'une œuvre de la langue étrangère. (Berman 1999)

Referências Bibliográficas

- Barreno, Maria Isabel (2000): *Um imaginário europeu*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Bensoussan, Albert (1995): *Confessions d'un traître. Essai sur la traduction*. Presses Universitaires de Rennes.
- Berman, Antoine (1999): *La traduction à la lettre ou l'auberge du lointain*. Editions du Seuil.
- Bidima, Jean-Godefroy (1997): *La palabre. Une juridiction de la parole*. Paris: Machalon.
- Delille, Karl H., Hörster, Maria A., Castendo, Maria E., Delille, Maria M.G., Correia, Renato (1986): *Problemas de tradução literária*. Coimbra: Livraria Almedina.
- Foucault, Michel (1966): *Les mots et les choses*. Paris, 1966.
- Eco, Umberto (1994): *La recherche de la langue parfaite*. Seuil, Faire l'Europe.
- Hagège, Claude (1987): *Le français et les siècles*. Paris: Editions Odile Jacob.
- (1982): *La structure des langues*. 2^{ème} édition. Paris: PUF.
- Hurtado Albir, Amparo (1990): *La notion de fidélité en traduction*. Collection Traductologie: n.º 5. Paris: Didier Erudition.
- Ladmiral, Jean-René (1972): *La traduction*. In: *Langages* 28 (décembre).
- Milton, John (1993): *O poder da tradução*. São Paulo: Ars Poética Editora.

¹ Walter Bendix Schönflies Benjamin (15 de Julho de 1892 em Berlim – 26 de Setembro 1940 em Portbou) é um filósofo, crítico literário, crítico de arte e tradutor (nomeadamente de Balzac, Baudelaire e Proust) alemão da primeira metade do século XX.

- Rónai, Paulo (1981): *A tradução vivida*. 3.^a edição. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira.
- (1979): *Babel e antibabel (ou o problema das línguas universais)*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- Seleskovitch, Danica & Lederer, Marianne (1984): *Interpréter pour traduire*. Collection Traductologie n.º 1. Paris: Didier Erudition.
- Yaguello, Marina (1992): *Les mots et les femmes*. Petite Bibliothèque Payot.
- Wermeer, Hans (1986): *Esboço de uma teoria da tradução*. Porto: Edições Asa.
- Zumthor, Paul (1997): *Babel ou l'inachèvement*. Paris: Seuil.

A investigação da escrita no Archivo de la Escritura Popular del Bajo Duero

José Ignacio Monteagudo
Miguel Montalvo
Asociación Etnográfica Bajo Duero
aep@bajoduero.org

Resumo

Llamamos escritura popular, ordinaria o cotidiana a las cartas, diarios, memorias, cuadernos y todo testimonio personal escrito al margen de la alta cultura y la oficialidad. La atención que estos materiales han merecido por parte de los investigadores no es nueva, si bien desde los años ochenta del siglo pasado ha experimentado un crecimiento exponencial. Han sido sobre todo las ciencias sociales las que han capitalizado el interés por estos documentos –convertidos en fuentes excepcionales para una investigación más atenta a los sujetos–, aunque los estudios literarios y lingüísticos, entre las humanidades, no han permanecido ajenos a su atractivo. Así, los teóricos de la literatura vienen mostrando un renovado interés por la escritura autobiográfica, y ya no sólo la producida por escritores afamados, sino también por la de personas desconocidas, alejadas de los circuitos de la edición comercial. Y no pocos lingüistas han dado un giro a sus estudios “regresando” a la escritura, en cierta forma maldita desde la constitución como ciencia de la lingüística moderna.

La tarea investigadora promovida por el Archivo de la Escritura Popular se ha desplegado en estos años siguiendo fundamentalmente estas líneas:

1. Teórica y metodológica: Con planteamientos que parten de la cultura escrita como práctica, antropología de la escritura, políticas de conservación y divulgación, criterios de edición... se han elaborado y publicado distintos trabajos. En la actualidad se está profundizando en esta línea incorporando las aportaciones de la semiología y la lingüística, concretamente la pragmática de la lengua escrita.

2. Historia social de la cultura escrita: En este marco disciplinar se han realizado someros acercamientos a documentos depositados en el AEP, especialmente la correspondencia. Con el apoyo de la Universidad Nacional de Educación a Distancia se han iniciado investigaciones en el ámbito de la emigración a partir de los testimonios recabados en los premios de memorialismo, estando pendiente aún abordar un estudio de conjunto de los mismos. Otro de los proyectos en marcha, subvencionado por el Instituto de Estudios Zamoranos, se centra en las autobiografías de trabajadores.

3. Etnográfica: Tomando como base la documentación que forma una de las secciones más nutridas del AEP, que incluye poemas, refranes, relaciones de costumbres, parodias, villancicos, etc., se está comenzando el estudio del sustrato escrito de la tradición oral.

1. La escritura popular en los estudios de letras

La temática de este Encontro Internacional de Reflexão e Investigação se centra precisamente en el aspecto cultural (y en su caso patrimonial) de la comunicación lingüística, sea ésta oral o escrita, por lo cual me gustaría comenzar con una breve referencia a las principales vías que desde el campo de las letras se han abierto al estudio de la escritura popular.

En el ámbito de la teoría literaria, el interés por la producción escrita de la gente corriente –que, en principio, queda fuera del canon de la *literariedad*– ha sido consecuencia de la extensión del estudio de la escritura autobiográfica a las prácticas menos profesionalizadas. La referencia más importante en este dominio es la del profesor francés Philippe Lejeune, autor de un concepto de extraordinaria trascendencia como ha sido el de “pacto autobiográfico” (Lejeune 1975, 2005). Tras su estela, desde muchos departamentos universitarios de Literatura (en España destacan los de Barcelona y Córdoba) se han multiplicado los estudios, congresos y publicaciones. Para estos investigadores, las cartas, los diarios e incluso las nuevas modalidades de comunicación escrita por teléfono e Internet (sms, mails, chats, blogs) constituyen géneros dignos de la mayor atención que son analizados con las herramientas tradicionales de la retórica y la crítica literaria. En este sentido, el I Simposio Internacional de Archivos e Investigadores de la Escritura Popular, celebrado en noviembre de 2006 en Zamora y Miranda do Douro con el apoyo, entre otras entidades, de la UTAD, recogió numerosas aportaciones de investigadores correspondientes a estos enfoques, al mismo que tiempo que se incorporaron a la Red Temática¹ proyectos como “Cartas desconhecidas”, de la Universidade de Lisboa, dirigido por la lingüista Rita Marquilhas, o la Unidad de Estudios Biográficos de la Universidad de Barcelona, encabezada por la profesora Anna Caballé.

También se han hecho cada vez más frecuentes los acercamientos a la escritura popular a partir de disciplinas del tronco semiológico, bien sea en su rama de estudios de la comunicación, bien en la del análisis del discurso, desde las cuales se han abordado, por ejemplo, las escrituras de la marginalidad y la contestación como los graffiti urbanos, pero también productos textuales más cotidianos como la correspondencia privada. Un buen ejemplo de esta actividad puede ser el curso de doctorado que imparte el profesor Ángel Rodríguez

¹ La Red de Archivos e Investigadores de la Escritura y la Memoria Popular cuenta con una Ayuda Especial del Ministerio de Educación y Ciencia (Ref. BHA2004-12723-E). Consiste en una estructura compuesta por profesionales que intervienen en los dominios de la conservación y estudio de testimonios procedentes de la memoria popular escrita, de cara a facilitar un conocimiento más completo de la realidad social ibérica en la historia y en el presente. Este proyecto se propone abrir nuevos yacimientos de conocimiento a historiadores e investigadores de otras disciplinas humanísticas y sociales.

Gallardo en la Universidad de Vigo con el título *La escritura cotidiana: un análisis lingüístico y discursivo*.

Un planteamiento semejante orienta las incursiones encuadradas en las ciencias del lenguaje de mayor proyección social: la sociolingüística y la pragmática. Me gustaría apuntar siquiera el nombre de la directora de investigación del LAHIC² Béatrice Fraenkel, quien se ha venido ocupando de los efectos ilocutivos y performativos de la firma a través de los siglos (Fraenkel 1992), y de los usos de la escritura en determinados contextos como los centros de trabajo, así como circunstancias tan especiales como las expresiones públicas en Nueva York tras los atentados del 11 de septiembre de 2001 (Fraenkel, 2002).

Otras disciplinas como la psicolingüística, la lingüística teórica o la historia de la lengua han incorporado a sus fuentes tradicionales las que salieron de manos inhábiles en determinados momentos históricos. Cabría hablar aquí de la influyente obra de Attilio Bartoli *La scrittura dell italiano* (Bartola 2001), y los trabajos no menos importantes de la mencionada profesora Rita Marquilhas, entre los que destaca el que fuera resultado de su tesis doctoral (Marquilhas, 2000).

En este intento de mostrar cómo el estudio de la escritura popular no se circunscribe a las ciencias historiográficas, ni siquiera a las ciencias sociales en su conjunto, podríamos mencionar también las aportaciones científicas de lingüistas próximos a la antropología cognitiva y la etnosemántica, como Giorgio R. Cardona (Cardona 1981, 1990).

No nos detenemos aquí en disciplinas relacionadas con las letras en relación con su transmisión social: enseñanza, alfabetización, etc., ni tampoco en las que estudian las relaciones, fundamentalmente lingüísticas, entre la oralidad y la escritura, a pesar de tratarse de campos en los cuales la documentación de extracción popular adquiere una notable relevancia.

De todas formas, es evidente que en el paradigma epistemológico actual las fronteras disciplinares se hacen cada vez más tenues y permeables conforme se intensifica el interés por un fenómeno aparentemente simple como es escribir, pero de tantas dimensiones que su estudio requiere el trasvase continuo de hallazgos de unas líneas de investigación a otras.

Sin embargo –con la significativa salvedad del trabajo pionero de Leo Spitzer (Spitzer 1921) sobre cartas de soldados italianos (durante la Primera Guerra Mundial trabajó en la Oficina de Censura austriaca, donde aprovechó su interminable lectura de cartas de prisioneros de guerra italianos para analizarlas estilísticamente)– el estudio filológico en la escritura popular es bastante

² Laboratoire d'Anthropologie et d'Histoire de l'Institution de la Culture (CNRS/EHESS).

reciente. Ello se debe, en buena parte, a la dificultad para acceder a este tipo de documentación y la consecuente imposibilidad de formar corpus válidos para la investigación. En un primer momento se rastrearon los archivos históricos oficiales, donde los testimonios populares permanecen ocultos en expedientes diversos, sobre todo como piezas probatorias en procesos judiciales (y para determinados períodos sigue siendo la única manera). La necesidad de localizar testimonios más recientes hizo que algunos investigadores se acercaran a la población y desarrollaran iniciativas para construir sus propias fuentes a partir de documentación particular (archivos familiares, etc.), promoviendo incluso la producción *ad hoc* de escritura memorialista popular. De esta forma surgieron los archivos de la memoria y la escritura popular en Italia, Francia, España, Alemania, Suiza, Finlandia, Inglaterra...

2. Una iniciativa en la frontera

La Asociación Etnográfica Bajo Duero, con una dilatada trayectoria de investigación y divulgación de la tradición oral de la provincia de Zamora, comienza a interesarse por este asunto en 1999. En los dos años siguientes, tomando como referencia algunos archivos de la escritura o la memoria popular en Europa, pone en marcha el Archivo de la Escritura Popular del Bajo Duero (en adelante, AEP) con el propósito de sensibilizar, conservar, estudiar, y promover la escritura popular.

Durante estos años se han llevado a cabo varias campañas de sensibilización entre los investigadores y población en general para que se conciencien del valor que tiene la documentación personal, por humilde que sea, como parte integrante del patrimonio documental y etnográfico. De esta forma se quiere invertir la tendencia a la destrucción paulatina de “los papeles de la familia” en los sucesivos trasvases generacionales.

Además de propiciar la conservación “in situ” de los materiales, el Archivo se ocupa de recopilar materiales escritos de distinta índole, que se someten al correspondiente tratamiento archivístico con vistas a ponerlos a disposición de los investigadores. A comienzos de 2007, el AEP cuenta con más de 90 fondos, una colección en la que prima la diversidad sobre la cantidad y en la cual están presentes prácticamente todos los asuntos (la vida cotidiana, la visión popular de los acontecimientos sociales, costumbres y tradiciones, etc.), y todas las categorías tipológicas o “géneros” presentes en los centros documentales análogos. A estos fondos hay que añadir los relatos autobiográficos de emigrantes zamoranos y castellanoleoneses recibidos en las sucesivas convocatorias del Premio “Memoria de la Emigración”, más de 160, que por su especificidad reciben un tratamiento diferenciado.

Nuestro Archivo responde, por tanto, a ese espíritu de servicio a la profundización y ampliación del conocimiento científico en sus distintas áreas, sin olvidar el compromiso con la población y la dimensión cívica de una labor con muchas implicaciones sociales, y así se han emprendido proyectos de investigación por parte de los propios responsables del Archivo, pero también de colaboradores cercanos y de estudiosos que aprovechan esta documentación para sus respectivos trabajos.

3. Líneas de investigación del AEP

La pertenencia a la RedAIEP y la reciente inclusión en el grupo de investigación LEA nos permiten incardinar nuestros esfuerzos en un marco académico interdisciplinar de alcance internacional, siguiendo fundamentalmente estas líneas:

- Teórica y metodológica:
- Historia social de la cultura escrita:
- Etnográfica.

En la primera, a caballo entre la antropología y la lingüística, se enmarcan trabajos como el titulado “Marcar y contar. Usos de la escritura en el arte popular”³, un intento de desvelar las intenciones comunicativas en textos escritos sobre objetos de producción artesanal y uso cotidiano, o el proyecto de acción bilateral con el LAHIC para estudiar determinadas prácticas de escritura personal y expuesta desde el siglo XVI a nuestros días en el ámbito urbano.

En otra línea, de ámbito local y más en la onda de la historiografía (o más concretamente de la historia social de la cultura escrita), se está desarrollando un proyecto de investigación titulado “En primera persona. Autobiografías obreras en el Archivo de la Escritura Popular del Bajo Duero”, que consiste en el estudio de los fondos documentales escritos por trabajadores cuyo contenido hace referencia al contexto social, histórico y laboral en que el autor estaba inmerso. El investigador principal, Manuel Matellán, cuenta con una beca del Instituto de Estudios Zamoranos “Florián de Ocampo” y se ocupa principalmente de las memorias de un obrero ferroviario escritas entre los años 1972 y 1984. Ofrece este documento de casi cien páginas un relato de la vida del autor, desde su nacimiento en un pueblo palentino hasta su jubilación en Zamora, pasando por un itinerario laboral que le llevó por Asturias y León, haciendo ricas descripciones de estos lugares y del comportamiento de sus gentes, a la vez que reflexiona sobre los acontecimientos históricos allí acaecidos, bien incorporando informaciones de distinta procedencia, bien dejando su propia opinión sobre el

³ Presentado por José Ignacio Monteagudo al 8.º Congreso de Historia de la Cultura Escrita, Alcalá de Henares, julio de 2005. Pendiente de publicación.

asunto. Esta “visión” personal de los acontecimientos es muy característica de la escritura memorial y autobiográfica (Amelang 1998), y en este caso adquiere especial relevancia en las últimas páginas de la narración al tratar de los sucesos relacionados con la Transición Democrática, época de nuestra historia reciente que vemos excelentemente reflejada en la visión de un simple trabajador que interpreta la información que le llega de la prensa y de los comentarios de sus compañeros.

En esta misma línea se insertan los trabajos de otro de los investigadores más activos del AEP, Juan Luis Calbarro, que ha editado las memorias de una practicante (enfermera) rural y se ha ocupado de la comunicación epistolar en contextos educativos o bélicos (Calbarro 2001, 2004). La historiadora y antropóloga Antonia Muriel, por su parte, está centrando su actividad investigadora en el área de los estudios migratorios.

Una última línea de investigación se corresponde con el estudio de las distintas prácticas que caracterizan la cultura tradicional de la zona rural de nuestra provincia. Miguel Montalvo y Carmen Ramos han emprendido un primer acercamiento a los fondos que hemos conseguido reunir sobre esta temática, constituyendo el resto del artículo una muestra de ese trabajo.

4. Referencias de interés etnográfico en el AEP

En la obra colectiva *Cultura escrita y clases subalternas: una mirada española* tuvimos ya ocasión de advertir con cierta perplejidad cómo las prácticas populares de la escritura ofrecían un horizonte prometedor para los estudios antropológicos (Monteagudo 2001), a pesar del reducidísimo número de científicos sociales que incluían a la escritura entre los fenómenos pertinentes en sus investigaciones. Se aportaban allí, con intención probatoria, una cita de Claude Lévi-Strauss, en la que se afirmaba que “el interés del etnólogo recae sobre todo en lo que no está escrito”, junto a esta otra de Jack Goody que puede ser considerada como primera reacción a ese flagrante desinterés:

Especialmente sorprendente es el escaso interés en la cultura escrita – y en los modos de comunicación en general – que han mostrado los científicos sociales. (...) Los antropólogos sociales han tomado como objeto principal de su disciplina a las sociedades “prealfabéticas”, “primitivas” o “tribales”, por lo que en general han considerado la escritura (en los casos en que existía) simplemente como un elemento “intruso”.

Señalábamos allí que a pesar de la evidente permeabilidad entre la tradición oral y la escrita, la etnografía había sido durante muchos años una disciplina fiel a un método de trabajo que pasaba por alto la práctica de la escritura por parte de los informantes y que se basaba fundamentalmente en la entrevista oral, en el

testimonio vivo que va desgranando datos ante la grabadora a instancias de cuestiones muy concretas por parte del investigador, concluyendo que

a los etnógrafos les resulta incómoda la presencia de apuntes y libretas que desdigan la proverbial memoria de los encuestados. (...) Aun así, algunos etnógrafos han recogido y conservan escritos misceláneos de sus informantes, pero muy raramente los mencionan entre sus fuentes.

A pesar de esta visión, ciertamente negativa, los miembros de la Asociación Etnográfica Bajo Duero, a lo largo de su trayectoria en la provincia de Zamora, hemos ido recogiendo algunos documentos escritos cedidos por nuestros informantes en los que nos ofrecían un material de gran interés etnográfico. Pero fue, sin duda, a partir de los primeros números de la revista *El Filandar*, publicación de cultura tradicional editada por la Asociación desde el año 1991, cuando la escritura popular fue adquiriendo un mayor estatus dentro de nuestra tarea investigadora. En el primer número de la revista, en el “Suplemento para mozos y rapaces” se incluyeron dos testimonios infantiles sobre aspectos del ciclo festivo. Se creó a partir del número 2, una sección titulada “Relatos desde el Aliste”, en la que se incluía el testimonio escrito de Margarita Garrido, de Pobladura de Aliste, sobre diversos temas de la cultura tradicional. Apareció una sección específica para los poetas populares, “Acomparando versos” en la que aparecían creaciones escritas de informantes como Felicitas Fidalgo, de Santa Cristina de la Polvorosa; Emiliano Lorenzo, de la Hiniesta; Juana Diebra, de Sejas de Aliste, etc. Bajo esta rúbrica, coplas, canciones, romances, cuentos y otras composiciones de evidente tenor tradicional fueron incorporándose a las páginas de la publicación, constituyendo uno de los gérmenes del actual Archivo de la Escritura Popular.

La creación del AEP nos impulsó a recopilar este tipo de producciones escritas estrechamente relacionadas con la tradición oral y que incluyen coplas, cuentos, relatos de costumbres, adivinanzas, poemas satíricos, viacrucis, murgas de carnaval, relación de un crimen (original de un pliego de cordel), villancicos, logas y brindis, relaciones de quintos, canciones, romances, etcétera. Todos estos documentos constituyen una de las secciones más importantes de nuestro Archivo y le confieren un carácter especial en relación con otros centros documentales.

Desde la perspectiva de estos años de andadura, no podemos sino confirmar la entonces intuida potencialidad de estas fuentes para la investigación etnográfica. A modo de ejemplo, vamos a centrarnos en el estudio de la vida tradicional en la zona rural de la provincia de Zamora –con tantos rasgos comunes con la de la zona fronteriza de Tras-os-Montes– y vamos a a hacerlo

siguiendo acostumbrada y metodológica división cíclica del estudio de las costumbres y ritos de la vida del hombre: ciclo vital, ciclo económico y ciclo festivo, para incluir al final una sección miscelánea

4.1 El ciclo vital: de la cuna a la sepultura

Comencemos por la infancia: En las páginas del número 6 de la revista *El Filandar* figura un fragmento de los escritos de Margarita Garrido, de Pobladura de Aliste, en los que cuenta cómo eran los primeros días y meses de los niños en tiempos pasados, y una vez crecidos, los entretenimientos y los juegos que llenaban su tiempo. Es muy interesante la descripción que hace de la vida de la madre, que tenía que compaginar el duro trabajo del campo con la crianza del nuevo ser:

Cuando nacía un niño los bautizaban antes de los ocho días. La madre no asistía al bautizo, ni salía de casa hasta no pasar un mes, porque si salía era multada con una libra de cera [...] Las madres salían al campo con sus hijos. Con su pareja si era en abril hacer la ralva de las tierras, para sembrar el pan...

Los ritos de paso en el mundo rural dejaban (dejan aún) también su huella escrita. Llegando a la mocedad, tenemos un primer documento (que se podría igualmente encardinar en el ciclo festivo), perteneciente a Ezequiel Calvo Linaceo, natural de Villarrín de Campos. Se trata del “Refrán a San Antón”, fechado el 17-1-1937. En la festividad de San Antón es frecuente, en los pueblos de la Tierra del Pan y de Campos, que los mozos refieren ante la imagen del Santo las “hazañas” que han realizado durante su vida. A esta composición se la denomina “relación” y es una de las manifestaciones más explícitas de los ritos de paso de la mocedad a la edad adulta, que hasta no hace muchos años coincidía con el paso a la edad militar (quintos). En este caso se trata de una composición de versos octosílabos con rima en los pares, que relata (de ahí el nombre de relación) las aventuras y desventuras de Ezequiel y sus amigos más próximos.

El siguiente paso en el transcurso de la vida tradicional nos lleva al noviazgo y la boda. Dentro de los fondos del Archivo de la Escritura Popular existe un grupo de documentos fotocopiados en papel cuadriculado de cuaderno en los que no figura su autor, aunque parece corresponder a la localidad de Torregamones y, por lo que se deja entrever en alguno de los párrafos, están escritos por una mujer. En las páginas 1 al 4 se describen en prosa, con un lenguaje sencillo, eventos relativos a la boda tradicional. Se inicia con la frase “Relaciones de unos novios con final feliz” y pasa a detallar los recuerdos de la autora: “Desde mis primeros recuerdos de niña siempre las conocí de esta

manera”. Se ocupa de las relaciones previas al matrimonio, la pedida, los pregones, el concierto de la boda, las comidas... Merece la pena la descripción que hace de las amonestaciones: después de la primera, las invitaciones a familiares y amigos; en la segunda, la novia iba a cenar a casa del novio; y en la tercera el novio iba a cenar a casa de la novia. Eran “costumbres para irse acostumbrándose unos a otros”.

Representativa de la vejez nos parece la poesía cedida por Jesús Gómez Cabezas en la que hace un recorrido por la trayectoria vital desde la juventud a la senectud: “Recuerdo siendo pequeño, igual que todos ustedes, que teníamos un gran respeto, sin tener tantos placeres, como hoy tiene la juventud”. “Ni a los padres ni a los abuelos, los hijos tienen respeto, y le dicen cállate, que tu no entiendes de esto”.

Por último, acerca de la muerte, Margarita Garrido escribe en su cuaderno sobre la “ceremonia de despachar”: Nuestros antepasados eran muy temerosos de Dios. Cuando un enfermo estaba grave, llamaban al sacerdote para darle la comunión. Tocaban las campanas y todo el pueblo se reunía en la iglesia para acompañar al sacerdote y a llevar la Comunión al enfermo. Cuando oían las campanas decían: “tocan a despachar”, que así llamaban a esta ceremonia. Pasando después a relatar lo que acontecía cuando alguien estaba en la agonía de la muerte.

4.2 El ciclo económico

Son muchos los documentos depositados en el Archivo de Escritura Popular que nos ofrecen descripciones de algunas actividades del ciclo económico en en la vida tradicional. Nuevamente Margarita Garrido, de Pobladura de Aliste, nos acerca a una de las actividades económicas que fue fundamental en la comarca alistana en su narración sobre “El proceso del lino”. De esta misma actividad escribe una maestra de San Vitero, ofreciendo una detallada descripción de todas las laboriosas tareas, desde la preparación de la tierra, previa a la siembra del lino, hasta la confección de las prendas.

Algunos trabajos escolares del curso 1983-1984, recopilados por la maestra de la localidad de Cional, informan de otras actividades económicas: la matanza del cerdo, la elaboración de la cera, la cestería... Y en un documento titulado “Costumbres de Torregamones en el campo”, recogido en ese término municipal fronterizo con Portugal, la autora narra con especial melancolía las duras faenas agrícolas de otro tiempo: la arada, la siega, la trilla... Acaba el relato diciendo: “Y qué bonito cantando después de estar bien cansados pero siempre de buen humor”.

Por su parte, Juana Diebra, “Juaniña”, natural de Sejas de Aliste nos cedió un “feije” de cuartillas y recortes manuscritos, en los que se incluyen una serie

de poemas de estructura romancística cuya temática es la vida cotidiana de un pueblo. En el poema titulado “A mi pueblo, Sejas de Aliste”, detalla las labores del trabajo del pan.

4.3 El ciclo festivo

Son considerables los documentos del AEP que nos ofrecen retazos de las festividades cíclicas, aunque para no hacer interminable este artículo vamos a seleccionar y prácticamente sólo enumerar los que relatan de forma más completa las celebraciones más importantes del ciclo anual.

En una libreta recogida en la localidad de Cervantes de Sanabria aparecen dos fragmentos de los textos del Ramo de Navidad y Reyes, que las mozas cantaban antes de la celebración de la Misa. Acaban con “Versos de Reyes las Mozas los escribieron”.

Cuando hablamos más arriba de los ritos de paso, mencionamos las relaciones que echaban los mozos con motivo de la festividad de San Antón. Idéntico significado tienen las relaciones que delante del gallo o de la caja de las cintas recitan para todo el pueblo los quintos, jóvenes que entraban en la tanda de levas del ejército, con motivo de diversas festividades de los meses de enero y febrero (el ya mencionado San Antón, San Ildefonso, Lunes o Martes de Carnaval). Hemos seleccionado en este caso un corpus documental cedido por José Martín Rodríguez, que contiene las relaciones que este poeta popular compuso para él y para varios miembros de su familia y amigos, y que sin duda fueron entonadas con gracia y gallardía por los quintos de Peleagonzalo. El texto, escrito en estructura romancística, cuenta las cosas que en los últimos años han pasado en la localidad, aunque el protagonista principal de la relación es el quinto, que acaba culpando de su alocada juventud al gallo, figura que finalmente acabará por redimir las culpas del mozo, convirtiéndose en la apetitosa cena de los quintos.

En este caso, al margen de la celebración festiva, destacamos el esfuerzo del autor de las relaciones, trabajador agrícola, pero incansable poeta, que fue componiendo relaciones a los quintos que a él acudieron durante más de cincuenta años. Además de las ya mencionadas relaciones que datan de diversas fechas a partir del año 1941, año en el que compuso su propia relación, el grupo de documentos contiene “Las memorias de mi vida”. Es una composición en verso en la que va desgranando los acontecimientos más importantes de su vida.

De nuevo Margarita Garrido nos lleva de la mano para conocer como se vivía la Cuaresma y la Pasión, en su pueblo, Pobladura de Aliste:

Ya venía la cuaresma, el sacerdote daba las normas el día primero. El lunes, conferencia con las mujeres, preguntar la doctrina y alguna explicación de ella. El martes los hombres; el miércoles y jueves, a las mozas y mozos; el viernes el Miserere cantado en latín. El domingo Vía crucis. Así toda la Cuaresma.

De la misma autora es el relato de la Obisparra, mascarada invernal entroncada con los ritos propios del antruejo y en relación con los primeros vestigios del teatro popular, en la que participan un gran número de personajes: los sembradores de paja, los bueyes, el gañán, la filandorra, el soldado, los bailadores, los ciegos... Esta representación popular estuvo en el olvido durante muchos años y ha sido recientemente recuperada, posiblemente a través de testimonios como el de Margarita:

Los mozos se iban a ensayar la comedia que tenían preparada para la Nochebuena, después de la comedia venía la obisparra. El día de San Estaban por la mañana temprano se iban donde tenían los ganados, cogían los mejores cencerros, colocando uno a la derecha del cinto y otro a la izquierda y se iban de calle en calle tocándolos fuertemente mientras que otros sembraban un carril de paja por todas las calles, era el aviso de la obisparra...

Quedan fuera de nuestro comentario los fondos documentales en los que aparecen romances, brindis, textos de canciones, etc., que pueden ser de gran ayuda en el estudio de la tradición oral, compatible con la escritura como medio para la transmisión de generación en generación, como lo hicieron otrora los pliegos impresos y de cordel.

Referencias bibliográficas

- Amelang, James S. (1998): *The Flight of Icarus. Artisan Autobiography in Early Modern Europe*, Stanford: Stanford University Press.
- Bartoli Langeli, Atilio (2001): *La scrittura dell'italiano*. Bolonia: Il Mulino.
- Calbarro Morales, Juan Luis (2001): «Un epistolario de guerra en el Archivo de la Escritura Popular Bajo Duero: la correspondencia del teniente Agustín Morales con la familia del soldado José Montalvo (1937-1943)». In: Antonio Castillo Gómez (ed.): *Cultura escrita y clases subalternas: una mirada española*. Oiartzun: Sendoa: 173-189.
- (2004): *Memorias de Chanita Suárez: materiales para la etnografía y la historia de Fuerteventura en el siglo XX*. Palma de Mallorca: Calco. Calbarro Comunicación.

- Cardona, Giorgio Raimondo (1981): *Antropología della scrittura*. Turín: Loescher.
- (1990). *I linguaggi del sapere*. Roma-Bari: Gius Laterza & Figli Spa.
- Fraenkel, Béatrice (1992), *La signature. Genèse d'un signe*. París, Gallimard.
- (2002), *Les écrits de septembre. New York 2001*. París: Textuel.
- Lejeune, Philippe (1975), *Le pacte autobiographique*. París: Seuil.
- (2005), *Signes de vie, Le pacte autobiographique 2*. París: Seuil.
- Marquilhas, Maria Rita Braga (2000): *A Faculdade das Letras. Leitura e escrita em Portugal no século XVII*, Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- Monteagudo Robledo, José Ignacio (2001): «Escritura popular y etnografía». In: Antonio Castillo Gómez (ed.): *Cultura escrita y clases subalternas: una mirada española*. Oiartzun: Senda: .
- Spitzer, Leo (1921): *Italienische Kriegsgefangenenbriefe. Materialien zu einer Charakteristik der volkstümlichen italienischen Korrespondenz*. Bonn: Hanstein.

Racial Complexities in the Work of Zora Neale Hurston

Orquídea Moreira Ribeiro
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
oribeiro@utad.pt

«The word ‘race’ is a loose classification of physical characteristics.»
«‘Race consciousness’ is a plea to Negroes to bear their color in mind at all times. It was just a phrase to me when I was a child. I knew it was supposed to mean something deep. By the time I got grown I saw that it was only an imposing line of syllables, for no Negro in America is apt to forget his race.»

Zora Neale Hurston, *Dust Tracks on a Road* (1942)

Zora Neale Hurston did not write about black-white race riots or explicit racial violence and apparently avoided dealing directly with the “race problem” in her novels. It is mainly in her short stories and essays that she expresses her views on this issue. But the “raceless posture” in *Dust Tracks on the Road* (1942) shows that she did not ignore the race issues that dominated African American Literature of her time, but she was well aware that, for her work to be accepted for publication, she had to disguise the racial issues with humor, wit and ambiguity so as not to offend editors and white readers, even though publishers “sponsor[ed] anything that they believe[d] [would] sell,” specially if “the story or play involve[d] racial tension.”

Hurston avoided making controversial statements about the “race problem” and always approached the subject indirectly in her work, due to her dependence on white people who exerted considerable control over her fieldwork, over her collection of folklore and over her work in general, especially Mrs. Charlotte Osgood Mason, the patron who financed her research trips during the late twenties and early thirties, and who literally owned Hurston’s material and wanted her to direct her research towards the “primitivism” of black culture. As stated in the Agreement signed between Mrs. Charlotte Osgood Mason and Zora Neale Hurston, Hurston was obliged

to seek out, compile and collect all information possible, both written and oral, concerning the music, poetry, folk-lore, literature, hoodoo, conjure manifestations of art and kindred subjects relating to and existing among the North American Negroes, and to prosecute her search for said matters at the homes or gathering places of said negroes in the Southern tier of states of the USA. (Howard University, Moorland-Springarn Research Center, Alain Locke Papers).

The contract lasted from December 1927 to March 1931, but Mason continued to support Hurston until the Fall of 1932.

“Tired” of the race problem, but aware that black writers, who wanted to publish in mass-circulation magazines controlled by whites had to produce material “dealing” with the “race problem”, Hurston wrote what the editors and white audience expected to read, but she rarely addressed race issues in ways that could offend her white readers. In the Introduction to the Harper Perennial edition of *The Complete Stories*, Henry Louis Gates Jr. and Sieglinde Lemke refer that Hurston’s “anthropologically based narratives” and her character sketches like “Mother Catherine” show Hurston as more interested in “human motivation” than in the “struggle for civil rights” (Gates and Lemke 1995: xi-xii). Throughout her career she revealed a disregard for race labels and maintained a clear demarcation between black concerns and her literary work.

Hurston responded to the pressure of the social context in which she was writing and the difficult position of the black writer during the Harlem Renaissance. The problems Negro writers had to face to get into the publishing world was an issue discussed by various writers in essays published in black magazines and newspapers. James Weldon Johnson in “The Dilemma of the Negro Author” states that the Negro writer has to face a special problem that “of the double audience [...] an audience made up of two elements with differing and often opposite and antagonistic points of view”. He concludes that “the sincerity and soundness of the Negro writer’s work are vitiated whether he poses for white or black” and the solution to the problem is the making of a common audience out of white and black America (Johnson 1996: 247, 251).

In her personal life, Hurston was criticized by some of her contemporaries for assuming on the role of “the colorful darky” so as to be accepted into the publishing world and to raise funds for her research. Nathan Irvin Huggins in his volume entitled *Harlem Renaissance* (1971) clearly states that Hurston deliberately played the role of the simple childlike primitive. Richard Wright, Hurston’s contemporary and fellow author, criticizes Hurston in his Review of *Their Eyes Were Watching God* for writing a novel that “is not addressed to the Negro, but to a white audience whose chauvinistic tastes she knows how to satisfy” and for using a “minstrel technique that makes the white folks’ laugh” (Wright 1993: 17).

Wright’s work contrasted with Hurston’s: instead of suffering black characters who were victims of violence and racism, psychologically oppressed and lacking joy and hope, Hurston gives us black people living in a world apart from racism and injustice who enjoy laughing, “lying”, celebrating and living. She does not focus exclusively on the tensions resulting from the Jim Crow Laws in the South.

Langston Hughes, fellow artist and co-writer of the play *Mule Bone*, who for years was also supported by Mrs. Charlotte Osgood Mason, Hurston's "Godmother", wrote in his autobiography *The Big Sea* that

In her youth [Hurston] was always getting scholarships and things from wealthy white people, some of whom simply paid her just to sit around and represent the Negro race for them, she did it in such a racy fashion.[...] To many of her white friends, no doubt, she was a perfect 'darkie'. (Hughes 1993: 239).

In another review of *Their Eyes Were Watching God* published in *The Nation* on October 16, 1937, Sterling Brown states that Hurston does not give much attention to the people who go to the muck to work short-time jobs, but dedicates most of the novel to life and activities in an all-colored town, Eatonville, where the "pressures of class and caste" do not bother the inhabitants. Hurston was born in Eatonville, Florida, incorporated in 1886 as an all-black town. Eatonville, a "pure Negro town" and a rich source of black cultural traditions, was linked to Hurston's childhood. There she grew up hearing black folktales, eating tropical fruit and sheltered from racial prejudice.

Despite the opinions of Richard Wright and Sterling Brown, Hurston won the Saturday Review \$1000 Anisfield – Wolf Award for *Dust Tracks on the Road*'s contribution to "the field of race relations" even though most critics regard it as a book with a "raceless posture". And it is also in *Dust Tracks on the Road* that Hurston refuses a racial group label: The skin had nothing to do with "what was inside people. So none of the race Clichés meant anything anymore." (Hurston 1995b: 731) She clearly shows that she was all in favor of the individual. She ends chapter twelve "My People! My People!" of her autobiography saying "There is no *The Negro* here. Our lives are so diversified, internal attitudes so varied, appearances and capabilities so different that there is no possible classification so catholic that it will cover us all, except My people! My people!" Chapter twelve of *Dust Tracks on a Road* is dedicated to discussing the Negro and issues of the race that confused Hurston as a child: race prejudice – exists "not only in America, but also wherever two races meet together in numbers." (*Idem*, 786); race pride – responsible for "more suffering in the world than religious opinion" (*Idem*, 783); race solidarity – a "fiction" (*Idem*, 785) and concludes that "As soon as I could think, I saw that there is no such thing as Race Solidarity in America with any group. It is freely admitted that it does not exist among Negroes" (*Idem*, 721). And in the Appendix to *Dust Tracks on a Road*, in the essay entitled "Seeing the World as it is", Hurston firmly states that she "see[s] Negroes neither better nor worse than any other race. Race pride is a luxury I cannot afford" (*Idem*, 783). Fannie Hurst, a friend and fellow writer,

wrote in "A Personality Sketch" published in 1960 that, in spite of her "lack of identity with her race", Hurston's "rich heritage cropped out not only in her personality but more importantly in her writings" (Hurst 1986: 23).

But she also knew what it meant to be discriminated against. During the late thirties, she had to face the racism and politics of the supervisors of the Works Progress Administration (WPA), who refused to put her in charge of editing *The Florida Negro*, the collection of essays that was part of the Federal Writers' Project (FWP). Instead she was forced to accept a relief position, when she was already an accomplished and published writer.

In essays such as "What White Publishers Won't Print" published in 1950, "The 'Pet Negro' System", published in 1943, and "Crazy for this Democracy" published in 1945 she discusses her views on the racial complexities of America.

In "The 'Pet Negro' System", a text about "interracial friendship", Hurston explains that whites are only interested in the Negro individual and, therefore, single out favorite blacks she calls "pet Negroes" for special attention and privilege: "The South has no interest, and pretends none, in the mass of Negroes but it is very much concerned about the individual" (Hurston 1995g: 915). The "pet Negroes" are professionally promoted by their white friends, but the consideration, "affection" and respect do not "extend to black folk in general". In her published novel about white characters, *Seraph on the Suwanee* (1948), the "pet Negro" passage is a reiteration of this. This "interracial friendship" is also referred to in *Their Eyes Were Watching God* (1937) when Janie answers Tea Cake saying that "De ones (blacks) de white man know is nice colored folks. De ones he don't know is bad niggers" (Hurston 1995h: 315).

"Crazy for this Democracy" acknowledges the presence of "numerous Jim Crow Laws on the statute books of the nation". Segregation and inequality are compared to small-pox and this disease is "not peculiar to the South" but has spread widely. Hurston states that in Canada the racism has changed and that there are now second-class citizens, so "moving North" will not mean the end of the social and racial problems. She demands that the Jim Crow Laws be repealed and that all people be given equal opportunities. She wants to taste democracy!

Zora Neale Hurston knows the publishing world well and in "What White Publishers Won't Print" she comments ironically on the financial problems that affect the writer. If the story "involves racial tension" it will sell well and publishers are in the business "to make money". The publishing industry was uninterested in a romance that did not focus on the race struggle for it did not appeal to the white audience. This essay conveys a racial message: "minorities do think, and think about something other than the race problem" and until this is acknowledged, "it will remain impossible for the majority to conceive of a Negro experiencing a deep and abiding love and not just the passion of sex".

Literature should portray the average Negro in America, should convey a true picture of Negro life. Whites rarely appear in her fiction with the exception of her novel *Seraph on the Suwanee* (1948) and, for her, the minorities, including black Americans, “are very human and internally [...] are just like everybody else” (Hurston 1995 1: 952).

Other titles such as “My Most Humiliating Jim Crow Experience” (1944), “Race Cannot Become Great Until It Recognizes Its Talent” (1934) and “Negroes without Self-Pity” (1943) have obvious race references and show that she did not ignore the more serious aspects of Negro life in America, as she had been accused of by Arna Bontemps who said that her way of dealing “with the most serious aspects of Negro life in America” is ignoring them (Hemenway 1997: 289).

“My Most Humiliating Jim Crow Experience” tells the story of how a white doctor, a specialist in internal medicine, treated her in an insulting manner, examining her in a laundry closet and “it was evident he meant to get [her] off the premises as quickly as possible” (Hurston 1995d: 935). She left without paying.

In “Negroes without Self-Pity” Hurston states that there is a “growing tension between the races”. To promote “peace and good-will between the races” the “less fortunate” and “less educated” [Negroes] have to be guided and told to abandon the self-pity attitude (Hurston 1995e: 933). Negroes are citizens and, to be considered as such, they have to contribute to the community.

Her famous and controversial essay “How it Feels to be Colored Me” published in *World Tomorrow* in May 1928 is a meditation on racial identity where she claims her color gladly. Published near the beginning of Hurston’s career, this essay reintroduces an idea present in “Drenched in Light” (1924) the idea that she is “not tragically colored”. Statements like “I feel my race.” and “At certain times I have no race, I am me.” appear in the essay, and Hurston has “no separate feeling about being an American citizen and colored,” but “Sometimes, [she] feel[s] discriminated against, but it does not make [her] angry.” (Hurston 1995c: 828-829). As she explicitly writes, she feels her race, but remains herself:

But I am not tragically colored. There is no great sorrow dammed up in my soul, nor lurking behind my eyes. I do not mind at all. I do not belong to the sobbing school of Negrohood who hold that nature somehow has given them a low-down dirty deal and whose feelings are all hurt about it. Even in the helter-skelter skirmish that is my life, I have seen that the world is to the strong regardless of a little pigmentation more or less. (*Idem*, 827)

Pamela Bordelon, editor of *Go Gator and Muddy the Water. Writings by Zora Neale Hurston from the Federal Writers' Project*, gives the title "Race" to the section in which the articles "Art and Such" and "The Ocoee Riot" are included. In "Art and Such", Hurston gives her point of view regarding the slow progress of African Americans in the Arts which is intimately connected to the life of the Negro after emancipation. Here she also suggests that black writers should explore black culture, instead of giving too much attention to the race and the "race champions", thinking perhaps of Richard Wright. In "The Ocoee Riot" she documents an incident that happened in 1920, on the day of the elections for the presidency and that resulted in the death of an innocent man, July Perry. The Ocoee incident contradicts the charges made by her contemporaries that she did not concern herself with racial injustice in her writings.

And going back to *Dust Tracks on a Road*, she concludes that, in what concerns "the Race Problem business" "there is no fundamental conflict, since there is no solid reason why the blacks and the whites cannot live in one nation in perfect harmony." "Race Pride and Race Consciousness [are] the root of misunderstanding and hence misery and injustice." (Hurston 1995b: 784) Hurston's work conveys the idea that she and most black people did and do not devote their entire lives to discussions about white injustice; they talk about it, but not only; they continue to practice their culture, and to live their lives without constant reference to white oppression.

Bibliographical References

- Bordelon, Pamela. (ed.) (1999): *Go Gator and Muddy the Water. Writings by Zora Neale Hurston from the Federal Writers' Project*. New York and London: W.W. Norton & Company.
- Favor, J. Martin (1999): *Authentic Blackness. The Folk in the New Negro Renaissance*. N. p.: Duke University Press.
- Gates, Henry Louis Jr. (1992): *Loose Canons. Notes on the Culture Wars*. New York and Oxford: Oxford University Press.
- Glassman, Steve and Kathryn Lee Seidel (eds.) (1991): *Zora in Florida*. Orlando: University of Central Florida Press,
- Goldberg, David Theo (1997): *Racial Subjects. Writing on Race in America*. New York and London: Routledge.
- Hemenway, Robert E. (1997): *Zora Neale Hurston: A Literary Biography*. Urbana and Chicago: University of Illinois Press.
- Hughes, Langston (1993 [1940]): *The Big Sea*. New York: Hill and Wang.

- Hurst, Fanny (1986): "A Personality Sketch". In: *Zora Neale Hurston*. Ed. Harold Bloom. New York: Chelsea House Publishers. 21-24.
- Hurston, Zora Neale (1999): "Art and Such". In: *Go Gator and Muddy the Water. Writings by Zora Neale Hurston from the Federal Writers' Project*. Ed. Pamela Bordelon. New York and London: W.W. Norton & Company:
- (1995a): "Crazy for this Democracy" In: *Zora Neale Hurston. Folklore, Memoirs and Other Writings*. Ed. Cheryl A. Wall. New York: The Library of America: 945-949.
- (1995b): *Dust Tracks on a Road*. In: *Zora Neale Hurston. Folklore, Memoirs and Other Writings*. Ed. Cheryl A. Wall. New York: The Library of America:
- (1995c): "How It Feels to Be Colored Me" In: *Zora Neale Hurston. Folklore, Memoirs and Other Writings*. Ed. Cheryl A. Wall. New York: The Library of America: 826- 829.
- (1987 [1985]): "Isis". *Spunk. The Selected Stories of Zora Neale Hurston*. London: The Camden Press.
- (1995d): "My Most Humiliating Jim Crow Experience". In: *Zora Neale Hurston. Folklore, Memoirs and Other Writings*. Ed. Cheryl A. Wall. New York: The Library of America: 935-936.
- (1995e): "Negroes Without Self Pity". In: *Zora Neale Hurston. Folklore, Memoirs and Other Writings*. Ed. Cheryl A. Wall. New York: The Library of America, 1995. 932-934.
- (1995f): *Seraph on the Suwanee*. In: *Zora Neale Hurston. Novels and Stories*. Ed. Cheryl A. Wall. New York: The Library of America:
- (1995g): "The 'Pet Negro' System". In: *Zora Neale Hurston. Folklore, Memoirs and Other Writings*. Ed. Cheryl A. Wall. New York: The Library of America: 914 – 921.
- (1999): "The Ocoee Riot". In: *Go Gator and Muddy the Water. Writings by Zora Neale Hurston from the Federal Writers' Project*. Ed. Pamela Bordelon. New York and London: W.W. Norton & Company:
- (1995h): *Their Eyes Were Watching God*. In: *Zora Neale Hurston. Novels and Stories*. Ed. Cheryl A. Wall. New York: The Library of America.
- (1995i): "What White Publishers Won't Print". In: *Zora Neale Hurston. Folklore, Memoirs and Other Writings*. Ed. Cheryl A. Wall. New York: The Library of America: 950-955.
- Johnson, James Weldon. (1996): "The Dilemma of the Negro Author". In: Cary D. Wintz, *The Harlem Renaissance 1920-1940. The Politics and Aesthetics of "New Negro" Literature*. New York and London: Garland Publishing, Inc.: 247-251.

- Jones, Gayl (1991): *Liberating Voices. Oral Tradition in African American Literature*. New York: Penguin Books.
- Lott, Tommy L. (1999): *The Invention of Race. Black Culture and the Politics of Representation*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Meisenhelder, Susan Edwards (1999): *Hitting a Straight Lick With a Crooked Stick. Race and Gender in the Work of Zora Neale Hurston*. Tuscaloosa, Alabama: The University of Alabama Press.
- Posnock, Ross (1998): *Color and Culture. Black Writers and the Making of the Modern Intellectual*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Sundquist, Eric (1993): *To Wake the Nations: Race in the Making of American Literature*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Wright, Richard (1993): "Their Eyes Were Watching God". *New Masses*, October 5, 1937. Reprinted in *Zora Neale Hurston. Critical Perspectives Past and Present*. Eds Henry Louis Gates Jr. and K. A. Appiah. New York: Amistad. 16-17.
- Young, James O. (1973): *Black Writers of the Thirties*. Baton Rouge: Louisiana State University Press.

Da memória ao acesso à Informação na Casa de Mateus: as bases e objectivos de um projecto sistémico

Armando Malheiro da Silva
FLUP
malheiro@letras.up.pt

Maria Fernanda Silva Gonçalves
ESEIG/IPP
mgoncalves@eseig.ipp.pt

Uma Fundação Memorial para o Futuro

O arquivo da Fundação da Casa de Mateus (FCM) conserva a memória familiar de treze gerações que habitaram no espaço da Casa de Mateus desde 1577 até aos nossos dias. A documentação administrativa da Casa, bem como a documentação pessoal e profissional desta família e de outras famílias que se ligaram à da Casa de Mateus, extravasa o contexto familiar, assumindo importância de dimensão nacional nas áreas social, política, económica, militar, etc.

Esta Fundação foi instituída em 1970 por D. Francisco de Sousa Botelho de Albuquerque, 3.º Conde de Mangualde, 6.º Conde de Vila Real e 5.º Conde de Melo. Desde essa data a Fundação tem realizado actividades que cumprem os fins culturais, artísticos, educativos e científicos para os quais foi instituída, consignados no art. 3.º dos seus estatutos¹. No que se refere à actividade cultural a FCM organiza desde 1977 seminários sobre assuntos de relevância nacional sobre vários temas nas áreas da economia, política e saúde, entre outras. Além dos seminários a FCM realizou também, entre 1979 e 2005, Cursos Internacionais de Música e, entre 1985 e 2005, o Festival de Música da Casa de Mateus, muito prestigiado a nível mundial. Entre as actividades culturais habituais contam-se ainda a realização de seminários de tradução colectiva de poesia e a entrega do Prémio Literário D. Diniz. No campo da actividade científica, a Fundação da Casa de Mateus preside ao Instituto Internacional Casa de Mateus, criado em 1986, de que são membros Academias, Universidades e Institutos Científicos portugueses.

Para além de definirem a finalidade cultural e científica da Fundação da Casa de Mateus, os referidos estatutos da FCM dão particular enfoque à

¹ Estatutos da Fundação da Casa de Mateus. D.R. III Série. 35 (1971-02-11) 679-682.

conservação e divulgação do património da Casa. Este trabalho de abertura ao exterior, iniciado em 1961 com a criação do Museu da Casa de Mateus², tem sido continuado pela Família a par de trabalhos de preservação e divulgação do património da FCM, levando a cabo projectos de restauro e catalogação do seu acervo arquivístico, bibliográfico e museológico.

O uso da memória familiar na Casa de Mateus

A conservação do património acumulado na Casa de Mateus deve-se ao esforço continuado de 13 gerações da família, salientando-se a importância atribuída ao património documental por vários membros da família ao longo das diversas gerações. Em c. de 1800, atento às mudanças da época e consciente da importância do Arquivo da Casa, O Morgado d'Os Lusíadas recomenda a seu filho (...) “Acautela o archivo da Casa donde não deixarás tirar papéis originais quando o puderes por treslado, e não os deixes tirar senão para os juntar a uma causa, que alias se pudesse perder, ficando inútil o Título daí por adiante” (...) ³. Sua mãe, D. Leonor Ana Luísa Josefa de Portugal, alguns anos antes fora já vítima desta mesma preocupação. Em 1772, enquanto administradora da Casa de Mateus durante os anos em que seu marido ocupou o cargo de Governador da Capitania de São Paulo no Brasil, enviou para Lisboa os títulos do Morgado de Mateus. Tendo-se perdido o correio no percurso, o Rei concedeu alvará para que todos os bens pertencentes aos Morgados de Mateus fossem considerados de Morgado Regular. Consciente da importância que os papéis da administração da Casa possuíam para a preservação do património D. Leonor contratou o primeiro arquivista da Casa de Mateus. Seu filho afirmará mais tarde que nesta altura se deu início à organização da documentação administrativa em armários, gavetas, maços e títulos, cujo intuito era não só preservar as terras que a família possuía mas apoiar a sua gestão. Esta organização da documentação em gavetas, maços e títulos, de acordo com um critério geográfico, a cujo tratamento arquivístico se fará referência neste artigo, revelou-se de tal forma útil que as gerações futuras preservaram e promoveram a sua utilização até 1923.

Desde meados do Séc. XVIII até 2001 vários historiadores e arquivistas passaram pela Casa de Mateus para estudar, organizar ou tratar o arquivo da Casa, encontrando-se ainda hoje marcas desse mesmo trabalho, tal como afirmado no Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus (Fundação Casa de Mateus

² [Recorte de imprensa] da inauguração do Museu da Casa de Mateus de D. Francisco de Sousa Botelho de Albuquerque. 1961/04/30. Ver: SICM / SSC. 12.01 / RECORTE IMPRENSA.

³ Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução do meu filho (Índice Tomo I, fl. 29 r). [1800] Ver: SICM / SSC 06.01 / SR / GAVETA.

2005:23). No entanto, o tratamento da imensa massa documental acumulada em Mateus exigia meios e esforços que apenas a evolução da tecnologia e da própria arquivística poderiam permitir levar a cabo. Em 2001, consciente da necessidade de encontrar uma solução eficaz que permitisse o tratamento do vasto património documental acumulado, a FCM conseguiu, através do Programa Operacional de Cultura (POC) com co-financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER), levar a cabo o Projecto de Tratamento, Microfilmagem e Digitalização do Arquivo⁴.

Fundamentos teóricos e aplicação do modelo sistémico ao Arquivo da Casa de Mateus

O Projecto de Tratamento, Microfilmagem e Digitalização do Arquivo da Casa de Mateus teve início em 2001, tendo os trabalhos de microfilmagem e digitalização iniciado sem um conhecimento global da informação contida no Arquivo de Mateus por imposição do financiamento atribuído. Durante o primeiro ano de decurso do projecto, em virtude da quantidade de informação e da complexidade de relações estabelecidas entre a informação depositada em Mateus, a consecução do projecto exigia qualificações técnicas e científicas que permitissem levar a cabo o tratamento da informação acumulada e a continuidade dos trabalhos de microfilmagem e digitalização.

Em Outubro de 2002, com nova coordenação científica do Professor Doutor Armando Malheiro da Silva, procedeu-se a uma readequação dos procedimentos metodológicos seguidos até à data. Tendo por base a adopção de um modelo teórico-prático contemplado em literatura da Ciência da Informação, (Silva *et al.* 1999: 214 -216) (Silva e Ribeiro 2002) (Silva 2004), cujo objectivo central é a reconstituição do contexto orgânico-funcional e temporal de produção/recepção da informação, foram realizadas alterações na metodologia de trabalho, atendendo-se a questões que não tinham inicialmente sido consideradas pelos técnicos que integravam a equipa. Desta forma, podemos afirmar que o projecto de tratamento e digitalização do Arquivo da Casa de Mateus foi uma experiência prática de aplicação de conhecimento científico, tendo em vista a reconstituição dos contextos orgânico-funcionais e temporais em que foi produzida a documentação e a celeridade no acesso aos conteúdos, constituindo um desafio à aplicação do modelo sistémico ao tratamento da informação.

À luz do referido modelo sistémico, a Casa de Mateus é configurada como um Sistema de Informação, designado por Sistema de Informação Casa de Mateus (SICM), que permanece activo, sendo actualmente a Família de Mateus,

4 Projecto de Tratamento e Digitalização do Arquivo da Casa de Mateus (proj. POC nº 108/01).

produtora e utilizadora do património da Casa de Mateus, detentora desse mesmo património numa lógica geracional. A criação da FCM, à semelhança da instituição do Morgadio de Mateus, coloca-nos perante um SI contínuo, tornando impossível a tradicional divisão do seu património, bem como do seu arquivo em histórico e corrente. A complexidade de relações familiares com que nos cruzamos, em que casamentos das sucessivas gerações de Mateus significavam muitas vezes alianças patrimoniais com outras Casas, cujo espólio documental foi trazido para Mateus, alertou-nos para a dificuldade de representar a realidade do contexto informacional do Arquivo da Casa de Mateus. Esta informação, produzida/recebida num contexto familiar externo à Casa de Mateus, e em certos casos anterior a esta, é devolvida ao seu contexto de produção, relacionando-se com o de Mateus numa lógica de integração subsistémica constituindo-se como Subsistemas do SICM (V. Gráfico 1). Além dos subsistemas Familiares, como o caso da Família Melo, a mesma integração subsistémica permitiu a representação de documentação profissional trazida à Casa por membros da Família que desempenharam diversas funções ao Serviço do Estado, dando origem a subsistemas profissionais como o do Governo da Capitania de São Paulo.

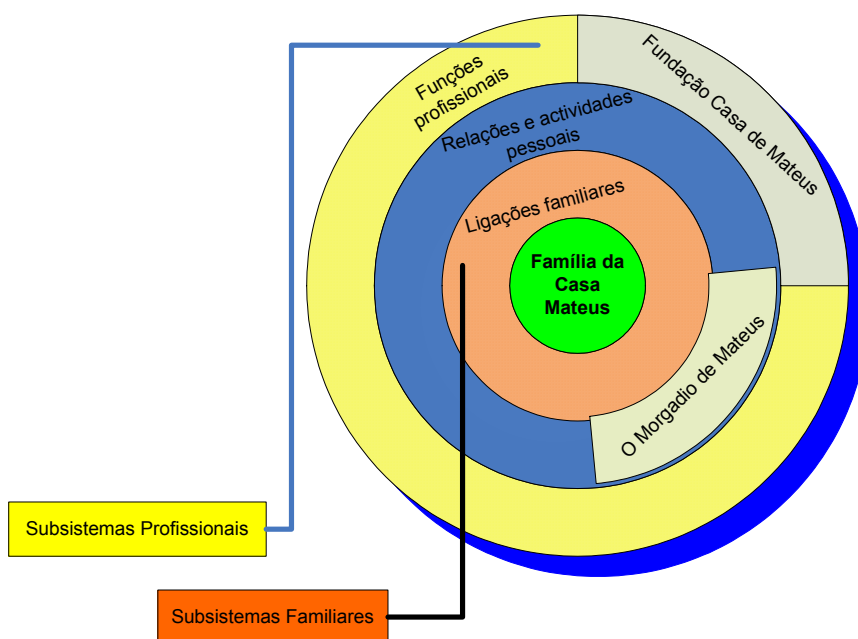


Gráfico 1 – Esquema representativo da lógica de integração subsistémica do SICM.

O tratamento da informação foi realizado na convicção de que toda a informação pessoal ou familiar possui organicidade e funcionalidade que pode e

deve ser representada, por oposição às convicções clássicas da dita arquivística tradicional, e de forma a ultrapassar a redutora dicotomia funcional em actividades públicas e privadas que habitualmente se aplica aos arquivos familiares e pessoais. Apesar de percebermos que há diferentes tipos de Famílias, temos que reconhecer que as sucessivas gerações são uma marca da sua organicidade, i.e. uma evidência de como esta se estrutura para a concretização de objectivos a alcançar pela acção. Tal como explicado em trabalhos anteriores (Silva 2004:69), além da continuidade genética através da descendência em sucessivas gerações, este trabalho foi realizado tendo em conta mais dois fundamentos orgânicos e estruturais da Família: a união de dois indivíduos do sexo oposto e a acção dos diferentes membros individuais da Família. Se o arquivista assumir a óptica do produtor/utilizador da informação, perceberá o quanto é redutor e simplista dividir a documentação em actividade pessoal e pública. Cada pessoa produz/usa informação de natureza diversa e estabelecer uma lógica de investigador com classificações temático-funcionais entra em colisão com a lógica do produtor/utilizador da informação, além de não contribuir para agilizar a recuperação (Fundação Casa de Mateus 2005: 27) (Silva 2004).

O estudo orgânico-funcional da Família da Casa de Mateus, em torno do qual se organiza a informação numa lógica de gerações ou secções familiares, constitui o Sistema de Informação da Casa de Mateus (SICM) (Fundação Casa de Mateus 2005), permitindo os exemplos abaixo apresentados uma melhor compreensão da lógica organizativa que serviu de base ao quadro orgânico-funcional realizado.

<p>SECÇÃO 03 ÁLVARES COELHO MOURÃO (1666 - 1696)</p> <p>SUBSECÇÃO 03.01 D. Maria Coelho, a Velha (f.1696/07/23)¹⁹ Doutor Matias Álvares Mourão de Aguiar (f. 1675/05/19)</p> <p>Ver Subsistema CUMIEIRA</p> <p>Ver Subsistema FERREIRA DE AGUIAR</p> <p>SUBSECÇÃO 03.02 Doutor Matias Álvares Mourão de Aguiar (f. 1675/05/19)</p> <p>SUBSECÇÃO 03.03 D. Isabel Álvares Coelho (f. dp. 1663/09/09)</p>	<p>Geração 03</p> <p>Casal Administrador Informação relativa ao casal e à administração da Casa</p> <p>SI trazidos à Casa por esta união</p> <p>Informação Pessoal ou Profissional de cada uma das pessoas do casal</p> <p>Irmã do cabeça de casal</p>
--	---

Tabela 1 – *Quadro Orgânico-funcional da Secção 03 do SICM.*

SUBSISTEMA FERREIRA DE AGUIAR SECÇÃO 01 FERREIRA DE AGUIAR SUBSECÇÃO 01.01 Belchior Ferreira de Aguiar D. Isabel Álvares Mourão	Geração 01
	Casal Administrador
SECÇÃO 02 MOURÃO COELHO SUBSECÇÃO 02.01 Dr. Diogo Álvares Mourão D. Isabel Álvares Coelho SUBSECÇÃO 02.02 Dr. Matias Álvares Mourão de Aguiar (f. 675/05/19) SUBSECÇÃO 02.03 Diogo Pereira de Aguiar (f. 1709)	Geração 02
	Casal Administrador
	Irmão do cabeça de casal
	Irmão do cabeça de casal

Tabela 2 – *Quadro orgânico-funcional do Subsistema Ferreira de Aguiar do SICM.*

Pela análise dos quadros acima apresentados podemos perceber que a Secção corresponde à Geração de Administradores da Casa, identificada pelos apelidos fortes da Família na altura. A Subsecção 03.01 (V. Tabela 1) corresponde ao casal administrador, geralmente ao Administrador, filho primogénito, e sua mulher. Neste caso verificou-se que D. Maria Coelho era a filha do instituidor do vínculo de Mateus e que exerceu funções de administradora durante a vida do seu marido e depois da morte deste. Por esse motivo, para melhor representar o contexto de administração da Casa, e consequentemente de produção/recepção da informação, optamos por mantê-la como cabeça de casal. Os Subsistemas aqui identificados (V. Tabela 1) dizem respeito a propriedades e outros bens que este casal adquiriu com esta união, e com eles os papéis que diziam respeito à sua aquisição e gestão num contexto familiar anterior, remetendo-se para o Subsistema correspondente (V. Tabela 2). Na Subsecção 03.02 (V. Tabela 1) é incluída a informação relativa a aspectos da vida de cada um dos membros do casal, antes e depois do casamento. Neste caso em particular não há uma Subsecção para a cabeça de casal (Ela) uma vez que o arquivo não possui documentação relativa à sua trajectória pessoal ou profissional, tal como acontece no caso de seu marido do qual se possui correspondência particular. A Subsecção 03.03 (V. Tabela 1) diz respeito à informação de uma irmã da pessoa que é cabeça de casal da secção.

Num contexto familiar tão complexo e vasto como o da Casa de Mateus, em que as ligações familiares se multiplicam e cada vez mais recuam a tempos remotos, deparamo-nos com documentos de pessoas que não nos foi possível identificar ou relacionar com a Família da Casa de Mateus. Nestes casos,

optamos por criar organicamente uma Subsecção, que surge no final da respectiva Secção, com a designação geral de Não Identificados (veja-se a título de exemplo Secção 02 do SICM) (Fundação Casa de Mateus 2005), cuja informação poderá, futuramente, vir a ser integrada no casal ou na pessoa correspondente quando for identificá-la. Dentro de cada uma das Subsecções do Sistema de Informação ou Subsistemas apresentam-se descritos, por ordem alfabética das tipologias documentais, séries, subséries e documentos compostos e simples.

Além de constituir um ponto de viragem na forma como o tratamento documental do Arquivo da Casa de Mateus foi realizado, a aplicação do modelo sistémico, SIAP (Sistema de Informação Activa e Permanente), implicou uma perspectiva integradora da informação depositada no Arquivo, Biblioteca e Museu da Casa. No decorrer dos trabalhos, a adopção deste modelo serviu de apoio estrutural ao trabalho desenvolvido nos projectos de tratamento da colecção museológica e da Biblioteca, procurando-se associar cada peça do museu e cada livro da Biblioteca ao quadro orgânico-funcional desenvolvido, conferindo maior dinamismo à execução do projecto. Tal tarefa, que compreendeu cerca de 1.038 peças do museu, 459 títulos impressos nos séculos XVI, XVII e XVIII e 5570 títulos impressos a partir do século XIX que constituem a Biblioteca da Casa, apenas foi possível graças à riqueza da informação contida no Arquivo da Casa (inventários, documentos de despesa, registos de pagamento, etc.) que permitiu identificar a origem de muitas das peças, mas também devido ao empenho dos profissionais que integraram os projectos, bem como ao particular interesse da FCM em preservar a memória daqueles que acumularam e usaram o património conservado em Mateus, devolvendo documentação, peças e livros ao tempo e ao espaço originais.

Reflexão sobre o decurso do projecto: acções levadas a cabo e dificuldades enfrentadas

A realização do estudo orgânico-funcional do Arquivo da Casa de Mateus exigiu que paralelamente ao tratamento arquivístico fossem realizadas tarefas de investigação histórica e genealógica para que fosse possível reconstituir, na medida do possível, a estrutura orgânico-funcional da Família da Casa de Mateus e a origem de todos os conjuntos documentais depositados no Arquivo da Casa de Mateus.

A escassez de tempo com que nos deparamos, obrigou a que fosse necessário tomar opções que nos permitissem cumprir prazos sem prejudicar o objectivo a que nos propusemos. Tendo presente que os trabalhos de microfilmagem e digitalização iniciaram sem que qualquer tratamento arquivístico fosse efectuado, mantivemos sempre a perspectiva de que apenas

faria sentido tratar a informação para realizar um catálogo, descendo ao mais baixo nível de descrição. Qualquer outra opção nunca levaria a uma efectiva recuperação da informação, deitando por terra todo o esforço financeiro colocado na microfilmagem e digitalização do acervo. Estes factores, aliados a questões práticas de consecução dos trabalhos arquivísticos, levaram a que a optássemos por não apresentar a descrição arquivística da documentação pessoal das gerações 07 a 12 no catálogo publicado. Tal facto, permitiu que o tratamento da documentação contemplada no catálogo fosse efectuado com um nível de descrição bastante fino, em muitos casos ao documento simples, o que não seria possível se o catálogo contemplasse toda a documentação. Além disso, esta opção metodológica possibilitou que se procedesse à identificação e estudo da documentação das secções 07 a 12 a tratar, para que futuramente se possa realizar o seu tratamento arquivístico ao mesmo nível de descrição da documentação contemplada no catálogo.

O estudo orgânico-funcional realizado abarcou todas as gerações da Família da Casa de Mateus, tendo sido identificados todos os conjuntos documentais existentes, bem como a documentação pessoal e administrativa de Famílias ou Casas cuja documentação está depositada em Mateus, tais como Melo, Mangualde, apresentando-se no Cd-Rom publicado no âmbito deste mesmo Projecto uma perspectiva de todo o acervo documental do Arquivo da Casa de Mateus. Além do estudo orgânico-funcional foi possível realizar o tratamento e descrição arquivística ao nível do documento simples de todas as fotografias pertencentes ao acervo do arquivo (geração 09 a 12), bem dos documentos do Arquivo que fazem parte de um núcleo de cerca de 300 documentos que sazonalmente são expostos no Museu da Casa.

Durante o arranque do projecto a FCM elegeu um sistema de gestão electrónica de documentos (SGED) como meio de gestão e divulgação do seu acervo documental, tendo em vista atingir um duplo objectivo: levar a cabo o tratamento de massas documentais acumuladas, de modo a assegurar a sua disponibilização à consulta, assim como tirar partido do sistema para simplificação e agilização dos processos informacionais levados a cabo no funcionamento diário da organização. O facto de a escolha e a implementação do SGED ter ocorrido sem qualquer estudo prévio da organização em causa ou da documentação, no sentido de suportar a escolha do SGED a adquirir, bem como o facto de à data a escolha de softwares ser mais limitada do que actualmente, resultou em constrangimentos que durante o projecto foi necessário ultrapassar.

A adopção de um modelo sistémico ao tratamento da informação obrigou-nos a reflectir na forma como a organização gere a sua informação, em virtude das suas necessidades e características orgânicas e funcionais, considerando-se impensável que a aplicação de um SGED pré-definido pudesse ser aplicado à

organização. Na prática, verificamos que uma vez que a documentação não era alvo de tratamento arquivístico antes de ser digitalizada, o SGED funcionava como um repositório de dados recuperados através de um código numérico atribuído no momento da digitalização. Neste contexto, é necessário ressaltar que o fraco desempenho do SGED adquirido não se deveu ao SGED em si mas sim à forma como decorreu a sua implementação, não tendo sido realizado um levantamento de requisitos, tendo os técnico limitado o estudo prévio a uma definição de campos contidos nas normas ISAD(G). Esta situação resultou em que durante o projecto tenha sido necessário proceder a ajustamentos na Base de Dados, no sentido de a ajustar á estrutura da organização, bem como ultrapassar problemas técnicos de funcionamento que obrigaram ao adiamento da inserção de dados na BD.

A par destes constrangimentos técnicos, durante o decorrer dos trabalhos arquivísticos deparamo-nos com um conjunto documental cuja organização original se mantinha mas cuja origem não nos foi inicialmente possível identificar. Com a prossecução dos trabalhos foram sucessivamente localizados na Biblioteca da Casa livros manuscritos que os bibliotecários encaminhavam para o Arquivo. Como resultado da separação forçada que muitos profissionais estabelecem entre Bibliotecas e Arquivos, três livros encadernados guardados na Biblioteca eram na verdade os Índices do Arquivo Administrativo da Casa de Mateus, designado por Gavetas, e cuja existência já tinha sido por nós detectada. Este conjunto documental é composto por 34 gavetas, organizadas de acordo um critério geográficos, constituídas por maços numerados, em cuja capilha são descritos os documentos que cada maço contém. Através da análise dos Índices e das cerca de 25 gavetas, cuja organização se mantinha, percebemos que neste conjunto foi reunida a documentação administrativa de dez gerações da Casa de Mateus com o intuito de gerir as terras que a Casa possuía. Toda a documentação produzida/recebida/usada entre 1492 e 1923 que dizia respeito à posse de terras (compra e venda de terras, pagamento de foros, etc.) foi identificada e organizada neste conjunto documental, apoiando a gestão patrimonial da Casa de Mateus. Lembrando as palavras do 5º Morgado de Mateus, quanto à importância do arquivo da Casa, atrevemo-nos mesmo a afirmar que a existência deste conjunto documental, sabiamente iniciado pelo arquivista contratado em 1772, foi decisivo para a prosperidade da sua administração.

(...) a propriedade em todo o país, sobretudo em Portugal, depende dos títulos que a seguram e dão este direito; assim o arquivo de uma Casa é o objecto da maior importância, muito particularmente para a nossa, que formada de pequenas peças, que se foram reunindo e de muitos pequenos foros, exige a revisão contínua e

conhecimento dos títulos de cada um para defender e sustentar os seus direitos. Os tombos mesmo não são suficientes a supri-los. A mania forense do nosso Pai, à enexecução das leis, á corrupção das justiças só se pode opor, e ainda ás vezes de balde, a validade e clareza dos documentos (...).⁵

Além de permitir que a documentação administrativa da Casa de Mateus permanecesse até aos nossos dias em bom estado de conservação, a constituição das Gavetas da Administração da Casa de Mateus deram resposta às necessidades dos produtores/utilizadores da informação possibilitando-lhes maior eficiência na cobrança de rendas e foros, bem como no reconhecimento da posse de muitas terras que a Casa se viu obrigada a fazer. Neste contexto, seria impensável desfazer a organização original deste conjunto, tendo-se optado por proceder à reconstituição dos maços que o tempo se encarregara de desfazer, tendo por base os livros de Índice.

Do ponto de vista do tratamento arquivístico, optamos por descrever este conjunto documental como série funcional denominada Gavetas, designação usada pelos familiares da Casa. Desta forma, foi dado ao conceito operatório de série documental a necessária maleabilidade, abarcando não só as sequências de documentos unidos entre si no momento da produção por características orgânicas e tipológicas, mas também reordenações temáticas constituindo sequências (séries) menos orgânicas, mas mais funcionais, marcadas pela necessidade de uso. Uma vez que este trabalho de ordenação e descrição documental das Gavetas foi concebido na geração 06 de administradores da Casa de Mateus, D. Luís António de Sousa Botelho Mourão e D. Leonor Ana Luísa José de Portugal, e consolidado por seu filho D. José Maria, este último responsável pela elaboração dos índices, optamos por integrar esta documentação na Subsecção 06.01. No entanto, as Gavetas da Administração de Mateus compreendem documentos compostos e simples produzidos e recebidos desde as gerações iniciais até gerações posteriores ao séc. XVIII, o que nos obrigou a descrever virtualmente toda essa documentação nas gerações de origem. Este foi de facto o desafio colocado à aplicação do modelo sistémico, cuja solução permitiu manter a ordenação original e mantida até hoje e, ao mesmo tempo, devolver virtualmente os documentos às gerações e respectivos membros produtores/receptores da documentação. Apesar da reconstituição da série Gavetas ter obrigado à localização e identificação de cada documento e sua integração na respectiva gaveta e maço com recurso aos livros de Índice existentes, o que contribuí para a morosidade dos trabalhos de descrição, o

⁵ *Breve História ou Notícia desta Casa de Mateus que serve de introdução à lição dos Títulos para introdução do meu filho* (Índice Tomo I, fl. 1 r). [1800] Ver: SICM / SSC 06.01 / SR / GAVETA.

particular interesse deste núcleo de documentação administrativa justifica a sua realização, permitindo actualmente uma perspectiva da aquisição e gestão das terras pertencentes ao vínculo de Mateus, sendo de assinalar que há terras mencionadas na instituição do Morgadio⁶ que ainda hoje estão na posse da FCM.

Resultados e objectivos de médio e longo prazo

No que diz respeito a resultados imediatos, o Projecto de Tratamento e Digitalização do Arquivo permitiu a publicação do Catálogo do Arquivo da FCM, que inclui a descrição da documentação pessoal e profissional de 6 gerações da Casa de Mateus (1577-1806); administrativa de 10 gerações da Casa de Mateus, incluída na Série Gavetas – (1577-1923); pessoal e administrativa de famílias que se ligaram à Família da Casa de Mateus (subsistemas familiares) (1521-1804) e pessoal e administrativa de pessoas não identificadas (1492-1795). O CD-ROM, publicado no âmbito do mesmo Projecto, apresenta uma perspectiva do acervo documental do Arquivo da Casa de Mateus, que foi inteiramente microfilmado e digitalizado, e de todo o trabalho arquivístico levado a cabo.

Tendo presente que a realização deste Projecto nunca foi um fim por si só, mas tendo sempre em vista a criação de um Serviço de Informação, a Fundação da Casa de Mateus tem realizado esforços para manter em funcionamento o Serviço de Arquivo de forma a dar continuidade aos trabalhos de tratamento documental e alimentação da Base Dados, facilitando o acesso à informação e permitindo a divulgação dos conteúdos com a garantia da preservação do documento original. No sentido de tornar comunicável a informação técnica produzida por arquivistas, museólogos e bibliotecários no âmbito dos projectos levados a cabo, o Serviço de Arquivo funciona como serviço informativo da Fundação da Casa de Mateus, realizando a gestão da informação do Arquivo, Museu e Biblioteca da Casa, depositada em três bases de dados distintas: (i) *Arop-* gere o arquivo digital da Casa de Mateus composto por 835.629 imagens, correspondente a informação produzida desde o século XV até aos nossos dias numa estrutura física composta por um servidor NetServer HP LH3000 ao qual está ligada uma Jukebox Plasmon M52-910-2 na qual estão armazenados 46 discos magneto-ópticos Plasmon, de 9.1 GB cada, num total de 380.63 GB ocupados; (ii) *Bibliobase* – contém registo de catalogação, contabilizando-se à data de encerramento do projecto 459 títulos impressos nos séculos XVI, XVII e XVIII e 5570 títulos impressos a partir do século XIX pertencentes à Biblioteca da Casa; (iii) *Matriz* – gestão das peças pertencentes ao Museu da Casa de

⁶ *Escritura de obrigação de capela e posse da Capela de Nossa Senhora dos Prazeres do Licenciado António Álvares Coelho e sua mulher. 1642/12/05 – 1642/01/16. Ver: SICM / SSC 06.01 / DC / REQUERIMENTO, DESPACHO, LICENÇA.*

Mateus, num total de 1.038 peças. Neste contexto, o desenvolvimento dos Projectos de Tratamento do Arquivo, Biblioteca e Museu da Casa de Mateus permitiu à FCM dar maior relevo ao trabalho de investigadores que solicitam informação sobre o seu acervo, lançando-se as bases para o desenvolvimento de trabalhos de investigação científica nas mais variadas áreas, graças à riqueza e diversidade do acervo que possui.

Conclusão

O trabalho desenvolvido na FCM durante o Projecto de tratamento, microfilmagem e digitalização do Arquivo de constituiu uma experiência laboratorial de sucesso na área da Ciência da Informação pela aplicação do modelo sistémico ao tratamento da informação da Casa de Mateus. Além disso a integração dinâmica que se estabeleceu entre os projectos de tratamento do Arquivo, da Biblioteca e do Museu da Casa teve como base estrutural a adopção do modelo sistémico, conferiu maior dinamismo ao trabalho realizado, congregando os profissionais das áreas em questão à volta do objectivo de reconstituição do contexto de produção da informação produzida/albergada em Mateus.

Consciente da importância do acervo do arquivo de Mateus, reunido na Casa Mateus num contexto familiar ultrapassado pela natureza da própria informação numa integração dinâmica que foi necessário reconstituir, a Família da Casa de Mateus soube preservar a sua memória de forma inigualável no panorama nacional. Se no passado a dimensão e complexidade do acervo do Arquivo da Casa de Casa de Mateus foram factores que colocaram sempre aos profissionais da área dificuldades que inviabilizavam o trabalho, pela sobreposição do interesse histórico à utilidade do trabalho de representação de informação do arquivista, durante o projecto estes foram factores que constituíram um desafio único. Foi a complexidade da informação depositada em Mateus que obrigou a que se utilizassem novos avanços arquivísticos e tecnológicos, à luz da Ciência da Informação que permitem a recuperação do contexto orgânico-funcional de produção da informação.

A constituição do SICM, tendo por base uma lógica geracional, ao qual se associam Subsistemas familiares e profissionais, permitiu a recuperação dos contextos de produção orgânico-funcionais e temporais da documentação depositada em Mateus, tendo por base a convicção de a informação pessoal possui organicidade e funcionalidade.

Referências Bibliográficas

- Fundação da Casa de Mateus (2005): *Catálogo do Arquivo da Casa de Mateus*. Vila Real: Fundação da Casa de Mateus.
- Silva, Armando Malheiro da *et al.* (1999): *Arquivística: teoria e prática de uma ciência da informação*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, Armando Malheiro da & Ribeiro, Fernanda (2002): *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silva, Armando Malheiro da (2004): "Arquivos familiares e pessoais: bases científicas para aplicação do modelo sistémico e interactivo". In: *Revista da Faculdade de Letras: Ciências e Técnicas do Património*. I Série, vol. III: 55-84.

O vinho do Porto e a sua importância na diplomacia portuguesa (segunda metade do século XVIII)

Francisco Ribeiro da Silva
Universidade do Porto

1 - Introdução

Começarei por fazer duas observações prévias que servirão de introdução à temática sugerida pelo título da comunicação.

A) Falar da importância diplomática do negócio internacional do vinho do Porto não é uma raridade histórica, no sentido em que a actividade diplomática surgiu em grande parte ligada ao mundo dos negócios e às trocas comerciais entre países. Embora remonte à antiguidade a primeira notícia do envio de agentes negociadores de conveniências mútuas entre Estados, os historiadores costumam situar as origens da diplomacia moderna nas cidades-Estado renascentistas do norte de Itália dominadas por burguesias mercantis que, como se sabe, faziam da actividade comercial e do domínio dos mares o elemento estruturante da sua vida económica. Veneza, Génova serão exemplos adequados. E olhando para a história portuense, lembraremos que os primeiros «cônsules» das nações estrangeiras eram mercadores que serviam de intermediários nos negócios bilaterais, sem prejuízo das actividades mais técnicas dos corretores de mercadorias. Diogo Timão e João Charron, para além dos seus tratos comerciais, serviam de cônsules respectivamente dos Países-Baixos e da França. Os tratados de amizade contêm cláusulas de natureza económica. Por exemplo, a aliança de 20 de Outubro de 1352 entre a Inglaterra e Portugal, negociada por Afonso Martins Alho. Mesmo na actualidade é normal que as embaixadas dos países estrangeiros cuidem dos interesses económicos dos países que representam.

B) Esta palestra integra-se num Encontro de Reflexão e Investigação subordinado ao tema genérico «Património, Língua e Cultura» promovido pelo Departamento de Letras da UTAD. Parece indiscutível que o vinho e a viticultura não só fazem parte do património cultural desta região, como originam vários tipos de património. Por outro lado, não se esgotou o tempo histórico para a comemoração dos 250 anos da demarcação da Região Vinhateira do Douro. É que se a demarcação foi decretada em 1756, as operações no terreno começaram em 1757. Por razões de alegada falta de cumprimento das directrizes dimanadas de Lisboa, esse primeiro trabalho foi rejeitado. Pelo que a verdadeira primeira demarcação começou em 1758 e prolongou-se até 1761, abrangendo a área total de 40 000 hectares.

Por outro lado, o princípio da demarcação é indissociável da criação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro. E como a fundação da dita Companhia foi uma tentativa de Sebastião José de Carvalho e Melo de retirar aos ingleses algum do controlo total que exerciam não só na comercialização como potencialmente na própria produção do vinho generoso do Douro, não admira que centre a minha atenção no negócio do vinho do Porto porque ele foi a plataforma sobre a qual assentaram em grande parte as relações de Portugal com a Inglaterra no decorrer da segunda metade do século XVIII, especialmente durante o reinado de D. José I. E embora em menor grau, o vinho do Porto entrou como factor de peso nas relações diplomáticas com outros países do norte da Europa, como a Holanda, a Dinamarca, algumas cidades da Liga Hanseática (primazia para Hamburgo) e sobretudo com a Rússia do Báltico.

2 – A conjuntura histórica e as relações bilaterais entre Portugal e a Inglaterra

Em 1750, quando D. José I subiu ao trono, a dependência de Portugal face à velha aliada era inegável e a discriminação negativa com que eram tratados os negócios portugueses pelo governo de Inglaterra tinham incomodado e até indignado o então Enviado Extraordinário de Portugal e do Rei D. João V à Corte de Jorge II, Sebastião José de Carvalho e Melo.¹

O ministeriado de Carvalho e Melo, independentemente do balanço que se tem feito ou venha a fazer face aos resultados finais, marcou uma vontade de mudança no relacionamento de Portugal e do governo português com a Inglaterra e os Ingleses, no sentido de uma mais afoita afirmação de Portugal. Os britânicos sentiram-no, temeram-no e a prova disso tem-na quem alguma vez investigou a correspondência conservada no Public Record Office (hoje, National Archives): nunca, até então, os serviços diplomáticos da Inglaterra em Portugal tinham estado tão activos e tão continuamente pressionantes, sem êxito aparente, junto da Coroa portuguesa.

Pensamos que na mente do Secretário de Estado dos Negócios do Reino as relações de Portugal com a Inglaterra concebiam-se em vários níveis, adquirindo expressão e tratamento diferente conforme o nível de que se tratava. Queremos significar com isto que uma coisa para ele eram as relações Estado a Estado, nas quais se incluíam as relações bi-laterais face a interesses de terceiros (neste caso França e Espanha), outra coisa muito diferente era a relação do Poder instituído em Portugal com os interesses privados dos mercadores britânicos instalados no nosso país, sobretudo na Feitoria do Porto mas também nas de Lisboa, Madeira e Coimbra.

¹ Ver sobre o assunto Melo 1986 e Serrão 1987: 34-36.

Ao contrário, os governantes ingleses, fazendo finca-pé nos Tratados históricos seiscentistas, pretenderam meter todas as questões no mesmo saco, inclusive os interesses comerciais das firmas inglesas, e tratá-las todas como assuntos de Estado.

Por isso, distinguiremos e desenvolveremos em alíneas distintas

- o relacionamento bi-lateral relativamente a assuntos económicos
- o relacionamento político, Estado a Estado, face à conjuntura europeia do terceiro quartel do século XVIII.

3 - Questões económicas

No campo económico, as relações foram conflitantes durante todo o período de vigência política de Sebastião José de Carvalho e Melo, nomeadamente após a criação das Companhias monopolistas, em especial da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro - a qual suscitou a mais tenaz e teimosa das oposições por parte dos mercadores ingleses. Por razões expositivas, isolaremos, no entanto, dois subperíodos:

- o primeiro que vai desde a fundação da Companhia até à extensão a Portugal da Guerra dos Sete Anos;
- o segundo a partir de 1762 até ao final do reinado de D. José I.

3.1 - de 1756 a 1762

As motivações reais do descontentamento dos súbditos de Sua Majestade britânica estabelecidos em Portugal tinham a ver com os seus interesses comerciais imediatos. Mas para percebermos a força e a natureza dos seus argumentos jurídicos, teremos que, tal como eles, recuar ao século XVII e evocar a letra e as circunstâncias dos tratados celebrados entre Portugal e a Inglaterra após a recuperação da independência em 1640. Portugal necessitado em absoluto de apoios externos, mostrou-se então interessado em reatar a antiga aliança. À Inglaterra não repugnava tal proposta, tanto mais que poderia cobrar vantagens económicas assinaláveis em troca do almejado reconhecimento do Duque de Bragança como Rei de Portugal. Sublinhem-se, neste contexto, as amplas liberdades comerciais e religiosas obtidas em 1642 para os mercadores ingleses e a abertura dos portos portugueses da Europa, da África e da Ásia à marinha mercante britânica.

Os problemas internos da Inglaterra adiaram a ratificação do Tratado. Mas pacificado no interior o reino de Sua Majestade e resolvidas algumas dificuldades de relacionamento bilateral, foi possível voltar às negociações em 1654. Daí resultou a confirmação das cláusulas do tratado anterior mas introduziram-se novos artigos que acentuaram o desequilíbrio a favor do nosso parceiro: abria-se à Inglaterra o comércio com as colónias, facultou-se-lhes o

trato negreiro; contudo, reservava-se para Portugal o monopólio da exportação para o Brasil de algumas mercadorias, a saber, vinho, farinhas, azeite e bacalhau e a importação de pau-brasil. Em 1661, as negociações que prepararam o casamento de Catarina de Bragança com Carlos II Stuart, para além da promessa de um pesado dote em coroas portuguesas e da cedência de Tânger e Bombaim, confirmaram o articulado dos anteriores Tratados. Em troca, Portugal obteve a promessa de apoio contra as previsíveis arremetidas de Espanha.²

A reciprocidade das cláusulas dos Tratados (que para além de inaproveitável por um Portugal depauperado, estava longe de ser total) não escondia a dependência económica de nosso país face à Inglaterra nem a grande desvantagem na balança comercial, desvantagem acentuada pelo facto de o açúcar legal brasileiro deixar paulatinamente de interessar aos ingleses porque o adquiriam em contrabando ou porque o passaram a produzir nas suas colónias. De resto, para que as relações comerciais bilaterais pudessem continuar, tornou-se necessário encontrar um produto alternativo ao açúcar: esse produto foi o vinho, não apenas o produzido no Douro, ainda que o produto duriense acabasse por ter a primazia.

A exportação de vinho do Douro para a Inglaterra feita por mercadores ingleses começou cedo. Ao princípio, isto é, a partir precisamente de 1651, as quantidades eram pequenas mas depois foram crescendo, não apenas devido à bondade do produto mas principalmente à conjuntura política europeia. É nesse contexto e na sequência do aparecimento do ouro no Brasil que se deve enquadrar, a nosso ver, a assinatura do 4.º Tratado desta série, o célebre e brevíssimo Tratado de Methuen (27-12-1703), precedido, aliás, de um outro, não já bilateral visto que incluía também a Holanda, assinado em 16 de Maio do mesmo ano de 1703, cujo artigo 15.º rezava assim: «os privilégios das pessoas e as liberdades de comércio de que presentemente gozam os Ingleses e Holandeses em Portugal, gozarão reciprocamente os Portugueses nos reinos de Inglaterra e Estados da Holanda».³

3.2 - A criação da Companhia dos Vinhos, tentativa de libertação da tutela inglesa

A fundação da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro em 10 de Setembro de 1756⁴, com o objectivo expresso de solucionar a crise de

² Sobre a dependência económica de Portugal face à Inglaterra a partir destes diversos Tratados, ver sobretudo Sideri 1978.

³ British Library, (BL) *Add*, 20.847, fl. 194.

⁴ *Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Lisboa na Officina de Miguel Rodrigues, impressor do Eminentissimo Senhor Cardeal Patriarca, 1756.

qualidade e de mercado que atingia os vinhos finos de exportação, constitui, a vários títulos, um marco fundamental na História do vinho do Porto mas também significou uma tentativa de correcção de um *status quo* comercial altamente favorável aos Ingleses. Embora tenha correspondido ao desejo de alguns vitivicultores e tenha feito exultar uma parte da aristocracia portuense, esteve longe de colher o aplauso unânime de todos os interessados na produção e na comercialização dos vinhos durienses. De facto, para além do grupo numeroso, barulhento e pouco dócil dos taberneiros, a generalidade dos ingleses negociantes de vinho, discretamente mas com grande determinação, colocou-se, como era de esperar, entre os seus mais encarniçados adversários.

Desde início, isto é, desde o terceiro quartel do século XVII, os britânicos dominaram o comércio do vinho duriense com a Inglaterra e à volta do negócio foram urdindo toda uma teia que envolvia não só a comercialização mas até a produção. O próprio transporte da bebida passou a ser efectuado geralmente em barcos ingleses. O Tratado de Methuen confirmou a excelência do negócio e abriu perspectivas de largo futuro aos mercadores ingleses que em Portugal negociavam em vinhos.

Ora quando surgiu a Companhia dos Vinhos, os súbditos de Sua Majestade pressentiram a iminência da ruptura dessa teia e isso parece tê-los apoquentado muito. Será que recebiam perder o domínio das exportações para o seu país? É verdade que muitos portugueses desejaram-no e até o declararam. E esse medo da parte dos ingleses aparece manifesto num ou noutro documento, não só nos dias seguintes ao da publicação do decreto mas também nos anos sessenta e setenta⁵ que é até onde chega neste trabalho a nossa pretensão. Em 1763, reflectindo Edward Hay, Embaixador de Sua Majestade Britânica, sobre os objectivos do Conde de Oeiras na fundação das Companhias Monopolistas de Comércio, concluiu que ele estava lançado num grande esforço para criar uma classe de mercadores capitalistas em Portugal que eventualmente fosse capaz de substituir os estrangeiros, em especial os ingleses, que então dominavam o comércio externo de Portugal.⁶

Muito antes, em 1756 na Grã-Bretanha havia circulado uma versão na língua de Shakespeare de uma carta de Sebastião José de Carvalho e Melo endereçada impessoalmente a um membro da Direcção da recém-criada Companhia dos Vinhos em que este afirmava a vontade de reservar para as Companhias portuguesas todo o comércio de Portugal e de suas conquistas e em que não se agradava dos comerciantes ingleses, chegando a equipará-los a

⁵ Por exemplo, tal receio parece estar subjacente na carta de 13-9-1756 de Ed. Hay para H. Fox (Public Record Office (PRO), *SP (State Papers Foreign Portugal)* 89/50, fl. 312).

⁶ PRO, *SP* 89/58, fl. 120-122 (?).

vampiros, na medida em que sugavam o sangue de Portugal, significado na riqueza comercial do Reino e do Brasil.⁷ Susan Schneider que trabalhou em Arquivos ingleses, manuseou este documento e inclinou-se para a sua não autenticidade, baseando o seu juízo no estilo e no tom que não lhe parecem ser de Carvalho e Melo (Schneider 1980: 190). Em tempos concordei com ela (cf. Silva 1998: 264), tanto mais que, para mim, não fazia e não faz sentido que a carta se dirija a um destinatário não personalizado. Isso talvez se pudesse justificar pela data em que foi escrita, muito próxima da da fundação da Companhia: 5 de Dezembro de 1756. Todavia, ainda que continuando a desconfiar, hoje estou menos seguro de que se trate de um documento apócrifo.

Porquê? Porque Sebastião José, ainda ministro de D. João V na Corte de Inglaterra escreveu textos fortes em que denunciava a cobiça da nação inglesa e a desigualdade flagrante, arrogante e ofensiva com que o comércio e vassallos portugueses eram tratados na Inglaterra.⁸

Mas, por outro lado, não nos admiraria muito que a carta fosse forjada, porque de vez em quando circulavam em Londres notícias falsas sobre o Secretário de Estado dos Negócios do Reino. Por exemplo, em Março de 1764 os jornais londrinos noticiaram que o Conde de Oeiras fora acometido de uma apoplexia. Ora isso era inteiramente falso, como de pronto esclareceu o Embaixador Edward Hay. A doença propalada não fora mais que um resfriado e uma indigestão que o haviam atingido em Vila Viçosa mas de que, aliás, já havia recuperado. Repare-se, todavia, no comentário do diplomata inglês: *um acidente desse género teria graves consequências nos negócios deste país e eu tê-lo-ia comunicado imediatamente.*⁹

De qualquer modo, esta carta mereceu honras de ser conservada no meio da correspondência diplomática da Inglaterra com Portugal. E seguramente muitos britânicos acreditaram no seu teor. E isso afigura-se-nos bem mais importante do que a questão da sua autenticidade.

Mas Portugal e o Douro dependiam demasiado do mercado inglês para que os governantes portugueses tentassem qualquer medida que pusesse em perigo a manutenção desse mercado. Ao contrário, era preciso recuperar o prestígio perdido junto dos consumidores ingleses, perda para a qual, afirmava-se mais ou menos claramente, os Comissários ingleses haviam contribuído.

⁷ PRO, SP 89/50, fls. 357-358 (3-12-1756).

⁸ Ver os textos citados na nota 1, especialmente a «Relação dos gravames que ao comercio e vassallos de Portugal se tem inferido e estão actualmente inferindo por Inglaterra...», do livro *Escritos económicos de Londres (1741-1742)*, p. 33 e ss.

⁹ PRO, SP 89/59, fl. 35 (carta de 3-3-1764 de E. Hay para E. Weston).

Seria ingénuo pensar que os portugueses poderiam tomar conta do negócio. Para isso, era preciso que os ingleses deixassem (tinham muitos meios para o impedir) e que os portugueses dispusessem de capitais suficientes – o que parece não se verificar. A menos que alguma vez tivesse passado pelo espírito de Sebastião José que os ingleses e os estrangeiros iriam a correr comprar acções da Companhia.

O que me parece que os mercadores britânicos verdadeiramente recearam foi a perda do controlo que exerciam sobre o ramo do vinho duriense, desde a produção ao comércio, e dos lucros que daí auferiam.

De facto, a letra e o espírito do longo alvará de fundação da Companhia retirava-lhes esse controlo em favor do Provedor e Deputados da nova Instituição. A única forma que os ingleses teriam de contornar as dificuldades seria a tal aquisição de acções da Companhia para a controlar por dentro. Só que existia um obstáculo intransponível: o Provedor e Deputados seriam obrigatoriamente vassallos do Rei de Portugal, isto é, naturais do Reino ou naturalizados.¹⁰

Restava aos estrangeiros lutar por todos os meios para que a Companhia dos Vinhos fosse encerrada ou fracassasse. E fizeram-no de vários modos. Ter-se-ão envolvido no motim que sacudiu as ruas do Porto na manhã de 23 de Fevereiro de 1757 com o objectivo de abolir a Companhia? Não foi possível acusar formalmente de envolvimento ou colaboração activa nenhum súbdito de Sua Majestade britânica. E numa carta dirigida por Edward Hay a William Pitt garante-se que nenhum súbdito inglês participou.¹¹ Activamente e de modo visível, certamente não. Seria uma aventura pouco sagaz e demasiado perigosa. Mas a correspondência de Carvalho e Melo alusiva a esta ocorrência conservada na Torre do Tombo, que tivemos oportunidade de ler com atenção, permite supor que não houve grande interesse em indagar até ao fim os sinais de compromisso e muito menos de os acusar. Que dificuldades diplomáticas não atrairia a incriminação de ingleses! Assim sendo, parece claro que não convinha ao governo de Portugal hostilizar demasiado os britânicos.

3.3 - A diplomacia ao serviço da economia

Mas a oposição dos ingleses manifestou-se abertamente na pressão diplomática que, via Londres, exerceram sobre o governo de Portugal, tentando demonstrar que os estatutos da Companhia contrariavam os acordos celebrados na centúria anterior entre os dois países. Aliás, as colónias inglesas em Lisboa e no Porto estavam sempre prontas para protestar contra tudo aquilo que

¹⁰ *Instituição da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro*, Lisboa, 1756, § 2.

¹¹ PRO, SP 89/51, fl. 17 (E. Hay para W. Pitt, 14-3-1757).

eventualmente pudesse contrariar real ou presuntivamente os privilégios que os acordos seiscentistas, esticados até ao máximo da sua elasticidade, lhes poderiam garantir. Em Agosto de 1756 (um mês antes da fundação da Companhia dos Vinhos), poucos dias após a nomeação de John Whitehead para cônsul no Porto, o embaixador inglês em Lisboa declarava a intenção de preparar um protesto contra o novo projecto de monopolizar a exportação de vinho para o Brasil.¹² E em 13 de Setembro, (estando já assinado o alvará mas não promulgado) a Feitoria inglesa do Porto mostrava-se muito contrariada com a perspectiva de ser excluída do comércio com a colónia portuguesa da América.¹³

Não deixam de causar perplexidade tais lamentos, visto que os acordos excluía o vinho das lista de produtos de exportação livre.

Fique claro que os protestos nem sempre eram dirigidos directamente pelos mercadores às autoridades portuguesas. O procedimento normal passou a ser cada vez mais o seguinte: as queixas eram participadas ao cônsul na cidade do Porto, daqui seguiam para o Embaixador inglês em Lisboa. Este tentava intervir de duas formas: expondo às autoridades portuguesas por via oral ou por escrito os pretensos ou reais agravos; cumulativamente, ia informando de tudo e com pormenores o governo em Londres ou o Parlamento inglês. Não raro a Corte de Londres intervinha, escrevendo directamente ao Rei de Portugal, enviando um embaixador especial ou simplesmente mandando instruções duras ao seu Embaixador em Lisboa.

Perante as primeiras diatribes contra a Companhia, Carvalho e Melo tivera o cuidado de informar o embaixador inglês de que a nova Companhia visava tão-somente impedir a adulteração dos vinhos e recuperar o seu crédito e de modo nenhum prejudicar os ingleses.¹⁴ Ideia que irá ser recuperada no prólogo do Alvará e repetida mil vezes. Aliás, nesse prólogo desenha-se a estratégia de lançar as culpas do estado depressivo a que chegara o negócio dos vinhos para cima dos taberneiros do Porto, contrariamente ao que se escrevia noutros documentos em que a culpa se fazia recair mais sobre os Comissários britânicos.

A intenção da colónia inglesa de publicar um manifesto contra a Companhia é publicitada pela primeira vez em 11 de Outubro de 1756, um mês decorrido desde a sua assinatura.¹⁵ Nos inícios do ano seguinte, foi apresentada a Carvalho e Melo por dois Comissários ingleses do Porto uma petição contra a Companhia que foi liminarmente rejeitada – o que levou o representante diplomático da Inglaterra em Lisboa a sugerir a Londres que a única hipótese de alterar o ânimo

¹² PRO, SP 89/50, fl. 304 (E. Hay para H. Fox, 14-8-1756).

¹³ PRO, SP 89/50, fl. 312.

¹⁴ PRO, SP 89/50, fl. 320 (11-10-1756).

¹⁵ PRO, SP 89/50, fl. 320.

dos ministros portugueses seria o envio de um enviado especial do rei Jorge II à capital portuguesa.¹⁶

Esse enviado acabou por vir apenas nos inícios de 1760. Foi o Conde de Kinnoull, com a categoria de Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, o qual foi recebido com todas as honras pela Corte portuguesa.¹⁷ Supomos que a sua principal incumbência foi a de forçar e reforçar até ao descaramento a protecção aos súbditos britânicos, para o que apresentou à Chancelaria de D. José I, neste caso ao Secretário de Estado dos Estrangeiros e da Guerra, D. Luís da Cunha Manuel, duas longas exposições datadas ambas de 13 de Maio de 1760, em que denunciava «novas e injustificadas dificuldades».

Quais eram, do seu ponto de vista, as novas e injustificadas dificuldades?

O diplomata inglês, numa atitude sibilamente arrogante mas envolta em panos de lã, não perde o ensejo de insinuar que são os próprios princípios em que assentava a nova Instituição bem como os extraordinários poderes que lhe foram atribuídos que deveriam ser discutidos. Mas por ora o que pretendia era apenas chamar a atenção para pontos concretos e específicos que prejudicavam os ingleses e que, portanto, suscitavam objecções.

A primeira vinha do artigo 29 dos Estatutos da Companhia que estabelecia o princípio da demarcação da região produtora do vinho de embarque (para a América e para os países europeus) excluindo em absoluto vinhos de outra procedência e impunha aos produtores a obrigação de manifestarem à Companhia tudo o que vendessem, bem como a proibição de venderem mais do que o que lhes era determinado pelo cadastro.

A segunda procedia dos artigos 30 e 31 que exigiam passaportes e guias a acompanhar os vinhos de embarque desde a casa do lavrador no Douro até ao lugar de destino e que deveriam ser exibidos aos Comissários da Companhia para que estes comprovassem a qualidade e autorizassem ou não a exportação, marcando os aprovados com carimbo indelével nas pipas e fazendo-os acompanhar de novas guias comprovativas da qualidade.

A terceira era a fixação de preços estáveis de acordo com a qualidade e a zona de produção (§§ 14 e 33), tanto para os vinhos de embarque como para os de consumo na terra. O Embaixador permitia-se opinar «respeitosamente» que tais condições eram penosas e incompatíveis com a liberdade de comércio que fora consagrada pelo Tratado de 1654, confirmado pelo de 1661. Nos artigos 2.º, 3.º, 4.º e 12.º desse Acordo previa-se que os súbditos de uma das nações poderiam passar por terra ou por água para todos os lugares da outra sem necessidade de qualquer salvo-conduto para aí introduzir, vender ou comprar as

¹⁶ PRO, SP 89/51, fl. 15.

¹⁷ PRO, SP 89/52, fl. 27(29-3-1760).

mercadorias, sem que devessem ser sujeitos a um preço fixo ou vendidos por intermédio de terceiros.

Uma quarta objecção dizia respeito ao privilégio dado à Companhia de, em exclusivo, poder transportar e comerciar vinhos, aguardentes e vinagres nas 4 Capitánias mais povoadas do Brasil: Rio, Baía, S. Paulo e Pernambuco. Tal privilégio, na sua opinião, contradizia o art.º 11.º do Tratado de 1654 que estipulava o livre comércio de todas as mercadorias que não fossem exceptuadas – o que era o caso do vinagre e da aguardente.

Do mesmo modo, o art. 8 dos Estatutos que atribuía à Companhia o direito de tomar carros e embarcações para transporte dos vinhos e de, mediante a paga de salário justo, requisitar os trabalhadores necessários e o art. 9 que lhe conferia poder para requisitar casas e armazéns aos preços correntes, poderiam ser gravemente lesivos dos interesses dos britânicos visto que a mesma Lei não isentava os seus criados, casas e armazéns de tais requisições – o que contrariava o estipulado no art.º 22.º do Tratado anglo-português.

Na mesma linha de ideias, receava que as excessivas prerrogativas outorgadas ao Juiz Conservador da Companhia (§§ 7, 8, 35, 37, 38, 42 dos Estatutos) poderiam prejudicar os cidadãos britânicos em caso de demandas entre eles e a Companhia. A menos que fosse inteiramente respeitado o art. 7.º do Tratado que lhes dava direito a foro privativo e fosse garantida total observância do art. 13 que lhes atribuía privilégios e imunidades.

O Embaixador não termina sem exprimir a sua boa vontade e sem fazer um apelo para que o iluminado e esclarecido Rei de Portugal, com a maturidade e a imparcialidade que lhe era apanágio, fizesse examinar uma vez mais os Estatutos da Companhia face aos artigos dos Tratados celebrados entre os dois países. Quanto ao mais, mostra-se de novo disponível para esclarecimentos posteriores que não eram compatíveis com a exigida concisão de um documento desta natureza.

Mas não deixa de acrescentar uma observação final subtil mas discretamente irónica e chantagista: é que era raro que uma nação achasse favorável aos seus interesses colocar restrições à saída dos seus próprios produtos e que, por isso, ficaria lisonjeado pelo favor e indulgência que certamente seriam dados aos britânicos, tanto mais que a Inglaterra era praticamente o único país estrangeiro a consumir a mercadoria em causa, num comércio afinal tão útil a Portugal!¹⁸

¹⁸ PRO, SP 89/52, fls. 141-146.

3.4 - A resposta portuguesa – ou a afirmação da dignidade de um Reino

Felizmente o mesmo Arquivo guarda também algumas respostas dos governantes portugueses que são geralmente pouco conhecidas ou até ignoradas de todo. A mais importante e completa, que pelo seu teor resume outras anteriores, é intitulada de «Deducção»¹⁹ e foi redigida em português e constitui uma prova de que à atrevida intromissão inglesa nos assuntos internos de Portugal, os portugueses responderam à letra, sem sobrançeria mas com dignidade, desmontando ponto por ponto a ardilosa argumentação dos súbditos de Sua Majestade britânica. Bem sabemos que o comércio do vinho, antes e depois da fundação da Companhia, continuou dominado pelas firmas britânicas. Mas, ao menos na aparência, Portugal, nesta conjuntura, soube recusar a humilhação de não lhe ser permitido mandar no seu próprio país. O documento não se acha datado mas podemos afirmar que é de Outubro de 1760, visto que é precedido de uma carta de D. Luís da Cunha para o Conde de Kinnoull dessa data.²⁰

A «Deducção» foi estruturada em 40 parágrafos que correspondem a outros tantos artigos numerados. Nos primeiros seis, o documento faz a história da crise que havia ferido o país vinhateiro do Douro e do remédio que o Governo entendeu dar-lhe:

a um período de grande euforia em que o preço do vinho subira a 72\$000 e até a 96\$000 reis por pipa sucedera rapidamente uma fase em que os preços haviam caído até aos 8\$000, 6\$000 e até 4\$000 réis. A causa de tão violenta queda foram as fraudes e misturas provocadas pela miragem do lucro fácil (fraudes denunciadas pela carta dos próprios Comissários Ingleses, a que fizemos referência acima) e os resultados junto do público consumidor britânico foram que a sua fama de produto de estimação decaíra para artigo ruim e pernicioso - o que arrastou a completa ruína do Douro. A solução para a extrema miséria em que se acharam os lavradores durienses e suas famílias fora a criação da Companhia dos Vinhos, complementada pela Lei de 30 de Agosto de 1757 (que alargava a área demarcada, proibia o recurso a estrumes nocivos e mandava arrancar os sabugueiros).

À acusação de que os estatutos da Companhia contrariavam a liberdade de comércio consagrada nos acordos, os portugueses defenderam-se devolvendo a acusação: é que esses Tratados garantiam a liberdade de comércio mas em reciprocidade. Ora o que se viu é que os ingleses na prática haviam alterado substancial e unilateralmente esses acordos pelo Acto de Navegação de 23 de Setembro de 1660, pelo Acto de Peso e Medida (Tonnage & Poundage) do

¹⁹ PRO, SP/53, fls. 191-198v. Este documento foi publicado por nós no trabalho acima citado *A Companhia do Alto Douro e os negociantes ingleses*, pp. 251-260.

²⁰ PRO, SP/53, fls. 168-169v.

mesmo ano e ainda por ultteriores decretos do Parlamento que impuseram direitos exorbitantes aos artigos vendidos ou comprados por Portugueses, de tal forma que a indispensável igualdade fora posta de lado e gerado controvérsias que a prudência havia aconselhado a esbater.

E mesmo que não existisse tal iniciativa de quebra por parte da Inglaterra, a objecção não colheria porque os Tratados estabeleciam normas gerais e em nenhum ponto deles se achava estipulado que os ingleses pudessem comprar vinhos no Douro como muito bem lhes parecesse. E tais generalidades nunca impediram os soberanos de condicionar a circulação de uma mercadoria específica. De resto, as regras do Direito Natural antepunham o interesse dos vassallos naturais ao dos estrangeiros. O que aliás era prática corrente em toda a Europa, apesar das liberdades de comércio garantidas pelos Tratados.

Acrescentava-se ainda que nunca os Ingleses foram proibidos de comprar vinho no Douro – como se poderia verificar no terreno – nem sequer haviam sido agravadas as taxas alfandegárias. O que se proibira fora algo diferente e conveniente para ambos os países: fora a liberdade perniciosa e ilegítima de misturar vinhos bons com vinhos ruins. E também se proibira que os lavradores excedessem um determinado tecto no preço de venda dos seus vinhos. Mas não se lhes proibira que vendessem por menos.

À acusação de que o Juiz Conservador da Companhia gozava de poderes excessivos que poderiam prejudicar os ingleses respondeu-se que isso era uma suposição infundada e que, por isso, não merecia grande atenção. Ninguém poderia impedir o Soberano de conceder privilégios à Companhia e em nenhum lado se dizia que o privilégio de aposentadoria passiva dos britânicos seria posto em causa nem foi até ao presente.

À acusação de que era contrário aos Acordos fixar os preços do vinho conforme a zona em que eram produzidos respondeu-se que o que se estabeleceu foram valores máximos. Mas isto era igual para todos, tanto portugueses como ingleses! Em que é que uns eram discriminados dos outros?

Quanto ao privilégio de exclusividade de transporte e venda de vinhos, aguardentes e vinagre nas capitánias do Brasil, isso não ofendia a liberdade de comércio consagrada no Tratado de 1654. Porquê?

1.º - Porque o comércio de aguardente em Portugal, contrariamente ao suposto, não era livre, pelo menos desde que D. João V proibira a entrada de aguardentes de fora. Ora até agora ninguém levantara qualquer objecção. E era o que se fazia por essa Europa fora.

2.º - O Rei de Portugal tinha todo o direito de fazer exclusivo do comércio de vinagres que era um produto português muito específico, sem com isso transgredir os Tratados.

3.º - Estes dois géneros eram produzidos em Portugal e o seu comércio pertencia por direito natural aos portugueses e os ingleses não se podiam permitir perturbar esse comércio, como se fosse um fruto particular da Inglaterra.

4.º - O exclusivo concedido à Companhia afectava do mesmo os mercadores particulares portugueses. Se a estes não era dado provimento às suas queixas, por que é que os ingleses haviam de gozar de diferente tratamento?

A denúncia de que a demarcação de uma região para produzir vinhos destinados à exportação era contra as liberdades garantidas pelo Acordo de 1654 foi naturalmente rejeitada, aduzindo-se os seguintes argumentos:

1.º - O objectivo da instituição da Companhia foi o de restabelecer a boa qualidade dos vinhos pelo que era preciso separar claramente os bons e legais dos maus e reprovados, como aliás fora exigido pelos próprios Comissários ingleses no manifesto de 1754.

2.º - A complementaridade das duas nações, exigia que Portugal vendesse «vinhos estomachaes, puros, de boa ley, e izentos de toda a mistura e confeição que os pudesse fazer degenerar» para que a Inglaterra os pudesse beber em segurança. Por e para garantir a qualidade do produto tiveram que ser adoptadas essa e outras medidas. Aliás, era notória a contradição entre esta objecção e as exigências contidas na carta de 1754 dos mesmos Comissários Ingleses. Afinal que é que queriam estes? Voltar às misturas danosas? Defender a desordem num país que afinal nem era o seu? E vistas bem as coisas à luz do Tratado de 20 de Dezembro de 1703, quem é que tinha direito de comerciar em vinhos e metê-los na Inglaterra senão os portugueses? Não era verdade que esse Tratado estipulava que a livre admissão de lanifícios ingleses em Portugal ficava condicionada pela livre admissão dos vinhos portugueses na Inglaterra? E se aos mercadores ingleses era reconhecido o direito de introduzirem os seus panos neste Reino, por que é que não haviam de poder fazer o mesmo na Inglaterra, quanto ao vinho, os mercadores portugueses?

E se os mercadores portugueses não se metiam na economia das manufacturas da Inglaterra nem reivindicavam o seu comércio, por que razão haviam os ingleses de se meter na agricultura portuguesa e perturbar o comércio dos vinhos? Ou será que apenas tinham olhos para ver nos Tratados bilaterais o que lhes era útil? Se na Alfândega de Londres se destruíam com sal os vinhos durienses que lá chegavam pervertidos, porquê obstar a que os remédios contra a perversão fossem postos em prática na origem?

Quanto à queixa de que o privilégio concedido à Companhia de requisitar barcos iria originar falta deles para o transporte dos vinhos que eles ingleses comprassem, respondeu-se sem cerimónia que tal argumento era inconsistente e

fruto da imaginação: de facto, se o número de barcos que existiam no Território do Douro atingia os 260 e se cada um comportava 50 pipas, não havia razão para tais receios. O que se constatava era o contrário: os arrais não se cansavam de pedir que lhes dessem serviço.

E a exigência de passaportes não contradizia a liberdade garantida pelos Tratados? Não, porque as pessoas podiam circular livremente. O que se exigia eram guias a acompanhar os vinhos para garantia da autenticidade da sua procedência. O regime era igual para ingleses e portugueses. Só quem pretendesse fazer fraudes é que se poderia sentir lesado por tal determinação.

O mesmo se poderia dizer quanto à exigência de guias e marcas para os vinhos a embarcar para o estrangeiro. O que estava em causa era a garantia da qualidade do produto. E com uma ponta de ironia contra os Comissários Ingleses, o redactor português remata assim: o que não dirão na Inglaterra quando souberem que são os próprios comissários ingleses que inventam pretextos e subterfúgios para boicotarem o combate das autoridades portuguesas contra a fraude e para continuarem a exportar para a Inglaterra «vinhos nocivos à saúde e ingratos ao gosto»?

O documento remata a convidar os ingleses a a desistirem da causa por falta de consistência e de razão: o assunto era de natureza económica e não política e, por isso, não contradizia os Tratados celebrados.

A resposta musculada do Secretário de Estado devia ter calado ou exasperado os ingleses. Mas nem uma coisa nem outra. Lord Kinnoull fez saber que iria replicar. Como quer que seja, as queixas dos britânicos contra a Companhia e as autoridades portuguesas não cessaram; antes continuaram, como se nunca tivessem sido esclarecidos.

Vejamos: em Março de 1761, os mercadores ingleses pedem ao Embaixador Edward Hay que intervenha para abolir o monopólio da Companhia da produção de aguardente visto que dessa forma ficavam impossibilitados de aproveitar os seus vinhos de inferior qualidade.²¹ E, face à apreensão repetida de pipas de vinho considerados impróprios para exportação por não obedecerem aos requisitos estipulados (o caso acontecera com as firmas Standart, Etty & C^a e Page, Champion & C^a),²² não hesitam em fazer chegar ao primeiro ministro William Pitt o seu desespero exagerado: estavam à mercê da Companhia, diziam.²³

Mas um serviço razoável proporcionou aos Ministros portugueses a «Dedução»: como não tinham respostas novas a dar, limitavam-se a ouvir com paciência as lamentações e os protestos dos agentes britânicos, remetendo-os

²¹ PRO, SP 89/54, fl. 52.

²² PRO, SP 89/54, fl. 233-245).

²³ PRO, SP 89/54, fl. 76.

para esse texto. Aliás, em Julho de 1761, o Embaixador Edward Hay confessava que não podia fazer mais nada «porquanto o ministro parece determinado a apoiar a Companhia».²⁴ Não eram só os do Porto a reclamar. Os importadores ingleses de cereais da Feitoria de Lisboa acusavam o Senado da Câmara de Lisboa de confiscar as suas cargas para abastecimentos pontuais e de não pagar em tempo útil.²⁵ E eram também os da Feitoria de Lisboa que pretendiam que diversos casos de contrabando de ouro não fossem punidos, alegando que o ouro escondido por Humphrey Bunster e outros²⁶ não se ajustava à definição legal de contrabando, e por isso não padecia de qualquer ilegalidade!!!

Apesar da intransigência das autoridades portuguesas nestas matérias, o Embaixador Edward Hay em carta para o Secretário de Estado, Conde de Egremont, informa que os ministros portugueses «são muito afectos a nós»²⁷ e, por alturas do nascimento do primogénito de D. Maria I, D. José, Príncipe da Beira (20 de Agosto de 1761), a Corte inglesa não deixou de a reafirmar a sua amizade a Portugal.²⁸

Assim continuaram as coisas até aos inícios de 1762, em que as ameaças de invasão de Portugal por parte da Espanha começam a ganhar corpo, sobretudo depois que o nosso país se recusou a aderir ao Pacto de Família (celebrado a 15 de Agosto de 1761) e a abandonar a aliança inglesa (Serrão 1982: 57).

No período mais quente da refrega, nunca tendo desaparecido, afrouxaram visivelmente as queixas dos mercadores britânicos e, ao menos aparentemente, reforçaram-se as relações Estado a Estado, como veremos abaixo. No entanto, em Abril de 1762, nas vésperas da invasão espanhola, o Cônsul da Feitoria do Porto, o celebrado Whitthead, pedia a Londres para intervir no sentido de isentar os ingleses da nova taxa de 2% que se acrescentou ao antigo imposto do Consulado, aumento que se destinava a armar dois barcos de guerra para protecção à frota do Brasil e queixava-se de que, à face dos Estatutos da Companhia, os ingleses tivessem sido impedidos de abastecer de vinho a Royal Navy, como era seu desejo²⁹.

Mas aliviada a pressão da guerra sobre o Porto por retirada das tropas espanholas de Trás-os-Montes, os comerciantes ingleses querem retomar a questão dos privilégios excessivos da Companhia, investindo em força a partir de Julho de 1762. O próprio monarca inglês se mostra sensível às queixas dos mercadores britânicos e manda avisar que desejaria fazer «sérias

²⁴ PRO, SP 89/54, fl. 182.

²⁵ PRO, SP89/54, fl. fl.192.

²⁶ PRO, SP 89/54, fl. 319.

²⁷ PRO, SP 89/54, fl. 335 (carta de 9-12-1761).

²⁸ PRO, SP 89/54, fl. 223.

²⁹ PRO, SP 89/55, fls. 253-253v.

demonstrações» à Coroa portuguesa se a situação não fosse tão crítica. E aproveita para declarar que espera que esta crise leve o Conde de Oeiras a mostrar-se mais razoável.³⁰ Este, porém, parece não ceder rigorosamente nada. Em 1763 reafirma sem rodeios que as queixas dos mercadores contra a Companhia não têm qualquer razão de ser e que, embora sendo suposto que o tratado de 1703 estabelecia total reciprocidade, na realidade, os mercadores britânicos em Portugal tinham mais privilégios do que os portugueses na Inglaterra,³¹ denúncia que, aliás, estava longe de ser nova (Serrão 1987: 33).

A Inglaterra continuava a argumentar com a incompatibilidade entre os Tratados e as novas leis que iam saindo em Portugal, protestando sempre que se vislumbrasse que uma nova disposição legal pudesse eventualmente atingir privilégios adquiridos. Mas ao mesmo tempo tentava tirar proveito das carências do Reino nesta conjuntura, chamando a atenção e pondo em contraste de um lado a pronta e eficaz protecção e auxílio fornecido pela Grã-Bretanha não só na Europa mas também na América, na zona do Rio da Prata e do outro a inflexibilidade de Portugal.

Mas os resultados da diplomacia inglesa acabam por ser escassos na medida em que o Conde de Oeiras ou adia a resposta ou desdramatiza, chamando a atenção para o momento grave em que a Europa se encontra e para a necessidade de se privilegiar mais o bom entendimento entre as duas Coroas do que os interesses privados de uns tantos mercadores.

E quando é mais pressionado mostra claramente que não está disposto a ceder, nomeadamente em se tratando da Companhia dos Vinhos. Numa das muitas entrevistas a Edward Hay (carta de 18 de Março de 1763) em que este procurou reduzir as queixas dos ingleses a duas questões: o desprezo da jurisdição do Juiz Conservador dos Ingleses e a sujeição dos mercadores do Porto à Companhia dos Vinhos, a resposta do Conde de Oeiras parecia que arrumava de vez a discussão: que quanto ao primeiro ponto, nem o rei de Portugal nem nenhum dos seus Ministros tem qualquer objecção a que se cumpra o estipulado no tratado de 1654. Quanto ao segundo, sustenta que foram os Feitores Britânicos os responsáveis pela degradação do comércio do vinho e que a Companhia não pretende senão restituir a dignidade desse comércio. E que não seria bom entrar na discussão das transgressões aos tratados porque, a ser esse o caminho, teria que lembrar as muitas intromissões do Parlamento inglês nessas questões – o que era desagradável para ambas as Coroas. E voltava à sua posição de base: o importante era manter a aliança entre os Povos sem olhar tanto para questões particulares.³²

³⁰ PRO, SP 89/56, fl. 8-9 e SP 89/55, fl. 174.

³¹ PRO, SP 89/58, fl. 40-42.

³² PRO, SP 89/58, fl. 120 (?).

Estas atitudes não impediam o Conde de Oeiras de cultivar com os ingleses adequadas normas de cortesia: em 1762 os oficiais britânicos quiseram sublinhar as suas boas maneiras: «was particularly polite and attentive to them».³³

Sem jamais desistir, a Inglaterra vai esperando, mesmo quando o resultado é nulo. «I have not been to gain one step» – informa desolado o Embaixador inglês Edward Hay fazendo o balanço de outra conferência com o Conde de Oeiras.³⁴

Em breve, «a firme mas amigável linguagem»³⁵ dos britânicos vai endurecer. Em 1767 é nomeado Enviado Extraordinário e Plenipotenciário junto do Rei de Portugal William Lyttelton o qual recebe instruções para, durante a sua estadia, proteger os interesses dos britânicos sem qualquer falha ou quebra. A sua conduta devia ser pautada por uma regra de ouro, não escrita expressamente mas subentendida nas entrelinhas: «protecção aos britânicos acima de tudo, custasse o que custasse».³⁶ E é-lhe mesmo fornecida uma lista dos gravames da nação britânica que ele devia guardar como guia da sua actuação. Ei-la:

- 1 - Violação de direitos pessoais e de privilégios adquiridos.
- 2 - Inovações nas leis prejudiciais ao comércio britânico, sobretudo através da Companhia dos Vinhos face ao tratado de 1654.
- 3 - Criação de Companhias monopolistas para o comércio do Brasil.
- 4 - Nova moda de as acções das Companhias circularem e valerem como moeda.
- 5 - Novas taxas nos portos.
- 6 - Apropriação arbitrária de mercadorias (arroz e peixe para os Franciscanos de Mafra) e demora no respectivo pagamento.
- 7 - Lei antiumptuária de 1749.
- 8 - Lei do contrabando de 1757 e seus efeitos no que tocava a restrições na exportação de moeda.³⁷

As relações de Lyttelton com a Corte portuguesa, pelo menos no início, não parecem ter sido marcadas pela delicadeza. À sua Promemoria, dura de linguagem, de 14 de Abril contra a Companhia dos Vinhos, Sebastião de Carvalho e Melo respondeu por escrito em 7 de Julho do mesmo ano, respondendo no mesmo tom. Como ele próprio escreve, as queixas dos comissários ingleses no Porto, que reproduzia o Enviado da Inglaterra, eram «affectadas e maliciosas», devendo os seus autores ser qualificados como

³³ PRO, SP89/58, fl. 253-254.

³⁴ PRO, SP 89/58, fl. 40-42.

³⁵ PRO, SP89/60 (Carta do Conde de Halifax para E. Hay, de 5-3-1765).

³⁶ PRO, SP 89/63, fl. 67.

³⁷ PRO, SP 89/63, fl. 79v.

«iniquos e perturbadores do publico sucego e da boa armonia que os intereses reciprocos fazem necessaria entre as duas Cortes».³⁸

Tal resposta não deve ter agradado ao Enviado. Mas, a julgar pelos escritos de Sebastião José, até 1772 as lamúrias inglesas acalmaram um pouco.

Porquê?

Talvez porque na Europa (isto é, na França e na Espanha) elaboravam-se e difundiam-se textos que denunciavam a dependência de Portugal face à Inglaterra.

Numa conferência de Edward Hay com o Conde de Oeiras em Março de 1767, falou-se de um panfleto surgido em Londres, há meses, cuja autoria era atribuído aos Jesuítas e partidários de França e Espanha que injuriava a pessoa de D. José. O Conde parece censurar veladamente a liberdade de imprensa na Inglaterra. E foi lembrando que enquanto no Reino Unido circulavam tais panfletos, em França e Espanha escrevia-se que Portugal, escravo da Inglaterra era governado pelo Conselho britânico e que as suas riquezas e recursos provenientes do comércio iam direitinhos para os cofres de Londres. Aliás fora publicado em França em 1756 um livro intitulado *Discours politique sur les avantages que les portugais porroient retirer de leur malheur et dans lequel on developpe les moyens que l'Angleterre a mis en usage pour ruiner le Portugal* traduzido para castelhano em 1762 com o título *Profecia politica verificada en lo que esta sucediendo a los portugueses por su ciega afición a los ingleses*.³⁹

Várias cópias haviam sido enviadas para Portugal ultimamente mas haviam sido apreendidas.

Se as queixas acalmaram, talvez tenha sido por alguma cedência de Portugal. Há indícios de que em questões pontuais Portugal mostrava vontade de satisfazer: em 1764 fora dada ordem de prisão ao Provedor de Setúbal, Gaspar Fortunato da Gama Barros, por ter mandado para a cadeia 3 marinheiros ingleses desertores do barco Hannibal, recusando-se a entregá-los ao Vice-Cônsul Adolfo Pesch. Sendo solto 15 dias depois, fez-se-lhe saber que se devia «conduzir com a atenção que é devido aos súbditos» do Rei da Inglaterra.⁴⁰ E em 1767, por especial mercê de D. José, foi feita a restituição do ouro de contrabando apreendido a um britânico.⁴¹

De qualquer modo, em breve vai chegar o momento em que a sobrançeria congénita do nosso velho aliado esquecerá as boas maneiras e ultrapassará as conveniências. Tal parece ter acontecido com o Enviado extraordinário Robert Walpole, descendente por certo do Primeiro Ministro de Jorge I e tão rude

³⁸ BL, Add, 20.847, fl. 57-57v.

³⁹ PRO, SP89/63, fls. 22-27(?).

⁴⁰ PRO, SP89/59, fls. 371 e SP 89/60, fl. 5.

⁴¹ PRO, SP 89/63, fl. 47.

quanto o seu antepassado,⁴² que assessorado pelo cônsul John Hort (que o Marquês de Pombal define como «orgulhoso, inquieto e arrogante») foi recebido em 8 de Abril de 1772. Aí não teve pejo em enfurecer-se ou fazer-se enfurecido «contra as injustiças e violências que a Junta da Companhia fizera aos ingleses na cidade do Porto» e, convidado a ter calma, ter declarado que só se acalmava se o Ministro português enviasse imediatamente para o Porto um correio com ordens para fazer cessar as «tais injustiças e violencias feitas aos ingleses». Mas o que era pior era que o Enviado britânico insinuara que quem tinha razão era Lord Tyrawly que afirmava que «em Lisboa se não devia negociar, senão ameaçando e ordenando-nos o que devíamos fazer; porque elle assim o tinha praticado sempre com o bom successo de nos obrigar por medo ao que se não podia persuadir pela razão».⁴³

Como é que reagiu Sebastião José ao desprazo deste «moço, verde e mal instruido ministro britânico»? O próprio nos esclarece: «depois de ouvir o dito Enviado com o semblante mais sezudo e serio de que me pude revestir, sem o interromper nas suas exclamações puéris e fgozas, lhe respondi em hum tom suave e por termos curtos e decizivos». O que lhe disse foi que ele acabava de chegar e que não tivera tempo para se informar convenientemente; que o Porto ficava distante mais de 50 léguas, que os comerciantes de que ele falava eram uns simples particulares que ousavam acusar os Ministros de um Tribunal respeitável erigido por sua Majestade para o bem recíproco e comum de ambas as nações. E que as queixas estavam a ser devidamente ponderadas. E assim despediu o Enviado.

Só em Setembro, passados cinco meses, é que o Lyttleton voltou a insistir no assunto mas em termos mais decorosos. Sendo recebido pouco depois, «à vista da verdade que lhe fiz manifesta em toda a sua luz, ficou não só convencido, mas tão envergonhado que mais me não tornou a fallar em Companhia do Douro nem huma só palavra».⁴⁴ Terá mesmo ficado envergonhado?

Creio que este episódio nos elucida sobre a relação do Marquês de Pombal com os ingleses no tocante a assuntos económicos. Cortês mas firme na disposição de conter os ingleses em limites razoáveis, tentando restituir aos portugueses algum do protagonismo que haviam perdido. Defender a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro foi um propósito a que parece jamais haver renunciado. Por outro lado, a ideia de «reciprocidade» de vantagens e de igual tratamento para os mercadores das duas nações foi uma

⁴² R. Walpole, Ministro de Jorge I, era «apaixonado pela mesa, pela bebida e pela caça, desprezando escritores e artistas» – Denis e Blayau 1970: 101.

⁴³ BL, Add, 20.847, fls. 58-58v.

⁴⁴ BL, Add, 20.847, fl. 59.

nota em que sempre insistiu e que sempre se invocava quando os ingleses denunciavam violação dos Tratados.

4 - As relações Estado a Estado

4.1 - Foi insinuado acima que o Conde de Oeiras procurou afincadamente situar as relações diplomáticas dos dois Reinos no plano do interesse mútuo a longo prazo e não no do imediatismo oportunista de conveniências ocasionais. Para ele era indigno dos dois governos ocuparem-se os respectivos ministros de «ninharias e bobagens» como chamava às queixas dos mercadores britânicos.⁴⁵ Esta preocupação é bem visível, a nosso ver, na evolução das negociações relativas à Guerra dos Sete Anos.

Colocado perante a probabilidade de um ataque espanhol, logo após a assinatura do Pacto de Família em 15 de Agosto de 1761 (Serrão 1982: 57), o Conde de Oeiras não hesitou em solicitar de Inglaterra um forte e rápido socorro naval e militar, sugerindo o número de 45 a 50 mil homens. Fê-lo em Janeiro de 1762,⁴⁶ convencido de que a invasão seria iminente, uma vez que Portugal não se dispunha a subscrever o Pacto de Família. Mas, ao dirigir o seu pedido, o governante português não se põe de joelhos. Pelo contrário, afirma sem rodeios que «grande desgraça virá para Inglaterra se Portugal for conquistado».⁴⁷ E insinua que se não vier esse auxílio, Portugal sem recursos devido ao terramoto de 1755 e às lutas na América, não terá outro remédio senão refugiar-se em Lisboa e defender a capital. Parece-nos claro que pretende dizer aos ingleses que a cidade do Porto, onde as famílias e os interesses britânicos eram muito sensíveis, seria deixada à sua sorte. É o vinho do Porto que uma vez mais entra subtilmente em cena.

Pombal sabia que a Inglaterra não ia ficar indiferente. Essa quase certeza de auxílio ajuda a explicar a calma que os ministros portugueses aparentavam, com escândalo do diplomata britânico que achava que «os pobres portugueses estão na mais lamentável condição – expostos a uma invasão espanhola em Portugal e a um ataque inglês ao Brasil se capitularem ante os espanhóis», sem excluir Goa».⁴⁸ Mas na mesma altura, o embaixador inglês reconhecia e elogiava a firmeza e a coragem de D. José e do Conde de Oeiras na crise e a sua fidelidade à aliança inglesa.⁴⁹

A Inglaterra respondeu e mandou inicialmente um corpo de 6000 Infantes e um esquadrão de Dragões, sob o comando do famigerado Lord Tyrawly que

⁴⁵ PRO, SP 89/ 58, fl. 206v.

⁴⁶ PRO, SP 89/55, fls. 22-25 (Carta de E. Hay para o Conde de Egremont).

⁴⁷ PRO, SP 89/55, fl. 25.

⁴⁸ PRO, SP 89/55, fl. 38.

⁴⁹ PRO, SP 89/55, fl. 71.

pouco mais fez na sua curta passagem do que denegrir Portugal e os portugueses. Mas a Grã-Bretanha procurou vincar bem que se prontificava a auxiliar Portugal, não em virtude de qualquer «causa comum» como gostava de afirmar o Conde de Oeiras, mas por força dos Tratados de 1661 e 1703.⁵⁰ É óbvio que esta argumentação se destinava a forçar a manutenção e até acréscimo, se possível, dos privilégios pretensamente consagrados nesses Tratados bilaterais, os quais, como dissemos, se achavam ameaçados. Aliás, o Rei não tinha qualquer pudor em mandar dizer ao Conde de Oeiras que esperava que a ajuda militar tornasse os ministros portugueses mais favoráveis aos interesses ingleses.⁵¹

Por seu lado, neste interminável jogo de xadrez, o Enviado Plenipotenciário de Portugal a Londres reafirmava ao Conde de Egremont que a potência visada pela França e Espanha era a Inglaterra. Por conseguinte, a colaboração deste país com o nosso era condição indispensável para se evitar a «ruína de milhares de famílias britânicas».⁵²

É neste enquadramento que é enviado a Portugal o Conde de Schaumbourg-Lippe que chega a Lisboa a 22 de Junho de 1762.⁵³ Este oficial, desde início foi capaz de descobrir virtudes e qualidades onde Tyrawly não tinha visto senão atrasos e defeitos incorrigíveis. Talvez por isso tenha sido tão eficaz, tão festejado pelos portugueses e tão premiado pelo Rei de Portugal.⁵⁴

Um outro momento importante nas relações internacionais marcado pela aliança luso-britânica é a celebração da paz no final da Guerra dos Sete Anos. A documentação diplomática inglesa que compulsámos começa a falar dos preliminares da paz a partir de 7 de Setembro de 1762. As nossas reivindicações apresentadas por Melo e Castro passavam pela inclusão de Portugal nos tratados a estabelecer entre França, Espanha e Inglaterra, pela negociação conjunta da paz com a França e a Espanha e ainda pela evacuação de Portugal por parte das tropas espanholas. A Inglaterra parece estar de acordo com essas exigências e o Rei Jorge III mostrou-se interessado em tomar a seu cuidado a protecção de Portugal,⁵⁵ atitude que o nosso Embaixador (Martinho de Mello e Castro) agradeceu, mas a verdade é que durante os primeiros seis meses de negociações Portugal estivera de fora, não obstante ser beligerante, e o que era mais grave é que a Inglaterra se preparava para assinar os preliminares da paz sem Portugal,

⁵⁰ PRO, SP 89/55, fl. 159 (Carta de Edward Hay ao Conde de Egremont).

⁵¹ PRO, SP 89/56, fl. 1 (carta de Egremont para E. Hay).

⁵² PRO, SP 89/55, fls. 174-176 (carta de Melo e Castro ao Conde de Egremont).

⁵³ PRO, 89/56, fl. 234.

⁵⁴ Foi muito homenageado no Porto (PRO, 89/59, fl.65-66) e pela Coroa de Portugal (PRO, SP89/57, fls. 148-149).

⁵⁵ PRO, SP 89/57, fl. 140-143.

fazendo tábua rasa do Tratado de 1703.⁵⁶ Constava que a Espanha e a França pretendiam colocar Portugal não em pé de igualdade, mas em posição de inferioridade, tal como acontecera à Holanda no Tratado de Utreque⁵⁷. Tal era inaceitável por parte de Portugal, cabendo à Inglaterra defender a nossa posição.

Uma outra questão que se levanta é se a aliança luso-britânica esteve em perigo por iniciativa do Conde de Oeiras.

Não é fácil de responder à questão. Os ingleses suspeitaram das intenções de Portugal. E na documentação que nos foi dado compulsar pelo menos em dois momentos a Corte inglesa levantou a questão da fidelidade portuguesa: a primeira foi a propósito da retoma de correspondência entre a Rainha de Portugal, D. Mariana Vitória, e a Rainha-Mãe de Espanha (Dona Isabel Farnésio), a partir de Setembro/Outubro de 1762. Foi oficialmente explicado que se tratava de correspondência puramente familiar e que tal não punha em perigo a aliança.⁵⁸

O segundo foi em Fevereiro de 1766. O Conde de Oeiras foi confrontado com uma pergunta incómoda numa entrevista confidencial que concedeu a Edward Hay. O Embaixador quis saber o fundamento do boato que corria de que Portugal se iria juntar ao Pacto de Família. A reacção que obteve foi uma negação indignada da parte de Carvalho e Melo.

Parece que Portugal manteve muitos contactos com as Cortes de Paris e Madrid entre 1766 e 1768 (Schneider 1980: 189, citando Alden 1968: 106-108). Mas aquela resposta convenceu o inglês que acrescentou na sua correspondência que enquanto o Ministro português intentasse minar o comércio britânico, era sinal que não queria abandonar a aliança anglo-lusa.⁵⁹

4.2 - A defesa da dignidade do Estado e do Reino de Portugal

Julgamos que a defesa de Portugal passou, na mente de Pombal, pela defesa intransigente da primazia do Reino face à Inglaterra em sinais externos honoríficos.

O primeiro desses símbolos era o idioma a usar nas relações bilaterais. Sabemos que a língua de comunicação oficial com entre a Corte portuguesa e ministros ingleses era o francês. Não conseguimos, é verdade, encontrar nenhum protocolo bilateral em que esse uso fosse estipulado, mas era assim que as coisas se passavam e os Arquivos ingleses estão cheios de papéis redigidos em francês nos dossiers relativos a Portugal.

⁵⁶ PRO, SP 89/57, fl. 178-182.

⁵⁷ PRO, SP 89/57, fl. 257.

⁵⁸ PRO, SP 89/57, fl. 208-209.

⁵⁹ PRO, SP 89/62 fl. 35.

Ora o que aconteceu foi que Sebastião José se recusou a usar outra língua que não essa nos contactos com o Conde de Laundon que veio substituir Lord Tyrowly no comando das tropas inglesas em Portugal no verão de 1762. Inicialmente não parece ter havido qualquer tipo de desentendimento. O Comandante militar inglês dirigia pedidos de apoio logístico ao Governante português que, com maior ou menor dificuldade eram satisfeitos.

Mas numa vez em que o Comandante lhe requereu a entrega de uma grande quantidade de mulas, o Ministro português respondeu-lhe com atraso justificando-o do seguinte modo: olhou com atenção a sua carta, mas como vinha escrita em inglês, ele não a entendeu e teve que pedir a alguém que a traduzisse.

A correspondência entre os dois tornou-se cada vez mais mordaz não só por causa da língua mas também porque nem sempre foi possível corresponder totalmente às exigências de Lord Laundon em matéria de apoio logístico. Valeu a intervenção do Embaixador em Lisboa, Edward Hay, que parece ter conseguido restabelecer o entendimento entre os dois.⁶⁰

Outra questão foi a da colocação física das tropas portuguesas face às inglesas: qual dos grupos devia ocupar a direita e qual ficaria à esquerda? Em Portugal, todos estavam de acordo que as tropas inglesas deviam estacionar à esquerda das portuguesas. Mas em Espanha? Em Julho de 1762, o Conde de Oeiras defendia vigorosamente que devia ser igual nos dois sítios, contra uma corrente que queria ver as tropas portuguesas à esquerda, quando se encontrassem em território espanhol. O mesmo assunto foi de novo discutido em 31 de Agosto de 1762, sem que se alterasse a posição de Sebastião José.⁶¹

Na mesma ordem de preocupações deve colocar-se finalmente a pretensão pombalina de reservar para Portugal o comando da frota anglo-portuguesa de protecção aos navios que regressavam do Brasil no verão de 1762.⁶²

CONCLUSÃO

Quando olhamos para as tabelas de exportação de vinho do Porto nos finais do século XVIII, parece que o resultado final da tentativa de Carvalho e Melo para sacudir a tutela britânica foi quase nulo. De facto, a Inglaterra absorvia uns 86% de toda a exportação. Se juntarmos os 9% que a Irlanda comprava pouco mais sobra! O panorama agrava-se se pensarmos que apenas 30% deste negócio era efectuado por firmas portuguesas, incluindo a Companhia. De qualquer modo, seríamos injustos se não lhe creditássemos pelo menos o valor do esforço desenvolvido no sentido de restituir alguma dignidade a Portugal. Talvez a

⁶⁰ PRO, SP 89/57, fls. 136-138.

⁶¹ PRO, SP 89/57, fl. 6/6v. e fl. 95.

⁶² PRO, SP 89/56, fl. 223.

diversificação dos mercados tivesse sido uma via de libertação. Pode-se dizer que também foi tentada. De facto, em 27 de Setembro de 1766, celebrou-se em Lisboa uma convenção com a Dinamarca, assinada respectivamente pelo Conde de Oeiras e pelo Senhor Chretien Gottefred Johan. Por ela, os nórdicos dispunham-se a conceder facilidades nas entradas de vinho e aguardentes procedentes de Portugal. O resultado prático desta convenção não terá sido significativo mas terá aberto o caminho para outras diligências que, em breve, levarão ao Báltico o sabor e o aroma dos vinhos generosos do Douro.

No que se refere às relações Estado a Estado, o Ministro de D. José I tentou colocar Portugal em pé de igualdade, tal como acontecia antes de 1580. Se não o conseguiu totalmente, pelo menos pôs em respeito os ministros e embaixadores ingleses enviados a Portugal.

Referências Bibliográficas

- Alden, Dauril (1968): *Rival Government in Colonial Brazil*. Berkeley.
- Denis, M. e Blayau, N. (1970): *Le XVIIIe siècle*. Paris.
- Melo, Sebastião José de Carvalho e (1986): *Escritos económicos de Londres (1741-1742)*. Selecção, leitura e notas de José Barreto. Lisboa: Biblioteca Nacional.
- Schneider, Susan (1980): *O Marquês de Pombal e o vinho do Porto. Dependência e subdesenvolvimento em Portugal no século XVIII*. Lisboa: A Regra do Jogo.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1982): *História de Portugal*. Vol. VI. Lisboa.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1987): *O Marquês de Pombal, o Homem, o diplomata e o estadista*. Lisboa.
- Serrão, Joaquim Veríssimo (1987): *O Marquês de Pombal. O Homem, o Diplomata e o Estadista*. Lisboa.
- Sideri, Sandro (1978): *Comércio e Poder. Colonialismo informal nas relações anglo-portuguesas*. Lisboa.
- Silva, Francisco Ribeiro da (1998): *A Companhia do Alto Douro e os negociantes ingleses (1756-1761) ou o difícil combate contra a tutela britânica*. In: *Os Vinhos Licorosos e a História*. Funchal.

COMUNICAÇÃO

Comunicação e Cultura

Fernando Alberto Torres Moreira
Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, CEL
fmoreira@utad.pt

A relação que se estabelece entre Comunicação e Cultura parte do princípio de que as designadas culturas de massa e alta cultura estão indissociavelmente inter-relacionadas por mecanismos de mediação e mediatização.

(Isabel Ferin 2002: 9)

A troca de olhares e os gestos que acompanham o primeiro encontro entre dois grupos de seres humanos são o princípio da globalização cultural – a fala, a escrita, a discussão, o texto impresso, a televisão, virão depois.

(Alexandre Melo 2002: 25)

Resumo

Cultura e comunicação são, muitas vezes, apresentadas como duas faces da mesma moeda. Associadas, desde sempre, à vida colectiva dos povos, essa vivência comum viu-se amplificada e estudada nas últimas quatro/cinco décadas e, sobretudo, reconhecida como essencial para os dias da globalização em curso, onde jogam um papel fulcral na construção da realidade social, produzindo e difundindo saberes, modos de pensar, formas de comportamento, identidades.

Numa época em que as novas ferramentas tecnológicas reequacionam a própria organização das sociedades e as suas interrelações, a nossa curta reflexão procura enquadrar o espaço da cultura e da comunicação nesse âmbito.

Os fenómenos culturais e os processos de comunicação são elementos constitutivos da vida colectiva, desde sempre. Contudo, só na segunda metade do século XX estes factos sociais, expressos em comportamentos, relações interpessoais, produtos e instituições foram considerados, ambos, como elementos específicos e atinentes ao desenvolvimento económico – acção cultural, telecomunicação de massa, comunicação na empresa, por exemplo – aos lugares/espacos próprios do exercício do poder (os média), transformando-se em objectos de práticas profissionais especializadas (porta-voz, relações públicas de uma empresa, jornalista especializado, animador cultural, programador

cultural). A autonomização destas experiências relacionais, de mediação e expressão entre as pessoas, por um lado, e entre os diferentes estratos e agentes sociais, por outro, conduziu/determinou, num processo evolutivo natural, uma nova área de práticas e saberes.

Prova disso é a sua visibilidade que se manifesta em disciplinas universitárias, em formações profissionais, em técnicas/ferramentas hoje imprescindíveis. Dito de outro modo, hoje nenhuma organização seja ela política, administrativa, educativa ou social consegue passar sem o recurso a técnicas de comunicação (pôr em contacto, dar a conhecer, relações públicas) e a processos de construção da sua identidade cultural.

O que aproxima cultura e comunicação (os novos domínios da modernidade) não deve buscar-se nas circunstâncias históricas ou técnicas, ainda que seja verdade que a industrialização da cultura e o desenvolvimento dos meios de comunicação tenha contribuído para o quase desaparecimento das fronteiras, para a troca dos agentes ou para a confusão das funções de cada uma destas áreas. Também é verdade que a relação intrínseca e mesmo o entrecruzamento dos fenómenos culturais e comunicativos não têm só a ver com a fusão das actividades de ambos ou com a confusão de uma época específica. Mesmo a veracidade de uma nova cultura que emerge da imagem e do computador, das novas tecnologias (onde a virtualidade e o imediatismo substituíram o imaginário e a mediação) não credita, totalmente, a fusão dos fenómenos culturais e comunicativos.

Certo é que a relação entre cultura e comunicação não provém de uma distinção formal e móvel. Por exemplo: se esta ou aquela expressão cultural, como sejam os casos do hip-hop ou do rap, se torna um fenómeno comunicativo, ou se este ou aquele meio de comunicação – o vídeo, a publicidade, ou a Web – adquire um estatuto cultural, isso não quer dizer que as noções ou os fenómenos que representam sejam substituíveis.

É por isso que, na perspectiva de Jean Caune, cultura e comunicação formam um estranho casal. Hoje podemos dizer que uma não existe nem se explica sem a outra. Há, entre elas, uma relação de inclusão recíproca (que não implica complementaridade, oposição ou diferença) que faz com que um fenómeno cultural funcione também como processo de comunicação, e que um modo de comunicação seja, de igual modo, uma manifestação cultural. Escreve o autor francês:

En réalité, culture et communication forment un étrange couple. L'une ne va pas, ni s'explique, sans l'autre. Les phénomènes ne sont ni emboîtés, l'un contenant l'autre – la culture se présentant comme un contenu véhiculé par la communication – ni situés dans des plans de réflexion parallèles, en correspondance analogique. (Caune 1995: 6)

Apresentemos dois exemplos:

- a) a publicidade pode ser encarada pela sua significação cultural mas é, igualmente, um veículo de mediação entre o indivíduo e o seu mundo social e imaginário;
- b) a televisão, objecto de lazer de uso privado (e público) é, simultaneamente, a expressão de um comportamento cultural e um meio de comunicação que nos transmite uma imagem do mundo ou de uma dada sociedade.

Num outro registo, uma reflexão sobre a cultura, a comunicação e o que se passa entre elas, não pode escapar a uma incursão pela filosofia do sujeito porque é este que conduz ao ser da linguagem e ao do homem – é uma reflexão de que não nos ocuparemos aqui!

As diferenças entre cultura e comunicação encontram-se num campo de conhecimento que as ciências humanas explicitam, sendo enquadradas pelas condições materiais, técnicas e políticas da sociedade. Se a cultura é um facto social, só há cultura manifestada, transmitida e vivida pelo indivíduo. Ela existe primeiro como herança transmitida e, para a compreendermos, temos de perceber os meios de transmissão desta herança que, em si mesmos, são parte integrante da cultura.

Se os meios e suportes comunicativos são específicos de uma dada sociedade, as relações de comunicação dizem respeito aos indivíduos, mercê dos intercâmbios interpessoais ou dos fenómenos de recepção destes meios.

Em consequência, ao reflectir-se sobre cultura e comunicação, temos de, forçosamente, convocar elementos da sociologia, psicologia, antropologia cultural, linguística e outras áreas disciplinares.

Cultura e comunicação desempenham um papel fulcral na construção da realidade social e do mundo vivido, mais a mais se pensarmos que vivemos numa sociedade da comunicação, pós-industrial, onde tecnologias de informação e de comunicação convergem e são fundamentais no processo de produção e difusão dos saberes, modos de pensar, entretenimentos, modelos de comportamento e identidades culturais: o mundo globalizado aí está para nos lembrar tudo isto.

Perante esta realidade incontornável, os actos comunicativos e as expressões culturais adquirem uma dimensão operatória na vida política e económica e instituíram-se, de modo diverso, enquanto ferramentas de intervenção social; bom exemplo disto podemos encontrá-lo na sociedade portuguesa do pós-25 de Abril de 1974, pois cultura e comunicação surgiram como instrumentos privilegiados de promoção da mudança social: massificação da escola, desenvolvimento urbano, perda do sentido colectivo, revolução dos meios de

comunicação são fenómenos que dizem respeito quer à cultura quer à comunicação.

Falamos hoje de desenvolvimento cultural, acção cultural e sócio-cultural bem como de comunicação global, comunicação institucional, comunicação externa, comunicação estratégica e, ao fazermos isso, mais não estamos do que a referir-nos a procedimentos que incidem na circulação de bens e serviços no grande mercado em que o mundo se tornou e nas consequentes relações sociais.

Não é por acaso que cultura e comunicação são conceitos às sociedades democráticas onde valores como liberdade de expressão, direitos individuais e colectivos ou qualidade de vida são tidos como essenciais no relacionamento social porque simbolizam valores éticos (e estéticos) que se manifestam no quotidiano. É hoje inquestionável que a cultura é também e cada vez mais um produto que se vende, o que fez alterar os seus modos de produção e a consequente mediatização, massificando-a e, até, diluindo a diferença entre o que se considera ser alta e baixa cultura¹.

É um facto que os meios de comunicação social, por via das novas tecnologias, constituíram-se como promotores, de primeira linha, da distribuição e fruição culturais junto dos consumidores que todos somos; assim sendo, é natural que a cultura, mais propriamente os fenómenos culturais, têm de ser percebidos no âmbito desta toda-poderosa presença dos média na sociedade².

Porque estamos num mercado globalizado e em consequência do que fica registado, Alexandre Melo não tem dúvidas em afirmar que “tornou-se claro para todos os agentes culturais que o mercado é uma dimensão decisiva da existência social de quaisquer bens culturais nas sociedades actuais e que, portanto, as dimensões mercantis da actividade artística têm que ser pensadas”. (2002: 148) Talvez por estas mesmas razões, e numa tentativa de construir um quadro teórico para a cultura (criação e difusão) numa sociedade “dominada” pelos meios de comunicação social, Abraham Moles defende que o conceito de cultura só se tornou realmente importante a partir do grande desenvolvimento e importância político-social dos meios de comunicação que, em seu entender, determinam os circuitos da cultura, governam a cultura instituindo-a através do exercício de uma espécie de reguladores culturais (Moles 1974: 93), um papel

¹ John Keane considera que a massificação, a comunicação de massas conduzem a que “as notícias e o entretenimento oriundos da indústria da cultura, instruem, encantam e estupidificam os seus clientes”. (2002: 75)

² Esta reflexão tem sido, sobretudo, desenvolvida em Birmingham, na nomeada Escola dos Estudos Culturais, com destaque para Stuart Hall, onde se perspectiva a cultura como um conjunto intrincado de todas as práticas sociais e não como uma mera manifestação ideológica.

que se veio a amplificar com a globalização em curso já que, concordando com Teixeira Fernandes,

(...) no processo de globalização, não é somente o mundo que se torna presente em si mesmo, por intermediação dos meios de informação e de comunicação social (...) [é também] uma cultura que se assume como dominante, na medida em que procura universalizar uma particular visão do mundo. (2002: 186-187)

Claro que a cultura continua intimamente ligada à literatura e à estética assim como a comunicação não prescinde dos suportes técnicos que a fazem ser o que é e são responsáveis pelas relações que constrói.

A cultura ainda é vista, e muito, como uma espécie de “suplemento de alma”, um luxo, um privilégio de alguns, enquanto a comunicação ou comunicar se tornou uma exigência dependente dos meios que a suportam e indiferente ao que se comunica.

A cultura parece necessitar ser protegida de uma industrialização massiva que a levaria a perder a sua significação e os seus valores específicos enquanto a comunicação tende a universalizar-se e a tornar-se cada vez mais mediata e imediata.

Esta aparente oposição explica, em parte, alguma resistência em cruzar cultura e técnica.

Mas, finalmente, não será a cultura, também ela, comunicação e a comunicação cultura, como o afirma Edward T. Hall na sua obra *Le langage silencieux?*

É um facto que os elementos que compõem a cultura e os factores comunicativos apresentam caracteres próximos: a cultura é percebida como um conjunto muito complexo e diversificado de representações e objectos organizados por valores e relações: tradições, normas, religiões, artes... A transmissão de produtos do pensamento de gerações sucessivas, a difusão dos valores e as consequências dos comportamentos havidos efectuam-se pelo encadeamento dos actos de comunicação.

É, assim, fundamental apreciar os factos culturais na sua dimensão comunicativa, hoje mais do que nunca (e, arriscaria, não ser possível fazê-lo de outro modo...) porque a comunicação ganhou foros de santo e senha que abre o Sésamo à compreensão de uma globalização que reclama cada vez mais um conjunto de valores transversais, melhor diríamos de valores culturais que se confundem com o próprio acto de comunicar.

Referências bibliográficas

- Caune, Jean (1995): *Culture et communication*. Grenoble: PUG.
- (1992): *La culture en action. De Vilar à Lang, le sens perdu*. Grenoble: PUG.
- Ferin, Isabel (2002): *Comunicação e culturas do quotidiano*. Lisboa: Quimera
- Fernandes, António Teixeira (2002): *Para uma sociologia da cultura*. Porto: Campo das Letras.
- Hall, Edward T. (1984): *Le langage silencieux*. Paris: Seuil.
- Keane, John (2002): *A Democracia e os Média*. Lisboa: Temas e Debates, Actividades Culturais.
- Melo, Alexandre (2002): *Globalização Cultural*. Lisboa: Quimera.
- Moles, Abraham A. (1974): *Sociodinâmica da Cultura*. São Paulo: Universidade de São Paulo.

VARIA

Anabela Dinis Branco de Oliveira, *Entre Vozes e Imagens – a presença das imagens cinematográficas nas múltiplas vozes do romance português (anos 70-90)*. Publicações Pena Perfeita. 2007.

Para epígrafe do seu ensaio, Anabela Dinis Branco de Oliveira, investigadora e docente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, escolhe uma citação de Pedro Abrunhosa que define a arte como suprema forma de liberdade e o dialogismo entre as artes como elemento fundamental a essa mesma arte. *Entre Vozes e Imagens* é o percurso de uma relação original e criativa entre literatura e cinema.

A autora sublinha frequentemente a presença inequívoca do cinema na memória estética do escritor e a indiscutível relação dialógica entre literatura e cinema. Analisa a projecção da polifonia romanesca no seu paralelismo com o texto fílmico, justifica o olhar inevitavelmente cinematográfico do narrador e fundamenta a dualidade estética inerente ao estudo da imagem literária e da imagem cinematográfica. O *corpus* romanesco estudado é constituído pelos romances *A Paixão* (1965) de Almeida Faria, *Lourenço é Nome de Jogral* (1971) de Fernanda Botelho, *A Floresta em Bremerhaven* (1975) de Olga Gonçalves, *Cortes* (1978) e *Lusitânia* (1980) de Almeida Faria, *O Dia dos Prodígios* (1980) de Lídia Jorge, *Explicação dos Pássaros* (1981) de Lobo Antunes, *O Cais das Merendas* (1982) de Lídia Jorge, *Ora Esguardae* (1982) de Olga Gonçalves, *Cavaleiro Andante* (1983) de Almeida Faria, *Autópsia de um Mar de Ruínas* (1984) de João de Melo, *Auto dos Danados* (1985) de António Lobo Antunes e *Gente Feliz com Lágrimas* (1988) de João de Melo. No seu percurso analítico, estabelece um simultâneo cruzamento dialógico com *Mon Oncle d'Amérique* de Alain Resnais (1980), *Underground - era um vez um país* de Emir Kusturica (1995) e *Le Fabuleux Destin d'Amélie Poulain* de Jean-Pierre Jeunet (2001).

O ensaio está dividido em três grandes capítulos: *As Vozes*, *As Imagens* e *Entre Vozes e Imagens, era uma vez um país...*

Em *As Vozes* (capítulo I) analisa a estrutura e a constituição pluridiscursiva das vozes narrativas, no seu paralelismo com as vozes cinematográficas, e justifica, no estudo da articulação, multiplicidade, descontinuidade e fragmentação narratológica, a nítida presença de processos de montagem cinematográfica. As vozes do texto literário são submetidas a uma rigorosa articulação constituindo-se como vozes articuladas. Fragmentadas pela distância, as vozes de *Lusitânia* e *Cavaleiro Andante* identificam-se numa construção epistolar: são vozes epistolares. Os narradores de *O Dia dos Prodígios* e *O Cais das Merendas* são colectivos que falam em simultâneo e que se desentendem, num discurso múltiplo e decifrável: são vozes do

desentendimento. As vozes constituintes de *Lourenço é Nome de Jogral*, *Autópsia de um Mar de Ruínas*, *Gente Feliz com Lágrimas* e *Auto dos Danados* projectam a fragmentação e a descontinuidade dos acontecimentos no espaço tipográfico de um capítulo, mosaico constituinte do acontecimento: são as vozes capítulo. As vozes de *Explicação dos Pássaros*, *Ora Esguardae*, *A Floresta em Bremerhaven*, *A Paixão* e *Cortes* cruzam-se na amálgama de depoimentos individuais que fomentam a análise diegética. Concretizam uma teia cruzada de depoimentos e um registo múltiplo e caleidoscópico de ecos: são as vozes cruzadas.

Na existência caleidoscópica do acontecimento relatado, pela sua heterogeneidade, descontinuidade e fragmentação, as vozes colocam o romance polifónico na mesa de montagem. Constituídas como *Vozes Puzzle*, estruturam uma montagem narrativa denunciadora da nítida presença de uma montagem cinematográfica, com o suporte técnico de *Mon Oncle d'Amérique*.

Na montagem narratológica, as imagens são substituídas por vozes, na sua espacialidade e na concretização do seu depoimento. A alternância das vozes, na construção do acontecimento e na simultaneidade da apresentação polifónica, projecta a montagem alternada. As vozes simultâneas são as vozes da montagem alternada. A descontinuidade diegética e a presença das vozes em eixos temporais diferentes projectam a montagem invertida. As vozes descontínuas são as vozes da montagem invertida. Como vozes prismáticas, provocam encadeamentos, correspondências temáticas, articulação dos vários conjuntos diegéticos e dos vários percursos espaciais e temporais e projectam a montagem paralela, na relação diegética com planos do onírico, do imaginário, com planos do universo cinematográfico, com planos comportamentais, num paralelismo entre humanos e animais e com planos narrativos, totalmente paralelos.

O processo de construção metafórica, a associação de ideias e de depoimentos e a construção simbólica abrupta e arbitrária projectam a montagem-expressão eisensteiniana. As vozes definem-se como planos sintácticos justapostos, sem traços linguísticos conectores, constituindo-se como alavancas de absorção, de reflexão e de metamorfose. A montagem externa assume a emergência de uma nova significação estética e projecta uma relação inédita e autónoma entre imagens, no documento fílmico, e entre vozes, no documento romanesco.

Em *As Imagens* (capítulo II), Anabela Branco de Oliveira explica o inevitável paralelismo entre a voz narrativa e a imagem cinematográfica, na construção do olhar e na captação do movimento, projectando câmaras subjectivas, enquadramentos e visões panorâmicas, *travellings* e *zooms* narrativos e sucessões estruturadas de palavras e de planos cinematográficos. Os

romances são analisados numa simbiose com o filme *Le Fabuleux Destin d'Amélie Poulain*, na construção da imagem e na captação do movimento.

O cinema, como espaço de magia, de regras, de emoções, de luz e de som está presente no quotidiano das personagens. Planos conhecidos, imagens inesquecíveis, rostos e mitos cinematográficos ocupam o imaginário das vozes. Narradores e personagens falam, pensam, imaginam e escrevem... *como nos filmes*.

Em "*A subjectividade da minha câmara, do meu olhar*" - disse a *personagem*, as personagens olham e exprimem as suas emoções visuais através de uma câmara subjectiva que o narrador introduz, enquadrando a imagem. Nas disposições verbais dos narradores heterodiegéticos, a câmara subjectiva é denunciadora de uma indiscutível objectividade. O enquadramento do olhar estabelece molduras denunciadoras de uma forte escolha estética, com valorização nitidamente cinematográfica.

Em *Os narradores e o "mergulho" dos olhares*, analisa a perspectiva óptica do narrador na projecção técnica de um olhar subjectivo e polissémico demonstrando a presença dos ângulos cinematográficos de captação visual, plongée e contre-plongée. Os narradores dos romances estudados apresentam um olhar "mergulhado" que condiciona a sua significação estética e justifica a sua intenção polissémica.

Leitura a... 16 ou 32 fotogramas por segundo projecta o paralelismo entre a velocidade e o ritmo de narração e a velocidade e o ritmo de leitura. Nas várias etapas de um gesto e de um movimento, estabelece-se um paralelo entre o olhar do leitor, intemporal e livre, e o olhar cinematográfico, com velocidades tecnicamente definidas. No processo rítmico do acontecimento, a leitura pode exigir-se em câmara lenta ou em movimento acelerado.

Em *Os Olhares Movimentados*, o olhar do narrador estrutura-se num conjunto de eixos, percorrendo espaços sucessivos e provocando novos movimentos. Em *Os olhares panorâmicos*, comprova-se a relação dialógica entre o plano panorâmico e a vertigem da enumeração e analisa-se a conjugação de olhares verticais e horizontais efectuados pelo narrador, pela voz que percorre o inevitável caminho da escrita. *Um travelling... da escrita* segue o percurso das personagens e dos narradores, através de caminhos interiores e exteriores, e acompanha as deslocações em espaços marcadamente diegéticos. Em *De repente... aquele detalhe*, a repentina aparição de um objecto e a sobrevalorização de um detalhe denunciam a presença da câmara cinematográfica, o único olhar que se aproxima e se afasta, na organização de um *zoom* narrativo. Em *Sequências de palavras e... de planos*, estabelece-se um inevitável paralelismo entre a composição fragmentária das unidades descritivas e os movimentos da câmara cinematográfica. A flexibilidade do olhar humano

alia-se à flexibilidade da montagem interna nas imagens cinematográficas. Encadeiam-se sucessivamente palavras com planos gerais, planos de conjunto, planos médios, grandes planos, planos de detalhe e cruzamento de planos em *fondue enchaîné*. As experiências sintácticas adquirem o estatuto de experiências ópticas, na indiscutível diferença entre o olhar humano e a câmara cinematográfica.

Em *Entre Vozes e Imagens, era uma vez um país...* (capítulo III), a autora conjuga o confronto de vozes e de imagens romanescas e cinematográficas, na interrogação da imagem do Outro e fundamenta a dualidade estética da Imagem, na construção identitária do documento romanesco e do documento fílmico. Vozes e imagens, essenciais, específicas e paralelas, confrontam-se na procura da imagem do Outro. Projectam movimentos de vivência colectiva que questionam a amálgama da transição revolucionária, num país onde a imagem do Outro se torna absolutamente crucial. O corpus romanesco analisado e o filme *Underground* de Emir Kusturica transmitem imagens de ditadura, de revolução, de contacto com o exterior e de desencanto. Justificam as mesmas escolhas, as mesmas dúvidas, as mesmas procuras e os mesmos objectivos na análise da Imagem. Submetem-se aos mesmos confrontos e questionam, do mesmo modo, a concepção de imagem transmitida por Platão, na Alegoria da Caverna. Este paralelismo justifica a divisão temática do capítulo, comprova o percurso dialógico dos dois documentos e o carácter cinematográfico e literário da Imagem.

Uma caverna, uma cave, um écran, um Estado Novo denuncia o sistema de manipulação de imagens durante o regime totalitário, apresenta as imagens provocadoras do “orgulhosamente sós” salazarista e identifica os que resistem à manipulação, procurando novas imagens.

Uma libertação, uma explosão anunciada, a Revolução dos Cravos projecta as imagens e as vozes da revolução na consciência política da exaltação, da dissidência, da dúvida reticente e da interrogação.

O Sol, a luz da Lua, um outro filme, o regresso do Outro e a morte do orgulhosamente sós constata a profusão das novas imagens e apresenta a absoluta necessidade de absorção da imagem do Outro. Na irreversível existência do Outro, na abertura espontânea, inevitável e obrigatória ao Outro, tornado mais acessível, recusa-se a acepção platoniana da imagem e projectam-se as hipóteses de relação com um Outro que é, simultaneamente e paradoxalmente, admirado e aceite (“filia”), adorado e exageradamente absorvido (“mania”), violentamente recusado e ostracizado (“fobia”) e continuamente vítima de contraditórios estereótipos.

Em *As cavernas que voltam, a consciência das imagens repetidas, o desencanto revolucionário*, interpreta-se o violento confronto das imagens

provocadas e permitidas pela revolução. Apresentam-se as vozes da estagnação e da não-mudança, constata-se o regresso de imagens já consideradas esquecidas e eliminadas e justifica-se a eclosão do desencanto revolucionário, definido na adulteração das imagens previstas.

Na simultaneidade da análise da carga dialógica inerente aos dois documentos, analisa-se a projecção literária de duas décadas de um país que se construiu, literariamente, entre vozes e imagens e confere-se à Imagem o poder máximo da existência intelectual e da criação estética.

Daniel-Henri Pageaux, no número 326 da *Revue de Littérature Comparée* sublinha a interrogação que confere às imagens cinematográficas, o rigor e a cultura cinematográfica transmitidas pela investigadora neste ensaio e o seu contributo para uma nova leitura do romance português: “ Ces deux approches vont servir à mettre en évidence une thématique du roman nouveau portugais et à rendre compte de l'idée de ‘crise’, entendue comme mise en examen des nouveaux fondements démocratiques.”

O jornalista José Viale Moutinho, aquando do lançamento do livro a 21 de Novembro de 2007 classifica o ensaio da seguinte forma: “este livro, saibam quantos, dava um filme pelo que tem de escrita criativa, uma sinfonia pelo que tem de sons, uma peça coral pelo que tem de vozes e é um notável puzzle da interactividade artística manobrada com rara maestria.”

Este ensaio é fundamental na estruturação de um novo olhar que marca, tal como diz a autora, a inevitável presença do cinema na literatura. É um novo olhar para os textos, uma nova leitura, uma nova e criativa forma de estudar o romance.

Maria da Felicidade Araújo Morais

José Manuel da Costa Esteves, *La Littérature Portugaise Contemporaine, le plaisir du partage*. Paris, L'Harmattan, 2008.

José Manuel da Costa Esteves, professor universitário, responsável pela Catédra Lindley Cintra do Instituto Camões na Universidade de Paris X – Nanterre apresenta, em *La Littérature Portugaise Contemporaine, le plaisir du partage*, uma antologia de ensaios dispersos publicados em múltiplas revistas. Percorre o universo literário de Carlos de Oliveira, Maria Judite de Carvalho, José Terra, Olga Gonçalves, Mário Cláudio, Maria Isabel Barreno e Urbano Tavares Rodrigues com uma breve mas rigorosa passagem pelo trabalho cinematográfico de Fernando Lopes. A dimensão crítica das obras estudadas concretiza-se em dez capítulos : *La poésie de Carlos de Oliveira : une bombe prête à exploser* ; *La maison sur la dune de Carlos de Oliveira : « les yeux en feu » de Mariano Paulo ou l'impossibilité de compréhension de l'Histoire* ; *Paysage et silence dans Une abeille dans la pluie de Carlos de Oliveira et sa transposition cinématographique par Fernando Lopes* ; *Tous ces gens Mariana de Maria Judite de Carvalho : solitude, temporalité et mort* ; « *Vous avez piqué mon imagination* » : *lettres de Lygia Fagundes Telles à Maria Judite de Carvalho* ; *La poésie de José Terra : l'acte créateur comme acte libérateur* ; *Ora Esguardae de Olga Gonçalves : chronique d'un regard sur Lisbonne* ; *La démystification de l'État Nouveau ou les clairons de la mémoire : Tocata para Dois Clarins de Mário Cláudio* ; *Le Cercle Vertueux de Maria Isabel Barreno : l'acte de raconter en tant que processus en devenir e Entretien avec l'écrivain Urbano Tavares Rodrigues*.

La poésie de Carlos de Oliveira : une bombe prête à exploser analisa o percurso poético e intenso de Carlos de Oliveira através da sua Gândara literária com extractos de poemas onde o rigor analítico se alia ao apelo constante à leitura. José Manuel Esteves faz da poesia de Carlos de Oliveira uma bomba prestes a explodir à qual basta accionar o detonador. A poesia de Carlos de Oliveira é para ele « une bombe prête à exploser, un volcan latent qui peut se réveiller n'importe quand, un silence dévastateur, une lourdeur, une tourpeur, une vitalité primordiale, un coeur qui frappe fort ; un flux de sang prêt à donner vie aux pierres, à la terre aux eaux, aux minéraux, prêts à faire rougir les roses pétrifiés des stalactites déposées par les couches millénaires du temps. » O conhecimento profundo que tem da obra de Carlos de Oliveira permite a sua caracterização em breves palavras. Para José Manuel Esteves, Carlos de Oliveira é « poète, brunisseur, sculpteur, alchimiste, magicien ».

La maison sur la dune de Carlos de Oliveira : « les yeux en feu » de Mariano Paulo ou l'impossibilité de compréhension de l'Histoire analisa o

labirinto das múltiplas narrações e dos diferentes modos de representação literária da casa estruturando a visão de Mariano Paulo na questionação do espaço e do tempo históricos. A resistência ao progresso, as consequências negativas da mecanização e a apreensão das casas da decadência percorrem o universo da análise de símbolos e personagens num confronto comparatista com metáforas e personagens de *Alcateia* e *Uma Abelha na Chuva*. A relação de Mariano Paulo com o Tempo compõe o último parágrafo do capítulo : « Sous les feux croisés de l'instinct de conservation et de l'appel de la mort, dans un monde couvert de ruines et , d'inhumanité et de fatalité, il se livre tragiquement au combat inégale engagé contre la Nature et contre l'Histoire, où seuls les interstices entre les mots littéraires semblent annoncer le frémissement d'une aurore. »

Paysage et silence dans Une abeille dans la pluie de Carlos de Oliveira et sa transposition cinématographique par Fernando Lopes inaugura o percurso do autor no âmbito das relações dialógicas entre literatura e cinema. A análise do poema Cinema de Carlos de Oliveira é a alavanca para um olhar crítico dirigido à transposição fílmica de *Uma Abelha na Chuva* realizada por Fernando Lopes. Apresenta o percurso e a carga metafórica da imagem no texto literário e no texto fílmico. Estabelece uma relação de paralelismo semântico entre sequências cinematográficas e breves excertos literários . Além do rigor terminológico e da agudeza analítica que projecta ao nível do texto fílmico, constrói, através de vários exemplos, o esboço de futuros trabalhos acerca da estética cinematográfica presente em Carlos de Oliveira.

Tous ces gens Mariana de Maria Judite de Carvalho : solitude, temporalité et mort questiona a importância máxima do Tempo na obra da escritora : « la plus terrifiante contingence humaine, celle du Temps lui-même, peut-être le grand personnage de l'œuvre de l'auteur. » sempre numa perspectiva englobante em relação ao conjunto da sua obra literária.

Projecta a amplitude da sensibilidade artística de Maria Judite de Carvalho e analisa a sua escrita como elemento significativo do espaço cultural e periodológico que a encerra. Estabelece uma rigorosa análise do espaço crítico e ensaístico ligado à autora composto por uma conjunto de ensaístas incontornáveis no panorama da análise literária em Portugal como Álvaro Manuel Machado, Oscar Lopes, Jacinto do Prado Coelho e Paula Morão.

« *Vous avez piqué mon imagination* » : *lettres de Lygia Fagundes Telles à Maria Judite de Carvalho* fornece um breve relatório dos documentos presentes na exposição realizada em Aveiro em 1999, em homenagem à escritora, e sublinha a sua faceta de desenhadora, pintora e caricaturista. No conjunto dos documentos presentes, o autor escolhe um conjunto de cartas escritas por Lygia Fagundes Telles a Maria Judite de Carvalho. O percurso

epistolar entre as duas escritoras centra-se essencialmente a propósito de *Tanta Gente Mariana*. Tal como diz o autor, este artigo analisa « un cas d'affinités de sensibilités littéraires, affectives, complices et de partage entre deux femmes écrivaines » e presta uma sublime homenagem a Maria Judite de Carvalho.

La poésie de José Terra : l'acte créateur comme acte libérateur apresenta um percurso de leitura através de uma obra poética inscrita em numerosos livros, revistas e antologias e confere um especial relavo aos estudos críticos de Fernando Martinho. A análise crítica de José Manuel Esteves é frequentemente fundamentada através de excertos de poemas que aqui se apresentam em versão bilingue. O seu rigor analítico projecta-se, tal como noutros artigos, ao lado de uma escrita fluida, rigorosa e muito criativa que justifica o seguinte excerto « les poèmes renvoient à eux-mêmes en s'interrogeant, en rêvant de se dépasser pour chercher un passage vers l'autre côté, en traversant le miroir trompeur de la représentation du monde, capables de traverser l'opacité du langage, l'épaisseur du temps et de vaincre les dieux ». O artigo sublinha, num último parágrafo, a homenagem ao professor universitário, à sua dimensão intelectual, ética, de resistência moral e política, numa estruturação únivoca entre homem e poeta no binómio Terra e Árvore: o seu pseudónimo literário e a cooperativa artística que fundou.

Ora Esguardae de Olga Gonçalves : chronique d'un regard sur Lisbonne faz-nos olhar este romance como uma pintura mural da revolução de Abril. Apresenta as palavras, os temas, as personagens e as questões sociais e políticas de um período real aqui tornado ficção. Estabelece uma análise cuidada e fundamentada de todas as vozes que constituem o romance. A frase-chave do seu artigo caracteriza fortemente a relação desejada entre este romance e o leitor : « Et si l'écriture produit matériellement un processus original, lire sera toujours organiser les fragments, le puzzle, de façon à lire pour comprendre, à lire pour savoir ou à lire pour croire. »

La démystification de l'État Nouveau ou les clairons de la mémoire : Tocata para Dois Clarins de Mário Cláudio estabelece uma relação entre o romance de Mário Cláudio e o apogeu do Estado Novo nomeadamente na sua representação épica transmitida pela Exposição do Mundo Português em 1940. Projecta os dados históricos fundamentais à compreensão do romance : nele, o processo identitário das personagens torna-se o processo identitário de um país e de um regime, um percurso de mitos e de desencantos. A reflexão do crítico convida à leitura e à reflexão de outras leituras e de outras atitudes : « Grâce aux clairons de notre mémoire, fussent-ils stridents ou obsessionnels, il nous faut rester éveillés et vigilants, dans une recherche permanente de la libération de l'homme, car nous ne sommes que mémoire du passé et déjà mémoire constitutive de l'avenir. »

Le Cercle Vertueux de Maria Isabel Barreno : l'acte de raconter en tant que processus en devenir analisa uma antologia de contos publicada em 1996. Inicia o artigo com um breve percurso bibliográfico, com oportunas e concisas referências à outras obras da autora inscritas num processo de escrita e de resistência. Estabelece uma correspondência semântica e narrativa entre todos os contos e analisa, num processo constante de interrogação, a sua composição fragmentária escolhendo passagens que lançam um convite imediato à leitura do conjunto da obra de Maria Isabel Barreno.

Entretien avec l'écrivain Urbano Tavares Rodrigues constrói uma forte relação entre a literatura e a vivência identitária de um país. Trinta anos após a revolução de Abril, Urbano Tavares Rodrigues traça o percurso das grandes obras da pós-revolução estabelecendo uma constante relação entre passado e presente. Responde aos desafios de José Manuel Esteves falando-nos sobre a sua escrita, os seus temas de reflexão e os seus percursos identitários. José Manuel solicita também a análise da sua presença como resistente ao regime e convida-o a interrogar a sua identidade do presente na sua relação com um sentimento de desencanto. Questiona sobre especificidades da sua escrita e sobre a possibilidade de uma escrita de memórias. Desafia-o a reflectir sobre a relação dos jovens actuais com a memória nomeadamente com a memória de Abril. Os desafios propostos conduzem o escritor à reflexão sobre a relação da sociedade portuguesa com o Outro após a transição do Portugal de emigrantes para o Portugal de imigrantes. A conversa mantida entre entrevistador e entrevistado torna-se palco de relações entre o acto criativo e a presença e/ou ausência de censura e entre processos de rebeldia e de romanticidade do escritor. A entrevista é seguida de uma breve biografia do escritor completada por uma exaustiva bibliografia. A homenagem a Urbano Tavares Rodrigues é completada pela publicação de uma tradução de um conto extraído de *A Estação Dourada*.

Como antologia de ensaios que tem como objectivo divulgar a literatura portuguesa junto do público francês, esta obra apresenta uma enorme exigência de contextualização. É repleta de referências históricas e bibliográficas. As notas de rodapé explicam com o mesmo rigor movimentos culturais, percursos históricos e referências bibliográficas. Cada artigo é precedido de um percurso bibliográfico do escritor analisado. São apresentadas informações acerca da recepção dos respectivos escritores em França e referências rigorosas acerca de publicações, traduções e tradutores.

La Littérature Portugaise Contemporaine transmite o processo rigoroso do saber, a análise fundamentada, o indiscutível conhecimento da globalidade da obra de cada escritor escolhido, a o percurso identitário de um país. O subtítulo *le plaisir du partage* alia o rigor da análise à carga poética que o autor transmite porque o património poético do escritor analisado torna-se, para José Manuel

Esteves, a alavanca de uma criação poética da qual se torna um maestro exemplar. Ao referir que «Le poème est l'alchimie capable de purifier le monde.», José Manuel Esteves torna-se o alquimista que transforma ensaios literários em textos poéticos que nos empurram inevitavelmente para a leitura dos escritores por ele transformados.

Anabela Branco de Oliveira

Teses de Doutoramento e Dissertações de Mestrado no e do Departamento de Letras

No ano de 2007, o Departamento de Letras viu chegarem a fim vinte e quatro trabalhos de investigação: duas Teses de Doutoramento, uma em Linguística e outra em Cultura Portuguesa; vinte e duas Dissertações de Mestrado. Destas, uma pertence ao Mestrado de Língua e Cultura Inglesas; cinco situam-se no Mestrado em Cultura Portuguesa; sete situam-se no Mestrado em Literatura Portuguesa – especialização em literatura infanto-juvenil e nove pertencem ao Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas.

Estão de parabéns os orientadores e os orientandos pelo profícuo trabalho realizado.

Doutoramento em Linguística

Autor: Maria da Felicidade Araújo Morais

Título da Dissertação: *Marcadores da estruturação textual: elementos para a descrição dos MDS no processamento cognitivo do texto*

Orientadora: Prof.^a Doutora Ana Cristina Macário Lopes

Data das Provas: 02 de Março de 2007

Classificação: Aprovada com Distinção e Louvor

Doutoramento em Cultura Portuguesa

Autor: Adriano Fernandes

Título da Dissertação: *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses de Gomes Eanes de Zurara – Estudo Histórico-Cultural e Edição Semidiplomática.*

Orientador: Prof. Doutor Fernando Alberto Torres Moreira

Co-orientador: Prof. Doutor José Barbosa Machado

Data das Provas: 16 de Julho de 2007

Classificação: Aprovado com Distinção e Louvor

Mestrado em Cultura e Literatura Inglesas

Autor: Cristina Costa Proença

Título da Dissertação: *Voices out of the land – lugar, identidade e memória em American Indian stories de Zitkala – Sa*

Orientadora: Prof.^a Doutora Isabel Fernandes Alves

Data das Provas: 27 de Julho de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Mestrado em Cultura Portuguesa

Autor: Cármen Augusta Silva Alves

Título da Dissertação: *Livro dos Foraes Nouos da Comarca Dantre Douro e Minho: contextualização histórica e edição*

Orientador: Prof.^a Doutora Olinda Santana

Data das Provas: 22 de Maio de 2007.

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Felisbela dos Santos Pinto

Título da Dissertação: *Auto da Muito Dolorosa Paixão e Morte de Nosso Senhor Jesus Cristo de Francisco Vaz no universo do teatro religioso transmontano.*

Orientador: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção

Co-orientador: Prof. Doutor José Barbosa de Machado

Data das Provas: 18 de Julho de 2007.

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Helena Olga Dias de Jesus

Título da Dissertação: *O culto da leitura – encontrar na leitura prazer, saber e bem estar*

Orientador: Prof. Doutor José Esteves Rei

Data das Provas: 23 de Julho de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Maria Alice Cardoso Correia Oliveira

Título da Dissertação: *Os Nossos Contos de Tradição Oral: contributos para a educação em valores no 1º ciclo do Ensino Básico*

Orientador: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção

Data das Provas: 17 de Julho de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Maria Filomena Paiva da Silva Ramos

Título da Dissertação: *Livro dos Foraes Nouis da Beira: enquadramento histórico e edição.*

Orientadora: Prof.^a Doutora Olinda Santana

Data das Provas: 23 de Maio de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

**Mestrado em Literatura Portuguesa:
Especialização em literatura infanto-juvenil**

Autor: Ana Isabel Lázaro Canadas Valadas

Título da Dissertação: *A relação do filme de animação Shrek com os contos de fadas*

Orientador: Prof. Doutor José Barbosa Machado

Data das Provas: 25 de Julho de 2007

Classificação: Aprovada com Bom

Autor: Ana Sofia Petiz Rocha Figueiredo

Título da Dissertação: *O Conto Infantil – 1º ciclo do Ensino Básico*

Orientador: Prof. Doutor Armindo Teixeira Mesquita

Data das Provas: 11 de Julho de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Cristina Maria Martinho Pereira Bessa

Título da Dissertação: *Eça de Queirós: considerações sobre a criança e a literatura infantil*

Orientadora: Prof.^a Doutora Henriqueta Maria Gonçalves

Data das Provas: 28 de Fevereiro de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Edite Bernardo Fidalgo

Título da Dissertação: *Histórias para o Jardim de Infância de Lurdes Custódio – leitura e análise semiótico-literária*

Orientador: Prof. Doutor José Barbosa Machado

Data das Provas: 18 de Junho de 2007

Classificação: Aprovada com Bom com Distinção

Autor: Luísa Maria Pereira Pinto Ribeiro

Título da Dissertação: *O Homem e o Poder nos contos tradicionais portugueses*

Orientador: Prof.^a Doutora Luísa de Castro Soares

Data das Provas: 26 de Novembro de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Maria de Lurdes Oliveira Resende

Título da Dissertação: *O conto de fadas – os dois lados do espelho*

Orientador: Prof. Doutor Armindo Teixeira Mesquita

Data das Provas: 14 de Maio de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Sandra Lúcia Teixeira Vidazinha

Título da Dissertação: *A imagem da Bruxa nos contos de fadas*

Orientador: Prof. Doutor José Barbosa Machado

Data das Provas: 16 de Julho de 2007

Classificação: Aprovada com Bom com Distinção

Mestrado em Ensino da Língua e Literatura Portuguesas**Autor: Ana Cristina Cunha Alhais Diogo**

Título da Dissertação: *A chave dos profetas – Do Reino de Cristo Consumado na Terra – Livro III do Padre António Vieira – uma leitura.*

Orientadora: Prof.^a Doutora Luísa Castro Soares

Data das Provas: 26 de Abril de 2007

Classificação: Aprovada com Bom

Autor: Duarte da Silva Esteves

Título da Dissertação: *Ideias Linguísticas de Manoel Dias de Souza*

Orientador: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção

Data das Provas: 17 de Julho de 2007

Classificação: Aprovado com Muito Bom

Autor: José António Flambó Afonso Baptista

Título da Dissertação: *De Eça a Cesário: a configuração da cidade e do campo finisseculares.*

Orientadora: Prof.^a Doutora Henriqueta Maria Gonçalves

Data das Provas: 29 de Junho de 2007

Classificação: Aprovado com Muito Bom

Autor: Mafalda Sofia Ferreira de Jesus

Título da Dissertação: *O espaço da infância nas narrativas A Guardadora de Gansos o O Estranho Amável de Luísa Monteiro*

Orientadora: Prof.^a Doutora Henriqueta Maria Gonçalves

Data das Provas: 2 de Julho de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Marilène Jesus Silva Ribeiro

Título da Dissertação: *Um estudo dos clássicos no Ensino Básico: Os Lusíadas de Luís de Camões e a sua adaptação às crianças e ao povo por João de Barros*

Orientador: Profa. Doutora Luísa de Castro Soares

Data das Provas: 30 de Março de 2007

Classificação: Aprovada com Bom com Distinção

Autor: Marlene da Conceição Vasques Loureiro

Título da Dissertação: *Nova visão do ideário linguístico de Ferdinand de Saussure*

Orientador: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção

Data das Provas: 03 de Dezembro de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Sandra Cristina Sanfins Milagres

Título da Dissertação: *A identidade feminina e os espaços (i)limitados em O Silêncio de Teolinda Gersão*

Orientadora: Prof.^a Doutora Henriqueta Maria Gonçalves

Data das Provas: 02 de Outubro de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Susana de Fátima Póvoa Alves Fontes

Título da Dissertação: *Pedro José de Figueiredo: ideias linguísticas no quadro cultural setecentista*

Orientador: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção

Data das Provas: 12 de Janeiro de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

Autor: Rute Isabel Sarmento Fonseca

Título da Dissertação: *Domingos José de Azevedo: propostas didáctico-pedagógicas para o estudo da língua portuguesa*

Orientador: Prof. Doutor Carlos da Costa Assunção

Data das Provas: 26 de Abril de 2007

Classificação: Aprovada com Muito Bom

